

Diário do Legislativo de 20/11/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 95ª Reunião Ordinária

1.2 - Reunião de Debates

1.3 - 43ª Reunião Especial

1.4 - 44ª Reunião Especial

1.5 - 84ª Reunião Ordinária Interrompida

1.6 - 45ª Reunião Especial

1.7 - 46ª Reunião Especial

1.8 - 47ª Reunião Especial

1.9 - 53ª Reunião Especial

1.10 - 49ª Reunião Extraordinária

1.11 - 18ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 18/11/99

Presidência dos Deputados Anderson Aauto, José Braga e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 7/99; Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 688 a 691/99 - Requerimentos nºs 910 a 915/99 - Requerimentos dos Deputados Paulo Piau, Adelmo Carneiro Leão, Eduardo Hermeto, Dalmo Ribeiro Silva e outros, Chico Rafael, Antônio Carlos Andrada e outros, Alberto Pinto Coelho e outros, Durval Ângelo e Agostinho Silveira e outros e da Comissão de Saúde - Comunicações: Comunicações da Comissão de Direitos Humanos e de Transporte e do Deputado Wanderley Ávila - Oradores Inscritos: Discursos das Deputadas Elaine Matozinhos e Maria Olívia e dos Deputados Durval Ângelo, João Leite e Márcio Cunha - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscricões - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Eduardo Hermeto, Chico Rafael, Durval Ângelo, Agostinho Silveira e outros e Dalmo Ribeiro Silva e outros; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Saúde e dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Carlos Andrada e outros e Alberto Pinto Coelho e outros; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado João Leite; aprovação - Inexistência de "quorum" qualificado para votação das propostas de emenda à Constituição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 152/99; requerimento do Deputado Fábio Avelar; deferimento; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaque; aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2, salvo destaque; aprovação; votação da Emenda nº 2; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; rejeição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 172/99; requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; aprovação; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2; votação da Emenda nº 3; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 4; rejeição; votação das Emendas nºs 1 e 2; rejeição -

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/99; requerimento do Deputado Márcio Cunha; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 289/99; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 307/99; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 395/99; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 5, salvo destaque; aprovação; votação da Emenda nº 2; rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 75/99; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 126/99; apresentação do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 360/99; apresentação do Substitutivo nº 2; encerramento da discussão; encaminhamento do projeto com o substitutivo à Comissão de Educação para parecer - 3ª Parte: Leitura de Comunicações - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Amílcar Martins e Sebastião Navarro Vieira - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado João Leite, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Nº 7/99, do Sr. Sylo da Silva Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, informando da impossibilidade de funcionários desse órgão prestarem depoimento na CPI do IPSM, uma vez que não têm competência legal para representá-lo. (- À CPI do IPSM.)

Do Sr. Aelton José de Freitas, Presidente da EMATER-MG, encaminhando informações referentes ao Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-Árido Mineiro, em atendimento de requerimento da CPI das Barragens. (- À CPI das Barragens.)

Do Sr. Antônio Carlos Pereira, Diretor-Presidente da BHTRANS, informando que esse órgão se fará representar por Angel Eguinoa, Gerente de Táxi e Transporte Escolar, no debate público sobre o tema "Segurança dos Taxistas: Sinal Vermelho para a Violência". (- À Comissão de Transporte.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 688/99

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais de Minas Gerais - ASPAMG -, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais de Minas Gerais - ASPAMG -, com sede no Município de Pouso Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de novembro de 1999.

Chico Rafael

Justificação: A Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais - ASPAMG - é uma sociedade civil sem fins lucrativos e tem seu estatuto registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Pouso Alegre. Tem por finalidade a assistência às pessoas portadoras de necessidades especiais que demandam atendimento pelos diferentes

segmentos da medicina-psicologia, pedagogia, fisioterapia, fonoaudiologia e outras especialidades.

Conforme atestado de Juiz da Comarca de Pouso Alegre, a ASPAMG funciona regularmente há mais de dois anos, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas e que nenhuma remuneração recebem pelo exercício dos respectivos cargos.

Em caso de dissolução da sociedade, seu patrimônio reverterá a outra entidade sem fins lucrativos, a ser designada pela Assembléia Geral.

Por se evidenciar o caráter de utilidade pública de que se reveste a entidade, esperamos ver aprovado este projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 689/99

Declara de utilidade pública a Casas Lares Vida Viva, com sede no Município de Uberaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Casas Lares Vida Viva, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1999.

Paulo Piau

Justificação: A ONG Casas Lares Vida Viva é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas da Comarca de Uberaba e obteve, em agosto de 1998, o título de utilidade pública municipal.

A entidade cumpre as suas funções estatutárias, sociais e educacionais em caráter preventivo ao abrigar crianças que, sem seu amparo, estariam em situação de risco e extremamente propensas ao ingresso em uma vida de delinqüência.

As suas atividades são executadas sem vinculação religiosa, nem político-partidária, baseando-se apenas nos princípios da ética e da cidadania para garantir às crianças o seu direito de crescer e se desenvolver em um ambiente favorável, o mais próximo possível de uma família saudável e bem-estruturada.

A entidade não possui fins lucrativos e não recebem remuneração seus dirigentes e associados, ao contrário, estes contribuem financeiramente e com sua força de trabalho para o alcance dos objetivos propostos.

Sendo uma entidade de elevado conceito na comunidade onde atua, por realizar um importante trabalho na área de assistência social e apresentar todos os requisitos legais dispostos na Lei nº 12.972, de 27/7/98, esperamos o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 690/99

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Gonçalves o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Gonçalves o imóvel constituído de terreno com área de 2.646 m² (dois mil seiscientos e quarenta e seis metros quadrados), incluindo-se aí o prédio construído na referida área, situado nesse município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraisópolis, sob o nº 13.427 do livro 3, "o", fls. 153.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 1999.

Maria Olívia

Justificação: O imóvel objeto desta proposição, constituído de terreno e prédio, foi doado pela municipalidade ao Estado, porque nele funcionava uma escola estadual. Com a municipalização do ensino, a situação se inverteu, ou seja, uma escola municipal passou a ocupar terreno e prédio do Estado. Pretendemos, com este projeto, solucionar tal questão.

Além disso, é relevante mencionar que o imóvel continuará integrando o patrimônio público, visto que a aprovação do projeto implica apenas sua transferência da esfera estadual para a municipal.

Pelo exposto, contamos com o imprescindível apoio dos ilustres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 691/99

Declara de Utilidade Pública a Missão Sal da Terra, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta :

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Missão Sal da Terra, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 1999.

João Leite

Justificação: A Missão Sal da Terra, com sede no Município de Uberlândia, é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1997, que luta pela melhoria das condições de vida dos carentes da região onde atua, promovendo ações de caráter assistencial nas áreas de saúde, educação e apoio à infância e a velhice.

O reconhecimento da entidade como de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado, trazendo melhorias para a população carente de Uberlândia, pelo que conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 910/99, da Comissão do Trabalho, solicitando seja encaminhada ao Presidente da República, ao Ministro do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho, ao Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais e ao Presidente da Comissão de Trabalho da Câmara Federal, manifestação de repúdio pela forma como as questões referentes ao descumprimento da legislação do trabalho têm sido tratadas pelas empresas e pelo Governo Federal.

Nº 911/99, da Comissão do Trabalho, solicitando seja encaminhada ao Presidente da ACESITA, aos Presidentes dos Sindicatos de Metalúrgicos com base territorial no Vale do Aço, ao Presidente da Federação de Metalúrgicos e Centrais Sindicais, manifestação de repúdio pela forma como as questões referentes ao descumprimento da legislação do trabalho têm sido tratadas pelas empresas e pelo Governo Federal. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 912/99, do Deputado Irani Barbosa, solicitando seja remetido ofício ao Presidente da CEMIG com vistas a que a empresa preste esclarecimentos sobre a compra de todo material adquirido por ela e o percentual detalhado no Estado de Minas Gerais, em outros Estados e no Exterior, nos últimos 15 anos. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 913/99, do Deputado Arlen Santiago, solicitando seja remetido ofício ao Presidente da COPASA com vistas a que seja autorizado o início das obras de recuperação da barragem do rio Pardo de Minas, que abastece o Município de Taiobeiras. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 914/99, do Deputado João Batista de Oliveira, solicitando seja remetido ofício ao Governador do Estado com vistas a que seja determinada a regulamentação da Lei nº 12.687, de 1º/12/97. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 915/99, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Fazenda com vistas a que a proposta de alteração nos critérios de isenção do ICMS incidente na saída de veículo automotor de produção nacional adquirido por pessoa portadora de deficiência física seja submetido ao CONFAZ. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Deputado Paulo Piau, solicitando que o Presidente da CEMIG seja convocado a comparecer na Assembléia Legislativa para discutir o processo de fornecimento de energia elétrica pela empresa aos usuários no Estado. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Eduardo Hermeto, Dalmo Ribeiro Silva e outros, Chico Rafael, Antônio Carlos Andrada e outros, Alberto Pinto Coelho e outros, Durval Ângelo e Agostinho Silveira e outros e da Comissão de Saúde.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Direitos Humanos e de Transporte e do Deputado Wanderley Ávila.

Oradores Inscritos

- As Deputadas Elaine Matozinhos e Maria Olívia e os Deputados Durval Ângelo, João Leite e Márcio Cunha proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Direitos Humanos - aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 869/99, do Deputado Gil Pereira; 872 e 873/99, do Deputado João Leite; e 880 a 884, 887 e 888/99, da Comissão de Direitos Humanos; e de Transportes - aprovação, na 27ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 843 a 846/99 e 861/99, da Comissão de Transporte. (Ciente.Publique-se.)

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Eduardo Hermeto, solicitando seja desarquivado o Projeto de Lei 546/99, de sua autoria. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno.

Requerimento do Deputado Chico Rafael, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 564/99, de sua autoria. O Projeto encontra-se na Comissão de Justiça, aguardando parecer. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Arquite-se o projeto.

Requerimento do Deputado Durval Ângelo em que solicita seja constituída comissão de representação da Assembléia Legislativa, para verificar e acompanhar, "in loco", a situação na cidade de Buritit, diante da mobilização dos trabalhadores rurais sem terra. O Presidente defere o requerimento, de conformidade com o inciso XIV do art. 232 do Regimento Interno, e designa os Deputados Pastor George, Durval Ângelo, Rogério Correia, Edson Rezende e Antônio Andrade para representar a Assembléia.

Requerimento do Deputado Agostinho Silveira e outros, em que solicitam, nos termos do Regimento Interno, a instalação de CPI para apuração de tráfico de drogas no Estado. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXV do art. 232 do Regimento Interno.

Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e outros, em que solicitam a convocação de uma reunião especial para proceder à homenagem do Poder Legislativo à Cia. São Geraldo de Viação, que comemora neste ano o cinquentenário de sua fundação. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, e oportunamente fixará a data.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Saúde, solicitando que se encaminhe ao Ministro da Saúde ofício manifestando a opinião da Comissão de Saúde, contrária a uma possível privatização do sistema de saneamento básico do País. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando, na forma regimental, a constituição de comissão especial para, no prazo de 60 dias, proceder a estudos sobre a política de educação superior no Estado. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada e outros, em que solicitam a inclusão em ordem do dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/99. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho e outros, em que solicitam, nos termos regimentais, seja realizado pelo Legislativo mineiro ato público, visando mobilizar a sociedade contra a venda da estatal de Furnas, dentro dos princípios que integram a Frente Parlamentar Jorge Hannas, contra a privatização da referida empresa. Em votação, o requerimento. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião a Mensagem nº 58/99 e os Projetos de Lei nºs 52 e 117/99, em virtude da sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Projetos de Lei nºs 340, 66, 127, 270, 278, 299, 302, 331, 350, 353, 364, 383, 422, 423, 444, 458, 461, 64, 76, 264, 274, 583, 358 e 396, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, solicitando a inversão da pauta da reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 360/99 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" qualificado para votação das propostas de emenda à Constituição, mas que o há para apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 152/99, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a ampliação do objetivo social da COPASA-MG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira, mais uma vez, perdeu o prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2. Vem à Mesa requerimento do Deputado Fábio Avelar, solicitando a votação destacada da Emenda nº 2. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas e destaque. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, salvo destaque, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda nº 2, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 2, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 152/99 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 172/99, do Governador do Estado, que revoga os arts. 7º, 23 e 24 e o inciso I do art. 16 da Lei nº 9.381, de 1986, que contém o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino. O projeto tem por objetivo a melhoria das condições no desempenho do trabalho do docente na rede estadual de ensino, eliminando a possibilidade de se atribuírem aulas em caráter facultativo e de se conceder dobra de turno ao professor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Educação opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 3, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 4 aos Substitutivos nºs 1 e 2. Vem à Mesa requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, em que, na forma regimental, solicita a preferência do projeto original sobre os substitutivos na votação do Projeto de Lei nº 172/99. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do projeto, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Em votação, a Emenda nº 3, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Sebastião Costa - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 12 Deputados, votaram "não" 23 Deputados, não houve voto em branco, totalizando 35 Deputados; com mais 4 Deputados que se encontram em reuniões de comissões, há, no total, 39 Deputados votantes. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 3. Em votação, a Emenda nº 4, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, que receberam da Comissão de Educação parecer pela rejeição. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 172/99 na forma original. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/99, da Mesa da Assembléia, que extingue o Fundo de Previdência Complementar do Servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Márcio Cunha, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 18/99. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 289/99, do Deputado Arlen Santiago, que institui o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 289/99 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 307/99, do Deputado Ermano Batista, que atribui responsabilidade ao DER-MG pela construção, manutenção e reparos de trechos das estradas que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 395/99, do Deputado Arlen Santiago, que altera os arts. 2º, 3º, 5º e 6º da Lei nº 12.079, de 12/12/96, que dispõe sobre o estágio de estudantes em órgãos e entidades da administração pública do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e 4, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e 4, da Comissão de Administração Pública. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça; 4, da Comissão de Administração Pública, e 5, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, solicitando a votação destacada da Emenda nº 2. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 5, salvo destaque, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda nº 2, destacada, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 395/99 com as Emendas nºs 1 e 3 a 5. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 75/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 82 e dá nova redação ao art. 85 da Lei nº 9.444, de 25/1/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 126/99, do Deputado Eduardo Brandão, que acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 6.762, de 23/12/75, que dispõe sobre o Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 126/99

Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 6.762, de 23 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Quadro Permanente de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 13 da Lei nº 6.762, de 23 de dezembro de 1975, com a redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.754, de 16 de janeiro de 1989, e pelo art. 16 da Lei nº 11.176, de 6 de agosto de 1993, fica acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 13 -

§ 3º - Para o provimento do cargo da classe de Assistente Técnico Fazendário, de que trata o inciso I, exige-se nível superior de escolaridade.".

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 1999.

Eduardo Brandão

Justificação: O substitutivo que ora apresentamos visa, tão-somente, a corrigir problema de ordem técnica, uma vez que o art. 13 da Lei nº 6.762, de 1975, já havia sido modificado anteriormente pela Lei nº 11.176, de 1993, a qual acrescentou-lhe o § 2º, passando o seu parágrafo único a constituir o § 1º. Cumpre, agora, acrescentar ao citado art. 13 o § 3º, o que justifica a apresentação desta proposta, que levamos à consideração dos nobres pares.

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 126/99

Inclua-se onde convier:

"Art. - Para o provimento dos cargos de Auxiliar de Atividade Fazendária exige-se nível superior de escolaridade.".

Sala das Reuniões, 18 de novembro de 1999.

Rogério Correia

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto um substitutivo, do Deputado Eduardo Brandão, que recebeu o nº 1, e uma emenda, do Deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 1. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, o substitutivo e a emenda serão votados independentemente de parecer. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 126/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 360/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que dispõe sobre a prática de educação física nas unidades do Sistema Estadual de Ensino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 360/99

Dispõe sobre o ensino de educação física na rede estadual de ensino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O exercício da docência ou a orientação da prática de educação física nas instituições pertencentes à rede estadual de ensino cabe ao profissional de nível superior ou formando, observando-se necessariamente esta ordem.

Parágrafo único - Comprovada a inexistência de profissional de nível superior ou formando, poderão exercer o magistério de que trata este artigo os técnicos de nível médio da mesma habilitação, respeitados os prazos previstos no § 4º do art. 87 da Lei Federal nº 9.394.

Art. 2º - As instituições de ensino de que trata esta lei, inexistindo profissional de nível superior, formando ou de nível médio, poderão valer-se de convênios com entidades esportivas do município onde se localizem e atribuir os créditos escolares aos alunos que freqüentarem as aulas naquelas entidades.

Art. 3º - O exercício da docência ou a orientação da prática de educação física, nos moldes desta lei, fará parte do currículo de todas as unidades escolares e níveis educacionais do sistema estadual de ensino.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 18 de novembro de 1999.

João Leite

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. No decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo, do Deputado João Leite, que recebeu o nº 2. Nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, a Presidência encaminha o substitutivo com o projeto à Comissão de Educação para parecer.

3ª Parte

O Sr. Presidente - Persistindo a falta de "quorum" qualificado para a votação das propostas de emenda à Constituição, a Presidência passa à 3ª Parte da reunião, destinada a leitura de comunicações e a pronunciamento de oradores inscritos.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo Deputado Wanderley Ávila - falecimento do Sr. Édson Rodrigues da Silva, em Várzea da Palma. (Ciente. Oficie-se.)

Oradores Inscritos

- Os Deputados Amílcar Martins e Sebastião Navarro Vieira proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 19, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 19/11/99

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Antônio Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Daladier - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - João Pinto Ribeiro - Marco Régis - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 43ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 18/10/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduato e Edson Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Edson Rezende - Palavras do Sr. Miguel Arroyo - Palavras da Sra. Maria Tereza Leitão de Melo - Palavras da Deputada Federal Maria Elvira - Palavras do Deputado Federal Gilmar Machado - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - Durval Ângelo - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Amílcar Martins - Antônio Júlio - Dimas Rodrigues - Edson Rezende - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Agostinho Patrús, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Murílio Hingel, Secretário da Educação; Miguel Arroyo, Professor Titular da Faculdade de Educação da UFMG; Maria Tereza Leitão de Melo, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE -; Deputado Federal Gilmar Machado, membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Deputada Federal Maria Elvira, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Deputado Rogério Correia, um dos autores do requerimento que deu origem a este evento.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à abertura do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, com o tema "Plano Nacional de Educação".

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Murílio Hingel, Secretário da Educação; ilustres senhores expositores, Prof. Miguel Arroyo e Maria Tereza Leitão de Melo; Deputado Federal Gilmar Machado; Deputados Edson Rezende e Rogério Correia, por meio dos senhores, gostaria de saudar todos os Deputados desta Assembléia Legislativa; senhoras e senhores que vieram até aqui, para participar deste seminário.

Ao abordar a questão educacional em nosso Estado e em nosso País, move-nos não o rigor técnico, mas a sensibilidade de homem público e de parlamentar consciente das demandas da sociedade.

É sob esse prisma que encaramos estatísticas como aquela segundo a qual o índice de analfabetismo no Brasil chega quase a 20% da população acima de 7 anos de idade: se, tecnicamente, esse percentual nos coloca à frente de muitos países do planeta, socialmente significa que cerca de 20 milhões de brasileiros não sabem ler nem escrever!

Convenhamos todos - autoridades e cidadãos - que tal índice é constrangedor, da mesma forma que outros aspectos da nossa realidade educacional: no ensino básico, por exemplo, os indicadores de repetência são elevados, faltam cursos médios de natureza profissionalizante, o ensino universitário tende a elitizar-se, com o paternalismo estatal favorecendo exatamente os mais favorecidos, sem falar nos muitos milhões de brasileiros que jamais puseram os pés na escola. Com tristeza, constatamos que temos um quadro nada condizente com a Nação que é a 9ª economia do mundo.

Educar é promover o desenvolvimento humano, esse mesmo desenvolvimento em relação ao qual estamos colocados em 79º lugar na escala mundial. Avançar na classificação é um dever de consciência para todos, governantes e governados, todos que, de forma direta ou indireta, têm responsabilidade e consciência social do respectivo problema que estamos abordando nesta tarde, pois foi pensando assim que esta Assembléia organizou o Seminário Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais.

Integrando nossa pauta de projetos institucionais, este simpósio - a exemplo daquele que promovemos sobre o desemprego - representa significativo avanço, já que foi objeto de intenso processo de interiorização. Com efeito, o trabalho que hoje vamos desenvolver foi precedido de intenso preparo, quando envolvemos nossas comunidades regionais e diferentes representações da sociedade civil.

Numa primeira fase, reunimo-nos com cerca de 50 entidades interessadas na questão educacional, desse encontro resultou a formação de seis comissões técnicas interinstitucionais. A partir daí, elaboramos documento sobre a política de educação pública, que levamos para ser debatido em dez municípios mineiros, cobrindo as várias regiões do Estado. As propostas recebidas nessas reuniões foram agregadas ao documento inicial, para serem analisadas e encaminhadas.

O trabalho já completado abrange temas como financiamento da educação, avaliação das reformas efetuadas, valorização do trabalhador em educação, gestão democrática, projeto político-pedagógico, currículos e matérias afins. Nesse contexto, enfocam-se aspectos que vão da nucleação do ensino ao plano de carreira do professor público, para citar apenas alguns itens.

Com este evento, portanto, o Palácio da Inconfidência alcança duplo e importante objetivo: fizemos com que as várias regiões mineiras tivessem participação efetiva no processo de interiorização e estamos contribuindo para o projeto de construção da cidadania. A propósito deste último, cumpre-nos fazer referência ao curso Educação para a Cidadania, elaborado pela Escola do Legislativo, disponível por meio da Internet. São 16 aulas, em 4 módulos, voltadas para os adolescentes, visando à formação dos cidadãos. É mais uma iniciativa desta Casa, como subsídio para a arquitetura socioeconômica das Minas Gerais e do Brasil no terceiro milênio.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, apresentamos as boas-vindas aos que a nós se juntam no dia de hoje, formulando-lhes votos de bom trabalho. Aos ilustres palestrantes e debatedores que nos prestigiam com sua colaboração, os agradecimentos da Casa do povo mineiro. A Presidência esclarece que, devido a uma falha técnica na confecção do programa deste seminário, não foi incluído o nome da Federação de Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas Gerais - FAPAEMG -, à qual também saudamos e damos as boas-vindas a esta Casa.

Palavras do Deputado Edson Rezende

O Sr. Presidente - Senhores, quero saudar, inicialmente, os ilustríssimos expositores Miguel Arroyo, Maria Tereza Leitão de Melo, o nosso querido Deputado Federal Gilmar Machado e o nosso querido companheiro de batalha por essa Minas Gerais afora, discutindo seminário de educação, Deputado Rogério Correia.

Quando, em 17 de fevereiro, apresentamos um requerimento a esta Casa, solicitando a realização deste seminário, confesso aos senhores que não imaginava a emoção que seria este dia de hoje.

Por três meses, fizemos uma discussão com mais de 50 entidades representativas da comunidade educacional de Minas Gerais. Durante o mês de julho, essas entidades fizeram debates nas comissões interinstitucionais, que trabalharam temas que vários dos senhores tiveram oportunidade de ler naquele manuscrito que foi difundido nas escolas e nas DREs.

Quando tomamos essa decisão em 17 de fevereiro, foi uma decisão política de fazer acontecer aquilo que acreditamos ser prioridade: discutir educação do ponto de vista do coletivo, do ponto de vista da decisão, para que o coletivo deste Estado, da comunidade escolar pudesse decidir sobre o que é importante, sobre o que este Estado precisa para o ano 2000, para o planejamento da educação. Inicialmente, a interiorização foi feita, em, aproximadamente, 20 cidades-pólo. Em princípio, em dez cidades, que depois se desmembraram. Foi a primeira vez que, em um seminário sobre educação, pudemos ouvir a experiência dos professores e de toda a comunidade escolar.

As discussões que tivemos foram apaixonantes. Realmente, a comunidade escolar se manifestou e participou ativamente das questões. Isso nos estimulou muito. Tínhamos a certeza da grandeza deste evento.

O objetivo central deste seminário é construir uma efetiva política educacional, que supere as tradicionais políticas de governo para a educação, sujeitas a mudanças de acordo com a concepção política dos governantes, desconsiderando os atores do processo educativo: trabalhadores da educação, alunos, pais, comunidade. No passado, isso havia sido feito sem a participação dessas pessoas, mas, agora, essa construção tem de ser coletiva.

O exemplo negativo da reforma vertical feita no passado fez com que colocássemos na ordem do dia a discussão sobre municipalização, nucleação, "supletivização" obrigatória do ensino noturno, decididas de forma vertical e arbitrária, contrariando o interesse da comunidade escolar. Foi uma demonstração de política de governo perversa e excludente, que promoveu um retrocesso em termos de democracia na gestão escolar e uma queda na qualidade do atendimento escolar, com prejuízos ainda não detectados para a educação no Estado.

Agora, senhores, estamos sendo desafiados para a realização deste seminário. Primeiro, a dimensão do público-alvo; segundo, o tamanho do Estado; terceiro, a demanda acumulada de debate, a ansiedade que as pessoas vivem há anos, por não poderem ser ouvidas, e a grande expectativa da comunidade escolar, que espera apontar novos rumos para a educação em Minas Gerais.

Este seminário também tem como objetivo fazer uma crítica coletiva ao modelo neoliberal de educação, que o Governo anterior tentou implantar em Minas. Hoje, esta é a política vigente do Ministério da Educação e Cultura e do Governo Fernando Henrique Cardoso. Essa política visa, principalmente, desmontar a escola pública de qualidade. Um exemplo disso é o congelamento absurdo do custo por aluno a R\$315,00 "per capita" por ano, insuficiente para garantir educação de qualidade e salários dignos para os professores. O objetivo dessa política é favorecer o monopólio das grandes empresas de ensino e, principalmente, conceber a educação não como formadora de cidadãos críticos e reflexivos, mas como adestradora de mão-de-obra semiquificada, para ser consumida pelo mercado.

Minas tem a responsabilidade de levantar a voz na educação, apontando alternativas para esse modelo excludente. E todos nós sabemos que não há desenvolvimento, que não se pode formar o cidadão crítico sem educação de qualidade. Portanto, para que o cidadão crítico construa novas alternativas para o futuro, faz-se necessária educação de qualidade.

Por ser a educação essencial, nós a colocamos na ordem do dia, no nosso primeiro dia como Deputado Estadual, da nossa primeira legislatura. É com satisfação que acolhemos a todos porque acreditamos que esse coletivo será capaz de construir o plano estadual de educação, que não poderá ser desmontado pelo próximo Governador de plantão. Como um instrumento coletivo e participativo, a exemplo da saúde, em que há as conferências municipais de saúde, que possamos, também, construir as nossas conferências municipais de educação, que periodicamente discutam os problemas da educação - dos professores e da comunidade escolar - para uma reflexão permanente. Senhores, é com satisfação que, como autor desse requerimento e junto com o Deputado Rogério Correia, damos as boas-vindas a todos.

Palavras do Sr. Miguel Arroyo

Boa-tarde aos educadores e educadoras, membros da Mesa, organizadores deste seminário. Quero, mais uma vez, agradecer o convite que me foi feito para participar, repensar, pensar e construir a nossa educação, a educação que os setores populares, a escola pública merecem. Gostaria de referir-me ao tema "O Plano Nacional de Educação", enquanto pode servir-nos de referência para a construção de uma política de educação pública em Minas Gerais, finalidade deste seminário. Quero dizer que não vou fazer uma análise diretamente do plano do Governo nem do plano da sociedade - da proposta do CONED. Neste momento em que se está construindo uma política de educação pública em Minas Gerais, parece ser mais importante trazer o que chamaria de lógicas estruturantes, que estão no plano do Governo e da sociedade civil. Em outros termos, mais do que entrar em detalhes, vou me referir ao embate que, há vários anos, está colocado na construção desses planos, que não coincidem. Ao contrário, até no discurso podem coincidir, mas parte de lógicas estruturantes, no meu entender, bastante divergentes.

A questão que coloco é esta: que lógicas estruturantes estão na proposta do plano do Governo e do plano da sociedade? Quais as lições que poderíamos tirar quando pensamos em construir uma proposta de educação pública para Minas Gerais desses embates que vêm se travando entre a sociedade, o Governo, no interior da sociedade, no interior das universidades, etc. Por aí, orientarei a minha fala.

A primeira questão que parece estar colocada no embate é encarar a educação como uma questão política. Há pouco, o Deputado Edson Rezende disse que tínhamos uma política que acabava despolitizando o campo da educação. Parece-me que o grande embate que está posto entre o plano da sociedade e o plano do Governo é que a sociedade defende que a educação é uma questão eminentemente política. Conseqüentemente, terá que ser travado o embate no campo político, ou seja, em outros termos.

Trata-se de definir vontades políticas, opções políticas, intervenções políticas e recursos políticos. Não se trata de deixar a educação à mercê do mercado, como o neoliberalismo pretende. A grande questão a ser enfrentada quando se formula uma política de educação pública é se consideramos o campo da educação como mais um dos campos de que o mercado poderá um dia dar conta, ou se consideramos que terá que continuar como um campo eminentemente político.

Daí, tiraremos algumas conseqüências. Se consideramos o campo da educação e temos que equacioná-lo, seria por meio de uma política com um olhar político. Insisto, não podemos equacioná-lo simplesmente a partir desta ou daquela demanda do mercado, tampouco equacioná-lo a partir, como sempre se faz e os PCMs fazem, das demandas da sociedade da informática, das sociedades do conhecimento e das novas tecnologias, da inserção social. Parece-me que a questão deve ser colocada não a partir das demandas do mercado, da produção, da informática e dos novos conhecimentos, mas a partir de outro equacionamento, eminentemente político.

No meu entendimento, a partir desse ponto, temos que nos aproximar de outra questão fundamental. A educação não pode ser equacionada, sobretudo a educação escolar, como se fosse uma realidade estática. Sempre equacionamos a educação nesses termos. Já nos demos conta se todos estão na escola? Ainda não. Como dar conta? Já nos demos conta se todos aprendem? Ainda não. Como dar conta? Parece-me que essas colocações já foram feitas por Rui Barbosa em 1882. Muitas vezes, os planos de educação continuam sendo iguais ou muito parecidos com os do final do Império. A educação não é algo estático, é um campo social, político, cultural, eminentemente dinâmico. Não devemos somente observar se ainda não demos, se já demos ou se, em parte, demos conta de que todos estão na escola, pois isso é muito pouco, mas observar se estamos dando conta de acompanhar as mudanças radicais que estão acontecendo na educação, enquanto campo cultural, social e político.

Diria que, somente neste século, houve três grandes mudanças na concepção de educação, que definiram o campo educativo. Conseqüentemente, temos que definir os planos de educação e a formulação de uma política de educação. A primeira mudança já veio se construindo desde a Revolução Francesa, ou seja, desvincular a educação dos privilégios de origem, de classe, de família, de raça, de gênero. Para quê? Para colocá-la, e isso foi uma grande revolução, no campo da cidadania. Mas o que aconteceu? Ela não foi colocada nesse campo, mas no campo do mercado. A concepção de cidadania presume a condição de todos serem trabalhadores livres para o mercado, capacitados para o mercado, credenciados para o mercado. A educação e os planos de educação colocaram isso como a grande questão estruturante, ou seja, as demandas do mercado. Com base nisso, vamos ver as competências que vamos ministrar, a educação, as habilidades e os conhecimentos que vamos dar.

Diria a vocês que ainda estamos nesse momento. O plano nacional de educação do Governo ainda se estrutura segundo esse eixo, quer dizer, ele olha as demandas da sociedade, os trabalhadores que servem para essa sociedade, os currículos que servem para essa sociedade. Diria que esse eixo estruturante não dá conta dos avanços da educação, é pobre, é ultrapassado.

No terceiro momento, momento em que o plano da sociedade tenta situar-se, precisamos perceber que o campo da educação já não está vinculado, nas últimas décadas, nem aos privilégios de origem, que ainda continuam muito fortes entre nós, nem às demandas do mercado, mas aos grandes valores socialistas, democráticos, de justiça, de igualdade, de dignidade. Essa é outra história, é outro eixo estruturante.

Se tivéssemos que propor alguma coisa para a elaboração da política de educação pública em Minas Gerais, diria: por favor, que ela não reforce os privilégios de origem, não caia na aparentemente modernizante vinculação da escola com os mercados, mas seja colocada no campo dos direitos, dos grandes valores, com o ser humano no centro, como sujeito de direito.

Penso que a grande conquista dos movimentos sociais, a grande contribuição do movimento trabalhista, a grande contribuição do movimento feminista, do movimento negro, do movimento pelos direitos humanos, da luta das minorias em todas as suas manifestações, ou melhor, das maiores em todas as suas manifestações, tem sido pelo direito a ser gente, a ser humano, a viver a plenitude humana, conquistada por toda a sociedade, no campo do conhecimento, da justiça, da dignidade, dos valores, da cultura. Eu diria a vocês que o grande embate entre o plano do Governo e o plano da sociedade situa-se nesse ponto. Enquanto um continua preso à idéia de dar conta das demandas do mercado, o nosso plano tenta garantir mais do que isso, tenta garantir a dignidade humana das crianças, dos jovens e adultos que freqüentam a escola. Essa é outra história, mas é a nossa história, é a história real.

No último século, não foi só o capitalismo que nos disse como devemos formar nossas crianças ou nossos jovens para serem braços suficientes para o mercado. No último século, o movimento social democrático, guiado por valores de justiça, de igualdade, de dignidade, de democracia, sem diferenças de origem e sem vinculações com destinos no mercado, tem sido tão forte, tão decisivo, mais voltado para o campo da educação do que para o campo do mercado. Falta perceber isso e estruturar nossa política segundo esse eixo, porque me parece que o campo da educação está onde sempre deveria estar: no campo do humano, da dignidade, da cultura, está além do campo da produção. Por mais digno que seja o ser humano produzir mais para viver com mais dignidade, o campo da educação situa-se mais fundo, situa-se nas conquistas civilizatórias, culturais, da democracia, do socialismo, da igualdade, da dignidade, enfim, da condição humana.

Queria lembrar uma coisa: muitas vezes, quando falamos do plano do Governo, do plano da sociedade, diria a vocês que o plano do Governo se esquece da nova LDB, que não coloca a educação no plano do mercado. A nova LDB, ao longo de sua lógica, apesar de não ser a que queríamos, incorporou algo que era fundamental em nossa proposta, que é uma concepção de educação básica que extrapola o campo do mercado, que situa a educação básica - e as políticas devem estar aí situadas - no campo da formação humana, dos grandes processos de formação humana. Como nos fala o art. 1º, o processo de trabalho, o movimento social, a família, o dinamismo cultural, é aí que se situa a educação. Logo, toda a política tem que estar aí situada. E o art. 2º ainda diz: "A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento do ser humano".

Penso que toda política de educação, todo plano nacional, estadual, municipal de educação terá que ter esse grande eixo estruturante: dar conta do pleno desenvolvimento dos educandos, de sua plenitude humana enquanto seres humanos. O ser humano tem direito a algo mais do que moradia, trabalho, emprego, conhecimento. Tem o direito de viver plenamente como humano. No grau de humanidade atingido pela sociedade, em cada momento histórico, lamentável é que a sociedade só permite que alguns tenham acesso a essa plenitude - vamos chamar assim -, enquanto a outros, apesar de terem acesso às letras e à escola, é negado esse grande direito de desenvolver-se plenamente como seres humanos. Vejam como pensar uma política de educação pública nessa direção, que é a direção da lei.

Diria a vocês, já finalizando, que, para chegarmos a essa política, teríamos que levar em conta algumas questões muito concretas. A primeira delas é que não podemos organizar um plano nacional de educação, nem do Governo, nem da sociedade, nenhuma política de educação para Minas Gerais a partir da escola. Vejo que este seminário está bastante centrado na escola. A velha fórmula de construir políticas educacionais a partir da escola está gasta, não dá conta disso que eu estava colocando. Perguntamos: que escola temos? Com que deficiências? Deficiências físicas. A escola, fisicamente, é uma escola ou é um pardião? A escola tem material, biblioteca, sala para professores, banheiros limpos, ao menos não fedorentos? Essa é uma grande questão que temos que colocar. Não podemos descuidar da materialidade onde os seres humanos se desenvolvem, pois eles não são só espírito, como os anjos, mas se desenvolvem nas condições materiais em que produzem e reproduzem sua existência. A escola é muito mais forte em termos educativos, e é isso que falo um pouco nesse texto, do qual faço propaganda, que está nesse livro. A escola é muito mais educativa ou deseducativa na materialidade. Lembro uma frase dita na proposta da escola plural: as virtualidades educativas da materialidade da escola. Gostávamos muito dessa frase, mas, no fundo, ela quer dizer que o ser humano é o meio onde vive. Isso é algo que nós, que bebemos no nosso velho mar, aprendemos e não queremos esquecer: o ser humano não é a ideologia e as lições que recebe, mas as condições materiais a que é submetido para produzir e reproduzir sua existência, inclusive na escola.

Então, que texto vamos dar a isso? Que centralidade vamos dar a isso? Vamos fazer como o MEC sempre faz: começa pelo currículo e pelo conteúdo? Bons conteúdos, boas escolas. Eu diria: boas condições físicas, boa escola; boa materialidade, boa escola. As grandes lições têm que ser objetivadas na estrutura, nas formas de produzir e reproduzir, durante 4 horas por dia, 200 dias por ano, mestres de alunos, produzir, reproduzir, trabalhar, relacionar-se.

Esse ponto fundamental não pode ser esquecido numa política e não está muito claro no Plano Nacional de Educação, porque parte de um pressuposto falso, de que a questão da escola já está resolvida, que durante muito tempo falamos em mais escolas e que agora é hora de falar em qualidade nessas escolas. É mentira que tenhamos 98% dos jovens e crianças na escola. Quantas turmas temos na 1ª série? Vinte. Quantas temos na 8ª? Oito, quatro, três. Onde estão eles? Segundo o MEC, estão na escola. Mentira pura, estão tentando sobreviver, porque o pai está desempregado e a mãe já não agüenta mais lavar roupa. Que mentira mais estúpida, dizer que todos estão na escola! Todos nós sabemos que não estão. Não esqueçam, por favor, desta questão: ainda não garantimos escola, fisicamente, para a nossa infância e a nossa juventude. Como elaborar uma política que leve em consideração tudo isso? Diria para vocês que o foco de uma proposta não tem de ser a escola, com condições materiais, com livros, com currículo e com professores, mas o educando e o educador. O foco estruturante tem de ser o sujeito da ação educativa. Não tem de ser nem o conteúdo nem as metodologias, que são mediadores desse sujeito, mas, sim, fundamentalmente, o sujeito da escola. Comentarei algo que me chamou a atenção. O MEC lançou os PCMs, da 1ª à 4ª série, em que faz um diagnóstico da escola, da repetência, da reprovação, das reformas dos currículos, mas não se refere à infância com que trabalharemos esses currículos. A infância é, hoje, a mesma de 200 ou 500 anos atrás? Não é a mesma. Temos de partir de um diagnóstico: quais são as infâncias em Minas Gerais? Porque não há uma única infância. Como essa infância se constrói como sujeito humano? Ela tem condições de ser humana ou a criança não vive a sua infância? Ou, para ela, já há muitos anos, a infância é um paraíso perdido? Quem tem direito à infância nas Minas Gerais? E com relação à adolescência e à juventude? Não façam apenas um diagnóstico das carências da escola, façam um diagnóstico mais profundo, ou seja, comecem por um diagnóstico da infância em Minas Gerais, da que existe e da que não existe, da infância que é possível e da que nunca será possível, devido às condições de trabalho e à miséria. Estão lançando um filme que se chama "Os Carvoeiros", em que é mostrada a infância carvoeira em Minas Gerais e no Brasil. Podemos falar da infância no lixo. Na reportagem de anteontem, falou-se muito sobre alimentação. Não adianta ficarmos falando do que a escola não tem, porque não há crianças vivendo sua infância. Elas estão pensando em como sobreviver, porque, do contrário, não vivem. Essa questão é muito mais urgente. A escola não vive por si mesma e não tem sentido em si mesma. Ela só tem sentido em função da infância e da adolescência real. Se for necessário, temos de redefinir a escola para que dê conta dessa infância. Não adianta dizer que a infância da escola deverá ser sempre a mesma: chegar às 7 horas, sair às 11 horas. Isso não adianta. Ou que, se não ficarem durante quatro anos, serão reprovados. E, se não forem aprovados, serão reprovados. E quem não comparecer a 75% das aulas será automaticamente reprovado. Isso é partir do umbigo da escola e é pensar que a nossa infância gira em volta desse umbigo. Isso não é verdade. Ou a escola se redefine em função da infância que existe - e, para isso, temos de começar por aí, ou seja, verificando que infância existe - ou não adianta olharmos para a escola e discutirmos sobre ela, nem sequer participativamente. Esse ponto é fundamentalíssimo para a elaboração de qualquer proposta de política pública para Minas Gerais. Olhar os professores, que são os outros sujeitos. Quantos deles têm educação leiga, ou são normalistas, ou são pedagogos, etc.? Essa não é a grande questão do educador. A grande questão do educador é a mesma da nossa infância. O educador tem condições de viver com gente? Qual é a sua jornada de trabalho? Não só dentro da escola. Se fosse apenas dentro da escola, as mulheres que estão aqui, em sua

maioria, achariam tudo muito fácil. Qual é a jornada real de trabalho? Façam o levantamento, o diagnóstico sobre isso. Quantas professoras são chefes de família? Isso é mais importante que se analisar quem tem nível superior ou não. Além disso, há outras questões. Que acesso o professor tem à cultura? Como alguém que não tem acesso à cultura pode dividi-la? Os cursos de treinamento não podem ser considerados como cursos de cultura, pois ela não é treinada. Para se ter cultura, é preciso ter condições de ir ao cinema, de ler jornais e revistas, de assistir, em casa, a algo além de "Terra Nostra". Sendo assim, a grande questão é: como vivem os nossos educadores? Como é sua vida pessoal? Quais são os novos educadores, hoje? Estamos ao lado do Rogério Correia, do Gilmar, dos coordenadores deste evento, de tanta gente que já lutou, em 1979, há 20 anos, mas, em todo esse tempo, tanta coisa já mudou! Hoje, os salários são iguais ou piores, as condições são iguais ou piores, a carreira está tão excludente quanto ou pior, e nós não somos os mesmos. As lutas nos fizeram outros. Temos mais consciência, somos novos sujeitos sociais e culturais. Os professores e professoras não são os mesmos, e isso tem que ser diagnosticado. Isso é tão sério como saber se dominam ou não os PCMs, pois, se os professores forem outros, a escola será outra. Se eles forem sujeitos políticos e culturais, humanos, sujeitos de direitos diferentes, terão outra sensibilidade como educandos e sujeitos de direito, fazendo outra triagem dos conteúdos. Esse é o professor em que vocês se transformaram, em que vocês se vêm constituindo.

Podemos também questionar se a professora participa do movimento feminista e se tem consciência de seus direitos enquanto mulher, pois, assim, sem dúvida, ela será outra mulher. O professor participa do movimento negro e tem consciência de seus direitos enquanto negro? Se assim for, ele terá outra sensibilidade com relação à escola pública e aos direitos da comunidade negra, cujos membros são, aliás, os mais reprovados, os mais excluídos e os que são tratados com menos dignidade. Como fica tudo isso? Insisto com todos vocês: não partam de um diagnóstico da escola, partam de um diagnóstico da sociedade, dos momentos sociais, do momento cultural. Partam dos novos sujeitos que, nesse movimento, constituem-se e das condições concretas de sermos sujeitos e humanos, para podermos ser educadores e humanos. Termina por aqui, pois meu tempo já está esgotado. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras da Sra. Maria Tereza Leitão de Melo

A CNTE gostaria de saudar os organizadores deste evento, cumprimentar os componentes da Mesa, os senhores parlamentares, o Prof. Miguel Arroyo, os professores, as professoras, os trabalhadores em educação, os gestores públicos. Com certeza, na lógica totalmente inversa àquela em que o MEC construiu o seu Plano Nacional de Educação, Minas está realizando vários debates na perspectiva da construção do Plano Estadual de Educação para Minas Gerais. Essa é uma lição que a CNTE vai divulgar nos eventos de que participará, discutindo o Plano Nacional de Educação como uma forma importante de envolver toda a sociedade civil, particularmente aqueles que militam na educação, na leitura crítica e na proposição de políticas públicas para a educação estadual.

Imbuída de visão bastante positiva com relação ao que possa vir a ser este seminário, a Confederação fará algumas considerações acerca do processo de construção e principalmente de disputa em torno do Plano Nacional de Educação, que está, por coincidência - este seminário foi marcado bem antes do momento que estamos vivendo no Congresso Nacional -, no momento final de apresentação do substitutivo do relator Nelson Marchezan, como bem disse a Presidente da Comissão de Educação.

O Plano Nacional de Educação, é preciso que se diga antes de qualquer debate, está chegando à sociedade brasileira com dez anos de atraso em relação à norma constitucional de 1988, constante no art. 214. E, mais que com esse retardo no tempo, chega com um atraso de conteúdo, determinado pelas reformas educacionais, basicamente a Emenda à Constituição nº 14, que, dentro daquele histórico rápido, mas profundo feito pelo Prof. Arroyo, inverteu muito da lógica que se vinha conquistando na sociedade brasileira, em relação ao direito à educação como um direito de cidadania.

No momento em que se dá a discussão e a elaboração de um plano nacional de educação, é preciso que essa lógica seja recuperada e que seja denunciada aquela inversão, evidentemente, para que se caminhe na direção do seu resgate e da sua conquista.

Outro ponto a que precisamos dar destaque neste debate, para que não tenhamos sonhos perdidos ou esperanças vãs, é o limite que significa, dentro do trato que é dado pelo MEC à política educacional neste País, um plano nacional de educação e, posteriormente, os planos estaduais e municipais.

Isso se dá por dois determinantes. Primeiro, a prática, já bastante conhecida por nós, do modo como o Ministério da Educação trata a legislação educacional e as políticas de governo, muitas vezes emitindo medidas e retirando do parlamento o seu legítimo direito e a função de intervir e de legislar, retirando da sociedade também o seu direito de intervir, de ser interlocutora e proponente. Isso causa um mal terrível. Não sei se o MEC consegue enxergar a falta de legitimidade nas suas políticas.

O Plano Nacional de Educação, por exemplo, está tramitando ainda, mas muito do seu conteúdo já está em prática nas políticas de governo, através de programas especiais, decretos e medidas provisórias - instrumentos para os quais não precisamos ser ouvidos a Câmara, o Congresso Nacional, as Casas Legislativas de modo geral, muito menos a sociedade civil organizada e as entidades dela representativas. Foi assim que se deu a formulação do plano nacional. Nós, da CNTE, fomos convocados a participar, como de resto todo o fórum nacional, mas a participar por correspondência, emitindo a nossa opinião em determinados assuntos. Nós, que representamos os educadores da educação básica, não precisávamos, por exemplo, opinar sobre financiamentos. Não precisávamos opinar sobre valorização do ponto de vista da formação profissional. Não precisávamos opinar sobre educação especial. Apenas sobre as etapas do nível da educação básica - infantil, fundamental e médio -, dizendo o que não gostamos, o que se devia acrescentar, o que queríamos retirar da proposta elaborada pelo MEC, através do INEPE. O fórum se negou a essa forma de participação porque já tinha as diretrizes para um plano nacional de educação, formuladas coincidentemente nesta cidade, no 1º CONED, e consolidadas no 2º CONED, em 1998, também nesta cidade, as quais serão reforçadas no 3º CONED, que será realizado em Porto Alegre, entre 1º/12/99 e 5/12/99, e no qual já estaremos levantando instrumentos, caminhos e experiências positivas de construção de políticas incluídas, democráticas e que apontem para a qualidade social que desejamos para a educação neste País.

Então, a lógica na política educacional - muito bem traçada pelo Prof. Miguel Arroyo - tem uma interface muito cruel, que determina o que foi e qual é o significado da Emenda à Constituição nº 14, naquilo que se refere à restituição de direitos. Educação deixa de ser como era na chamada Constituição Cidadã - direito de todos e dever do Estado - para passar a ser um elemento de oferta. O único nível de educação que é público, gratuito e obrigatório é o fundamental, regular, da 1ª à 8ª série. Os demais são ofertados. Se o cliente chegar a tempo, pega o que está ofertado. Se não chegar, espera a próxima liquidação. Não é essa a lógica do mercado? Isso está voltando, mas não tranquilamente. Está voltando dentro do conflito, da disputa. E os PNEs em debate deixam isso muito claro. Então, essa lógica, que é a lógica da política econômica que dita as normas da política educacional em nosso País, ataca o PNE de três maneiras: primeiro, no seu significado político educativo - isso distingue muito bem o que é o PNE do CONED e o que é o PNE do MEC -; segundo, na sua forma de elaboração, que rapidamente esbocei aqui; e, terceiro, na sua forma de avaliação.

O relator avança um pouco na concepção da avaliação do plano, propondo que não apenas os organismos governamentais a façam, através das avaliações externas, institucionais - já nossas conhecidas -, em relação ao processo de aprendizagem, mas que também haja uma avaliação periódica, com a participação das entidades. É um pouco semelhante ao que queríamos, mas ainda não abrange a sociedade como um todo naquilo que entendemos como avaliação: um momento de reflexão para superar e reencaminhar aquilo que não está dando certo ou potencializar o que está dando certo.

Os planos do MEC e do CONED, decorrentes dessa submissão à ordem econômica, apresentam concepções diferentes em três elementos básicos para a educação: primeiro, a própria concepção de educação. A LDB, apesar de ter absorvido um conceito nosso, ao qual o professor se referiu - o conceito da educação básica como um todo, como um nível, como o mínimo a que o cidadão e a cidadã devem ter direito para enfrentar o mundo, para enfrentar a sociedade -, se detém muito mais na concepção de ensino que na de educação. E o PNE do MEC aprofunda muito isso. Piora, inclusive, algumas falhas da LDB e trata os níveis de modalidade de forma altamente fragmentada. Isso já ocorre nos programas de governo. Vejam-se os parâmetros curriculares nacionais, que determinam, inclusive, a formação para o magistério fragmentada, segmentada, de acordo com a etapa em que o professor leciona, e não apresentam aquela concepção de educação enquanto valor, enquanto direito, enquanto preparação - tão bem descrita pelo Prof. Miguel - plena, humanística, do cidadão para viver plenamente a vida. Isso é gritante na comparação entre um e outro plano: a própria concepção de qualidade. Desde o primeiro CONED, começamos a adjetivar a qualidade. O discurso de qualidade é nosso. Ele vem de 1979, no bojo das nossas lutas pela redemocratização do País, pela redemocratização da escola pública, pela conquista de mais e mais espaços de direito e de felicidade. Mas houve uma apropriação dessa qualidade, uma apropriação da palavra, distorcendo sua concepção, trazendo a qualidade para a esfera da competição, para a esfera da eficiência, a famosa qualidade total, que vocês conhecem há mais ou menos oito anos. Adjetivamos a qualidade. A qualidade que queremos é a qualidade social, a qualidade que inclui, a qualidade que critica, a qualidade que forma o cidadão. Há uma grande diferença entre um e outro plano.

Por fim, a concepção de avaliação. O MEC propõe uma avaliação institucional, uma avaliação de um determinado ator do processo, uma avaliação de resultados. Propomos uma avaliação que envolva todos os atores, inclusive o próprio MEC; que aponte superação dos limites e que seja uma avaliação processual, e não, uma avaliação de estatística. As estatísticas dizem alguma coisa, mas precisam ser lidas na linha e na entrelinha daquilo que dizem.

Os indicadores de desempenho que estão sendo propostos - vamos tratar disso na mesa de amanhã - são um exemplo muito claro de como devem e de como não devem ser tratadas

as estatísticas educacionais.

Não vou me deter muito nesse bloco, para colocar alguma coisa a respeito do substitutivo, mesmo porque o Prof. Miguel aprofundou-se muito na concepção do plano. Mas esse bloco de divergências anuncia para nós um espaço de disputa que tem sido um espaço relativamente profícuo. A Comissão de Educação realizou uma série de audiências públicas. Houve uma participação, não podemos dizer ampla nem nos níveis em que desejávamos, mas satisfatória, considerando a correlação de forças, principalmente, existentes naquela casa e entre nós do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Nossas propostas foram examinadas, isso está bem patente no relatório, embora não tenham sido totalmente absorvidas. O relatório é um documento bastante denso, se não me engano com 180 páginas, e mantém a lógica estruturante do PNE. Não é uma lei qualquer. A lei, enquanto lei, tem poucos artigos. O que vem em termos de plano é o anexo, e está dividido em três blocos, que foram os blocos trabalhados pelo MEC e por nós no CONED. Acrescentamos um bloco além, porque, apesar de termos trabalhado gestão conjuntamente com financiamento, demos um destaque maior à gestão do sistema, indo até a própria escola. O momento é importante para este seminário. A presença de membros da Comissão de Educação, sua Presidente e o Deputado Gilmar Machado é muito importante para este seminário, porque amanhã termina o prazo de apresentação de emendas, prazo este que foi prorrogado. O prazo inicial era bem mais apertado. Após essa apresentação de emendas, é preciso que as Assembleias Legislativas, que os sindicatos, que as associações, que o movimento como um todo exijam um outro momento de debate. Exijam pela responsabilidade que têm.

Não é pelo simples prazer de bater o pé, de reivindicar, é necessário que se exija pela própria responsabilidade de dez anos depois da promulgação da Constituição Federal estarmos discutindo um plano que, apesar dos limites estruturais que ele venha a apresentar, apesar do significado que a legislação tem neste País, muitas vezes se submetendo ao autoritarismo de uma política de governo, é um instrumento de reflexão importante para nós, educadores.

É positivo, é fundamental que haja essa solicitação, que haja essa pressão para que, dando continuidade ao debate nas audiências públicas, após a apresentação de emendas, abra-se um novo estágio de discussão no Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados, em relação ao Plano Nacional de Educação.

Quanto ao item Níveis e Modalidades da Educação, o relator faz um diagnóstico que eu sinceramente assinaria embaixo. Aliás, em quase todos os diagnósticos. O diagnóstico de valorização profissional tem muita coisa do nosso.

Quanto às mazelas da nossa formação, o relator absorve uma formulação nossa que, desde o tempo do Fórum Permanente do Plano Decenal de Educação, diz que valorização profissional só se dá baseada no tripé: formação inicial e formação continuada, salário, carreira e condições de trabalho.

No tocante ao diagnóstico tanto dos níveis de modalidade quanto do financiamento e gestão, quanto da valorização profissional, ele revela coisas que nós já sabemos. Algumas delas, nós defendemos; com as quais, portanto, concordamos. Qual é a contradição, então? É aquilo que o Prof. Miguel colocou: para que diagnosticar? Para que fazer a leitura de uma situação? Para nos dar nos nervos? Para ficarmos com a consciência pesada? Para ficarmos buscando caminhos? Nas mãos do legislador, está um diagnóstico que pode ser um instrumento importante. Ele faz o diagnóstico para apontar no passo seguinte do relatório quais serão as diretrizes, as metas e os objetivos, o que fazer para alterar aquele quadro e superar aquelas dificuldades. O que fazer para se construir a educação de qualidade tão decantada nos discursos e nas estatísticas oficiais. É aí que está o corte, a ruptura, digamos assim.

Em relação à valorização, por exemplo, o relator admite claramente no diagnóstico que não há qualidade do ensino sem profissionais valorizados. E que não há profissionais valorizados sem formação inicial e continuada, sem plano de carreira, sem jornada e sem salário. Isso não se materializaria como meta, a não ser na posição muito vaga de que os Estados precisam ter seus planos dentro do prazo de um ano. A Lei nº 9.424 já tratava disso desde 1996. É necessário ter pisos setoriais, a política comprovada pelo Movimento é de que precisamos ter um piso salarial, profissional, nacional.

Em relação aos níveis e modalidades, mantém toda a fragmentação e não aponta políticas contudentes para um dos princípios constitucionais em relação ao objetivo do Plano Nacional de Educação, que é a erradicação do analfabetismo. Ocupamos um lugar vexatório em relação aos índices de analfabetos adultos na América Latina. Nesse índice, perdemos para poucos países na América Latina. Talvez no ano 2020 alcancemos os índices que a Argentina tinha em 1990. Então, a meta e o objetivo estão em total descompasso com o diagnóstico.

Em relação ao financiamento, o relator insinua que o FUNDEF é precário, apesar de fazer uma apologia muito grande do FUNDEF.

Avança apenas ao reconhecer que o FUNDEF é insuficiente, porque o ensino médio e a educação infantil ficam sem verbas próprias, mas não assume a proposta do FUNDEB, que já é projeto de lei, e, certamente, algum parlamentar falará aqui, com mais propriedade, sobre ele. Então, limita o financiamento aos índices atuais. Aumenta um pouco da proposta do Governo em relação ao PIB. O PNE propõe 6,5%, o relator avança para 7%. Mas há uma falha de leitura, porque considera que o Governo aplica 5% do PIB em educação, já que entram precatórios e recursos para a iniciativa privada. Se entrarem apenas recursos públicos para a educação pública, são os 3,7% que estamos propondo sejam ampliados para 10%. Quem amplia de 5% para 7% amplia muito pouco e mantém as bases e as referências de aplicação.

Finalmente, com relação à formação profissional, o diagnóstico é de total acordo com o nosso. Mas as metas e diretrizes reconstituem o que há de mais ambíguo e de mais contraditório na LDB. Toda aquela misturada de "locus" de formação, se é escola normal superior, se é escola normal de nível médio, se são os institutos, se são as faculdades de educação, se são os cursos de Pedagogia, aparece muito relacionado com educação a distância, não como um instrumento de educação continuada e suplementar, mas de formação inicial, fortemente defendido. Não temos nada contra a tecnologia educacional, mas sim contra a substituição da educação enquanto relação interativa, principalmente para quem quer ser educador. Realmente, é um momento em que desejamos nos aprofundar.

A CNTE encaminhou subsídios, a pedido do bloco de oposições, em uma parceria que se vem construindo há muito tempo. O Fórum Nacional está apresentando um documento de análise global do substitutivo do relator Nelson Marchezan. E Minas, avaliamos, tem um papel importante. É um desafio que estamos enfrentando, mas que não deve nos atemorizar. Ao contrário, quem foi capaz de discutir, de construir, de refletir, de diagnosticar e, ao mesmo tempo, propor tudo o que vocês conseguiram fazer ao longo desses meses na construção deste seminário não deve ter medo de ousar, de se expor, de sonhar e, principalmente, de acreditar que educação é algo dinâmico e, como diz o Deputado Edson Rezende, que apaixonou. E, se somos movidos pela paixão, não podemos deixar que nos siga, mas que nos direcione, impulse-nos a defender e a exigir, cada vez mais, que a educação pública neste País venha a se constituir num direito público da população, principalmente, dos excluídos. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Federal Maria Elvira

Gostaria de cumprimentar todos os presentes e lamentar que a Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto da Câmara não tenha sido convidada oficialmente. Descobri este encontro de hoje por acaso. Perguntei ao Deputado Gilmar Machado, que me respondeu a mesma coisa. Infelizmente, esse fato ocorreu num momento em que se fala sobre o Plano Nacional de Educação, assunto que a nossa Comissão está, há seis meses, estudando e discutindo. Estamos ouvindo, em Brasília, todos os segmentos da sociedade brasileira, os segmentos da educação especial - a educação para os índios -, da universidade, do ensino médio, do ensino fundamental. Portanto, Deputado Edson Rezende, gostaria de dizer que lamento profundamente que isso tenha ocorrido, porque, como já disse, estou aqui por acaso e não posso permanecer, em virtude de compromissos marcados com maior antecedência. Assim, peço ao Deputado Gilmar Machado que represente a Comissão de Educação, pois não posso ficar.

No entanto, aqui deveria estar o Deputado Federal Nelson Marchezan, relator do Plano Nacional de Educação, que teria condições de trazer o substitutivo, a fim de discutir com Minas Gerais o que tem sido feito. Portanto, quero lamentar esse acontecimento e pedir à Assembleia que, quando realizar um evento deste alcance, especificamente na área da educação, não se esqueça de convidar a Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto da Câmara, porque, caso contrário, faltará um pedaço muito importante para o debate.

Quero agradecer ao Presidente, Deputado Edson Rezende, ter-me franqueado a palavra, porque não fui convidada como debatedora. Há pouco, conversávamos com a Profa. Maria Luiza sobre o que, no período em que a Comissão está atuando, desde o início do ano, foi feito em relação ao PNE. Quando o Governo Federal - o MEC - mandou o plano para a nossa Comissão, tenho a impressão de que não esperavam que o debate fosse aberto da forma como foi, e passamos praticamente seis meses debatendo.

Acredito que, se o relator Nelson Marchezan - que não foi indicado por mim, porque veio da legislatura anterior como relator - aceitou algumas modificações, foi com base na insistência da Comissão para que fosse analisada com muita seriedade e profundidade a proposição apresentada pelo Deputado Ivan Valente.

No momento em que se esgota o seu prazo para análise do assunto, e temos até amanhã para apresentar nossas emendas, quero, mesmo, informar aos senhores que, às 5h30min, sairei daqui para uma reunião com o Secretário da Educação e outras pessoas, em que questionaremos algumas questões. Não só isso, mas também o orçamento da União, para que, amanhã, numa reunião que acontecerá às 10 horas, em Brasília, possamos apresentar mais algumas emendas ao orçamento e ao PNE.

Do que ouvi da fala da Profa. Maria Luíza, posso dizer que a nossa visão é concorde. Temos uma visão completamente humanista e inclusiva da educação. Participamos, com muito prazer, do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, em Brasília. Temos participado de várias reuniões nesse sentido, com os Deputados Pedro Wilson, Flávio Arles e Gilmar Machado. Somos companheiros da Frente Nacional de Defesa da Escola Pública.

Ouvi uma coisa da Maria Tereza, a quem tive o prazer de conhecer hoje - espero encontrá-la em outras reuniões -, da qual discordo. Acho que não é totalmente discordar, mas gostaria de compartilhar com ela outra opinião. Nós, que somos humanistas, que viemos da área da educação e que a defendemos arduamente, não podemos ignorar números. Fiquei chocada com os números do Plano Nacional de Educação, principalmente com os que se referem à qualificação de professores. Vou citar o exemplo da educação infantil, área que me preocupa e me motiva muito. Já fui professora primária. Temos, no Brasil, 35.267 professores que precisam fazer o curso de nível médio, modalidade normal, a fim de que possam atingir a qualificação mínima permitida. Quanto às crianças de creches, não há dados sobre o assunto. Um levantamento urgente faz-se necessário para dimensionar a demanda e definir a estratégia para os recursos requeridos. Então, precisamos dos números. Quanto às classes de alfabetização, como vão ser desfeitas nesse Plano, conforme as diretrizes e metas, não se trata de qualificar os professores para nelas permanecerem, mas para atuarem no ensino fundamental. Há 31.170 professores que possuem apenas ensino fundamental e deverão cursar, pelo menos, o ensino médio, modalidade normal. O nosso Brasil, com tantas disparidades regionais, leva-nos a essas situações profundamente incômodas. Incomoda-me ter, ainda, professores de alfabetização sem o curso médio. Para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, 118.482 professores precisam obter diploma de nível médio, modalidade normal. Considerando-se o grande aumento do número de matrículas nesse nível de ensino, entre 1996 e 1999, é de se supor que a quantidade de professores nessa situação seja maior hoje, principalmente se houve admissões sem a qualificação mínima exigida. E, seguramente, houve. A demanda desses professores é grande, principalmente no Norte e Nordeste do Brasil. Para as quatro últimas séries do ensino fundamental, 160 mil professores carecem de formação de nível superior com licenciatura plena. Para o ensino médio, 44.486 necessitam de formação superior. Chega-se ao número de 58 mil em 1997, calculando-se a partir dos dados disponíveis sobre o percentual dos que atuam nesse nível com curso superior.

Aí fomos para a educação especial, pois estamos muito preocupados com ela no momento. Parece que, até agora, tirando os esforços das APAEs, muito pouco tem sido feito nesse sentido. É a primeira vez que será apresentada, pela Comissão de Educação, uma emenda para a educação especial, sugerindo aquisição de equipamentos, piscinas, porque sabe-se que a piscina é fundamental para o aluno com surdez e dificuldade de movimentos.

Essa densidade de qualificação para a educação especial e para a educação de jovens e adultos é pequena no que se refere ao nível de formação, pois, em ambas as modalidades, 97% dos professores têm nível médio e superior. A questão principal, nesses dois casos, é a qualificação para a especificidade da tarefa.

Teríamos ainda muito a dizer, mas estou apenas colocando que as funções docentes estão assim distribuídas: educação infantil - 223.932 professores, classe de alfabetização - 75.902 professores, ensino fundamental - 1.413.607 professores, ensino médio - 352.854 professores, educação especial - 36.171 professores, educação de jovens e adultos - 103.300 professores. Estou dizendo isso porque são números concretos, que precisamos atacar. Afora tudo que já sabemos e que tem sido discutido, esses números são concretos e precisam ser mudados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras da educação, lamentamos o fato de não termos tido a oportunidade de estar trazendo algumas transparências que preparamos para alguns debates e apresentações, as quais dão uma grande clareza relativamente aos objetivos que pretendemos alcançar. Mas temos, até amanhã, prazo para apresentação de emendas, o que não significa que a discussão está encerrada, pois continuaremos discutindo o substitutivo apresentado, as emendas e, ao final, poderemos dizer o que conseguimos acrescentar, mudar no plano que veio do MEC. Mas o objetivo da Comissão foi o de aproveitar, ao máximo, as propostas do projeto do PNE, do Deputado Ivan Valente, que foi um bravo companheiro, sempre esteve ao nosso lado, atuando, discutindo, mas, infelizmente, não foi reeleito. Apesar disso, deixou uma contribuição efetiva, que não está sendo abandonada em nossas discussões. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Gostaria de informar à Deputada Maria Elvira que foi enviado convite à Comissão de Educação. No dia 8, às 9h27min da manhã, foi passado um "fax" para a Deputada Maria Elvira, que gostaria de ler: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais realizará, no período de 18 a 21 de outubro, o Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, com o objetivo de avaliar, entre outros temas, a aplicação da nova legislação educacional em nosso Estado, com especial ênfase para a questão do financiamento da educação.

Na oportunidade, tenho a honra de convidá-la, como Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, bem como os Deputados mineiros que a integram, a participar da abertura do referido evento, no dia 18 de outubro, às 14 horas, no Plenário da Casa, quando será discutido o tema 'Plano Nacional de Educação'.

Atenciosamente, Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais". A leitura foi feita apenas para esclarecimento. (- Aplausos.)

A Presidência também informa que o Ministro da Educação, que deveria expor a sua posição sobre o PNE, não compareceu nem mandou representante.

Palavras do Deputado Federal Gilmar Machado

Muito obrigado, Deputado Edson Rezende. É uma alegria muito grande voltar a esta Casa, principalmente para ouvir o Prof. Miguel Arroyo e a Profa. Maria Tereza. Tive a oportunidade de participar do seminário promovido pela Assembléia em Uberlândia e agora temos este seminário. Minas Gerais dá, mais uma vez, exemplo de como deve ser montado um plano de educação. E, como disse o Prof. Miguel Arroyo, é fundamental que avaliemos bem a questão da sociedade na qual estamos inseridos.

Já que os expositores fizeram explanações brilhantes, vou-me ater ao comentário do que estamos trabalhando na Comissão de Educação da Câmara. Estamos avaliando o substitutivo do Deputado Nelson Marchezan. Estou com uma cópia desse relatório e posso passá-la a quem se interessar. O problema é que o prazo para apresentação de emendas extingue-se amanhã. A única pessoa que poderia modificar esse prazo seria a Deputada Maria Elvira, mas ela já me disse que vai manter o prazo. O que haverá é um prazo maior para o debate com as entidades. Com relação a esse substitutivo, queremos dizer que o Deputado Nelson Marchezan fez um bom diagnóstico, realmente conseguiu absorver aquilo que foi apresentado de forma fragmentada pelas entidades. A CNTE debateu a parte básica da educação, a ANDES debateu a parte da educação superior, os representantes do CEFET falaram da educação profissional. Cada entidade falou sobre uma parte, e ele conseguiu juntar tudo. Como disse o Prof. Miguel Arroyo, é difícil fazer uma avaliação de um plano nacional por partes. As entidades não puderam fazer uma avaliação global. Pelo menos, nesse aspecto, temos que ser justos, o Deputado Nelson Marchezan entendeu o espírito global. O que aconteceu é que, por exemplo, foi diagnosticado um problema de estômago, e foi receitado um colírio. Quando lemos o plano, entendemos assim. O diagnóstico é correto, a forma de resolver o problema é que está errada.

Precisamos entrar em contato com o Ministro Paulo Renato para discutir dados de um documento que tenho em mãos, mas ele é especialista em não aparecer nos encontros. Esse é o documento do Ministério da Educação no qual se coloca que é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - o INEP -, do Governo, que reconhece que hoje os gastos com a educação são da ordem de 5% do PIB. Se entendermos que o PIB brasileiro é da ordem de 800 bilhões, concluímos que o Governo reconheceu que gastou em 1997 algo em torno de 43,2 bilhões em educação - pública e privada.

Esse é o primeiro problema que temos com o Deputado Nelson Marchezan, que, em seu relatório, está propondo um acréscimo, 7%, em 10 anos. Segundo o Deputado, hoje estamos gastando 5%, então, vamos crescer 0,5% do PIB a cada dois anos e meio em gastos com educação - pública e privada. Entendemos que os 10% são para gastos com a educação pública, e não com o ensino privado.

Tudo o que se coloca nas universidades e escolas privadas é contado como gasto com a educação. Além disso, temos outro problema, que é saber o que é gasto com a educação. O Governo considera que os gastos com precatórios e amortização de dívidas estão incluídos nos 7% dos gastos com a educação. Se excluirmos os pagamentos de juros de dívidas e a amortização de dívidas - que começamos a pagar -, e Minas Gerais começará a pagar uma série de empréstimos que fizemos para comprar aqueles computadores, aqueles programas PROCAP e PROCAD, todos conhecemos, vamos começar a pagar. Esses pagamentos serão considerados gastos com a educação.

Na verdade, dos 7% que estão prevendo, se olharmos os gastos efetivos, cai-se para 4% no geral, daqui a dois anos, para gastar com a educação básica, superior e profissional. Esse é o primeiro desentendimento que temos com o relatório do Deputado Marchezan referentemente ao projeto.

Segundo, pelos tópicos, verifica-se que o Deputado trabalha a educação de uma forma geral. Quais as propostas que o relator traz? Por exemplo, o que está propondo para a educação infantil? Está propondo atender, em 5 anos, 20% e, em 10 anos, 35% da população de até 3 anos e 50% da população de 4 a 5 anos. Por quê? Porque sua proposta traz uma questão pela qual sempre batalhamos, ou seja, a incorporação das crianças de 6 anos. Agora, o ensino infantil vai ter nove anos, e não oito. As crianças de 6 anos serão incorporadas. Por isso, no relatório, trabalha-se apenas com as crianças de 4 a 5 anos.

Achamos que o atendimento é muito tímido: nos próximos 5 anos, somente 20% das crianças de até 3 anos vão estar nas escolas ou creches, e metade só em 10 anos, de 4 a 5 anos. Quando o Sr. Miguel Arroyo estava falando das crianças, estava me lembrando do Relatório Marchezan, que propõe que metade das crianças, daqui a dez anos, tenham acesso à educação.

Isso significa que não há proposta para a outra metade. Não há escola prevista. Temos que entender que esse relatório é uma meta. Não significa que vai ser cumprida pelo Governo. Se está propondo que, daqui a dez anos, levaremos metade das crianças de 4 a 5 anos, significa que a outra metade já está fora. Se imaginarmos que geralmente o Governo só consegue cumprir a metade das metas, vamos ver que 75% vão ficar fora.

Interessante é que o relator propõe essa meta, mas não indica de onde vão sair os recursos para atender as crianças dessa faixa etária. Na nossa avaliação, precisaríamos de 1,5% do PIB.

O ensino fundamental é atendido pelo Relatório Marchezan. A visão do Governo, quanto ao ensino fundamental, é de que este já está resolvido. Então, quanto à universalização, temos 98% do pessoal atendido. Esses dados já foram publicados há 15 dias. Hoje, estão matriculadas, da 1ª à 4ª série, no ano de 1999, 21.013.899 crianças. Houve diminuição. Em 1998, havia 21.377.130 crianças matriculadas da 1ª a 4ª série. Em 1999, esse número caiu para 21.013.889. Então, está havendo diminuição nas matrículas da 1ª à 4ª série. As matrículas da 5ª à 8ª série atingiram 14.461.000 em 1998. Em 1999, 15.156.000. Da 5ª à 8ª série, tivemos acréscimo de crianças. Segundo o Governo, hoje, temos um atendimento de 96%, ou seja, crianças que já estão matriculadas regularmente no ensino fundamental. A previsão para os próximos cinco anos é que ele esteja universalizado. Isso significa que todas as crianças de 7 a 14 anos estarão matriculadas, vão estar na escola. E quem está fora da faixa? Essa é outra conversa, vai ser tratada em outro ponto. Isso é só para quem entrou na escola na data certa. Quem não entrou vai ter outro tratamento. Ele diz que resolve esse problema do ensino fundamental com o FUNDEF e utiliza uma matéria dizendo que, no Nordeste, os professores são a nova classe média emergente. Isso significa que esse problema está resolvido. Dizem que os grandes partidos do Nordeste são os professores. Todos querem casar com professores, segundo a matéria.

Em relação ao ensino médio, qual a proposta do relator? Atender, nos próximos dez anos, à demanda de todos que saírem do ensino médio. Ele diz o seguinte: no ensino médio, tivemos 6.967.905 matrículas em 1998; em 1999, tivemos 7.767.091 matrículas. O ensino médio, então, está expandindo-se cada vez mais. No ensino fundamental, teríamos 91,8% de alunos na escola pública. No ensino médio, 84% são atendidos pela escola pública. Vejam que 8% dos alunos da escola fundamental estão nas escolas particulares. No ensino médio, temos 16% de alunos matriculados também nas escolas particulares. A oferta da escola pública, no ensino fundamental, é ainda muito grande. É preciso ainda aumentar a oferta da escola pública para o ensino médio. Ele diz que vai universalizar. De que maneira? Ai, ele não coloca as metas. Como vai atender gradativamente esse pessoal que sai, se o Estado continua apenas com os 10%? Esse é um problema que se encontra no relatório. Ele aponta para a solução do problema, porém não diz como atenderá crianças fora da faixa etária, o que é mais sério do que no ensino fundamental, que tem recebido, pelo menos, algumas propostas intermediárias, feitas pelos Governos. Esse é um outro problema que detectamos no ensino médio. Apresentamos uma emenda à Constituição, criando o FUNDEB, que é o Fundo da Educação Básica, e não apenas do ensino fundamental. Debateremos, à noite, esse assunto, já que existe uma mesa específica para tratar da questão.

Outra proposta refere-se à erradicação do analfabetismo. Propõe alfabetizar, nos próximos cinco anos, em torno de 10 milhões de pessoas. Se imaginarmos que temos, hoje, 30 milhões de analfabetos, a proposta não contempla os 20 milhões restantes de analfabetos. Mas alfabetizar pessoas exige uma proposta para a continuidade do estudo delas. Você garante a alfabetização, e depois? No relatório, não fica claro como será dada seqüência ao processo de alfabetização dessas pessoas.

No ensino superior, só há a proposta de atender, nos próximos 10 anos, 40% da faixa etária de 18 a 24 anos. Essa é a meta do PNE. Existe, também, a proposta de parceria com os Estados para atender 40% desses jovens. Isso significa que 60% dos nossos jovens continuarão sem acesso ao ensino superior. Como isso será resolvido? Como um Estado que se encontra em dificuldades com o ensino médio poderá fazer parceria para atender o ensino superior? Trata-se de um outro problema que estamos identificando no PNE.

Gostaria de abordar outras questões. Uma delas refere-se ao problema da educação na zona rural. A proposta do PNE é a de acabar, nos próximos 10 anos, com 50% das classes multisseriadas, tendo as 4 primeiras séries na zona rural. Porém, a outra metade continuará em salas multisseriadas. Trata-se de um outro problema grave. Entendemos que o que está colocado refere-se às metas, mas não está explícita a forma de obtenção de recursos para a solução dos problemas.

Outra questão é a não-fixação de um piso nacional. É um outro problema grave do PNE, que continua usando pisos diferenciados nas diversas partes do País. Quero concluir dizendo que estamos apresentando um substitutivo, colhendo sugestões das entidades. Esse evento é muito importante para que possamos levantar propostas. Fiz questão de participar hoje, mas não poderei participar amanhã nem nos outros dias, porque amanhã é um dos últimos dias para a apresentação dessas emendas, e começamos a definir o cronograma de votação do PNE na Comissão de Educação. Temos, também, outros projetos, como o aumento do Imposto de Renda, que será votado nessa semana, e uma série de outras coisas em Brasília. Por isso não poderei permanecer no restante dos dias, mas estarei presente hoje, à tarde e à noite.

Quero parabenizar a Assembléia Legislativa de Minas, os dois proponentes, Deputados Edson Rezende e Rogério Correia, pela iniciativa, a todos vocês e ao Governo de Minas. Façam esse debate tentando avaliar a conjuntura desse momento que estamos vivendo, para que possamos, como educadores, continuar sonhando e, evidentemente, executando. Na minha formação evangélica, um pastor dizia: "Oração sem ação é tapeação". Temos que sonhar, mas também temos que praticar, lutar no dia-a-dia, para que possamos construir algo novo e diferente. Obrigado pela oportunidade. Estamos abertos para qualquer questionamento. Muito obrigado. (- Palmas.)

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Agora passaremos à fase de debates. Queremos esclarecer que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, estando dispensadas as formalidades; podem fazer a pergunta diretamente. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo de resposta aos expositores.

Debates

Sra. Maria Ilda de Carvalho - Professora e Supervisora Pedagógica, representando a Escola Estadual Luiz Peçanha, do Instituto de Educação de Minas Gerais, e o Instituto de Educação de Minas Gerais.

Com a retomada de 1979, com o Prof. Miguel Arroyo, isso fica muito fácil. Nessa época, era aluna dele no curso de Sociologia da Educação. Gostaria de remeter-me à Mesa, destacando o seguinte questionamento. De acordo com o pronunciamento do Prof. Miguel Arroyo, quando faz uma retomada sobre a questão da mudança na educação e considera as três variáveis: a retomada da origem, o enfoque ou o eixo, retomando a situação do mercado e a proposição da cidadania vista como valores, especialmente a justiça, gostaria de questioná-lo: como poderia transpor sua exposição para a nossa realidade, da proposição de um sociólogo Presidente da República, a coerência da sua produção intelectual e a sua prática política, ao mesmo tempo, apontando para o futuro do Brasil e as suas bases apontando para o meio rural e as eleições dos Prefeitos no próximo ano? Entendendo o questionamento, é lícito um governante fazer dúvidas para o seguinte? Muito obrigada.

O Sr. Miguel Arroyo - Maria Ilda, a sua pergunta refere-se aos três pontos que expus rapidamente, que, parece-me, são três momentos importantes na mudança da concepção da educação atrelada às condições de origem, ao mercado e vinculada aos direitos. É isso?

A Sra. Maria Ilda de Carvalho - Questiono, exatamente, a postura do Presidente, a sua coerência em termos de produção intelectual e prática política, a transposição, em nível de tempo e futuro, para a realidade nacional, com a eleição de Prefeitos, inclusive com extensão ao meio rural, e a questão de um administrador público deixar encargos financeiros, ou seja, dívidas para os demais.

O Sr. Miguel Arroyo - Sem dúvida, não estou de acordo com isso, mesmo sendo meu colega de Sociologia. Parece-me que a senhora questiona a história política, social e dos direitos. Está distante, ainda, de nortear políticas, ou seja, se há políticas do meio rural, nacionais, de financiamento e de atrelamento à globalização. Estou de acordo com a senhora.

Maria Ilda, a questão que tem de ser exposta para nós, educadores, é se percebemos, também, as mudanças. Estou de acordo com a crítica que, implícita ou explicitamente, faz ao Presidente e à sua política, mas penso que, num seminário como este, a questão que deveríamos expor é com relação ao relatório do Marchezan, que, na realidade, não percebe que os tempos mudaram. O relatório continua dizendo como dar a cada criança do Brasil o direito à educação, mas a 20% ou 30%, ou seja, a um resto. Se pudessem parar o relógio da infância e dizer que, no próximo ano, entra uma próxima liquidação... mas não dá para parar o desenvolvimento humano. É curioso como equacionamos políticas macro e equacionamos reprovações micro nas escolas, pensando que é possível dizer a uma criança: "Não sabe ler? Pare o seu relógio e continue com seus 6 aninhos, até que aprenda a ler". "Mas completarei 6, 8, 10, 11 e 12 anos". "Não. Pare o seu relógio e continue convivendo com crianças de 6 anos". O que quero dizer é que esse realismo tem que impregnar não só as grandes políticas do Presidente, mas também as nossas políticas, que ainda não estão adequadas ao avanço que o movimento social deu à educação.

O Vereador Messias - Meu nome é Messias e sou da Câmara Municipal de Elói Mendes. O ensino fundamental é importante, mas queremos saber, também, a respeito da situação das pessoas que completam o 2º grau e querem dar continuidade aos estudos. Às vezes, são pessoas que têm capacidade, mas não têm recursos. Qual é o valor repassado pelo Estado ou pelo Estado Federal para os municípios destinado ao ensino superior? Há alguma perspectiva de aumento desse valor?

O Deputado Federal Gilmar Machado - Não há nenhum repasse. O grande debate que se faz hoje com relação ao ensino superior é o seguinte: estamos garantindo o maior número de pessoas no ensino fundamental, ou seja, atualmente, temos 32 milhões de matrículas nesse nível, além de 7 milhões de matrículas no ensino médio. Evidentemente, esse pessoal vai chegar ao final do curso e fará uma pressão maior pelo ensino superior. Hoje, não há nenhum tipo de repasse. A última universidade pública construída no Brasil é a Universidade Federal de Uberlândia, construída em 1979. O Estado de Tocantins não tem universidade federal. Portanto, a questão do ensino superior representa um dos grandes debates travados no Plano Nacional de Educação, pois é preciso assegurar às pessoas a possibilidade de chegar à universidade. O Governo vem agora com a proposta do Financiamento ao Ensino Superior - FIES -, que se apresenta como uma substituição do crédito educativo por um plano da iniciativa privada, incentivando a ida para as faculdades particulares.

Os centros universitários têm crescido muito, tanto em Minas Gerais como no Brasil. O Governo está se desobrigando de abrir mais vagas nas universidades públicas e está aumentando o apoio à iniciativa privada, a fim de oferecer mais vagas. Todos esses centros têm que patrocinar um time de vôlei, basquete, etc., como a UBRA, o UNIBANCO e outros. O Governo oferece incentivos financeiros e redução de impostos para que esses centros abram mais vagas, e esses gastos estão incluídos no PIB como gastos com a educação. A questão do ensino universitário é um grande desafio, um embate.

Esperamos que, desse evento, surjam propostas, a fim de inverter essa lógica. De acordo com o Deputado Nelson Marchesant, o ensino continuará sendo, realmente, um grande privilégio para todos.

A Sra. Maria Tereza Leitão de Melo - Quería fazer um pequeno complemento, Vereador Messias. Nesse debate sobre financiamento público para a educação, a lógica do MEC é estabelecer uma disputa, alegando que, para financiar, integralmente ou em níveis de universalização, a educação básica, há a necessidade de tirar recursos do ensino superior. Portanto, é bom ficarmos atentos para o que se pode entender como direito a todos os níveis de educação, para não enveredarmos para o entendimento de que, para assegurar o ensino básico, é necessário privatizar o ensino superior.

O Deputado Rogério Correia - Gostaria de fazer um complemento, já que o Gilmar colocou a questão do FIES. Além de tudo, esse financiamento é parcial - 70% do valor -, e o estudante tem que apresentar um fiador para ter acesso ao fundo. Assim, temos um retrocesso nesse aspecto, pois, além de o Governo não incentivar o ensino público universitário, o incentivo dado ao ensino privado é limitado.

O Deputado Federal Gilmar Machado - Os juros são de 9% ao ano para o estudante. No entanto, a universidade, que pega o dinheiro para construir centros novos, paga 1% de juros ao ano.

Um participante - Prof. Miguel Arroyo, caras colegas; caros colegas; gostaria de perguntar ao senhor o seguinte: até quando conviveremos com a fraude pedagógica em Minas Gerais - promovida principalmente pelo Secretário do Governo anterior -, que se caracterizava pela promoção automática até mesmo de estudantes ausentes, além de números fraudulentos que atestavam um suposto fim da reprovação e da evasão na escola pública, o que não é verdade?

O Sr. Miguel Arroyo - O senhor tocou em uma questão muito delicada. Posso não estar de acordo com a fraude pedagógica de promoção automática como o fim da reprovação. Mas sou contra a reprovação e sou a favor da aprovação. (- Palmas.) Gostaria que deixássemos claras algumas coisas. Não estou julgando a administração anterior, pode ser que você tenha razão ao parecer que tenha sido uma fraude pedagógica, mas não podemos, em virtude de um projeto de fraude pedagógica, voltar à reprovação, porque não há nada que a justifique. A reprovação somente se justifica se a colocarmos na linha do mercado, ou seja, você tem de ser reprovado porque não está competente para trabalhar, não está competente para passar. Mas, se colocarmos a educação no campo em que a coloquei, ou seja, dos direitos, do direito a ser gente, do desenvolvimento humano, quem tem coragem de reprovar alguém? Posso reprovar em matemática, mas, em desenvolvimento humano, duvido. Eu não teria coragem de reprovar-lo, nem que você me reprovasse, em desenvolvimento humano. Não tenho o direito de reprovar o meu filho, o meu aluno ou outra pessoa qualquer em desenvolvimento humano. A reprovação é inerente ao sistema seriado, é inerente à concepção de educação mercantilista, utilitarista. No entanto, a não-reprovação é inerente a uma concepção de educação de direitos, de desenvolvimento humano. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Tenho em mãos uma pergunta dirigida ao Deputado Federal Gilmar Machado, nos seguintes termos: (- Lê-) "Quais as implicações da inflexibilidade da Deputada Maria Elvira quanto à data de votação do relatório do PNE para nós, os educadores? Qual a contrapartida com que você pensa contar na ocasião?"

O Deputado Federal Gilmar Machado - O Regimento Interno da Câmara determina um prazo para a votação do relatório. Esse prazo já se esgotou. No entanto, politicamente, conseguimos segurar esse relatório, a fim de que o relator pudesse ter um prazo maior para a sua apresentação, podendo, assim, ouvir mais entidades. Tínhamos cinco sessões para apresentar emendas. O que são cinco sessões? São cinco reuniões da Câmara. Quando a Câmara se reúne, é uma sessão. Portanto, são cinco dias, pois a Câmara se reúne de segunda a sexta-feira. Temos de ser justos, pois ela concedeu dez sessões, quando o Regimento estabelece cinco. Essas dez sessões terminam amanhã. No entanto, esse prazo foi apresentado num período em que havia feriados. Por isso, as entidades pediram um prazo maior. Ela está com dificuldades para acertar tal fato, e o Deputado Nelson Marchesant quer votar, e, como relator, tem direito de colocar algumas imposições. Não depende somente dela. Ela pode convencê-lo, mas se ele jogar pesado, evidentemente ela não tem como cumprir esse prazo. Estamos tentando convencê-la, para que estabeleça não apenas um debate, mas, 3, para que as entidades possam comparecer e debater. Se tivermos uma única reunião - e o Regimento estabelece 4 horas de duração da reunião -, a CNTF faz a exposição, a ANDES também, depois não tem espaço para debates. Perfeito? É isso que vamos tentar argumentar. Espero que tenha sensibilidade. E o Prof. Murílio Hingel colocou que o Governo de Minas está apresentando um conjunto de propostas e terá uma reunião ainda hoje com a Deputada Maria Elvira. Acho que isso pode sensibilizá-la a estender o prazo e termos esse debate. Não adianta nada votar um plano que não vai ser executado. Senão, o MEC vai impondo decisões através de Medida Provisória, através do Governo, e vamos tendo os problemas que estamos enfrentando na educação no Brasil, em virtude desses atos fragmentados que estão sendo aprovados.

O Sr. Ricardo - Sou professor na Rede Municipal de Cataguases e estou aqui representando a 19ª Superintendência de Leopoldina. Gostaria de dizer que, apesar do esforço dos Deputados Edson Rezende e Rogério Correia, de tornar esse evento o mais democrático possível, isso não aconteceu. Ao chegar aqui pude constatar que não só a 19ª Superintendência de Ensino de Leopoldina, como tantas outras, não inscreveram previamente os cinco membros da Comissão. Vou mais além. O que a Superintendência de Leopoldina fez foi um ato de deseducar e não educar. Uma Superintendência que tem como principal atribuição fiscalizar a educação na região fez justamente o contrário, não cumpriu os prazos de debates, dentro do pólo de Cataguases. Segundo, não indicou e não deu as diretrizes para a escolha do candidato. Não é possível, numa época como hoje, uma Superintendência fazer uma proposta de sorteio para membro de Comissão por tempo de serviço, para escolher uma pessoa que vai participar de um Fórum dessa grandeza e depois ainda argumentou, a fim de impedir a vinda de uma pessoa do pólo de Cataguases, representando a Rede Municipal. Ora, estamos discutindo a educação pública, não só a educação estadual. E para finalizar não concretizou a inscrição da pessoa escolhida. Estivemos juntos em Juiz de Fora, os nomes das pessoas estão na relação de presença. Portanto, fazemos essa solicitação para que estes problemas sejam discutidos, não só em relação à Superintendência de Leopoldina, mas em outras que trabalharam no sentido contrário de educar e, ainda mais, suprimiram propostas de escolas estaduais e municipais de Cataguases. Isso foi o pior. Em Juiz de Fora, o senhor estava presente e a própria representante da Superintendência disse que ela modificou o texto de uma proposta da Escola Municipal Luiza Brandão.

Então, se estamos falando em democracia e em educação, essas pessoas precisam ser chamadas e responsabilizadas pelos seus atos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Levaremos ao Secretário de Estado Murílio Hingel essa queixa. Ele estará conosco amanhã, na primeira reunião, às 8h30min, para averiguar essa questão. Pergunta do SIND-UTE, para o Prof. Arroyo: "Na sua opinião, como seria a escola ideal, para o aluno real?"

O Sr. Miguel Arroyo - Não gosto muito de trabalhar com modelos, como a escola que temos, a escola que queremos, a escola real, a escola ideal, porque penso que a sociedade se constrói não a partir de modelos, mas de práticas, de lutas, de confrontos. E, com a escola, ocorre o mesmo. Perguntar-lhe-ia: qual é a escola, de forma concreta, qual o professor que vem se constituindo, que vem emergindo, que vem tentando dar conta da infância real em nossas escolas? Prefiro colocar a questão assim. Quando elaboramos a proposta da escola-plural, fugimos desse modelo - a escola que temos e não queremos, o professor que temos e não queremos, o currículo que temos e não queremos - para a escola que queremos, o professor que queremos, o currículo que queremos e com que sonhamos. Penso que não é assim que se constrói a sociedade e não é assim que se constrói a escola. É preferível fazer a pergunta de outra maneira. Que escola está tentando, já, dar conta da criança real? Há muitas escolas que estão tentando dar conta da criança real, que, em vez de obrigar a criança e o adolescente real a se adaptar aos tempos da escola, fazem os tempos de escola se adaptar à criança e ao adolescente real. Isso está ocorrendo. Que professor está surgindo, está emergindo, está se constituindo - como dizia antes - nas lutas dos últimos 20 anos, em assembleias como esta, em seminários como este, em tantos seminários que a UTE teve e tem tido ao longo desses 20 anos? Que professor, que professora se vem constituindo, pensando diferente, com uma cultura diferente, reprovando a reprovação? Vocês bateram palmas quando falei sobre isso, é sinal de que aqui não há uma cultura dominante que justifique a reprovação. Tudo isso foi construído por nós e tudo isso está construindo outro professor, outra escola. Acredito que é esse o caminho. Tenho medo de que olhemos o Plano Nacional de Educação e a política de educação de Minas Gerais como se a partir deles fosse surgir outra escola. Preferia que a política de educação de Minas Gerais se perguntasse: que escola está emergindo em Minas Gerais? Que profissional está emergindo em Minas Gerais? Que criança real, que adolescente real, que escola real, que professor real? Toda política que se constrói apenas no plano desejado, normalmente fica nas nuvens. E o real continua com os pés na terra. Prefiro uma política que parta do real, do concreto. A escola possível é muito mais interessante do que a escola desejada.

O Sr. Osmair Celso - Sou representante cultural de uma entidade estudantil. Temos constatado, através de pesquisas, que vários alunos denotam uma certa descrença para com o ensino ministrado atualmente. As escolas estão sendo vítimas de várias espécies de violências. Alguns alunos nos pedem que algo seja feito em relação a isso, tanto na área cultural quanto na esportiva. Gostaria de saber se a política de educação pública visa, também, a ceder algum apoio, nas áreas cultural e esportiva, para o estudante.

A Sra. Maria Tereza Leitão de Melo - Não vou responder diretamente à pergunta em relação a Minas Gerais, mas vou lhe repassar alguns dados de uma pesquisa, que não foi científica, mas uma consulta que a Federação realizou em todos os Estados brasileiros, inclusive Minas Gerais, onde foi realizada pelo SIND-UTE. Essa pesquisa objetivava a construção do dossiê Retrato da Escola, como atividade da nossa Marcha Nacional em Defesa da Escola Pública, realizada recentemente, no dia 6 de outubro. Esse dossiê foi entregue ao Ministro da Educação e aos Presidentes do Congresso e do Senado e vai ser encaminhado aos sindicatos para fazerem a leitura crítica, a reflexão e a utilização dos dados da melhor forma possível. Um dos dados que nos chamou muito a atenção foi a leitura e as reivindicações que os alunos e os pais fazem da escola pública e da educação. Primeiro, o dossiê aponta que 70,18% dos pais pesquisados não têm o ensino fundamental completo, mas que 68% desses mesmos pais dizem que a educação é fundamental e que sem ela não se vai muito longe. No rol das reivindicações dos alunos, a credibilidade na escola está bastante visível por aquilo que acham que a escola pode oferecer. Acreditam que a escola, apesar dos limites, apesar de algumas falhas e apesar de algumas dificuldades que são também apontadas por eles, é um espaço de construção importante e reivindicam a ampliação das políticas meramente de ensino para uma política de educação, nesse contexto mais amplo que você cita. É uma reivindicação por espaços de lazer, de esporte, de atividades culturais. A reivindicação pela ampliação da concepção de currículo, inclusive trazendo para a escola as experiências culturais vivenciadas pelos alunos, é muito presente no relatório e figura em terceiro lugar no rol das reivindicações. Precisamos aprender com o nosso aluno a fazer a leitura de que, ao denunciar as dificuldades, as mazelas, as precárias condições das nossas escolas, estaremos também anunciando as possibilidades de reconstrução dessa escola. O retrato da escola deixou isso muito visível para nós. É um desafio para nós, professores, porque precisamos ter outro nível de interlocução com nossos alunos, ouvindo-os mais sobre a experiência que têm para colocar nessa construção. Mas é, ao mesmo tempo, um alento, porque significa que a nossa luta está incorporada na agenda dos alunos e dos pais. Aprofundar essa aliança, estreitar essa parceria é o desafio que está colocado a partir de alguns dados que já sabemos e de outros que foram reforçados no retrato da escola.

O Deputado Federal Gilmar Machado - Apenas queria justificar-me. Acabei tomando um pouco do tempo do Prof. Miguel Arroyo e da Maria Tereza, que são os expositores. Só viemos aqui para acompanhar e estaremos também à noite. Estou vendo o Prof. João Monlevade e o Carlinhos. É sempre bom ouvi-los, para levar subsídios para o nosso trabalho. Tenho a gravação de um programa às 17 horas, por isso não poderei terminar de acompanhar as respostas dos nossos expositores. Mas à noite estaremos aí. Peço licença e me justifico pela ausência, parabenizando mais uma vez esta Assembleia por esta iniciativa, através do Deputado Edson Rezende. Muito obrigado.

A Sra. Cleudirce Cornélio Camargos - Represento o SIND-UTE. Pela fala do Miguel Arroyo e da Maria Tereza, ficou claro que, em qualquer plano de educação, seja mineiro ou nacional, é importante ver o sujeito. Dentro desse sujeito, o professor ou professora ou trabalhador da educação. Meu questionamento é, diante da realidade de Minas Gerais, que o Miguel Arroyo conhece muito bem e que a Maria Tereza conhece um pouco, que mais de 50% dos trabalhadores da educação do Governo de Minas Gerais, da rede estadual, são designados, ou seja, não passaram por concurso público. Não porque não quiseram, mas porque os governantes de plantão não deram essa oportunidade para eles, e, quando foram aprovados, não foram nomeados. Não consigo ver como fazer um diagnóstico desse sujeito, se ele é trocado de dia em dia, de mês em mês e de ano em ano. Também no plano nacional, como se fazer a formação continuada, se esses sujeitos não são os sujeitos próprios da história, já que não têm nenhuma garantia de emprego na escola em que estão atuando dentro do projeto? Muito obrigada.

O Sr. Miguel Arroyo - Insisto muito nisso que você disse. O relatório que estava colocando, do Deputado Marchezan, faz aquelas propostas de sempre: aumenta 1%, 1.000% ou quem sabe se... Tenho muito medo de que o PNE caia nessa armadilha e espero que o plano da política pública de educação não caia. Não ficam muito além da educação que já temos, do professor que já temos. Tenho medo de que não dêem conta nem sequer das reivindicações que estão sendo postas há 20 anos.

Sobre essa questão que levanta, das condições de trabalho dos professores, normalmente, quando se faz uma análise do professor, um diagnóstico da escola que temos e do nível de titulação do professor, não se coloca tudo isso que está colocando e que é prioritário. Então, como introduzir uma visão mais abrangente que a estava sugerida antes, do educador ou educadora, as formas de trabalhar, a quantidade de horas em que trabalha, a quantidade de horas em que trabalha na escola, em que trabalha fora da escola, em que trabalha em casa, os tempos do professor, os tempos da professora, que são diferentes por causa do gênero? São realidades muito concretas, que normalmente não se introduzem quando se faz um plano de educação.

Isso que coloca, se são ou não concursados? São ou não aulistas? Trabalham ou não em equipe? Continuamos ainda com uma estrutura de ensino que obriga o professor a ter de dar conta da sua carga horária, da sua disciplina, do seu quintal, do seu chuchu, da sua bananinha. Que história é essa? Ou fazemos uma proposta que mude radicalmente a estrutura de trabalho da escola ou continuaremos com esse tipo de proposta que apenas pensa quantos estão na escola, quantos poderiam estar ou se, quem sabe, no ano 20000 teremos mais 3%. Isso não muda nada.

Estou de acordo com o que coloca: temos de mexer radicalmente nas estruturas de trabalho, nas estruturas seriadas, gradeadas, nas estruturas disciplinares. Agora, aviso uma coisa: temos de pensar que isso não depende só do Governo. Você sabe que há muita resistência dentro da própria categoria.

Quando tentamos a Escola Plural, por exemplo, criando um terceiro ciclo, e dissemos aos professores de cada disciplina que fossem educadores, formadores plenos de adolescentes, disseram: e eu, com minha disciplina? E eu, com minha carga horária? Quero dizer que temos também, como categoria, de pensar que estamos atrás de grades e que não temos coragem de quebrá-las.

O que se levanta são questões centrais, nucleares. Se isso não for incluído, estou de acordo será mais um plano bonitinho em que o professor será mais uma vez reciclado, como se fosse um lixo que se recicla. Mas sei que é mais do que isso que esperam e que têm direito.

A Sra. Celina - Sou Diretora de Escola e vim prestar um esclarecimento a respeito do que o Prof. Ricardo falou sobre a Superintendente da 19ª.

O Deputado Edson Rezende se justificou com seu fax, acho que houve um desentendimento. Na verdade, o trabalho desenvolvido pela 19ª começou nas escolas, conforme foi proposto. Sou Diretora de Escola e nunca vi tanto trabalho. Houve realmente a participação de todo mundo e todos foram ouvidos. Acho que o Prof. Ricardo enganou-se quando da sua explicação. A própria Superintendente se inscreveu hoje. Na reunião, ela disse que o seminário legislativo não tinha recursos para pagar a vinda das pessoas. Quem quisesse comparecer deveria ter recursos ou buscá-los em algum lugar.

Mais uma vez, quero dizer que a Profa. Luciana sempre teve uma postura democrática em relação a todas as situações na Superintendência. Acho que foi uma injustiça do Prof.

Ricardo. Não sei onde está neste momento, mas gostaria que ele rebatesse o que estou dizendo. Disse que o texto da proposta foi mudado. Não foi bem assim, a proposta é do âmbito da Superintendência.

Como este seminário legislativo é para construir a política pública de educação em Minas Gerais, não poderia, em momento algum, estar em desacordo com as leis federais, com a LDB e a Constituição Federal. Uma dessas propostas era inconstitucional. Houve uma mudança no texto para que a legislação maior não fosse ofendida. Obrigada.

O Sr. Jacomar Antunes - Sou da sub-sede do Sind-UTE de Caratinga. Como o Prof. Miguel Arroyo disse, o processo de democratização da educação, o processo da educação como dinâmica, é um anseio de toda a sociedade, daqueles que militam na educação há algum tempo.

Temos visto, ao longo dos anos, a incorporação desse discurso e observado que a sua forma de implantação não tem sido diferenciada de outras, serve a alguns interesses.

Gostaria de saber da Profª. Maria Tereza qual é o papel do trabalhador da sociedade civil organizada para intervir nesse processo com a finalidade de transformar a maneira como são implantados esses planos?

A Sra. Maria Tereza Leitão de Melo - Antes de entrar na pergunta do Jacomar, gostaria de fazer uma complementação à questão levantada por Cleodirce, até para remeter à exposição que fizemos além do aspecto abordado pelo Prof. Miguel Arroyo.

Um plano estadual de educação, numa sociedade como a nossa, não se faz independentemente das políticas globais. Fazemos uma ponte com a interferência da política econômica na política educacional no nosso País. Como parte dessa política, que tem pactos na educação, está a precarização da relação de trabalho, que atende não apenas a nós, trabalhadores da educação, mas ao conjunto de trabalhadores e de servidores públicos. E, mais uma vez, o questionário detectou, Cleodirce, que além do setor dos funcionários da educação, em que essa questão é muito gritante, tanto em contratações temporárias como em terceirização e ausência de políticas de profissionalização, também é crescente - dos últimos anos para cá - o número de contratações temporárias, que chamam de designados, entre os professores. Como disse o Prof. Miguel, isso prejudica a organização dos tempos e espaços escolares, refletindo uma política de relações de trabalho nefasta e desvalorizadora do papel do trabalhador e do servidor público na estrutura da sociedade. E qual o nosso papel para intervir nessas políticas? Não temos receitas, mas, hoje, Jacomar, começamos a nossa fala relembrando os tempos de ascensão da mobilização popular, da articulação da sociedade, ainda nos idos da ditadura militar. E essa lição de vida, essa lição de história deve nos servir, não para simplesmente transplantá-las daquele momento para este, mas para que possamos refletir. Para nós, trabalhadores da educação, está sendo exigido um nível de articulação diferente, principalmente nas questões de defesa da escola pública. Eu falava anteriormente que um novo aluno está chegando às escolas, com uma nova exigência da nossa prática pedagógica, e nós, muitas vezes, estamos dando as costas para esse aluno. Estamos seguindo os mesmos métodos e caminhos, e a chamada aliança entre pais, alunos e trabalhadores da educação na defesa e promoção da escola precisa se materializar. Precisamos nos abrir um pouco mais, tanto individualmente ou na organização interna da escola quanto como movimento social ou sindical, para ouvir outras vozes e fazermos algumas autocríticas com relação a determinadas posturas. Algumas bandeiras e palavras de ordem permanecem atualíssimas, mas temos que criar outras, temos que qualificar essa nova intervenção. A reflexão, a articulação, a interlocução social são caminhos, mas não temos receitas. Precisamos olhar a escola não como um espaço que esgota em si mesmo, mas como um espaço que pode propiciar essa abertura para a sociedade.

O Sr. Presidente - Pergunta de Rosália Bambirra, professora de Biologia da João Paulo I: "Prof. Miguel Arroyo, o senhor já lecionou para o 2º grau na periferia. Nesta década, o nível de ensino continua o mesmo?"

O Sr. Miguel Arroyo - Eu diria que a educação média, hoje, está colocada em patamares muito diferentes dos patamares dos anos da década de 70. Ela está colocada não no sentido propedêutico, de preparar o jovem para o magistério, de preparar para o vestibular, o que a nova lei nos coloca é uma educação média que dê conta dos direitos da juventude, enquanto um ciclo da vida humana, a se desenvolver plenamente como ser humano. Ou seja, a juventude, hoje, faz-se mais presente e reivindica seu tempo de juventude como um tempo não de preparação para a vida adulta, mas como um tempo a ser vivido plenamente como um tempo humano. Eu diria que é por aí que estamos orientando as políticas de educação média. Que direito à cultura, ao conhecimento da natureza, à auto-estima e a situar-se como cidadão tem a juventude? Estou percebendo que a cada dia há uma grande mudança na educação média. Não é que há mais 7 milhões na educação média, o que me dá medo é resolver a educação média em termos de hoje, que temos 7 milhões, no ano passado tínhamos 8 milhões e daqui a oito anos poderemos ter vinte milhões. O problema não é de natureza quantitativa, o problema é de natureza qualitativa.

A educação média tem de deixar de ser um tempo de preparo para algo, para ser um tempo de direito de viver plenamente a juventude. Direito à cultura, aos valores, à concepção do mundo, à dignidade, à auto-estima e à auto-imagem, próprios da juventude. Isso muda radicalmente a concepção. Insisto, não podemos elaborar um plano que pense apenas em metas quantitativas.

Quando estava lendo o que está sendo proposto, senti um pavor, porque estão pensando que a educação se resolverá no País, porque haverá 0,5% a mais de financiamento ou de matrícula. O problema é outro, é de qualidade nova da educação, que traz conotações qualitativas que devem ser incorporadas. Caminhamos por aí, não só nas educações média, fundamental, infantil, de jovens e adultos. Essa é a direção.

O Sr. Ricardo Quinteira de Mattos - Sr. Presidente, como o meu nome foi citado anteriormente, quero dizer que estou com toda a documentação e não retiro nenhuma palavra do que disse. Estou representando aproximadamente 1.200 trabalhadores da educação do Município de Cataguases, e não poderia deixar de falar em seu nome. Vou entregar a V. Exa. toda a documentação para provar o que disse e para provar que não estou nem um pouco equivocado em minhas palavras. Muito obrigado.

Um participante - Sr. Presidente, só uma pergunta: Eu gostaria de saber da Deputada Maria Elvira se na sua exposição ela declarou seu voto a favor do PNE da sociedade?

A Deputada Federal Maria Elvira - Veja bem: existe o ideal e o real. O ideal é uma forma, o real é o que conseguimos. Diria que, hoje, o que será votado, e não sei como ficará, porque não se encontra pronto, tem muito do que consideramos ideal. Diria que, dentro desse trabalho de colocar o ideal dentro do que tínhamos, do que foi apresentado pelo MEC, conseguimos melhorar bastante e ainda faremos mais. Muito obrigada.

Quero dizer que o compromisso do meu voto é apenas com minha consciência. Faço parte do grupo itamarista; no parlamento já tenho uma posição de oposição muito firmada, meus votos são sempre contrários ao Governo Federal. Essa foi uma decisão do grupo itamarista, e quero deixá-lo tranqüilo de que meu voto será nesse sentido. Obrigada.

O Sr. Presidente - Existem duas perguntas para a Sra. Maria Tereza. A primeira é de Rivaíl Miranda Xavier, de Patos de Minas: "Para termos um sistema educacional eficiente, é necessário fazermos uma avaliação em diversas instâncias desse sistema, junto a uma avaliação da postura do próprio MEC; porém, como ocorreria essa avaliação e quais princípios seriam levados em consideração?"

A segunda pergunta é de Teresa Cristina, da Escola Pero Vaz de Caminha: "O que é considerado reforma na educação? Cite três dados concretos que poderiam ser citados como reforma, seguramente."

A Sra. Maria Tereza Leitão de Melo - Gostaria de fazer um esclarecimento, partindo da intervenção da Deputada Maria Elvira, em relação ao tratamento que dei aos números estatísticos na minha fala inicial. Absolutamente, não me proponho a ignorá-los, até porque retratam uma realidade. O que falei, Deputada, explicitando melhor, é que precisamos fazer uma leitura crítica desses números, lendo também o que está subjacente a eles. Fiz um destaque ao que é dito nos discursos oficiais do Governo Federal, de que a educação fundamental estaria resolvida pelos índices estatísticos de acesso, quando sabemos que nem está garantida a permanência e muito menos a qualidade. Foi dado um exemplo muito prático das nossas escolas: temos 10, 15, 20 oitavas séries, e esse número vai diminuindo até chegarmos a duas ou três, o que é um indicador estatístico de evasão e reprovação escolar. Os números tinham de ser vistos da perspectiva de que contribuem para a leitura crítica da política e para a reformulação desta.

O nosso PNE propõe uma instância de acompanhamento de toda a política educacional, que é o fórum nacional de educação. Esse fórum seria responsável pelo acompanhamento da implementação das políticas, incluída a avaliação dessas políticas. Quando falamos em avaliação, somos levados a avaliar o resultado ou a atuação de determinados sujeitos, e não o desenrolar do processo em si. O PNE propõe que o acompanhamento e a avaliação das políticas sejam feitos ao longo de sua implementação, em um processo participativo, democratizado, e que a instância de interlocução com o Governo seja o fórum nacional de educação.

A segunda pergunta é sobre três dados concretos da reforma educacional. Em termos de instrumentos legislativos, temos até mais de três. A Emenda à Constituição nº 14, que alterou os artigos da Constituição relacionados com a educação, que é a mãe de toda a reforma; decorrente dela, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, regulamentando uma parte da emenda; a Lei do FUNDEF, como ficou conhecida a Lei nº 9.424, e uma série de regulamentações da LDB, já em curso. Daria destaque à regulamentação das diretrizes curriculares nacionais, em todos os níveis. Isso é a materialização, digamos assim, da reforma educacional. Mais do que preocupados com essa materialização, preocupamo-nos com a lógica que a ilumina. A partir dessa leitura, poderemos fazer, dos instrumentos e dos mecanismos dessa reforma, alterações na autonomia da escola. Fazer a leitura crítica significa vermos o que pode ser assimilado e o que deve ser desprezado. Essa é uma parte da leitura crítica. A outra parte é colocarmos em curso, de acordo com esse espaço de contradição e de disputa, as nossas proposições. A reforma educacional é visível e é palpável em nosso País, mas ao seu lado também convive o outro lado da reforma, que são as nossas propostas. Talvez a totalidade delas esteja em direção oposta àquilo que as reformas preconizam.

Pergunta de Marcelene Aparecida Ferreira de Oliveira. "A LDB limita o ano de 2.006 para que os profissionais da educação concluem o curso superior. Como o Estado de Minas Gerais promoverá a ajuda a esses profissionais, em seu plano estadual de educação, para que isso seja cumprido?". Essa é uma das ambigüidades da LDB, que faz essa proposta no art. 87 das Disposições Transitórias. Portanto, dez anos após a sanção da lei, todos os professores deverão ter concluído o nível superior. Não há nada contra o fato de alcançarmos, cada vez mais, níveis superiores de formação, se for bem-feita, evidentemente, e de acordo com políticas públicas, visando à nossa valorização, e que tenha relação com a carreira e com o piso salarial. Mas, no art. 62 da lei, nas Disposições Permanentes, o qual trata de todos os espaços de formação, pois está tudo misturado nesse artigo, é admitida a formação de nível médio para o exercício profissional na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental. Recentemente, o Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes curriculares nacionais para a modalidade normal em nível médio. Esse relatório vale a pena ser lido, não apenas a resolução, mas também o relatório, que traz toda a fundamentação da resolução, que diz muito sobre a política de formação profissional e sobre esses dados que a Deputada leu, a respeito da quantidade de professores leigos, atuando em todos os níveis e em todos os sistemas do nosso País. Parece-me que, do ponto de vista da legislação, a regra permanente vale mais do que a transitória. Como disse, referindo-me à relação com que o Ministério trata a legislação e as suas próprias políticas de governo, o Ministro já declarou que essa meta não pode ser cumprida como política de governo. Isso nos remete a outra dimensão da discussão, ou seja, à formação como direito ou como atividade individual para o seu próprio aperfeiçoamento. Enquanto movimento, temos de fazer valer a regra permanente do art. 62, como condição de formação inicial mínima, para que não caiamos na situação de muitos Estados, que não têm condições de implementar a formação de nível superior como política de governo e ficam pressionando os professores a atingir esse grau, sob pena de terem de sair do sistema e ficar em disponibilidade, instalando-se um verdadeiro terrorismo na rede. A lei nos ampara, e a resolução do Conselho Nacional também. Exigiremos a formação em nível superior, não devido a esse terrorismo, mas para ficarmos, cada vez mais, aperfeiçoados, valorizados e para termos uma relação dessa carreira com os níveis salariais.

O Sr. Presidente - A Presidência informa que se encerrou o tempo para as inscrições. O Sr. Miguel Arroyo fez um agrupamento de perguntas. O nome das pessoas que fizeram as perguntas não será citado, mas, de qualquer maneira, terão as repostas às perguntas que fizeram.

O Sr. Miguel Arroyo - Há quatro grandes questões aqui. A primeira é da Auxiliadora, falando sobre os portadores de deficiência. Como incluí-los? Acredito que a política de educação pública de Minas Gerais vai tratar esse assunto com muito cuidado e espero que seja dentro do que existe de mais avançado, a escola inclusiva, ou seja, uma escola que dá conta de incluir os que precisam de atendimentos especiais. Entretanto, insisto em um ponto: terá que ficar muito claro que não é qualquer escola que dá conta de incluir os portadores de necessidades educativas especiais. Deve-se equacionar a situação da seguinte forma: Como os portadores de necessidades educativas especiais e seus professores vão pressionar para que a escola modifique suas estruturas a ponto de incluí-los? Insisto: a escola seriada que está aí, que reprova, não é inclusiva e, portanto, não está preparada para incluí-los. Sendo assim, temos que modificar bastante essa escola, e deve haver propostas muito concretas no plano da política educacional de Minas Gerais.

A segunda questão é de vários professores e refere-se às relações entre a escola e a família. Essa relação tem que ser equacionada na política estadual, com muita clareza. Porém, temos que rever alguns preconceitos que existem com relação à família, sobretudo as trabalhadoras e as das camadas populares. Nesse ponto, existem muitos preconceitos, como se elas fossem um antro de perdição, ou seja, a escola é vista como um espaço educativo, enquanto a família é considerada um espaço sem valores, em que não há condições de se educarem os próprios filhos. Cuidado com essa visão elitista de que a família popular é pobre, deteriorada, para onde, lamentavelmente, nossos alunos têm que voltar, ao final do dia, para, no dia seguinte, voltarem piores. Essa é uma visão que faz parte da cultura política brasileira: o pobre é pobre não apenas em termos econômicos, mas também em termos culturais e éticos. Isso é lamentável. Os setores populares não têm muito o que aprender dos valores de nossas elites. Ao contrário. Temos que ter muito cuidado com a forma com que vamos equacionar a razão escola e família popular.

Outro ponto muito repetido aqui - Cilane, da Escola Estadual; Marlene da Silva, da Escola Estadual Pero Vaz de Caminha; Dora, da Escola Tiradentes - é a questão relativa aos professores. A Maria Tereza, assim como outros, já colocou essa questão. Chama-nos muito a atenção o fato de que, há vinte anos, a categoria não vem apresentando só questões relativas à qualificação. Essa questão tem que ser equacionada, pois os dados que a Maria Tereza nos traz são gravíssimos. Mas os dados de salário, de carreira e de não-contratação são muito mais graves e têm que ser também equacionados. Acredito que devemos tratar com toda a profundidade e incorporar as reivindicações feitas pela categoria ao longo de 20 anos, que passam pela materialidade, pelos salários, pelas condições de trabalho e pelos espaços do professor, porque, normalmente, não equacionamos os espaços do professor quando equacionamos a construção de uma escola, pois o professor não tem um local onde tomar seu cafezinho, tem de tomá-lo em pé, porque na escola existem as salas de aulas, banheiros e um cantinho para a Diretora. Ou essas questões são incorporadas com tanta ou mais prioridade do que as questões dos níveis de titulação ou continuaremos pensando que, de acordo com o título do professor, a escola será diferente. Isso é falso. Conheço professoras que não têm educação média e são excelentes professoras. Devemos levar em conta o fato de que, no futuro, terão de passar quatro anos fazendo um curso de magistério, o que é impossível não só materialmente, mas também uma injustiça, porque, às vezes, aquelas professoras têm até 20 anos de qualificação, obtida na própria prática do magistério. Portanto, existem questões que devem ser enfrentadas com muita seriedade. Outro dia, estava discutindo com os professores do Movimento dos Sem-Terras uma proposta que os obrigava a fazer mais três anos para completar a educação fundamental e mais quatro anos de magistério. Isso é impossível. Então, devemos buscar mecanismos diferentes, porque isso que temos não nos permite repensar o nosso professor.

O direito à não-reprovação é um direito do educando. Não defendo direito à reprovação ou à não-reprovação. Defendo o fim da estrutura seriada, em que entram tais conceitos. Não sou a favor da aprovação e contra a reprovação. Sou contra um sistema escolar que tem, inerente à sua lógica, aprovação ou reprovação. É muito diferente. Diria para vocês: cuidado do professor que, para manter a ordem na escola, precisa ameaçar com reprovação. Há outros tipos de trabalho em que possam ocupar-se dignamente. Insisto: alegar que a reprovação é necessária como mecanismo de controle é atestado de fracasso profissional, tanto da escola como do professor. (- Palmas.) Há outros motivos para apresentarmos as questões em outros termos. Por favor, vamos repensar isso. Cuidado com uma política educativa que ainda acredita nesses valores, para não irmos muito longe. A sociedade já foi muito mais longe do que isso.

Apenas gostaria de lembrar um ponto que ainda não foi abordado e que espero esteja presente no Plano Nacional de Educação e na formulação de uma proposta de política pública de educação para Minas Gerais. Trata-se da educação básica no campo. O campo é uma realidade. Se nós, da cidade, dos Ministérios, das Assembléias, das Secretarias pensarmos que o campo é apenas algo que um dia desaparecerá, porque todos vamos morar nas cidades, se pensarmos que a educação no campo é apenas um apêndice da educação na cidade, se pensarmos que o campo não tem especificidade, aí estão os trabalhadores rurais do campo nos dizendo que existem, têm suas lutas, sua organização e também sua educação. Tenho participado de muitos encontros e vou participar na próxima semana de mais, sobre educação em assentamentos. Não só para professores de assentamentos, mas para professores rurais. Estive sábado passado num encontro em Caxias do Sul, com professores da área rural. O campo existe, e qual a política para ele? Vamos apenas nos adaptar à política que fazemos de dar um jeitinho para o campo, ou vamos ter uma política específica para o campo e a área rural de Minas Gerais, para a infância, a adolescência e a juventude?

É um alerta que me parece fundamental e espero ser incluído.

A Sra. Maria Tereza Leitão de Melo - Gostaria de, mais uma vez, em nome da CNTE, agradecer o convite que me foi feito e dizer, principalmente aos companheiros trabalhadores em educação, que estamos passando um momento de muito revigoreamento, depois do êxito da nossa marcha nacional em defesa e promoção da educação pública.

Não foi apenas aquele episódio bonito, vibrante, cheio de energia, que contou com a participação de Minas Gerais, com 45 ônibus, enchendo a Esplanada dos Ministérios, com nossas palavras de ordem, com nossas bandeiras e nosso vigor.

A marcha foi, e vem sendo ainda, um movimento de mobilização nacional. E talvez tenha sido isso que se refletiu no dia 6 de outubro, com tanta alegria e energia e, ao mesmo tempo, com tanta disciplina. Nunca, nos nossos movimentos sindicais, o horário foi tão rigorosamente cumprido! As metas, em termos de caravana, foram rigorosamente cumpridas. A orientação e a mensagem que quisemos passar para a sociedade brasileira foram muito bem assimiladas pelas entidades de base da CNTE, pelas entidades apoiadoras e entidades parceiras na promoção daquela marcha. Talvez, ainda fale um pouco com a ressaca positiva do que foi aquele dia, porque temos muito que aprender, com a preparação daquele dia, com o próprio dia e com o que disseram para nós - os nossos companheiros, os pais, as mães e os alunos da escola pública -, mostrando-nos o retrato dessa escola.

Então, articular esse tipo de movimento, que chamamos, no "sindicalês", de movimento de marcha, de estratégia, com esses momentos de reflexão e de construção, que certamente mexem conosco, e é bom que mexam, que incomodem, porque demonstram que estamos vivos e nos indignando, tendo raiva, e sonhando e tentando construir uma escola pública melhor, é um desafio colocado para nós. A CNTE deseja que, revigorados pelo êxito da marcha, possamos aproveitar o máximo possível esse evento, não colocando nele todas as

nossas expectativas, mas colocando um espaço e um instrumento importante de interlocução, com uma instância que vimos revigorando aos poucos e que precisamos revigorar cada vez mais - que é o parlamento - num tipo de sociedade como a que vivemos, para que possamos, de forma organizada e coletiva interferir, melhorando e qualificando, a formulação de políticas públicas para o nosso País. Mais uma vez, obrigada. Parabéns à organização do evento e um bom trabalho para todos nós. (- Palmas.)

O Sr. Miguel Arroyo - Além de agradecer este momento tão rico, quero manifestar a minha esperança de que o plano de política educacional pública de Minas Gerais incorpore a escola mineira que já vem se construindo. Que não tenha um olhar negativo sobre a escola que está aí. Que faça um diagnóstico do que há de positivo nessa escola construída por seus professores e professoras. Que incorpore, sobretudo, algo que tenho acompanhado, que é o professor, a professora que foi se constituindo ao longo desses anos. Que não parta de uma visão negativa. Que não parta apenas das carências que esses professores têm de qualificação, de titulação, mas que incorpore, sobretudo, o quanto ele vem se constituindo, enquanto adultos, homens, mulheres, trabalhadores na educação, trabalhadores que têm uma cultura diferente, uma visão diferente, uma concepção diferente. Que incorpore tudo isso como algo positivo. Que não partamos de um diagnóstico do negativo para o ideal, mas de um diagnóstico de quanto avançou o movimento social, o movimento dos professores, a cultura, a ação nas escolas, a ação na sociedade, a ação nos movimentos, para incorporar tudo isso e legitimá-lo num projeto de política de educação. Estou propondo uma perspectiva um pouco diferente da clássica perspectiva de diagnosticar carências para propor soluções idealistas. E, finalmente, que incorpore, sobretudo, as grandes mudanças que estão acontecendo em tantos lugares, inclusive na Escola Municipal de Belo Horizonte e em outras escolas como em Ipatinga, Divinópolis, Timóteo, Coronel Fabriciano, e tantos lugares onde existem experiências que têm a coragem de tocar na estrutura da escola, naquilo que tenho chamado de "a ossatura da escola". Se ficarmos sem tocar nessa estrutura, acredito que será mais um projeto que vai ficar aí. E tenho medo de como se mexeu nessa estrutura, como falava uma professora, de maneira fraudulenta - falou em fraude pedagógica - porque podemos agora, em vez de avançar, ter medo e recuar. Não tenham medo de mexer na estrutura com profundidade. Se outros não souberam mexer, nem por isso se justifica voltar à velha e ultrapassada estrutura do sistema seriado. Espero que isso conste da proposta como superado. Muito obrigado por essa oportunidade. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - O acúmulo de experiência, de indignação e de sonhos vem irradiado do interior dessas Minas Gerais, onde estiveram todos discutindo, e também, aqui, na Região Metropolitana. E agora as forças se concentram nesses quatro dias. E as experiências acumuladas, a energia, a paixão de educar, que culminem no desejo forte e determinado de articulação na busca do intento que é o Plano Estadual de Educação, construído pela base, que é a democracia. No fim, a construção do homem novo se dá como o ser centro das atenções, a construção do homem crítico, consciente, que possa construir um futuro mais humano, mais igualitário, mais fraterno e mais cooperativo. Essas forças juntas poderão mudar o nosso destino. Muito obrigado. (- Palmas.)

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial, de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 44ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 18/10/99

Presidência do Deputado Sebastião Costa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Carlos Henrique Leal Porto - Palavras do Sr. Carlos Roberto de Souza - Palavras do Sr. João Monlevade - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Gil Pereira - Adelman Carneiro Leão - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Ivo José - João Paulo - José Henrique - Marco Régis - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Costa) - Às 20 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Rogério Correia, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Carlos Henrique Leal Porto, Subsecretário de Administração do Sistema de Ensino da Secretaria de Educação; Carlos Roberto de Souza, Secretário Executivo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME -; João Monlevade, membro do Conselho Federal de Educação; e os Deputados Federais Virgílio Guimarães e Gilmar Machado.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, com o tema "Avaliação da Educação Pública em Minas Gerais - Financiamento".

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, antes de passar a palavra ao primeiro conferencista, vai fazer dois avisos: convidamos os presentes para os eventos que estarão ocorrendo paralelamente a este seminário:

1 - Lançamento do Projeto de Educação a Distância, da Escola do Legislativo, que, brevemente, será distribuído às escolas públicas e poderá ser testado pelos participantes do seminário em três microcomputadores instalados na saída que dá acesso ao Salão de Chá e no andar superior, próximo à Sala de Imprensa.

2 - Exposição de livros no "hall" próximo à Capela.

Informamos, ainda, que as atas contendo a transcrição completa deste seminário serão publicadas no jornal "Minas Gerais - Diário do Legislativo", no dia 20/11/99.

Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do seminário, esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembleia, nos seguintes dias e horários, para que cada pessoa providencie a sua cópia: reunião de abertura, dia 18, às 14 horas: reprise no dia 23/10, às 19 horas; reunião do dia 18, às 19 horas: reprise no dia 24/10, às 19 horas; reunião do dia 19, às 8h30min: reprise no dia 30/10, às 19 horas; reunião do dia 20, às 8h30min: reprise no dia 31/10, às 19 horas; e reunião do dia 21, às 8h30min: reprise no dia 1º/11, às 19 horas.

Quero saudar o Presidente da Mesa, Deputado Sebastião Costa, o Deputado Federal Virgílio Guimarães, o Deputado Rogério Correia, os nossos debatedores Carlos Roberto de Souza, antigo conhecido da UNDIME, e João Monlevade, batalhador da educação. Quero saudar, ainda, todos os educadores presentes.

Falar do financiamento da educação é uma matéria árdua, porque estamos falando sempre da falta do financiamento para a educação.

Gostaria de falar sobre os pontos gerais. O financiamento da educação, em se tratando de Minas Gerais, tem duas fontes básicas: a vinculação dos recursos constitucionais, com os 25% estabelecidos pela Constituição, ou seja, os 25% dos Estados, os 25% dos municípios e os 18% da União; o recurso direto e o salário-educação. Ficam de fora da nossa análise os recursos compostos pela merenda escolar, os convênios efetuados com o Governo Federal e os financiamentos obtidos junto a organismos internacionais. A receita que dispomos para o nosso dia-a-dia, fundamentalmente, vem da vinculação dos 25% e do salário-educação. De acordo com a vinculação dos 25%, há o FUNDEF, que é uma das matérias do nosso debate. O FUNDEF, em Minas Gerais, não teve o efeito de melhoria da quantidade de recursos. Ele veio, apenas, distribuir os recursos. É lógico que o FUNDEF é um projeto extremamente inteligente e interessante, mas trouxe vantagens e desvantagens. Primeiramente, gostaria de destacar o que poderia chamar de vantagens, nessa subvinculação, que é a destinação específica dos 15% para o ensino fundamental. Isso representa um avanço imenso. No projeto geral, quando saiu a Lei nº 9.424, do FUNDEF, que veio acompanhada da LDB e da emenda à Constituição, sancionada, mais ou menos, na mesma época, a LDB veio acrescentar um dispositivo extremamente necessário, que era a definição das atribuições de cada nível do Governo na participação dos trabalhos junto à educação. Isso foi extremamente necessário, porque, até aquele momento, não havia a determinação de quem era responsável e pelo quê. Esse conjunto de leis, não especificamente o FUNDEF, trouxe esse benefício de definir, claramente, atribuições a cada nível do Governo. A grande vantagem do FUNDEF, em Minas Gerais, é com relação à questão da redistribuição dos recursos aplicados no ensino fundamental. Primeiramente, os 15% ficaram obrigatoriamente vinculados ao ensino fundamental e, em um segundo momento, definiu-se a redistribuição. Já que não tivemos recurso novo, ou seja, suplementação de recurso, tivemos a redistribuição dos recursos entre Estados e municípios, fazendo com que, verdadeiramente, os municípios, principalmente, aplicassem, de fato, 15% no ensino fundamental. Sou testemunha de que inúmeros municípios de Minas Gerais gastavam 1/4 do seu orçamento em ensino fundamental. Isso ocorre, normalmente, nos pequenos municípios, e, quando nos referimos aos pequenos municípios de Minas Gerais, alcançamos 70% ou 80% do seu universo. A receita desses municípios são compostas, basicamente, pelo FPM e pelo ICMS. Eles gastavam 25% desses recursos com meia dúzia de alunos. Conheço um município, próximo à minha cidade, que só possuía 40 alunos na pré-escola. É um município pequeno, mas imaginem que gastava 25% das receitas do município com 40 crianças no pré-escolar. Há os desvios e as más aplicações dos recursos.

Então, essa redistribuição do FUNDEF veio dar uma equidade à aplicação dos recursos relativos ao ensino fundamental. Poderíamos dizer, também, que foi um avanço a definição da necessidade de se fazerem novos planos de carreira e remuneração no magistério. Com o valor do FUNDEF, não se faz muito milagre com relação à remuneração do professor, mas, de certa forma, ele veio possibilitar a correção para aqueles municípios que pagavam muito aquém do que deveriam. Em Minas Gerais, em alguns municípios, pagava-se um salário-mínimo e, em outros, até menos do que o salário-mínimo, e esse plano de carreira possibilitou uma pequena elevação no salário, já que o FUNDEF, como já disse, não permite que se vá muito longe.

Estou destacando os componentes principais, e outro desses componentes foi, sem dúvida, a criação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF. Não precisaríamos deles se, no Brasil, as instituições funcionassem plenamente. A quem cabe a atribuição primeira de fiscalizar? Ao Legislativo. Nos municípios, aos Vereadores, que já têm a atribuição formal de acompanhar a execução orçamentária, a aplicação dos recursos e de fiscalizar. Em segundo lugar, de acordo com o aspecto formal, temos os tribunais de contas, que estão obrigados a fiscalizar e acompanhar, documentalente, os processos, além de indicar as irregularidades possíveis ao Ministério Público. Se essas duas instituições funcionassem bem, não precisaríamos de conselhos. Estamos tentando que esses conselhos funcionem, porque já desistimos das entidades maiores. Mas há um avanço nesse sentido, já que estamos abrindo a possibilidade à comunidade de participar ativamente na administração e na fiscalização. Com relação à Câmara de Vereadores, se continuarmos na mesma linha, chegaremos ao mesmo ponto, ou seja, precisamos que, a cada dia mais, haja uma participação mais ativa da sociedade em todas as questões sociais.

Por outro lado, o FUNDEF trouxe algumas desvantagens. No primeiro ponto que abordo, não posso falar em desvantagem, mas sim em um não-cumprimento da legislação por parte do Governo Federal, que foi o mentor desse projeto. Ele estabeleceu, em seu art. 6º, § 1º, de forma muito clara, que o valor "per capita" do aluno nacional não seria menor do que a média da divisão dos recursos auferidos por todos os fundos pelo total de matrículas do ensino fundamental. Temos a projeção dos recursos a serem auferidos e dos impostos que acompanham a base de cálculo do FUNDEF, fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN -, e pelo MEC, ou seja, as duas informações saem do próprio Governo Federal e nos demonstram que o valor destinado a nosso Estado seria, no mínimo, de R\$424,74. Assim sendo, o Governo Federal despreza a lei que ele próprio criou. Minas Gerais está com um valor "per capita" muito baixo, acima do mínimo do piso nacional, R\$315,00, mas muito aquém da média praticada nos Estados mais desenvolvidos.

Temos, entre a região Sul e Sudeste, sete Estados; talvez não acerte, mas ficarei muito próximo: São Paulo, com R\$730,00; Rio de Janeiro, com pouco mais de R\$600,00; Espírito Santo, na faixa de R\$500,00 a R\$600,00; Rio Grande do Sul, com R\$590,00; Santa Catarina, com pouco mais de R\$500,00; Paraná com R\$470,00; e Minas Gerais, R\$355,00. A média das regiões Sul e Sudeste é de R\$550,00 "per capita", e Minas Gerais pratica R\$355,00, porque é a receita que tem em função do número de matrícula. Essa é uma questão essencial do FUNDEF, em Minas Gerais. Minas Gerais não tem uma qualidade de ensino similar aos citados Estados da Federação e somos obrigados a praticar R\$355,00 "per capita". Esse é o maior problema do FUNDEF.

Em seguida, temos a questão da lei, que é a exclusão da educação dos jovens e adultos, que assola todos os Estados. Como se cria um projeto para o ensino fundamental e se exclui, como beneficiário do recurso, os jovens e adultos?

Outra questão intrínseca é a questão da educação infantil. Se, hoje, pela LDB, a atribuição principal é do município, com o tempo, os municípios vão-se afastar da educação infantil porque os recursos de que disporá para a manutenção do ensino fundamental tomarão todo o espaço. Hoje, os municípios, na sua maioria, não acordaram para esse problema. Mas, à medida que o Estado começar a tirar as adjunções, os professores forem saindo, verificarão que todo o seu orçamento, para a educação, será destinado ao ensino fundamental, nada restando para a educação infantil.

Outra questão é o despreparo dos Tribunais de Contas de todos os Estados. O Tribunal de Contas não se encontra aparelhado para o trabalho a ser feito, de controle, de fiscalização, de inspeção nos municípios.

Outra falha clara, no FUNDEF, é a diferenciação do custo por aluno, da 1ª à 4ª série, da 5ª à 8ª série, educação especial e aluno de zona rural. Isso está no texto da lei, mas não se encontra regulamentado, e tratamos todos com um só custo que é o de R\$355,00. Aquele que trabalha no segundo ciclo do ensino fundamental tem um custo maior do que o que trabalha no primeiro ciclo, ou o que trabalha na zona rural tem um custo maior, não querendo Estado e município trabalhar na educação especial ou na zona rural. Teria de haver uma diferenciação para que se desse o valor correspondente a cada um desses custos.

Fiz uma breve apreciação do FUNDEF. A outra fonte imensa é o salário-educação. Imensa pela importância e insignificante pelo percentual que representa, no Estado. Se não tivéssemos a vinculação do FUNDEF, o Estado entraria na vinculação dos 25%, com 90% de todo o recurso da educação. Nesse aspecto financeiro, o FUNDEF, em Minas Gerais, não se alterou. Retirando as vantagens que citei anteriormente, o FUNDEF não trouxe outros benefícios. Na realidade, o grande recurso, 90% dele é a vinculação dos 25%.

A segunda fonte é o salário-educação, como falei de uma importância imensa, principalmente para os Estados, que fazem todo o desenvolvimento da rede física, a manutenção, o aparelhamento das escolas, os convênios junto aos municípios. Então, o salário-educação é aquele recurso suplementar que dá fôlego para que se mantenha o dia-a-dia, já que todos os recursos do Tesouro, recursos vinculados, recursos do FUNDEF, estão destinados à manutenção do custo de pessoal de nosso Estado.

Hoje, o salário-educação passa por extrema dificuldade. Primeiramente, uma brecha deixada na Constituição de 1988 permitiu que as empresas entrassem na justiça contra o salário-educação e deixassem de fazer a sua contribuição. Segundo a última informação que tivemos - essa informação não é precisa, deve fazer uns 60 dias -, o FNDE tinha 17.500 ações contra o salário-educação, o que fez com que diminuísse a sua arrecadação.

Outro fato que demonstra a iminência da sua extinção é a reforma tributária que virá, o que também está incentivando as empresas a não fazer o recolhimento, porque dizem: "O salário-educação vai acabar, então, não pago". Há, ainda, a crise econômica por que passamos, associada ao desemprego, trazendo, como conseqüência, a diminuição da massa salarial, que é a base de cálculo do salário-educação. A Secretaria da Educação de Minas Gerais trabalhou, no ano passado, com uma previsão de R\$105.000.000,00. Trabalha este ano com R\$96.000.000,00, mas, pela arrecadação, chegamos à conclusão de que não vamos realizar os R\$96.000.000,00. A queda tem sido abrupta nos últimos meses.

E ainda há outra dificuldade que é a cota federal de redistribuição que o Governo Federal retém - 1/3 de todo o salário-educação - e que tem por objetivo a redistribuição para aqueles Estados menos favorecidos, mas que perdeu esse efeito. Hoje, a cota federal é destinada apenas aos programas especiais do MEC, quer dizer, perdeu o efeito. No momento em que se vincula essa cota federal à sustentação de programas especiais do MEC, de certa forma volta-se a redistribuir de acordo com o número de matrícula ou de acordo com a contribuição do Estado, voltando para os Estados de origem. Perde-se o efeito da redistribuição.

Outra questão a ser abordada no tocante a esse assunto é que, de acordo com a lei federal, Minas Gerais já preparou seu projeto de lei num acordo de projeto a duas mãos com a UNDIME, para a criação da cota municipal do salário-educação, que está tramitando nesta Casa. Temos a esperança de que, a partir de janeiro do ano que vem, tenhamos a cota municipal do salário-educação, que será dividida da seguinte forma: 30% vai ficar para o Estado, 20% para os programas gerais, Estados e municípios, macroprogramas; e 50% distribuídos de acordo com o número de matrículas. Com isso, os municípios passarão a ter a sua receita da cota municipal do salário-educação.

E o último ponto é a questão da reforma tributária. E voltamos a falar sobre os dois: o FUNDEF e o salário-educação. A Secretaria de Educação participa da Comissão do CONSED, Conselho Nacional de Financiamento da Educação, que tem feito uma luta incessante junto com inúmeras outras instituições, como UNDIME, buscando a manutenção do salário-educação ou uma contribuição equivalente que viesse a substituir o salário-educação, e para preservá-lo nos montantes de recursos anteriormente arrecadados, não nos montantes hoje arrecadados, com as perdas decorrentes desses problemas todos que citei aqui. E ainda no tocante à reforma tributária, há a questão do FUNDEF, que, parece, é um assunto já acordado. Com a extinção do ICMS prevista, tiraríamos o grande imposto que serve de base para o FUNDEF, que é o ICMS, mas há uma promessa, e parece que o texto da reforma da proposta de emenda à Constituição já foi corrigido pelo Deputado Mussa Demes, colocando um novo imposto, um novo ICMS a ser criado, que viria substituir o ICMS de hoje. São essas as abordagens gerais que gostaria de fazer.

Palavras do Sr. Carlos Roberto de Souza

Boa-noite a todos, gostaria de saudar os membros da Mesa, nosso coordenador, Deputado Sebastião Costa, Carlos Henrique, Prof. João Monlevade, Deputado Gilmar Machado, todos os presentes e os telespectadores também. Nas reuniões anteriores, houve uma polêmica não pertinente ao assunto, e um colega ligou para o Secretário, perguntando sobre o desenvolvimento dos trabalhos. A audiência é importante. Estamos falando para um público que não conhece o assunto, porque, em sua maior parte, não participou dos debates que antecederam a etapa final deste seminário, que foi precedido por vários encontros regionais e intenso debate nas comissões. Provavelmente, muitas pessoas não entendem o que é vinculação de recursos para a educação, não entendem o que é FUNDEF. E estamos falando com naturalidade sobre todos esses temas. Esses esclarecimentos são importantes para o público que está nos vendo.

Estamos falando de recursos, de financiamentos, e essa questão é muito importante, porque, se não houver dinheiro, recursos, nada dos projetos, das idéias ou das intenções se materializará. Estamos sentindo isso muito de perto. Temos muitos projetos, muitas proposições e boas intenções que não se materializam. E, no caso de Minas Gerais, a situação descrita pelo Carlos Henrique é complicada. O Estado gasta bem acima do determinado, que representa 25% dos seus recursos, ou seja, 25% de tudo que se arrecada nos municípios tem de ser destinado à educação. E, no caso do Estado, o gasto é maior. Só que esse gasto maior, de fato, não chega à sala de aula, não porque haja problema, mas porque é destinado a financiar os inativos.

E o FUNDEF, que foi objeto de grande parte da exposição do Prof. Carlos Henrique, é um Fundo que separou aquilo que já estava vinculado, 25% para a educação, algumas receitas e, delas, 15%. Só que essas são as principais receitas. Na verdade, praticamente vincularam-se quase todas as receitas. São as chamadas receitas de transferência. Pegou-se 15% do Estado e 15% de todos os municípios, pôs-se num fundo e se redistribuiu não em função da arrecadação, mas em função da matrícula de cada município e da matrícula, no Estado, no ensino fundamental. Muitos municípios perderam dinheiro, como o meu, Betim, que, no primeiro ano, perdeu por volta de R\$5.000.000,00, uma receita extraordinária. Outros, naturalmente, ganharam.

Naquele primeiro momento, o grande beneficiário dessa estrutura foi o próprio Estado, que, no processo, ganharia por volta de R\$130.000.000,00. Mas, como estimular o processo de municipalização era um bom negócio para o Estado, este buscou cativar os Prefeitos, afirmando que, se se fizesse a municipalização, o Estado pagaria ao município aquela receita que o Estado receberia. Além disso, estimulando ainda mais, forneceria os professores em adjução. Naturalmente, todos os Prefeitos ficaram sensibilizados com essas vantagens, porque receberiam professores em adjução, ou seja, a despesa seria reduzida. Apesar de o sistema funcionar conforme as matrículas do ano anterior, o município receberia a receita naquele ano, quer dizer, não teria o problema da defasagem de um ano.

Muitos Prefeitos correram a municipalizar. A UNDIME saiu em pregação e, neste Plenário, num seminário promovido pela Assembléia, falou dos perigos que significava a municipalização, que era um excelente negócio para o Estado, que gasta por volta de R\$750,00 por aluno por ano. Se tirar os inativos, gasta por volta de R\$600,00. Ele transferiria esses alunos, não os R\$600,00 que gasta, de fato. Transferiria por volta de 361, na época, o que se esperava. No final, materializou-se em 354, ano passado. Alertamos os municípios para os perigos desse processo de municipalização, mas muitos acabaram fazendo, porque havia vinculação com a expansão do ensino médio e com outros problemas de natureza administrativa. O fato é que, de um ano para outro, houve a transferência de 470 mil matrículas do ensino fundamental da rede estadual para as redes municipais. Nos quatro últimos anos da administração passada, 570 mil matrículas migraram da rede estadual para as redes municipais. Naturalmente, já alertados naquela época, esses problemas começariam a se manifestar agora. Muitos municípios já não estão dando conta de atender às matrículas.

Esse problema tem efeito sobre o conjunto do financiamento, em razão do que o Carlos Henrique já falou. Minas Gerais não teve nenhum acréscimo de recursos. É o que já estava entre nós. Colocou-se tudo num bolo só e distribuiu-se a mesma quantidade para cada um. Alguns perderam, outros ganharam, mas não se agregou nenhum outro recurso. Isso, hoje, é um problema. Dando um enfoque maior ao que o Carlos Henrique falou, com o que concordamos plenamente, estamos unidos nessa batalha para conseguir fazer com que o Governo Federal cumpra o que ele próprio escreveu na lei que criou o FUNDEF, que venha a pagar os 427, 420 ou que número for - porque é sempre acima de 400 - com relação àquilo que a lei determina. Isso o próprio Governo Federal não cumpre. Ele escreveu a lei, fez a proposição, faz uma publicidade enorme de que é a única realização no campo social deste Governo Federal, e ele mesmo não coloca recurso nenhum nisso.

Recentemente, uma revista de circulação nacional fez uma apologia do FUNDEF, dizendo que as professoras se tornaram "bons partidos", que estão atraindo os jovens, etc. Vocês viram essa reportagem na "Isto É"? Mas, quando se faz uma boa leitura dessa matéria, veremos que o próprio texto mostra com o que o Governo Federal entrou. Dos R\$13.000.000.000,00 que representam o FUNDEF no País, os Estados entram com R\$8.000.000.000,00; os municípios com R\$4.300.000.000,00, e o Governo Federal entra com R\$600.000.000,00. Para este ano, estava programado que ele entrasse com R\$850.000.000,00, mas já houve um contingenciamento, e isso caiu para menos de R\$600.000.000,00.

Esse é o problema que estamos enfrentando. Nesse aspecto, há uma perfeita sintonia entre os municípios e o Estado de Minas Gerais, nessa luta para fazer com que o Governo Federal cumpra aquilo que ele mesmo redigiu, a própria lei que ele propôs. Se isso ocorresse, Minas Gerais, como um todo - as redes municipais e a rede estadual -, agregaria ao bolo de financiamento por volta de R\$250.000.000,00. Com esse recurso, dá para se fazer muita coisa. Vocês se lembram daquele famoso programa do Governo passado, do dinheiro que veio do Banco Mundial? Eram 150 milhões do Banco Mundial e 150 milhões do próprio Estado. E muita coisa foi feita. Só com essa diferença de 300 milhões, teríamos agregado ao financiamento da educação em Minas 250 milhões. Isso é muito importante.

É fundamental que este seminário manifeste um posicionamento firme, exigindo de todas as instâncias - do próprio Governo Federal, do Congresso, do Judiciário, dos Tribunais de Contas - que o Governo Federal venha a cumprir aquilo que ele próprio escreveu. É absolutamente imperativo que este seminário conclua isso.

Outra questão importante sobre a qual devemos pensar neste momento é que esses recursos vinculados andam sempre ameaçados, sempre há alguém querendo acabar com essa vinculação. O Carlos Henrique fez menção à reforma tributária, e está havendo um "lobby" para acabar com essa vinculação. Creio que este seminário deve concluir por exigir a manutenção da vinculação dos recursos para a educação e exigir que eles, na sua totalidade, sejam aplicados com a máxima transparência possível, para que de fato cheguem à sala de aula. Digo isso porque nesta Assembléia está tramitando - ainda não foi nem rejeitada nem arquivada - uma proposta de emenda à Constituição flexibilizando a vinculação dos 25%.

Essa emenda já recebeu parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Constituição e Justiça, mas ainda não foi arquivada. Está tramitando na Assembléia, o que é uma absurdo total. Deveríamos tirar um posicionamento deste seminário, exigindo a imediata derrubada dessa proposição que está tramitando aqui. Da mesma forma, deveríamos exigir do Congresso, que está apreciando a reforma tributária, a manutenção da vinculação dos recursos, para que os municípios não fiquem restritos a financiamentos ou aos recursos do FUNDEF. É necessário que haja transparência na aplicação dos recursos constitucionais, vinculando-os constitucionalmente ou às respectivas leis orgânicas municipais. Muitos municípios, como Belo Horizonte, têm uma vinculação maior do que aquela estabelecida pela Constituição, que é de 25%. Em Belo Horizonte, são 30%.

Então, acho que isso é importante, porque não tratamos apenas do FUNDEF, mas conseguiu-se trazer para o conjunto dos trabalhadores e da população, de forma ainda um pouco tímida, a discussão sobre receita, despesa e controle social dos recursos destinados à manutenção da educação. Esse debate é muito produtivo, muito rico e tem sido muito benéfico. Talvez um dos grandes benefícios do FUNDEF tenha sido tornar mais democrática a discussão sobre recursos e sobre as receitas e despesas com a educação. Esse é um dos pontos positivos.

Agora, os municípios, como ouviram há pouco, quando foi comentado a respeito da reportagem da "Isto É", entram com mais de 1/3 dos financiamentos para a educação em Minas Gerais. O Estado entra com 2/3, e a União com nada. No entanto, já estamos em uma situação bastante complicada, porque, com esse processo acelerado de municipalização, hoje ofertamos mais de 42% das matrículas do ensino fundamental. Então, essa é uma tarefa extraordinária desempenhada pelos municípios mineiros, principalmente porque somos também responsáveis pela educação infantil em Minas. Há quatro anos, tínhamos por volta de 350 mil matrículas de educação infantil. De repente, de um ano para o outro, o Estado fechou essas matrículas. O povo, então, foi procurar os Prefeitos, que, de maneira geral, as acolheram. Hoje, os municípios ofertam mais de 350 mil matrículas de educação infantil. Se somarmos com mais de 42% das ofertas de ensino fundamental, veremos que já estamos chegando a 2 milhões de alunos nas redes municipais. Isso mostra a importância de nosso trabalho.

Por último, gostaria de reforçar a menção, feita pelo Prof. Carlos Henrique, sobre a quota estadual do salário-educação. A redistribuição dessa quota é um imperativo. Não é possível que os municípios que hoje ofertam 42% das matrículas - portanto, quase meio a meio com o Estado -, não tenham acesso a essa fonte de financiamento, que é o salário-educação. Não sei se sabem, provavelmente alguns dos telespectadores não têm conhecimento disso, mas o salário-educação é recolhido pelas empresas sobre a folha de pagamento de seus trabalhadores, numa proporção de 2,5%.

Desses 2,5% de toda a folha salarial arrecadada, o Governo Federal fica com 1/3, e o Governo Estadual com 2/3. Agora fizemos um acordo com o Prof. Murílio Hingel, Secretário de Estado, o qual Carlos Henrique já mencionou, para fazermos uma redistribuição dessa cota.

O projeto de lei de autoria da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivo José já está tramitando na Casa. Parece que há um pequeno problema de tramitação. De qualquer forma, creio ser este o momento importante. Este seminário deve fazer uma conchamação a todos os Deputados, para que votem o mais urgente possível esse projeto de lei, que vai estabelecer uma justiça maior na distribuição desses recursos. Cinquenta por cento serão distribuídos para matrícula; 20% para projetos de equidade, de comum acordo entre a Secretaria de Estado e os municípios representados pela UNDIME, e 30% serão destinados à aplicação exclusiva do Estado.

É um avanço muito grande, sobretudo para os Municípios que não tinham acesso a essa forma de financiamento, que vai agregar uma massa de recursos bastante significativa. É importante também que este fórum conclame os Deputados Federais, os Senadores e os congressistas, para que mantenham essas fontes de financiamento para a educação porque, tanto o salário-educação como a COFINS, que é outra fonte de recursos que ajuda a financiar, sobretudo, a merenda escolar e o programa do livro didático, estão seriamente ameaçados pela reforma tributária.

Por isso é fundamental que este seminário conclame os congressistas à manutenção de recursos que, hoje, estão destinados ao financiamento da educação, para que nenhuma fonte de financiamento de educação seja excluída e, muito pelo contrário, para que possamos avançar, estabelecendo uma vinculação maior com o Governo Federal. Se aos Estados e aos municípios são vinculados 25% do total arrecadado, porque a União tem apenas 18%? Precisamos fazer a União gastar mais com a educação. Por que Estados e municípios, por lei, são obrigados a investir 25%, e a União só 18%? Vamos elevar essa alíquota um pouco, porque, sem recursos, não conseguiremos transformar nosso sonho em realidade. E o muito que já se avançou se deve fundamentalmente a essa vinculação.

É nesse sentido que a UNDIME vem trazendo o seguinte recado: esse seminário tem a responsabilidade de apelar para que os Deputados Estaduais possam, o mais rápido possível, aprovar a redistribuição do salário-educação e para que os congressistas possam fazer a manutenção e a ampliação dos recursos que, hoje, são destinados ao financiamento da escola pública no País. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece as palavras proferidas pelo Sr. Carlos Roberto de Souza e esclarece que o projeto de lei da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivo José já chegou à Comissão de Educação desta Casa, a qual presido. Já está designado para relator o Deputado Antônio Carlos Andrada, e não tem faltado o acompanhamento da Deputada Maria Tereza, que já me procurou, neste Plenário. Comuniquei ao relator a sua disposição de acompanhar a elaboração do parecer, obviamente respeitando as atribuições de cada um. Então, estou tornando pública essa atitude dos parlamentares, autores do projeto de lei.

Palavras do Sr. João Monlevade

Muito obrigado, Exmo. Sr. Deputado Sebastião Costa, por meio do qual saúdo a Mesa. É com imensa alegria que, mais uma vez, participo, na Assembléia Legislativa, de um evento que tem grande importância, porque traduz nossa forma de democracia representativa e direta. A nossa Constituição diz que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Podemos ver aqui nas poltronas, não só a presença dos Deputados eleitos, mas também a daqueles que se elegem como compromissados com a educação pública gratuita, universal e de qualidade. Meus parabéns, portanto, a todos vocês. Além disso, é um prazer, eu, juntamente com meus ascendentes mineiros de João Monlevade, estar aqui encontrando comigo mesmo em uma festa cívica como esta.

Os palestrantes que me antecederam facilitaram-me muito a fala, porque não precisarei dar muitas explicações. Partindo de uma crítica muito sucinta, tentarei fazer algumas propostas bastante concretas sobre a questão do financiamento, não só em Minas Gerais, como também no Brasil.

O FUNDEF, indubitavelmente, representou avanços. Diria que talvez os quatro avanços mais significativos foram o novo critério de redistribuição de recursos, que superou as injustiças tributárias; o estímulo institucional ao regime de colaboração; a definição de uma participação da União e a tentativa de democratizar a gestão dos recursos públicos. Ao mesmo tempo, dentro de cada avanço, houve limites que acabaram, no meu entendimento, mostrando que o FUNDEF é só uma porta de entrada para um mecanismo muito mais adequado que nós, do Conselho Nacional de Educação, já apresentamos ao Legislativo Federal, que é o Fundo de Desenvolvimento de Manutenção da Educação Básica - FENDEB. O primeiro problema foi que, ao redistribuir os recursos da educação, foi redistribuída somente uma parte, ou seja, 15% de uma parte dos impostos. Isso gerou uma limitação muito grande dos segmentos que não foram incluídos no FUNDEF. Um Prefeito, tenho certeza de que, entre construir uma escola de ensino fundamental ou um centro de educação infantil, vai preferir investir na educação fundamental, porque conta com recursos certos, enquanto que a educação infantil ficou supostamente com os 10% restantes, que, como já foi colocado aqui, no caso de Belo Horizonte, por exemplo, é patente, hoje já se destina ao ensino fundamental.

E não há como recuar; ninguém está disposto a diminuir o salário.

A segunda questão foi que, nesse regime de colaboração forçada, houve perdas e ganhos, e, com isso, instaurou-se não a colaboração, mas a competição. Principalmente nos municípios que ganhavam, o aluno do ensino fundamental passou a ser disputado. Isso é muito complicado, quando, ao invés de a prioridade ser a proposta pedagógica, temos como critério a receita.

A terceira questão, como eu dizia, é que a definição da participação da União é fundamental. Antes ela era calibrada, pelo art. 60, no valor da metade dos 18% para o ensino fundamental. Entretanto, nenhum Presidente cumpriu: nem Sarney, nem Collor e nem o Governador atual de Minas Gerais, enquanto Presidente. Ora, Fernando Henrique toma posse e diz: "Já que ninguém cumpriu, vamos derrubar o art. 60 e fazer alguma coisa cumprível!". Naquele momento, eram mais ou menos R\$7.000.000.000,00 dos 18%, e, desse total, mais de R\$5.000.000.000,00 eram gastos com a educação superior, com os inativos, etc. Portanto, destinar metade dos 18% seria ameaçar o financiamento da educação superior. Então, o FUNDEF calibrou esse valor mínimo, há quatro anos, em R\$871.000.000,00, e, na Emenda nº 14, ficou o equivalente a 30% dos 18% a serem investidos pelo Governo Federal, tanto com impostos como com contribuições sociais. Ora, como já foi bastante criticado aqui, o Governo Federal está se retirando, na medida em que ele, de um lado, vetou a entrada de educação de jovens e adultos no FUNDEF, o que é algo muito perverso, e, por outro lado, não está cumprindo o valor mínimo, que seria por volta de R\$430,00.

Finalmente, a democratização da gestão. Com o anúncio da instituição dos conselhos de acompanhamentos, ficou como que colocada, magicamente, a possibilidade de um acompanhamento e controle social. Infelizmente, isso está acontecendo ainda de forma muito débil, devido a uma série de fatores que podemos até discutir no momento do debate. Então, há cinco anos, já havia a idéia do FUNDEB, só que foi ofuscada pela Emenda nº 14, pela lei do FUNDEF, e só reapareceu com força neste ano. Tanto o Conselho Nacional de Educação como o PT apresentaram uma proposta concreta de FUNDEB para o Legislativo, que passo agora a descrever.

A primeira diferença é a seguinte: com o FUNDEF, só valem as matrículas do ensino fundamental da 1ª à 8ª série regular. Na proposta do CNE, entram todas as matrículas da educação básica; portanto, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação infantil, com exceção das matrículas de crianças até 3 anos. Essa é a proposta do Conselho Nacional. Já na Emenda à Constituição nº 112, do PT, são todas as matrículas da educação básica, inclusive creches e, mais ainda, as da educação profissional de nível técnico, que depois quantificaremos.

O segundo ponto é a abrangência dos impostos. A proposta do Conselho Nacional de Educação é que o FUNDEB seja composto pela mesma cesta de transferência de impostos do FUNDEF, ou seja, FPE, FPN, ICMS, IPI de exportação. A proposta do PT é mais ousada e complicada, porque mexe com a autonomia dos Estados e municípios. A proposta do FUNDEB abarcaria todos os impostos, inclusive os arrecadados pelo município, como o IPTU, o ISS e o ITBI, que circulariam por todo o Estado, os dois circulam no âmbito do Estado.

O terceiro ponto é igual na proposta do CNE e do PT: todos os 25% seriam para a educação básica. Como fica, então, a educação superior? A educação superior seria reforçada com o aumento da alíquota de vinculação do Governo Federal de 18% para 20%, e, nos Estados, seriam gastos acima dos 25%. É bom registrar que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que têm muitos alunos no ensino superior público estadual, já destinam 30%, constitucionalmente, para a educação. Portanto, boa parte já é acima dos 25%. Fizemos um estudo preliminar: haveria um tempo de transição, cinco anos, em que os Estados, pouco a pouco, sairiam desse investimento.

O quarto item a que me referi é a questão dos custos. Atualmente, não se cumpre a lei: deveriam ser diferenciados e estão unificados. Não há uma vinculação com uma proposta científica de qualificação do ensino, ou seja, nos três anos de FUNDEF, tivemos uma diminuição do custo/aluno. Começou com R\$300 e passou para R\$315. Agora, está congelado em R\$315,00. Viram o caso de Minas Gerais, no ano passado: estavam previstos R\$361 e o custo se realizou em R\$354. Por quê? Porque há uma política não de ampliação de arrecadação, mas de desoneração do ICMS, do FEF, que derruba o FPE e o FPM. Isso realmente é impossível. Se estamos aumentando a demanda às matrículas, precisa-se aumentar a arrecadação, senão vamos andar para trás.

A proposta do FUNDEB é custo/aluno/qualidade. O que significa isso? É uma proposta de se relacionarem os insumos necessários para se oferecer uma educação realmente de qualidade. Aí, calibra-se entre aquilo que é ideal e o que é possível, de acordo com a arrecadação. Alguém poderia perguntar: qual seria esse custo? Ainda não há um parâmetro, mas estima-se que estaria entre R\$600,00 e R\$1.000,00. Essa relação custo/aluno/qualidade básico seria diferenciada para cima e para baixo, de acordo com a modalidade. Por exemplo, o ensino fundamental teria dois custos: um para tempo integral, e outro para as 800 horas. Para quem oferecesse o ensino fundamental de 800 horas, suponhamos, seriam R\$600,00; para quem oferecesse o integral seriam, suponhamos, R\$900,00. A educação rural e a especial teriam um acréscimo. E a educação de jovens e adultos, ao contrário, poderia ser menor do que o custo médio de qualidade, porque teríamos menos horas - não obrigatoriamente as 800 horas na educação dos jovens e adultos - e alguma concomitância com a educação profissional, etc. Isso tudo é matéria para intensos debates e perguntas.

Sobre o quinto ponto, já me adiantei, porque abordei a questão da diferenciação dos custos.

Em sexto lugar, há uma grande inovação, tanto no projeto do CNE como no do PT: os conselhos se transformariam em conselhos de acompanhamento e controle para conselhos gestores. Esse é um passo muito sério, porque transformaria a escola governamental e estatal numa verdadeira escola pública, como acontece no Canadá. Hoje, já está sendo difícil - faço um apelo para que sublinhem a necessidade de se dar esse passo - cumprir a LDB, que manda que os recursos vinculados sejam repassados de 10 em 10 dias para o órgão da educação e geridos pelo Ministro da Educação, pelo Secretário da Educação, o Estadual e o Municipal. Isso está sendo muito difícil. Gostaria de saber se aqui, em Minas, está sendo observado isso.

Mais difícil ainda é termos uma gestão colegiada desses recursos, como temos em um conselho universitário, em que o Reitor, antes de fazer uma despesa, tem de submetê-la à decisão do colegiado. Isso não é impossível. Outros países fazem isso, e, se esse é o nosso sonho e a nossa proposta, vamos em frente.

O sétimo e penúltimo item é, talvez, o mais complicado. É muito fácil achar defeito na casa dos outros. Estamos reunidos em Minas Gerais, então, é muito fácil falar mal do Governo Federal, dizendo que não está cumprindo com as suas obrigações, mas, quando formos negociar com ele, a situação se complica. Com um custo por aluno com qualidade de R\$600,00, por exemplo, qual seria o recurso federal necessário para a complementação? Hoje, ela não chega a R\$500.000.000,00 por ano. Para isso, dependeríamos de dois fatores. Primeiro, dependeríamos da demanda de matrículas. Vejam bem em que ponto entraríamos com o FUNDEB. Quando o FUNDEF começou, havia 28.500.000 matrículas para o ensino fundamental. Como o aluno valia dinheiro e como houve campanha para matrícula, atingimos, rapidamente, 32.390.000 matrículas no ano passado e, neste ano, 33.500.000, só no ensino fundamental regular. Com o FUNDEB, teríamos 45 milhões. Tudo bem, pois 15% para 33 milhões é menos do que 25% para 45 milhões. Teríamos um ganho no custo médio. Mas atrairíamos milhões de pessoas para a escola, porque, hoje, uma pessoa com 30 anos que queira entrar no supletivo não representará matrícula do FUNDEF. No FUNDEB, não apenas essa pessoa, como também os alunos da educação infantil entrariam.

A aventura maravilhosa que haveria é a seguinte. Começaríamos com 45 milhões e teríamos uma demanda potencial de 100 milhões de matrículas na educação básica, porque, só da educação de jovens e adultos, temos um estoque de 50 milhões de pessoas, compatriotas nossos - que, provavelmente, não estão no Plenário, mas, certamente, estão nas ruas ou assistindo à televisão, não esse canal, mas outros, mais apelativos e mais entorpecedores -, que não têm ensino fundamental completo. Eles seriam chamados para fazer matrícula, não por eles mesmos, mas pelos Prefeitos e Governadores, que ganhariam dinheiro com isso. Se evoluíssemos de 45 milhões para 60 milhões nos próximos dois anos e tivéssemos um custo por aluno com qualidade de R\$600,00, o Governo Federal precisaria de entrar com, pelo menos, R\$5.000.000.000,00.

Então, estabelece-se uma discussão muito séria. Onde o Governo Federal arranjará esses R\$5.000.000.000,00? Um Deputado Federal por Minas Gerais, Walfrido dos Mares Guia, em uma reunião com a Deputada Maria Elvira, tirou do bolso a solução: "Basta criarmos uma contribuição social, em vez do salário-educação, do COFINS e outros, como se fosse uma CPMF, e teríamos esses R\$5.000.000.000,00". Aliás, ele falou em R\$4.000.000.000,00, mas já inflacionei para R\$5.000.000.000,00. Então, em Minas, já há uma idéia de um Deputado muito experiente em gestão educacional. Tenho certeza de que poderá dar apoio, mas o Governo Federal tem outras prioridades.

Não vou fazer um discurso extremista, dizendo que o Governo Federal gasta bilhões com a dívida externa, com o PROER, etc., porque esse discurso, talvez, já esteja desgastado, mas, de acordo com os dados que me foram passados pelo Deputado João Passarela, haveria, hoje, a possibilidade tranqüila, se houvesse vontade política, mesmo sem contribuição social, de o Governo deslocar, pelo menos, R\$2.000.000.000,00 para o FUNDEB.

O último ponto já foi colocado por nosso companheiro Carlos Henrique, é a questão da reforma tributária. Estamos fazendo tudo segundo a perspectiva da estrutura fiscal e tributária que estamos vivendo, entretanto precisamos evoluir para uma reforma tributária que exorcize dois demônios. Primeiro, o demônio neoliberal, de querer achar que brasileiro paga muitos impostos. Realmente, paga muitos impostos o brasileiro cuja renda vai até R\$500,00; está sobrecarregado de impostos, principalmente os indiretos e o ICMS. Todos têm visto, pela imprensa, que as grandes empresas e as pessoas com maior renda têm muita facilidade de se furtarem aos impostos diretos, como o Imposto de Renda.

O segundo demônio a ser exorcizado é a baixa arrecadação de alguns entes federados. O Amapá, por exemplo, ganhou, de presente, um FPE muito polpudo e, por isso, não arrecada ICMS, uma vez que já tem uma transferência enorme. Além disso, muitos municípios têm o IPTU e o ISS praticamente zerados, por causa dos compromissos coronelistas e clientelistas. Se avançarmos - e isso depende de nós, educadores, fazermos educação tributária nas escolas -, tenho a certeza de que o FUNDEB será viável. Esse é o desafio que deixo a todos, esperando que tenhamos um debate bastante esclarecedor e, principalmente, construtor de uma escola pública não só de qualidade, mas também de felicidade. (- Palmas.)

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste momento, daremos início aos debates. A Presidência tem conhecimento de que vocês já participaram do encontro da tarde, de que alguns viajaram até aqui, e, portanto, muitos já estão cansados, mas não podemos suprimir essa fase importante da reunião. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores; as questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, estando dispensadas as formalidades das saudações pessoais.

Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para o expositor mencionado dar sua resposta.

O Sr. Flaviano Moreira Campos - Represento a região de Santa Luzia e gostaria de formular duas perguntas. A primeira é dirigida ao Subsecretário Carlos Henrique: É certo que a disponibilidade de verbas é pouca. Também é certo que, na maioria dos casos, existe o mau uso, ou seja, os desvios dessas verbas nas escolas, até mesmo com a criação do FUNDEF. Acredito que a maioria dos presentes também tem conhecimento disso. É do meu conhecimento que diversas tentativas de denúncia contra o mau uso dessas verbas nunca é bem acatado, chegando o denunciante, na maioria das vezes, a sofrer represálias, perseguições e, até mesmo, a ser levado à marginalidade. O que poderia ser feito para que houvesse maior fiscalização e acompanhamento no uso dessas verbas, tanto no FUNDEF quanto nas escolas?

A segunda pergunta, desejo formulá-la ao Deputado Sebastião Costa: sou defensor do sistema por ciclos, contra a reprovação, que apenas promove o complexo de inferioridade. Acho que deixamos de ser transmissores do conhecimento para ser condutores do conhecimento e acho que devemos promover a auto-estima do aluno e a busca de seu próprio conhecimento. Porém, há indícios da privatização do ensino superior. Isso não seria, talvez, uma contradição, caso seja realidade, uma vez que estamos promovendo a elevação da auto-estima do aluno quando se encontra diante da possibilidade da privatização do ensino superior? É uma realidade a privatização do ensino superior?

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - Como é sabido, Minas Gerais destina recursos diretamente às escolas para a sua manutenção. Elas recebem também os recursos para a merenda. Temos conhecimento de que muitas escolas aplicam mal esses recursos. Minas Gerais é um Estado que possui quase 4 mil escolas, o que gera grande dificuldade no que tange ao controle de verbas. Vivemos um momento de modernidade, no entanto nossa estrutura ainda é bastante arcaica. Estamos trabalhando para ter maior controle das escolas, através de computadores, o que é elementar nos dias de hoje, mas, para a Secretaria, deverá levar algum tempo a ser implementado, a fim de procedermos a um trabalho de inspeção e acompanhamento mais direto.

Em segundo lugar, encontramos inúmeros processos arquivados na Secretaria e nós os estamos desarquivando. A Secretaria tem encaminhado inúmeros processos contra ordenadores de despesas, por malversação de recursos. Estes são encaminhados à Corregedoria, onde é tomada a iniciativa da abertura dos processos, o que tem se multiplicado, devido ao fato de chegar ao conhecimento das pessoas, fazendo com que se avolumem as denúncias. O que podemos fazer hoje, na realidade, é a inspeção e o encaminhamento ao órgão competente, para o devido andamento do processo administrativo. Tenho a dizer, também, que precisamos aperfeiçoar nosso sistema de controle, que hoje é extremamente primário. A medida que aprimorarmos o sistema de controle, não precisaremos fiscalizar as escolas, nem receber denúncias. Precisamos ter uma avaliação constante, que não permita o desvio de recursos.

O Sr. Presidente - A segunda pergunta do Flaviano, dirigida a mim, refere-se à questão da privatização do ensino superior. A princípio, penso que isso não acontecerá, mesmo porque, com o advento da LDB, foram estabelecidas normas definindo a competência de cada esfera de ensino, e a União não foi eximida da incumbência de manter o ensino superior público.

Outro detalhe: em Minas Gerais, está em andamento, e já está bem avançada, a implantação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Seria um contra-senso avançar, instituir uma universidade federal para, depois, fazer um processo exatamente em contrário.

Em data recente, estive, na Comissão de Educação, o coordenador de vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual disse que a inovação que se apresenta para o momento seria algum defendendo a reserva de vagas para alunos egressos do ensino médio público. Disse, também, que essa questão poderia ser discutida, mas o ensino público já vai, aos poucos, ocupando o verdadeiro espaço na universidade federal. Há alguns anos, 70% das vagas eram de alunos egressos das escolas particulares, hoje 55%. Ele acredita que, em pouco tempo, o ensino médio público estará ocupando mais da metade das vagas da universidade federal. Então, não acredito que, em curto prazo, isso vá acontecer. Existem idéias, discussões, mas, por enquanto, nada de concreto aconteceu. Não acredito que aconteça. Penso que não há clima para se pensar em privatizar o ensino superior no Brasil neste instante.

Está chegando o Deputado Federal Gilmar Machado, a quem vou passar a palavra. Embora a pergunta tenha sido dirigida a mim, posso contar com sua colaboração. Deputado, o senhor tem alguma novidade sobre esse assunto?

O Deputado Federal Gilmar Machado - Com relação ao ensino superior, proposta de privatização não existe, mas, para nós, há uma situação muito clara: pelo apoio que o Governo vem dando à criação de centros universitários, impostos subsidiados para a construção de centros universitários, com juros financiados pelo BNDES a 1% ao ano, enquanto o financiamento do antigo crédito, que agora é o Programa de Financiamento ao Aluno do Ensino Superior, tem juros de 9%, vemos que realmente há um apoio grande do Governo ao financiamento do ensino superior privado.

Vemos, também, que, para o ensino superior público, há muita dificuldade: não há abertura de novas vagas, não há universidades sendo construídas. Então, temos de entender o que hoje significa privatizar: não vão transferir as universidades públicas para o setor privado, mas também não fazem nenhum esforço para ampliar o espaço público, enquanto dão todas as condições para que o setor privado cresça. Essa é uma questão que temos de saber trabalhar, senão fazemos confusão. Privatizar o ensino superior não significa apenas transferir as escolas públicas hoje existentes e passá-las para a iniciativa privada.

Então, isso temos de fazer. O Governo não tem recursos para o ensino público, mas tem para subsidiar os novos centros universitários particulares.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a intervenção do Deputado Gilmar Machado e informa que veio de Marlene Reis, da Escola Estadual Pero Vaz de Caminha, pergunta dirigida a Carlos Roberto de Souza: "O art. 212 da Constituição Federal fala que a apuração do investimento dos mínimos constitucionais de 15% ou 25%, na função educação, é feita anualmente. Se é apurada anualmente, segundo a norma geral da Constituição Federal, os Estados ou municípios podem usar outras fontes para fazer a compensação dos 15%?".

O Sr. Carlos Roberto de Souza - Marlene, quanto aos 25%, você tem razão. Quanto aos 15%, o texto do art. 2º não menciona. E o que temos de novidade é que, no FUNDEF, a prestação de contas passa a ser trimestral. E há uma proposta nesse texto sobre financiamento, que está na página de vocês, no texto inicial distribuído naquele caderninho, dizendo que os relatórios de prestação de contas dos municípios, a serem enviados ao Tribunal de Contas, sejam precedidos por um relatório do Conselho Local de Acompanhamento e Controle do FUNDEF. Então, a possibilidade da compensação de um trimestre para outro tenderia a se restringir o máximo possível, com esse acompanhamento, e não há possibilidade da compensação de um ano para outro. Então, o que esperamos é que esse mecanismo de controle social seja exercido na sua plenitude.

Também faço parte do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle do FUNDEF, e estamos tirando como tarefa nossa dar uma compreensão melhor do papel e dos instrumentos de fiscalização dos Conselhos Locais de Acompanhamento do FUNDEF. Estamos iniciando o trabalho. No dia 28, estaremos na região de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, fazendo um treinamento dessa natureza com os Conselheiros da região. No dia 5, vamos estar em Paraopeba, na região metropolitana, próximo a Sete Lagoas, discutindo com os mecanismos e as possibilidades que os Conselhos Locais de Acompanhamento têm para garantir que seja, de fato, cumprido pelo Poder Executivo aquilo que está na legislação. Esse princípio é um avanço extraordinário que temos de fazer cumprir. É um ponto fundamental a mobilização como garantia de resultado efetivo de que os recursos cheguem à sala de aula.

O Sr. Presidente - A Presidência vai dar uma informação que não deixa de ser um comercial. Pode ser encontrado no "hall", próximo à Capela, o livro da Idéia Editora intitulado "O FUNDEF e Seus Pecados Capitais, Análise do Fundo, Suas Implicações Positivas e Negativas e Estratégia de Superação de Seus Limites", de João Monlevade e Eduardo Ferreira, um dos expositores que acabamos de ouvir.

Já começamos a fazer uma propaganda mais caprichada, mostrando o livro. Mas isso é só para modificar um pouco. Muitos já estão ficando cansados, o que é natural, depois de uma segunda-feira de trabalho. Muita gente viajou, então sabemos que, a essa hora, muitos já estão precisando avaliar outro assunto, para descansar um pouco.

Está inscrita, para fazer suas considerações, Cleudirce Cornélio Camargos, do SIND-UTE, que já participou da teleconferência, a quem a Presidência passa a palavra pelo prazo de 3 minutos, para a formulação de sua pergunta.

A Sra. Cleudirce Cornélio Camargos - Primeiramente, gostaria de fazer uma discussão sobre a participação dos Conselhos municipais de fiscalização. Como a população, em geral,

não tem discutido nem acompanhado o financiamento da educação, fica difícil o Executivo abrir a fiscalização para os Conselhos, até porque, em nosso Estado, não há uma cultura de fiscalização. Acredito que esses cursos de instrumentalização que estamos fazendo são exatamente para tentar ajudar os Conselhos municipais a entender as finanças públicas, principalmente o financiamento da educação. Mas só isso não é suficiente, porque não basta instrumentalizar quando não há vontade política, e o Executivo Municipal não apresenta as contas com transparência. Temos questionado muito que foi um avanço para o movimento social organizado colocar o Conselho Fiscalizador do FUNDEF na Lei nº 9.424. Com muita tristeza, após quase dois anos de funcionamento, constatamos que não está havendo fiscalização, porque o Executivo não abre as contas, principalmente em nível municipal. Em nível estadual, também temos problemas, já que o Conselho tem de fiscalizar o que o Executivo lhe entrega. Mas não temos nada concreto para ir até as contas - como as da folha de pagamento dos trabalhadores na educação - e verificar se os recursos da educação estão sendo gastos devidamente.

Outro ponto que gostaria de questionar, sobre o qual me lembrei durante a fala do João Monlevade, é se o art. 69 da LDB está sendo cumprido em Minas Gerais. Seria muito bom se estivesse. Além de a gestão anterior não cumprir o art. 69, que é de 10 em 10 dias, os recursos da educação vinculados, não só os 15%, mas os 25%, serem geridos pela Secretaria da Educação, ainda houve um problema, que o Carlos Henrique, na atual gestão, conhece. Os recursos do FUNDEF ficaram no caixa único do Estado de Minas Gerais, o que é um absurdo. E com o uso indevido do dinheiro vinculado do FUNDEF com os recursos da educação. Não sei hoje. Espero que o Carlos Henrique possa esclarecer tanto aqui quanto aos telespectadores se o atual Governo está cumprindo o art. 69 e se o dinheiro do FUNDEF está numa conta específica, no Banco do Brasil, como deveria estar. Muito obrigada.

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - Primeiramente, é verdade que encontramos a conta do FUNDEF e a conta do salário-educação no caixa único do Governo. Este ano, conseguimos retirar o salário-educação do caixa único, o qual está sendo repassado integralmente à Secretaria. Do FUNDEF, não houve uma insistência maior, até porque o Estado de Minas gasta todo o FUNDEF com folha de pagamento.

E o pagamento, que é feito usualmente entre os dias 5 e 16, consome todos os recursos. Não adiantaria, então, passar para a Secretaria, e ela devolver para o Tesouro.

Você falou do Conselho, e gostaria de dizer que, da nossa parte, há todo o interesse em que o Conselho participe examinando documentos. Não vejo dificuldade alguma em que o Conselho participe não só examinando as contas, como também os documentos. A questão da folha é bastante clara. Gastamos mais do que toda a arrecadação do FUNDEF. Quem dera se nos sobrasse alguma coisa para a Secretaria administrar; infelizmente, não sobra.

O Sr. Presidente - Pergunta formulada por Márcio Aragão: "O salário-família paga R\$0,70 para os filhos. Quanto custa à União? Não poderia ser destinado à educação?". Esta pergunta é dirigida ao João Monlevade.

O Sr. João Monlevade - O salário-família é um benefício, não um recurso. Foi criado pelo saudoso Senador Franco Montoro, na vigência do PDC, há muitos anos, e era um sonho de distribuição de renda. Hoje, infelizmente, trata-se de uma quantia bastante ridícula, que não dá para comprar nem uma lata de leite em pó.

Tenho certeza de que o que está por trás da pergunta do Márcio é o seguinte: temos de ter mais fontes de arrecadação de recursos para a educação. Estou entendendo que esse é o verdadeiro esforço que se deve fazer. Se, por exemplo, todo o dinheiro do FUNDEF vai para a folha hoje, é sinal de que estamos precisando de mais recursos. E tenho certeza de que essa seria a pergunta mais importante de vocês, para todos conversarmos agora.

O Governo Federal tem feito exatamente o contrário. Vocês tinham um ICMS bastante razoável. Veio a Lei Kandir e desonerou o ICMS de exportação. Diminuindo a receita geral de ICMS, é claro que diminuem os 25% da educação. Alguém poderia sugerir que passássemos de 25% para 35%, como fez Belo Horizonte. Mas, em primeiro lugar, há a informação de que este Estado já gasta mais de 25%, então poderia oficializar em 30%, para não haver nenhuma tentação de diminuir a vinculação. Entretanto, há muitas outras despesas concomitantes. Vocês têm problema de segurança, de saúde, é preciso investir em infra-estrutura, o ensino superior também está reclamando recursos.

Gostaria de deixar claro que o discurso do Governo Federal de que os recursos da educação são suficientes e basta somente gerenciar melhor ou não desviar é totalmente equivocado. Temos, no Brasil, uma disponibilidade de recursos da ordem de R\$600,00 por ano, o que significa R\$50,00 por mês. Esse valor equivale a uma mensalidade ridícula em uma escola particular de qualidade. Quero saber se o Pitágoras ou o Objetivo aceitam um aluno pagando uma mensalidade de R\$50,00. Precisamos arrecadar mais, não agravando a situação da população de menor renda, como está acontecendo hoje, mas procurando tirar da população e das empresas que auferem lucros maiores, inclusive dos Bancos, em que os mineiros são mestres.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta da 31ª Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas, dirigida ao Carlos Henrique por Terezinha Silveira, e outra da Câmara Municipal de Santa Vitória, de Rosilei Domingues, que é Vereadora. Percebo que as duas, embora sejam de fontes diferentes, têm a mesma preocupação. A Terezinha pergunta: "Como os Conselhos podem funcionar de forma imparcial, se seus membros podem ser escolhidos pelo Prefeito Municipal? Na prática, não funcionam. Há necessidade de aparelhar o Tribunal de Contas para controlar os municípios. É possível isto?".

A outra também mostra preocupação para com a fiscalização: "A fiscalização do FUNDEF cabe primeiramente aos Vereadores. Concordo. A Maioria não o faz porque está vinculada ao Poder Executivo, e a Minoria não tem acesso à documentação nem às informações verdadeiras. Infelizmente, os Conselhos não funcionam". Percebe-se que as duas perguntas têm fontes diferentes, mas são semelhantes quanto à preocupação para com o controle e a aplicação dos recursos. Com a palavra, Carlos Henrique.

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - As duas concordaram com o que eu disse em minha fala: será que o Conselho não é escolhido da mesma forma como os Vereadores o são? Em muitos municípios, de fato, há escolha política dos Conselhos. Acho que a criação do Conselho é realmente um avanço, porque dá oportunidade de se educar, de que esses Conselhos participem. Tenho a esperança de que consigam resultados, mas é óbvio que a obrigação primeira dessa fiscalização deveria ser dos Vereadores. Se eles, assim como a Assembléia, fizessem o papel de controladores e de fiscalizadores, mesmo porque têm acesso aos documentos, não precisaríamos dos Conselhos. Foi isso que quis dizer. O que acontece, na realidade, é que os Conselhos acabam não existindo, porque, em alguns casos, não estão preparados. Em outros, são escolhidos politicamente; neste caso, votam de acordo com a determinação dos Prefeitos. Assim, não temos a inspeção devida, como deveríamos ter, nos municípios.

O Sr. Presidente - O Deputado Gilmar Machado, embora não tendo sido mencionado na pergunta, sente-se à vontade para responder a ela. Com a palavra, o Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Federal Gilmar Machado - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade, já que estamos falando sobre fiscalização, para dizer que esse é um dos assuntos que mais nos tem preocupado na Câmara, como membro da Comissão de Educação: fazer com que o Tribunal de Contas também fiscalize. Tenho uma cópia do diário oficial do dia 20/9/99, segundo o qual o Tribunal de Contas deu 15 dias, que já venceram, e vamos começar a cobrar isso, para que o MEC corrija os recursos do FUNDEF, que estão congelados em 315. O Tribunal de Contas levantou a questão, e o MEC tem 15 dias para se adequar e tem que cumprir a Lei nº 9.425, que dispõe exatamente sobre o pagamento.

Na Comissão de Educação do Congresso, estamos também pedindo que a Secretaria de Estado se manifeste, exigindo que o MEC cumpra três questões básicas: primeiro, que faça o cálculo do total de receitas dividido pelo número de matrículas, o que dará os 427. Segundo, que pague o custo diferenciado, porque a lei é clara e diz, no seu art. 2º, que o custo por aluno é diferenciado. No § 2º, diz que o custo por aluno da 1ª à 4ª série é diferente do da 5ª à 8ª, que é diferente dos estabelecimentos de ensino especial, que é diferente dos da zona rural.

Então, o Tribunal de Contas mandou o MEC cumprir a lei. Estamos, agora, verificando junto ao Tribunal de Contas, porque, se o Ministro não cumprir, de fato, a legislação, vamos interpor um processo-crime contra ele.

Era o que estávamos precisando. O Tribunal de Contas, somente em setembro, deliberou - apesar de estarmos fazendo reclamações desde o início do ano -, dando ao MEC 15 dias. O prazo já se esgotou, porque foi no dia 20/9/99. Agora, estamos cobrando do Tribunal a resposta do MEC, pois, se não cumprir, vamos ter que entrar com um processo para conseguir atender o que o Carlos Henrique colocou não só para o Estado, mas também para os municípios.

É só isso. Desculpe-me, Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a intervenção do Deputado Gilmar Machado. Sabemos que tem conhecimento do assunto. Gostaria de passar a palavra ao Carlos Henrique, para concluir a sua resposta.

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - A pergunta que foi feita é sobre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A lei já exigiu que haja prestação de contas trimestral por parte do Estado e dos municípios. Essa assiduidade os ajuda a ter cuidado com os gastos.

Na realidade, os Tribunais de Contas não estão preparados. O nosso também não está aparelhado, apesar de ter avançado muito nos últimos anos, reconhecemos. Mas, por exemplo, tem visitado municípios de dois em dois anos. Esse período é muito longo. A inspeção tinha que ser feita num espaço de tempo mais curto. Sabemos que Minas Gerais é um Estado imenso, tem 853 municípios, e que fazer inspeção de contas gasta muito tempo, precisa de muita dedicação.

Imaginem examinar todos os documentos de contabilidade em cada município, o que é gasto com educação, o que é gasto com FUNDEF, quais são profissionais de magistério, quais não são, o que está dentro dos 60, o que está dentro de 40. Realmente o trabalho que tem que ser feito é imenso.

Gostariamos que o nosso Tribunal de Contas estivesse bem preparado para fazer esse tipo de inspeção, mas, hoje, a cobrança da prestação de contas trimestral já melhorou muito e ele tem sido bem rigoroso nesse sentido.

O Sr. João Batista Viana - A minha questão de ordem é a seguinte: hoje, à tarde, foram muitas as inscrições, como agora. Estou percebendo que, se continuarmos com uma inscrição e uma resposta, possivelmente não haverá tempo. Então, queria propor a V. Exa. que se fizesse um conjunto de perguntas para ser feito um conjunto de respostas, havendo tempo para todos.

O Sr. Presidente - João Batista, quero fazer-lhe um agradecimento especial pela sua intervenção, mas - não sei se o senhor já percebeu - estou passando duas perguntas de cada vez para cada expositor e, daqui a pouco, começo a passar três, à medida que guardarem semelhança.

Agradeço muito a sua participação. O senhor está inscrito pelo Conselho Comunitário Popular de Venda Nova. Vou conceder-lhe a palavra para que, no prazo máximo de 3 minutos, possa formular a sua pergunta a qualquer de nossos expositores e, se necessário, ao Deputado Gilmar Machado, que está à disposição.

O Sr. João Batista Viana - Muito obrigado, Excelência. A questão que gostaria de discutir e que vem me preocupando é a seguinte: pela fala do Prof. Carlos, da UNDIME, vários municípios não estão recebendo aportes do FUNDEF e, segundo consta, há uma perda de receita, denunciada pela Associação Mineira de Municípios, por causa da Lei Kandir, do FEF, da Lei Robin Hood e outras. A fala do Prof. Carlos também coincide com outra de nossas preocupações. Em vários municípios, há uma ampliação da oferta de atendimento escolar sem um correspondente aporte de recursos. Por exemplo, no caso de Belo Horizonte, foi estendida a educação fundamental de oito para nove anos, uma medida importante. Sei que, no caso de Belo Horizonte, houve um aporte do FUNDEF, mas esses recursos não estão suficientemente acertados para nós, do sistema municipal de educação. Há uma ampliação da oferta de atendimento escolar. Aí está a nossa preocupação: há alguns anos estamos com os salários contidos.

O "Estado de Minas" de hoje está falando que 1.200.000 alunos em municípios brasileiros estão sendo, de algum modo, impactados com a questão da aprovação simultânea e das turmas aceleradas. A nossa preocupação se resume no seguinte: quem está bancando essa ampliação do atendimento escolar?

Hoje, debatendo aqui, o Prof. Miguel Arroyo expôs com muita clareza, e nós também somos frontalmente contra o processo de reprovação. A nossa preocupação é se os processos pedagógicos ainda não conseguiram surtir o efeito necessário para remover essa triste história da reprovação, já decretado o fim da reprovação, será que não são as crianças, os jovens, que estão também pagando essa ampliação da oferta de atendimento escolar, na medida em que há uma possível perda da qualidade do ensino? Não são os profissionais, os trabalhadores da educação que estão pagando essa oferta de atendimento escolar? Já há um histórico arrocho salarial. Essa é a nossa preocupação, sobre a qual gostaria que o Dr. João Monlevade e o Prof. Carlos pudessem comentar.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a intervenção do João Batista e lembra que sua sugestão está sendo acolhida. Antes, estava passando duas perguntas e agora estou passando quatro para facilitar ainda mais o andamento dos trabalhos. Quero, neste instante, conceder a palavra para o expositor fazer os esclarecimentos solicitados.

O Sr. Carlos Roberto de Souza - É uma pergunta difícil. Existem alguns elementos que comprovam a tese do Prof. João Batista. No FUNDEF essa situação talvez não seja tão gritante. Aqui em Minas Gerais, por exemplo, houve uma expansão significativa das matrículas do ensino médio. No entanto, as turmas do ensino médio têm um mínimo de 45 matrículas por turma. Esse aumento de alunos por turma naturalmente faz com que haja uma sobrecarga de trabalho sobre o profissional e, na essência, o profissional estará, de certa maneira, respondendo por parte dessa ampliação de oferta.

Queria comentar, por outro lado, a questão de Belo Horizonte. Como disse anteriormente, o meu município foi o que mais perdeu no FUNDEF, nessa primeira rodada. Temos uma receita predominantemente vinculada, de transferência. Já com Belo Horizonte, aconteceu o contrário. Belo Horizonte recebeu um aporte do FUNDEF da ordem de R\$22.000.000,00. Um acréscimo significativo. Por quê? Porque 63% das receitas de Belo Horizonte são receitas próprias do IPTU, do ISS, ITBI e outras fontes. Como essas receitas não são vinculadas, ficaram à parte. Só sobre os 37% incidem os 15% do FUNDEF. Por essa razão Belo Horizonte ficou beneficiada.

Na medida em que venha a reforma tributária e esses impostos sejam extintos, sobretudo os próprios, como o ISS, IPTU e outros, e crie um único imposto, como há a perspectiva, Belo Horizonte vai levar um baque muito sério. Se sofrermos um duro solavanco em Betim, com o FUNDEF, se vier o FUNDEF com a reforma tributária e o imposto único, Belo Horizonte vai sofrer muito. E aí, sim, não haverá outra alternativa do que redimensionar a rede e todos os projetos que estão em andamento. Por isso é que chamo a atenção para o fato de que é fundamental estarmos todos atentos, fazendo uma discussão global e intervindo, sobretudo, nas questões de despesa e receita. A compreensão desses dois elementos é que vai nos permitir ter uma intervenção mais justa e de auxílio ao poder público na solução desses problemas graves.

O Sr. Presidente - A Presidência vai formular uma das perguntas ao Sr. João Monlevade, a quem foi pedido que comentasse as considerações que o Sr. Carlos acabou de fazer, porém vou aproveitar o ensejo e passar a pergunta da Sheila, para que possa, de uma só vez, responder às duas.

O Sr. João Monlevade - A pergunta da Sheila é sobre a questão das dificuldades que os Conselhos têm para fazer o acompanhamento do FUNDEF e, segundo, a possibilidade de informação e treinamento deles. Começamos por aí. Na realidade, existem, no meu entendimento, duas ordens de problemas. Uma é que, na origem do projeto do FUNDEF, do Paulo Renato, não havia a previsão de conselhos. Os Conselhos apareceram por pressão da UNDIME, do CONSED, da CNTE, etc., durante a tramitação. Isso ficou muito patente quando o Governo Federal cedeu a esse imperativo democrático, mas não o cumpriu. O Conselho Federal do FUNDEF, por decreto, foi desfigurado, pois deveria ter sete membros, um só do Executivo e os outros da sociedade civil, e passou a ter 13 membros, com o Executivo ganhando maioria. Hoje, são quatro pessoas do MEC, uma do Ministério da Fazenda, outra do Ministério do Planejamento e outra do Ministério do Trabalho. Vejam que há uma inapetência do Governo central quanto a ser fiscalizado democraticamente, e isso repercute nas esferas estadual e municipal: quem não dá o exemplo, não pode cobrar. Em que pese à competência das pessoas que presidem o Conselho Estadual do FUNDEF e o municipal, elas são Presidentes dos próprios Governos. Portanto, o acompanhamento social fica muito fragilizado. Aí vem a segunda ordem de problemas, que já foi colocada por alguém, que é a nossa falta de cultura popular de fiscalização, tanto em atitude quanto em competência. Vamos dar um exemplo: nós, que somos da área da universidade e damos aulas nas licenciaturas e nos cursos de Pedagogia, temos uma disciplina chamada Estrutura e Funcionamento do Ensino, e nela, explicitamente, está colocado, como conteúdo, o financiamento da educação. É a coisa mais difícil haver, nessa disciplina, um estudo de financiamento. Às vezes até com desculpas preconceituosas, dizendo-se que, como a maioria dos alunos é de mulheres, e mulher não gosta de matemática, não se deve falar sobre financiamento. Já ouvi isso de pessoas bastante influentes. A segunda razão é que existe uma dificuldade, mesmo. O financiamento, no Brasil, é tecnicamente uma questão difícil, e houve toda uma história de escondimento, que dificulta a fiscalização. Portanto, temos que lutar contra todos esses demônios.

Usando da bondade do Presidente, responderei rapidamente à primeira questão. O maior problema, hoje, da política educacional é conciliar o aumento de demanda com o aumento de recursos. Historicamente, houve uma perda terrível. Nas décadas de 60 e 70, quando houve uma explosão de matrículas no ensino fundamental, os professores primários, que davam aula num turno e corrigiam os cadernos e preparavam as aulas no outro turno, passaram a ser professores de dois ou três turnos, deixando de ser professores para serem monitores de livros didáticos. Eles deixaram de ser garantidores da aprendizagem para serem simplesmente monitores. Ao invés de adotarem os livros, foram adotados por eles. E por aí vai. Então, ficam prejudicados os professores e os alunos, porque não houve um aumento de recursos proporcional ao aumento da demanda. Isso fica mais grave porque temos um déficit

na educação de jovens e adultos, na defasagem de séries e no ensino superior. Então, temos realmente algo terrível pela frente.

Não é absurdo algum um plano nacional de educação reivindicar 10% do PIB. Países como o Japão gastaram mais que isso em suas fases de implantação do ensino universal. Não queremos ter, depois, uma despesa eterna de 10% do PIB. Mas, no momento, para alcançar qualidade de ensino e universalização, se não reorientarmos os gastos para acima dos que estão sendo feitos hoje, estaremos realmente caindo nessa armadilha que já foi denunciada: a quantidade estará comprometendo não só a qualidade como também a sanidade, a saúde do professor e do profissional da educação. A aposentadoria precoce não foi uma brincadeira, mas uma necessidade. Há 20 anos, 80% dos professores, depois de 20 anos de trabalho, mostraram-se quase incapazes de continuar na tarefa, dado o desgaste que tinham. Vocês sabem disso, porque Minas Gerais e São Paulo clamaram e denunciaram essa questão.

O Sr. Presidente - A Presidência pede desculpas aos participantes por ter encerrado o recebimento de perguntas. Amanhã, teremos oportunidade de dar prosseguimento. Temos um limite de resistência. Estou participando desta reunião, mas vocês já participaram da tarde e vão participar da manhã também. Então, seria prudente que, agora, se limitassem as perguntas às dessas pessoas que já estão inscritas para fazê-las oralmente ou por escrito. Atendendo à sugestão do Batista, que foi oportuna, estou passando quatro perguntas ao Carlos Henrique: uma da Maria Alba, professora da Universidade Federal de Viçosa, do Departamento de Educação, que aborda o FUNDEF; da Vera Cristina Ribeiro Machado, da Escola Estadual Sandra Risoleta de Lima; da Geny Sette Bicalho Martins, da 33ª Superintendência Regional de Ensino, e do Rômulo Almeida da Silva, da Escola Estadual Santos Dumont. Passo as perguntas ao Carlos Henrique, para que possa lê-las e raciocinar, respondendo a cada uma delas.

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - Lerei as perguntas. Da Vera Cristina: "Nós, os primeiros Diretores que recebemos a complexa função de administrar os recursos financeiros da escola, tivemos muita dificuldade, porque não fomos devidamente orientados. Não seria importantíssimo que a SEE tivesse maior empenho em orientar os novos Diretores e membros do Colegiado para gastar bem e corretamente os recursos financeiros das escolas?".

Da Geny Sette: "Como proceder para que haja, de fato, o controle dos recursos que chegam às escolas? 'Novo' colegiado ou uma 'nova' diretoria?".

Do Rômulo Almeida: "Com a municipalização do ensino fundamental, algumas escolas estaduais passaram a apresentar apenas o ensino médio. Como ficarão essas escolas sem a contribuição do FUNDEF para sua manutenção, se o ensino médio não é financiado?".

Pergunta da Maria Alba: "Pelo que pude perceber, o FUNDEF só fez redistribuir recursos em Minas, não possibilitando a ampliação das redes municipais; ao contrário, estimulou muitas escolas municipalizadas a superlotarem suas salas para aumentar o número de matriculas. Se o Governo Federal complementasse o FUNDEF, seria possível que a municipalização realmente expandisse o ensino fundamental, em termos de quantidade e qualidade?".

Começarei respondendo a última pergunta, que está um pouco associada ao tema anteriormente mencionado pelos dois debatedores. À medida que se amplia a demanda, como suportar o atendimento? Não se trata apenas de uma questão de professores, de qualidade e de suporte da rede física. Realmente, o Governo Federal, logo após o episódio do FUNDEF, saiu com a campanha Toda Criança na Escola. Alguém perguntou quem pagaria a conta. A propaganda foi feita para que os Estados e os municípios pagassem, porque são eles que proporcionam o ensino fundamental. O mesmo está ocorrendo com o ensino médio, quando vem com a campanha em seu favor. Os Estados que, a princípio, mais fomentam o ensino médio têm sérias dificuldades em ampliar as suas redes e o seu quadro. Minas Gerais está em um momento crítico com relação a suas finanças, pois gasta 75% das suas receitas com o funcionalismo. É lógico que está embutido aí o gasto com os inativos. Gostaria de dizer que a Secretária da Educação gasta 32 e mais 3 com efetivos que chegam aos 45%. Com relação à questão da administração dos recursos financeiros, já disse que precisamos de uma interlocução mais direta entre escola e Secretaria, e há a Superintendência intermediando. Precisa haver controles mais rígidos e mais informação. Hoje, a Secretaria não dispõe de um sistema de informação. Teremos isso no momento em que melhorarmos a informatização, interligando essas escolas às Superintendências e à Secretaria da Educação. Esse é o nosso projeto. Concordo que há a necessidade de treinamento e de orientação para o gasto dos recursos. Sem dúvida, precisamos aperfeiçoar isso. Se não tivermos um processo de controle funcionando, o treinamento fica difícil. Os recursos já são tão escassos e, ainda, são desviados das escolas. A Secretaria passa por extrema dificuldade. Sabemos que os recursos para as escolas não são suficientes; entretanto, é o que podemos repassar. Temos lutado para melhorar essa situação, que é bastante difícil. Os recursos que vão direto para a escola são os do salário-educação. Temos tido perdas constantes. Já estamos trabalhando com a perda projetada, considerando a queda da economia e as ações das empresas; entretanto, no mês de setembro, tivemos uma queda, fora da previsão, de 20% e, no mês de outubro, uma queda de 30% no salário-educação. Isso é assustador e fora de qualquer controle.

Pergunta do Sr. Rômulo: "Com a municipalização do ensino fundamental, algumas escolas estaduais passaram a apresentar apenas o ensino médio". Com relação ao ensino médio, realmente é um absurdo nosso orçamento não contemplar nenhuma fonte de recurso para sustentá-lo.

Não temos nenhuma rubrica orçamentária para a sustentação dessas escolas. Corrigimos isso e, para o orçamento de 2000, estamos destinando recursos para a sustentação dessas escolas de ensino médio. Em Minas Gerais, parece-me que temos 99 escolas que não estão associadas a uma escola de ensino fundamental. No ano 2000, já teremos o repasse regular de recursos, cuja fonte é o Tesouro.

O Sr. Presidente - A Presidência vai conceder a palavra a quatro pessoas inscritas para formular perguntas orais. Todas se destinam ao Prof. João Monlevade. A Presidência vai passar a palavra a uma de cada vez, pelo prazo de 2 minutos. Em primeiro lugar, temos Maria Hilda de Carvalho. A Presidência pede aos que forem fazer outras perguntas que se mantenham próximos ao microfone, para ganharmos tempo. Com a palavra, Maria Hilda.

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Quero falar em nome do Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais. Fiz referência ao Prof. João Monlevade, mas a colocação vai para toda a Mesa. Queria dar uma nova direção a esse debate. Na verdade, estamos levantando problemas, mas deveríamos procurar soluções mais objetivas. A primeira ação deveria ser a manifestação de nosso repúdio total ao Governo Federal, pelo descompasso entre o discurso e a prática. Em segundo lugar, retomando, inclusive, a história da educação em Minas Gerais, lembro que já tivemos a educação tributária. Sendo assim, é hora de alçarmos uma crítica de forma muito direta. Hoje, represento o mapa do Brasil com um saco sem fundo: temos privatizações, os servidores recebem com atraso, sem correções, mas pagam tudo com correção, etc. O ex-Governador Hélio Garcia teria dito que as professoras eram mal casadas, mas quero contrariá-lo, dizendo que mal casados são os maridos das professoras. Nesse sentido, é hora de lançarmos um discurso direto contra essa questão financeira. Os conselhos e colegiados são, muitas vezes, manipulados e a população não tem esclarecimentos. É hora de colocarmos uma proposta, e quero pedir a concordância da Mesa, no sentido de lançarmos uma campanha firme de esclarecimento a toda a população, inclusive aos candidatos a Prefeito, pois alguns deles são manipuladores, mas outros chegam a ser manipulados. Quem está falando aqui é simplesmente a mesma Maria Hilda que pediu uma sindicância no Instituto de Educação contra uma ex-Diretora-Geral que, depois, foi deposta, e esse ato foi publicado no dia 30/11/95. No ano seguinte, no dia 26/1/96, houve a publicação de sua nomeação para um cargo de confiança do Governo na Secretaria de Administração. Vejam essa contradição em que vivemos. Na época, foi detectado, inclusive, o uso de verbas públicas para a compra de pessoas de sua relação. No entanto, o Tribunal de Contas considerava as contas do Estado aprovadas. A proposta é exatamente um enfrentamento da questão. Sou do interior e lembro, ainda, a miséria de informação existente nesses recantos de Minas Gerais e do País. E, considerando-se a mudança de século, minha proposta é endereçarmos um pacote até o Vaticano. Se o Presidente já esteve por lá, é necessário que haja uma benção muito especial para haver uma mudança nacional. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - A Presidência informa à Sra. Lucy que logo lhe concederá a palavra para formular sua pergunta. Dentro do raciocínio proposto pelo Plenário de simplificar o funcionamento dos trabalhos, quando houver mais de uma pessoa inscrita para fazer perguntas a um dos expositores, a Presidência aproveitará o ensejo para ouvir todos, antes de conceder a palavra ao orador. Sendo assim, ouviremos mais três pessoas que querem formular perguntas ao Sr. João Monlevade, para depois conceder-lhe o prazo para as respostas.

Está inscrita, para fazer sua pergunta, a Sra. Lavinia Rosa Rodrigues, do Sindicato dos Docentes da UEMG. A Presidência vai passar-lhe a palavra, pelo prazo de 2 minutos, para sua pergunta.

A Sra. Lavinia Rosa Rodrigues - Minha pergunta é dirigida ao Sr. João Monlevade. Gostaria que o senhor nos proporcionasse um exercício mental no sentido de compreendermos o que é o financiamento da educação, principalmente no que tange aos recursos vinculados ao FUNDEF. Existe a previsão de que uma percentagem desses recursos vinculados deva ser aplicada na qualificação e na melhoria do trabalho do docente. Creio que se encontra descarrilhada a lógica que intitula este seminário: Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais. Não é uma contradição não se estar discutindo a instituição formadora desses profissionais, a universidade e, principalmente, as universidades do Estado de Minas, no caso a UNIMONTES e a UEMG? Deixo aqui uma cobrança ao Legislativo, aos proponentes deste seminário: não ficaria bem mais em conta garantir a formação desses profissionais, através de uma instituição pública financiada pelo Estado? A propósito, vivenciamos uma situação estranha, em Minas Gerais, de uma dotação mínima para nossas universidades, e eu, como professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, estou fazendo parte de um movimento para o lançamento de um fórum permanente em defesa da UEMG e, desde já, convido os presentes a participarem dessa atividade, que se dará aqui, na sala de Imprensa, dia 20, às 14h30min. Obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência anotou a pergunta formulada pela Sra. Lavinia. Aqui, também, encontra-se inscrito o Sr. Ricardo, de Cataguases, para fazer sua pergunta. Com a palavra, o Sr. Ricardo.

O Sr. Ricardo - O Sr. João Monlevade, em sua fala, abordou o assunto da colaboração forçada. Gostaria que ele falasse um pouco mais sobre esse sistema de colaboração porque acho que está havendo um grande engano na discussão de municipalização ao invés de discutirem o sistema de colaboração. Acho que pode até ser uma questão de semântica e os tratados históricos, referentes ao que quer dizer uma palavra, tenham sido rompidos. A LDB é bem clara, e ainda não vi a palavra municipalização. E as pessoas insistem em dizer que isso é uma lei. Sabemos que esse sistema de colaboração pode se dar de outras formas, através de outros aspectos, inclusive mais democráticos, e não dessa forma perversa, como o senhor mesmo colocou.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer ao Carlos Roberto que o Governo de Minas tem que cobrar do Governo Federal aquilo que ele próprio legislou. Mas, nosso Governo, para fazer isso, precisa cumprir tudo aquilo a que se propôs. O Governo de Minas não é uma pessoa. As pessoas passam, e a instituição Estado de Minas permanece.

Então, existe um compromisso do Estado com toda a população, não só com aquelas pessoas que votaram em determinado governador. Acontece que o Governo assinou um acordo com os municípios, essa tal municipalização, e agora diz que não vai assumir mais a responsabilidade sobre aquilo que assinou. Estão dizendo que os trabalhadores na educação, que foram para as escolas municipalizadas, têm até o dia 31 para arranjar um lugar. E não é assim que se trabalha qualidade no Estado de Minas nem em nenhuma rede do nosso País. Queremos que essas pessoas que trabalham, que garantem a qualidade da educação, tenham os seus direitos preservados.

Para finalizar, gostaria de dizer que temos de ter muito cuidado com a expressão "inativos". Não podemos nos esquecer de que hoje estamos aqui, pensando, falando, discutindo, graças a outras pessoas que nos deram informação. E, mais ainda, não podemos esquecer que um dia estaremos fazendo parte desse grupo de inativos. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Delegada da Regional Norte, Maria Leda Marques, que gostaria de fazer o seu questionamento ao Sr. João Monlevade e ao Sr. Carlos Roberto.

A Sra. Maria Leda Marques - Pensei que tivesse sido esquecida. Meu nome é Maria Leda, estou aqui como Delegada Regional, mas também sou Diretora de escola. As perguntas que faria ao Prof. João Monlevade já foram respondidas pelo Carlos Henrique Leal.

Gostaria de fazer uma sugestão ao Carlos. Por várias vezes, o Subsecretário falou em controle, com relação às escolas, e creio que não fica bem a um governo democrático falar em controle, mas em assessoria, acompanhamento, orientação. Em nossa escola, por exemplo, já existem todos os computadores necessários para que a Secretaria nos autorize a estar ligados à Internet. Com o máximo prazer, colocaremos os dados da escola ao inteiro dispor da Secretaria. Aliás, é a segunda maior escola do Estado, a Escola Plínio Ribeiro, que tem mais de 60 turmas só de ensino médio. Essa era a pergunta que ia fazer, porque me considero, hoje, uma pessoa muito especial - no próximo ano, não estarei na direção da escola -, porque conseguimos, não apenas eu, mas o colegiado e todos da escola, administrar uma escola grande sem dinheiro nenhum. Isso é incrível, é fantástico. Pelo menos, aprendi a fazer isso. E com transparência.

Quanto à quota estadual do salário-educação, queria pedir alguns esclarecimentos. Sabemos que a QESE existe para fazer a manutenção do ensino - no caso, recebemos para o ensino fundamental - e sempre acreditamos que fosse para a qualidade do ensino, mas, recentemente, está sendo cobrado das escolas que essa verba seja usada para pagar contas de água e de luz. Quero crer que isso seja uma cobrança errada, porque parece mais correto que o dinheiro para pagamento dessas contas saia da Fonte 30, e não da QESE, que é para manutenção, melhoria e acompanhamento; senão, nossos alunos vão ter água e luz, mas sem nada na escola.

Quero também informar ao Secretário, de público - já que nossa administração é transparente -, que, no ano de 1999, não pagamos um centavo de conta de luz e de água. Estou aguardando que a CEMIG corte o nosso fornecimento de luz. Quero ver se têm coragem de fazer isso. O colegiado jamais autorizou que essa verba fosse para essa finalidade.

A outra pergunta que teria é sobre o ensino infantil: como fica, a quantas anda o financiamento do ensino infantil? Muito obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece à Maria Leda que não ficou esquecida. Tanto não ficou, que permitimos a ela, além dos 2 minutos, que fizesse uso da palavra por mais alguns instantes.

Passo, neste instante, quatro perguntas dirigidas ao Prof. João Monlevade, para que possa responder a elas. É claro que alguma coisa poderá não entender, porque a minha letra não é fácil de ser entendida.

O Sr. João Monlevade - O tempo é limitado. Vou tentar responder, primeiro, à pergunta da Maria Hilda. Realmente, num debate como este, ficamos mais ou menos divididos entre diagnósticos, princípios, mas penso que fui o mais objetivo possível, propondo o FUNDEB. Foi ótimo perguntar-me sobre a proposta do FUNDEB, porque não é proposta só para o Governo Federal. Nasceu no Conselho Nacional de Educação e no PT, em nível federal. Mas a atual legislação permite que, em regime de colaboração, a Assembléia Legislativa possa fazer uma ampliação do FUNDEF para o FUNDEB. Não há nada contra. Não existe nenhuma restrição a que o Governo Estadual e os Governos Municipais, em regime de colaboração, arquitetem um FUNDEB para Minas Gerais. É claro que sem recursos federais suplementares, porque aí há necessidade do Governo Federal.

Lavinia, gostaria de aproveitar a sua pergunta, primeiro para concordar perfeitamente que a questão da qualidade da educação pública passa demais pela formação, e não por qualquer formação. Passa por uma formação de qualidade e, se possível, por instituições públicas que se comprometam também com a universalidade do acesso de toda a população do Estado.

Entretanto, tenho um pouco de receio de fazer uma injunção, mais formação, portanto, mais qualidade de ensino lá, na ponta. E não é bem assim. O que tem acontecido, Lavinia, é que, se temos uma formação boa, mas não damos condições de trabalho para o profissional, sabe o que vai acontecer? O João Monlevade, que se julga até um educador razoável, trabalhou 28 anos na educação básica, mas, um dia, vai para a universidade, onde pode ganhar R\$3.000,00, em vez de R\$500,00 na educação básica. Portanto, se não temos salários dignos, se não temos condições materiais de trabalho, principalmente condições de jornada, jornada com horas-atividades, com trabalho coletivo, com projeto pedagógico, coisa em que vocês, em Minas dão "show", em muitos locais. Identifiquei-me com a garra da Leda quando falou em trabalhar na transparência do nada, na total falta de recursos. Portanto, chamo a atenção para essa questão. A formação não é o único insumo que pode garantir a qualidade do ensino.

Ricardo, a sua colaboração foi ótima. Sabe o que falava de municipalização? A Lei nº 5.692, em seu art. 58. E o Secretário da Educação, Prof. Murílio Hingel, foi um dos chefes do Pró-Município, do Ministério da Educação, na década de 70. Na vigência dessa lei, a municipalização era uma política. Só que agora, ao arquetetar o FUNDEF, não existe indução legal à municipalização. Pelo contrário, em alguns Estados, está havendo mais matrículas estaduais, como é o caso de Alagoas. A Maria Tereza não está aqui, mas lá está havendo aumento de matrículas. Entretanto, as políticas do MEC é que induzem à municipalização. Por exemplo, no caso da Bahia, o Heraldo Tinoco, Secretário, teve o desprazer de dizer que vai passar todo o ensino fundamental para os municípios.

Fiquei pensando como vai fazer com o IPVA e com o ITCD, tendo que gastar 15% no ensino fundamental. Existem contradições. Portanto, essa colaboração forçada, formatada pelo FUNDEF, infelizmente está trabalhando para uma municipalização, que não é um mal em si mesma. O grande problema é que temos uma Federação, e o dever do Estado se distribuiu entre a União, o Estado e o município. Todas as vezes que um desses entes se sente sobrecarregado, quer se livrar. Aí, a corda cai para o lado mais fraco, que, diga-se de passagem, no fim, é o contribuinte, que, daqui a pouco, precisará matricular o filho na escola infantil particular, porque não tem oferta na pública.

Concordo que precisamos ter muito cuidado ao nos referir ao inativo, que, é óbvio, não representa despesa de manutenção nem de desenvolvimento do ensino. Você disse que um dia seremos inativos; não um dia. Graças a Deus, serão muitos anos. Espero que, depois de aposentado, dê trabalho a esta Nação por, pelo menos, 30 anos. Não quero chegar à idade do Barbosa Lima Sobrinho, mas...

Finalmente, Leda acabou fazendo uma pergunta sobre a educação infantil, com cuja resposta acho que posso contribuir. Hoje, a educação infantil está relegada a uma espécie de limbo. Teoricamente, 10% dos recursos municipais seriam para a educação infantil. Entretanto, a maior parte dos municípios já gasta esse dinheiro com o ensino fundamental. E, se não gasta, há toda a educação de jovens e adultos para atender prioritariamente. Hoje, existe uma grande discussão sobre o chamado financiamento conjunto ou setorial. Vejam bem,

é ensino fundamental e ensino médio, mas também educação infantil. Ai entra a obrigação da saúde, do bem-estar social, do Ministério da Justiça, com o Conselho Tutelar, com o Fundo da Criança e do Adolescente. Em outras palavras, em nosso entendimento, não é necessário criarmos outro fundo para a educação infantil, tirando dinheiro da educação, que é pouco, mas termos um instrumento de captação e coordenação dos recursos, tarefa dos legisladores, tanto em nível estadual, quanto, principalmente, em nível municipal. A diferença é que o ensino fundamental já é obrigatório. A tendência é que o médio seja. Já na educação infantil, os pais têm a liberdade de matricular ou não. Ai existem controvérsias e teorias diferenciadas que vamos respeitar. O "Première", muito inteligentemente, afirma que a educação infantil não é uma demanda potencial obrigatória, mas uma demanda manifesta, uma demanda dependente da vontade e da opção dos pais. Em outras palavras, temos de evoluir para uma educação básica de qualidade, a mais universal possível, sempre com a reserva de educação infantil, que navega em um mar de opções.

Pergunto ao nobre Deputado se esta é a última oportunidade de usarmos a palavra.

O Sr. Presidente - A Presidência informa não só a este ilustre expositor como ao Plenário que este Seminário estava previsto para se encerrar às 22 horas. No entanto, em respeito ao grande número de pessoas ainda inscritas para fazer uso dos microfones, esta reunião fica prorrogada por mais 30 minutos, quando as pessoas inscritas poderão formular suas perguntas pelo microfone, e os expositores estarão aqui para a elas responder.

Pergunta de Jacomar Antunes Bráulio, do SIND-UTE de Caratinga: "Como o senhor afirmou que o dinheiro do FUNDEF não cobre a folha de pagamento do magistério, gostaria de saber qual a porcentagem que se gasta com ativos e inativos".

A pergunta foi formulada ao Prof. Carlos Henrique, a quem a Presidência concede a palavra para a resposta.

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Sr. Presidente, o senhor me permite uma intervenção, voltando à pergunta que fiz ao Prof. Monlevade, com relação à resposta que ele deu?

O Sr. Presidente - Vou permitir daqui a pouco. Agora concedi a palavra ao Prof. Carlos Henrique, que fará uso da palavra neste instante.

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - Realmente, os recursos do FUNDEF que o Governo do Estado de Minas recebe não cobrem a totalidade da folha de pagamento. O Tesouro coloca mais recursos, para que a folha seja fechada mês a mês. Atualmente, temos 1/3 dos servidores aposentados pesando no total da folha, ou seja, o quantitativo hoje representa 1/3 do total da folha paga aos servidores.

Eu gostaria de fazer duas afirmações. Quanto à questão da QESE, utilizávamos o salário-educação para manutenção das escolas, porque vocês já estavam, desde julho do ano passado, sem um centavo na escola, dependendo de recursos do Tesouro. Se não fizessemos isso, vocês continuariam sem recursos, tal a dificuldade de se buscar recursos do Tesouro. Com isso, conseguimos apartar R\$34.000.000,00, que foram distribuídos às nossas escolas. Se isso não fosse feito, com certeza as dificuldades que vocês têm hoje seriam maiores. Concordo que, se pudéssemos destinar os recursos do salário-educação à qualificação, seria melhor. Mas, infelizmente, não dispomos de meios para isso.

Em segundo lugar, queria te dizer que trabalho na Subsecretaria de Administração do sistema de ensino, e o controle é um instrumento essencial para o administrador. Administrar sem controle não é administrar. Podemos controlar aquilo que é bem-feito e também o que é malfeito. Ao usar o termo controle, não quis dizer que estamos controlando no sentido de só estar fiscalizando. Não é isso; precisamos ter o controle. Sem o controle, não há administração, não há gerenciamento. Acho que o controle é o instrumento mais perfeito de gestão para o trabalho da atividade-meio. O meu colega está complementando, em bom momento: não controlamos as pessoas, mas os recursos.

Eu gostaria de fazer um esclarecimento ao Ricardo, de Cataguases, porque ele fez uma afirmação que nós, da Secretaria, desconhecemos: que os servidores em adjunção nos municípios a partir de 1º de janeiro terão de buscar outro destino. Isso não é verdade. O que a Secretaria quer discutir, com respeito à adjunção, é a parceria com os municípios. A discussão é entre o Governo do Estado e o do município. Não estamos querendo que o professor que fez concurso para uma localidade se transfira para outro município. Isso não existe. A Secretaria luta com grande dificuldade; ela quer que seus servidores trabalhem para o Estado. Temos mais de 15 mil adjunções. Acabei de dizer que o Estado de Minas gasta 75% das suas receitas com funcionalismo. Vocês vêem o grau de dificuldade de pagar a folha, e é lógico que o Estado gostaria de que todos os seus servidores trabalhassem para ele mesmo. O que a Secretaria da Educação quer é que os servidores do Estado que estão em adjunção aos municípios, havendo vaga para que eles trabalhem numa escola do Estado, trabalhem para o Estado. Não havendo vaga para que eles trabalhem numa escola do Estado, é lógico que terá de haver a adjunção. Mas esse é um acordo decorrente da parceria entre o Estado e o município. Não há a determinação de que se deva mudar e procurar outro caminho, como foi dito aqui.

O Sr. Presidente - A Presidência informa à Maria Hilda que ela já está novamente inscrita para, após a pergunta dos que já estavam previamente inscritos, comentar a resposta que o Prof. João Monlevade deu à sua pergunta.

Neste momento, a Presidência passa a palavra à Luci Imaculada Alves, da Escola Municipal Luiz Gatti, que gostaria de fazer uma pergunta.

A Sra. Luci Imaculada Alves - Boa-noite. Gostaria de dizer ao Prof. João Monlevade que, em 1991, na conferência da Tailândia, o Banco Mundial estabeleceu para os países subdesenvolvidos com maior população, como o Brasil e a Índia, e tornou a reiterar em Nova Délhi, uma proposta de cinco itens, que foram contemplados na LDB.

Esses itens são currículo, formação do professor, avaliação, livro didático e valorização do magistério. Através desses cinco itens, passou a exercer um controle muito grande, para que aumentássemos a nossa posição no IDH, de modo que nos tornássemos competitivos, atraindo o mercado internacional. Gostaria que nos dissesse, com pureza de alma, qual é o controle que o Banco Mundial tem sobre as políticas públicas nacionais. Vemos que um grupo de eleitos especialistas fez os PCNs, impondo ao Brasil o seu modo de pensar, fazendo com que todas as gestões democráticas e trabalhos pedagógicos dos Estados fossem por água abaixo. Todos os Estados também sucumbiram na avaliação do ENEM e a outras maneiras de avaliar. Gostaria, então, de saber até quando, recebendo o dinheiro do Banco Mundial, estaremos nos submetendo, assim como a nossa economia está submetida ao FMI. Obrigada.

O Sr. João Monlevade - Está parecendo uma banca de defesa de doutorado, não é? Mas a questão é muito séria. Primeiro, faço um esclarecimento. A conferência de John Thien(?), acho que é a que você se referiu, não está necessariamente ligada ao Banco Mundial. Ele foi uma engrenagem posteriormente usada para viabilizar o desenvolvimento de algumas políticas.

A minha opinião, que não é a da maioria dos Conselheiros do Conselho Nacional de Educação, mas muito semelhante à do Prof. Jamil Cury, por exemplo, e à da Profa. Édila(?) Soares, que já foi Presidente da UNDIME, é a de que teríamos que trabalhar o máximo possível a nossa educação pública, a nossa saúde e outras políticas sociais, independentemente de empréstimos internacionais. Os empréstimos têm dois problemas. Primeiro, nunca são concedidos sem uma carta de intenções, o que limita a nossa autonomia. Segundo, todo empréstimo bancário acaba gerando mais lucro para o Banco do que para quem o toma. Para dar um exemplo, os últimos projetos do Ministério, financiados tanto pelo BID quanto pelo BIRD, têm cláusulas que estabelecem que paguemos antecipadamente os juros de recursos que ainda nem foram recebidos. São colocados à disposição, mas, às vezes, não podemos gastá-los, por algum tipo de exigência, como a contrapartida de um Estado ou do Ministério do Trabalho ou da Educação, que não estão viabilizados. E entramos com o pagamento de juros, que estão elevando a nossa dívida externa e interna.

Portanto, não tenho dúvida nenhuma em me alinhar com aqueles que pregam uma independência maior. Às vezes, as pessoas perguntam: "João, você é a favor do cancelamento da dívida?". Respondo que, antes de mais nada, sou a favor de não contrair dívida. Entretanto, quero fazer uma ressalva. Na sua colocação, ficou parecendo que os PCNs são impositivos. Não são. Sim, sei que não são impositivos, entre aspas, uma vez que há 600 mil exemplares que estão vinculados à avaliação do SAED, etc.

Entretanto, conhecemos Estados e municípios que, bravamente, estão tendo suas próprias propostas. Belo Horizonte é um deles e já tem essa tradição. Portanto, não há necessidade legal nem política de subserviência aos PCNs. Diga-se de passagem, alguns são bastante interessantes, mas outros, como o de língua estrangeira, são um escândalo. Para mim, é um escândalo uma autoridade do MEC afirmar que a língua estrangeira, no ensino fundamental, serve somente para ensinar os rudimentos da escrita. Sabemos que existe todo um conluio para que a escola pública seja declarada incapaz de ensinar língua estrangeira, quando sabemos que é perfeitamente capaz disso.

Espero que a minha resposta tenha, pelo menos, contribuído para uma reflexão e animado as pessoas que têm propostas a fazer, o que disse o Apóstolo Paulo: experimente de tudo; o

que for bom, você assume; o que for ruim, se ajeita, no uso da liberdade que está estampada na bandeira de Minas Gerais.

O Sr. Edson de Paula - A esta altura do campeonato, mesmo com o Plenário bem esvaziado, achei que não poderia deixar passar a oportunidade de registrar dois pontos fundamentais neste seminário.

Primeiramente, não dá para debater financiamento de educação descolado da discussão sobre orçamento público. É fundamental que discutamos e compreendamos o orçamento público, para que possamos situar a questão do financiamento da educação, haja vista que, por diversas vezes - é propaganda oficial -, o Estado diz que está gastando muito mais do que arrecada, quando sabemos que isso é uma inverdade.

A União arrecada muito mais do que gasta, como o Estado. O meu município arrecada muito mais do que gasta. Quando se coloca a parcela de pagamento de serviços da dívida, é que começa a aparecer o déficit. Então, não é possível discutirmos efetivamente a questão do FUNDEF ou do financiamento da educação sem tocar necessariamente nesse ponto.

Outra questão é a forma como se dá a contabilidade do FUNDEF em Minas. Já fiz essa denúncia no seminário regional e, nesta Casa, com a presença de Deputados, devemos repeti-la. O Tribunal de Contas do Estado obriga os municípios e o Estado a contabilizar duas vezes o dinheiro do FUNDEF, o que mascara os gastos com educação. Com certeza, o Governo anterior, que, por diversas vezes, alardeou grandes gastos com educação, deve ter usado também desse expediente, ou seja, o FUNDEF entrando e saindo duas vezes na contabilidade dos municípios.

Tenho conhecimento disso, porque perguntei a alguns Secretários da Educação, que disseram que, apesar de ter a sua contabilidade, são obrigados a fazer isso por imposição do Tribunal de Contas do Estado. O meu município, por exemplo, gasta efetivamente com educação R\$13.000.000,00, mas tem que contabilizar R\$18.000.000,00, porque o dinheiro do FUNDEF tem que entrar e sair duas vezes. Ao entrar e sair duas vezes, zera, mas, quando se calcula o percentual gasto com educação, esse é jogado para cima.

A exemplo do que citei, um município que gasta R\$30.000,00 e arrecada R\$100.000,00, se o FUNDEF for de R\$10.000,00, contabilizado duas vezes, passa a gastar R\$40.000,00 com educação e a arrecadar R\$110.000,00. Ora, R\$30.000,00 em R\$100.000,00 é 30%, mas R\$40.000,00 é muito mais que 30% de R\$110.000,00.

Então, essa forma de contabilizar falseia e mascara os gastos com educação. Quero saber como o Estado está vendo isso e como tem feito esse controle no plano estadual, já que os municípios são obrigados a mascarar a sua contabilidade.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a participação do Sr. Edson. Já anotamos as perguntas para o Prof. Carlos Henrique responder.

Aproveitando o ensejo, a Sra. Norma de Almeida está inscrita para fazer sua pergunta ao Prof. Carlos Henrique. Pedimos que a faça neste momento.

A Sra. Norma de Almeida - Na primeira pergunta, eu já fui contemplada. É com relação à quota do salário-educação. Estamos vivendo os mesmos problemas. Estamos sofrendo um desfalque. Acho que o Governo do Estado tem compromisso com a educação em Minas e tem que rever isso. Quantas vezes nós, educadores, já estivemos nesta Casa e quantas vezes vimos os nobres Deputados definindo nosso salário e tirando nossas conquistas? Hoje temos esse espaço, e acho muito importante essa discussão.

A segunda questão que quero colocar, que acho fundamental, é sobre os Tribunais. No momento em que começamos a discutir o que traríamos para este seminário, os professores colocaram a seguinte preocupação: se o FUNDEF é um órgão que define essas verbas, para onde vai esse dinheiro, por onde passa esse dinheiro, é o Tribunal de Contas que define. A pergunta colocada é a seguinte: quem elege o Presidente do Tribunal de Contas? Geralmente é colocado pelos governantes. Aí vem a questão da desconfiança. Quando falamos em FUNDEF, é fundamental que seja feita essa discussão. Conhecemos a realidade da escola, das comunidades. Faria, então, essa pergunta para o Carlos Henrique.

Quero saber também sobre a verba do FUNDEF, com relação ao ensino fundamental. Temos, na escola, o despalte de a verba ser dada para o ensino fundamental, e, na hora da merenda escolar, os alunos do ensino médio ficam olhando ou as serventes fazem a caridade de colocar um pouco mais de água para dividir a sopa. Não é a questão de criar mais fundos, é ampliar as verbas. Vamos socializar essas verbas na escola.

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - Respondendo primeiramente ao Edson, o próprio Tribunal de Contas reconhece que, para os cálculos de aplicação dos recursos, deve ser deduzida aquela parcela do FUNDEF, para que não incida duas vezes. Contabilmente faz sentido, porque o município e o Estado recebem a totalidade das receitas, destinam 15% para o FUNDEF e depois arrecadam novamente desse FUNDEF. Para efeito de cálculo da aplicação, o subvalor tem que ser deduzido, senão aconteceria como você mesmo citou, estaria mascarando os números relativos ao gasto. O próprio Tribunal já se manifestou a respeito.

Quanto à colocação da Norma, ela faz um depoimento contestando um pouco a validade da representação dos Conselheiros do Tribunal para fiscalizar os municípios, já que são colocados politicamente. Na realidade, entendo que a obrigação primeira não é do Tribunal, é do Legislativo. É das Câmaras Municipais e do Legislativo Estadual. Essa é a primeira fiscalização. A fiscalização, o controle, a avaliação têm que ser feitas no município, com quem está próximo, com quem foi eleito para esse fim. O Tribunal tem uma função formal de examinar as contas, de examinar os documentos e emitir um parecer, que é encaminhado ao Ministério Público. Quem vai julgar as contas não é o Tribunal, é o Ministério Público.

A outra questão que você coloca, a da merenda, é difícil. Você sabe que a merenda é recurso de programas sociais do Governo Federal, e nós recebemos a merenda realmente para o ensino fundamental. É duro, a própria Secretaria tem trabalhado para que mude, para que possamos dar alimentação também ao ensino médio, mas, infelizmente, os recursos são escassos. Hoje são R\$0,13. Há quatro anos, eram US\$0,13. Estamos estacionados nesses R\$0,13, mas agora é o real.

Realmente é um valor muito pequeno para a merenda do ensino fundamental, ainda mais, como você mesmo disse, tendo que estender a merenda também aos alunos do ensino médio. A Secretaria tem se mobilizado junto ao CONSED e ao Governo Federal, para atender também à clientela do ensino médio, que, na maioria das vezes, precisa até mais, porque o aluno trabalha o dia inteiro e vai estudar à noite, com fome. Ainda há esse problema que você citou, quando temos uma escola com ensino fundamental e médio. Como vamos diferenciar as crianças que estão lá dentro? É muito difícil. Volto a frisar que os recursos vêm do FINSOCIAL, um programa social do Governo Federal, e vêm apenas para a merenda do ensino fundamental.

O Sr. Waldir Araújo - Gostaria de usar meu tempo para dizer que a qualidade que devemos discutir foi implantada em Minas Gerais pela família Mares Guia, principalmente. Ainda hoje, o Governo do Estado não disse como será feita a questão da fábrica de números, principalmente a aprovação que está sendo feita, embora tenhamos discutido que também não sou a favor da reprovação, da maneira como é colocada. Mas, do jeito como está sendo feita pelo Estado, corremos o risco de empurrar o aluno da classe trabalhadora para a aprovação em massa.

Minhas perguntas são para os três debatedores, uma para cada um. A questão da construção de escolas, principalmente de 2º grau e de ensino médio, pergunto para o Carlos Henrique. Esse dinheiro está previsto nos recursos da educação ou tem que estar vinculado tão-somente ao orçamento do Estado? A verba é a mesma? O dinheiro para construir escolas de 2º grau, temos visto que é um dos problemas que aparecerão no orçamento participativo, deve estar sendo discutido até o dia 24.

Discutimos que o aluno vale dinheiro, que a educação tem um custo. Os municípios, na verdade, estão com a responsabilidade, e alguns resolveram correr dela, como é o caso de Uberlândia. O Município de Uberlândia tinha uma educação de 0 a 6 anos com excelente atendimento, e hoje o Prefeito resolveu correr dessa responsabilidade, ou seja, resolveu se enclausurar somente na verba do FUNDEF, que é de 1ª a 8ª série. Quero perguntar qual é a contribuição que deve ser feita para que o FUNDEF, João Monlevade, possa sair do papel - pois é uma proposta do PT e foi gerada também no CNE - e melhorar a qualidade da educação?

Para o companheiro de Betim, Carlos Henrique, a pergunta é sobre a questão dos municípios. Como eles podem resolver ou amenizar o atendimento da educação infantil, já que muitos estão correndo dessa responsabilidade?

Existe também a questão das irregularidades do FUNDEF, que temos notado em alguns municípios. Além dos alunos fantasmas, temos também os Prefeitos que não estão pagando os trabalhadores da educação. A verba do FUNDEF está chegando, mas isso não está ocorrendo. O que fazer nesse caso?

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - A pergunta foi sobre recursos para a construção de escolas do ensino médio, recursos vinculados, sim, na vinculação constitucional, mas próprios do Tesouro, colocados no orçamento.

O Sr. Carlos Roberto de Souza - Os municípios amenizaram a questão da educação infantil.

A UNIDIME participou de um fórum da Secretaria e fez um conjunto de propostas. Entre elas, está utilizar esses professores do Estado em adjução, que estão nos municípios, para ofertar educação infantil. Outra proposta: propusemos ao Estado que pudéssemos formar um conselho que unificasse a gestão dos vários recursos que, hoje, são destinados à educação infantil, num processo de gestão única, que pudesse melhorar a aplicação dos recursos. Outra proposta foi que parte dos recursos das loterias do Estado financiasse parte da educação infantil. Por último, que o Estado viabilizasse um ensino fundamental de nove anos, incorporando a idéia da política de ciclos nos seis anos, para que, pelo menos, essa demanda pudesse ser universalizada, o que facilitaria aos municípios a complementação da sua responsabilidade.

Quanto às irregularidades, nós, do Conselho Estadual, temos recebido do FUNDEF algumas denúncias. Sobre elas, procuramos obter o maior número de informações necessárias para a sua elucidação e, quando isso não é possível, instrumentalizamos o processo e o remetemos ao Ministério Público, para fazer a apuração judicial dos fatos. Se ocorrerem essas irregularidades no âmbito da atuação do Triângulo ou da sua jurisdição como atividade sindical, você pode fazer isso: formalizá-las e repassá-las ao Conselho Estadual. Procuraremos, no nosso limite, averiguá-las e repassar ao Ministério Público uma coisa mais elaborada, para que ele possa elaborar judicialmente.

O Sr. João Monlevade - A pergunta que me foi feita é sobre como viabilizar a idéia do FUNDEF. Ela é muito concreta e muito pragmática, envolve mobilização e mudanças profundas, ou seja, não dá para prosperar em termos de legislação federal, se não houver tomada de consciência tanto dos movimentos sindicais quanto dos movimentos populares e, principalmente, dos setores da classe média.

Queremos universalização com qualidade. Já tivemos educação com qualidade no Brasil, no tempo em que ela era elitista, no tempo em que o ensino secundário, em Minas Gerais, só tinha um ginásio público. O Instituto de Educação era uma escola normal e tinha aquela qualidade da qual temos saudade: uma qualidade formal, própria da elite que a frequentava. Entretanto, o que significava aquilo? Era 3% ou 5% da população. Hoje, queremos uma educação de qualidade universal. Isso conflita com uma questão muito séria. Hoje, no Brasil, a classe média - quando falo de classe média, falo daqueles que têm rendimento de R\$1.500,00 em diante, pagam Imposto de Renda - tem uma alternativa de educação que é o ensino particular, que faz a propaganda de dar qualidade pelo menos parecida com a do ensino público. Portanto, tenho a impressão de que a viabilização do FUNDEF é diretamente proporcional a uma mudança muito profunda de mentalidade e de mobilização, que não conseguimos somente com uma lei.

Tenho muita esperança de que os Governos progressistas, principalmente os que estão nos Governos Estaduais, possam fazer um ensaio de uma viabilização do FUNDEF no seu âmbito, o que mostrará as diferenças e servirá para, exemplarmente, convencer o resto da Nação.

O Sr. Presidente - A Presidência tem, em mãos, uma pergunta formulada pela Sra. Francinete das Dores Teófilo, da Prefeitura Municipal de Consolação, dirigida ao Sr. Carlos Roberto de Souza: "O que o senhor diria para os municípios que não municipalizaram o ensino?"

O Sr. Carlos Roberto de Souza - Se não municipalizaram até hoje, não o farão mais.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Na verdade, estou representando o meu filho, que, a partir dos três anos, participará dessa escola pública. Por isso, estamos lutando por uma escola de qualidade. O caminho para um projeto decente de educação pública parte, prioritariamente, da democratização da mesma. Enquanto existirem escolas particulares, com todo o conforto e meios possíveis para a formação do futuro patrão e gestor, as escolas públicas ficarão jogadas às traças. Não temos material de trabalho adequado, o professor é extremamente mal pago e só recebe, como incentivo e prêmio pela dedicação, corte de direitos adquiridos com muita luta. Essa escola tem como Diretores pessoas que vivem em função dos Inspectores, que dependem do Superintendente, do Secretário, e que devem satisfação ao Governador, que precisa cumprir, de acordo com a conveniência, as leis federais, que são feitas por Deputados, que, na maioria, são donos de escolas. Como podemos fazer uma política de educação com essa conjuntura? Essa pergunta é dirigida ao representante do Estado.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao Prof. Carlos Henrique, há uma pergunta dirigida ao mesmo, do SIND-UTE de Betim, e outra dirigida ao Sr. João Monlevade, do Sr. Oliveira Moreira. Com a palavra, o Sr. Oliveira Moreira.

O Sr. Oliveira Moreira - Não se falou aqui sobre a questão da sonegação e isenção de impostos. O Prof. Carlos Henrique falou sobre controle e falta de dinheiro. Sabemos que, no Brasil, quem paga imposto é pobre, ou seja, 90% da população abocanham muito pouco da renda nacional, e os outros 10% não pagam impostos. O Estado tem controle de quem sonega impostos? Há punição para isso? Qual o impacto disso na sociedade? Penso que seja prisão abarrotada, negros fora da escola e outros. Com as eleições municipais do ano que vem, muitos candidatos a Prefeito farão propaganda de isenção do IPTU. Existe um mecanismo, para isso, como o do ICMS? Se houver isenção do pagamento do IPTU na cidade, a educação perderá muitos recursos.

A pergunta para o João Monlevade é "se existe um custo/aluno/qualidade em nível nacional, estabelecido pelo Governo Federal, por que não criamos o custo/trabalhador da educação/qualidade?" Batemos na tecla de um piso nacional, há muito tempo. Sabemos que um professor do Acre e um de Minas Gerais têm de ter qualidade e não têm de ter diferenças. Muito obrigado.

O Sr. Carlos Henrique Leal Porto - A primeira pergunta é "como fazer uma escola pública de qualidade?". Para nós, que trabalhamos no meio, isso é muito difícil. Lutamos para que a escola pública tenha qualidade.

Infelizmente, não temos a escola que queremos, mas sim a que podemos. Tenho certeza de que a grande questão passa pela falta de recursos. Ouvi perfeitamente João Monlevade referir-se a R\$60,00/mês, quando o FUNDEF dá R\$30,00/mês para Minas Gerais fazer uma escola de qualidade. Essa é uma luta incessante. Temos que melhorar nossa capacidade de receita, ou continuaremos estrangulados como estamos.

Outra impressão é a de que, normalmente, os recursos são mal gastos. Mas isso não é verdade. Gastamos quase a totalidade dos recursos do Tesouro, ou do FUNDEF, com a manutenção de nossos professores. Nossos professores recebem bem? A Secretaria vive com uma receita que lhe permite atender a rede física, o aperfeiçoamento do ensino, a manutenção, etc., com o mínimo de recursos. É um sacrifício imenso. Sem o aumento da receita, não será possível melhorarmos a qualidade do ensino.

Quanto à pergunta do Oliveira, considero difícil responder a sua primeira parte, sobre o controle do Estado, porque não militamos na Secretaria da Fazenda, que deveria ter o controle da inadimplência dos contribuintes. Quanto à questão dos municípios lançada, de fato, tirando os grandes municípios que cobram impostos como o Estado, a imensa maioria não cobra devidamente os impostos, conseqüentemente prejudicando a educação. Não cobram o IPTU, os serviços prestados e o ISS, não fiscalizam a constituição de empresas, etc., porque isso prejudica o componente político. Esse é um problema cultural e precisamos solucioná-lo. Existe inadimplência no Estado, como divulga a imprensa, mas não temos as informações da Secretaria da Fazenda.

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Quero considerar o seguinte: fico um pouco preocupada com o limite da resposta do Prof. João Monlevade e vou citar um caso do Estado de Minas Gerais. São 853 municípios, ou seja, uma extensão territorial enorme, que ultrapassa a dimensão territorial de alguns países da Europa. Considerando o avançado da noite, vou me sentir muito à vontade para exemplificar. Sou do Sul de Minas, e recebemos grande influência do Estado de São Paulo. Temos colegas, aqui, representando Poços de Caldas e Pouso Alegre, e sentimos uma dificuldade muito grande de participação em virtude da distância. Sendo assim, faço um questionamento no limite da resposta do Prof. João Monlevade, com todo o respeito, levando em conta o companheirismo anterior na Confederação dos Professores de Educação, depois Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, quando atuamos juntos, sendo eu a Presidente da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais. Mas, hoje, quero vê-lo como membro do Conselho Nacional de Educação. Quando lancei a proposta do tratamento da questão em nível de toda extensão territorial, quero lembrar os pequenos municípios e seus limites, com sua grandeza. Eles têm mais poder

imediate que a própria União. Muito obrigada.

O Sr. João Monlevade - Gostaria de convidar Maria Hilda a se aprofundar no estudo da proposta do FUNDEB, que vai contemplar aquilo que é o mais urgente, hoje, que é a atenção aos municípios mais longínquos, onde existe todo um déficit de educação de jovens e adultos, que está sendo, até certo ponto, atendido nos grandes centros.

Gostaria de dizer ao colega que me inquiriu sobre o piso salarial que foi uma batalha perdida, tanto no Conselho Nacional de Educação, quando, pela primeira vez na história, não homologou meu parecer sobre o plano de carreira e remuneração, quando indicávamos o dever do Governo Federal, de fixar o piso salarial, já comprometido pelo acordo assinado pelo Governador Itamar e pelo então Ministro Murílio Hingel, com a CNTE. Foi substituído o piso salarial por um salário médio do qual se retiram recursos para qualificação.

Agradeço a sua lembrança de tocar no assunto da sonegação entre as isenções. É justamente através de um FUNDEB, que atrai toda a população, à qual se deve educação, para matrícula que iremos obrigar a consciência cívica dos empresários que hoje se refugiam atrás de isenções e sonegações para que levem à prática aquilo que estão conclamando. Estamos lendo, através da imprensa, grandes industriais, como Antônio Ermírio de Moraes, que dizem chegada a hora de o empresário contribuir com a educação pública. Mas, infelizmente, são as fábricas de cimento do grupo Votorantim as mais isentas de ICMS, IPI e do imposto de renda no País. Essa é uma questão fundamental. Gostaria de deixar como mensagem final para todos nós: os recursos públicos que temos não são suficientes para atendermos à demanda, com qualidade. Precisamos de maior receita para saber de que bolso estamos tirando, porque, continuar a tirar do bolso do pobre e deixar a "burra" do rico tão pesada, é assalto.

Aproveito para agradecer mais uma vez e dizer a todos os heróis que aqui estão até o horário das aulas dos trabalhadores, que se encontram, agora, nas escolas, também cansados, que nos uniremos a eles, solidários nesse cansaço, na certeza de transformá-lo num sonho, e não num pesadelo, daqui para a frente.

O Sr. Presidente - A Presidência, chegando a esta fase final, agradece ao Prof. Carlos Henrique Leal Porto, que aqui compareceu, como Subsecretário de Administração do Sistema de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, para atender ao seminário e a seus organizadores, como um dos seus expositores, desincumbindo-se muito bem de sua missão, o mesmo ocorrendo com Carlos Roberto de Souza, Secretário Executivo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a quem agradeço a presença e participação. Agradeço, também, ao Prof. João Monlevade, membro do Conselho Federal de Educação, a sua participação neste encontro, neste seminário de hoje.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e aos participantes, bem como ao público em geral pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 19, às 9 horas, e para a reunião extraordinária, também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 19/10/99.). Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 21/10/99

Presidência dos Deputados Anderson Adauto e Rogério Correia

Sumário: Composição da Mesa - Eleição da Comissão de Representação do Seminário - Entrega do documento final do Seminário ao Sr. Presidente - Palavras do Deputado Rogério Correia - Palavras do Deputado Edson Rezende - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Maria José Feres, Secretária Adjunta da Educação; Tereza Cristina Alves de Mello, Daisy Moreira Cunha, Indiana Gomes Ribeiro, Áurea Regina Damasceno, Lívia Maria Fraga Vieira e Vera Lúcia Alves Brito, Coordenadoras dos Grupos de Trabalho nºs 1 a 6, respectivamente; e o Deputado Edson Rezende, um dos autores do requerimento que deu origem a este seminário.

Eleição da Comissão de Representação do Seminário

O Sr. Presidente - Passamos, agora, à eleição da Comissão de Representação do Seminário, que está prevista no art. 17 do regulamento. Ela irá fazer os desdobramentos do seminário: o resultado será enviado à Secretaria da Educação, para que, ao ser feita a elaboração de nova política pedagógica para o Estado, ela assumira essas propostas. Tudo isso será debatido com a Secretaria da Educação, quando da elaboração do projeto político-pedagógico do Estado. Na Assembléia Legislativa, várias questões tornar-se-ão leis, por exemplo, o que foi posto sobre conferências municipais e estaduais de educação. Que sejam conferências que dêem a formação do Conselho Estadual de Educação e dos conselhos municipais. Isso também depende de mudança na Constituição Estadual e de leis. Teremos que ter uma comissão que faça o acompanhamento do que foi aqui aprovado, para que saia do papel. O interesse de todos nós é que tudo isso fique apenas no seminário. Há que se ter uma comissão, para que esse acompanhamento seja feito junto à Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado, ao sindicato e a outras entidades. O que estava previsto no art. 17 era o seguinte: Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, Sind-UTE, Conselho Indigenista Missionário, Faculdade de Educação da UFMG, Federação das Associações de Pais e Alunos, União Municipal dos Estudantes Secundaristas, União Municipal dos Dirigentes Municipais de Educação. Essas entidades foram escolhidas, entre as outras, para serem a comissão de representação, responsável pela realização deste seminário, junto com a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado. A pergunta que fazemos é a seguinte: existe outra proposta para a composição dessa comissão?

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os pedidos de inclusão, na Comissão de Representação do Seminário, das seguintes entidades: APPMG, UNGRES, AMISP, SETASCAD e fóruns de educação rural, de educação de jovens e adultos, de educação infantil e de educação de portadores de necessidades educacionais especiais.

O Sr. Presidente - Gostaríamos de convidar para ficarem à frente da Mesa as Profas. Maria do Carmo Frias, representando a Secretaria da Educação; Tereza Cristina Alves de Mello, que nos ajudou na etapa final, representando a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Áurea Regina Damasceno, que também nos ajudou, representando o Sind-UTE; Vera Brito, representando a Faculdade de Educação da UFMG; o estudante Gabriel Q. Coutinho Soares, representando a União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte; Iedir Bambirra, representando a Federação das Associações de Pais e Alunos de Minas Gerais; Clemenceau Chiabi Saliba, representando o Conselho Estadual de Educação; Marcelo de Andrade Vilarino, representando o Conselho Indigenista Missionário, e Carlos Roberto de Souza, representando a União nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Além desses, gostaria de chamar o representante da APPMG, que foi indicado, os representantes da AMISPE e da União dos Grêmios Estudantis Secundaristas - UNGRES - e os representantes dos fóruns, que serão escolhidos posteriormente.

Peço a atenção de todas as entidades, porque é necessário entregar para a assessoria da Mesa o nome, mesmo que provisório. Depois, vocês podem combinar com a assessoria técnica a entrega definitiva do nome, a fim de que possamos fazer a leitura da composição provisória.

Temos, aproximadamente, 30 novas propostas. A proposta da Mesa é a seguinte: todas essas propostas alcançaram o número de 37 assinaturas para que fossem verificadas. A proposta da Mesa é que todas sejam incorporadas ao relatório, com a observação de que não houve tempo para serem julgadas. Estarão contidas no relatório a ser entregue à Secretaria e à Assembléia Legislativa. Há alguma divergência com relação a esse método?

Gostaria de colocar que as propostas já saíssem aprovadas, porque não sabemos se, posteriormente, elas o serão.

Há duas propostas: uma de que sejam incorporadas, com a observação de que não puderam ser votadas, embora tivessem o número regimental para serem apreciadas. Outra proposta é para que fossem consideradas aprovadas. Os favoráveis a que as propostas sejam incluídas como entregues, mas não votadas levantem o cartão amarelo. (- Pausa.) Podem abaixar. Os que são favoráveis a que sejam consideradas aprovadas levantem o crachá. (- Pausa.) Podem abaixar. Ganhou a proposta I. As propostas serão incorporadas.

O Sr. Presidente - Pediria à Profa. Maria do Carmo Frias, representante da Secretaria da Educação, que entregasse o documento final ao Presidente da Assembléia Legislativa.

A Sra. Maria do Carmo Frias - Exmos. Srs. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduino; Deputado Rogério Correia, coordenador; demais autoridades; colegas do Plenário; a Comissão de Representação do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, ao entregar o documento final, apresenta a V. Exa. os seus agradecimentos pela realização desse seminário. Esta oportunidade mostrou-se especialmente democrática e proveitosa, com a criação da etapa de interiorização, que garantiu a participação de todas as regiões mineiras, refletindo, desta forma, peculiaridades, questionamentos e demandas diversificadas. Acreditamos que a soma de esforços, no livre debate, apresentando diferentes pontos de vista, sem dúvida, apontará o caminho que nos levará a melhores condições. Registramos, neste momento, nossa expectativa de que todo esse trabalho seja acolhido pelas diversas esferas dos Poderes Legislativo e Executivo e resulte em ações que possam garantir uma educação condigna, capaz de contribuir para uma sociedade melhor. Obrigada.

- Procede-se à entrega do documento final.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

Palavras do Deputado Rogério Correia

Gostaria de, em nome de todos os Deputados que participaram desse seminário, do Deputado Edson Rezende, um dos proponentes deste seminário, agradecer a todos os delegados e participantes deste evento, porque, sem vocês, seria impossível chegarmos ao final do seminário, que, no meu entender, foi extremamente proveitoso. A nossa esperança é a de que, a partir desse seminário, possamos construir uma educação de forma democrática, a partir de uma discussão profícua e ampla, com os setores verdadeiramente interessados na educação pública de boa qualidade: os trabalhadores em educação, os estudantes, os pais, com um envolvimento cada vez maior.

Vivemos um período em que essas discussões foram praticamente sepultadas, as normas vinham de cima para baixo, não havia processo de discussão democrática, e sabemos que não se constrói uma educação pública de qualidade sem que a gestão seja, de fato, democrática. Essa é a grande lição que nos ficou desse seminário. A Secretaria da Educação participou ativamente, demonstrando compreensão da necessidade de diálogo, assim como a Assembléia Legislativa e diversas entidades, trabalhadores, estudantes e pais. Tudo isso fez com que pudéssemos realizar este seminário vitorioso, a partir, principalmente, da nova etapa que iniciamos na Assembléia Legislativa, de interiorização desses debates. Esperamos que o fruto deste evento, já entregue ao Presidente da Casa, que será também entregue ao Secretário da Educação, possa tornar-se uma realidade em Minas Gerais. Que os profissionais de educação, os estudantes e pais possam se unir para que, mesmo do ponto de vista nacional, tenhamos modificações importantes na política econômica do atual Governo, para que os setores sociais, a educação e a saúde, principalmente, passem a ser, de fato, prioridades do nosso País.

Gostaria de agradecer a cada um de vocês, a todos que contribuíram hoje, como os coordenadores do grupo, sem os quais não chegaríamos ao término deste seminário, que é, no meu entender, vitorioso. Passo a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa, Presidente Anderson Aduino, que fará o encerramento do seminário, mas antes gostaria de escutar o Deputado Edson Rezende, que foi, juntamente conosco, proponente deste seminário. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Edson Rezende.

Palavras do Deputado Edson Rezende

No primeiro dia desta legislatura, dia 17 de fevereiro, apresentei um requerimento, pedindo a realização deste seminário, e não imaginava o percurso de tanto trabalho, mas também não imaginava o tamanho da emoção daquilo que acreditamos, que a educação é o nosso caminho. Quero dizer que foi preciso lutar para que acontecesse este seminário, que não teria sido realizado se não fosse o compromisso do Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduino, com a democracia, para quem peço uma salva de palmas, porque foi a pessoa que, num compromisso conosco, dispôs todos os recursos necessários para a interiorização, que foi um trabalho difícil e custoso, do ponto de vista financeiro. (- Palmas.)

Mas a coroação do êxito, hoje, se dá ao esforço conjunto daquilo em que acreditamos: que as mazelas pessoais, as querelas partidárias ou coisas menores têm que estar abaixo do que precisamos, que é a questão da educação, como o sentido maior da nossa vida. As palestras feitas esclareceram pontos importantes, todos os debates foram importantes para a construção da idéia do plano estadual de educação. Quero dizer a todos que, em conjunto com o Deputado Rogério Correia e alguns outros Deputados, especialmente pela determinação do Presidente desta Casa, foi possível construir algo maior do que foi feito no passado, algo histórico, que ficará marcado não somente nos anais desta Casa, mas também na experiência de cada um de nós. Toda a energia trazida do interior volta para lá, para que lá se construa ainda mais a democracia, porque acreditamos nela como fator decisivo para a construção de uma nova sociedade. Muito obrigado. Parabéns a todos que participaram incessantemente, até o final dos debates.

Palavras do Sr. Presidente

Gostaria de dizer da satisfação que a Assembléia Legislativa teve em recebê-los. Deixo a estes dois Deputados que estiveram todo o tempo ao lado de vocês os agradecimentos da Presidência. Aos senhores e senhoras que vieram do interior ou são da Capital, aos que participaram direta ou indiretamente, dando a sua contribuição para que o Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais tivesse o sucesso que estamos vendo, gostaria de deixar os meus agradecimentos. Quero, ainda, dizer, principalmente aos senhores que vieram de longe, estão voltando, hoje, às suas cidades e viram a manchete do jornal, que esta Casa é como a escola que vocês conhecem: há bons professores, e professores não tão bons quanto deveriam ser. Aqui estão todos representados. Esta Casa é o retrato vivo da sociedade mineira.

Estamos passando por um momento extremamente difícil. O País todo está passando. Temos de dar a nossa contribuição, para que possamos alcançar o Brasil que todos queremos. Não é apenas figura de retórica, mas passa, naturalmente, esse processo de mudanças pela educação.

Quisemos dar essa contribuição. Como Presidente da Casa e como pessoa que participou ativamente de um processo de composição, em que buscamos formar um Governo de centro-esquerda, sei que a formação do Governo foi feita com base em alguns pontos. Num deles, o Governador assumiu com o PT, ao fazer a aliança no 2º turno, o compromisso de evitar esforços para que a educação tivesse avanços no Estado. O que estamos fazendo é aquilo que nos comprometemos e temos obrigação de fazer. Este seminário foi fruto da vontade do Governo, como muito bem disse o Deputado Edson Rezende, de entrar de corpo e alma, para que pudéssemos realizá-lo e, principalmente, para que as deliberações aqui tomadas pudessem ser acatadas pelo Governo. Queremos fazer com que aquilo que os senhores definiram neste seminário seja, no decorrer de um tempo curto, implementado nas escolas públicas, tanto municipais quanto estaduais. Muito obrigado a todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a todos pela presença.

ATA DA 45ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 19/10/99

Presidência dos Deputados Edson Rezende e Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da 1ª Parte da reunião - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras do Sr. Murílio Hingel - Palavras do Sr. Vicente de Assis Duarte - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento do 1º painel - Recomposição da Mesa - Destinação da 2ª Parte da reunião - Palavras da Sra. Presidente - Palavras da Sra. Maria José Feres - Palavras da Sra. Maria Tereza Leitão de Melo - Palavras do Sr. Antônio Carlos Hilário - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Cristiano Canêdo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Ermano Batista - Glycon Terra Pinto - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Glycon Terra Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Murílio Hingel, Secretário da Educação; Vicente de Assis Duarte, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME -, e o Deputado Rogério Correia, um dos autores do requerimento que deu origem a este evento.

Destinação da 1ª Parte da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião ao prosseguimento do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, com o tema "Avaliação da Educação Pública em Minas Gerais - Reformas". Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Nossos cumprimentos ao Deputado Edson Rezende, um dos coordenadores deste seminário, aos ilustres convidados de hoje, aos Profs. Murílio Hingel, nosso Secretário da Educação, Vicente de Assis Duarte, Presidente da UNDIME, a todos os educadores presentes, a todos os telespectadores da TV Assembléia e a todo o povo mineiro. Nesta manhã, continuamos o trabalho sobre educação, com um seminário que não se restringe a esses quatro dias. Ele foi preparado durante quatro meses, com a participação efetiva de todas as regiões do Estado. Para nós, então, é uma alegria estar continuando os trabalhos.

Como já dissemos, esta reunião destina-se ao prosseguimento do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, com o tema "Avaliação da Educação Pública em Minas Gerais - Reformas".

Gostaria de fazer uma justificativa a pedido do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que seria o coordenador desta manhã. Vou ler a carta que ele deixou, justificando sua ausência. (- Lê:)

"Honrado pela escolha para coordenar o debate sobre o tema "Avaliação da Educação Pública - Reformas", no Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, quero apresentar sinceras escusas por minha ausência nesse importante evento, tendo em vista a minha participação na cerimônia de criação da Universidade de Pouso Alegre - UNIPA -, em 19 de outubro, às 10 horas, no "campus" Vicente D'Ângelo, em Pouso Alegre, importando numa significativa conquista para a minha região.

No ensejo, quero ratificar meu empenho no constante acompanhamento das questões relativas à valorização do trabalhador em educação, formulando votos de pleno êxito a todos os participantes deste oportuno seminário".

Palavras do Sr. Murílio Hingel

Exmo. Deputado Edson Rezende, que abriu os trabalhos desta manhã e um dos mentores deste importante seminário; Exma. Deputada Maria Tereza Lara, que vai coordenar os trabalhos desta manhã; Ilmo. colega Prof. Vicente de Assis Duarte, Secretário Municipal de Educação de Ipatinga e Presidente da UNDIME, Seção-MG, quero cumprimentar todos os presentes. A minha primeira palavra é relativa à oportunidade da promoção deste seminário, que considero uma iniciativa muito importante da Assembléia Legislativa. Na verdade, cheguei a dizer ao Deputado Edson Rezende, quando fomos conversar sobre o envolvimento da Secretaria de Estado da Educação, que a Assembléia Legislativa havia tomado uma iniciativa que, de certa forma, deveria ser também da nossa Secretaria. Aliás, é uma iniciativa que estava programada e pretendemos levar adiante.

Há tempos, anunciamos que teríamos como instrumento de ação governamental a realização periódica de fóruns mineiros de educação. E este seminário está nos socorrendo, já que, em 1999, ficou difícil organizar um fórum mineiro de educação. É uma abertura muito significativa, pois permite que educadores em geral discutam os problemas da educação em Minas Gerais, particularmente aqueles ligados às políticas públicas de educação.

A minha segunda palavra é de destaque pela participação dos que estão presentes. Muitas vezes, tive a oportunidade de dizer que me impressiona a disponibilidade dos educadores em Minas Gerais, que sempre estão dispostos a comparecer a seminários, cursos, etc. Às vezes, dispostos a grandes sacrifícios, com deslocamentos significativos, viajando noites inteiras para poder participar de cursos, atualizar-se, aperfeiçoar-se. Todos os que se inscreveram neste seminário estão participando dele. Gostaria de parabenizar essas pessoas e aquelas que participaram dos encontros regionais.

Ontem, queria ter feito essas duas referências, porém, no mesmo instante em que se abria este seminário, tínhamos uma outra solenidade, uma reunião do Fórum Brasileiro de Alimentação Escolar. Apesar de já termos o Conselho de Segurança Alimentar, era mais do que uma reunião do Fórum Brasileiro de Alimentação Escolar, era uma reunião em que estavam presentes representantes dos demais países que falam a língua portuguesa. Tratava-se de uma solenidade muito ligada à solidariedade com o Timor Leste. Ontem aprendi que o nome desse novo país que surge no cenário internacional é Timor Lorosai. Havia um representante desse longínquo país do Extremo Oriente, que foi uma colônia portuguesa que sofreu e ainda está sofrendo os horrores de uma ocupação indébita por parte da Indonésia. Como estava convidado para essa reunião e como a solenidade de abertura começou um pouquinho atrasada, tive que me retirar sem dizer o que estou dizendo agora: um destaque pela promoção da Assembléia e um elogio aos que estão participando deste seminário.

O assunto que me foi atribuído se intitula "Avaliação das Reformas da Educação em Minas Gerais". Há um desdobramento: fala-se de municipalização, nucleação, "supletivização", projetos como o Acertando o Passo, A Caminho da Cidadania, Ensino Médio, Profissionalização e Ensino Itinerante. Tudo o que eu li refere-se a projetos e a ações que fazem parte, teoricamente, de uma política de educação.

Não posso entender cada uma dessas ações como um compartimento estanque, como uma ação isolada; elas têm de fazer parte de um todo. Nesse sentido, temos algumas preocupações, ao mesmo tempo em que reconhecemos que algumas dessas ações são justificáveis e algumas até foram razoavelmente bem-sucedidas.

No entanto, antes de falar rapidamente sobre cada um dos temas - porque nosso tempo é curto, e deve ser aberto um espaço maior para o debate -, gostaria de trazer para um campo maior de reflexão o tema que me está proposto: avaliação das reformas da educação em Minas Gerais. Essas reformas, não tenham dúvida, estão ditadas por interesses ligados às políticas de educação aplicadas, hoje, no Brasil, e, infelizmente, muitas delas não são refletidas, colocadas e propostas pela sociedade brasileira. São políticas importadas; muitas

vezes, copiadas de outros países. São políticas ditadas especialmente por organismos multilaterais, que fazem empréstimos ao Brasil, para o desenvolvimento de ações no campo educacional, mas, por trás disso, fazem exigências, colocam determinações, estabelecem prioridades.

Então, como acho que este seminário é muito rico para ficarmos apenas nos detalhes, gostaria de aproveitar o tempo inicial para essa colocação de ordem mais ampla, quer dizer, não devemos ter ilusões: as políticas aplicadas nos Estados brasileiros, inclusive em Minas Gerais, estão em um contexto nacional e cumprem as políticas públicas fixadas pelo Ministério da Educação. E estas - hoje, muito bem consubstanciadas na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - não foram resolvidas pelo Brasil, pelos educadores brasileiros, mas trazidas para serem aceitas por nós, tendo em vista as necessidades que tínhamos - e ainda temos - de obter empréstimos junto a esses organismos internacionais, para desenvolver projetos educacionais, porque nosso grande problema - exposto ontem, à noite para os senhores - é, evidentemente, o financiamento da educação. Então, quando não se tem poupança interna para investir em educação, busca-se financiamento nesses organismos multilaterais - estou falando especialmente do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico. Esses organismos emprestam, sim; mas, atrás disso, colocam exigências, em termos de contratação de consultorias e de estabelecimento de prioridades. Então, deixamos de ter uma política nacional ou estadual, para ter uma política estabelecida fora dos limites de nosso País.

Para fortalecer esta argumentação, trouxe uma cópia xerox de um artigo que li no "Jornal do Brasil", de duas ou três semanas atrás. Trata-se de um artigo do Sr. Jorge Bañales, da Agência F, uma agência espanhola. Há uma série de considerações sobre a audiência do Sr. Terry Collingsworth, do Fundo Internacional de Direitos Trabalhistas, uma organização não governamental com sede em Washington. Depois de um tempo, foram ditas frases bem significativas. Diz uma parte do artigo: "A reforma dos sistemas de educação - basicamente, a privatização das universidades, para que sirvam ao mercado - é um dos componentes das reformas de segunda geração que o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os Estados Unidos recomendam aos países latino-americanos. As reformas de primeira geração incluíram a privatização de empresas estatais e abertura de mercados para o comércio e os investimentos estrangeiros".

A esse filme de terror nós estamos assistindo.

"A segunda geração das reformas visa à educação, ao sistema judiciário e à flexibilização do mercado de trabalho".

Vejam vocês que o que está dito nós estamos acompanhando a cada dia. Agora, a investida é sobre a educação. É preciso criar um modelo de educação à semelhança desses interesses que não são os nossos, um modelo que não contempla os nossos valores, a nossa cultura, a nossa história, em que perdemos de vista aquilo que somos. Isso ao lado de uma reforma do sistema judiciário. Não é o que se fala tanto neste País agora? Fala-se também da flexibilização do mercado de trabalho, até mesmo, com alteração da legislação da previdência social, fixação de contratos temporários de trabalho e desaparecimento de uma série de conquistas sociais que levaram 100 anos para ser conseguidas.

Para não ficarmos apenas neste texto, encontrei no próprio "Jornal do Brasil" do dia 10 de outubro uma entrevista com o atual Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para os Assuntos de Educação, Ciência e Cultura - UNESCO -, que é o Dr. Federico Mayor. Em fins de 1999, ele termina o seu tempo à frente da UNESCO. Haverá eleição para a substituição desse homem extraordinário, que sempre defendeu a educação de um ponto de vista sistêmico, ao contrário do Banco Mundial, ao contrário do BID. O Dr. Federico Mayor sempre colocou a importância do ensino superior, da universidade para os países em desenvolvimento, porque, se eles abrirem mão dessa perspectiva, estarão comprometendo o seu próprio futuro.

Recomendo a leitura de toda a entrevista, mas vou destacar duas frases: "Propus aos países, inclusive ao Brasil, que não peçam empréstimos educativos. O dinheiro para a educação, que é um direito fundamental, deve sair de seu próprio orçamento". Ele sabe tudo, porque sabe que, por trás de cada empréstimo, vêm as exigências a que me referi.

Temos de buscar alternativas? Sim, precisamos de mais recursos para a educação, precisamos assegurar o financiamento da educação. Mas isso há de ser feito com recursos internos, porque eles existem. Não posso entender que um país como o Brasil tenha que propor um orçamento para 2000 em que, aproximadamente, R\$140.000.000.000,00 são destinados a atender a dívida pública, o que representa mais de 40% do PIB nacional, enquanto todos os cálculos feitos - acho até que os expositores de ontem devem ter falado nesse número - indicam que, se a União aplicasse R\$2.500.000.000,00 em ensino fundamental - não estou falando em educação infantil ou em ensino médio, porque precisaríamos de mais recursos -, poderíamos, realmente, melhorar muito o ensino fundamental e valorizar o professor. O que são R\$2.500.000.000,00 em comparação com os R\$140.000.000.000,00 que o País tem que destinar, em seu orçamento, ao pagamento da dívida pública e da dívida dos empréstimos contraídos no exterior?

Vocês perceberam que, antes de falar rapidamente sobre os temas que me foram propostos, quis fazer esse comentário porque entendo que este seminário é maior do que os temas de que trata. Algumas das nossas questões superam esses temas que serão abordados, todos igualmente importantes, mas, de certa maneira, submetidos a uma política nacional para a educação de que o Estado de Minas Gerais foi um bom imitador, um bom seguidor. Daí ainda termos muitos problemas.

Entro, agora, rapidamente, no tema: municipalização. A municipalização de ações educativas, especialmente educação infantil e ensino fundamental, é benéfica quando realizada de acordo com um planejamento que tenha princípio de gradatividade. Não sou eu quem defende a municipalização, que sempre foi defendida por Anísio Teixeira. Um dos maiores educadores brasileiros, sempre afirmou que a educação infantil e o primário - não se podia falar em ensino fundamental, porque, naquela época, ainda havia ensino primário, ginásio e colégio - deveriam ficar sob a responsabilidade dos municípios. Concordo com essa opinião, porque são ações educativas eminentemente locais.

No Brasil, os municípios sempre tiveram participação na oferta de ensino, maior ou menor, de acordo com as circunstâncias. Entretanto, a partir de uma interpretação enganosa da nova LDB, acreditou-se que o ensino fundamental, chamado 1º ciclo, e a educação infantil deveriam ser do município, enquanto o ensino fundamental, 2º ciclo, e o ensino médio deveriam ser do Estado, o que levou a uma série de distorções. Posso citar algumas. A primeira distorção é que, enquanto muitos pregam a organização do tempo escolar em ciclos, outros defendem a organização do tempo escolar em séries, assunto que ainda será objeto deste seminário. O que fazer quando o Estado transfere para os municípios especialmente o ensino de 1ª a 4ª série, o 1º ciclo, e fica com o ensino de 5ª a 8ª série, o 2º ciclo?

Evidentemente, o sistema é um sistema mineiro de educação, mas, uma vez que tenho redes municipais e rede estadual, fica difícil operacionalizar a própria idéia da organização do tempo escolar em ciclos, porque uma parte do ciclo se faz no município, e outra parte se faz no Estado. Se isso não fosse o bastante, o Estado ainda cometeu algumas falhas que considero gravíssimas, promoveu a coabitação. Então, temos escolas municipais e escolas estaduais que funcionam no mesmo prédio, onde se discute quem paga a conta de luz, quem paga a conta de água, quem compra o gás para a merenda, e as crianças têm merendas diferentes. Essa é a famosa coabitação que existe numa série de municípios brasileiros.

Um outro problema foi gerado pela municipalização, como ela foi feita - e vocês sabem isso tanto quanto eu. Municipalizou-se o ensino de 1º grau, municipalizaram-se alguns casos de 1ª a 4ª série, e, em outros casos, municipalizaram-se turmas. Há municípios que, em um ano, assumiram a 1ª série; depois, no ano seguinte, a 1ª e a 2ª séries. Depois, a 1ª, a 2ª e a 3ª. E, depois, a 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª. Como se pode organizar o tempo escolar em ciclos, usando esse mecanismo? Se isso não fosse o bastante, há as promessas feitas, os compromissos assumidos. Estamos tendo que pagar a conta, não sei quantas nucleações, não sei quantas promessas para a construção de escolas, aquisição de veículos para transporte escolar, sem falar em um problema que atingiu, diretamente, o professor, as famosas adunções.

Gostaria - e estou praticamente concluindo, porque o tempo está se esgotando - de perguntar às pessoas que, às vezes, pedem à Secretaria que admitam professores concursados P1 para lecionar da 1ª à 4ª séries, como essas pessoas se veriam diante da seguinte realidade: resultados preliminares do censo educacional de 1999 - matrícula no ensino fundamental (1ª a 4ª séries) nas redes municipais - 1.100.000; no Estado - 740.000; quer dizer, o Estado tem professores concursados P1 para trabalhar da 1ª à 4ª séries, mas o ensino fundamental do 1º ciclo é hoje dos municípios, não é do Estado. O Estado tem, aproximadamente, mais de 2 mil professores excedentes, que não têm onde trabalhar, porque as escolas foram municipalizadas, ou o Estado tem outros milhares de professores em adunção aos municípios, mas quem recebe os recursos para remunerar esses professores são os municípios. Então, não quero dizer que, em alguns casos, isso não fosse necessário, mas isso é o que foi prometido para que os municípios aceitassem a municipalização, e o Estado fica sendo cobrado porque não admite P1 concursados, cujos concursos têm validade até 2000. Isso é simplesmente porque não há onde colocar esses professores para lecionar. Então, esse é um dado que queria mencionar, porque é um pleito que recebemos na Secretaria, ao qual não podemos dar uma resposta positiva, porque não necessitamos de professor nesse nível.

Encerrando, as nucleações foram nas cidades e no campo. Em alguns casos, têm causado situações terríveis. Recentemente, conversava com o Prefeito de Bambuí. Ele me disse que há alunos que saem da sua comunidade às 4 ou 5 horas da manhã e só voltam às 5 horas da tarde, isso por causa da nucleação.

Estive no Município de Unai, numa localidade em que as crianças acordam às 4 horas da manhã, caminham até o local onde o ônibus escolar vai passar e são transportadas para estudar na cidade de Unai. Percorrem, todos os dias, 60km para ir e 60km para voltar.

A tentativa de corrigir distorções entre idade e série deu certo em algumas situações, mas temos que ter sempre em vista que os projetos de aceleração de estudos são transitórios, temporários. Depois de acertada a distorção entre idade e série, esses projetos vão desaparecer. Se todas as crianças que têm que ir para o ensino de 1º grau o fizerem, não teremos o que trabalhar no futuro, no que diz respeito à aceleração do ensino.

Quanto ao ensino médio, o Estado foi quem mais ofereceu oportunidades em 1989. A matrícula cresceu 32%. Temos perspectiva de um crescimento de mais 100 mil matrículas para 2000. Não está sendo fácil, porque não há financiamento garantido para o curso médio. O Estado está examinando a educação profissional, mantendo algumas escolas de ensino técnico, criando alguns centros de educação profissional e, na medida do possível, está estendendo o ensino itinerante, implantando o ensino médio sempre que as condições o permitem. Já foi implantado o ensino médio em muitas comunidades que tinham o ensino itinerante, e a tendência é caminharmos nessa direção. É bom lembrarmos que ensino itinerante é também transitório.

Terminei minha exposição e fico de prontidão para responder às perguntas que, porventura, me forem formuladas. (- Palmas.)

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Agradecemos ao Prof. Murílio Hingel, Secretário da Educação, e, antes de passarmos a palavra ao próximo palestrante, reafirmamos a importância e a riqueza deste seminário proposto pela Assembléia Legislativa e organizado por dezenas de entidades ligadas à educação.

Palavras do Sr. Vicente de Assis Duarte

Saúdo a Deputada Maria Tereza Lara, coordenadora dos trabalhos desta manhã; os demais Deputados componentes da Mesa e, em especial, o Prof. Murílio Hingel, Secretário da Educação, com quem temos sistematicamente participado de mesas, discutindo exatamente esses problemas que o Ministro já expôs.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar os dois Deputados, Rogério Correia e Edson Rezende, por esta iniciativa e reafirmar que este seminário está sendo extremamente oportuno. Tive oportunidade de participar, juntamente com o Deputado Rogério Correia, em Ipatinga, da fase de interiorização, quando aprofundamos a discussão. Foi uma fase extremamente importante, que está sendo agora ampliada.

Como fez Murílio Hingel, tentarei falar sobre a municipalização, que atingiu mais os municípios.

Cometi uma falta de educação, porque cumprimentei a Mesa e me esqueci de cumprimentar todos vocês, que saíram de suas cidades com a disposição de ficar aqui, durante quatro dias, e também os telespectadores. Espero que tenha corrigido a tempo esse ato falho.

Centralizarei a minha exposição na questão da municipalização. Vamos debater a política pública, as reformas que operaram nos anos anteriores, mas a municipalização atinge muito os municípios e é a questão central.

Nós, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, como o próprio nome diz, somos municipalistas. Na questão da educação, concordamos plenamente com a tese do Prof. Anísio Teixeira, que há anos a defendia. No mundo, todos falam sobre descentralização. O caminho de toda administração é a descentralização. No Brasil, vivemos a ampliação dos direitos, e a descentralização é mais adequada, uma vez que se exerce a cidadania no município. As possibilidades de cobrança no município são maiores e mais eficazes. Defendemos a tese da municipalização em termos de políticas públicas, seja na área da saúde, seja na área da educação, em que militamos.

Em princípio, somos municipalistas. Esta é a tese que defendemos. Porém deve haver algumas condições. Temos de buscar soluções, analisar os problemas que aconteceram e os que ainda estão por acontecer. Temos de denunciar o que foi feito, não abriremos mão disso. Temos de garantir o direito de os nossos alunos, os nossos filhos serem escolarizados, com educação de qualidade. Isso é básico e é para isso que atuamos. Acreditamos que, por meio dos municípios, esses direitos serão garantidos com mais eficácia.

Hoje, enquanto dirigentes municipais de educação, temos grandes desafios. Gostaria de falar sobre dois, em especial. Se os países do Primeiro Mundo, a Europa, os Estados Unidos e o Japão viveram uma reforma há duas décadas para garantirem o direito dos alunos, das crianças, dos jovens, dos adolescentes de serem escolarizados, vivemos este momento agora.

Hoje esses países estão se atualizando, tentando trabalhar de forma que a educação que os alunos recebem seja contemporânea. Atualmente, não basta administrar uma escola ou um sistema de educação da forma tradicional. A produção de conhecimento hoje se dá de um modo extremamente veloz e de formas variadas; já não fica restrita à escola. São várias as formas de construção de conhecimento que os nossos alunos têm de absorver e em velocidade altíssima. A escola tradicional, em que estudamos, já não existe. Esses países, então, estão fornecendo uma educação contemporânea. Temos que fazer, ao mesmo tempo, duas coisas: trabalhar a garantia do direito e oferecer uma educação contemporânea.

Junto com isso, vivemos esse momento especial de alterações profundas na educação no Brasil, especialmente no nosso Estado, sobre o qual vamos falar. O Prof. Murílio Hingel já forneceu alguns números. Utilizarei as mesmas informações dele, extraídas de um livreto editado pela Secretaria da Educação, com o nome de "Escola Sagarana". A maioria de vocês já o têm.

Em 1990, tínhamos, na rede estadual de ensino, 227 mil alunos na educação infantil, e, na rede municipal, 56 mil; portanto, aproximadamente 4 vezes mais alunos na educação infantil na rede estadual. Passados 10 anos, em 1999, temos 12 mil alunos na rede estadual e 320 mil alunos na rede municipal. Esses são os números fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação. Observem que o número aumentou de 56 mil para 320 mil alunos, em 10 anos.

Na rede de ensino fundamental, em 1990, tínhamos 2.247.000 na rede estadual e 605.000 nas redes municipais. Passados 10 anos, a rede estadual passou de 2.247.000 para 2.063.000; baixou um pouco. As redes municipais pularam de 605.000 para 1.511.000 alunos; praticamente, o número triplicou. Onde está concentrado esse aumento? De 1997 para 1998, o número pulou de 910.000 para 1.494.000, aumentando, portanto, em 64% o número dos alunos. O 1º ciclo, que tinha 515.000 em 1990, pulou para 1.100.000 em 1999; nas redes municipais, o número dobrou. No 2º ciclo, eram 89.000 em 1990, pulou para 410.000, ou seja, o número foi multiplicado por 5. Essa foi a situação que ocorreu.

Ontem, estive aqui o Carlos Roberto de Souza e disse que a Secretaria "induziu"... Mas ela não induziu. O Carlos é muito gentil e fala desse jeito mesmo. Os municípios foram forçados a fazer essa municipalização. Foram forçados de todas as formas possíveis: com o oferecimento de construção de novas salas, reforma de escolas, construção de escolas e, especialmente, da adjunção e aposentadoria de professores. Houve ainda outros tipos de ameaças, principalmente dizendo que, se os alunos não fossem municipalizados, não atenderiam ao 2º grau, que é o ensino médio atual.

Então, recebemos todo o tipo de ameaças para que municipalizássemos os alunos. Isso é óbvio e altera, dessa forma, as redes de ensino. Por isso, tivemos procedimentos não aconselháveis, não educados e outros adjetivos que poderíamos usar. Essa foi a situação, e isso ocasionou, nos anos de 1997 e 1998, várias ações desgastantes entre a direção da UNDIME e a Secretaria de Estado da Educação, mas isso já passou. O problema não está aí. Eles estão acontecendo agora, são os mais diversos e acontecerão ainda mais, com o passar dos anos. Como disse o Murílio Hingel, as Secretarias Municipais de Educação teriam que estar preparadas para fazer essas mudanças. Tínhamos, como foi falado ontem, Secretarias que tinham 40 ou 50 alunos e passaram, de repente, a ter 1.000, 2 mil, 3 mil alunos. Essa é a realidade. Algumas cidades absorveram, em sua totalidade, os alunos de 1ª a 4ª série ou, até mesmo, de 1ª a 8ª série.

Isso aconteceu juntamente com um problema seriíssimo: os recursos disponíveis para a educação no Brasil. O Governo Federal tem falado - desculpem-me se a palavra é pesada -, de forma cínica, que está resolvendo o problema da educação no Brasil, uma vez que está até dobrando os salários dos professores no Nordeste. As professoras do Nordeste tornaram-se bons partidos, como falou a revista "Isto É" algumas semanas atrás. Mas, na verdade, sabemos que temos recursos disponíveis, em Minas Gerais, em torno de R\$360,00 por aluno por ano. Tivemos R\$354,00 no ano passado. Mas, se o Governo Federal tivesse seguido a lei, teríamos recebido, no ano passado, em torno de R\$430,00, o que totalizaria, para Minas Gerais, os municípios e o Governo do Estado, em torno de R\$250.000.000,00. Isso é o que nos foi tirado no ano passado.

O Ministro foi convidado para vir ontem, mas não veio; disse, de forma cínica, que iria apurar os desvios dos recursos do FUNDEF. Ora, acho que o Ministro não deve ficar cuidando disso. Isso é atribuição da polícia. O Ministro deve cuidar de cumprir a lei, em primeiro lugar, e de fazer com que ela seja cumprida, mas de outra forma. Mas ele é o

primeiro a descumprir a lei. Os recursos do FUNDEF, no ano passado, dariam R\$424,00, e não R\$315,00. Estão faltando R\$250.000.000,00.

Estamos vivendo uma municipalização forçada, com os municípios desestruturados e sem recursos, juntamente com o Estado. Mas o Governo Federal insiste em dizer que resolveu os problemas da educação fundamental.

Ontem, o Carlos disse que, no ano passado, dos recursos gastos do FUNDEF, que trata do ensino fundamental, R\$8.900.000.000,00 vieram dos Governos Estaduais, R\$4.300.000.000,00 vieram dos Governos Municipais, e R\$600.000.000,00, ou seja, menos de 5% do que foi gasto no FUNDEF, vieram do Governo Federal, que insiste em dizer que resolveu o problema da educação fundamental no Brasil. É cinismo e até cara-de-pau fazer esse tipo de colocação.

Estamos vivendo falta de recursos, de verdades e de estruturação para assumir os desafios que temos pela frente. Teremos problemas muito maiores, e a realização deste seminário é muito oportuna para, unidos, buscarmos soluções. A situação já está posta, e não há muito jeito de voltar atrás. Temos que nos estruturar para isso, porque os problemas não são poucos.

O problema que está mais latente é o da falta de recursos, que fez com que a educação infantil fosse relegada a um plano secundário. A lei estabelece que se trata de responsabilidade dos municípios, mas não há recursos. Os municípios estão jogando todos os seus recursos para o ensino fundamental não porque desejem, mas porque não há outra possibilidade. A forma como a municipalização foi feita obrigou os municípios a tomar essa atitude.

A educação de jovens e adultos também está relegada a segundo plano. Os que não tiveram, no tempo correto, a oportunidade de estar estudando estão relegados a um plano secundário. O 2º grau antigo, o ensino médio também é da responsabilidade do Governo do Estado, que tem a responsabilidade, mas não tem recursos.

Com relação à estrutura, os municípios não estavam acostumados a trabalhar com número grande de alunos, mas agora passam a trabalhar com número de alunos extremamente grande. Em todas as regiões do Estado, aconteceu a multiplicação do número de alunos por 10, 20 ou 30 vezes. Os municípios, de repente, têm que estar administrando essa situação. Normalmente, a maioria dos municípios tinha a Secretária da Educação mais duas pessoas para auxiliar no processo administrativo.

Hoje, já não é assim, porque as pessoas têm que ser profissionais para administrar. Não se pode ser apenas uma simpatizante do problema da educação ou coisa desse tipo. Teremos problemas absurdos pela frente, porque 1.100.000 alunos das primeiras quatro séries estão sob a responsabilidade dos Governos Municipais; e, do Governo Estadual, 740.000 alunos.

Falei que o processo de formação dos nossos alunos se dá de forma completamente diferente do que foi o nosso. Quando nós nos formamos, os professores tinham concluído o curso de Magistério, o curso superior e davam conta de nos ensinar. Hoje, eles já não dão conta. O processo de formação tem que ser de forma continuada. E como o município encara essa situação? Ele não tem como custear a formação permanente de seus professores. Além disso, não tem como absorver e atrair centros de formação de professores. Como as Universidades Federais de Minas Gerais, de Ouro Preto, de Viçosa, de Juiz de Fora vão montar uma estrutura para formar professores em uma cidade que tem 1.000 alunos? É muito difícil. É preciso uma estrutura grande para um número pequeno de professores. Todos esses problemas estão ainda por vir. Vão bater à nossa porta e não vai demorar muito. Alguns até já chegaram à nossa porta. Há poucos dias, participei de uma palestra promovida pelo Governo do Estado com as universidades, para debater esse tema. Esses problemas estão aí para ser administrados.

Essa iniciativa da Assembléia é fundamental para que as autoridades competentes busquem soluções para esses problemas. Termina a minha exposição e estou à disposição para os debates, que é a parte mais importante. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Agradeço a exposição do Prof. Vicente de Assis Duarte, Presidente da UNDIME. Queremos, mais uma vez, agradecer a todos que vieram dos mais longínquos lugares de Minas Gerais e estão ajudando a construir a política pública para a educação.

Nessa fase dos debates, vamos receber as perguntas escritas, e quem desejar fazer perguntas oralmente deverá identificar-se. Cada um tem 3 minutos para as perguntas e para as respostas. Seremos bem rigorosos para que o maior número possível de pessoas possa participar.

Debates

O Sr. Dileno Dustan - Sou professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Concordo com a preocupação do Secretário Murílio quando ele fala que precisamos fazer uma análise mais profunda da conjuntura educacional para podermos debater algumas questões como municipalização, nucleação e outras. Acho que, de alguma forma, este seminário deixou um pouco a desejar nesse ponto. O que significam todas essas mudanças no campo da educação para a sociedade? Uma coisa fundamental, que é a qualidade total na educação, precisa ser mais bem discutida, porque a qualidade total traz como perspectiva essa lógica de desmonte da educação. E, é óbvio, a municipalização, da forma como o Governo traz, provoca uma série de distorções que estamos acompanhando sistematicamente. Estávamos acompanhando com mais veemência essa perspectiva da educação como prática, essa perspectiva da qualidade total na educação, mas o Governo atual tenta frear um pouco isso.

Do meu ponto de vista, o Governo atual não deixou claro qual é a sua perspectiva quanto à educação. Talvez ele esteja ainda preocupado em fazer um balanço do que fez o Governo passado em relação à educação, fazer um apanhado geral. Então, não temos ainda uma perspectiva do atual Governo.

A minha preocupação é a seguinte: diante das questões específicas de nucleação e municipalização, quando uma parcela dos professores foi colocada em adjunção, e o Governo atual coloca que seriam retirados das Prefeituras, preocupa-me o que vai ser feito com eles. O Governo passado assumiu um compromisso. É óbvio que o atual assumiu outro, mas é preciso saber, considerando os compromissos assumidos anteriormente, como ele assumirá essas preocupações, principalmente a dos professores em adjunção.

Quando o Vicente diz que há uma preocupação em como vai ser financiada a educação, ficamos receosos, porque ontem nos foi colocado que os professores seriam taxados com impostos mais uma vez, o que é uma prática do Governo Fernando Henrique Cardoso. Se não há dinheiro, ele o tira da população, para pagar ao Banco Mundial, ao FMI e investir na Bolsa de Valores, esquecendo as demandas sociais. Elas não fazem parte deste Governo. Diria o seguinte: já não estamos pensando em ser tributados. Queria que o Vicente deixasse claro o que vamos fazer para garantir recursos para a educação que não sejam os de impostos.

O Secretário Murílio Hingel - Gostaria de dizer ao professor da Universidade Federal de Viçosa que já não estamos na fase de análise das políticas públicas de educação do Governo anterior. Já temos propostas. Vou solicitar ao meu assessor de comunicação social que lhe passe às mãos a proposta, em aberto, que denominamos de Escola Sagarana.

Foi perguntado sobre os professores em adjunção e sobre a municipalização. Já temos propostas nesse sentido. Para o ano 2000, editamos uma resolução estabelecendo as regras da municipalização. Acreditamos na municipalização, como disse apropriadamente o Prof. Vicente. No entanto, com as novas regras, o município tem que comprovar que tem um órgão municipal de educação, capacidade técnica, plano municipal de educação, a proposta seja aprovada pela Câmara; há municípios em que isso não aconteceu, e não haverá professores em adjunção. As coisas demoram um pouco a chegar no lugar. Dezesseis municípios apresentaram propostas, querem municipalizar escolas, turnos, em 2000. Vamos analisar isso juntamente com a UNDIME, para verificar se essas propostas são consistentes. Observem a diferença: não é a Secretaria que está impondo, os municípios é que estão propondo. Somente 16 demonstraram estar interessados nessa municipalização. Vamos analisar tudo isso.

Quanto aos professores em adjunção, o Governador já disse que não haverá dispensa, embora a legislação a permita.

Mas o Governador do Estado de Minas Gerais, Itamar Franco, não criará nenhum plano de demissão voluntária. Ele não aceita isso como regra.

A primeira medida é estudarmos com os municípios - já temos uma comissão formada para isso - a possibilidade de fazer uma parceria para a oferta de educação infantil. Os municípios não estão suportando o ônus. Então, vamos analisar a hipótese de que alguns professores em adjunção, que desejarem, passem por uma capacitação para trabalhar em educação infantil. É uma forma de aproveitar o professor e ampliar a oferta de educação infantil, que os municípios já não estão conseguindo. Os demais professores em adjunção estão tendo a oportunidade de buscar uma nova lotação. E os municípios que acharem que precisam de professores em adjunção, terão de comprovar essa necessidade. Ou então, vamos fazer convênios, e o município vai pagar pelo professor em adjunção o que pagaria ao seu professor, caso ele não tivesse aquele professor em adjunção. Uma política de ressarcimento, uma vez que os recursos para o ensino fundamental do FUNDEF são poucos, mas estão indo para os municípios de acordo com as suas matrículas. É um rápido apanhado que poderia dar em relação às questões que foram, especificamente, levantadas.

O Sr. Vicente de Assis Duarte - Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre a questão da adjunção. Temos tido concordância, junto ao Governo do Estado, na maioria das questões. Mas a questão da adjunção é uma das em que há divergência. O Governo passado, para garantir esse número absurdo de municipalizações, ofereceu essa moeda de adjunção. Vamos insistir, temos discutido com o Prof. Murílio Hingel essa questão. Uma grande parcela de municípios assentou a sua estrutura de atender aos alunos em cima da adjunção. Temos divergido nessa questão e vamos continuar divergindo. Esperamos resolver isso com bom-senso.

Sobre a questão do financiamento que Dileno citou, acho muito interessante. Acho que o movimento, infelizmente, tem sido aplicar mais impostos, especialmente àquelas pessoas que ganham menos e que mais pagam impostos. Não concordamos com isso.

Ontem foi dito aqui sobre a questão do salário-educação, que é descontado das empresas. Existe um movimento em Brasília para se acabar com ele. Na verdade, deveria ser para ampliá-lo, porque ele não sai dos assalariados. Há um número absurdo de ações na justiça para não se pagar o salário-educação. Não concordamos que sejam instituídos mais impostos. O Secretário Murílio Hingel já apontou o caminho. No ano passado, gastaram-se em torno de R\$500,00 por aluno-ano no ensino fundamental, e de R\$14.000.000.000,00, o Governo Federal entrou apenas com R\$650.000.000,00, ou seja, menos de 5%. Ele, que gasta mais de R\$100.000.000,00 com a dívida pública, se quisesse, poderia gastar em torno de R\$1.000,00 por aluno-ano, que é bem menos do que os R\$1.700,00 que se permite descontar no Imposto de Renda de nossos filhos, filhos de pessoas da classe média, bastava que colocasse outros R\$14.000.000.000,00. Isso daria apenas 10% do que gasta com o pagamento da dívida - e essa dívida nada mais é do que dar dinheiro para o dito capital financeiro internacional. Quer dizer, isso é uma opção política; em nosso entendimento, é falta de vontade política.

Nesse sentido, a CNTE fez a caminhada para Brasília, no último dia 6, e está propondo que, por dez anos, gastem-se 10% do PIB, o que acho mais do que razoável - pelos atrasos que tem o Brasil na educação, isso é mais do que justificável. E esse dinheiro existe! Pois não está sendo jogado muito mais para o capital financeiro internacional? Então, vamos aplicá-lo aqui mesmo. O caminho é por aí - em movimentarmos nesse sentido. E a UNDIME estará junto com esse movimento, reivindicando esse valores para a educação básica no Brasil.

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Sr. Secretário, aqui estou representando o Instituto de Educação de Minas Gerais, como Supervisora Pedagógica. Quero retomar os quase 93 anos da unidade escolar em pauta, lembrando o lema Educar-se para Educar. Estou vendo, nas questões reservadas aos subtemas de hoje, uma conotação muito interessante, em termos de interpretação da língua portuguesa - Acertando o Passo, Travessia... Conforme a denominação, fica uma reserva: o cidadão à beira do caminho.

Nesse sentido, gostaria de uma pontuação sua sobre o aspecto profissionalizante especificamente no que diz respeito à escola normal e à preparação de recursos humanos para o exercício profissional do magistério. Muito obrigada.

O Secretário Murílio Hingel - A pergunta da professora do Instituto Estadual de Educação é muito pertinente. Estamos estudando algumas possibilidades. Uma delas é a de retornarmos com o curso de formação para o magistério, na condição de pós-médio, em algumas unidades do Estado. Isso porque, mesmo que esteja previsto na legislação que os professores, a partir de 2006, tenham curso superior, sabemos que essa realidade não vai se aplicar à totalidade do Estado de Minas Gerais, onde ainda temos professores que não têm sequer o ensino fundamental ou 1º grau.

Por outro lado, se a nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional sofre, de minha parte, algumas críticas, tem, pelo menos, um ponto positivo, entre outros - não vamos dizer que seja tudo negativo; não sou dos que criticam por criticar. Então, há a possibilidade - e a estamos estudando junto com a Universidade do Estado de Minas Gerais - de transformação do curso de Pedagogia, que já foi do Instituto Estadual de Educação, mas hoje está afeto à universidade, em um instituto superior de educação, à semelhança de uma experiência bem-sucedida na França, os Institutos Universitários de Formação de Professores - IUPM. Essa é uma experiência que já vem sendo levada a cabo e é bem-sucedida.

Além disso, teremos de ter uma política agressiva de capacitação, porque o professor precisa estar sempre em processo de aperfeiçoamento e de crescimento, e uma política agressiva de formação.

Estamos até fazendo entendimentos com as universidades de Minas Gerais, especialmente as universidades públicas, para que revejam os cursos de formação a fim de prepararem recursos humanos segundo as necessidades do sistema.

Para isso, evidentemente, vamos ter de recorrer a outras estratégias, especialmente aquelas vinculadas à educação a distância, porque nos sistemas atualmente vigentes, com os cursos emergenciais e os cursos de formação nos períodos de recesso escolar, conseguimos atingir um universo razoável. Temos mais ou menos 3 mil professores sendo habilitados ou sendo formados. Mas isso, em relação às necessidades do Estado, incluindo as necessidades dos municípios, é uma gota d'água no oceano. Só com outros procedimentos, como teleconferências, utilização da informática e outros processos que articulam o ensino presencial com a educação a distância, é que vamos poder avançar.

Sem dúvida nenhuma, a Secretaria terá uma política adequada, nesse aspecto, em três níveis: curso de Magistério, na condição de pós-médio; instituto superior de educação, que seria uma articulação entre a Secretaria e a Universidade do Estado, talvez envolva também a Universidade Estadual de Montes Claros e, depois, política de capacitação para aqueles que querem se aperfeiçoar e crescer; habilitação e até formação envolvendo todo o universo possível de instituições de ensino superior e estratégias ligadas à educação a distância.

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Quero agradecer a fala do Secretário, só que gostaria de fazer uma observação. Não quero me limitar à questão da escola normal, ao próprio umbigo, vale dizer, limitar-me ao próprio Instituto de Educação de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, gostaria de poder transformar a sua fala de possibilidades em certeza, e também resolver a abrangência global do Estado: avaliar para fazer. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Secretário, está aqui uma solicitação: "Exmo. Sr. Murílio Hingel, em nome dos professores da Escola Estadual Luiz de Melo Viana Sobrinho, de Divinópolis, eu, Lúcia, aqui presente, peço que cancele a municipalização de nossa escola, pois dispomos de todos os requisitos básicos exigidos para não sermos municipalizados. Agradeço a sua atenção, Lúcia Aguiar. Atenda-nos por favor".

O Secretário Murílio Hingel - Esta é uma questão muito difícil de se responder, porque acabamos de defender - e até comungamos com as idéias do Prof. Vicente - a municipalização como um processo apropriado em determinadas circunstâncias. É claro que reconhecemos que houve muito açoitamento, houve pressão. O Prof. Vicente foi muito delicado na sua exposição. Mas eu o trouxe aqui para mostrar a vocês que o Estado prometeu aos municípios 600 obras. Na verdade, não estamos conseguindo cumprir, porque simplesmente não temos recursos. Mas estão todas aqui para que vejam: nucleações, escolas novas para acabar com a coabitação. Tudo está anotado aqui, mas reconhecemos essas deficiências.

O grande problema de rever algumas municipalizações é que o que regula a transferência dos recursos do FUNDEF para o Estado ou para os municípios é o censo escolar. O censo escolar de 1999 já aconteceu. Portanto, os alunos que estão na rede municipal foram contabilizados como da rede municipal; os alunos que estão na rede estadual já foram contabilizados como da rede estadual. Conseqüentemente, no ano 2000, os recursos do FUNDEF, aqueles que são redistribuídos no Estado - como bem disse o Prof. Vicente, não há recurso novo, a União não está colocando um vintém; aplica R\$650.000.000,00, e os Estados e municípios aplicam quase R\$15.000.000.000,00 no ensino fundamental -, tendo em vista que essa distribuição de recursos é automática, quer dizer, os recursos vão diretamente para o município ou para o Estado, à semelhança do FPM, e isso demonstra como é difícil rever a municipalização. O que aconteceria, se houvesse reversão na municipalização? O recurso iria para o município. Mas, estando os alunos de volta para o Estado, o município teria de repassar esses recursos para o Estado. Evidentemente, isso é uma ação extremamente complicada e difícil, haja vista o que fez o Governo anterior do Estado, que se apropriou de R\$43.000.000,00 de recursos dos municípios, em vista das municipalizações feitas em 1998. Mas, como se trabalhava com o censo escolar de 1997, o recurso tinha de passar pelo Estado. Posteriormente, ia para os municípios. E o Estado, a partir de outubro, não fez esse repasse. Se o Estado não fez, jogou esse dinheiro no caixa único, agora estamos tendo de repassar, com sacrifício imenso. Pensávamos que terminaríamos essa tarefa em outubro, mas acho que só vamos concluí-la em fevereiro ou março, tendo em vista as dificuldades do Tesouro do Estado. Imaginem a operação inversa, do município para o Estado.

Fui muito franco, porque vocês precisam conhecer esses mecanismos, que estão dentro da reforma da Constituição que criou o FUNDEF. E é difícil trabalharmos nesses termos, ainda mais com o problema, tão bem levantado, de que a União não traz sua contribuição. Caso contrário, teríamos outras possibilidades.

A Sra. Presidente - Estas perguntas são referentes ao mesmo assunto. Por isso, vou lê-las de uma vez. Pergunta do Prof. José Irmo, da Prefeitura de Carlos Chagas, encaminhada ao Secretário: "Como ficará, no ano 2000, a situação dos professores que se encontram em adjunção em 1999, nos municípios onde não há vagas na rede estadual?".

Nilce: "Como professora designada, gostaria de perguntar ao Secretário Murílio Hingel como pretende resolver os problemas ligados à condição desses profissionais, que, a cada ano, têm de fazer uma verdadeira peregrinação para conseguir trabalho. Não haveria uma forma mais humana de tratamento dos profissionais?".

Aparecida Moreira de Oliveira, da Escola Estadual Teodoro Coelho, de Juiz de Fora: "Sr. Secretário Murílio Hingel, qual a sugestão que o senhor daria para resolver o problema da coabitação?".

Marcos Maurício dos Santos, representante do Sind-UTE, Sub-sede de Coronel Fabriciano: "Quando o Secretário diz que, em Minas Gerais, temos mais ou menos 2 mil profissionais da educação em situação de excedentes, pergunta-se o que a Secretaria tem feito de concreto para mudar esse quadro".

Pergunta de Rilza, de Divinópolis: "Quando foi feita essa proposta "vantajosa" de municipalização às Prefeituras, o Governo do Estado, a Secretaria da Educação não avaliaram como ficaria a situação dos professores efetivos que certamente ficariam excedentes? O que fazer com esses 2 mil professores? Há propostas para solução desses problemas: com professores; de coabitação; de falta de recursos; de falta de vagas e outros?".

O Secretário Murílio Hingel - São muitas perguntas, mas é justo. Professor em adjunção. Temos três opções. Primeira opção: aqueles que estão em adjunção e que, por qualquer motivo, quiserem retornar têm a possibilidade de, dentro do acordo que faremos com os municípios, serem capacitados, se o desejarem, para trabalhar em educação infantil. Quer dizer, eles deixarão a adjunção para o ensino fundamental, ficarão em adjunção na educação infantil, mas, certamente, não cairão na categoria do excedente. Professor em adjunção, segunda possibilidade. Continuar em adjunção. Se o Governo Municipal provar para nós, mediante um plano concreto, que essa é a solução, evidentemente, não vamos trabalhar para prejudicar o ensino e a qualidade da educação. Esse não é o nosso intuito. Terceira possibilidade: permanecer em adjunção com uma negociação com o município em que este faria o ressarcimento ao Estado não do que o Estado paga ao professor, não estamos querendo que o professor se torne municipal nem passe a receber pelo município. O Estado seria ressarcido no valor que ele paga aos seus professores e continuaria a pagar a esse professor em adjunção.

Professor designado, professor contratado, isso é uma tragédia, é uma tristeza, é, realmente, lamentável. É um drama que se renova a cada ano, porque o professor não sabe se vai ter oportunidade, e as suas garantias são poucas, são pequenas. Evidentemente, a solução é o Estado caminhar, como o deseja o Governador do Estado, para estabelecer uma reforma para todos os servidores públicos, um novo estatuto do servidor público em Minas Gerais. E, dentro desse estatuto, haverá um tratamento para o pessoal que atua em educação, em termos de carreira. No momento em que tivermos a carreira, então, o Estado vai abrir os concursos públicos para atender às suas necessidades, e o problema da designação irá desaparecendo aos poucos. Não desaparecerá de todo, porque o sistema educacional é muito dinâmico. Então, há professor que se afasta para tratamento de saúde, há professora que se afasta por gestação ou qualquer situação dessa natureza, e temos que socorrer a escola, imediatamente.

Quer dizer, os alunos não podem ficar sem professor. Mas a designação deixará de ser uma regra para ser, realmente, uma exceção. Se me perguntarem quanto tempo isso vai levar, é impossível dizer, tendo em vista toda uma série de implicações de nível federal. Há emendas à Constituição votadas pelo Governo Federal, Emenda nº 19, Emenda nº 20, Lei Camata. Existem outros projetos de emenda à Constituição, e o Estado, evidentemente, terá que esperar um pouquinho para poder caminhar. Cito um exemplo, para que não pensem que estou sendo pessimista nem que esteja querendo fugir desse problema. Agora mesmo, o Congresso Nacional está estudando, para votar, o Plano Decenal de Educação, que tem um capítulo inteiro sobre carreira de magistério. Então, temos que ver como vai ficar isso no nível federal, para, simultaneamente, irmos estudando e, em seguida, aplicar em Minas Gerais, porque há, evidentemente, uma dependência. Temos que obedecer à legislação federal, nesse particular.

Coabitação. Penso que a coabitação se resolve em parte por negociação, por convênio, por contrato, até que possamos construir as escolas prometidas e ela desapareça. Infelizmente, são 600 prometidas e, aos poucos, estamos cumprindo a nossa parte, mas a coabitação já não será admitida doravante.

Nas novas regras da municipalização, não se admite a coabitação, mas ainda teremos que conviver com algumas situações de negociação.

O professor em excedência terá a oportunidade, caso haja possibilidade, de trabalhar e de se capacitar em educação infantil. Há opções que talvez não o agradem, tampouco agradam a nós, por exemplo, um professor trabalhar na biblioteca ou na secretaria. A mim não me parece ideal que o professor esteja fora de sua atividade, que é ensinar, mas, certamente, ele terá também a oportunidade de buscar uma remoção ou uma lotação.

Não nos esqueçamos de que é muito grande o número dos professores que se aposentam. Ainda ontem, assinei algo em torno de 300 aposentadorias. Podem, portanto, em breve, surgir vagas para o professor em excedência. Em todo o caso, o professor excedente vai fazer a sua parte e procurar uma sala de aula para trabalhar, e nós, de nossa parte, garantimos-lhe que não será exonerado. Afinal, o professor excedente não tem culpa do que está acontecendo.

As pessoas estão inquietas, e temos procurado tranquilizá-las. Por favor, acreditem. Estou falando isso em público. É decisão do Governador. Mas não fiquem acomodados. Procurem uma solução, e, se não for possível, teremos, infelizmente, que manter esse quadro até que a situação se resolva.

Era o que poderia responder de maneira bastante franca, mas com a intenção de tranquilizá-los. Quem está com receio de ser exonerado, por favor, não se preocupe. O Governador Itamar Franco jamais usará desse instrumento. Vocês têm que acreditar nele e no Secretário que está fazendo esta afirmação na Assembleia Legislativa do Estado. (- Palmas.)

A Sra. Presidente - Pergunta de Marlene Reis, da Escola Estadual Pero Vaz de Caminha, para o Prof. Vicente: "A UNDIME, os Estados e outras entidades defendem, baseados na lei do Fundo, que o valor mínimo deveria ser de, pelo menos, R\$400,00. A lei diz que o piso deve ser calculado por meio da divisão da previsão de arrecadação e do número de matrículas. Pergunto: com todos os problemas econômicos que o Brasil enfrenta, a UNDIME acredita que será possível um compromisso sério do Governo a esse respeito?".

O Sr. Vicente de Assis Duarte - A UNDIME, na verdade, defende um valor bem maior que o estipulado na lei. Acreditamos que educação de qualidade não se faz com tão pouco.

No Município de Ipatinga, onde sou Secretário, gastamos R\$1.300,00 por aluno-ano e achamos que ainda é muito pouco. Defendemos que o valor seja, pelo menos, em torno de US\$1.000,00. Recurso para isso existe. O que essa política maluca que nos governa joga fora para atrair capital internacional seria mais que suficiente para conseguirmos o valor que proponho.

O Governo Federal definiu, em princípio, R\$300,00 por aluno-ano e, nos dois últimos anos, passou para R\$315,00. Como o João Monlevade disse aqui ontem, na verdade o valor não foi aumentado, mas diminuído, pois houve inflação nesse período.

O pior é que o Governo Federal não se esqueceu só da lei, mas também da aritmética. A lei está muito clara: divide-se o total dos 15% dos valores do FPM, do FPE, do ICMS e do IPI de exportação pelo número de alunos do ensino fundamental, e se chega ao valor. O João Monlevade é especialista nisso e tem exposto essa questão. No ano passado, o valor seria em torno de R\$425,00. Isso daria, para Minas Gerais, mais R\$250.000.000,00; o valor real foi abaixo do valor mínimo nacional.

Quem tomou a iniciativa de fazer a lei do FUNDEF foi o Governo Federal, o mesmo que foi reeleito e o mesmo que está descumprindo a lei. É um problema seriíssimo, em vez de o Ministro cumprir a lei, ele diz que vai aos municípios onde houver desvio de recursos. O desvio maior está sendo por conta dele. Achamos que R\$424.000.000,00 não são suficientes, mas é o definido pela lei, que deveria ser cumprida. Alguns municípios, como Recife e Diadema, em São Paulo, já entraram na justiça e conseguiram algumas liminares. Os municípios deveriam questionar legalmente o não-cumprimento da lei por parte do Governo Federal.

O Sr. Waldir Araújo - Bom-dia a todos. A nós, que estamos no dia-a-dia das escolas, parece-nos que algumas das ações do Governo estão lentas. Há vários projetos: Acertando o Passo, A Caminho da Cidadania, Travessia e outros, mas parece que aviltam a nossa inteligência. A proposta do Governo não condiz com esses projetos. Gostaria de saber do Secretário quando esses projetos vão acabar, porque são projetos de enganação, de fabricar números, de empurrar alunos para a frente. Gostaria de saber também se haverá a volta do ensino regular noturno, da 5ª a 8ª séries. Na cidade de Uberlândia já não existe o ensino noturno, as escolas estão vazias à noite.

Temos verificado que há deficiência de vagas no ensino do 2º grau. O Governo pretende construir escolas nos bairros distantes? Como será resolvido esse problema? Uma das propostas aprovadas para o orçamento na Regional e no Triângulo Mineiro foi a construção e a abertura de escolas de ensino médio e de ensino profissionalizante. Como será esse processo?

Acho lamentável que o contratado tenha que se humilhar. Também é uma humilhação para a população que a escola não tenha uma seqüência de trabalhadores. É uma roleta-russa. Nas cidades maiores, em algumas escolas periféricas, a rotatividade de trabalhadores é grande.

Todos aqui sabem o que estou dizendo. É essa rotatividade de trabalhadores que não permitirá que um projeto pedagógico aconteça do jeito que precisava acontecer. Acho que, quanto a essa questão da contratação, é preciso haver uma proposta o mais urgente possível. Muito obrigado.

A Sra. Maria Leda - Como Delegada Regional Norte, gostaria de fazer até um alerta ao Sr. Secretário. Será que esses 16 municípios que estão pedindo a municipalização têm o aval da comunidade escolar ou é decisão do Prefeito, e depois seria dito que foi uma coisa imposta?

Quero falar agora, Sr. Secretário, não mais como Delegada Regional, mas como Diretora de escola. Dirijo uma escola, juntamente com toda a comunidade escolar, com o colegiado, com a equipe pedagógica e com uma Vice-Diretora competíssima. Estive lá durante seis anos e, nos últimos três anos, quando tomei posse pela segunda vez, deixei claro para os meus companheiros que esse seria o meu último período, uma vez que acho que seis anos é um tempo hábil para se fazer um bom trabalho. Sei que o fiz, e o que deixei de fazer não foi por minha culpa, mas por causa da falta de dinheiro do Estado. E tenho a confirmação disso pela própria comunidade, pela universidade, já que sou constantemente convocada por diversas instituições para falar sobre gestão democrática na escola pública, como o farei em um seminário no dia 28. A escola que dirigimos foi homenageada recentemente como destaque da década de 90 em educação, uma coisa que atribuo a todos que lá trabalham. Acho que fizemos um trabalho relevante na reconquista do espaço para o estudante, na redemocratização da escola, etc.

Eu estava saindo com a consciência do dever cumprido e feliz. Na última conferência, ouvi da Secretária Adjunta, e depois a confirmação de V. Exa., que as próximas eleições serão para oxigenar as escolas. Nunca pensei, Sr. Secretário, que eu fosse um ente poluidor. (- Palmas.) Com pureza da alma, acho que ajudei o Estado a melhorar, e muito, a educação pública de Minas Gerais.

Ontem, o Governador deu entrada a uma ação por danos morais e materiais contra o Governo Federal, o que achei corretíssimo. Acho que caberia a nós também uma ação contra a Secretaria da Educação por danos morais e intelectuais, porém faço uma troca com o Governo do Estado. (- Palmas.) Troco a minha ação por danos morais e intelectuais por uma sugestão: que o Sr. Governador também oxigene toda a educação, a começar da Superintendência e da própria Secretaria da Educação. A oxigenação que defendo não significa, Sr. Secretário, trocar "A" por "B", mas que "B" seja muito melhor que "A". Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Messias Alves Ferreira - Sr. Secretário, com a municipalização do ensino, as Prefeituras, que estavam à beira do abismo, faliram. Com isso, quem foram os mais prejudicados? Os alunos e também toda a população. Pergunto ao senhor quando o Governo vai arrumar uma forma de repassar um valor maior por aluno, uma vez que o Estado gasta até mais de R\$500,00 com um presidiário, que já não tem futuro, e uma criança, que ainda pode ser alguém, recebe um repasse de R\$354,00. Quando o Governo vai estudar uma forma de melhorar esse repasse por aluno para os municípios?

O Secretário Murílio Hingel - Todos têm urgência, não é? E achamos que deve ser assim mesmo. Mas a urgência não pode significar a adoção de medidas inconseqüentes, como a aceleração de estudos. Temos alunos que iniciaram a aceleração de estudos. Eles têm o direito de concluí-los, e é exatamente isso que estamos fazendo. Todos sabem que já não abrimos turmas de correspondentes para a 5ª ou a 6ª série. Portanto, o Acertando o Passo estará extinto no ano 2000. O A Caminho da Cidadania estará extinto no ano 2001, porque alguns dos que concluíram o curso de aceleração de estudos no Acertando o Passo terão a oportunidade de concluí-lo. Não podemos cortar o projeto no meio, mesmo que não estejamos de acordo com a maneira como ele vem sendo implementado.

Ensino médio - a grande dificuldade da construção de escolas de ensino médio é a falta de financiamento. Não há recursos no Estado para construir escolas de ensino médio. Então, há necessidade de que seja feita uma revisão no FUNDEF, e isso já foi falado aqui, várias vezes. Há também necessidade de retomarmos, por exemplo, a discussão sobre o salário-educação, que só pode ser usado no ensino fundamental, mas sua arrecadação vem caindo a cada mês. Isso acontece exatamente porque as empresas estão entrando na justiça, para não contribuir com o salário-educação. Há pessoas que querem extinguir o salário-educação sem dizer o que irá substituí-lo, apesar de ele ser o único recurso de que dispomos para investimento. Pretendemos atender, portanto, a toda a demanda do ensino médio, com o remanejamento e com o reestudo. Estamos procedendo aos levantamentos do atendimento escolar, para que não fiquem alunos sem atendimento. O Governador do Estado tem o compromisso de, até o final do seu Governo, atender, no ensino médio, a 80% dos que concluírem o ensino fundamental.

Educação profissional - alguns cursos técnicos serão mantidos. Temos vários pleitos de municípios de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, estarão sendo implantados alguns centros de educação profissional, do segmento estadual ou do segmento comunitário.

Quanto à questão do professor designado, já respondi. Lamento, mas esse problema não foi criado pelo Governo atual. É uma herança que recebemos e temos o compromisso de corrigi-la. Entretanto, isso não se faz de um momento para o outro.

Municipalização - os 16 processos de municipalização estão sendo analisados, mas isso não quer dizer que serão aprovados. Vamos ver se a comunidade foi ouvida ou não e se a situação é regular. Quanto ao fato de o Estado repassar mais recursos para os municípios, acredito que o professor que fez essa pergunta não tenha captado a essência do problema. Esses recursos que vão para os municípios ou vêm para o Estado são resultantes de um repasse feito pelo Governo Federal a partir do IPI, do ICMS, do Imposto de Importações e da chamada Lei Kandir. Portanto, o Estado não tem como trabalhar com outra média, porque essa é uma questão aritmética. Na verdade, quem não está cumprindo com sua parte é o Governo Federal, que não está colocando aquilo que deveria.

O Sr. Darwin Santiago Amaral - Meu nome é Darwin Santiago Amaral, e minha pergunta é dirigida ao Secretário Murílio Hingel: alguns querem crer na existência de uma certa dicotomia entre os profissionais da educação - de um lado, os professores a favor da reprovação; do outro, o contrário. Violenta simplificação dos fatos, tão-somente. Nenhum professor comprometido com seu trabalho, em sã consciência, deseja a reprovação de quem quer que seja. O que se questiona é o que, de fato, acontece na realidade educacional de Minas. Todos sabemos que cidadania, reflexões, conhecimentos e dedicação não se dão por força de decreto de quem quer que seja. Queremos que nossos estudantes possam concluir seus estudos, sejam eles quais forem, de forma autêntica.

Com a cultura do sucesso instantâneo e automático, nossos alunos concluem o ensino médio sem, ao menos, terem lido um único livro sequer, durante os longos três anos do curso. E todo professor, quando pode, como todo parlamentar ou Secretário da Educação, salvo desconhecidas exceções, matricula seu filho numa escola privada, por falta de melhor opção, lamentavelmente.

Uma professora do ensino fundamental, depois de 32 anos de trabalho sério, tem o salário de R\$238,00, além de nós, professores designados, nos termos transformado, ao longo dos anos, em bóias-frias do giz, sem dinheiro para comprar livros e jornais.

O sistema educacional impede a criança e o adolescente de ter acesso à cultura nacional. Como se insuficientes fossem os efeitos da pobreza, criamos o analfabeto diplomado. Os municípios foram forçados a se municipalizar, e nós, professores, também forçados a aprovar em massa, inclusive os alunos ausentes. Pergunta: a escola pública deseja e pode atender aos interesses do aluno pobre e de uma certa classe média emergente (usando um termo do Aluísio Mercadante)?

A Sra. Águeda Diniz Pacheco - Meu nome é Águeda Diniz Pacheco, e sou Diretora da Escola Estadual Mestre José Acamâncio, de Itabira, e pertencemos à 24ª Superintendência de Nova Era. O processo de nucleação do ensino médio será revisto? Diante de tantas dificuldades financeiras, como estamos enxergando, haverá autorização para a criação de novo ensino médio em outras escolas, mesmo que estas escolas nucleadas sejam suficientes para atendimento da demanda?

Exemplificando, Itabira é um município em que quatro escolas foram nucleadas em pontos estratégicos, para atender à demanda. Nossa escola central tem vaga para 900 alunos. Há uma escola a apenas 300m da nossa, querendo implantar o ensino médio. Com tanta dificuldade financeira, a Secretaria ainda vai atender mais implantação de ensino médio.

A nucleação, em Itabira, está funcionando perfeitamente, com núcleos de língua e central de informática funcionando. Gostaria de ouvir a opinião do Secretário.

A Sra. Rosa Pimentel - Ouvi várias vezes a expressão políticas públicas. Gostaria de discuti-las e fazer alguns questionamentos ao Secretário Murílio Hingel. Ouvi uma frase muito bonita do Prof. Vicente sobre a falta de recursos e verdades. Ouvi outra frase do Prof. Miguel Arroyo sobre discutir o objeto da educação: em primeiro lugar, o educando e o educador. E não ouvi hoje, em nenhum momento, alguém falar sobre o educador como ser humano, como um ser que tem contas a pagar, vive com o salário aviltado. Então, gostaria de lembrar que estamos em Belo Horizonte, a terceira Capital do Brasil, e o Prefeito Célio de Castro se propõe a aumentar o salário do primeiro escalão do Governo para R\$6.000,00, fora as "mordomias". Isso é política pública.

Vejo também o Governo Itamar falando em políticas públicas e se esquecendo de que estamos sem reajuste há cinco anos, sem a incorporação de um abono de R\$45,00, ao mesmo tempo em que os Deputados desta Casa ganham R\$41.000,00 por mês. Isso é política pública.

Vejo também, com indignação, que os Juizes e Promotores já receberam metade do 13º salário de 1999. E o nosso Natal de 1998, como cantamos na música "Malremunerado"? "Malremunerado: você me deixou, malremunerado, seu Governador. Paga logo, meu Natal tá atrasado. Paga logo, seu Governador". Cantamos isso em Ouro Preto, no dia 21 de abril. O nosso Natal está atrasadíssimo, e não sabemos se iremos sobreviver até o próximo. Cadê as nossas verbas retidas, que não são milionárias como as dos Deputados desta Casa? São verbas de gente pobre, de gente humilde, que não tem subvenções sociais. Cadê o concurso dos contratados, dos bóias-frias da educação, que ficam mendigando de escola em escola? Cadê o concurso da servente escolar? Cadê a dobra, para o ano que vem, dos efetivos?

Para terminar, gostaria de agradecer a atenção e o respeito de todos. Temos que cobrar do Governo que política pública tem que ser, no mínimo, solidária com aqueles que ganham pouco, como os servidores da educação, como os funcionários públicos. Muito obrigada.

O Secretário Murílio Hingel - Sobre a qualidade da escola pública, entendemos que tem que ser sempre valorizada. É a mais democrática, atende a todos, sem nenhum tipo de discriminação. Não tem sentido que as populações mais pobres não tenham ensino de qualidade. Temos procurado atender a algumas questões nesse aspecto e acabamos com a promoção automática. Estamos deixando que cada escola, com a sua identidade, organize o tempo escolar conforme as suas necessidades e possibilidades. Entendemos que temos que valorizar a nossa cultura, o nosso País e alfabetizar não apenas no sentido literal da palavra, mas realmente transmitir conhecimento e cultura, para que tenhamos um lugar adequado.

Não é tarefa simples, mas está sendo enfrentada e o será com coragem e disposição. Minas hoje representa uma exceção, no quadro nacional, em muitos aspectos e se tornar a exceção no que diz respeito à qualidade da escola pública.

Sobre a nucleação, estamos reavaliando o assunto, inclusive na zona urbana. Muitas vezes, ela foi feita transformando-se algumas escolas em escolas de crianças, e outras, em escolas de jovens. Evidentemente, temos que verificar o que é mais conveniente para atender à comunidade. Se, no caso de Itabira, o problema do ensino médio está resolvido, não há o que alterar. Em muitas outras comunidades, há pleitos para a implantação dele. O Estado está atendendo a essas reivindicações de acordo com o possível.

Não fugi à pergunta sobre a direção de escolas. Quis deixar o assunto para o final, porque me parece que a professora que falou de forma tão forte a esse respeito não assistiu a palestras que fiz, inclusive nesta Assembléia, quando falei da resolução que trata da escolha de Diretores e Vice-Diretores pela comunidade escolar. Referi-me a muitas Diretoras competentes, algumas das quais conheci pessoalmente e cujo trabalho aplaudi, porque fui às escolas e vi de perto o que fizeram. Portanto, se usei a palavra "oxigenar", ela deve ser entendida como a necessidade de renovação. Assim como muitos que hoje estão dirigindo escolas tiveram oportunidade de assumir esse importante cargo, ela também deverá ser concedida a outras pessoas. Então, o sentido foi esse. Não há nenhum demérito em relação às atuais Diretoras. Poderia falar de algumas que não cumpriram bem suas obrigações ou fraudaram suas escolas. Temos sido obrigados até a alguns procedimentos em termos de sindicância e processo administrativo, mas isso é a exceção. Então, por favor, vejam tudo que falei e não tirem do meu discurso uma palavra. Fica muito ruim quando tiramos uma única palavra e a consideramos como sendo aquilo que pensa o Secretário. Sou professor, fui Diretor, vivenciei todas as experiências e reconheço o trabalho de quem trabalha com educação. Se não falei mais em educação e no educador, como se queixou uma das manifestantes, foi porque meu tema não se abria mais nessa direção. Cumpri o tema que me foi passado. Tenho todo o respeito por quem trabalha em educação.

Reconheço que, há muitos anos, fala-se na valorização do magistério, mas isso não se cumpre. É como aquela frase que encontramos na estrada: a árvore está farta de homenagens. A árvore quer ser respeitada. Poderíamos substituir e dizer: o professor está farto de que se diga que ele precisa ser valorizado. É preciso passar à ação. Para comprovar a minha sinceridade e o meu compromisso, desculpe-me a Deputada, pois houve interferências inactivas, tenho a publicação dos anais da Conferência Nacional de Educação, realizada em 1994, quando estava no Ministério da Educação. Consta nos anais, a fls.1.041, um grande acordo nacional firmado entre o Ministério da Educação, os Estados, os municípios, a CNDE e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em que se prevê a valorização, a profissionalização do magistério, um regime de colaboração e até um calendário de implementação.

Infelizmente, isso já aconteceu no final do Governo Itamar Franco. O novo Governo optou por um novo caminho, pela emenda constitucional que criou o FUNDEF. Sei que é enjoado ficar falando de FUNDEF, de números, mas a verdade é que houve um escamoteamento da idéia da valorização do professor.

Em Minas Gerais, como em muitos Estados brasileiros, não há como valorizar o professor, porque os recursos do FUNDEF já existiam, já estavam ou nos Estados ou nos municípios. O que aconteceu com o FUNDEF em função da matrícula nas redes estadual e municipal é que os recursos foram redistribuídos, não houve recursos novos.

Sem recursos novos, sem financiamento da educação, como é que este País pode destinar R\$140.000.000.000,00 do orçamento para pagar a dívida pública e a União não pode destinar R\$2.500.000.000,00 para o FUNDEF, o que, para Minas Gerais, significaria um adicional anual de R\$240.000.000,00? Então, poder-se-ia pensar numa melhoria da situação.

Quanto ao professor designado, já disse que esse problema é antigo. Sou professor aposentado do Estado, e, quando comecei, já existia o professor designado, de aulas extrainumerárias. Certamente ninguém se lembra disso porque são todos muito mais jovens que eu. Então, é um sistema antigo, em que não há garantia e que vem sendo executado através dos anos.

O compromisso do Governador atual, de quem se cobrou tanto, e o nosso compromisso são os de mudar essa situação. Mas isso não se faz de um dia para o outro. Não somos uma poeira isolada, o Estado de Minas é da Federação, apesar de não ser tratado como tal. Ele tem de se conformar com uma legislação maior. É preciso um pouquinho de paciência. Vamos aperfeiçoar o processo de contratação, evitando abusos que, muitas vezes, são praticados e vamos ter tempo para cuidar da carreira, dos concursos. Falou-se de verba retida. Essa não foi retida pelo Governo atual, ele está absolutamente em dia com os seus compromissos. Não foi ele que abriu um concurso que não se realizou. Os serviços se inscreveram, e o dinheiro não foi devolvido. Não estou querendo jogar pedra no telhado de vidro alheio. Simplesmente tenho que explicar, porque fica parecendo que não temos vontade, decisão política de avançar.

Gostei muito de estar com vocês. Realmente, a democracia é ótima porque nos permite falar, ouvir. Talvez até falemos mais do que deveríamos. Deveríamos ouvir mais, mas o tempo está a limitar as nossas ações.

Gostaria de agradecer a atenção de todos e dizer que a Secretaria da Educação está com as portas abertas. Teremos outras promoções com a Assembléia Legislativa. Queremos acertar. Vocês podem dizer que não basta a intenção, mas ela é o primeiro passo. Depois da intenção, a vontade e o compromisso. Então, temos uma graduação. Temos a intenção de acertar; acho que a vontade existe - quem é professor tem de tratar bem os professores -, e o compromisso já foi exposto em praça pública - nem foi exatamente por mim. Muito

obrigado. Vocês foram e são muito simpáticos.

A Sra. Maria Leda Clementino Marques - Gostaria apenas de fazer um agradecimento, dizendo ao Secretário Murílio Hingel que fico satisfeita com a resposta. Concordo plenamente com a renovação, mas discordo, como professora de Português, em outro ponto: uma palavra atrapalha, sim, todo o contexto de um discurso. Muito obrigada.

O Sr. Vicente de Assis Duarte - Quero pedir licença ao Prof. Murílio Hingel para usar a palavra "oxigenar". Vou dizer que a educação pública em Minas está muito oxigenada. Hoje, 42% dos alunos do ensino fundamental são de responsabilidade dos municípios. Isso é algo totalmente novo. Quero frisar isso, pois a grande maioria do público presente é ligada ao ensino na rede estadual, para que vocês tenham isso na cabeça de forma permanente. Até recentemente, a rede estadual cobria quase que a totalidade da educação em Minas, mas hoje é diferente: hoje, há outra rede a seu lado, do seu tamanho, que merece não só respeito, mas também muito cuidado, porque todos estão, em sua maioria, iniciando um trabalho. A grande maioria das alterações ocorreram em municípios pequenos, com quase nenhuma infra-estrutura.

Em segundo lugar, após usar a palavra "oxigenada", pois realmente acho que há uma oxigenação muito grande, quero agradecer à Assembléia e falar, agora, aos Deputados que votem, o mais rápido possível, o projeto que trata do salário-educação, que está tramitando na Casa e é da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivo José, que trabalharam junto com a UNDIME. Esse projeto é acordado entre os municípios representados pela UNDIME, e o Governo do Estado. Então, gostaríamos que os Deputados o apreciassem e votassem o mais rápido possível, para que, em janeiro, já possa estar sendo executado e esses recursos já possam ter chegado aos municípios. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Quero agradecer muitíssimo ao Secretário Murílio Hingel. Sabemos, professor, que estamos em uma democracia, em que acontecem, mesmo, manifestações como essas dos sindicatos e dos companheiros e companheiras educadores. Isso, realmente, acontece porque estamos em uma sociedade democrática, principalmente em Minas Gerais.

Sabemos do sério problema de estarmos há quatro ou cinco anos sem aumento, não só no Estado, mas também em várias prefeituras. Sabemos dessa situação e fomos relatora de uma comissão que estudou o endividamento do Estado de Minas Gerais. Então, ao mesmo tempo em que estou solidária com os companheiros e companheiras da educação, não poderia, de forma alguma - seria até uma injustiça de minha parte -, deixar de registrar que o Prof. Murílio Hingel e sua equipe têm demonstrado - vindo a esta Casa todas as vezes que convidado - abertura para discutir as questões. É lógico que é impossível haver satisfação completa ou, até, poderia dizer, de mais de 50%, devido à situação que vivemos no País. Quanto ao FUNDEF, por exemplo, temos de cobrar do Governo Estadual e dos Governos Municipais, sim, mas não podemos deixar, de forma alguma, de nos organizar e de cobrar do Governo Federal que cumpra o seu compromisso e siga a lei, proposta por ele mesmo, de ampliar os recursos para o FUNDEF. Assim, estaremos dando aos Estados e aos municípios condições de manterem o seu projeto. Esse é o desejo de muitos Estados, inclusive de Minas Gerais, de, realmente, na prática, poder valorizar os professores.

Esse projeto foi discutido com a UNDIME, como foi falado. Em outra oportunidade, daremos mais detalhes dele. Aqui estão o Presidente da UNDIME; o Secretário Executivo, Prof. Carlos Roberto; a equipe da Secretaria de Estado da Educação, com a participação do Secretário, Prof. Murílio Hingel; seu assessor, Gilberto, que esta semana esteve nesta Casa, o que mostra que este é um projeto de parceria. Ele trata dos recursos que se compunham de 1/3 do Governo Federal e 2/3 do Estado. O Estado está abrindo mão dos seus 2/3 para redistribuí-los aos municípios. Isso é democracia, é o desejo de que haja descentralização dos recursos.

Quero cumprimentar muitíssimo o Prof. Vicente, da UNDIME. Ela tem desempenhado um papel importantíssimo, acompanhando esses trabalhos.

Tramitou nesta Casa uma proposta de emenda à Constituição que proponha flexibilizar os 25% dos recursos destinados à educação. Com a ação efetiva de toda a equipe da UNDIME, poderemos modificar esse quadro.

Educação é isso mesmo: nós, de mãos dadas, questionando quando necessário. Sempre digo que quem questiona quer o bem. Eu tenho falado até do próprio Governador Itamar Franco e da Secretaria da Educação. Como eu disse, é a Secretaria com a qual temos mais relação, pois sou professora, sou Diretora aposentada. Temos feito esses questionamentos porque desejamos bem ao Governo, desejamos que dê certo, pois falar amém a tudo não contribui.

Quando questionamos é com esse objetivo, professor, de estar contribuindo.

Encerramento do 1º Painei

A Sra. Presidente - Neste momento, vamos encerrar esta parte e suspender nossos trabalhos por 3 minutos. Daqui a pouco, teremos a nossa Secretária Adjunta, a Profa. Maria José, e um representante do Sind-UTE, o Hilário. Como se pode perceber, este é um outro debate democrático, em que o Governo e o Sindicato vão poder estar frente à frente, mostrando o que é comum e o que é contraditório. Nesses 3 minutos de intervalo, peço que aqueles que ainda não registraram a sua presença que o façam, para que seja computado para receberem o certificado.

Quero agradecer muitíssimo a vocês, pois estamos há muito tempo aqui, e ninguém arredou o pé, desculpem-me a expressão popular. Estamos juntos lutando por essa educação, por essa Minas Gerais que sempre amamos. Muito obrigada. (- Palmas.)

Encerrando, o Deputado Sebastião Costa pediu que dissesse que já designou relator para o projeto do salário-educação, será o Deputado Antônio Carlos Andrada. Também quero citar os mentores deste seminário, que já é um sucesso: Deputados Edson Rezende e Rogério Correia.

Está encerrado o 1º painei.

Recomposição da Mesa

A Sra. Presidente - Convidamos a tomar assento à mesa as Sras. Maria José Feres, Secretária Adjunta da Educação; Maria Tereza Leitão de Melo, Secretária de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; o Sr. Antônio Carlos Hilário, Coordenador do Sind-UTE, e o Deputado Rogério Correia, um dos autores do requerimento que deu origem a este seminário.

Destinação da 2ª Parte da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta parte da reunião ao prosseguimento do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, com o tema "Valorização do Trabalhador em Educação".

Palavras da Sra. Presidente

Nunca é demais ressaltar a importância deste seminário que está sendo organizado pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por dezenas de entidades educacionais e por órgãos públicos. Deve-se o sucesso deste evento tanto ao alto nível dos expositores quanto à participação ativa dos companheiros e das companheiras que aqui estão. Que esse fato fique registrado.

Palavras da Sra. Maria José Feres

Exma. Sra. Deputada Maria Tereza Lara, coordenadora dos debates; Deputado Rogério Correia; Prof. Antônio Carlos Hilário, coordenador do Sind-UTE; Profa. Maria Tereza Leitão de Melo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, educadores; colegas; superintendentes; professores e professoras; inicialmente, quero cumprimentar a

Assembleia Legislativa por esta iniciativa, que é ímpar e, ao mesmo tempo, da maior importância para a política educacional em Minas Gerais. Nem era preciso dizer isso. Este seminário foi exaustivamente preparado, várias reuniões aconteceram nesta Casa, sob a coordenação dos Deputados, e tivemos encontros regionais. De fato, estamos conseguindo, por iniciativa da Assembleia Legislativa, uma participação muito grande para se discutir a política educacional em Minas Gerais. Esta aliança é muito importante para todos nós que apostamos em educação e em dias melhores.

Os temas "Valorização do Trabalhador em Educação", "Salários e Planos de Carreira", "Formação Permanente e Continuada do Trabalhador em Educação" são muito complicados para serem discutidos em 20 minutos. Fiz a opção de levantar algumas linhas gerais, com as quais o Governo vem trabalhando e procurando discutir com os mais diferentes atores no Estado.

Ao discutirmos um tema como este, é importante ter a clareza de uma política global de educação. Se há um problema que considero sério, às vezes, em educação - e devo dizer que encontramos essa questão na Secretaria - é o desenvolvimento de ações muito pontuais. Existem ações de capacitação num determinado setor, por exemplo, que não conseguem se relacionar com uma política global da Secretaria, ou com um projeto político-pedagógico da Secretaria, ou com um projeto político-pedagógico da escola. Isso, no meu entendimento, é falta de organicidade. Uma política educacional tem de fazer com que as suas partes interajam, tendo como objetivo um todo maior, que deve ser explicitado.

Por isso, antes de propriamente falar de valorização, de plano de carreira e de formação inicial e continuada, é importante resgatar o que consideramos os pontos fundamentais da "Escola Sagarana".

Essa publicação já saiu, alguns têm acesso a ela, outros me pediram, mas ainda vamos fazer um grande lançamento dessa publicação durante o Encontro Estadual sobre a Organização do Tempo Escolar, que vai coroar a discussão que já aconteceu nas escolas, nas superintendências e nos encontros pólos sobre o que chamamos de seriação ou ciclo, o que, de fato, é muito mais do que isso, é a concepção da escola que queremos.

De qualquer maneira, para quem já teve acesso à publicação, isso fica mais fácil; para quem não teve, o mais rápido possível, ela estará divulgada para todos aqueles que têm interesse em saber a nossa proposta.

A "Escola Sagarana" não é uma publicação fechada, evidentemente, continua aberta a debates. Para nós, o plano da educação não pode ser restrito aos gabinetes, nem ser engessado. Tem de estar em permanente avaliação e em permanente mudança. O que estamos chamando de "Escola Sagarana"?

Fomos buscar esse termo em Guimarães Rosa, exatamente para expressar as enormes diferenças que este Estado possui, sem perder a perspectiva da universalidade. Guimarães é mestre nisso. E a palavra "sagarana" representa exatamente a nossa identidade, a nossa raiz, as nossas diferenças, mas sem perder de vista o caráter universal.

A "Escola Sagarana" é o centro do que estamos chamando de Sistema Mineiro de Educação. Este deve passar por uma construção coletiva. Não está pronto; pelo contrário, está começando. E tem a participação de todos aqueles que têm algum tipo de interesse ou alguma atividade na área educacional. E a "Escola Sagarana", que é o centro desse sistema, para nós é a escola democrática. O termo, como já disse, representa a nossa diversidade e, ao mesmo tempo, a nossa universalidade. E a democracia é entendida aí de uma forma bem ampla. Até escrevi, na publicação, que a radicalidade democrática é entendida no sentido de que ser radical é tomar as coisas pela raiz. Por isso, essa escola democrática tem alguns pontos que são essenciais para que essa democracia radical - nesse sentido que falei -, de fato, possa ser construída e consolidada.

Esses pontos essenciais são cinco. O primeiro é garantir o acesso e a permanência do estudante na escola. Não adianta falar em universalização se não existir equidade e igualdade de oportunidades. É preciso que se garanta o acesso com equidade, com igualdade de oportunidades e que se garanta a permanência do aluno na escola.

Essa permanência é um combate sistemático a toda forma de exclusão que a escola ainda possa ter. Do ponto de vista da carência sócio-econômica, para combater essa exclusão, o Governo está desenvolvendo um programa, cuja implantação operacional pretendemos começar o mais rápido possível, e já existe toda uma movimentação nesse sentido. É o Programa Bolsa-Escola. Ele seria destinado a famílias carentes que tenham filhos de 7 a 14 anos, para que sejam mantidos na escola pública. Há uma série de critérios, e a publicação "Escola Sagarana" resume isso um pouco. Não vou entrar em detalhes, porque só o Bolsa-Escola daria para fazermos uma outra discussão, e não é o tema de hoje. É o exemplo prático de uma ação para garantir a permanência do aluno na escola, combater a evasão escolar e, portanto, o trabalho infantil e a situação de meninos e meninas de rua.

O segundo ponto importante da escola democrática é um projeto político-pedagógico de inclusão, com qualidade para todos. É fundamental que a nossa "Escola Sagarana" desenvolva o seu projeto político-pedagógico voltado para o aluno, centrado no aluno, com o desafio de fazer aprender, do sucesso escolar, da progressão continuada, de tal sorte que seja, de fato, uma escola inclusiva. Qualquer ação excludente da escola, mesmo que seja involuntária, mesmo que tenhamos a melhor das intenções, não torna essa escola democrática. Uma escola que exclui não tem nada a ver com a democracia.

O terceiro ponto é que essa escola democrática tem de ter autonomia e gestão democrática. Essa autonomia tem de ser ampliada, as nossas escolas já a conquistaram e já a possuem numa escala razoável. Mas, além de ampliada, ela tem de ser discutida. É preciso entender autonomia além da caixa escolar. É preciso entender autonomia além do aspecto financeiro. É preciso entender autonomia do ponto de vista pedagógico e do ponto de vista da educação.

É preciso entender a autonomia sem soberania. O que é isso? É entender que, num sistema público, não podemos perder a perspectiva do viés do público. Se eu perder essa perspectiva, passarei a tratar a escola pública como se fosse privada, como se não fizesse parte de um sistema. Portanto, com a autonomia, tenho que construir uma identidade própria na escola. Com tantas diferenças no Estado, que a "Escola Sagarana" procura retratar, tenho que ter identidade, mas, ao mesmo tempo, não posso perder de vista a idéia de que faço parte de um sistema público de ensino, em que o público deve ter obrigatoriamente caráter coletivo e social.

Durante muitos anos, na história deste País, o público foi tratado como interesse privado, embora travestido de público. Essa é uma cultura que ainda existe muito entre nós. Às vezes, sem querer, defendemos o interesse pessoal como se fosse público. Isso faz parte da nossa cultura e do autoritarismo com que o Estado brasileiro conduziu a chamada modernização do Brasil. Portanto, a escola autônoma não pode perder de vista o fato de que é pública. Ela faz parte de um sistema maior, onde o viés social e coletivo precisa ser resguardado. Ao mesmo tempo, tem que ter uma gestão democrática que não se esgote com a eleição do Diretor. Não existe democracia sem eleição, mas também não existe democracia só com a eleição.

Democracia é mais do que eleição. Ela começa um processo democrático. Pensamos assim e podemos até estar sendo radicais demais. Depois, vamos discutir esse assunto. Mas a eleição começa um processo democrático que, de fato, só se consolida se eu tiver estruturas democráticas, se souber flexibilizar o poder, se conseguir partilhar o poder. E partilhar o poder na escola significa envolver diretamente, na sua gestão, a participação de todos os seus atores: professores, servidores, especialistas, Diretor e pais de alunos.

Além de ser uma escola com autonomia e com gestão democrática, o quarto ponto - esses pontos não precisam vir exatamente nessa ordem - é o da valorização dos profissionais da educação. Não existe escola democrática sem profissional valorizado, porque não existe educação sem gente. Educação é gente, é recursos humanos. Eu preciso dos prédios, do dinheiro para construí-los, e tudo isso é importante. É necessário que haja infra-estrutura, mas o que faz a educação somos nós. Nós somos os atores do processo educacional. Se não formos valorizados, não adiantarão computadores, antenas parabólicas, televisões, prédios razoáveis. Enfim, precisamos ter pessoas comprometidas com o processo de educação e devidamente valorizadas. Não sou contra a televisão nem contra o computador. Pelo contrário, acho que isso tudo tem que existir mais. Temos poucos. Mas ter apenas isso não quer dizer que o Governo esteja investindo na educação. Investir na educação é investir nos profissionais, nas pessoas que fazem o dia-a-dia da escola.

Por último, a escola democrática tem que ter relação com a comunidade, com o seu tempo. Tem que ser atual. Tenho repetido, muitas vezes, que a escola já não pode dizer que tem apenas a função de ensinar. Essa função é importante, mas, hoje, é muito reduzida. Essa função é muito pouco, eu diria que é quase medíocre. Hoje, a alguns dias do próximo milênio, a função da escola tem que ser a de formar seres humanos. Isso é muito mais do que ensinar. É também ensinar, mas é, além disso, levar em conta o cognitivo, a afetividade, a sexualidade, a cidadania, a participação social, enfim, a capacidade do educador de formar seres humanos. Para isso, a escola tem que ser atual, ter relação com a comunidade, enfrentar os problemas e desafios do seu tempo, até para ser um instrumento de transformação da sociedade.

Eu ainda defendo essa posição, mas não numa visão messiânica. Entendendo que a escola é o único agente capaz de fazer isso. Entendo que a escola é um agente importante para

transformar a sociedade.

Na minha concepção, é preciso transformar a sociedade, e luto por isso há muitos anos. Vou continuar lutando até morrer. Acho que já não tenho cura, por isso continuarei lutando para que essa sociedade seja mais justa, democrática, livre, igualitária e feliz. A escola é um instrumento importante, podendo e devendo contribuir para isso. A escola não pode se abstrair do tempo que vive, dos problemas que tem e da comunidade que a cerca. Ela precisa ajudar a transformar essa sociedade.

A valorização dos profissionais da educação faz parte dessa política global de se construir e consolidar uma escola pública, autônoma, democrática e de qualidade para todos. Como pensar a valorização dos profissionais na educação? Na "Escola Sagarana", na nossa proposta, essa valorização é também prevista com alguns pontos que são fundamentais. O Governo entende que precisamos reconhecer, na prática, o papel social do educador, com a adoção de medidas voltadas para sua efetiva valorização. Como se faz isso na prática? Com a discussão e a implementação de um novo plano de carreira para os trabalhadores em educação. Estamos começando a estudar e a discutir essa questão no Governo.

Aliás, ontem fiquei sabendo, por intermédio de uma parlamentar, de um protesto muito mal-informado de que eu passava o dia discutindo a carreira com o Sind-UTE no meu gabinete. Quero informar a quem protestou, que fez até um repúdio, que não começamos a discutir o plano de carreira com o sindicato. No momento, estamos articulando, no Governo, uma ação geral de discussão da carreira. Hoje, fazer a carreira do trabalhador em educação repercute e deve ser articulado com todo o processo de mudança que vai ter que acontecer no funcionalismo do Estado.

Daí, não tenho dúvida de que várias discussões vão acontecer. Por exemplo, teremos que discutir se deveremos ter um pessoal de apoio numa carreira da educação ou numa carreira geral do Estado. Não tenho ainda essa clareza. Mas é importante saber que, para se falar em carreira na educação, é preciso que também haja mudança das leis que regem a estrutura das carreiras do funcionalismo no Estado. Não podemos fazer a carreira da educação isoladamente, mas não podemos também perder a especificidade da carreira da educação. Estamos trabalhando na direção da articulação com o geral, sem perder a especificidade, que significa uma carreira como a dos trabalhadores em educação, deve ser trabalhada segundo suas especificidades.

Por que é importante essa articulação? Primeiro, porque fazemos parte do Estado; segundo, porque teremos que derrubar uma série de leis antigas do Estado - esclerosadas e caducas. Antes que haja algum mal-entendido, como houve com o oxigênio, quando falo esclerosadas e caducas, quero dizer que estou me referindo a uma figura de palavra, a uma metáfora.

Trata-se de leis que estão ultrapassadas pelo tempo. Assim, precisam de ser revistas, porque acabam enterrando uma série de outras questões. Por exemplo, a habilitação para ministrar o nível de ensino correspondente, penso que deve ter preferência quem tem habilitação para ministrar o nível de ensino correspondente. Quem é habilitado em História deve ter preferência para ensinar História - falo História porque é minha área -, seja efetivo, seja designado. Se tenho um efetivo que não tem e um designado que tem, daria a preferência ao designado, porque tem a habilitação. Mas a lei não me permite. Então, essa lei tem que mudar.

Eu peguei essa, mas posso pegar um conjunto muito maior de leis, que são pontuais, que não têm, de fato, uma estrutura sistematizada e acabam emperrando todo esse processo do plano de carreira da educação. Eu diria que, no momento, estamos começando a limpeza da área, ou seja, levantando esse material, fazendo a articulação geral com o Governo. Vamos formar uma comissão específica de plano de carreira da educação, sem perder de vista a articulação com uma comissão geral, que já está instalada na Secretaria de Administração. Essa é uma posição do Governador. S. Exa. já determinou que seja feito esse plano de carreira, assim como sejam incluídas as carreiras específicas.

Faremos esse estudo da forma mais democrática possível, mais pública possível, levando em conta os interesses da educação, os interesses públicos, que é o que interessa aos profissionais da educação. Por que temos que ter uma carreira nova? Porque, de fato, a proposta do Governo é acabar com a figura do designado. Não há projeto pedagógico que resista ao profissional da educação que é designado. Isso gera insegurança, instabilidade, as pessoas têm dificuldade de estreitar laços de compromisso. Sou uma defensora da estabilidade no serviço público e, particularmente, na educação. Não concordo com o argumento de que a estabilidade gera acomodação. A estabilidade gera compromisso, e o compromisso está permanentemente engajado no processo da educação. Por isso, a figura do designado prejudica a proposta pedagógica. É um absurdo o que acontece na educação deste Estado há tantos anos. O que tenho que fazer? Carreira, concurso público, nomeação e efetivação. Efetivar, o mais rápido possível, todos aqueles que puderem ser efetivados. O Secretário disse que isso não vai ser feito do dia para a noite. Mas temos como meta, pelo menos até o final do Governo, inverter o quadro. Hoje, metade dos trabalhadores são designados, e metade são efetivos. Que os designados, ao final do Governo, sejam apenas aqueles que estiverem em substituições eventuais e temporárias, como licença médica, licença-maternidade, etc. Temos que ter um quadro efetivo no Estado e a carreira do magistério.

E a formação inicial e permanente? Essa é uma forma de valorizar o trabalhador da educação e a escola democrática e está nessa política geral de que falei. Estamos pensando em desenvolver o que estamos chamando de gestão consorciada do sistema mineiro de educação, entre Estado, município e universidades públicas. Podemos até estender para outras. Já tivemos, num seminário inicial, uma conversa que envolveu as seis universidades federais do Estado, as duas universidades estaduais e a PUC de Minas Gerais. Essa gestão consorciada é o quê? É mais do que parceria, é mais do que prestar serviço. Estamos dizendo que é uma aliança. É toda a educação do Estado começar a ter um tipo de gestão em que possa dividir os problemas e, de fato, ter políticas públicas coletivamente definidas. Um dos pontos que vamos levar nessa gestão consorciada é a formação inicial e a formação continuada dos professores. Acordamos, até agora, quatro pontos: formação inicial, formação continuada, avaliação do corpo docente, não com empresas de fora, que cobram um absurdo, mas com as universidades públicas, que têm condição de resolver esse processo de uma forma muito mais engajada e comprometida.

Reforma do ensino médio e ingresso no ensino superior: na formação inicial, é muito importante que comecemos a rediscutir todos os problemas dos cursos de licenciatura e pedagogia. A proposta das universidades é a reformulação dos cursos de licenciatura e pedagogia com a participação do Estado. Algumas já estão nesse processo, e queremos acelerá-lo.

Além disso, habilitação daqueles professores que não têm nível de habilitação exigido, para que possam ministrar o nível de ensino que estão trabalhando.

Hoje, temos áreas críticas, em relação à habilitação, em Almenara, Diamantina, Januária, Governador Valadares, Guanhães, Montes Claros, Paracatu, Pirapora e Teófilo Ottoni. Esse levantamento é parcial. Nessas áreas, os professores não habilitados da 1ª à 4ª série correspondem a cerca de 78,65% do Estado. Não são muitos em termos de número, mas são muitos em termos de percentual. Nessas áreas, da 5ª à 8ª série, todas as disciplinas apresentam mais de 40% de professores não habilitados. Nessas áreas, também no ensino médio, disciplinas que apresentam maior número de professores não habilitados: Química, 8%; Física, 80%; Arte, 83%; Biologia, 68%. Quem tem menos problema é o Português, que só tem 24%. Que tristeza falar disso do Português! Precisamos partir para a habilitação e fazer a educação continuada ao mesmo tempo. Qual é o instrumento da educação continuada? Junto com a gestão consorciada do sistema mineiro de educação, envolvendo as universidades, na educação continuada, nós teríamos, tanto para habilitação quanto para a educação continuada, a estratégia da educação à distância ou semipresencial, como o esquema do PROCAPE.

A segunda fase do PROCAPE está prevista para ser iniciada no ano que vem. Já estamos trabalhando de uma maneira um pouco mais articulada. O esquema do PROCAPE é muito bom, é sempre presencial, pode ser usado em outras esferas, mas é preciso que haja articulação com a política geral da Secretaria. Em relação a sua primeira fase, quando li todas as avaliações que foram feitas, todos os 81 mil treinandos responderam a provas de práticas pedagógicas, vi respostas fantásticas em relação à progressão continuada. Os professores eram pela progressão continuada na avaliação. Setenta por cento acertaram essa questão. Portanto, eles são pela progressão continuada. Ao mesmo tempo, quando se implantavam os ciclos, talvez os mesmos 70% diziam que progressão continuada era promoção automática. E por aí vai uma série de distorções, em que se percebe o seguinte: capacitação decruzada do projeto político-pedagógico que está sendo levado avante. O que pretendemos é fazer esse entrosamento, essa organicidade. Além do PROCAPE, há outros cursos sendo pensados para a educação continuada, nunca desvinculados das mudanças na formação inicial e das mudanças no projeto político-pedagógico do Estado.

Outra ação que vamos levar à frente é criar no Estado centros de educação continuada, ao estilo do Centro de Referência do Professor de Belo Horizonte. É possível fazer isso junto com as próprias universidades, que também gostaram da ideia, quando teríamos uma gestão compartilhada pelo menos nos pólos do Estado. A ideia é criar, pelo menos, cinco ou seis centros até o final do Governo, para se ter um processo prático de educação continuada, de formação permanente, uma estrutura gerencial para essa formação permanente.

Creio que, no debate, teremos como esclarecer tudo que ficou pendente. Sei que foi muita coisa. Agradeço a paciência da Mesa e a atenção de vocês.

Palavras da Sra. Maria Tereza Leitão de Melo

Deputada Maria Tereza Lara, coordenadora do debate; Deputado Rogério Correia; Secretária Adjunta da Educação, Maria José Feres; companheiro Hilário, Coordenador do Sind-

UTE; companheiros e companheiras trabalhadores em educação; senhoras e senhores; inicialmente, gostaria de apresentar, tanto à organização do seminário quanto aos seus participantes, as desculpas da Profª. Jussara Dutra Vieira, que foi a pessoa contactada para compor esta Mesa, Presidente do CEPERES e Vice-Presidente da CNTE, a qual, por questões surgidas na última hora, não pôde comparecer a este seminário.

Como ontem eu estava representando a Confederação no debate, fui solicitada para cumprir essa substituição. Irei me esforçar para traduzir um pouco das idéias não só minhas, da Jussara, mas, particularmente, da Confederação, que são construídas no dia-a-dia da luta das nossas entidades filiadas.

Gostaria de começar fazendo uma menção ao retrato da escola. Há um documento elaborado a partir da consulta feita às escolas públicas do Estado. Ao analisar algumas respostas dadas pelos alunos e pelos pais em relação ao trabalhador em educação, vimos que a comunidade escolar o considera como alguém que recebe uma remuneração menor do que aquela que merece, que precisa estar sempre atualizado, com políticas de formação que o qualifiquem, que o aperfeiçoem, que precisa de um espaço de estudo - a tarefa estudar é muito relacionada ao ensino - e alguém que tem condições de propor e de decidir.

Entre os itens apontados como os que mais agridem a imagem do trabalhador em educação, está a sua marginalização nos processos construtivos e decisórios da política educacional, dito por nós, mas também pelos pais e alunos das nossas escolas. Esse é um pouco o perfil que a Confederação vem construindo ao longo desses anos e que foi colocado naquele pacto de valorização do magistério, ao qual o Secretário da Educação, na época, Ministro da Educação, fez menção no primeiro horário de hoje. A valorização do profissional da educação se apóia num tripé em que a Confederação vem insistindo e, felizmente, hoje faz parte das agendas governamentais e está na leitura crítica que os pais e alunos fazem e reivindicam para o nosso perfil de profissional. Que tripé é esse? Carreira e jornada, condições salariais dignas, formação inicial e continuada. Isso é exatamente o objeto desse debate, que, no caderno-resumo, consta com bastante ênfase e lucidez, a partir do debate feito na preparação para este seminário.

Para nós, esse tripé constitui, exatamente, o perfil profissional. Está mais do que na hora, se já não passou, de o trabalhador em educação ser considerado um profissional: já foi considerado sacerdote, com uma missão a cumprir; a tia carinhosa, que substitui a mãe, etc. Tudo isso fruto de uma história da educação no nosso País e, ao mesmo tempo, uma certa maquiagem, para esconder as políticas desvalorizadoras colocadas em curso ao longo de toda essa história.

Então, ser tratado como profissional, aliás, ter esse perfil profissional está diretamente ligado às condições de carreira, de jornada, de salário e de formação.

E isso, para nós, tem ligação com alguns pontos - que também foram citados pela Secretária Adjunta e constam no relatório de vocês - que aparecem na constituição da Escola Sagarana, o que muito nos anima. O primeiro ponto é a referência da unidade. Quem é esse trabalhador em educação? Quem é esse profissional da educação e como deve ser categorizado? A Secretária tocou em um dos pontos nevrálgicos na constituição desse perfil, defendido pela CNTE, que é o seguinte: o profissional da educação não se resume ao profissional do magistério - ao docente, como é chamado por alguns. O profissional da educação, para nós, é mais amplo; é o que trata e tem inferência no processo educativo e no ato educativo. E temos, é lógico, uma constituição de funções e de segmentos divididos em dois grupos básicos: o do magistério e o dos funcionários da educação - com proposta de profissionalização desse setor, com formação própria e com funções determinadas, algumas já assimiladas no projeto do Plano Nacional de Educação, a que nos referimos ontem.

A segunda referência é a da democracia. Como isso se traduz na valorização do magistério? Primeiro, concordando plenamente com a Secretária, pela democratização das formas de ingresso. O concurso público e a estabilidade no serviço público são os fatores que determinam o grau de democratização e de seriedade do público. A prática, evidenciada nos últimos anos, de aumento das contratações temporárias, não assegura esse processo. Não sabemos de onde vêm essas indicações; quem indica para ir para determinado município, escola ou disciplina; e como é esse processo seletivo, quando existe - e ele existe em alguns sistemas. Para que vocês tenham uma idéia, no meu Estado, Pernambuco, foi feita, a título de dar austeridade à contratação temporária, uma seleção, cujo resultado saiu no diário oficial de sábado, mas, na quinta-feira anterior, um professor apresentou-se em uma escola - e isso não aconteceu só ali -, dizendo que as aulas de Matemática disponíveis naquela escola eram suas. Isso sem que tivesse saído o resultado da seleção, que verificou apenas o currículo e alguma experiência. Então, são maquiagens que inibem e agridem o processo democrático de ingresso na carreira pública.

Do ponto de vista da prática pedagógica, como isso pode influir na valorização profissional? O trabalhador em educação está sendo requisitado, cada vez mais, para ultrapassar suas tarefas rotineiras de dar aula. Isso acontece, como também foi muito bem colocado pela professora, até pela própria função da escola, que precisa urgentemente ser redimensionada. Se - como bem dizem os nossos alunos - ele tem capacidade de propor, de decidir e de fazer leituras críticas da realidade, é necessário que o projeto político-pedagógico da escola e os programas e as políticas do Governo contribuam para essa prática, não apenas com a eleição direta para Diretor, o que é fundamental e indispensável aos programas de democratização da gestão, mas também com a constituição, a valorização e o fortalecimento da participação da comunidade escolar, por meio de conselhos, discussão, implementação do projeto político da escola e de conquistas de níveis e estágios cada vez mais sólidos de autonomia e de democratização da gestão escolar, para que isso interfira - pois, evidentemente, nada é isolado - na democratização mais ampla do sistema educacional e, mais ampla ainda, da nossa sociedade.

A escola tem uma contribuição importante a dar nesse aspecto. Nesse sentido, há experiências muito positivas desenvolvidas por algumas administrações. É importante que um plano e um projeto de valorização profissional tenham essa referência como fundamento.

A terceira referência é a qualidade. Ontem, já nos referimos a ela. Hoje, de manhã, foi feito também um destaque em relação à necessidade que estamos encontrando de adjetivar a qualidade que queremos, mediante o choque e a apropriação de algumas bandeiras do movimento social, por aqueles que tenham um projeto diferente e contraditório ao nosso.

A qualidade total, que foi hoje lembrada como uma das mazelas da educação, engana muito, tanto pela própria denominação, que confunde muito total com global, com geral, como aquela qualidade que vai realmente abranger todas as necessidades da escola e de seus trabalhadores. Estamos tratando de inserir a qualidade no contexto social.

A qualidade social agora adjetivada por nós está relacionada à qualidade de vida dos trabalhadores e dos alunos da escola pública. A escola pode ter boas condições de ensino, e há um certo investimento nos aspectos estrutural, material e didático, mas, se os alunos e os profissionais de educação não tiverem uma qualidade de vida que passe por outros meandros da política pública, como emprego, saúde, transporte e saneamento, certamente as condições de aprendizagem ficarão muito prejudicadas.

A qualidade que defendemos como elemento constitutivo da valorização profissional está relacionada à formação, às condições de trabalho e salário e inserida num contexto mais amplo da qualidade de vida.

É necessário que a valorização do profissional de educação, tão relacionada à necessidade de melhorar a qualidade do ensino, preveja, por exemplo, tempo pedagógico - não sei como vocês chamam aqui, nós chamamos de hora-atividade, não sei se vocês chamam de hora do trabalho pedagógico -, espaço para reuniões, para ação coletiva, distribuição curricular que permita essa ação coletiva e liberação para cursos, que está prevista na própria Resolução nº 3, que fixa as diretrizes da carreira. Tememos encontrar uma dificuldade muito grande com essa ocorrência em toda a administração para relacionar a isso os planos de cargos e carreiras.

Ditas essas três referências, ampliamos um pouco o debate da valorização e dessas referências para o perfil profissional, que precisa, primeiro, estar em sintonia com a função e o papel social da escola.

A indagação e a problematização feita na fala da Secretária, acho que merecem aprofundamento maior. Qual é o papel e a função social da escola pública? Isso interfere diretamente na leitura do projeto político e pedagógico, na organização dos tempos e espaços escolares, na concepção de currículo, de formação, de avaliação do desempenho do aluno e do profissional da educação.

Temos um acúmulo, já de muito tempo, de reflexão, de textos, de livros sobre isso, mas a dinâmica social está exigindo que nos debruçemos sobre isso. Essa exigência está vindo de fora para dentro da escola.

E muitos de nós ainda estamos trabalhando com a escola de 10, 20, 30 anos atrás, principalmente quando questionamos e comparamos os índices e os níveis de qualidade da educação pública. Essa pergunta foi feita ontem, em quase todas as mesas, até na de financiamento. Portanto, está nos incomodando. E é bom que incomode, para que seja refletida e tenhamos condições de apresentar uma proposta e uma resposta que coloque a escola nesse contexto social, como instrumento que possa interferir na transformação social.

O segundo aspecto é o seguinte: nessa função que está sendo requerida para a escola, quais seriam as atribuições do trabalhador em educação? Quais os grandes desafios para sua prática pedagógica? No debate sobre progressão automática "versus" ciclos, que, em Minas Gerais, se dá com muito mais ênfase do que nos outros Estados que visitamos - tive a oportunidade de participar da conferência do Sind-UTE e de gravar um texto sobre isso -, essa questão é muito recorrida. Há os que acreditam que a tarefa de ensinar, historicamente atribuída ao professor, está sendo diminuída pelas novas formas de avaliação, pelo novo perfil do aluno que está chegando à escola e pela queda do seu "status" social. Eu diria que temos como reconstruir isso de forma a dar a esse profissional um perfil muito mais contemporâneo, muito mais político do ponto de vista da função que ele tem que desempenhar se estivermos atentos ao que está ocorrendo ao nosso redor.

Existem competidores em relação à nossa tarefa de informar, alguns até bem mais simpáticos do que nós, que cumprem essa tarefa com muito mais tranquilidade, como os meios de comunicação, os filmes, a televisão, as revistas. Mas, se fomos devidamente formados, se tivermos a reflexão direcionada nessa linha, temos algo que ninguém pode nos tirar. É preciso trabalhar isso, tanto em políticas públicas que queiram uma escola contextualizada nessa direção quanto através da ação sindical dos movimentos sociais e do sindicato de educação, em particular, que é a nossa identidade de classe com o aluno da escola pública, nosso aliado de primeira hora. Muitas vezes, nós nos colocamos em um patamar diferente do desse aluno, de quem só nos lembramos para justificar que tal dia não haverá aula, porque entraremos em greve. Trabalhar a aliança de classe no cotidiano e por dentro do nosso papel político e educativo de profissional de educação é também um desafio à nossa valorização.

Por fim, o perfil do aluno. O aluno que nos chega retrata o que a escola revela com uma nitidez emocionante. Ontem, foi feita a seguinte pergunta: "Qual a escola ideal para o aluno real?". Concordo plenamente com a resposta do Prof. Miguel Arroyo: vamos olhar para esse aluno que está chegando à escola como sendo um aluno diferente do que fomos, com outro padrão de comportamento, com um acúmulo cultural diferente. De acordo com os padrões de uma escola tradicional, não sabemos ou não temos condições - muitas vezes, sabemos, mas não temos condições - de aprofundar esse perfil e trazê-lo para a constituição do projeto político-pedagógico e da contribuição ao nosso perfil profissional.

Então, como podemos sintetizar toda essa reflexão - e acho que esse é o grande desafio desse debate - em um plano de cargos e carreiras, que é o instrumento síntese da valorização profissional? No plano de cargos e carreiras, é preciso discutir muito, como falou a Secretária. É um instrumento que tem uma concepção de valorização. Na hora em que ele fixa ou não um piso salarial profissional, está dizendo qual é o tipo de profissional que quer. Na hora em que ele se relaciona ou não com a qualidade da educação, com parâmetros de democracia e de participação na gestão e com parâmetros de formação do trabalhador em educação, está dizendo o que quer. Na hora em que ele diz ou não quais são os critérios de desenvolvimento na carreira, transparentemente, de modo que você saiba onde ingressa, como ingressa e em que condições e a qual tempo chega ao final da carreira, ele está dizendo qual a perspectiva que quer. Então, trabalhar esse instrumento não pode se resumir a um trabalho técnico de ajuste ou a um trabalho técnico de uma legislação qualquer. O plano de carreiras é um instrumento que diz muito da ideia, da intencionalidade e da perspectiva de valorização profissional que tem o legislador. A partir da sua própria construção, já diz se a perspectiva é democratizante ou autoritária.

Então, que este seminário reivindique e conquiste que a comissão que vai elaborar o plano de cargos e carreira do Estado de Minas Gerais tenha participação dos trabalhadores em educação. Essa tem sido a forma que a CNTE tem indicado, e onde ela existe temos planos muito mais abrangentes, muito mais abertos, com perspectivas de qualidade muito mais positivas que os daqueles que se trancam nos gabinetes e seguem à risca a Resolução nº 3/97, do Conselho Nacional de Educação.

Por fim, quero considerar e inserir todos esses elementos - formação, carreira e salário - dentro da perspectiva do direito. Se não exigirmos e se os Governos democráticos e populares, na primeira hora, não derem esse aceno, não derem essa lição aos demais, estaremos fazendo de conta que estamos valorizando os nossos profissionais de educação. Valorização significa direito, e inserir direitos em políticas públicas é um desafio para os governantes e para nós, sociedade civil. Espero, ardentemente, que este seminário vença esse desafio e transforme esse direito em letra escrita na política pública do Estado de Minas Gerais. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Antônio Carlos Hilário

Primeiramente, gostaria de fazer a saudação de praxe à Mesa. Não vou citar nomes para ter mais economia de tempo. Então, vou fazer a saudação à Mesa, a todos aqui presentes e àqueles que nos assistem de casa. Quero fazer, especialmente, uma saudação à Assembléia Legislativa por mais este evento. Já há algum tempo, principalmente no ano de 1997, quando nos deparamos com a questão do FUNDEF e das municipalizações, esta Casa abriu um importante espaço de debate. Infelizmente, apesar da riqueza dos debates e das propostas, o Governo anterior, simplesmente, resolveu jogar tudo na lata de lixo, apesar de, institucionalmente, ter estado presente neste Plenário e ter concordado com as propostas aqui apresentadas. Mas, de novo, em palácio, ele jogou tudo na lata de lixo. O que se sugeriu não foi seguido, restando hoje apenas as mazelas do que sobrou do processo de municipalização. É importante, amigos, que se faça aqui esse registro.

O Vicente afirmou que o Carlinhos, representando a UNDIME nos debates da teleconferência, foi gentil ao dizer que o Governo anterior induziu a municipalização. Para o Vicente, o Governo não induziu, mas forçou. Eu já acho que também o Vicente foi gentil. O que houve no processo de municipalização foram, na verdade, chantagens. A adunção, a que ele se referiu, foi uma delas. A outra, pior ainda - negada pelo João Batista e confirmada, depois, por uma resolução -, foi a do critério de dois por um: ou o município assumia o ensino fundamental ou o Governo não abria vaga para o ensino médio. A cada duas matrículas para o ensino fundamental, o Estado daria uma matrícula para o ensino médio. Ora, essas chantagens é que fizeram com que o processo de municipalização acontecesse e trouxesse as penosas consequências de que todos temos conhecimento.

O Secretário Municipal de Educação e o próprio Vicente consideram que o que se fez não foi o melhor. Agora, pergunto: o que fazer, então? O Secretário aponta para 2000 uma proposta diferente, que até acho interessante.

Sou daqueles que acredita mesmo. Irreversível é só a morte. Se se verifica que o processo de municipalização está sendo desastroso para os municípios, não interessa que tenha sido criado por lei. Há formas de se criarem novas leis e de voltar atrás para desfazer o caos que se anuncia para um futuro próximo. (- Palmas.)

Debateremos com a Secretaria da Educação a seguinte questão: de que adiantará propor nova forma de municipalização para 2000, se não se fizer a revisão do danoso processo que está em curso? Temos que ter cuidado nesse ponto, continuar exigindo correções no processo de municipalização e, até mesmo, reversão daqueles pontos que se podem transformar em caos.

Levando em conta a produção que foi feita anteriormente nos trabalhos sobre municipalização, não sabemos qual será a produção deste seminário. Não vemos com muita clareza o que será feito com o seu resultado, o que me preocupa bastante. Por isso é que vou repetir para os senhores nosso posicionamento desde as primeiras reuniões preparatórias deste seminário: vimos com bons olhos e achamos muito interessante esta iniciativa da Assembléia, mas achamos que ela deveria ser mais ousada, de modo a transformar a Comissão de Educação que aqui funciona em centralizadora e canalizadora das propostas apresentadas e responsável pela formulação de um projeto de educação para o Estado de Minas Gerais.

Por que isso? Porque o grande problema da educação, no Estado de Minas Gerais e em todo o País - esse é o desafio que temos de vencer -, é a descontinuidade. Nenhum projeto educacional vai à frente por muito tempo porque os projetos educacionais têm a face do eventual ocupante do Palácio; ele pensa uma política educacional, e o Governo seguinte acaba pensando outra. E nós ficamos nessa valsa, e não vem valorização, não vem qualidade, não vem nada. Só sobram mazelas.

A nossa intenção é de que esta Casa seja um canal de centralização das aspirações da sociedade, onde todos os atores da sociedade tivessem abertura para discutir, formalizar e bancar o nosso projeto, independentemente do interesse do Governo. Educação tem de ser de interesse da sociedade, e não do Governo que ocupa o Palácio.

O desafio está nas nossas mãos. Não adianta pressionarmos o Secretário, pressionarmos o Governo, porque temos de tomar o nosso fazer em nossas próprias mãos. A marcha a Brasília, em 6 de outubro, tinha como pressuposto que 10% do PIB dos próximos dez anos fossem para educação, contra os atuais 3,7%. A sociedade deve se mobilizar para tomar para si o destino que se quer.

Essas colocações são necessárias, porque estamos num tempo em que os direitos estão diminuindo - estão aí as reformas, que não me deixam mentir -, continuamos pagando impostos, e a nossa vida se deteriora. Em vez de criticar e choramingar, temos de nos mobilizar, propor e exigir que se cumpra o que for necessário à sociedade.

Antes da minha exposição, a Maria Tereza, representante da CNTE, já fez referência a esse tema, que foi aprofundado nacionalmente. Não vou repetir os temas já abordados, para avançarmos sobre outras questões. A exposição da Secretaria da Educação coaduna com a nossa perspectiva. Deveríamos estar alegres, satisfeitos, porque todos concordam. Vamos em frente, que será maravilhoso. Mas não é bem assim.

Qual a nossa estratégia sobre a valorização para pontuarmos algumas questões para o debate com a Secretaria? Em nome da ética e da honestidade política, devo dizer que o nosso relacionamento com a Secretaria da Educação é bom. Vocês puderam observar que, de vez em quando, cochichávamos, até alegres, porque o relacionamento está sendo bom. Faço questão de fazer este registro, porque o Governo anterior foi muito desrespeitoso. A nossa relação era de briga todo o tempo, pela total falta de sensibilidade para com a educação.

Com a Secretaria atual temos tido a satisfação do diálogo franco, aberto e respeitoso, mas, apesar disso, temos várias críticas a fazer. Respeitosamente, queremos fazer essas críticas para que a produção seja positiva, na resolução de algumas questões, com a perspectiva da qualidade. O ponto central da nossa discussão não é a valorização.

Para não desagradar alguns vou explicar. O centro da nossa preocupação está na gênese do Sind-UTE. Desde que ele nasceu, enquanto UTE, em 1979, já empenhava a bandeira da defesa da escola pública e da educação pública de qualidade, que é direito de todos e dever do Estado. Esse é o nosso objetivo central: uma educação inclusiva e de qualidade para todos que dela necessitem.

Se isso é verdade e se caminhamos nesse rumo de forma concreta e objetiva, surge para nós a discussão da valorização. Não temos a valorização como um fim em si mesma, simplesmente como o desejo de uma corporação que quer melhores condições de trabalho, melhores salários, sem nenhum retorno para a sociedade, que é quem paga esse salário.

Por isso faço questão de dizer que o objetivo central é a defesa da escola pública de qualidade enquanto direito de todos e dever do Estado. A partir daí, para que caminhemos nessa perspectiva, é que vamos discutir a valorização, até para desfazer um discurso que interessa muito aos governantes - e o Governo anterior se utilizava muito desse discurso -, de que só pensamos a valorização do ponto de vista corporativo, só pensamos no que o trabalhador da educação deve ganhar, mas não nos importamos com o que estamos oferecendo, jogando para cima de nós a responsabilidade sobre a evasão, a repetência e uma série de mazelas.

A valorização não é entendida, então, na nossa perspectiva corporativista. Ela é um instrumento necessário para que se atinja o objetivo fundamental, que é a educação de qualidade enquanto direito. E nós, trabalhadores da educação, ainda não assimilamos isso. Temos de fazê-lo, porque só a partir daí conseguiremos discutir com a comunidade, para que ela também incorpore essa defesa. É um erro nosso, enquanto trabalhadores em educação, achar que a defesa da escola pública de qualidade é tarefa apenas nossa. É por isso que às vezes a sociedade acaba não se envolvendo tanto quanto deveria, porque não entende que essa defesa é um direito e uma necessidade dela. Por isso, enquanto sociedade, ela também tem de se mobilizar. A marcha a Brasília tinha também esse espírito.

Quando dialogamos com a sociedade, ela passa a entender que a nossa valorização não é apenas querermos nos utilizar dela própria para auferir alguns benefícios, melhoria salarial, etc. O erro é nosso. A Maria Tereza tem razão numa colocação que fez, porque os problemas de termos a sociedade como parceira decorrem até da forma pela qual nos relacionamos com ela. E esse é um desafio que temos. Precisamos mudar, porque, infelizmente, na maioria das vezes ainda é assim: abro a porta da escola para o pai e para a mãe, em determinados momentos em que seja interessante eles participarem da minha luta. Talvez eu diga ao aluno que ele não precisa vir à aula, que haverá greve. Faço essa discussão com ele, mas não discuto cotidianamente o significado da escola pública, o seu papel, a sua função, etc. Estamos trabalhando nessa perspectiva.

Nesse aspecto, até enquanto membros do sindicato, temos uma crítica a algumas de nossas posturas, com relação a uma forma utilitária na nossa relação com a comunidade. Você chama a comunidade em determinados momentos, mas não cotidianamente. Isso acaba sendo uma agressão à nossa reivindicação de gestão democrática, porque, quando estamos falando disso, estamos pressupondo que a comunidade escolar pode contribuir muito, talvez não como nós, do ponto de vista mais conceitual, mais teórico, mas só pelo fato de saber muito bem o que quer para seus filhos já é um sinal de que ela pode contribuir muito para o nosso projeto.

Entrando nas questões polêmicas, há, por exemplo, o problema do concurso. Nesse aspecto, a fala da Secretária é importante, e concordamos com ela. A figura do designado inviabiliza qualquer projeto político-pedagógico sério de qualquer escola. Por quê? Porque ele pode estar aqui hoje, mas não tem certeza de que estará amanhã. Assim, não tem vínculo com a escola e vive constantemente sob o fantasma da demissão. Se ele não tem vínculo empregatício, ficará preocupado com o fato de que amanhã poderá ser demitido. Isso, infelizmente, acontece e está acontecendo no Governo atual. O processo de fusão de turmas, a que assistimos no final do primeiro semestre, colocou em polvorosa todo mundo. Por quê? Porque existe um vínculo empregatício flexível. O professor pode estar aqui agora e amanhã não estar mais. Por isso, todo mundo se sente ameaçado. Então, pergunto: como é que esse trabalhador poderá contribuir para qualquer projeto sério e comprometido dentro da escola, se não tiver a garantia do próprio emprego?

Sobre esse assunto, precisamos de uma discussão mais séria. Discordo da maneira como o Secretário abordou o assunto na parte da manhã. Ele disse que não tinha condições de nomear o P-1 já concursado, porque não existem vagas. Primeiro, vagas existem. Só o fato de 50% serem designados mostra que elas existem. Então, a questão é fazer a redistribuição. Concordo em que existem lugares onde tudo foi municipalizado, da 1ª à 4ª série. Então, ali não existem vagas, mas em outros lugares elas existem. Portanto, esse não seria um argumento para não nomear.

Mas, deixando essa questão da 1ª à 4ª série à parte, temos o período da 5ª à 8ª série e o ensino médio, o 2º grau, em que mais de 60% do pessoal é designado. Ora, só de saber que 50% do pessoal é designado e 50% é efetivo, já temos um exemplo de sobra para dizer que o concurso já deveria ter sido realizado. E já dissemos à Secretaria que não queremos entrar no primeiro semestre do próximo ano sem a realização do concurso. Estamos até trabalhando com a perspectiva de começar a pensar no edital este ano, para realizar o concurso e dar posse aos aprovados no primeiro semestre do ano que vem. Com 50% de designados não dá mais para ficar esperando. Também já solicitamos à Secretaria que faça o levantamento das vagas, para que possamos, junto com ela, encaminhar essa questão da realização do concurso.

Existe ainda outra questão que é necessário colocar. Os governos têm interesse em ter esse vínculo empregatício débil. Esse é o grande problema. Eu não posso acusar o Governo atual de estar seguindo determinada política, embora existam alguns sinais, e não estejamos mais em início de Governo. Mas não vou também dizer, como disse no Governo anterior, de forma taxativa, que ele está seguindo preceitos neoliberais, etc.

De qualquer forma, a manutenção de vínculos frágeis, como acontece atualmente, é muito cômoda, porque, se o Governo atual quiser fazer o que o anterior fazia, que é uma formatação de Estado neoliberal - Estado mínimo, Estado enxuto -, nada melhor do que ter 50% de designados, uma vez que, se quiser fazer um engajamento a exemplo da fusão de turmas, isso será fácil. Não existe vínculo garantido. Então, para a formatação do Estado, no momento em que ele quiser fazer economia, estará aí um bom instrumento.

Essa é uma das nossas preocupações. Por quê? Porque o que está acontecendo nos Estados e municípios é exatamente isso. É uma reformulação, uma reestruturação do Estado para se adequar aos preceitos neoliberais.

Na prática, o Governo tem que começar a sinalizar que é diferente, porque no discurso está tudo tranqüilo: o Governo não é, de fato, neoliberal, mas é preciso demonstrar isso objetivamente, na prática. É necessário que se esforce para que o concurso, a valorização e outras questões caminhem.

Quero fazer uma crítica que é geral. Precisamos ter muito entendimento sobre lógica, que já é uma cultura dos governos, principalmente da nossa Nação. Quando se discute a alocação de recursos para a educação, existe uma lógica que faz parte da cultura dos governos de que a alocação de recursos para a educação (...). É bom estar atento a essa questão, porque é essa lógica que temos de mudar. Falam: "Este ano gastei tanto em educação...". Percebe-se no conteúdo da fala que, no entendimento do Governo, os serviços sociais, e principalmente a educação, são gastos.

Temos que mudar essa lógica, porque não podemos entender a alocação de recursos para a educação como gasto. Isso é investimento para uma Nação que se quer autônoma, soberana. Trata-se de investimento para médio e longo prazos. Se não concebermos isso, vai ser difícil entrar num processo de mobilização e luta para que os governos também compreendam e mudem essa lógica.

Essa crítica, que é geral, dá espaço para a crítica no particular. Talvez não com a Secretaria, mas com o Governo em geral. Infelizmente - e com muito pesar dissemos isso, já colocamos isso para a Secretaria da Educação -, a definição do Governo é de que a Secretaria da Educação tem toda a liberdade e a autonomia para discutir os projetos pedagógicos. Então, está tranqüila até a nossa discussão nesse aspecto. No entanto, não tem autonomia para discutir questões financeiras. Para nós, é esquisito. Como se pode pensar num projeto de educação de qualidade sem haver autonomia para se discutirem as finanças? Volto à crítica anterior contra a questão do gasto a favor do investimento. Por quê? Na lógica da Secretaria da Educação está certo, e está de acordo em muitos pontos com o nosso pensamento. Por isso, estamos incentivando e achando a conversa legal.

Mas a situação se esbarra na área econômica, porque se a Secretaria pensa num projeto ideal e, até de acordo com o discurso do Governador, se esse projeto custa "x", devo dizer à área econômica que é esse "x" que quero. Se a área econômica diz "não" e que deve ser diminuído o gasto, no caso, tenho que reformular o projeto educacional para limitar os gastos. Então, não estou conversando sobre qualidade com seriedade. Se educação é prioridade, não podem ser entendidos como gasto seus investimentos. Se o projeto custa "x", é isso que terá que ser alocado e fim de conversa.

Mesmo porque, com a discussão em curso da questão dos ciclos, apenas pela implantação do ciclo, não dentro da lógica anterior que causou uma grande aversão às pessoas em discutir o ciclo, porque o que aconteceu no Governo anterior foi apenas a mudança da nomenclatura para "ciclo", quando a seriação continuou intocável, acontecendo, todas as escolas já tinham adotado um ciclo. Mas quando se vai a qualquer escola, verifica-se que a seriação está acontecendo sem nenhuma falha.

Se queremos o ciclo implantado, começa o desafio. Recursos devem ser alocados para investimento, tanto na questão da rede física como, principalmente, na questão de aumento de pessoal. Uma discussão que está colocada, e todas as questões das condições ideais para se gerir o processo de ciclo.

Para finalizar, deixo uma crítica e uma dúvida. A Secretaria da Educação já disse que também está utilizando os financiamentos do BID. Para nós isso é muito complicado, porque sabemos como esses financiamentos acontecem. A coisa não é tão simples. Além disso, há a questão do monitoramento e da influência, porque, quando a agência empresta ela quer ter controle para que seus objetivos sejam cumpridos. Aí reside a nossa preocupação. Se esses investimentos do BID continuarem, eles irão influenciar nos projetos e programas educacionais, como aconteceu na gestão anterior, que ocorreram aquelas mazelas, que já foram discutidas, sobre as avaliações. Para nós isso é um complicador.

A intenção do FMI, a intenção do BID ao alocar recursos para a educação, além de ter lucro, é influenciar no conteúdo central. O pensamento deles não é o nosso pensamento, de uma qualidade substantiva. Por isso existem algumas adjetivações, como a qualidade total, que não nos interessa. Então, a lógica do BID e do FMI é que a educação é apenas para cumprir as necessidades de mercado. Tem que ser uma educação mais instrumental, de desenvolvimento das habilidades práticas. A nossa perspectiva vai mais longe. Além da capacitação para o mercado de trabalho, queremos aquele cidadão pleno para o uso da cidadania na vida social. É o que chamamos de educação libertadora, crítica. Então, se o financiamento vem, e junto com ele vem essa lógica da educação voltada apenas para os interesses de mercado, isso é um complicador. Vamos tentar nos aprofundar mais no debate.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Nesta fase vamos conceder a palavra por 1 minuto para cada pergunta e por 3 minutos para as respostas.

Debates

A Sra. Presidente - Pergunta dirigida à Prof. Maria José Feres: "Há disposição do Governo em discutir critérios para a designação para o ano 2000, já que não haverá tempo para concurso e posse?"

A segunda pergunta é a seguinte: o que o Governo tem feito ou planeja fazer no que diz respeito à saúde e à segurança do trabalho, visto que 50% dos trabalhadores não têm nenhuma garantia ou amparo legal.

Vamos à terceira pergunta: por que um Diretor que demonstrou ser capaz, por três eleições consecutivas, não tem mais o direito de ser reeleito? Onde está a democracia? Acho que a comunidade é que deve decidir se o diretor deve continuar ou não. Por que a Secretaria nos nega o direito de concorrer à reeleição?

A Sra. Maria José Feres - Há disposição da Secretaria para discutir critérios para designação no ano 2000. Já falamos isso ao sindicato, mas estamos discutindo a questão. É importante que haja transparência. Enquanto existe a figura designada, é importante que hajam critérios que possam torná-la mais transparente e com maior oportunidade para todos. Todos devem saber do edital e este deve ser publicado, além de outros critérios.

Quanto à segunda pergunta, estamos discutindo todas as condições de trabalho da área da educação, inclusive a questão de saúde. Isso gera a necessidade para essa questão e para outras de articulação de políticas públicas. Hoje a educação é prioridade. Luto por ela há mais de 30 anos e continuarei lutando até morrer, porém, educação tem que agir articulada com outras políticas públicas. É preciso também que as outras políticas públicas entendam a importância da educação. Sobre isso, gostaria de dizer que não vejo nenhum problema de o Governo ter uma comissão central responsável por todas as negociações salariais, inclusive da educação. A educação é prioridade, mas não posso agir na educação isoladamente, mas articulada com outras políticas públicas. O outro Governo do qual participei, o Governo do Distrito Federal, governo democrático e popular, também possuía uma comissão central, chamada de coordenação sindical, que era responsável por todas as negociações salariais de todos os setores. Evidentemente, cabe à educação caminhar dentro de suas áreas específicas. Isso não significa não ter contatos e conhecimento do que esteja acontecendo com essa comissão central. É preciso começar a entender que, no poder público, essas políticas têm que estar articuladas e aquilo que for geral, terá que ser tratado também de forma geral.

Sobre a reeleição dos diretores, adotamos o critério adotado no País inteiro para todos os cargos executivos, tais como Presidente da República, Governador de Estado, Prefeitos de Municípios. Não vejo razão para excetuar Diretor de Escola. Aliás, gostaria de dizer que recebemos, antes de ter saído a resolução, várias correspondências nesse sentido. Até cheguei a preparar uma resposta meio padrão, que gostaria, de rapidamente, ler, porque os argumentos são os mesmos.

Várias correspondências têm chegado à Secretaria, tendo como origem os atuais Diretores de Escola, solicitando que não haja nenhum impedimento para sua reeleição. Os argumentos apresentados são, de modo geral, os mesmos: "a comunidade sabe escolher", "o impedimento à reeleição não é democrático" e "o Governo fará economia, porque os atuais diretores já fizeram jus ao apostilamento".

Estamos esclarecendo que:

1 - Muitos dos atuais Diretores já ocupam o cargo há mais de um mandato ou exercício.

2 - A preocupação da Secretaria da Educação é elaborar minuta de resolução que disponha sobre o processo de escolha para o cargo de Diretor e a função de Vice, a fim de aprimorar as estruturas democráticas da escola pública, sem levar em conta interesses pessoais, ainda que muitas vezes apareçam travestidos de públicos.

3 - A Secretaria da Educação considera a polêmica da reeleição de somenos importância, diante de tantas alterações substantivas que foram introduzidas na resolução e que aprimoram o processo democrático.

4 - Sobre a reeleição, adotou-se o critério que vigora no País para todos os cargos executivos. Será permitida a candidatura daqueles que se encontram no primeiro mandato. Se essa norma vigora para todos os casos, por que não há de vigorar para os diretores de escola? (- Palmas.)

5 - Na democracia o rodízio de pessoas que ocupam o poder é saudável e oxigenante. Historicamente, só as ditaduras garantiram a permanência das pessoas no poder pelo resto da vida.

6 - Sobre o apostilamento especial para Diretores de escola, o atual Governo já enviou projeto de lei à Assembléia Legislativa propondo acabar com esse privilégio. Cabe destacar, entretanto, que, quando se trata de critérios democráticos, o que está em jogo não é a economia que o Governo possa fazer. Causa estranheza quando esse argumento é utilizado exatamente por aqueles que já usufruem do privilégio do apostilamento.

Por isso, a Secretaria da Educação está consciente de que procurou trabalhar para o aprimoramento da democracia na escola pública e, para tal, discutiu o documento com vários

segmentos além de vários especialistas na área.

Em resumo, essa é a nossa posição. Ninguém é contra a figura do Diretor, ninguém é contra as pessoas dos Diretores. O que está em jogo não é a pessoa, não é o cargo, não é a minha reeleição, a minha escola, o meu problema, o que está em jogo é melhorar a democracia na escola pública. Isso, eu tenho certeza de que essa resolução vai melhorar; não estou dizendo que ela vai solucionar. Quando as pessoas ficam no poder por muito tempo consecutivo, acabam criando vícios. É preciso que haja mudanças, e democracia tem que ter regra do jogo estabelecida. Essa história de cada comunidade escolher - e aí essa democracia é voluntarista - é pouco. Democracia é mais do que isso. Não se esqueçam de que o chefe da maior ditadura sangrenta da América Latina - o Sr. Augusto Pinochet - fez vários plebiscitos e ganhou todos. Por isso, virou um democrata. Democracia é aprimorar as estruturas. E achamos muito justo permitir que as pessoas sejam reeleitas uma vez, como em todos os cargos do Executivo neste País. Agora, para o resto da vida não contribui para a democracia, piora. (- Palmas.)

A Sra. Presidente - Pergunta de Adriana Valéria Pessoa, da Associação Mineira de Arte-Educadores: "A senhora falou em contemporaneidade. Nada mais contemporâneo do que a contribuição da arte na formação do educando. Há pelo menos 15 anos temos vivido e sentido a desvalorização da área nas nossas escolas, não só o seu achatamento nos currículos como a falta de estrutura física e material para o desenvolvimento da disciplina. Como viabilizar a real inclusão da disciplina Artes nessa nova proposta de educação?"

Pergunta de Mozart Vítor de Carvalho, Diretor da Escola Estadual Dr. Osmar Bicalho, de Cristais: "Foi garantido aos Diretores eleitos com dois mandatos o apostilamento. Agora, quase no final, o Governo quer mudar as regras. Trabalhamos e assumimos, às vezes, compromissos futuros. Essa é a nossa expectativa. Como fica o apostilamento desses diretores que estão vencendo o segundo mandato?"

A última pergunta é a seguinte: "Meu nome é Conceição Miranda, da Escola de Educação Especial Yolanda Martins Silva. Tenho pensado que sou um anjo, pois não sei como ainda estamos - os companheiros, as companheiras e eu - conseguindo conviver com a precariedade de nossas condições materiais de trabalho e um perfil profissional que parece estar em eterno estudo. Quais os encaminhamentos, metas e intencionalidade do Governo do Estado quanto à construção de bases legais e materialidade no que se refere à educação especial? Tem-se pensado em uma legislação especial que atenda e acompanhe a especificidade dessa modalidade de educação?"

A Sra. Maria José Feres - Quanto à questão da arte como disciplina, gostaria de lançar para quem fez a pergunta e para o Plenário um outro desafio. Não sei se esse é o caminho. Temos discutido muito sobre começar a trabalhar, de fato, com área de conhecimento e de forma interdisciplinar. Quer dizer, se criarmos, introduzirmos ou obrigarmos mais uma disciplina, continuaremos trabalhando na concepção da grade curricular, da grade horária, com esse currículo entupido de coisas, como se fosse por esse entupimento que nosso meninos saíssem mais ou menos sabidos da escola. Então, se tenho - pelo menos, é o meu caso - que a função da escola é formar ser humano... Como disse a companheira do CNTE, a mudança de concepção interfere na vida da escola como um todo: no processo de avaliação e na organização do espaço, do tempo e do currículo. Penso que essa concepção de escola torna a arte imprescindível. Não como uma disciplina que vá ocupar um ou dois horários durante a semana, mas como uma atividade que deve ser desenvolvida permanentemente, de forma interdisciplinar. Não consigo formar o ser humano sem cultura, sem sensibilidade, sem arte.

Sobre o apostilamento especial, repito que o Governo mandou à Assembléia um projeto de lei que acaba com o apostilamento especial para os Diretores de escola. Vejam bem: não se trata do apostilamento do funcionalismo do Estado, mas daquele que era só para Diretores de escola - com duas nomeações e duas exonerações -, que achamos que, de fato, não é justo.

Para aqueles que já entraram e que terminariam seu mandato até o final deste ano ou janeiro de 2000, a Deputada até me lembrou que algumas negociações estão sendo feitas com a Assembléia Legislativa. E não há nenhuma objeção, por parte do Secretário ou do Governo, que enviou o projeto, a essas negociações. Bem, parece-me que uma delas seria para garantir a expectativa do direito. De fato, por lei, o que se garante é o direito adquirido, mas uma das negociações seria para se garantir a expectativa do direito. Nesse caso, os Diretores que estão terminando seu mandato, para fazer jus ao apostilamento, teriam essa expectativa de direito respeitada, por emenda que será proposta pela Casa ao projeto do Governo. Não é isso, Deputado Rogério Correia? Seria bom se o senhor quisesse ajudar a esclarecer o apostilamento, pois é uma questão polêmica, em que todos estão interessados.

O Deputado Rogério Correia - Quando o Governo enviou o projeto, ele terminava com o apostilamento especial. Foi esse o projeto. Mas recebemos diversas reclamações e reivindicações de várias pessoas, algumas que defendiam o apostilamento como norma e outras que, embora não o defendessem, argumentavam que já existia um direito quase adquirido. Afinal de contas, quem está inteirando o segundo mandato teria direito a esse apostilamento integral agora em dezembro. Portanto, seria modificar a regra do jogo no qual entraram, disputando duas eleições, a três ou quatro meses do fim, na dependência da aprovação da Assembléia. E achamos que era razoável a reivindicação de que os que concorreram sabendo que a regra do jogo previa o apostilamento especial tivessem esse direito.

Como Líder do PT, procurei o Deputado Sebastião Navarro Vieira, do PFL, e o Secretário Murílio Hingel para discutirmos um possível acordo entre a Assembléia e o Governo do Estado, e acertamos a elaboração de um substitutivo, que já foi apresentado por nós - eu, Maria Tereza Lara, Sebastião Navarro Vieira e outros Deputados. Ou seja, esse substitutivo foi fruto dessa conversa com o Secretário Murílio Hingel.

O que ficou acordado? Que se manteria o apostilamento especial para todos os que estão concluindo o segundo mandato. Eles teriam o apostilamento integral. Quanto aos que estavam no primeiro mandato e vão poder concorrer às eleições, caso não ganhem as eleições, a lei diz que, após quatro anos, já têm direito de se apostilar proporcionalmente. Já quem tem um mandato de três anos não teria direito a nada do apostilamento caso não fosse reeleito. Então, acordamos que também nesse caso haveria o direito ao apostilamento proporcional: ele teria 3/10 do apostilamento.

Há uma ponderação a esse respeito, que está em discussão com o Secretário: que, em vez de 3/10, que era metade do tempo para o apostilamento especial, ele se apostilasse com a metade. O Secretário já sinalizou positivamente para isso.

O substitutivo é este: daqui para a frente termina o apostilamento especial, mantém-se o mesmo apostilamento que existe no serviço público. Para os que têm dois mandatos, fica garantido o direito ao apostilamento integral. Para os que têm apenas um mandato, ficaria garantida a metade do apostilamento, caso não viessem a ser reeleitos.

Foi esse o acordo estabelecido junto ao Secretário, o qual prevê também que a Secretaria enviará à Assembléia Legislativa, até o início do ano que vem, um plano de carreira para a educação, compromisso esse que ele assumiu também junto aos Deputados, porque não basta acabar com o critério de apostilamento.

Acho justo que ele termine, mas é justo desde que haja perspectiva para que todos os trabalhadores da educação tenham um plano de carreira, para que todos eles tenham acesso à carreira. A negociação feita com o Secretário foi essa. Certamente, nos grupos de trabalho, isso será discutido, para que possamos avaliar se essa seria a posição mais correta. (- Palmas.)

A Sra. Maria José Feres - Quanto a ter uma educação especial, estamos estudando uma política própria. Um grupo de trabalho já apresentou relatório sobre isso. Há o maior interesse da Secretaria nessa área. Já que entendemos educação para todos, temos de ter uma rede de educação especial mais bem equipada e com melhores profissionais.

A Sra. Presidente - O companheiro Deputado Rogério Correia já explicou todo esse processo, e estamos participando também efetivamente. Inclusive, assinamos com ele esse substitutivo.

A pergunta agora é para o Hilário: "Como você, enquanto membro do Sind-UTE, defende que o designado concorra ao cargo de Diretor de escola? Você deixou claro que, enquanto designado, o servidor não tem vínculo com o Estado". A pergunta é de Maximínio, professor de História, de Malacacheta.

O Sr. Antônio Carlos Hilário - É até interessante essa pergunta, porque aprimoramos no conteúdo, com base na concepção que nós temos de direitos. Numa lógica aritmética, com pressupostos de lei, a pergunta tem pertinência, porque, se ele não tem vínculo, como pode ser eleito? Mas na lógica de direito, o que acontece? No momento em que ele está designado, está na escola, ele tem de ser tratado como um educador, independentemente do vínculo que tenha, se é um vínculo frágil ou se é mais sólido, porque ele está desenvolvendo um serviço de educação. É a mesma lógica que temos no modo de tratar o auxiliar de serviços, de secretaria e todos os educadores; por isso defendemos o quadro único na educação. Com essa perspectiva, queremos trabalhar com a Secretaria.

O designado, estando no exercício da função - ele já é penalizado por não ter o vínculo sólido -, não pode ser penalizado duplamente ao também não poder ter os mesmos direitos que teria como efetivo. Para nós, na lógica do direito, ele também poderá concorrer, já que está naquele local de trabalho e desenvolve funções idênticas às do efetivo.

A questão do concurso continua seguindo essa mesma lógica: é necessário fazê-lo imediatamente, até para evitar as distorções que possam acontecer.

O Sr. Antônio Fuzatto - A pergunta é para a Maria José: "Primeiramente, legislando em causa própria, uma vez que sou Inspetor Escolar, pergunto por que o Inspetor não foi incluído na eleição, a que podem concorrer quase todos".

A outra questão diz respeito ao plano de carreira: "Estou quase me aposentando, e todo ano há discussão sobre plano de carreira, que nunca acontece. Nós, funcionários públicos, somos pós-graduados em plano de carreira, de tanto discuti-lo. O Sind-UTE já entregou todos os Governos. Estão aqui o Rogério e o Hilário, que sabem disso. Não consigo entender esse entrave. E acho que, por um bom tempo, continuará assim. Gostaria que você, Maria José, enquanto Secretária Adjunta, assumisse conosco o compromisso público de resolvermos o problema do plano de carreira, de cuja discussão já estamos exaustos. Sei de suas complexidades, mas acho que o plano de carreira tem que sair do papel de vez. Sei que não será dos melhores, mas que seja feito. Depois, vamos consertando. Gostaria que você nos falasse sobre isso".

A Sra. Reny Aparecida Batista - Sou Reny, de Ipinga, cidade onde já experimentamos uma escola diferenciada, uma experiência muito boa, que apresenta seus problemas, mas temos expectativa de melhoras.

Ouvindo vários comentários referentes àquela pesquisa da revista "Isto É", em que afirmam que alguns educadores passaram a ser "bons partidos", fico pensando: se tivesse que manter meu companheiro recebendo o salário que recebo, teria que trabalhar nos três turnos. E não seria beneficiada por meu investimento, já que não teria tempo de usufruir dele. Para mim, fica claro que é no mínimo hipocrisia dizer que nosso salário é digno em relação a nossas necessidades.

Realmente, percebo que é de extrema importância termos curso de informação e tudo aquilo a que o Hilário se referiu, assim como ter uma escola diferenciada. Mas, sem o meu fazer pedagógico, sem a minha motivação para a transformação dessa educação - e para isso preciso comer, preciso de casa, preciso ter saúde, preciso estar informada e informatizada -, não há como afirmar que estou sendo valorizada.

A pergunta é para a Maria José. Como é possível o educador garantir sua sobrevivência, qualificar-se e construir o conhecimento necessário em uma escola democrática e cidadã se a melhoria salarial anda a quilômetros de nós? Qual é, na verdade, a minha parte nesse bolo? Não falamos de salários, não falamos de números. Há salário para Deputado, existem números para todo o mundo. Quais são os meus números? Qual é o meu salário?

A Sra. Maria Catarina Laboré Domingues Vale - Maria José falou muito bem sobre a estrutura democrática, o que é muito importante. No entanto, ontem e hoje percebemos que, a todo momento, essa estrutura democrática não tem como prosseguir, porque tudo esbarra no Governo Federal. Temos que obedecer à soberania. Ora, nossa formação são 26 Estados ligados à União. E se Minas, agora, está pelo menos tentando essa luta com o Governo Federal, essa estrutura democrática só tem um ponto "x", que é nós, trabalhadores da educação, a partir de agora, começamos a fazer nossa história.

Até agora, não são só 10 anos de atraso, são quase 500 anos. Nós não temos a nossa história. Então, há uma coisa que gostaria de falar e que foi tratada com muita banalidade nas escolas, por determinados Diretores. É a questão da avaliação de desempenho. É uma verdadeira pouca-vergonha o que se faz na escola a respeito disso. (- Palmas.) Gostaria de saber como vai ficar isso no plano de carreira. O que é avaliação de desempenho do professor? Eu me pergunto: será que ter licenciatura plena, curta, doutorado, mestrado, será que isso é tão importante? É muito importante. Mas como se vai cobrar essa avaliação de desempenho? Engavetado? Houve um ano em que os companheiros começaram a avaliar um ao outro, e ninguém viu o resultado disso. Estou muito preocupada com essa questão.

Para o Hilário: como sou militante do Sind-UTE, em Divinópolis, tenho sentido o descaso, o marasmo da categoria. Eu te digo que nos encontros e seminários da ativa, nos que antecederam a este, por exemplo, no Legislativo Municipal, foi uma luta para levar companheiros. Ainda há Diretores que não deixam as informações chegarem até aos professores. Ainda existem escolas onde se tem que fazer uma lista, como, por exemplo, vamos paralisar amanhã? O primeiro turno concorda? O segundo turno concorda? O terceiro turno concorda? Ora, que absurdo. Então, gostaria que o Hilário fizesse uma avaliação para nós sobre como está essa luta, esse resgate, essa vontade de modificar esse quadro em todas as regiões do Estado, porque há lugares em que não chega nenhuma informação. Gostaria de conchamar os companheiros, porque temos todo esse poder e dever de mudar essa situação, porque, além dos Governos Federal, Estadual e Municipal, somos nós que temos toda a capacidade e o poder para mudar isso. Agora, temos que arregaçar as mangas. Gostaria de uma avaliação sobre como está essa situação no Estado.

A Sra. Maria José Feres - Por que os Inspectores não podem ser candidatas? A resolução exige - e isso é uma novidade relativa, não é tão grande - que os candidatas ao cargo de Diretor e à função de Vice-Diretor estejam em exercício na escola. Então, o Inspetor é lotado na Superintendência, ele não é lotado na escola. Ele pode, inclusive, mudar de uma escola para outra. Aliás, deve, eu penso. É bom também quando ele muda, quando vai de uma escola para outra. Penso que é ótimo, quando se trata da inspeção, como é importante também a inspeção criar vínculos com uma determinada escola. Mas, às vezes, é importante também que ela mude de escola, para tornar a inspeção mais dinâmica, talvez mais democrática, e assim por diante. É por isso que o Inspetor não muda. Inspetor, para ser Diretor de escola, vai deixar de ser Inspetor, evidentemente.

Sobre a questão do plano de carreira, junto com o Fuzatto, que hoje está na assessoria da Superintendência de São João del-Rei, estamos fazendo todo o esforço possível. Esse é o objetivo do Secretário, que esse plano seja enviado à Assembléia até o início do ano que vem. Acho que isso é essencial até para se fazer concurso. Quando o Hilário diz que não é preciso esperar para se fazer o concurso, digo: concurso para ingressar onde? Em que carreira? De que maneira? Então, acho importante haver uma carreira, até mesmo diferente desta que existe hoje, até para que possa haver o concurso. Se isso acontece há muito anos no Estado - imagino que deva acontecer, mesmo -, imagino que não seja uma situação fácil de resolver. Penso que temos que ter a humildade de reconhecer que é difícil, a humildade de reconhecer as complicações para poder, com a disposição política, superar essas dificuldades. Deve haver a competência técnica, também. Não adianta só a disposição política. Temos que ter disposição política, mas também temos que ser competentes. Com essas duas coisas, conseguiremos superar essas dificuldades e ter esse plano, o mais rápido possível, aqui na Assembléia Legislativa.

Sobre a questão do salário, acho que, de fato, é preciso valorizar o professor salarialmente; não só o professor, mas todos os profissionais da educação. Não tenho nenhuma dúvida a esse respeito. Também não tenho nenhuma dúvida de que não depende só disso para que ele tenha compromisso.

Vamos conversar, agora, sobre a avaliação de desempenho. Fui Presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES -, quando ela nem era sindicato, ainda. Como tal, comande a greve das universidades e assisti a situações muito interessantes. Vi as universidades conviverem com tabelas salariais altas, médias e baixas. Em poucas pessoas, vi mudar o comportamento profissional e o compromisso com a instituição, dependendo da oscilação salarial.

É preciso, sim, valorizar o salário do professor, mas é preciso também ver claramente que ele sozinho não é a grande solução, porque, se fosse, bastaria um bom aumento salarial para termos um exército de pessoas comprometidas com a educação. Temos que ver isso com clareza.

A companheira que falou da avaliação de desempenho está absolutamente correta. É preciso que isso apareça na carreira de forma sistemática e criteriosa.

Na organização do tempo escolar, tenho dito, em vários auditórios, que nossa cultura da avaliação é tão autoritária que todo mundo tem medo dela. O pior é que continuamos reproduzindo esse medo sobre nossos alunos. Normalmente, a avaliação está vinculada a castigo, a punição, a classificação. Todos têm medo de ser avaliados. Gostamos de avaliar os alunos e de reprová-los, mas não gostamos que nos avaliem, não gostamos que avaliem a escola.

Temos que caminhar para um processo de avaliação geral, que envolva alunos, escola e professores, mas tenha o caráter de diagnóstico, que não é o de punir, de castigar ou de classificar, mas o de redimensionar os rumos do processo pedagógico. Isso deve servir tanto para avaliar professores como para especialistas e para as crianças, que, pobrezinhas, muita gente acha que podemos reprová-las à vontade. Particularmente, sou contra. Não vou entrar nessa polêmica, mas sou adepta da progressão continuada. Não sei como vai ser a avaliação, mas acho que ela deve estar ligada a todo o sistema de avaliação.

Lançamos, recentemente, o Sistema Mineiro de Avaliação, envolvendo alunos, por enquanto somente numa experiência piloto, com duas superintendências regionais, a 18ª e a 23ª. Nossa idéia é aprimorar o sistema, de tal maneira que se envolvam várias universidades, como instituições avaliadoras, e que se tenha um vínculo direto com a participação dos profissionais do Estado.

Avaliação tem que ser participativa e democrática. É preciso criar uma cultura de avaliação positiva, que vise não só a avaliar os alunos, mas também a instituição e o trabalho docente, e que trabalhe com "n" indicadores diferentes. É muito importante que seja um sistema participativo e democrático. Isso, sem nenhuma dúvida.

Alguém disse que a estrutura democrática sempre esbarra no Governo Federal. Não é só no Governo Federal que ela esbarra. Vejamos, por exemplo, o Plano Nacional de Educação - precisamos ficar de olho nisso. O substitutivo já está correndo, eu o li. Há muitas metas, justas e interessantes, mas, para mim, só para começar, ele traz dois defeitos gravíssimos. O primeiro é que o ensino fundamental, e não a educação básica, continua sendo a grande prioridade. Há hora em que se fala em oito anos, há hora em que se fala em nove anos. Ainda há essa contradição, e o pior, ele não trabalha com o financiamento da educação básica, sendo que é por aí que precisamos começar: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Segundo defeito: o substitutivo não trabalha bem o financiamento, de novo. Ou seja, vamos ter um Plano Nacional de Educação para mais dez anos, que não sabemos, ao certo, como será financiado. Fala-se em 7% do PIB, fala-se para os Estados pegarem os 10% do recurso que não está vinculado ao FUNDEF e aplicar prioritariamente no ensino médio, como se a gente já não soubesse que isso não dá, que isso não resolve, que não é por aí que se vai universalizar o ensino médio.

Como vêem, salário e educação, como um todo, passam pelo financiamento geral da educação. Não temos como fechar os olhos para isso.

Como vamos resolver isso? Só com o Governo? Só com a Secretaria da Educação? Só com o Governador Itamar Franco? Não. De fato, é necessária a organização da sociedade, exigindo que se responda essa questão do financiamento. Senão, o PNE corre um risco sério, no meu entendimento. Estou dizendo isso porque já falei com quem tinha que falar. Ele corre o risco sério de ser mais um plano que vai para a gaveta. Se não conseguirmos decidir claramente, como o Brasil, a União, os Estados e municípios vão financiar todas as metas previstas para os próximos dez anos?

Se ficou alguma questão sem responder, estarei à disposição lá fora. Mais uma vez quero parabenizar a Assembléia Legislativa, agradecer a todos que participaram deste debate, em particular as contribuições do companheiro Hilário e da Sra. Maria Tereza, que estiveram conosco, e dizer a vocês que na Secretaria da Educação sempre estamos à disposição para discutir e, se for o caso, mudar de idéia. Isso é muito importante para aprimorar os processos. Enfim, é uma porta aberta ao diálogo, aberta à democracia e aberta à nossa convivência. Muito obrigada.

O Sr. Antônio Carlos Hilário - Tentarei ser rápido. Em relação à pergunta sobre mobilização, quero dizer que concordo. Se as pessoas não arregaçarem as mangas, não chegaremos a lugar algum. As marchas são importantes, porque a nossa luta deve se dar, no plano estadual, com o Governo, que nos deve muito e, no plano federal, com o Governo Federal, que complica a situação dos Estados e municípios.

Como parte dessas mobilizações, teremos a greve geral, marcada para o dia 10 de novembro. Isso faz parte de uma estratégia de mudar o rumo da política econômica, para que possamos ter condições de vida mais dignas.

A Maria José deu uma justificativa sobre os concursos, mas não dá para ser assim. Ela diz: "concurso para colocar onde?". Onde já sabemos. Se há 50% de designados, há 50% para serem colocados aí.

O pior é a lógica trabalhada por ela, que é a de dizer que não fará o concurso enquanto não houver plano de carreira. Assim não dá. Desculpem-me a expressão, mas assim nos ferramos duas vezes, por não ter o plano de carreira e, por causa disso, não ter o concurso. Há uma incoerência nisso. Já entregamos ao Secretário a nossa proposta de plano de carreira, assim que ele tomou posse, no dia 26 de janeiro. Por que até o presente momento não se iniciou essa discussão? Não haverá concurso por causa disso? Então, ficaremos mais dez anos sem concurso, porque, nessa lógica, ficaremos mais dez anos sem plano de carreira.

Por último, quando ela justificou que não traria nenhum prejuízo para a educação a equipe econômica fazer a discussão geral sobre salários, gostaria de dizer que a legislação do FUNDEF diz que a gerência dos recursos do Fundo tem de ser feita pelo Secretário da Educação, não pode ser por uma equipe econômica. Essa responsabilidade é da Secretaria.

Concordo com ela quando diz que apenas resolver o problema de salários não resolve a questão da qualidade. Porém, afirmo que sem resolver o problema de salários também não se chega a nenhuma perspectiva de qualidade.

De acordo com a Resolução nº 3, Parecer nº 10, do Conselho Nacional de Educação, com base, inclusive, nos recursos do FUNDEF, o piso salarial já deveria ser hoje R\$373,00. Há uma dívida até mesmo com relação à própria legislação, ao salário que tem por base o FUNDEF. E a projeção já é de um salário de R\$427,00 de piso para o P-1 no ano que vem. Quer dizer, o próprio Governo já está com uma defasagem salarial. É por isso que a mobilização é que fará com que eles de fato saiam do discurso e venham para a prática.

A Sra. Norma Lambertuci - Eu me sinto preocupada com a questão do encaminhamento do debate hoje, porque as pessoas como eu, que fizeram perguntas orais, não foram incluídas. Eu gostaria de sugerir, para os próximos encontros, que ou se limite o número de perguntas ou se coloquem perguntas do Plenário e perguntas inscritas. Eu faria uma pergunta oral. Não sei o que houve com a minha inscrição e não tive espaço para fazê-la. Ou então que não se abra espaço para o debate, e teríamos simplesmente uma palestra.

A Sra. Presidente - Muitas perguntas não foram feitas, tanto escritas quanto orais, por causa do tempo.

A Sra. Maria Tereza Leitão de Melo - Antes das minhas considerações finais, eu gostaria de fazer um comentário a respeito da intervenção de Reny, de Ipatinga, que não foi a primeira vez que veio a Plenário. É a questão da pesquisa que foi feita tendo como parâmetro o FUNDEF e que estaria tendo influência na vida das professoras nordestinas. Como professora nordestina, quero dizer que não queremos ser "bom partido" para quem deseje se casar conosco porque ganhamos bem, primeiro porque isso não é regra, não é parâmetro para se escolher uma companheira para a sua vida. E segundo, porque é absolutamente falso. Os salários que porventura foram reajustados até em 100% eram de R\$30,00, R\$40,00 ou R\$50,00. Realmente foram reajustados para R\$60,00, R\$80,00 ou R\$100,00. Perguntamos: no que se refere à dignidade humana e profissional, qual é a diferença entre ganhar R\$30,00 e passar a ganhar R\$60,00 por mês? A bandinha do FUNDEF, que se aproveitou até da nossa cultura, do ciclo junino, para ficar propagandeando o que o FUNDEF fez pelas professorinhas nordestinas, não passa de mais uma falácia e de mais um verdadeiro descrédito que o FUNDEF está, com certeza, consolidando. Não há mais quem defenda o FUNDEF com a ênfase que defendia há alguns anos.

Por fim, quero agradecer o convite, desejar êxito ao seminário, e que estes momentos possam ser potencializados para a nossa luta na escola, no debate, na rua, na paralisação do dia 10, como foi a do dia 6 de outubro, sempre na defesa intransigente e radical da escola pública de qualidade para todos nós. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Eu queria me unir à Maria Tereza para dizer que isso que foi falado contra nós manifesta machismo e discriminação. Fica o nosso repúdio, em nome da mulher mineira, ao que foi dito, de que seríamos "bom partido". Não se falou especificamente de Minas, mas do Nordeste. Isso atinge toda mulher brasileira, e não podemos aceitar isso de forma alguma.

A Sra. Maria José Feres - Eu fui citada pelo companheiro Hilário, carinhosamente. Carinhosamente, também gostaria de responder. Temos que ter disposição política e competência técnica. Eu frisei isso. Só uma coisa não resolve: chega de tampar buracos neste Estado. Chega de fazer remendos. É por fazer remendos que não temos carreira até hoje. É por fazer remendos que temos 50% do corpo docente do quadro do magistério composto por designados. Então, para se realizar um concurso público hoje é preciso levar em conta um processo de municipalização que está em curso e ter uma projeção clara disso, saber qual é a necessidade de vagas reais e dizer onde as pessoas irão ingressar.

A Maria Tereza, do CNTE, foi muito feliz quando disse que o plano de carreira sinaliza exatamente o tipo de profissional que queremos, como ele deve trabalhar e qual é a

valorização que ele terá. Não posso recrutar quadros sem poder dizer como ele será. É assim que eu penso. A coisa é séria. Não podemos fazer demagogia. Não podemos sair fazendo concursos para acontecer a mesma coisa que já acontece hoje. Acho que isso não é legal.

A Sra. Presidente - Agradecemos a todos aqueles que tiveram a paciência de permanecer aqui até o final e vamos dar alguns avisos que interessam aos grupos que trabalharão à tarde. Antes, agradecemos também aos palestrantes, à Maria José Feres, à Maria Tereza, ao companheiro Hilário, ao Deputado Rogério Correia e a todos os Deputados que aqui estiveram, bem como a cada um de vocês. Quero ainda pedir desculpas à companheira que reclamou. Sabíamos que haveria essa insatisfação quanto às perguntas, porque foram muitas, tanto escritas quanto orais. Assim, sugiro que no trabalho de grupo vocês coloquem essas questões que não foram abordadas hoje, para que entrem em discussão no seminário e no Plenário: as moções, os questionamentos e as colocações de aprovação das atitudes que acharem que devem ser adotadas. Assim, de público, peço desculpas à companheira, mas isso não aconteceu por irresponsabilidade nossa, mas pela circunstância.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 46ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 20/10/99

Presidência dos Deputados José Milton e Antônio Carlos Andrada

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - 1ª Parte: Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras da Sra. Dalila Andrade Oliveira - Palavras da Sra. Glaura Vasques de Miranda - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento - 2ª Parte: Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras da Sra. Maria Stela Nascimento - Palavras da Sra. Samira Zaidan - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Milton) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Rogério Correia, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

1ª Parte

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Dalila Andrade Oliveira, Sub-Chefe do Departamento de Administração Escolar da FAE-UFMG; e Glaura Vasques de Miranda, Vice-Presidente da Câmara de Ensino Fundamental do Conselho Estadual de Educação.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, hoje com o tema "Desafios e Perspectivas da Educação Pública em Minas Gerais - Gestão Democrática".

Palavras da Sra. Dalila Andrade Oliveira

Bom dia. Quero cumprimentar todos os presentes pelo esforço em estar aqui com tanta dedicação, trabalhando com um tema tão importante como o é a educação em Minas Gerais.

Queria também saudar o Legislativo pela iniciativa, pois considero que este é um passo importante para construirmos, de fato, a gestão democrática da educação no Estado. Acho que essa iniciativa é louvável e deveria servir de exemplo para os outros Estados.

Quero também agradecer o convite que me foi feito pela Assembléia para estar aqui trazendo algumas das minhas reflexões sobre o tema. Não sei se vou poder contribuir com alguma coisa, porque, pelo que vi dos documentos, os trabalhos já estão bem avançados. Mas já é válido poder estar aqui trocando idéias.

Meu tema é "Gestão Democrática na Educação". Gostaria de começar situando o momento em que ele aparece enquanto conceito na educação. A gestão democrática vai aparecer como conceito a partir da Constituição Federal de 1988, no art. 206, como um dispositivo constitucional. A partir daí, ela começa a ter interpretações nas constituições estaduais. Na sua regulamentação, no âmbito dos Estados, ela sofre algumas variações de interpretação, mas é algo que pretendo desenvolver um pouco mais à frente.

Ela aparece na Constituição Federal de 1988 como um conceito, mas, na verdade, ela foi uma conquista que a Constituição consolidou. Foi uma conquista dos movimentos organizados em defesa de uma educação pública de qualidade e democrática. É necessário que contextualizemos historicamente essa luta.

A construção do sistema nacional de educação no Brasil ocorreu durante as décadas de 50, 60 e 70, a partir de um padrão autoritário de gestão. Era um conselho pensado de cima para baixo, de forma burocrática, vertical e centralizada. O planejamento central era a forma e a metodologia para se pensar a educação no País.

Naquela época, era impensável se fazer uma educação que partisse da escola, da base para o topo do sistema. As coisas eram pensadas por especialistas, de cima para baixo.

Esse padrão autoritário de gestão vai ser ainda mais reforçado durante o regime militar. Vamos perceber que isso vai repercutir na escola, numa gestão também tecnocrática e burocrática.

O termo "gestão da educação" não era usado, era preferível o termo "administração", porque ele passa a idéia de que é algo técnico. A gestão traz embutida a noção do conflito, da disputa, da diferença de interesses; então, por isso, o termo administração era mais utilizado. Administração educacional era tida como uma questão técnica. Enquanto tal, ela deveria ser executada por especialistas, por pessoas que entendessem de administração.

O que era entender de administração da educação naquele momento? Não era algo muito diferente de entender de administração de empresas, era ter assimilado os princípios da administração científica do trabalho, que, no caso da educação, tinha mais a ver com as idéias de Taylor e Fayol. O especialista da educação era o administrador escolar. A formação dele era pensada como uma formação técnica. Se tivesse o domínio desses princípios, dessas teorias, era considerado alguém capaz de administrar as escolas.

Só que isso também não se dava só pelo caráter técnico. Este, na verdade, era um subterfúgio, uma forma de justificar algo político que ocorria nas escolas, não um político entendido como a possibilidade da explicitação do conflito, mas da indicação. Por isso, acho que, ainda uma vez, devemos louvar a atitude desta Casa de estar discutindo a gestão democrática na educação.

Sabemos que, durante muitos anos, neste Estado, os Diretores escolares foram indicados por Deputados, por apadrinhamento político. Ele deveria ter conteúdo técnico, em princípio, mas teria de ter também apadrinhamento político.

É claro que, em todas as regras, há exceções. Não estou dizendo que essa foi a única forma pela qual, durante décadas, o Estado de Minas Gerais escolheu suas Diretoras escolares. Esse era o contexto anterior à Constituição Federal de 1988.

Em 1972, com a Lei nº 5.692, amplia-se o direito à educação substantiva, quando o direito à educação pública e gratuita passa de quatro para oito anos. Porém, havia um limite de idade. Eram oito anos de escolaridade, desde que o indivíduo tivesse de 7 a 14 anos. Mesmo com esse limite, a ampliação do direito à educação implicou num crescimento súbito da infra-estrutura das redes públicas de ensino. Isso fez com que o sistema público de ensino padecesse de desordenamento, de falta de planejamento e de crescimento muito contraditório, sobretudo porque se deu sob um regime militar. Portanto, trazia, também, as contradições do regime. Esse momento do crescimento da rede vai fazer com que a escola pública no Brasil se popularize, cresça e atinja um caráter de massa.

É com essa ampliação dos sistemas públicos de ensino que, no final da década de 70, assistimos a manifestações sociais que deram origem à abertura do regime militar, contempladas nessas manifestações também a defesa de uma escola pública gratuita e de qualidade. Os trabalhadores da educação, e não só eles, porque esse movimento também envolvia a sociedade, vão lutar por uma escola pública democrática, de qualidade, para toda a população. Esse movimento denunciava o caráter autoritário a que me referia há pouco, esse caráter centralizado, verticalizado do sistema nacional de educação. E, ao denunciar esse caráter autoritário, demonstrava como nossa escola era excludente.

Hoje, ao chegar à Assembléia, observei uma faixa com os dizeres: "Por uma escola democrática e inclusiva". Essa é uma bandeira nova, muito recente, porque só podemos lutar por uma escola inclusiva se percebemos que é excludente. Isso só foi percebido no segundo momento desse movimento a que me refiro. No primeiro momento, o movimento lutava por mais vagas para todos, pela universalização do ensino, pelo acesso de todos à educação pública. Ocorre que, com os altos índices de evasão e repetência em nosso sistema público, o movimento começou a perceber que não adiantava só garantir que as pessoas entrassem na escola. Era necessário garantir que as pessoas tivessem condições de permanecer na escola. E permanecer na escola significava obter sucesso, ser aprovado, ser incluído.

Por isso acho que essa bandeira da escola inclusiva é muito importante. E, para que a escola seja inclusiva, é necessário que entenda o aluno, que o absorva, valorize sua experiência. A partir do momento em que se percebe que não adianta só garantir o acesso, mas também a permanência, percebe-se também como essa escola é autoritária, tanto em sua forma de gestão quanto em sua forma de ensinar e de avaliar o que é aprendido. Pensar a gestão democrática da educação não implica só pensar os mecanismos de gestão e de administração, implica também pensar as formas de inclusão dessa escola. Repensar a democracia na escola é abrir mão do autoritarismo, desde a relação professor-aluno até a relação escola-sistema, escola-comunidade. Nesse ínterim, o movimento levanta a bandeira de uma gestão democrática, de uma escola que universalize o ensino, receba os alunos e faça com que permaneçam nela, além de criar mecanismos mais participativos de gestão.

É por aí, então, que começamos a ver a bandeira por eleições diretas. Aquilo não era só uma bandeira. Sabemos que, mesmo em Belo Horizonte, houve escolas que chegaram a eleger o seu Diretor diretamente, sem que houvesse legislação em que pudessem se embasar.

Há também a constituição dos colegiados. O Estado de Minas Gerais foi pioneiro nessas conquistas. O I Congresso Mineiro de Educação, que ocorreu aqui, no início da década de 80, já colocava a proposta dos ciclos básicos de avaliação, que era uma forma de pensar essa escola mais inclusiva, menos excludente, uma escola que pudesse, pelo menos, dar ao aluno a possibilidade de que, nos dois primeiros anos de escola, pudesse ter um ritmo diferente, não precisasse, no primeiro ano, ser testado, em termos de ritmo de aprendizagem. Também já colocou a proposição de eleição direta para Diretores e a proposição da constituição dos colegiados.

Em 1991, o Governo de Minas Gerais iniciou uma reforma no Estado. Considero, a partir de algumas pesquisas que realizei, que, entre os anos de 1991 e 1998, Minas viveu uma reforma na educação, uma reforma que tem uma mesma característica, embora tivesse vivido dois Governos. Na reforma de 1991, o Estado de Minas Gerais interpretou esse dispositivo constitucional da gestão democrática. A interpretação foi regulamentada na Resolução nº 7.120, de 1993, em que ele interpreta como gestão democrática da educação a introdução, a implementação, na rede estadual, da gerência da qualidade total na educação. Essa gerência era pensada como um mecanismo de gestão que pudesse, segundo aquele Governo, romper com a estrutura autoritária da maneira como era feita. Daqui a pouquinho, vou falar dos limites desse entendimento. Essa reforma em Minas Gerais tenta atender a algumas bandeiras colocadas por esse movimento, só que com a interpretação daquele Governo, ou seja, não é exatamente a interpretação que, necessariamente, o movimento dava no momento em que inscreveu essas bandeiras.

A autonomia da escola, por exemplo, foi uma das prerrogativas dessa reforma e alguma coisa feita, sim, em torno dessa autonomia. Alguma coisa, não, digamos que mudanças significativas foram feitas em nome dessa autonomia, durante esses anos no Estado. Ela foi pensada em três aspectos: administrativo, pedagógico e financeiro. Vou dizer para vocês que a autonomia pensada nesses aspectos é limitada. Ela não pode ser pensada dividida assim. A autonomia é política, portanto não pode ser dividida entre administrativa, pedagógica e financeira. É necessário pensar elementos de autonomia nesses três aspectos, mas não se pode esquecer que autonomia é essencialmente uma relação política. Por isso, pensar em autonomia da escola não pode ser por decreto ou de cima para baixo. É necessário pensar em um ambiente político que faça com que essa escola construa sua autonomia. É nesse sentido que faço essa observação. Quais os limites que a autonomia dada, oferecida por essa reforma de 1991 a 1998 vai trazer? Excessiva regulamentação e as decisões sendo exteriores à escola. Esse é, para mim, o principal limite que a autonomia coloca para as escolas.

A autonomia administrativa, que nada mais é que descentralização administrativa, acabou por sobrecarregar a escola de tarefas que ela não estava preparada para receber e levou o Diretor a assumir uma posição de gerente captador de recursos junto à comunidade e aos setores empresariais, de modo a conferir à escola uma existência melhor.

Essa reforma trouxe, por outro lado, grandes conquistas, como o fortalecimento da direção da escola. Até pouco tempo, eu era mais crítica com relação à forma como a eleição era realizada no Estado. No início deste ano, participei de uma comissão de estudos sobre gestão democrática em nosso Estado, presidida pela Profª. Glaucia. Tivemos a oportunidade de consultar a comunidade sobre os colegiados e a eleição de Diretores. Descobri que a eleição de Diretoras, da forma como é realizada, tem até menos problemas do que eu imaginava. Não estou dizendo que não tenha problemas. Tem, e precisam ser corrigidos. Eu era contra a primeira etapa da prova, mas hoje já tenho dúvida. Pessoas que vivem a realidade da escola muito mais intimamente do que eu mostraram como é importante estar auferindo certos conhecimentos e conhecer o currículo do candidato. Enfim, eram questões sobre as quais eu ainda não tinha parado para pensar, e hoje estou amadurecendo melhor. Sem dúvida, a eleição direta para Diretores de escola no Estado de Minas Gerais foi uma grande conquista, que, aliás, serviu de exemplo para outros Estados. Eu mesma já fui a algumas partes do País falar sobre nossa experiência.

Esse mecanismo tem limites? Tem. O principal deles é que eleger o Diretor de escola, muda a forma de ingresso do Diretor, mas muda muito pouco a natureza do cargo. O Diretor continua centralizando poder. Quando digo poder, na verdade, é preciso saber que nem é tanto poder assim. O fato é que, na escola, mais se cumpre e mais se trabalha do que se criam condições políticas para se contrapor ou para inovar. Mas, seja lá como for, a natureza do cargo de Diretor continua a mesma. Muitas coisas ainda começam e terminam nele. E, se queremos pensar uma gestão democrática na escola, é necessário repensar o papel do Diretor. É necessário pensar mecanismos mais coletivos de direção da escola, pois é impossível gestão democrática numa escola dirigida por uma única pessoa. Não tenho propostas nesse sentido, mas tenho indagações a respeito.

Outra grande conquista no fortalecimento da direção da escola foi a constituição dos colegiados, que, por sua vez, também tem limites. O principal deles é a falta de tempo para os membros do colegiado. Como podem os professores e os funcionários da escola trabalhar no colegiado, sem que tenham, para isso, algum estímulo, como, talvez, liberação de parte de sua carga horária? Um professor que tem 30 horas semanais não poderia ter 5 ou 6 horas por mês para se dedicar aos trabalhos do colegiado? Estou dizendo números aleatórios, mas é preciso oferecer algum estímulo para as pessoas que vão fazer um trabalho tão importante quanto o que se faz na sala de aula. Não dá para sobrecarregá-las com tarefas diferentes. Isso as desestimularia.

Da mesma forma, os pais precisam de tempo para participar do colegiado. É preciso pensar como negociar com as empresas a liberação de algumas horas da jornada dos pais, pelo menos uma vez por mês.

Esse pai está cumprindo um papel social importantíssimo para todos na sociedade, que é ajudar a administrar a escola pública. Isso não é fácil, é uma tarefa difícil.

Concluindo, vou falar sobre os desafios para a implantação da gestão democrática em Minas Gerais. Em primeiro lugar, seria romper com a lógica do tecnicismo, de que eu falava, anterior à eleição de 1988, e com a lógica do gerencialismo, a gerência da qualidade total, que ainda está presente, ao se pensar o Diretor como gerente. Temos de romper com essa lógica.

Haveria uma lógica mais política, pensar a escola em toda a sua dimensão. Portanto, pensar a escola como um espaço de trabalho e de política, ou seja, de relações de conflito entre diferentes segmentos que disputam projetos diferentes, na construção do projeto pedagógico da escola. Mas esse projeto não pode ser um fardo. A sua estrutura metodológica não pode ser definida por consultores, não pode ser levada para as escolas para que elas o cumpram. Tem de ser construído da escola para o sistema, e não do sistema para a escola. Senão, vira obrigação, vira mais uma despesa para o Diretor tentar resolver.

Além disso, ele deve assumir uma lógica comprometida com a universalização do ensino, com a permanência dos alunos na escola. Não havia pensado dessa maneira, mas, ao entrar na Assembléia Legislativa, pensei como uma lógica inclusiva. Acho que essa é a palavra que mais bem define isso. Não podemos pensar que a gestão democrática começa e termina na escola, é necessário ampliá-la para o sistema. A Glaura deverá falar sobre isso. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Glaura Vasques de Miranda

Bom-dia a todos; Exmos. Deputados José Milton, coordenador do debate, e Edson Rezende, minha colega Dalila Andrade Oliveira, da UFMG.

Inicialmente, gostaria de agradecer o honroso convite para participar desta Mesa, externando não só a minha opinião sobre essa importante questão, a gestão democrática, que pode constituir um dos eixos fundamentais do sistema mineiro de educação, como também expressar algumas das posições do grupo que trabalhou comigo, no início deste ano, sobre a gestão democrática.

Em segundo lugar, devo comentar que este seminário constitui um exemplo de participação democrática e deve ser orientador de consultas à sociedade sobre políticas públicas na área de educação, não só pela forma como se organizou, pela participação de diversas entidades públicas e privadas ligadas à educação, como também pela interiorização das discussões que ocorreram antes da realização desta plenária e a votação de teses que vão ocorrer posteriormente aos debates. Quero cumprimentar todos os realizadores desse evento, especialmente a Assembléia Legislativa.

Com relação ao tema "Desafios para a Gestão Democrática nas Escolas de Minas Gerais", deveria começar mencionando que, desde o Congresso Mineiro de Educação, tem havido experiências muito significativas de participação da comunidade em discussões sobre políticas públicas. Caminhou-se muito em direção a uma escola democrática e a uma cultura política de gestão participativa nas escolas públicas de Minas Gerais. Isso se deu graças ao movimento de renovação pedagógica, que tem colocado, na pauta de suas reivindicações, a questão da gestão democrática. Tenho circulado um pouco por esse Brasil afora e vejo que essa bandeira da gestão democrática ainda é muito fraquinha em outros locais, apesar da consciência que cresce neste País de que só podemos nos desenvolver na educação com a participação ampla de toda a sociedade.

Mas, em Minas Gerais, acho que a implantação da gestão democrática, como a Dalila já enfatizou, deu-se principalmente pelo estabelecimento de eleições de dirigentes escolares e pela instituição de colegiados. Avançamos muito, mas essas estratégias ainda precisam ser aperfeiçoadas. Além disso, a sua implantação não se deu de forma homogênea em todo o Estado. Vários aspectos geram conflitos que não estão sendo resolvidos satisfatoriamente nas escolas. Não conseguimos ainda a participação da comunidade escolar, principalmente dos pais. Em todas as escolas, sinto a mesma reclamação: não conseguimos trazer os pais para uma discussão ampla. Mas vamos continuar lutando pela melhoria desses aspectos.

A gestão colegiada vem substituir modelos autoritários e centralizadores de gestão, trazendo em si a idéia do coletivo, da participação, em que as pessoas são envolvidas no processo decisório e trabalham num clima de cooperação e confiança. Há uma convicção de que pela ação coletiva a escola democratize suas relações, suas decisões, seus planos, seus processos, construindo a sua cidadania. Esse é o modelo de gestão democrática da escola que está sendo construído neste Estado. Tive a honra de presidir o grupo de trabalho sobre gestão democrática em Minas. E em seu relatório foram apresentados subsídios para o aperfeiçoamento dos processos de escolha dos diretores e dos colegiados de escolas. Nessa oportunidade foi feita uma síntese dos problemas relativos a essa questão, e foram oferecidas sugestões para aperfeiçoá-las.

Quero enfatizar dois aspectos que considero fundamentais: gestão democrática nas escolas não se esgota na eleição de Diretores e dos colegiados de escola. Inclui também uma verdadeira cultura democrática. E essa cultura passa pela construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola; passa por processos modernos de comunicação e informação, de avaliação institucional, de educação continuada, pelo grau de participação de todos os segmentos dessa escola; passa pela instituição do tempo de trabalho coletivo na escola. Quer dizer, não é só o tempo individual do professor na sala de aula com seus alunos, mas o tempo que o professor trabalha com seus companheiros na construção dessa cultura democrática dentro da escola.

Então, passa por novos mecanismos de gestão da escola. Por isso, todos os segmentos da escola têm de agir democraticamente. Não adianta eleger o Diretor de uma forma democrática para, no dia seguinte, ele começar agindo autoritariamente. Assim, é essa cultura democrática que, realmente, gostaríamos de sugerir que fosse uma preocupação daqui para a frente.

O segundo ponto refere-se à gestão democrática em todo o sistema mineiro de educação. Acho que os próximos passos que temos de dar em direção à cultura democrática, na área de educação, portanto, são muito mais amplos e passam do ponto de vista de que a gestão democrática não deve subscrever-se apenas na base do sistema, ou seja, nas escolas. Ela deve perpassar todo o sistema educacional de Minas Gerais.

Até o momento, todos os esforços têm sido dirigidos para a implantação da rede democrática nas escolas, a qual progrediu muito, sim, mas acho que, agora, temos de pensar que as aspirações da sociedade são para que tenhamos um sistema mineiro de educação totalmente democrático. E é por isso que penso que esse sistema mineiro de educação, que deve ser o articulador de todas as políticas e órgãos educacionais do Estado de Minas Gerais, deve adotar princípios norteadores e procedimentos de implantação de uma cultura democrática em suas ações.

E o que seria uma cultura democrática em um sistema mineiro de educação? Seria, por exemplo, a democratização de suas estruturas, principalmente de seus órgãos colegiados, com representação dos principais segmentos da comunidade escolar; adoção de princípios e processos de atuação democrática e de todos os membros dessa comunidade; mecanismos de consulta às pessoas e às comunidades sobre questões de seu interesse.

Este seminário é um exemplo de consulta feita de uma forma democrática em que todas as pessoas tiveram oportunidade de opinar.

Implica também transparência na tomada de decisões; implica a adoção de processos de comunicação e informação modernos, disponíveis para todos, e assim por diante. Então, instituir novos processos democráticos no sistema mineiro de educação sugere que pensemos, primeiro, nos princípios norteadores da gestão democrática.

Quero, para discutir essa questão, partir do significado de democracia para Bobbio: "É uma forma de governo na qual o poder é exercido pelo povo ou pelo maior número de pessoas". O próprio autor nos alerta para o fato de que, hoje, a idéia de democracia não pode ficar restrita à esfera política, devendo ampliar-se de modo a abranger toda a sociedade civil, com suas várias articulações, expressando-se mediante a instituição de procedimentos que permitam ampliar a participação dos interessados nas diferentes instituições sociais.

Então, partindo desse significado, considero que deveríamos discutir neste seminário o próprio sistema mineiro de educação como articulador de todas as políticas e órgãos educacionais do Estado de Minas Gerais, que poderia adotar princípios e procedimentos de implantação de uma cultura democrática.

Examinei, ontem à noite, o documento que foi preparado para este seminário, as propostas para o documento final, e verifiquei que ele sugere alguns princípios. O meu trabalho já estava escrito, mas vocês verão que muitos dos princípios que estou sugerindo estão contidos nesse documento.

O primeiro é o princípio da participação, previsto expressamente tanto na Constituição Federal quanto na LDB e fundamental para os profissionais da educação e para a presença da comunidade nos órgãos colegiados das escolas. Ele deveria ser complementado em Minas Gerais pela sua extensão a todos os órgãos do sistema mineiro de educação. O próprio Orçamento Participativo, que tem sido implantado em vários municípios e que começa agora a ser pensado em relação ao próprio Estado, parte do princípio da participação da comunidade na decisão de como devem ser aplicados os recursos públicos.

O segundo princípio importante é a formação para a cidadania. Ela deve ser estimulada pela prática da participação, com critérios construídos de acordo com o interesse da comunidade, quer seja essa uma escola pública, quer seja uma escola particular. Além disso, é necessário levar em conta que a cidadania não é coisa para o futuro, mas deve ser estimulada desde criança. A concepção de Paulo Freire a esse respeito é perfeita e expressa bem o que quero dizer com isso. Vou ler uma entrevista curta que ele deu na televisão: "A escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos, como um centro de deveres. A formação se dá dentro do espaço de tempo. O que caracteriza a escola cidadã é uma formação para a cidadania. A escola cidadã é a que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. É uma escola que, brigando para ser ela mesma, viabiliza ou luta para que educandos e educadores também sejam eles mesmos, e, como ninguém pode ser só, a escola cidadã é uma escola de comunidade, uma escola de companheirismo". Acho que essa citação é perfeita para expressar esse princípio da formação da cidadania, que deve estar presente nas nossas escolas, em nosso sistema.

O terceiro princípio é a transparência na gestão da escola ou na gestão de qualquer órgão colegiado ou executivo. Ela deve ser um princípio fundamental da prática democrática, capaz de demonstrar à comunidade envolvida que as decisões foram tomadas com seriedade no trato da coisa pública. Implica publicização das decisões, das discussões, das deliberações de todas as instâncias escolares e o acesso a todas as informações.

A adaptabilidade é outro princípio fundamental de qualquer instituição. Ela deve ser vista como a capacidade da escola ou de qualquer órgão público, como instituição, de promover mudanças em suas estruturas de organização e funcionamento, em vista das novas exigências sempre impostas pelos contextos social e educacional.

O pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas é um princípio constitucional também previsto na LDB e diz respeito à capacidade do sistema de admitir formas diferenciadas de organização tanto das atividades escolares como de outras formas de manifestação cultural.

No que se refere aos colegiados escolares, o pluralismo é muito importante por permitir que todos se manifestem e manifestem suas opiniões e as possíveis soluções para seus problemas e por permitir o convívio com a diversidade e com as múltiplas manifestações culturais.

A autonomia da escola - a Dalila já se referiu a ela, mas, por uma questão de sistematização, vou repetir - é outro princípio norteador da gestão escolar. Ele permite conferir às escolas um dinamismo próprio, dando-lhes competência para resolver seus próprios problemas, para explorar suas potencialidades e fixar regras para sua própria existência, dentro dos limites estabelecidos pelas instâncias superiores. Essa autonomia tem de ser pensada de forma integrada e articulada, sendo posta como uma possibilidade para a escola discutir seu próprio destino. Portanto, acho que a questão da autonomia é fundamental, embora considere importante chamar a atenção para que ela não signifique soberania, espontaneidade, voluntarismo, nem isolamento da escola do sistema social ou educacional. A escola tem de estar permanentemente em intercâmbio com a sociedade e com os órgãos que a mantêm.

Outro princípio fundamental é a liberdade de expressão de todos os segmentos da escola e dos órgãos públicos. Isso deve ser enfatizado como um princípio inerente à condição da democracia.

A equidade é também um princípio fundamental. Significa pensar em políticas públicas, seja no âmbito do sistema, seja no âmbito da escola, de forma a buscar, não necessariamente uma igualdade absoluta, mas critérios de atribuição de recursos a cada escola ou a cada aluno, segundo suas necessidades. Esse princípio foi enfatizado pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de Jontien. Acho esse assunto fundamental em nosso elenco de princípios.

A renovação também é um princípio fundamental que precisa ser introduzido entre nós. É um princípio importante em relação à direção dos estabelecimentos de ensino, porque permite contínuas mudanças na escola, não deixando que a rotina se instale. É importante também para todos os órgãos colegiados do sistema.

A flexibilidade supõe a capacidade de as políticas públicas de gestão democrática estabelecerem critérios e diretrizes e de oferecerem apenas orientações gerais, deixando às instituições escolares espaços para a adaptação dessas recomendações às suas necessidades.

Esses são alguns dos princípios fundamentais. Mas, além desses, teríamos que pensar em alguns procedimentos. Como meu tempo está acabando, vou terminar rapidinho. Poderíamos sugerir alguns procedimentos para que a gestão democrática seja um dos eixos fundamentais e norteadores do sistema mineiro de educação, pela inclusão de práticas de concretização de planos ou de linhas de ação, pela elaboração e pela execução coletiva dos autores envolvidos nos processos educativos. A democratização ou a instituição de uma cultura democrática no sistema pressupõe, primeiro, a existência de órgãos colegiados normativos superiores em cada instituição educacional, capazes de fixar as normas e diretrizes para o seu funcionamento, de acordo com as necessidades e com as aspirações da comunidade, e de tomar decisões coletivas em relação ao seu próprio funcionamento; a existência de órgãos colegiados regionais com funções coordenadoras e deliberativas; a adoção de princípios que deveriam orientar as políticas de gestão do sistema; a implantação de uma cultura democrática em cada órgão do sistema, que respeite os referidos princípios; o estabelecimento de critérios de representação e de participação nos colegiados superiores, nos intermediários ou de escolas; estímulo às escolas privadas, para que adotem alguns princípios de cultura democrática, sem prejuízo naturalmente dos interesses das suas instituições mantenedoras, como, por exemplo, a existência de colegiados internos, com a participação de pais, professores e alunos. A LDB fala em gestão democrática da escola pública. As escolas privadas acham que não precisam ser democráticas. Temos que estabelecer alguns mecanismos de gestão democrática, que possam ser utilizados nas escolas privadas como cultura extremamente desejável; criação de um fórum mineiro de educação, com a representação de todas as associações e instituições educacionais, inclusive da Assembléia Legislativa e da Secretaria de Educação, que se reuniriam periodicamente para deliberar sobre o Plano Mineiro de Educação e sobre uma avaliação global do próprio sistema.

Concluindo, gostaria de dizer que a real implantação de uma verdadeira gestão democrática nas escolas e no sistema é um dos passos fundamentais em direção a uma escola pública de qualidade, capaz de garantir o direito de acesso e de permanência de crianças e de jovens. É um trabalho de construção coletiva, que exige reflexão, disposição de ouvir, emitir opiniões e vontade política de substituir velhas práticas autoritárias por práticas de atuação conjunta, onde todos os envolvidos sintam-se informados, partícipes e integrantes do processo educativo, em qualquer esfera social em que estejam atuando. Muito obrigada.

Esclarecimentos sobre os Destaques

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates, quando os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas, por escrito ou oralmente, mediante a inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensando a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de três minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para a resposta.

Debates

O Sr. Presidente - Pergunta da Prof.ª. Roseana Schaper Ferraz, da Escola Estadual Tancredo Neves, de Almenara, dirigida à Prof.ª. Glaucia: "O professor efetivo candidato à vice-

diretoria de uma escola poderá candidatar-se à mesma função em outra escola? O professor designado formado em engenharia (RA4), autorizado, poderá candidatar-se à vice-diretoria?". Com a palavra, a Profa. Glaura Vasques de Miranda.

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - Para mim, é difícil responder essa pergunta. A nossa participação foi presidindo a comissão para oferecer subsídios ao Secretário. Entregamos a ele um relatório e depois perdemos o contato com o assunto. Ontem, à noite, recebi uma cópia da nova resolução que implanta, naturalmente, a eleição de Diretores no próximo período. Então, não sei os pormenores. É possível que tudo isso esteja previsto nessa resolução. Acho que temos de consultar a Secretaria, porque não tenho condições de responder. Estão dizendo aqui que está excluída, mas para mim é difícil dizer porque não estou com a resolução neste momento; e ela é cheia de pormenores.

O Sr. Presidente - Profa. Glaura, temos aqui uma pergunta da Sra. Maria Blandina Soares Miranda, Diretora da Escola Estadual Laudelina Dias Lacerda, de Almenara: "O professor designado pode candidatar-se à direção de escola? Essa candidatura estaria condicionada à não-existência do efetivo na escola ou independentemente desse aspecto?".

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - É o mesmo caso da pergunta anterior. É uma questão dos procedimentos que foram implementados. Acho que a resolução, possivelmente, poderá esclarecer esses pormenores.

Ao final dessa comissão que presidi, no momento da entrega do relatório ao Secretário, disse a ele que havia chegado a uma conclusão: em matéria de gestão democrática neste Estado, não há nenhum consenso entre as instituições que foram ouvidas; há posições completamente contraditórias umas das outras. Então, é muito difícil nos posicionarmos aqui sobre essas questões.

O Sr. Presidente - Gostaríamos de informar aos presentes que temos a resolução e vamos providenciar - não nesta primeira parte do debate, mas na segunda - uma cópia às pessoas interessadas. Assim, os Diretores, superintendentes e educadores que não a possuem poderão fazer suas consultas. Infelizmente, não deu para trazer essa cópia na primeira parte do debate.

A Sra. Maria do Carmo Frias, professora em exercício na Secretaria da Educação, dirige a seguinte pergunta à Profa. Dalila: "Considerando o histórico de lutas precedentes das conquistas para uma educação democrática, em sua opinião quais são os eixos instituídos ou a se instituírem na escola pública para a discussão, manutenção e ampliação da democracia na escola, verificada em ações intramuros e extramuros, ou seja, alcançando a sociedade?".

A Sra. Dalila Andrade Oliveira - Bem, Profa. Maria do Carmo, acho que a primeira coisa de que nossa escola pública está carente é de infra-estrutura material - e aqui estou considerando, inclusive, condições de tempo e trabalho para que as pessoas possam pensar a democracia na escola. Nas condições atuais das escolas públicas estaduais e municipais do Estado de Minas Gerais, é muito difícil pensarmos em uma gestão democrática homogênea. Acho que a primeira grande tarefa que temos é conseguir corrigir um pouco essas disparidades. O último relatório do SAEB, que é o Sistema de Avaliação da Educação Básica, do (...), demonstra que, no Estado de Minas Gerais, ainda temos muitas escolas que sequer têm fossa séptica, luz e água. Então, no momento em que vamos pensar a gestão democrática, a primeira condição em que precisamos pensar é a material - precisamos pensar em corrigir isso. Acho que equidade na educação se consegue corrigindo-se as disparidades, e não abaixando a patamares mínimos os lugares onde a situação já estava melhor.

A segunda condição é reconhecer a escola como uma unidade importante no processo - ou melhor, a unidade mais importante no processo educacional - e como um espaço de trabalho político. Isso quer dizer que, dentro da escola, os interesses não são únicos. No interior da escola, temos interesses distintos, aliás, temos interesses distintos em todos os espaços sociais. É assim que se constrói a luta na sociedade. Então, temos de reconhecer a escola como esse espaço e dar visibilidade a esse debate, dar condições para que essa escola possa se pensar de forma autônoma - autônoma nessa dimensão política. Para isso, é necessário entender aquilo para o que a Profa. Glaura chamou atenção: autonomia não é voluntarismo, não é fazer o que se bem entende. Gestão democrática não é dissociar uma escola do sistema e dela fazer a própria casa. Não. É pensar a escola integrada no sistema. Esse é um dos eixos.

Ressaltaria, ainda, a necessidade de pensarmos em como estimular a participação nesses ambientes, nesses espaços. E, aí, acho importantes pensarmos em duas questões. A primeira é a questão do tempo, tanto para os funcionários quanto para os pais. Essa é uma questão imprescindível. A outra é a questão da informação, pois ninguém quer participar de um colegiado ou de uma diretoria de escola onde não se decide nada; onde, ao chegarem, as questões já estão decididas, esperando apenas para serem homologadas.

O Sr. Presidente - Temos uma pergunta a ser feita oralmente pela Profa. Maria de Fátima Guimarães Saraiva, mas, antes de sua participação, encaminharemos à Profa. Glaura as palavras da Profa. Luci Imaculada Alves: "A gestão democrática é uma grande conquista. Devemos lutar para não perder o que construímos com tanto sacrifício. Devemos propor ao Legislativo que lute para que o tempo de trabalho de Diretores e Vice-Diretores seja considerado tempo efetivo de magistério, para fins de aposentadoria". Outro registro, também solicitado pela Profa. Luci Imaculada Alves, agora encaminhado à Profa. Dalila: "Concordo que devemos rever o processo de eleição de Diretores, mas isso não deve ser exclusivo. O que devemos propor é o fim do apostilamento, para que o aspirante ao cargo seja aquele que estiver engajado em construir uma escola com um ideal, sem se pautar em questões financeiras."

A Sra. Dalila Andrade Oliveira - Com certeza.

A Sra. Maria de Fátima Guimarães Saraiva - Bom dia a todos. Com muito respeito à competência da Mesa, gostaria de ter falado ontem, na presença do Sr. Secretário e também da Sra. Secretária Adjunta.

Não me espantam essas perguntas que vocês estão fazendo em relação à resolução, porque, no dia 14 de outubro, acho que eu era a única Diretora, dessas que agora vão ser até excluídas da participação do processo, a tomar parte dessa teleconferência no auditório da Assembléia. Não fui convidada. Vim porque vi pela Rede Globo, no domingo atrasado, uma propaganda, veiculada em um segundo, sobre essa teleconferência.

O Sr. Secretário aproveitou o recesso da escola para fazer essa teleconferência, para colocar essa resolução sobre o processo de escolha que, para mim, não passa de eleição de diretoras das escolas estaduais. Quando utilizamos do voto para escolha, é eleição. Se o pessoal que compõe a Mesa não sabe da resolução, quanto mais nós, que trabalhamos em escolas. (- Palmas.)

Tenho três minutos; ficarei menos. Estou aqui defendendo o nosso direito, de Diretora antiga da escola. Sou professora desde 1973, com muito orgulho, formada pela Fundação Helena Antipoff, que formava professores para a zona rural e que ensinava a fazer, fazendo; não é fazer atrás de mesa. Ensinava a fazer, fazendo, com a participação de todos que estavam envolvidos no processo. Já sou Diretora da Escola Estadual Maria Rita Duarte desde fevereiro de 1988, portanto há 12 anos. Fui professora durante 11 anos, mais 12 como Diretora; são 23 anos de profissão, com muito orgulho.

Quando assumi a direção dessa escola, ela era um casebre esburacado, com 212 alunos, e era fechada com uma cerquinha de arame farpado apenas do lado da rua. Sou de Juatuba, Distrito de Boa Vista. Juntamente com a comunidade - porque nunca fiquei angariando verba em Secretaria - , reformamos a escola, construímos seis salas de aula, um laboratório equipado e sala de professores. Reformamos a escola, o prédio antigo, do piso ao telhado. Implantamos o ensino médio, equipamos a escola, buscamos cursos para professores e funcionários dentro e fora da escola; buscamos parcerias com a Brahma, com o grupo Roda d'Água, com as empresas locais e montamos cursos para os alunos; de dança, de teclado, de informática e de marcenaria.

Como há Vereadores e Deputados ruins, Governadores e Presidentes ruins, também existem Diretores bons e ruins. Eu nem precisava estar falando, porque já estou apostilada, já passei dos dez anos de direção exigidos pela lei federal, mas estou defendendo o direito. Todo mundo está falando em gestão democrática, mas estão tirando-nos o direito de participar do processo. Como o Secretário disse, nem para Vice se pode concorrer, mas o próprio Sr. Newton Cardoso era Governador e é Vice atualmente. Todavia, não podemos participar nem do processo; e quem deveria decidir quem continua, ou não, é a comunidade escolar.

Nunca trabalhei sozinha. A Sra. Glaura falou que todas as escolas não têm participação. Convido-a para ir a nossa escola, que a Superintendência conhece, que a Secretaria da Educação conhece, que o Estado conhece, porque fizemos quatro programas do PROCAD mostrando o nosso trabalho, mas agora estão nos tirando o direito de, pelo menos, participar desse processo.

Ontem, muito emocionada, cheguei à nossa escola, e os pais e professores estavam decidindo que ninguém entraria no processo. A Secretaria vai nomear, como está no art. 49 da resolução, vai forçar alguém a assumir, porque nossa escola ainda tem esse respeito ao profissional. Nossa escola ainda é do tipo à moda antiga, que manda flores e que trabalha em conjunto. Obrigada.

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - É difícil responder a essa situação. Na verdade, não há consenso sobre essa questão, assim como não há uniformidade na implantação do processo de gestão democrática nas escolas. Há vários exemplos. O caso que ela citou pode ser um exemplo positivo de gestão democrática, mas há outros exemplos negativos que também precisam ser levados em consideração. Acho que a proposta de imprimir uma gestão democrática, também no sistema, evitaria essas divergências tão grandes. Conflitos e opiniões diferentes existem em todos os lugares. Como decidir que caminho tomaremos? Se tivéssemos órgãos de gestão democrática no próprio sistema, com uma participação mais ampla de toda a base, de todas as escolas, seria mais fácil chegarmos a uma norma, a uma proposição que ferisse, o menos possível, os interesses de alguns. Mas acho que não conseguiremos introduzir mudanças significativas sem desagradar a alguns. Agradar a todos todo o tempo é muito difícil.

O Sr. Presidente - Pergunta do Prof. Marcos Maurício dos Santos, do Sind-UTE de Coronel Fabriciano, com uma pergunta à Profa. Glaura: "Como construir um projeto político-pedagógico? Na fase teórica, somos mestres. Como desenvolver um projeto político-pedagógico num setor em que 50% dos trabalhadores são desvalorizados em todos os aspectos, inclusive em sua garantia de emprego; em que 50% dos trabalhadores em educação são bóias-frias do ensino?".

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - Marcos, concordo plenamente com você. Acho que a construção de uma escola democrática passa também pela valorização do profissional da educação. Valorizar o profissional da educação, mais do que pagar-lhe salário digno, significa emprego resolvido, e não instabilidade. Sou absolutamente contra a admissão de pessoal temporário, que se eterniza nos quadros das escolas.

Acho que a Prefeitura de Belo Horizonte dá um exemplo fantástico em relação a isso. Eu própria senti muitas dificuldades na minha pele: não ter um professor de matemática para colocar na sala de aula e receber os pais na minha sala perguntando cadê o professor de matemática. Fazer um concurso leva seis meses, mas, ainda assim, recomendo a todos que adotem o regime de concurso público para resolver essa situação dos professores. (- Palmas.)

O Sr. Ricardo Quinteiro - Dalila, não é bem uma pergunta, é mais para abrir o debate e discutir um pouco essa questão da prova, que você mencionou. Já que pensamos em incluir e eliminamos a exclusão, nos esquecemos também do processo de seleção. Então, vemos a prova como um processo de selecionar. Se estamos querendo incluir, estamos andando na contramão desse processo democrático. Outra coisa, já estamos discutindo que a prova para o aluno não avalia a capacidade de ele ser promovido na escola. Então, penso que já está na hora de descartá-la, principalmente porque todo trabalhador de educação, para ter acesso ao serviço público dentro da escola, já fez um concurso. Todo trabalhador de educação hoje está pedindo concurso público. Então, não vemos lógica em fazer mais uma avaliação através de prova. Isso vai, inclusive, eliminar as lideranças que existem dentro da escola.

Gostaria de dizer também que concordo com você quando fala que o diretor, apesar de ser eleito, ainda continua com aquela mesma figura, com aquela mesma imagem do diretor que era empossado em outras épocas, por outros Governos, pelos Deputados. Por quê? Porque as discussões que acontecem nas escolas são sempre no nível de que temos uma determinação da secretaria ou da superintendência, o que acaba bloqueando esse processo de discussão. O mais grave é que o diretor continua sendo, desde o primeiro processo do sistema de colegiado dentro da escola, membro nato do colegiado. Então, é ele quem vai, no final do debate, dar o voto de Minerva. Então, acreditamos que a eleição está num processo avançado. Esse processo de gestão hoje ainda não é o ideal, mas estamos caminhando para o ideal, porque acreditamos que essa figura de diretor hoje não é mais necessária dentro da escola. Ela vai, aos poucos, ser extinta, porque vamos caminhar para uma direção colegiada, não vamos mais precisar ter um membro, um braço do Governo para fiscalizar os trabalhadores em educação, se o serviço está sendo feito ou não. Todos nós estamos criando na escola, hoje, a consciência de que o trabalho precisa ser feito, que somos nós que estamos construindo, todos nós que estamos dentro da escola, toda a comunidade escolar. Então, a figura do diretor vai acabar sendo extinta.

A Sra. Dalila Andrade Oliveira - Prof. Ricardo, penso que temos mais acertos do que discordâncias, mas, em todo caso, venho pensando sobre algumas questões e acho que seria importante que, no momento em que fôssemos pensar em gestão democrática, considerássemos essas variáveis.

Não se faz gestão democrática sem avaliação. É lógico que temos que repensar novas formas de avaliação, mas não podemos, em hipótese nenhuma, achar que uma escola inclusiva não avalia alunos. (- Palmas.) Temos que avaliar nossos alunos, nos avaliar e avaliar o sistema e a escola. Só assim se faz democracia.

Não podemos eleger nossos representantes e, depois, lavar as mãos, deixando que eles façam o que bem entenderem. Escola inclusiva, para mim, não significa abrir mão da avaliação nem da seleção, de forma nenhuma. Aquilo que a princípio falei da escola inclusiva foi pensando na comunidade, mas sua gestão sem avaliação é impossível.

Outra coisa que defendo na gestão democrática é a possibilidade da revogabilidade de mandatos. A comunidade tem todo o direito de errar na escolha do Diretor. Se, em seis meses ou um ano de mandato, ele já tiver provado que não está fazendo o que se esperava dele, a comunidade tem que ter instrumentos para tirá-lo do cargo e eleger outro. Sem isso não há democracia. (- Palmas.)

Outra coisa em que aposto é nas assembleias gerais. Elas constituem o momento em que as escolas, coletivamente, podem se auto-avaliar. Como uma escola se auto-avalia? Não é sobre metas e princípios que foram tirados de cima para que ela cumpra, mas sobre metas que ela mesma estabelece. A escola precisa determinar onde quer chegar e em quanto tempo levará para isso. Com isso pronto, é possível se auto-avaliar. O processo da auto-avaliação é muito construtivo.

Com relação à prova para Diretor, eu, mais especificamente até fevereiro deste ano, pensava como você. Achava, por todas as razões que você citou, que não deveria haver prova no processo de eleição de Diretores.

Ainda não tenho posição firmada sobre isso, mas, na consulta que fizemos, pudemos constatar que muitas pessoas reclamam de Diretores que não conhecem o processo de trabalho da escola, caem ali de pára-quebras, ficam por dois anos, só pensando em se reeleger e sequer entendem as questões educacionais da instituição, sequer entendem a comunidade. (- Palmas.)

Sou também contra a prova. Não precisamos de prova que cobre conhecimento de legislação. Basta colocar na secretaria da escola uma assessoria jurídica para informar à Diretora sobre o assunto, quando houver necessidade.

Acredito numa seleção que afira o conhecimento do candidato sobre a realidade da escola e dos alunos, sobre os assuntos educacionais e sobre a política educacional. Sem isso, não há como alguém se tornar Diretor de escola.

É nesse sentido que venho pensando numa etapa que, pelo menos, garanta que o Diretor de escola seja um profissional técnica e politicamente competente. (- Palmas.)

O Sr. Waldir Araújo - Ficamos emocionados com o depoimento da companheira, porque o que está acontecendo em Minas Gerais é uma revolução da democracia.

A democracia reflete o gueto, a cidade pequena e também a cidade grande, como Uberlândia, onde temos Diretores com 18 anos de casa, fincados na escola. (- Palmas.)

Concordo que nenhuma democracia é pelo decreto, mas, se não houver algumas leis para ajudar, vai demorar mais 500 anos. Precisamos ter a sensibilidade daqueles que legislam.

Gostaria que a Profa. Glaura falasse sobre os mecanismos necessários à escola para acelerar e fortalecer a democracia, para que a escola seja mais feliz e o aluno e os pais queiram frequentá-la. O nosso sonho é uma democracia mais plena, para evoluirmos como cidadãos.

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - Sr. Waldir, o senhor tem razão. As leis ajudam, principalmente se são feitas de forma flexível e captando naturalmente as necessidades da comunidade. É o que a Assembleia Legislativa está fazendo, com este evento.

Para que esses mecanismos existentes na escola devem ajudar a democracia? O que estamos buscando com a escola? Queremos que as pessoas aprendam a ser cidadãos e sejam felizes. Concordo.

Estamos elaborando as diretrizes curriculares para Minas Gerais. Em que Minas Gerais é diferente de outros Estados? Podemos sugerir mineiridade? O que é ser mineiro? Mas esse não é o caminho.

Pensamos, então, que, além dos valores postos pelo Conselho Nacional de Educação, deveríamos enfatizar alguns outros valores. Um deles é a liberdade. Certamente, a liberdade está até na bandeira de Minas Gerais. Por que não escrever isso como um valor primeiro, a ser buscado e incutido nas crianças, por meio dos processos educacionais?

Outro valor é a justiça social, que hoje é uma preocupação de toda a população. A pobreza entrou na ordem do dia, mas o velho tema da justiça social pode fazer parte dos nossos valores. Por que não a felicidade, buscar a felicidade? Concordo plenamente com você. Temos de ampliar o debate na escola em relação a essa questão.

Mas devemos criar alguns mecanismos. Um é rever as estruturas organizacionais da escola. Nunca pensamos nisso, mas poderíamos pensar como manter uma estrutura organizacional que facilite as relações, acabe com a hierarquia, facilite os processos de informação na escola. Essa é uma questão que pode ser pensada.

Até hoje, temos estruturas padronizadas. Vamos sair delas. O projeto político-pedagógico da escola começa a nos ajudar nesse ponto. A Dalila disse uma coisa importante: hoje, na escola, não se pode separar administração de pedagogia, as duas coisas estão juntas. A administração precisa estar ligada aos aspectos pedagógicos. Por que não aproveitar o momento da discussão da proposta política pedagógica da escola para rever suas estruturas organizacionais?

Outra questão são os mecanismos de informação. Às vezes, o documento chega da Secretaria, vai para a mesa do Diretor e ali fica. Ninguém da escola toma conhecimento daquele documento. Esses mecanismos de informação são fundamentais. É preciso haver estímulo à participação. Muitas vezes, as pessoas têm receio de dar opinião contrária. Por exemplo, uma servente da escola, que pensamos não entender nada de educação, entra em contato com o aluno, pode perceber que as coisas estão sendo feitas de maneira errada na escola, e não tem coragem de dar a sua opinião. Temos que estimular todas as pessoas. Mesmo os pais mais humildes e analfabetos devem dar a sua opinião.

Talvez, o mecanismo mais importante para o estabelecimento de uma cultura democrática na escola seja o estabelecimento do tempo de trabalho coletivo na escola. Fizemos isso na Prefeitura e deu certo. Tivemos momentos de troca de experiências muito ricos, para fazer com que os professores cresçam na formação continuada, aproveitem a experiência dos seus companheiros, para que o trabalho na sala de aula não seja isolado, solitário. O professor deve compartilhar com seus companheiros as dificuldades e os problemas enfrentados na sala de aula. Esses são alguns dos mecanismos, mas existem outros também muito importantes.

O Sr. Presidente - Pergunta da Profa. Márcia Ferreira Gomes, da Escola Municipal Cel. Francisco Brás, em Brasópolis, dirigida à Profa. Dalila: "Gostaria de saber se há necessidade de o professor estar lotado na escola onde pretende se candidatar".

Outra pergunta dirigida à Profa. Dalila, da Profa. Maria Blandina Soares Miranda, Diretora da Escola Laudelina Dias Lacerda, de Almenara: "Como fica a situação do Diretor designado, em relação ao apostilamento, para quem tem dois mandatos?".

A Sra. Dalila Andrade Oliveira - Essas questões só poderão ser respondidas após termos a cópia da resolução, que será entregue daqui a pouco. Eu também não a conheço, porque estava viajando. Mas vou falar um pouco sobre o designado. Não dá para pensar na gestão democrática convivendo com uma rede pública estadual que tem quase 50% do seu quadro ocupado por professores designados. Eles têm o direito de fazer concurso público e se efetivar. Ninguém consegue participar de uma escola, ter condição de discutir seus destinos com a instabilidade do professor designado.

Acho que, hoje, com essa crise que vivemos em termos de emprego, é importante trazer essa discussão profissional, da maior relevância, para dentro da escola. É necessário exigir, como uma primeira tarefa para pensar o Plano Mineiro de Educação, que sejam realizados concursos públicos para efetivação desses professores na escola.

Gostaria de falar sobre a formação constante. Também não dá para pensar a gestão democrática sem pensar em informação. E essa não é só informação de documento, a qual também é imprescindível, mas a formação que as pessoas têm que ter permanentemente. Um bom professor é aquele que estuda, está cotidianamente voltando aos livros, fazendo cursos, repensando suas formas didáticas.

Então, é muito importante que pensemos também um projeto de gestão democrática que inclua formação permanente nas escolas, a qual deve ser definida pelos próprios profissionais. É a escola que deve definir o que seus profissionais precisam receber como informação.

O Sr. Presidente - Passamos, agora, à Profa. Glaura uma pergunta da Profa. Normalice, do SIND-UTE: "Como você vê a situação dos professores e da comunidade escolar de escolas que foram municipalizadas, em que o Diretor é indicado pelo Prefeito, foram banidos o colegiado e o projeto político-pedagógico e o professor adjunto virou marionete em mãos de políticos e de seus seguidores?".

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - É uma pergunta interessante, porque realmente acessa a questão do sistema mineiro de educação.

Na verdade, a lei não permite a articulação do sistema mineiro de educação com os sistemas municipais de educação. Ao meu ver, esse foi um equívoco da LDB que vai ter que ser corrigido, porque, na verdade, deveria o sistema mineiro poder articular-se com os sistemas municipais, que são autônomos. Eles não perderiam a sua condição de autonomia, mas haveria articulação com o sistema num nível maior, assim como o sistema mineiro estaria articulado com o sistema nacional de educação, que também não existe na lei. Então, essa questão, que é jurídica, técnica e política, precisa ser pensada.

A respeito da situação que estamos vivendo em escolas municipalizadas cujos Diretores são indicados pelo Prefeito, isso é um problema, sim, mas progressivamente vamos ter que convencer todos os municípios de que eles próprios têm que adotar gestão democrática. Aliás, alguns estão avançadíssimos em relação a essa questão. Andamos fazendo um levantamento de inovações pedagógicas e chegamos à conclusão de que alguns municípios eram mais avançados que o próprio sistema educacional de Minas Gerais. Mas isso não é generalizado. Então, precisamos, realmente, começar a discutir com os municípios, mostrando as experiências dos que implantaram a gestão democrática e as suas vantagens, para que todos queiram entrar nessa.

É importante continuar discutindo essa questão de como, no futuro, os municípios vão implantar seus sistemas municipais de educação e as características da gestão da escola pública. Temos uma resolução no Conselho que ajuda um pouco essa discussão, mas, na verdade, os municípios são autônomos.

Eles podem seguir o caminho que acharem mais conveniente. Mas a questão da gestão democrática da escola pública não é de opção, é uma recomendação e um princípio da LDB que tem de ser aplicado em todos os lugares.

O Sr. Darwin Santiago - Profa. Dalila, Srs. Deputados, caros colegas, senhoras e senhores, a exemplo da Polícia Militar de São Paulo, poderíamos criar uma ouvidoria da educação, capaz de apurar irregularidades, nepotismo e sabotagens promovidos por uma parcela considerável de Diretores de escola. Acho que isso é fundamental. (- Palmas.) Essa é uma proposta.

Outra questão é a seguinte. Não foi somente, Profa. Glaura, a participação dos pais que não tivemos competência de trazer para a escola. Ela não conseguiu, nesses anos todos de efetivo fracasso, formar alunos leitores, nem criar bibliotecas. Trabalhei numa escola que tinha 30 anos, mas não possuía biblioteca. Quase fui linchado pela Diretora e pelo seu grupo, porque queria formar uma biblioteca para os professores e uma para os alunos. Não aceito essa coisa que se chama "cantinho da leitura". Cantinho é para vassoura, não é para livro.

A senhora falou da utilização do material. Não temos somente a questão da utilização do tempo, precisamos saber utilizar o material tecnológico que existe na escola. Os computadores estão comendo poeira porque não há pessoas suficientemente instruídas para manipulá-los, e, quando há, não são bem pagas.

Vimos uma prova evidente de que parte considerável das escolas públicas - e os meus colegas não me deixarão exagerar - se transformou num feudo particular das Diretoras. (- Palmas.) Eu queria lembrar à Diretora que me antecedeu - sou bem mais novo que ela, não tenho essa experiência toda de poder - um poema do Manoel Bandeira, que diz: "Todos os dias, o aeroporto me dá lições de partida". Precisamos ir embora também, até para a gente amar melhor. Muito obrigado. (- Palmas.)

A Sra. Dalila Andrade Oliveira - Acho que essa proposta da ouvidoria pública, pela própria aclamação do Plenário, é um mecanismo importante na gestão democrática. Esses momentos são importantes até para levantarmos possibilidades. Sem dúvida alguma, concordo com ele, e não há nenhum desacordo entre as nossas posições, nem teria muito o que dizer.

A Sra. Maria Celina Dias - Um questão de ordem, Deputado, por favor. Estou representando a Federação de Pais do Estado de Minas Gerais. Falaram professores, Diretores, e os pais não foram contemplados com a possibilidade de falar. Eu gostaria de pedir ao senhor que permitisse que, pelo menos, uma mãe fale.

A Sra. Maria Celina Dias - A minha intervenção é a seguinte: vamos dar qualidade a este seminário. Gostaria que os professores, Diretores e trabalhadores presentes levantassem a mão. (- Pausa.) Gostaria que os pais que estão presentes levantassem a mão. (- Pausa.) Gostaria também que levantassem a mão os alunos presentes. (- Pausa.) Obrigada. Então, a minha proposta é para mostrar que a nossa escola pública ainda está muito longe de ter uma gestão democrática, até na convocação para este seminário. A minha proposta, Deputado, é de que, para o próximo seminário, haja um empenho maior para que venha um grande número de pais e de alunos principalmente, porque os professores já estão discutindo o assunto há muito tempo. Temos o SIND-UTE, a PPMG, e já está muito claro aquilo que os professores querem de uma escola. Mas, quanto a nós, pais e usuários da escola, ainda não esclarecemos aquilo que dela esperamos e queremos.

Entretanto, com essa proposta de gestão democrática, a minha vontade, Glaura, e isso ainda não aconteceu na escola plural, essa é a minha grande crítica, é de que os pais estejam realmente participando dos projetos pedagógicos. Como mãe de um aluno do Marconi, sei que ali não existe projeto pedagógico e recebi uma proposta indecente de participação outro dia. Gostaria que o Conselho Estadual lutasse junto à FIEMG, para que tenhamos tempo. Você está no Conselho Estadual de Educação, não está? Vá à FIEMG e lhe diga que lidere os pais para participar da escola pública e montar o projeto pedagógico da escola. Só vamos ter uma escola democrática quando as associações de pais e os grêmios estiverem organizados nas escolas. Obrigada.

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - Maria Celina, muito obrigada pela "dica". Acho que, de fato, esqueci-me de fazer referência às associações que existem na escola. Quando recebi a pergunta daquele professor, devia ter dito que, entre os mecanismos de participação democrática, estão também as associações de pais e os grêmios escolares. Temos que organizar isso de uma forma melhor. Quero dizer a você, com muita clareza, que, mesmo na escola plural, não conseguimos que todas se organizassem para participar efetivamente das propostas. Mas foi o primeiro passo. Creio que a atual gestão está enfatizando muito esse aspecto e tenho a esperança de que isso se resolva rapidamente nas escolas municipais.

Quanto à proposta de sugerir à FIEMG que lidere os pais, não sei se o Conselho tem força para isso. Entretanto, levarei essa sugestão, para que o Conselho faça essa recomendação às instituições que empregam as pessoas, para que, eventualmente, liberem os trabalhadores por um tempo, para participar dos projetos político-pedagógicos da escola.

O Sr. Presidente - Pergunta de Maria das Graças Silva, da Secretaria da Educação, dirigida à Profa. Dalila Andrade. É a seguinte: "Enquanto você está repensando a validade das provas do concurso para Diretor de escola estadual, como vê a recente resolução da Secretaria da Educação, que abole as provas para o próximo período?"

Gostariamos que a professora respondesse em bloco, incluindo a pergunta do Ronaldo Felício de Araújo, da Secretaria da Educação. É a seguinte: "Apesar de reconhecermos o avanço da gestão democrática, esta só se dará efetivamente e com real significado com a participação da comunidade na escola. A essa participação resistem muito as diretorias das escolas. O que fazer?"

A Sra. Dalila Andrade Oliveira - Quanto à primeira questão, quero deixar claro que sou a favor de eleições diretas para toda a diretoria da escola, o colegiado, todas as instâncias de decisão, os coordenadores. Não defendo, de forma nenhuma, o concurso para especialistas no interior da escola. Não é essa a minha proposta. O que coloquei é que estava repensando aquela etapa da avaliação, da seleção de conteúdos, de alguns saberes que são importantes para o desempenho da gestão da escola, e não falo somente do papel do Diretor como um mecanismo que vem sendo bem aceito. É mais nesse sentido. Fazer a gestão democrática é um exercício pessoal. Não posso achar que tenho a melhor proposta sobre gestão democrática para a educação. Achava que a eleição direta, sem intermediações, era a melhor postura, a mais democrática. A realidade começou a me fazer repensar isso. Acabo de ficar sabendo que a resolução não pressupõe a prova escrita. Acho que pode até ser uma boa experiência para avaliarmos como era antes e como é agora. Vamos ter dois mecanismos diferentes para a escolha de Diretores de escolas. Comprometo-me, como professora de universidade, a fazer, daqui a um tempo, uma pesquisa nesse sentido, para ver se o perfil mudou. Pode ser uma solução interessante. De toda maneira, defenderia uma etapa de aferição de conhecimentos; que não fosse como era, ou seja, através de uma prova muito legalista, como já me disseram. Parece-me que o conteúdo da prova era muito jurídico. Acho que os conteúdos a serem aferidos são outros.

Quanto à segunda pergunta, debruço-me muito sobre a questão do estímulo. Por que os diversos segmentos que compõem a escola pública têm pouco estímulo para participar das diretorias? Em primeiro lugar, acho que é porque se decide muito pouco. Ninguém quer participar de uma diretoria, quando as coisas vêm, mais ou menos, prontas, estão esperando somente pela homologação. A primeira coisa que as pessoas precisam é sentir-se partícipes do processo, sujeitos do processo. Se elas não se sentem assim, acho que não vai haver muito estímulo à participação.

Outro ponto da minha fala, agora reforçado pela Celina, é que é preciso ter tempo, tanto para os funcionários da escola quanto para a comunidade. Falo de tempo remunerado, para que a pessoa não tenha que encaixar, no seu dia, mais um tempo mágico para ajudar na gestão da escola pública.

A terceira coisa é a informação. Acho que, para participar de um colegiado, é necessário ter acesso à informação cotidiana, aquilo que está acontecendo. Sabemos que a mínima informação, como a pauta, um relatório, uma ata, não pode ser fornecida pela escola.

O Sr. Presidente - Pergunta da Profa. Maria Alba, da Universidade Federal de Viçosa: "Em que medida a gestão democrática, com autonomia, pode ser implantada nas escolas que estão sendo municipalizadas e já têm eleição para Diretor? Em que isso compromete a implantação de um verdadeiro sistema municipal de educação?"

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - De certa forma, já respondi a essa questão anteriormente. Acho que as escolas que estão sendo municipalizadas, que já tinham experiência de eleição de Diretores, certamente vão poder discutir essa experiência com a rede municipal, para a qual estão sendo transferidas.

Realmente, todas essas questões têm muito a ver com a divisão das redes públicas, estadual e municipal: o menino é cidadão não necessariamente do Estado ou do município. Acho que uma das metas da escola pública é a unificação dessas redes. Quando isso acontecer, certamente esses critérios estarão garantidos para todas as escolas de um mesmo município. Com a experiência de municipalização ou de transferência progressiva das escolas de ensino fundamental para a gestão do município, os municípios terão de se capacitar para isso, mais do que já estão capacitados. Assim, poderão começar a discutir melhor a questão democrática, como, aliás, já está sendo feito na rede estadual e em algumas redes municipais de Minas Gerais.

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Sr. Presidente, gostaria de pedir desculpas, mas não poderia deixar de me pronunciar. Estava inscrita para falar, o meu nome foi até citado, e eu não pude falar. Foi dito: "Maria Hilda está nervosa". Brava eu estou; nervosa, não.

Sou Supervisora Pedagógica do Instituto de Educação de Minas Gerais, e, em junho de 1989, quando da Constituinte Estadual, ocupei, eventualmente, a tribuna desta Assembléia, defendi, em nome do magistério mineiro, a gestão democrática, por meio de um processo de escolha de Diretor escolar.

Sou natural de Santa Rita de Caldas, e estou defendendo o Estado como um todo. Minha inscrição está aí, mas a fala foi cortada e só me resta agradecer. Sou brava, não nervosa.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Sra. Maria Hilda, a quem pedimos desculpas. Este é um debate tão rico, de conteúdo tão profundo e interessante, que poderíamos ficar o resto do dia apenas nesta fase. Mas temos uma segunda fase, que também é muito importante e interessante. Assim, pedimos nossas sinceras desculpas às pessoas - Diretores e professores - que fizeram sua inscrição. Com o tempo escasso que temos, não é possível atender às colocações de todos. Mais uma vez, perdoem-nos. Vamos dar seqüência ao debate.

A Sra. Maria Hilda de Carvalho - Com certeza. Oportunamente, quero oferecer ao magistério mineiro essa luta, até mesmo por ter sido ameaçada de morte, por defender a democracia na escola - no caso, no Instituto de Educação de Minas Gerais.

O Deputado Edson Rezende - Completando as palavras da Celina, que foi uma das coordenadoras do grupo que organizou este seminário, preocupamo-nos que a representação no seminário fosse a mais abrangente possível. Assim, no momento de discutir o seminário, nossa intenção era que houvesse representação de professores, de pais de alunos, de alunos e de servidores que não fossem professores, além das direções, superintendências, secretarias, etc. Essa foi nossa preocupação: que houvesse uma participação mais representativa.

Assim, este Plenário espelha, mais ou menos, a dificuldade que temos relativa à participação dos pais e dos alunos - não esquecendo a questão levantada pela Profa. Dalila de que os pais geralmente trabalham e têm dificuldade em comparecer. Mas fica o desafio para a comunidade escolar e as direções das escolas nesse próximo período: conseguir a participação dos pais e dos alunos, assim como fica o desafio, para o próximo fórum, Celina, de que os pais e os alunos estejam presentes em maior quantidade. Era somente isso. Muito obrigado.

A Sra. Dalila Andrade Oliveira - Quero agradecer a oportunidade de estar participando de um evento dessa natureza e dizer que confio muito nos trabalhos que vocês estão realizando. Há pouco, comentava com o Deputado Edson Rezende que este momento vai marcar a história da educação em Minas Gerais e tenho certeza disso. Tenho a impressão de que, nesses dias de árduo trabalho que vocês estão tendo, estaremos conseguindo construir uma proposta para a educação em Minas Gerais em bases muito mais democráticas do que já vimos na história deste Estado.

A única observação que faço é que essa iniciativa tão rica do Legislativo, abraçada por muitas entidades da sociedade civil, não fique só nas propostas. Alguém já disse, referindo-se ao projeto pedagógico, que, em propostas, temos até conseguido avançar bastante; estamos precisando, mesmo, é de efetivá-las na prática. Conto com nossa participação e com nossa intervenção direta, para fazer das propostas que forem tiradas uma realidade em Minas Gerais. Sinto-me honrada em ter participado deste evento na qualidade de debatedora. Desculpem-se se me excedi em algum aspecto que não era esperado. Muito obrigada.

A Sra. Glaura Vasques de Miranda - Minhas palavras também são de agradecimento. Mais uma vez, foi uma honra participar deste evento e ter esse contato com os professores. Nesta semana, uma pessoa do Rio de Janeiro, entrevistando-me sobre a escola plural, perguntou-me o que havia achado mais importante na participação e em seu trabalho na Prefeitura.

Respondi que foi o contato com os professores. Acho que esse contato, que eu aqui renovo, é uma oportunidade muito interessante de sabermos concretamente como as coisas estão acontecendo nas escolas. Como membro do Conselho Estadual de Educação, nem sempre podemos estar em todas as escolas. Temos visitado muitas delas, infelizmente não conseguimos visitar todas. Também sob esse ponto de vista, acho que este seminário foi importante.

Tenho certeza de que há, neste Governo, vontade política de resolver alguns problemas, de colocar mais alguns tijolinhos nessa parede. O símbolo deste seminário é muito interessante, tenho certeza de que ele será mais um tijolinho na parede da construção democrática.

Espero que, nas sessões da tarde, essas coisas consigam ser traduzidas em projetos que sejam votados, e, depois, a própria Assembléia, em articulação com a Secretaria e com o Conselho, possa ajudar a tornar tudo isso realidade no nosso Estado.

Acho que, nesse ponto, Minas Gerais está à frente dos outros Estados, pois iniciativas como esta são raras; são iniciativas como esta que ajudam a dar novos passos na construção de uma escola pública gratuita e de boa qualidade para todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Esta Presidência, em nome dos organizadores deste seminário; em nome do nosso Presidente, Deputado Anderson Adauto; em nome de todos os Deputados desta Casa; em nome dos Deputados que fizeram o requerimento, solicitando a realização deste seminário, Deputados Rogério Correia e Edson Rezende, agradece aos participantes deste debate, agradece a presença das Diretoras, professoras, superintendentes de ensino, educadoras e representantes das diversas entidades de classe da educação no Estado de Minas Gerais.

Quero colocar como observação pessoal que o único caminho para consolidarmos a verdadeira cidadania, a verdadeira democracia, com justiça social, é o caminho do investimento na educação. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais dá essa contribuição, instalando este importante seminário, que começou na segunda-feira, dia 18, e será encerrado amanhã. É um seminário que está tendo proveito e significado relevantes para a discussão da educação no nosso Estado.

Agradecemos a participação das pessoas que vieram de diversos municípios, de cidades distantes, para prestigiar este evento. Queremos saudar os representantes de todos os municípios, escolas, entidades e, particularmente, agradecer e saudar os representantes de Conselheiro Lafaiete, a nossa cidade, na pessoa da Profa. Heloisa, Superintendente da 8ª SRE, e da Profa. Crovimara, Superintendente da 25ª SRE, de Ouro Preto. Saudamos todos os companheiros de Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, da região do Alto Paraopeba e de todo o Estado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores do primeiro painel de hoje, agradece a presença de todos, encerra os trabalhos desta fase e suspende a reunião por 3 minutos, para a troca de cumprimentos. A todos vocês, muito obrigado pela colaboração e pela compreensão. Muito obrigado e fiquem com Deus.

2ª Parte

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Antônio Carlos Andrada) - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Maria Stela Nascimento, Subsecretária de Desenvolvimento Educacional, da Secretaria de Estado da Educação; Samira Zaidan, professora da Faculdade de Educação da UFMG, e o Deputado Rogério Correia.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião ao prosseguimento do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, com o tema "Desafios e Perspectivas da Educação Pública em Minas Gerais: Organização".

Palavras da Sra. Maria Stela Nascimento

Sr. Presidente, Deputado Antônio Carlos Andrada; Profa. Samira Zaidan, da Faculdade de Educação da UFMG; Deputados Rogério Correia, Edson Rezende e Antônio Roberto; caríssimos professores e Diretores, colegas nossos de trabalho, uma vez que todos fazemos parte da grande família da educação; coube-me falar-lhes hoje sobre desafios e perspectivas da educação pública em Minas Gerais. O tema é bastante extenso. Vou tentar trabalhar os aspectos mais solicitados, apesar de todos serem importantes.

A Secretaria vem trabalhando - e, ultimamente, com grande repercussão regional - a distribuição dos tempos escolares para o ano 2000.

Aconteceram fóruns locais e regionais, e ainda acontecerá o fórum estadual em Belo Horizonte, para que cada escola se pronuncie sobre a proposta que pretende adotar: se do regime seriado, se da proposta de ciclos, ou uma mistura das duas.

É preciso deixar claro que nosso objetivo é uma melhor educação para todos. Com base nisso, estaremos acatando a decisão de cada escola, de acordo com o que ela escolheu, por ter achado melhor e mais pertinente.

De algumas reuniões de que pude participar e de algumas pessoas com as quais tive contato, colhi informações que me deram uma visão segura de que muitos dos colegas estariam com receio do novo em relação à adoção dos ciclos.

Quero lhes dizer que se for esse o motivo vocês terão todo o respaldo para a orientação e a organização de suas propostas. Não estou fazendo propaganda da proposta de ciclos. Sejam ciclos, seja seriação, vocês terão todo o respaldo da Secretaria.

Entre os projetos que a Secretaria vem desenvolvendo, vou falar sobre o da educação infantil. Talvez uma parte do auditório fique prejudicada na projeção de algumas lâminas. Mas solicito ao Sr. Presidente que reproduza o material para os presentes.

O Sr. Presidente - Pois não.

A Sra. Maria Stela Nascimento - Muito obrigada, essa parte fica resolvida.

A proposta da Secretaria da Educação em relação à educação infantil versa sobre a universalização progressiva da pré-escola, prevendo a cooperação entre os Estados e seus municípios e a participação da comunidade e de particulares; a retomada da proposta de atenção integral à criança, com prioridade para os segmentos mais pobres da população; a ampliação da oferta de creches, nas regiões e áreas carentes, em ação integrada com os municípios e com a comunidade. Vamos tecer um ligeiro comentário.

Essa universalização progressiva da pré-escola passa pela parceria com as Prefeituras Municipais e as organizações não governamentais. A Lei de Diretrizes e Bases e a Constituição já estabelecem que, gradativamente, as Prefeituras assumirão a educação infantil e o ensino fundamental, devendo o Estado assumir o atendimento ao ensino médio.

Não estamos, enquanto Estado, reduzindo o atendimento na pré-escola. Estamos mantendo o mesmo número de turmas que mantivemos no ano de 1989. Contudo, estamos trabalhando junto às Prefeituras Municipais, a organizações não governamentais e a comunidades para atingir essa universalização, através da ampliação da oferta. Em reunião com representantes da UNDIME, o Secretário levantou a possibilidade de aproveitarmos espaços ociosos e professores excedentes para ampliarmos essa oferta, ainda que seja com o funcionamento de turnos de educação infantil; e aí estaríamos atendendo a demanda de seis anos, em escolas que já tenham o ensino fundamental.

O aproveitamento do excedente não significa que para o atendimento da educação infantil se vá colocar qualquer professor. Pelo contrário, os professores que forem aproveitados para esse atendimento terão um curso de capacitação para que possam desenvolver seu trabalho com eficiência e atendendo as reais necessidades que essa modalidade de educação exige.

Isso vem ao encontro da proposta de retomada integral de atenção à criança e à ampliação de oferta de creches nas regiões e áreas carentes, para que os filhos dos nossos irmãos menos favorecidos tenham sua oportunidade de atendimento.

No que diz respeito ao ensino fundamental, estamos passando ao reexame de procedimentos de avaliação vigentes no Estado, buscando conformar modelos centrados na avaliação qualitativa, cuja ênfase recaia no desenvolvimento progressivo do processo ensino-aprendizagem. Estamos criando um sistema mineiro de avaliação.

O Secretário já assinou um convênio, e vamos trabalhar juntamente com a UFMG, onde já existe um laboratório de avaliação, com a UEMG e com a UNIMONTES. Nossa proposta é para que o nosso projeto de avaliação faça, realmente, uma avaliação qualitativa do rendimento do aluno, implicando avaliação não apenas no trabalho do aluno, mas também da escola como um todo, avaliação de todas as pessoas que, dentro da atividade-fim ou dentro da atividade-meio, trabalhem nas escolas na busca de um melhor atendimento e no processamento de uma educação de qualidade.

Uma outra proposta é a reformulação da sistemática da correção do fluxo escolar e do atendimento à população com defasagem idade-série, visando a convertê-los em mecanismo pedagógico que privilegie a formação integral do aluno. Vimos trabalhando nesse problema da reformulação sistemática da correção do fluxo durante todo esse ano. Entendemos a necessidade desse atendimento, mas entendemos também que tem que ser um processo eficaz, em que o aluno defasado, que não se integra no fluxo regular, tenha um atendimento que lhe permita alcançar os seus objetivos, não um atendimento paliativo. Queremos um atendimento eficaz para que, quando ele termine o seu curso, tenha internalizado conhecimentos, desenvolvido habilidades e atitudes que lhe permitam competir no mercado de trabalho e viver e conviver como cidadão. Ainda no ensino fundamental, estamos buscando a substituição da cultura da reprovação e da repetência, bem como da promoção automática, pela cultura do sucesso escolar. Isso quer dizer que estamos buscando uma escola inclusiva, e não exclusiva. A escola que reprova vai reduzir a auto-estima do aluno. Se o aluno não foi bem em um conteúdo, ele volta no ano seguinte para repetir todo o seu curso. Isso não tem sentido. E, nesse ponto, quando falamos que tanto na seriação quanto na adoção do ciclo estaremos orientando e acompanhando as escolas é porque esse aluno precisa de um acompanhamento que lhe permita inserir-se no contexto da sua turma. Ele ficou um pouco para trás em um conteúdo ou dois, e vamos criar as possibilidades para que ele dê prosseguimento ao seu trabalho. Costumo dizer que enxergo o trabalho em ciclos como o crescimento de uma espiral que vai aumentando seus anéis à proporção que se desenvolve. Com esse procedimento vamos deixar de ver acontecer alguma coisa parecida com promoção automática. Não é o aluno ter que passar. O aluno precisa saber. É um direito dele.

Nos primeiros anos de escolaridade vai haver aquele período de disciplinação, de desenvolvimento da sensibilidade. Depois, ele vai aprender a desenvolver habilidades, adquirir conhecimentos e, na fase final do ensino fundamental, já estará - diria -, de acordo com estudos mais avançados, com a internalização do conhecimento, desenvolvendo a criticidade, a capacidade de questionar, de expor as próprias idéias. Enfim, que participe, como cidadão que é, e que contribua para o crescimento individual e o da educação como um todo, da sua turma como um todo.

Então, estamos buscando o sucesso escolar e, para isso, dependemos totalmente de cada professor. Ele vai ser a mola mestra do desenvolvimento dessa proposta. O professor interessado, o professor que, realmente, por vocação, assume o seu papel, com certeza será a alavanca dessa cultura do sucesso escolar, que vai ser - acredito, tenho absoluta certeza - gratificante para todos nós.

E, finalmente, a implantação do programa familiar para a educação: o Bolsa-Escola, que já foi abordado pelo Secretário. O Bolsa-Escola não é um programa paternalista. Serão selecionadas famílias com uma renda "per capita" inferior a meio salário mínimo, cujas crianças estejam regularmente matriculadas na escola, para receber essa ajuda. Após recebê-la, as crianças poderão estar dentro da escola, e essas famílias também poderão buscar seu crescimento e sua evolução, para que, gradativamente, possam ceder lugar para outras também menos favorecidas que precisam desse atendimento.

Também a Secretaria, dentro das suas políticas, prioriza a atenção integral à criança e ao adolescente, ou seja, ao nosso aluno do ensino fundamental, da 1ª à 4ª série, dos quatro anos do primeiro ciclo e dos quatro anos do segundo ciclo. Como vamos fazer isso? Vamos mobilizar as universidades - aqui, há uma colega da UFMG que, com certeza, será nossa parceira nesse trabalho -, visando às fórmulas de cooperação para o resgate da filosofia e da programação de atenção integral à criança e ao adolescente.

Apoio aos municípios que implementem ou já implementaram programas de atenção integral: a ação conjunta das Secretarias e entidades da área social do Governo visará às ações comuns que permitam disseminar, em todo o Estado, a estratégia da atenção integral à criança e ao adolescente, especialmente junto às populações mais necessitadas. É um tipo de atendimento que hoje já existe em algumas escolas e que permite à criança a sua permanência nesse local por um tempo maior ou pelo tempo integral.

Com relação ao ensino médio, nossa proposta está voltada para a garantia de matrícula até 2003 a, pelo menos, 80% dos egressos do ensino fundamental, predominantemente de escolas públicas. O ensino médio é responsabilidade do Estado, assim determinam a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.396, de 1996. Vamos fazer isso gradativamente.

Só para vocês terem uma idéia, em Belo Horizonte, este ano, cadastramos, só para o ensino médio, 7 mil novas matrículas que, com certeza, teremos de atender. Estamos examinando os espaços para viabilizá-los, para que nenhum aluno cadastrado fique fora da escola. Aliás, nenhum cadastrado ficará fora da escola, porque abrimos o cadastro com o compromisso de assegurar a matrícula ao aluno que buscasse o seu cadastramento.

Elaboração e implementação do Plano Estadual de Ensino Médio, com base nas diretrizes do Ministério da Educação.

Estímulo à criação de escolas comunitárias e fomento ao cooperativismo no ensino médio, de forma a atender ao aumento da demanda por vagas e ao interesse maior da juventude mineira. Essas escolas comunitárias são de fundamental importância. A proporção que temos as famílias, a comunidade dentro da nossa escola, podemos partir para a realização desse objetivo. Para fazer esse ensino médio cooperativo, já para o ano 2000, na área do ensino profissionalizante, vamos implantar quatro centros de ensino profissionalizante, em Brasópolis, Itajubá, Teófilo Ottoni e Caxambu, onde os alunos, mesmo que estejam no ensino médio regular, poderão fazê-lo na modalidade de profissionalizante ou de pós-médio.

Provimento das carências de professores qualificados, em especial na área de ciências, mediante programas emergenciais e não convencionais de qualificação, com o apoio das instituições de ensino superior. A Secretaria já vem desenvolvendo esse trabalho, promovendo cursos de licenciatura emergencial, que vêm atendendo principalmente à região mais carente do Estado: o Norte e Nordeste. Temos vários alunos que procuram essas agências nos períodos de férias regulamentares. Alguns já estão terminando o seu curso e participando da força de trabalho. Queremos ampliar essa proposta junto às universidades, principalmente as universidades públicas do Estado de Minas Gerais, mesmo no que se refere à formação do professor da 1ª à 4ª séries, obedecendo aos ditames da LDB, que estabelece que a formação deles também deva ser de nível superior. A Secretaria também já está perseguindo esse objetivo.

Promoção de entrosamento do ensino médio com a educação profissional, também no que se refere ao denominado pós-médio. Já falei a vocês a respeito dos quatro centros de educação profissional. O de Caxambu será especializado em hotelaria e turismo; o de Teófilo Ottoni, em gemologia e jóias; o de Itajubá, em telecomunicações; e o de Brasópolis, em tecnologia industrial. Há ainda o de Unai, que é um centro de educação profissional comunitário, ou seja, com recursos do Governo Federal repassados diretamente para a comunidade, que trabalhará a profissionalização no setor agropecuário. Esse é apenas o início. Existem ainda mais seis a serem implantados, que com certeza atenderão às carências e às necessidades dos nossos alunos.

Eu só queria falar rapidamente das outras propostas: educação de jovens e adultos, com a utilização de telessalas, e a educação no campo, para a qual já estamos com uma resolução pronta para ser apreciada pelo Sr. Secretário.

Quanto à educação indígena, Sr. Presidente, peço um minutinho para falar sobre ela. Estamos formando, em dezembro, a primeira turma de professores indígenas. A solenidade será em Belo Horizonte, na Secretaria da Educação, no Auditório 1. Os nossos professores indígenas são bilingües. A educação nessas escolas será sempre na língua oficial da nação indígena e na língua portuguesa. Estamos atendendo às tribos xacriabá, maxacali, crenaque e pataxó. Vamos também inaugurar em Carmésia a primeira escola indígena de Minas Gerais. Ela deve ser inaugurada em novembro.

Quanto à educação profissional, já dei um "flash" para vocês sobre os CEPs e gostaria, se o Sr. Presidente me der 3 minutinhos, de lhes mostrar alguns números, para que tenham uma idéia de como anda o setor, no que diz respeito aos atendimentos à educação infantil e ao ensino médio, comparando os resultados. Vocês verão que, se reduzimos 5,9% no atendimento da 1ª à 4ª séries, crescemos mais de 2% no ensino fundamental. As lâminas estão lá e vocês podem observar o crescimento. Podem verificar que o primeiro dado é o dado geral do Estado. Vejam que, do ensino fundamental, o Estado atende, hoje, a 2.063.845 alunos. A maioria desse atendimento refere-se à educação da 5ª à 8ª séries. Houve um crescimento de 2%. Os 5,9% que nós perdemos, da 1ª a 4ª séries, foram em decorrência das municipalizações, em cumprimento do princípio constitucional. A educação infantil não vem crescendo, mas tem-se mantido estável. No ensino médio, estamos em primeiro lugar nacional. O atendimento de Minas é o maior do País. Devemos muito a todos vocês para chegar a essa realização conseguida pela Secretaria. Muito obrigada. Desculpem-me de ultrapassar o tempo.

Palavras da Sra. Samira Zaidan

Quero iniciar dizendo que é uma satisfação estar aqui presente. Cumprimento todos os Deputados, pais, profissionais e colegas em geral. O assunto que estamos debatendo agora trata dos desafios e perspectivas da educação no campo da organização escolar. Acho que, como todos os assuntos do seminário são amplos, o que fazemos aqui é uma síntese, a partir de um conjunto recortado de questões. Então, quero dizer que, a meu ver, o desafio geral que deve orientar e perseguir os demais pode ser situado como um momento da educação brasileira de constituição de um projeto social para a escola básica. Isso significa que temos uma proposta que a sociedade está construindo, de formação e de escolarização para todas as crianças, jovens e adolescentes da sociedade.

Esse desafio geral expressa-se de várias maneiras. Então, poderíamos dizer que a sua expressão inicialmente pode ser vista como pensar na escola básica como o tempo da educação infantil, como o tempo da educação fundamental e como o tempo da educação média. Digo pensar no seguinte sentido: que a educação infantil deve acolher uma criança que tem um tempo de vida, que tem um desenvolvimento, que tem um conjunto de aspectos que informam isso e que devem estar presentes e articulados na escola; que a educação fundamental, aos 6, 7, 15 anos, tempo de vida de crianças e adolescentes, deve também ser um tempo de acolher com uma idéia própria. O que deve ser essa educação fundamental? Que elementos devem estar presentes? Como acolher os adolescentes nas suas diversidades, respeitando aquela idade única na vida de cada um? Ela deve definir objetivos, processos e as vivências desse nível de ensino.

O mesmo se pode dizer em relação ao ensino médio. Que tempo é esse na vida do educando? Que aspectos devem estar presentes na educação média, no sentido de compor a nossa visão, o que queremos para crianças e adolescentes jovens? Nesse primeiro desafio geral em que estou tentando me situar, a educação básica não é mais as séries ou tempos em que um se justifica à medida que informa para o próximo. Vamos ter a compreensão de jovens e crianças até 18 anos, vamos saber o que queremos, que processos formadores desejamos estejam incorporados na escola. A grande expressão dessa proposta está na constituição dos projetos político-pedagógicos. Vamos ter projetos com amplitude nacional, municipal, estadual, mas também um movimento muito grande de definição do projeto social para a escola básica, como um tempo para todos e como um tempo que incorpora a formação da pessoa, do cidadão, do sujeito, com o crescimento e desenvolvimento de aprendizagens. Embora isso não pareça, à primeira vista, tão diferenciado, tivemos, em décadas passadas, uma escola voltada para a transmissão de conhecimentos e cada nível preocupado com a formação do nível seguinte. Esse primeiro grande desafio vai nos dizer: não, isso não é suficiente. Queremos que essas aprendizagens, que esses conhecimentos sejam construídos visando à criança como sujeito, à criança como sujeito infantil, o adolescente, o jovem, o jovem adulto. E, dentro dessa medida, a construção dos conhecimentos.

Outra consequência do desafio da construção do projeto social para a educação está em que a educação é pensada, planejada. Os educadores mais antigos sabem que era uma questão muito simples dar aulas, bastava pensar que a lógica da escola, os tempos de cada matéria estavam determinados. Hoje, não. A escola pensa, a sociedade pensa, a Assembléia Legislativa pensa. Estão todos envolvidos nesse processo, mas, principalmente, a escola pensa o seu processo, pois ele não está determinado, dado. Ao pensar, vamos repensar nossa organização, que deve estar voltada para esse papel muito mais ampliado. Vamos ter novos tempos, novos espaços, novos olhares sobre nossos alunos, uma visão de que a escola é o espaço de desenvolvimento de processos muito mais amplos do que os antes pensados, ou seja, pensados apenas como depositários de conhecimentos. Esses tempos e espaços obedecem a uma grande preocupação de flexibilização. O que marca os novos tempos e espaços da escola, que é pensada como projeto social, como formadora de sujeitos, são uma flexibilização e uma adequação destes a esse novo papel e aos novos educandos que chegam às escolas.

O centro do debate da estrutura vai estar situado nesses grandes campos da educação infantil fundamental e média, porém, polemicamente localizada na educação fundamental, com a discussão dos ciclos.

A discussão dos ciclos remete-nos a repensar na educação infantil e no ensino médio como sendo grandes ciclos. Talvez, por trabalhar mais mudanças, o debate mobiliza mais o nosso imaginário de professores, de pais de alunos, situando-se no ensino fundamental de 6, 7 e 14 anos. Vamos ter um conjunto de preocupações sobre tempos mais flexíveis. E, neste momento, o ciclo é visto como uma proposta que possibilita essa flexibilização do tempo e da reformulação curricular.

Esse primeiro grande desafio, leva-nos a repensar o currículo escolar. Nesse sentido, podemos dizer que hoje o que é conhecimento na escola é muito diferente do que era antes.

Hoje, o conhecimento na escola apresenta-se com uma visão alargada. Vamos ter de ir para além dos conteúdos disciplinares, dos conceitos científicos. Hoje, temas da modernidade fazem parte do currículo escolar: meio ambiente, ética, sexualidade, etc. Temas controversos, antes evitados e dados como prontos na escola, hoje estão presentes, como a questão da violência, da eutanásia, do aborto, etc. Rituais e vivências não são mais tidos como temas extracurriculares, tratados em horários diferentes do da escola. A vivência forma, constitui, constrói conhecimento, possibilita o equilíbrio do aluno. A cultura social está presente no currículo escolar. O desenvolvimento de habilidades mentais, sociais e corporais está muito ligado aos novos temas e assuntos entendidos como conhecimento escolar. E as novas tecnologias são incorporadas, possibilitando e alimentando esses novos conhecimentos que constituem o currículo.

Uma decorrência dessa visão mais ampla de educação é uma visão mais ampla do conhecimento. E o que é o currículo? Hoje, ele já não é concebido como conteúdos disciplinares das matérias, mas como o conjunto das práticas da escola, como um conjunto das ações, das vivências. Então, vamos ter uma escola humanizada, ou uma luta, um processo de construção em que a humanização da escola é elemento essencial.

Hoje, temos uma escola movimentando-se para flexibilizar suas estruturas, para acolher o seu aluno, sustentada por teorias da educação que vêm nos mostrar que os processos de humanização e de flexibilização podem ser mais eficientes, podem construir mais competências para esse indivíduo que queremos formar. Vamos ter um dia-a-dia na escola mostrando esse movimento de construção de um projeto social para educação na formação de um novo sujeito, sustentando os projetos das escolas, as excursões, as atividades de pesquisa, os trabalhos conjuntos de grupos de alunos e de profissionais, de grupos planejando juntos as eleições diretas. Há a preocupação de que isso seja uma oportunidade para todos, que a escola seja inclusiva. Nesse sentido, a grande questão que a inclusão coloca para todos nós é a da diversidade. Vamos ter, por parte da sociedade, o discurso do desejo da diversidade, mas uma vivência tensa com ela na escola, com a diferença de culturas, de maneiras de ser, de capacidade de desenvolvimento, de atendimento ao aluno portador de deficiência.

Então, essa diversidade, que agora é fato - porque todos têm direito à escola -, leva-nos a pensar em um currículo diferenciado, em tempos mais flexíveis, e a repensar a escola como um espaço que acolhe, impulsiona e forma, acolhe, impulsiona e possibilita.

O movimento que vivemos tem questionado muito, principalmente dos profissionais e dos pais, o papel da escola e nos tem levado a perceber que a grande tarefa passa por uma humanização das relações e por uma ampliação da visão de conhecimento e, conseqüentemente, de currículo.

Em tudo isso, temos um grande "nó": muitos de nós, profissionais, somos formados em outro sistema e estamos vivendo uma profunda transição, com conflitos muito grandes, e demandando a continuidade histórica de uma luta pela valorização da profissão e do profissional - tanto na condição salarial quanto no trabalho em geral -, ao mesmo tempo que encontramos esse movimento muito forte de nossas próprias concepções de educação. Por exemplo, sou professora de Matemática e sei que gostamos muito de dizer que há 15 anos tudo era mais fácil; entrava-se em qualquer sala, abria-se um livro didático, via-se onde havia parado e já se sabia a aula que iria dar. Hoje, não. Hoje, estamos inseridos em um coletivo que planeja, que reconhece o aluno, que incorpora a cultura e o desejo de que esse aluno cresça e se desenvolva, ao mesmo tempo que a escola tem a particularidade de possibilitar o contato e a aprendizagem dos conceitos científicos. Então, esse é o movimento que vivemos.

Vou sistematizar um pouco mais, apenas como provocação, esse movimento - de que tento passar uma idéia bastante positiva, pois acho que ele tem esta marca: os desafios que nos ficam postos, como decorrência desse grande projeto social em construção. Em primeiro lugar, a universalização da educação não é tarefa só da escola. Acho que os governos e, muitas vezes, os próprios profissionais, colocamos muitos papéis nessa universalização da escola para todos. Temos muitos alunos que emagrecem depois das férias; temos aqueles que moram em um cubículo, onde convivem com pai, mãe e muitos irmãos; temos situações em que professores andam 2 horas a cavalo, para chegarem à escola; temos situações de falta de energia elétrica na residência do aluno, enfim, temos várias situações de pessoas que vivem em extrema pobreza e carência, cuja escolarização não cabe à escola resolver. Em nosso País, a universalização da educação está muito jogada nas costas da escola. E alertaria, como primeiro desafio, que universalizar a escola para todos é uma tarefa da sociedade, que implica outros elementos de suporte e de apoio a essas comunidades carentes economicamente, o que pode ser visto em qualquer movimento de outros países que universalizaram a educação - todos eles passam por uma série de programas de apoio e atendimento a demandas sociais.

O segundo grande desafio, no campo da organização do trabalho, é integrar o ensino fundamental, o que significa uma articulação da 1ª à 4ª séries com a 5ª à 8ª séries. Isso implica um rompimento do nosso imaginário, ainda muito presente, de primário e ginásio. O que era ainda pior é que o primário era para todos, e o ginásio para os que conseguissem vencer o primário. Bem, desde 1971, unificaram-se esses dois níveis de ensino no 1º grau, e hoje tratamos das mesmas dificuldades no ensino fundamental. A unificação do ensino fundamental significa que há certos objetivos que são de todo o ensino fundamental. Por exemplo, o letramento não é objetivo da 1ª à 4ª séries, mas um objetivo do ensino fundamental. É preciso que haja a articulação dos professores dos dois níveis, com um projeto político-pedagógico de ensino fundamental. Vejo que esse é um desafio político-pedagógico e profissional, porque a universidade ainda forma o professor da 1ª à 4ª séries e da 5ª à 8ª séries, quando já não existem o primário nem o ginásio.

Fica também para nós o desafio de formar um professor que se ajuste à nova situação e que seja um professor do ensino fundamental. Nesse sentido, acho a discussão dos ciclos extremamente importante. Isso não significa que só a escola que trabalha com ciclos está em condições de realizar essa tarefa. Nós temos escolas seriadas que trabalham em ciclos, mas vamos ter um favorecimento da estrutura do ciclo, porque temos de olhar, em primeiro lugar, o aluno que temos.

O segundo desafio que estou tentando esquematizar é a integração do ensino fundamental, que passa por um conjunto de questões de ordem curricular e de ordem profissional.

Como terceiro desafio, apontaria a escola com o tempo integral. Não seria para se ter aula de manhã e de tarde, mas uma escola de tempo integral, nessa visão geral que tentei situar, do aluno crescendo e desenvolvendo na vivência com seus colegas, tendo possibilidades de desenvolver-se como sujeito de cultura. É uma escola que possibilita o tempo de estudo, o tempo de lazer, o tempo de desenvolvimento corporal, enfim, essa seria uma grande colaboração da escola oferecendo o tempo integral.

O quarto desafio, que não vou discutir, apenas citar, porque, a meu ver, ele é muito importante, é a incorporação mais adequada do aluno portador de dificuldades especiais, portador de deficiência, demandando uma integração com seus pares e, ao mesmo tempo, um atendimento especial. Precisamos refletir sobre esse movimento, às vezes um pouco apressado, de incorporação desse aluno portador de deficiência. Acredito que devamos refletir sobre essas nossas ações e buscar o apoio necessário para que essa incorporação do aluno com dificuldades especiais realmente ocorra. Ou seja, a incorporação merece uma atenção nossa para além do limite. Buscamos não isolá-lo, mas a incorporação dele não pode se dar de qualquer maneira. Há uma construção aí que deve ser feita. Acredito que seja um desafio.

Em quinto lugar, citaria o profissional da educação que precisa incorporar a formação em serviço como constitutivo da sua profissionalização, ou seja, não é possível imaginar um profissional que não tenha tempo remunerado de formação em serviço para a nova escola que se constrói. (- Palmas.) Isso tem de fazer parte da profissionalização hoje, agregando-se às demais questões que já fazem parte da nova escola.

Por último, não para encerrar, mas, como eu disse, procurei fazer um recorte e priorizar algumas questões, citaria o desafio de incentivar e possibilitar práticas experimentais. Essa é uma construção que não podemos fazer pedindo que todos parem para estudar por um ano e ver o que se vai fazer depois. É uma construção em processo. É importante que seja assim, porque precisamos de nos deparar com as questões para poder dar respostas a elas. Eu diria que um desafio é esse: possibilitar experiências responsáveis, mas experiências de construção curricular, de atendimento a determinadas situações que foram mostradas aqui, mas temos de entender que há muita diferenciação no nosso Estado. Devemos possibilitar que os profissionais, coletivamente, possam elaborar outras saídas, legais ou ilegais; que possam solucionar os problemas que ali estejam diagnosticados e que essas experiências possam ser publicadas, socializadas e que possam constituir-se, talvez, em caminhos que nos mostrem o que é a construção desse projeto social, o que é a humanização da educação. Muito obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. Solicitamos aos participantes que se atenham com muita objetividade às suas perguntas, por, no máximo, 3 minutos. E que também os expositores sejam breves, a fim de que possamos responder ao maior número de perguntas. Dessa forma, esta fase transcorrerá de maneira ágil, enriquecendo o final deste seminário.

O Sr. Moacyr Gabriel Heleno - Bom-dia, senhoras e senhores. Minha pergunta é dirigida à Profa. Maria Stela: as Diretoras que abusaram da função cometendo irregularidades, muitas já citadas, cairão no esquecimento? A sociedade ainda pode crer na escola como agência de formação ética?

A Sra. Maria Stela Nascimento - Prof. Moacyr, embora não seja este o tema que abordamos hoje, quero dizer que os servidores que não cumpriram seu papel ou que não souberam dignificá-lo certamente não serão esquecidos. Há algumas ações que estão sendo encaminhadas, dependendo do tipo de procedimento administrativo, para apuração da veracidade dos fatos e sua necessária correção. Respondo a sua pergunta?

A Sra. Aparecida Moreira de Oliveira - Bom dia a todos. Profa. Maria Stela, desculpe-me por voltar ao tema da gestão democrática, pois não fomos ouvidos devido ao tempo. Gostaria de fazer uma pergunta à Mesa, à Profa. Maria Stela e aos nossos representantes. Na resolução, há um item que estabelece: "o professor que estiver em exercício na escola, com o limite de 400 dias letivos em exercício". Esse critério é até justo. Mas eu gostaria de fazer uma observação. Alguns professores no Estado já têm determinado tempo e hoje se encontram em outra escola, por excedência. Que tenham 370 dias letivos em exercício na escola. Esse professor ficou em excedência não por culpa do sistema, mas por culpa desses requisitos. Então, gostaria de perguntar o seguinte: esses professores que têm 10 anos de serviço, que têm algum tempo no Estado, não necessariamente tempo suficiente, mas foram forçados a ir para outras escolas para não ficar em excedência; esses professores que têm 370 dias letivos não poderão concorrer a uma eleição, sendo que conhecem a realidade da escola, moram no bairro, conhecem toda a comunidade e a necessidade da escola?

Então, gostaria de propor à Mesa o seguinte: já que a Profa. Glaura falou sobre flexibilização das leis, gostaria que os Srs. Deputados dessem mais liberdade e olhassem a questão da flexibilização das leis. Muito obrigada. (- Palmas.)

A Sra. Maria Stela Nascimento - Profa. Aparecida, muito obrigada pela sua pergunta. Vou apresentar aos participantes uma alternativa para podermos viabilizar este debate e não misturarmos os assuntos. Temos hoje uma TV interativa, das 9 às 10 horas, tratando, especificamente, da gestão escolar, da Resolução nº 154. Gostaria que vocês, por gentileza, anotassem este número de fax: 379-8649. Dirijam-se à Profas. Nilda, da Superintendência de Recursos Humanos da Secretaria de Educação. Cito ainda o "e-mail", para quem usa a Internet: sdeducação@mnggovbr. Todas as questões serão respondidas. Esclareço ainda a vocês que, na próxima quarta-feira, estaremos novamente na TV interativa, das 9 às 10 horas, tratando, específica e exclusivamente, da gestão escolar. Eu lhes peço desculpas por não responder agora à pergunta, para não desviar o curso do debate.

O Sr. Presidente - A Presidência informa a Aparecida Moreira de Oliveira que as propostas encaminhadas com relação a esse tema serão tratadas também hoje à tarde, no Grupo 4, da gestão democrática, e o que ficar levantado e aprovado no trabalho desse grupo será, amanhã, avaliado aqui como proposta do plenário, para ser encaminhado. Com relação à flexibilização das leis, não há dúvida que é um tema também interessante, mas, no caso em questão, a resolução é uma norma emitida pelo Poder Executivo. O Legislativo não tem como ter acesso a ela, a não ser no caso de ela se contrapor às leis que estão em vigor.

A Sra. Norma Lambertuci - Bom dia a todos, companheiros e Mesa. A minha intervenção faz referência a estar neste seminário. Acredito que a valorização da educação passa, primeiramente, por alguns pontos que penso ser fundamentais e gostaria de reforçar a questão salarial. Então, ouvimos o Secretário, a Secretária Adjunta, que fala da Escola Sagarana, que fala de avaliação, que fala de projetos pedagógicos, mas até agora não ouvimos nada a respeito da questão salarial. Sabemos que o nosso aumento salarial de quatro anos atrás foi dividido em suaves prestações e que, depois, houve um abono de R\$45,00. A realidade que vivemos hoje, como educadores, é terrível. Somos vítimas duplamente. Temos também a questão da sociedade que atendemos na escola pública. Nunca o País passou por uma crise tão violenta de fome, de miséria, de desemprego. Vivemos um momento angustiante, o que é o maior desafio que vejo na escola pública de Minas Gerais e de todo o País. (- Palmas.) Gostaria que a minha fala fosse nesse sentido, ou seja, o de fazer um pequeno desabafo. Acho que o Governo de Minas tem um compromisso com essa escola. É para fazer política pública e nos prestar socorro que elegemos Governadores, Presidentes, Deputados, Prefeitos e Vereadores.

Fiquei feliz ao ouvir a Subsecretária falar no Bolsa-Escola. Vejo acenar, aí, uma esperança. É terrível dar aula para uma criança que está com a barriga vazia. Educação passa a ser luxo quando o professor começa a dar aula e o aluno não tem condições de acompanhá-lo.

Peço à Profa. Maria Stela que nos diga datas. Quero medidas urgentes, porque o que tenho em sala de aula é urgente. Quero saber quando será implantado o Bolsa-Escola.

O projeto político-pedagógico é também da maior importância. É por meio dele que vamos conquistar um pouco de cidadania para os alunos. É um desafio a enfrentar: temos que exigir do Estado que o projeto político-pedagógico seja realmente implantado. (- Palmas.)

A Sra. Maria Stela Nascimento - Profa. Norma, muito obrigada pelas suas questões, todas as duas pertinentes.

O problema salarial é sério, grave e vem sendo vivenciado não só pelo pessoal da educação, mas também, acredito, pelos demais segmentos do Estado. Seu desabafo, Profa. Norma, representa a fala de todos.

Para pensarmos em proposta digna e decente - o Secretário já se preocupa com isso -, há que se estabelecer um plano de carreira que defina um salário digno, e não um salário inexpressivo, com alguns penduricalhos: mais isso, mais aquilo, mais R\$45,00.

O plano de carreira já está sendo discutido. Amanhã mesmo, haverá uma reunião para tratar do assunto na Secretaria de Administração. O que pensamos é que, considerado o enorme contingente de pessoas que a educação abriga, teria que haver um plano de carreira específico para a educação. Penso que ela não pode ser incluída no plano geral de carreira, dada a especificidade de nossas atividades e também o fato de a educação conter o maior número de profissionais públicos em nosso Estado.

O projeto da bolsa-escola vem sendo trabalhado na Secretaria da Educação. Sugiro à Profa. Norma que entre em contato com a Profa. Gilva, que está encaminhando diversas ações. Como todos sabem, temos que fazer o cadastramento do pessoal, porque são três as condições exigidas da família para a concessão da bolsa-escola: ter filhos na faixa etária de 7 a 14 anos, que estejam matriculados na escola pública; ter renda "per capita" familiar igual ou inferior a meio salário mínimo e ter residência comprovada no município por, pelo menos, três anos.

Esse programa não pode abranger o universo dos alunos. Vamos atender às situações mais carentes, e, à proporção que conseguimos melhorar a condição de vida dessas famílias - estamos perseguindo isso também -, outros serão incluídos.

O Sr. Presidente - Pergunta de Luci Imaculada Alves, da Escola Municipal Luiz Gatti, dirigida à Sra. Maria Stela: "Como a Secretaria de Estado da Educação pensa garantir recursos financeiros para as escolas municipais que possuem ensino médio? Quais as possibilidades de garantir o pós-médio às que possuem condições de funcionamento?"

A Sra. Maria Stela Nascimento - Profa. Luci, a obrigação do atendimento ao ensino médio, por princípio constitucional e pela LDB, é obrigação do Estado. Porém, ele vai absorvendo o ensino médio gradativamente.

Você pergunta o que o Estado pode garantir, em termos de recursos financeiros, para as escolas municipais que possuem ensino médio. O Estado não recebe recursos financeiros para as escolas do ensino médio estaduais. Só recebemos recursos financeiros para o ensino fundamental; para o ensino médio, não. Essa é a nossa grande dificuldade.

A Profa. Norma disse ser horrível ver uma criança de barriga vazia na escola. Vou além, vi, na Escola Milton Campos, um menino falar que não conseguia estudar, porque dormia de fome e não tinha como comprar merenda.

Quando os municípios entraram em parceria com o Estado naquele processo de municipalização, passaram a perceber um "per capita" de R\$315,00 por aluno matriculado. Acredito que, nos municípios, esse recurso é maior do que no Estado. O Estado está buscando viabilizar alguma coisa para o ensino médio. Mas não poderia afirmar nada sobre os recursos, a não ser a assistência e o acompanhamento que damos às escolas da rede estadual de ensino.

A Sra. Maria Catarina Domingues Vale - Sou de Divinópolis, e minha pergunta é dirigida à Profa. Samira e aos Deputados. A questão da gestão democrática é o tema em que todos nós estamos mais interessados, mas o tempo não foi suficiente. Gostaria que pensassem no seguinte: quando vamos fazer alguma manifestação, greve ou paralisação, sempre convivemos com os mesmos problemas. Quando tentamos conquistar uma democracia, devemos passar aos alunos a necessidade desses movimentos. Mas, até hoje, a Secretaria nos enrola com o drama de pagar pelos dias paralisados, pagar os dias de greve. Não somos empresas; com a educação, não damos vultosos lucros ao País todos os dias; é um drama pagar esses dias após a greve. É uma ilusão, porque, nos dias de sábado, os alunos não comparecem. Isso é uma fantasia. Como resolver essa questão dos dias paralisados? A categoria precisa saber isso, porque há muita pressão dos Diretores.

A Sra. Maria Stela falou sobre a cultura do sucesso escolar. Como você relaciona isso? A senhora tem alguma informação em relação ao calendário escolar nas diversas regiões do Estado. Como isso está funcionando? Existe o período das safras de café, de cana, em que todas as crianças largam a escola e vão trabalhar, mesmo com o calendário unificado.

A outra questão é sobre o número de dias letivos imposto pela Constituição - 200 dias letivos, mais 20 dias escolares - num País em que, pela diversidade econômica e social, há escolas que funcionam em construções de pau-a-pique ou, até, em construções emergenciais. Para você, o que significa dia letivo, de fato?

Para os companheiros, gostaria de lembrar que se falou muito em eleição de Diretor, mas não podemos nos esquecer de que os nossos Superintendentes ainda são impostos.

A Sra. Samira Zaidan - Não posso responder pelo Governo, mas queria dizer que, como profissionais, quando entramos numa greve, estamos paralisando o nosso trabalho e não devemos receber por isso. Esse caso é especial porque se trata de uma situação em que poderá haver reposição. Mas greve é greve. É uma briga que compramos e, ao optar por ela, estamos colocando em risco o recebimento dos dias parados. Ao deixar os alunos sem aula e a escola fechada, estamos utilizando o poder da escola. Acredito que essa é uma questão profissional. Greve é uma luta em que não há garantia de que se vai ter o pagamento dos dias parados, a não ser que ocorra a reposição de fato. Houve suspensão das atividades, e existem outros direitos em jogo, que são os dos alunos. Na Universidade Federal, estamos pagando 100 dias de greve. Estamos há dois anos sem férias. Foi uma opção nossa fazer a greve.

A Sra. Maria Stela Nascimento - A Profa. Samira poderia ter respondido pelo Governo, porque essa é a nossa posição. Temos direitos e temos deveres, e, como professores, o nosso dever com o aluno é assegurar-lhe o cumprimento de 200 dias letivos e o mínimo de 800 horas-aula. Essa reposição refere-se ao cumprimento dessa jornada, que não é uma exigência da Secretaria, mas da própria lei. O seu cumprimento é necessário, porque estamos garantindo ao aluno a jornada que, de direito, lhe pertence, para que complemente o trabalho escolar. Então, houve greve, houve paralisação, a Secretaria solicitou que cada escola elaborasse o seu próprio calendário de reposição e o executasse.

Quanto à cultura do sucesso, você questiona o problema dos calendários escolares. Estamos sempre atentos e observamos os problemas das regiões em que o aluno constitui força de trabalho.

Nessas regiões, os calendários são adequados: quando o aluno tem que se afastar para participar do plantio, da colheita, a escola pára e só retoma as atividades quando os alunos encerrarem as suas. Essa cultura permanece, vai continuar, mesmo porque a Secretaria não faz mais do que cumprir o seu papel.

Quanto ao seu significado, "dia letivo" significa efetivo trabalho com o aluno, em sala de aula, atividade escolar.

Espero ter respondido às suas questões.

A Sra. Maria Helena Augusto - Boa-tarde a todos. Queria fazer uma questão às duas, mas, antes, tenho que situar os fatos.

É o seguinte: as escolas públicas, neste momento, estão debatendo a questão da organização do tempo escolar. Realizamos vários debates. Depois, tivemos a fase dos seminários por núcleos, no interior do Estado. E, em Belo Horizonte, houve um seminário no dia 7 de outubro, entre as escolas da Capital, a Grande BH, Sete Lagoas, Ouro Preto, etc. Quanto a uma questão, houve dúvidas, e eu gostaria que ela ficasse bem clara.

Estou com a lei e vou ler o § 2º do art. 32, que diz: "Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino".

Então, no dia 7 de outubro, a Diretoria de Normas da Secretaria da Educação disse - não sei se a questão está fechada - que acha difícil viabilizar a progressão continuada no regime de seriação. Com isso, já está correndo entre as escolas de Belo Horizonte a notícia de que, se fosse feita a opção por seriação, não haveria possibilidade de existir a progressão continuada.

Isso é muito sério. Há os Pareceres nºs 1.132 e 1.158, do Conselho Estadual de Educação, mas acho que temos que repensar essa questão, porque não podemos voltar àquele ensino tradicional, antigo, de exclusão do aluno. Neste momento, as escolas precisam de uma assessoria da Secretaria sobre o assunto. É de extrema importância essa questão.

A Sra. Gislene Aparecida de Souza - Boa-tarde a todos. Minha pergunta se dirige a Maria Stela.

Secretária, pareceu-me que a sua colocação foi feita da seguinte maneira: tudo vai estar resolvido, entre os fatos que serão colocados pela Secretaria. Parece que os problemas não existirão mais. Essa foi a impressão que tive ao ouvi-la. Então, fiquei bastante preocupada.

O Governo Itamar, quando assumiu, fez o compromisso verbal de que daria tratamento muito especial à educação. De lá para cá, verificamos muitas falhas na atuação do Governo, tanto que houve paralisações, greve de dois dias. E, nessas colocações feitas pelo Governo, notamos também a questão da Resolução nº 52/99, que organiza o quadro de escolas vinculado ao número de alunos matriculados, que fere e limita a Lei nº 9.381, de 1986, porque possibilita e efetiva a qualidade real do ensino, dotando as escolas dos recursos humanos suficientes e necessários para enfrentar o mundo atual. A partir do momento em que a resolução veio, por meio do Aviso nº 9/99, de 11 de junho, era para se fazer a racionalização das questões de ensino, mas as salas de aula se tornariam superlotadas novamente, com desemprego para os trabalhadores, bibliotecas fechadas, etc.

Esse caos que ocorreu na educação nos preocupa bastante. Eu gostaria de saber se essa poderá ser uma prática do Governo Itamar, se está na pauta de vocês, caso isso venha a ocorrer, ou se existe um efetivo plano para a solução disso, para não deixar a evasão acontecer e não fazer com que as salas de aula continuem superlotadas no início do ano, como sempre ocorre.

Gostei muito da ponderação da Samira Zaidan, que argumentou que a escola deve ser em tempo integral. Não ouvi essa fala na sua exposição e gostaria de saber se, para essa solução viável que a senhora disse que deveria ocorrer e com certeza seria um sucesso, com a participação dos professores, também é intenção do Governo fazer isso com relação ao tempo integral de ensino, porque verificamos que, do jeito que está, não será um ideal desejado por todos nós. Obrigada.

A Sra. Samira Zaidan - Vou comentar a questão da colega sobre a progressão continuada e a seriação. A seriação, no sistema que conhecemos, foi feita para selecionar e classificar, tanto que é perfeitamente previsível que o aluno que não atingir 60% em todas as matérias faça de novo, tantas vezes quanto for necessário, até ir embora da escola. Há anos, mais de 30% dos alunos vão embora, e, de cada 100 que entram, 20 se formavam no ensino fundamental; convivemos com isso naturalmente, porque o sistema era feito para isso.

Quanto à idéia da progressão continuada, até não gosto dessa palavra, porque parece que se aperta um botãozinho, e tudo anda, prefiro dizer que a escola para todos, que pressupõe acolher esse aluno, reconhecê-lo na sua idade, nas suas condições de existência, de aprendizagem, tem que mexer com a estrutura da escola. No sistema seriado tradicional, não há lugar para essa pessoa, porque quem vence um nível passa para outro; quem não vence não vence.

Estamos falando de outra coisa. Para que isso aconteça no sistema seriado, é preciso haver uma mudança. Conheço escola seriada pequenininha, em que cada série não é uma série. Cada série acolhe o desenvolvimento da série anterior e existe todo um trabalho, que não é o seriado tradicional. Ela funciona em anos letivos, não é seriada. A escola em ciclos também não garante isso, porque não basta aprovar todo o mundo por decreto. É preciso repensar o currículo, repensar a relação de conhecimento e desenvolvimento; aí, talvez, o ciclo favoreça. E, nesse aspecto, incentivar experiências que estejam nessa construção é que pode ser resposta para essa demanda de inclusão.

A Sra. Maria Stela Nascimento - Respondendo à Profª. Maria Helena Augusto, ela menciona que, na reunião da NPC, comentou a impossibilidade de se fazer essa progressão continuada no regime seriado. Tem havido, sim, Maria Helena, uma preocupação muito grande e alguma polemização desse assunto. Acredito que possa e deva haver, sim. O recurso que teremos, em se tratando da escola seriada, seria termos o professor recuperador, que trabalhará com o aluno em horário diferente daquele que está cursando regularmente a sua série.

Em nenhum momento, pensou-se em viabilizar essa proposta. Há realmente o problema do alto custo, mas esse é um ônus que teremos que assumir, uma vez que a nossa responsabilidade é com o aluno. Quanto ao tempo escolar, a professora já se expressou muito bem. Acredito que a sua pergunta já esteja bem respondida, Profª. Maria Helena.

A Profª. Gislaíne Aparecida de Souza disse que, durante a minha fala, teve a impressão de que não existirão mais problemas. Eu ficaria muito feliz se isso realmente acontecesse. O que eu coloquei foi a proposta da Secretaria da Educação. Foi o que elaboramos e propusemos em termos de atendimento às escolas estaduais e que estamos buscando realizar. Essa proposta é aberta e não é conclusiva. Queremos e esperamos a contribuição de todos para nos ajudarem a aperfeiçoar as propostas que apresentamos. Os problemas existem e continuarão existindo, até que consigamos evoluir e caminhar um pouco mais. É isso que estamos buscando e fazendo.

Você disse que houve um compromisso do Governo em dar atenção especial à educação. E está sendo dada, com certeza. Rapidamente, vou citar para você apenas algumas ações. Além do atendimento ao ensino básico, estamos preocupados, como já disse, com a educação indígena. A primeira escola será inaugurada em Carmésia, com o nome de Escola Estadual Indígena Bacumuxá. Seus professores integrarão a rede estadual de ensino, de início, como designados, mas poderão fazer concurso normalmente, quando houver.

Também existe a bolsa-escola, que é um programa da Secretaria da Educação e o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais. Outro dia, conversando com um grupo de Diretores, disse-lhes que enxergo o trabalho em uma escola como o trabalho em um jardim, onde existem diversos tipos de flores, cada uma exigindo um cuidado especial. É esse cuidado especial, esse reconhecimento de que cada aluno é um, que temos que ter sempre em mente, para executar com segurança e fidelidade o nosso trabalho. Tratando-se de um aluno com necessidades especiais, vejo-o, de início, como uma planta de estufa, que vai sendo aclimatada fora dali e colocada junto às colegas, como deve acontecer a inclusão do aluno portador de necessidades especiais. Ele vai integrar turmas na escola pública.

Acho que essas ações são representativas e dizem muito da nossa preocupação para com a melhoria da qualidade do ensino. Além do plano de carreira que mencionei e já está sendo trabalhado, buscaremos estruturar a carreira da educação com a dignidade que o professor e o educador merecem.

Com relação à Resolução nº 52/99, você se reporta à Lei nº 9.381, de 18/12/86, e à racionalização de pessoal que teve que ser feita. Vou tentar responder rapidamente.

A Lei nº 9.381, 18/12/86, que contém as orientações para a organização do quadro de pessoal da escola, data de 13 anos atrás. De lá para cá, a demanda cresceu muito, e a situação das escolas ficou também muito diferenciada. Quando, na Resolução nº 5.259, colocou-se um índice para quantificar o pessoal da escola, buscou-se uma racionalização. Admito e concordo com você que os índices apresentados não representaram a melhor solução, tanto que estamos revendo isso.

Quanto à racionalização, não se pretende, em nenhuma hipótese, superlotar salas. A legislação estabelece que cada aluno deva ter 1,20m², e o professor, 2m². Onde houve superlotação, fizemos o retorno à situação anterior.

Espero ter respondido à questão. Caso não tenha sido completa a minha resposta, esse "e-mail" poderá ser utilizado. Você poderá ligar para o telefone 379-8318 e fazer contato conosco.

O Sr. Presidente - Temos três perguntas semelhantes, todas dirigidas à Profª. Maria Stela Nascimento. A primeira é da Profª. Cláudia Ribeiro, da Escola Estadual Getúlio Vargas: uma vez que não haverá, segundo a Profª. Maria Stela, nem a promoção automática nem a repetência, como o aluno receberá acompanhamento escolar no ensino fundamental e médio? Como irá funcionar esse processo?

A segunda pergunta é de Roseana Ferraz, da Escola Estadual Tancredo Neves, de Almenara: o que acontecerá com o aluno que chega ao 1º ano do 2º ciclo sem estar alfabetizado e, no decorrer do ano letivo, fica impossibilitado de ir para o ano seguinte? Ele ficará retido? Qual o procedimento a ser adotado pela escola?

A terceira pergunta é de Maria Blandina Soares Miranda, da Escola Estadual Laudelina Dias Lacerda, de Almenara: o que a Secretaria da Educação tem de concreto no que diz respeito à metodologia e à avaliação como resultado final de um ciclo, uma vez que a escola tem dificuldade em preparar o professor para trabalhar isso com segurança?

A Sra. Maria Stela Nascimento - Vou tentar responder às três questões. É claro que a promoção automática dispensa qualquer comentário. Acho que é um desrespeito ao aluno. A repetência só leva o aluno a perder a auto-estima. Isso já está muito trabalhado. Uma das propostas que temos seria a presença do professor-recuperador, no caso daquele aluno que está com dificuldade em um ou dois conteúdos. Eu já disse isso, respondendo à Profª. Maria Helena Augusto. Se um aluno chegou ao 2º ciclo, considerando a definição de ciclo que vem sendo adotada desde o ano passado, ou seja, a 5ª série do ensino fundamental analfabeto, tem que ir para a alfabetização. Isso é um absurdo. Se essa situação existe, precisa ser identificada, porque vamos ter que ver a forma de trabalhar com esses alunos, não podem ficar na 5ª série analfabetos. Como analfabeto, tem que ser alfabetizado. Alfabetizamos é no 1º ciclo. Isso é um absurdo, seria a consagração da promoção automática, da promoção por decreto, seja lá o nome que se dê a esse tipo de procedimento estranho.

Quanto à metodologia de avaliação como resultado final no ciclo, uma vez que as escolas sentem dificuldade em preparar o professor para trabalhar isso com segurança, repito: a Secretaria da Educação trabalhará com vocês, para que as dificuldades possam ser sanadas.

Nenhuma escola vai estar entrando na execução de uma nova proposta sem que esteja devidamente preparada. Para isso, estaremos dando cursos de capacitação que permitam resolver esse tipo de problema.

O Sr. Presidente - Willer Barbosa, do Departamento de Educação da UFV, faz o seguinte registro: "Todo projeto social traz um projeto de desenvolvimento para essa mesma sociedade, mas vivemos disputas sociais. Então, como superar o conservadorismo, às vezes, travestido de progressista, e, efetivamente, sair da escola e perceber que somos anticidadãos em uma sociedade em degradação?"

José Andrade Vieira, representante da educação, de Ubá: "Quando o Governo reduz a verba, como fica a educação no Brasil?"

Pergunta de Filipe Brito Ferreira, da Escola Estadual Getúlio Vargas - solicito à Profª. Samira que a responda: "Não podemos basear a educação em projetos assistencialistas, paternalistas. Não só nós, profissionais, somos responsáveis, mas também toda a sociedade. Como mobilizá-la de forma consciente, e não como forma política?"

A Sra. Samira Zaidan - Acho que é como estamos fazendo. Estamos vivendo esse movimento e debatendo alternativas porque elas não estão dadas. Não temos certezas. Hoje, a escola não é de certezas. Acho que tem a ver uma mobilização, como a que já estamos fazendo. Há um aspecto relevante para os profissionais da educação, cabe-lhes a tarefa essencial, porque a mobilização social se dá em torno do espaço escolar, que é dirigido por eles. Como não há certezas, devem ser debatidas alternativas. Hoje, estão sendo colocadas várias alternativas. Claro que cabem responsabilidades ao Governo, aos Diretores, etc. É um comentário, e não uma resposta à questão.

O Sr. Presidente - Perguntas do Prof. Antônio José, de Coronel Fabriciano, dirigidas à Profª. Maria Stela: "Que critérios foram utilizados para a implantação desses centros de

formação profissional pós-médio? Existe alguma previsão para a implantação de um centro de formação profissional pós-médio no Vale do Aço? Caso a resposta à segunda pergunta seja negativa, o que podemos fazer para essa implantação, já que existe demanda, por ser uma região de grande condição industrial, comercial e de prestação de serviços?"

A Sra. Maria Stela Nascimento - Prof. Antônio José, concordo plenamente com o senhor. Acho que a região do Vale do Aço realmente é um pólo interessante para a implantação de um centro de educação profissionalizante, tendo em vista o grande número de indústrias lá existentes. Poderia se formar mão-de-obra especializada para esse aproveitamento.

Com relação aos quatro centros que estão sendo viabilizados, o de Brasópolis já existia. É uma escola de educação profissional que, por um período - não sei por que razões - não funcionou como tal e retomou as suas atividades. Ela trabalha na parte de formação tecnológica.

Ao implantar o Centro de Educação Profissional de Brasópolis, estamos praticamente revitalizando algo que já existe e dando continuidade a esse trabalho. Existe demanda suficiente para a absorção da mão-de-obra que essa escola venha a formar.

O Centro de Caxambu, que é uma estância hidromineral próxima de São Lourenço, Lambari, enfim, de uma série de cidades que têm no turismo uma de suas fontes de rendimento, vai formar profissionais na área de turismo e de hotelaria, atendendo à necessidade e à demanda existente naquela região.

O de Teófilo Ottoni vai atender à formação profissional na parte de gemologia e de jóias; o de Itajubá, na parte de telecomunicações, ambos já muito desenvolvidos.

Enfim, acho que todas as comunidades, no caso do Vale do Aço, devem-se dirigir ao Secretário da Educação, expondo suas reivindicações, que acho muito válidas e pertinentes.

O Sr. Presidente - Solicitamos ao Prof. Antônio José que dirija seus questionamentos e sugestões à comissão que será eleita amanhã, para acompanhar os desdobramentos do seminário. Seria o momento mais oportuno. Pergunta para a Profa. Maria Stela, de Mônica Alvarenga, da Escola Estadual Walter Vasconcelos, de educação especial, em Muriae: "Em sua fala, não houve apreciação do ensino especial. Quais as perspectivas de ações que tem a Secretaria da Educação para promover a melhoria da educação especial em Minas Gerais?". Há outra pergunta para a Profa. Stela, de Maria Madalena Corrêa Nicolai, da Escola Estadual Governador Milton Campos: "O profissional de educação de uma escola comum não tem capacidade para atender o aluno portador de deficiência. O que deverá ser feito para corrigir isso?"

A Sra. Maria Stela Nascimento - Profa. Mônica, só não abordei essa questão porque já havia extrapolado o meu tempo. É claro que o atendimento aos portadores de necessidades especiais é importantíssimo e ele não foi nem está sendo esquecido. Aliás, estamos implantando um centro de portadores de deficiência visual em Uberaba, que será inaugurado brevemente.

O atendimento aos alunos portadores de necessidades está sendo implementado de acordo com as sugestões que foram encaminhadas ao Sr. Secretário por meio de comissão especificamente criada para isso. Vocês devem ter observado que na Resolução nº 154, quando se tratou da gestão escolar, observou-se a necessidade de que aquele que se candidate à diretoria de uma escola de alunos portadores de necessidades especiais tenha a necessária formação - ou vivência que comprove isso -, sem o que não poderá candidatar-se. No caso de estarmos aproveitando excedentes, primeiro teremos de ver com o profissional que não tem formação específica para trabalhar com alunos diferentes seu interesse em trabalhar com essas crianças; em seguida, ele será capacitado para tanto. Em nenhuma hipótese se colocarão junto a alunos portadores de deficiência professores que não se adaptem ao atendimento de suas necessidades.

O Sr. Presidente - Raquel Garcia de Oliveira Brasil, da Secretaria Municipal de Educação de Brumadinho, deseja fazer uma pergunta para a Profa. Samira. Também Marlene Reis, da Escola Estadual Pero Vaz de Caminha, deseja fazer uma pergunta à Profa. Samira, assim como Valdir Araújo, do SIND-UTE de Uberlândia. Solicito aos três que sejam bastante sucintos em suas perguntas para que ela possa, de uma vez só, responder aos três.

A Sra. Raquel Garcia de Oliveira Brasil - Profa. Samira, quero saber se existe algum projeto sobre a educação especial para capacitar os professores que trabalham com alunos especiais.

Já fui professora de alunos especiais, gostaria só de registrar que nós, professores, não discriminamos trabalhar com alunos de necessidades especiais. Na verdade, sofremos por estar trabalhando com esses alunos, por não termos capacidade de fazer mais por eles. Na verdade, não discriminamos, mas sim sofremos. Gostaria que isso fosse revisto pela Secretaria da Educação.

Além disso, gostaria de dar uma sugestão, porque uma das propostas do documento final traz: "A criação de um instrumento legal que garanta o acesso e a permanência dos educandos portadores de necessidades especiais nas escolas". A minha sugestão seria de, antes de se criar um instrumento legal como esse, que se criasse um instrumento que pudesse, primeiro, preparar os professores e as escolas, as salas de aula, para depois receber os alunos. Então, primeiro capacitar e preparar os professores, para depois receber esses alunos. Muito obrigada.

A Sra. Marlene Reis - Minha pergunta é para a Maria Stela e depois para a Samira. Meu nome é Marlene Reis, trabalho na Escola Estadual Pero Vaz de Caminha. Depois de tudo que foi discutido aqui, gostaria que a senhora fosse a porta-voz de uma proposta, que levasse isso para a Secretaria da Educação. Tenho a certeza de que isso vai constar no documento também. Mas o que está faltando na escola, e eu gostaria da opinião da senhora, seria um momento quando ou o Secretário ou a Secretária Adjunta, qualquer pessoa que trabalhasse na Secretaria, recebesse, pelo menos uma vez por semana, ou duas, ou três vezes por mês, não sei, isso seria planejado, os professores e os pais dos alunos. Porque os professores e os pais estão muito distantes da Secretaria da Educação, distantes mesmo. Os professores e os pais são os últimos que falam, quando falam, e quando são ouvidos também. Não temos esse espaço. Então, seria esse espaço para que fôssemos recebidos. Acho que isso vai engrandecer muito a escola e vai haver realmente uma participação, para resolvermos determinados problemas até mesmo dentro do próprio projeto da escola. Seria interessante que tivéssemos esse espaço.

Para a Samira: gostei muito quando você falou em projeto social e me lembrei de um projeto no qual estamos trabalhando na escola. Dia 4 de outubro elegemos a 1ª Câmara Mirim de Belo Horizonte, com Prefeito e Vice-Prefeito. Gostaria da sua opinião, se é por aí mesmo, se esse projeto social seria mesmo por via desse trabalho de cidadania.

Foi um trabalho em que realmente saímos da teoria e partimos para a prática, não tivemos medo. Foi um trabalho feito com ousadia, que poderá servir até de modelo para outras escolas. A posse desses meninos será na Câmara Municipal de Belo Horizonte, e eles estão partindo para projetos de lei que serão entregues à Câmara Municipal.

O Sr. Valdir Araújo - A minha indagação vai para a Profa. Samira Zaidan: como você vê essa perspectiva da política educacional neste Governo que está se iniciando? Realmente vamos conseguir avançar para um currículo mais humanizado, como você disse?

É sabido que as condições de trabalho dos trabalhadores em educação, dentro da escola - condições que vão desde as materiais até as psicológicas -, envolvem a questão do tempo coletivo, da democracia, enfim, uma série de outros fatores. Mas ela está bastante prejudicada, uma vez que a questão econômica, tanto da valorização quanto desses recursos, é um empecilho. Talvez possamos avançar um pouco na democracia, mas o lado econômico certamente esbarará nessa questão pedagógica.

Só para citar um exemplo, hoje as bibliotecas escolares são mais uma peça de museu, com aqueles livros cheios de traças e empoeirados. Algumas bibliotecas não renovam seus acervos há muitos anos. Às vezes, a biblioteca parece até um local de encosto de professores e trabalhadores com problemas de saúde. Infelizmente, a biblioteca também é tratada como um depósito de gente.

A questão das salas superlotadas, abordada pela Profa. Maria Stela, e a questão dos cursos profissionalizantes, se vai haver um debate sobre o retorno desses cursos, aproveitando aquelas escolas que já tinham infra-estrutura. Em Uberlândia, algumas escolas ofereciam cursos de contabilidade, que hoje seriam substituídos pelos cursos de informática. A questão da formação do docente e a questão de alguns cursos técnicos de eletro-eletrônica. Muito obrigado.

A Sra. Samira Zaidan - Concordo inteiramente com a maneira com que a Rachel abordou a questão sobre educação especial. Nesse particular, há um campo complicado a transitar. É necessário incorporar o aluno com dificuldades ao processo regular, garantindo-lhe um desenvolvimento equilibrado. Isso talvez custe mais do que o que se está gastando; talvez demande outros espaços complementares, conforme a situação do aluno. O que não pode acontecer é que esses alunos sejam mantidos em salas cheias, como uma colega falou, "com o professor sofrendo" - e com o aluno também sofrendo. É importante o movimento de integração desses alunos, que fazem parte da nossa diversidade e da nossa realidade. Mas é preciso refletir um pouco sobre como isso vem sendo feito. Nesse caso, não há dúvidas que há demanda de um investimento de recursos específicos em razão da diversidade de situações que encontraremos. Alguns alunos precisarão ter atendimento além, outros precisarão, na sala, de apoio além do do professor, etc.

Marlene, ao me referir a um projeto geral de educação básica, refiro-me ao nosso movimento de consciência sobre que escola e que educação queremos para nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos. Os projetos que expressam esse movimento são vários. Vamos ter projetos político-pedagógicos nacionais; os parâmetros curriculares do MEC são esses; vamos ter projetos estaduais e projetos de rede. A escola plural é um projeto que expressa isso. Os diversos projetos pedagógicos de rede representam esse movimento. Os projetos da escola, como esse que a Sônia citou, sem dúvida expressam um desdobramento desse projeto mais geral. Na sala de aula, uma proposta de pesquisa e de investigação são os projetos de trabalho desenvolvido com os alunos. São movimentos que realizamos. Insisto que a possibilidade de conhecermos, de trocarmos as diversas formas de desenvolvimento desses projetos é muito importante, porque ninguém sabe o caminho das pedras; mesmo porque não é único.

Waldir, acho que você abordou um conjunto de itens difíceis. Não senti isso como questionamento. Acho que são tópicos que podemos discutir. Mas sabemos que esse movimento curricular não tem retorno. Se tivermos, a situação ficará muito complicada, porque a escola para todos demanda uma reformulação do que é conhecimento, do que são abordagens, do que são processos escolares.

Não tem jeito. Pode ser no sistema seriado? Pode ser. Pode ser no sistema de ciclo, mas tem que se rever. No sistema seriado, teremos que fazer mudanças maiores. Não acredito que o sistema seriado seja favorecido. Temos discutido - e vou fazer a propaganda do vídeo do SIND-UTE, do qual eu e vários colegas participamos - o tempo do ciclo, se deve ser de três ou quatro anos, porque é uma boa polêmica. Agora, esse currículo mais humanizado demanda investimento. Estou aqui um pouco satisfeita em ver como o acesso e a possibilidade de se fazer a discussão mudou em relação ao Governo passado. Quando o Governo senta para discutir, começam os problemas. Quando vamos discutir, vamos ter a dimensão dos problemas a serem enfrentados. Então, por ser da Universidade, estar em um lugar diferente e por ter sido do Governo Patrus, da equipe de educação da Prefeitura de Belo Horizonte, estou vendo a situação que está colocada no Governo Estadual. Essa é a hora de se colocar isso, e vocês estão fazendo isso. Quer dizer, esse currículo vai acontecer ou não, dependendo não só das condições materiais - não nos iludamos, a condição material é essencial, é salário, é hora de estudo, é montagem de estrutura de escola, sim, mas a existência disso não garante. Estão aí os exemplos das grandes escolas particulares de Belo Horizonte, que não trabalham, muitas vezes, com uma visão do currículo humanizado. Então, são dois aspectos a considerar.

O Sr. Antônio José de Assis - Meu nome é Antônio José de Assis, sou professor no Vale do Aço, não estou representando uma escola e, por isso, não coloquei a escola. Já que estamos falando em democracia, considero uma falta de democracia o fato de não ter sido perguntado se poderia ou não, simplesmente, ser enviado à plenária final algumas propostas por mim colocadas ou que eu gostaria de colocar. Para mim, isso é falta de democracia. Gostaria de não ficar usando muito o tempo e não vou fazê-lo, mas considero isso necessário e muito importante. Quem está aqui há 1h08min é porque, realmente, tem muito compromisso com a educação. Então, gostaria de manifestar meu protesto por não ter sido, pelo menos, consultado sobre essa possibilidade.

O Sr. Presidente - A Mesa registra os protestos do professor e informa, sobre a questão colocada, que o encaminhamento de sugestões pode ser feito hoje, na parte da tarde, nos grupos de trabalho, que são os fóruns específicos para esse tipo de assunto. Aqui temos o tema direcionado à palestra das expositoras. Se ficarmos aqui "perdendo tempo", entre aspas, nos desviando do objetivo real da palestra, propriamente dita, aquilo que poderia ser explorado, enfocando a fala das duas, poderia ficar para trás. Perderíamos o momento. Agora, o que o senhor quer fazer pode ser feito na parte da tarde, sem prejuízo nenhum. O senhor fez as suas perguntas, que foram aqui, democraticamente, lidas e, democraticamente, respondidas. Gostaríamos também de explicar que, infelizmente, estamos limitados pela questão do tempo. Todos gostariam de ter muito tempo, mas, infelizmente, esse tempo não existe. É preciso, dentro da democracia, sobretudo, ter ordem, o que estamos tentando fazer aqui. Sem ordem, há anarquia, e com anarquia não há democracia. Entendemos dessa maneira, e ficam registrados os protestos do ilustre professor. Vamos fazer agora as últimas perguntas para a professora.

O Sr. Antônio José de Assis - Deputado, só um esclarecimento. Em primeiro lugar, as mesas de trabalho são divididas em temas, eu não posso participar de todas. Em segundo lugar ...

O Sr. Presidente - Por favor, registrei o protesto de V. Exa. Já terminamos o tempo, e temos a última pergunta. Ela é do Sr. Joaquim: "Professora, por ser conhecedor da política educacional do Governo Azeredo e, certamente, sabedor de que a proposta apresentada por este para o tempo escolar era meramente uma mudança de nomenclatura, série passou a se chamar ciclo, qual é, verdadeiramente, a proposta concreta do atual Governo para, efetivamente, implantar, ao longo do tempo, o ciclo escolar? Não se esqueça de que, para o sucesso do projeto, são necessários investimentos financeiros, qualificação dos professores e, no mínimo, concurso público".

Pergunta da Sra. Marcilene, da Escola Municipal Profa. Esmeralda Vianna, de Muriaé: "Na escola em que trabalho, o ciclo continua de forma estressante, e o professor é o único responsável por atender às individualidades, até as especiais, de cada aluno. Na verdade, nem posso chamar esse processo de ciclo. Pergunto: Como é o modelo de ciclo proposto pela Secretaria da Educação? Poderia detalhá-lo um pouco mais?".

Pergunta do Sr. Mozart Carvalho, da 4ª Secretaria Regional de Ensino de Campo Belo: "A Secretaria insiste em afirmar que não vai interferir na decisão das escolas sobre a adoção do ciclo ou da seriação, mas todas as ações nos levam a entender que a adoção do ciclo seria a mais adequada no momento vivido por todos. Por que, então, não adotar definitivamente o ciclo e dar condições de decisão às escolas?".

A Sra. Maria Stela Nascimento - Profa. Marcilene, Profs. Joaquim e Mozart, a política que se adotou no ano passado passou. Passado é passado. Não vamos, então, nos ater na análise das consequências disso.

Pessoalmente, acho que a maneira ideal de implantação do ciclo seria a gradual, com as turmas que estão ingressando. O que já aconteceu, no entanto, tem que ter seqüência. Concordo com vocês em que a Secretaria vai ter que investir nisso e ajudar as escolas, para que os alunos, em hipótese alguma, sejam prejudicados.

Prof. Mozart, em sua pergunta, o senhor já deu a resposta. Disse que "a Secretaria insiste em afirmar que não vai interferir na decisão das escolas", e não vai mesmo. A LDB permite que a escola adote o regime de seriação ou de ciclo. E o próprio professor conclui que tudo leva a crer que o ciclo daria melhores condições para o atendimento aos alunos. Se sua escola entende que a melhor proposta seria a adoção dos ciclos, nós acataremos sua decisão. Ela será adotada e respeitada. Não vamos interferir.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e aos participantes, bem como ao público em geral pela honrosa presença

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 47ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 21/10/99

Presidência dos Deputados Rogério Correia e Edson Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Suspensão e reabertura da reunião - Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho - Apresentação oral de pedidos de destaque e de novas propostas - Votação e aprovação do documento final, salvo destaques - Discussão e votação dos destaques e das novas propostas - Palavras do Sr. Murílio Hingel - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Hely Tarquínio - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Edson Rezende, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - Vocês já receberam a cópia do documento final. Temos, ao todo, 492 propostas sobre 6 temas.

Teremos até as 13h30min para discutir todas as propostas. Como o documento foi distribuído apenas hoje para os delegados, a nossa sugestão é de que haja um prazo de meia hora, para que possam ler o documento e fazer os destaques. Nem todos participaram de todos os grupos. Cada participante atuou apenas em dois grupos. Vamos aceitar somente destaques de conteúdo. O destaque de forma e a alocação de alguma proposta para outro tema serão feitos pelo serviço técnico da Assembléia, que vai fazer uma compilação do documento. A redação também será feita pela equipe técnica.

Vamos suspender os trabalhos por 30 minutos. Estão suspensos os trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Murílio Hingel, Secretário da Educação; Maria José Feres, Secretária Adjunta da Educação; Tereza Cristina Alves de Mello, Daisy Moreira Cunha, Indiana Gomes Ribeiro, Áurea Regina Damasceno, Lívia Maria Fraga Vieira e Vera Lúcia Alves Brito, Coordenadoras dos Grupos de Trabalho nºs 1 a 6, respectivamente; e os Deputados Edson Rezende, um dos autores do requerimento que deu origem a este seminário, e Adelmo Carneiro Leão.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Daremos alguns esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos. Pediria a atenção de todos, porque - insisto - temos o prazo limite de até as 13h30min, porque, à tarde, será realizada a reunião ordinária da Assembléia Legislativa, para continuação do processo de votação dos projetos em pauta.

São 492 propostas. Para quem chegou mais tarde, foi dado o prazo de 30 minutos, exatamente para que os companheiros pudessem fazer a leitura do documento final e preparar o destaque. Esse prazo se esgotou. De início, faremos a apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho. Cada coordenador fará um relatório sucinto sobre os trabalhos do grupo. Em seguida, passaremos à apresentação dos pedidos de destaque.

A Presidência vai anunciar o número de cada proposta, e a Mesa receberá os pedidos de destaque, que deverão ser feitos oralmente, pelos microfones do Plenário. Após, serão formalizados, por escrito, com o número da proposta e a identificação da entidade que os subscreve. Os destaques podem ser feitos para adicionar, suprimir ou modificar.

Vou insistir nesse ponto, porque, para agilizar os trabalhos, solicitamos que as alterações sejam substanciais. Para mudanças pouco significativas, pediria a compreensão de todos, pelo pouco tempo que temos. Quanto a mudanças, por exemplo, de alocação de propostas de um item para outro ou de redação, a equipe técnica, juntamente com os coordenadores dos grupos, farão, depois, a compilação do documento.

Concluída a apresentação oral de pedidos de destaque, poderão ser apresentadas, também oralmente, novas propostas, desde que sejam, a seguir, formalizadas e subscritas, no mínimo, por 25% dos votantes.

Depois disso, faremos a aprovação do relatório, salvo os destaques, e será concedida a palavra, por até 2 minutos, aos representantes indicados pelas entidades para encaminhamento da votação dos destaques e das novas propostas, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Propostas novas e propostas contraditórias serão, automaticamente, destacadas.

Bem, uma outra questão importante. A Presidência lembra aos participantes que, antes do encerramento desta reunião, será eleita a Comissão de Representação, que acompanhará os desdobramentos deste seminário. Eles serão realizados por meio da Assembléia Legislativa: projetos de lei a serem elaborados, quando necessários, ou o encaminhamento de documento à Secretaria da Educação e ao Governo do Estado, para a implementação das propostas do seminário.

A plenária poderá referendar a comissão eleita para organização deste seminário ou apresentar nova proposta para sua composição.

A atual composição está no art. 17 do regulamento deste seminário. Caso alguma entidade tenha interesse em apresentar nova proposta para composição da comissão representativa, a coordenação solicita que os pedidos sejam encaminhados à Mesa, por escrito, em até uma hora, a contar deste instante. A composição prevista no regulamento, art. 17, é a seguinte: Conselho Estadual da Educação, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal da Educação de Belo Horizonte, SIND-UTE, Conselho Indigenista Missionário - CIMI -,

Faculdade de Educação da UFMG, Federação das Associações de Pais e Alunos de Minas Gerais - FASPA-MG -, União Municipal dos Estudantes Secundaristas - UMES-BH - e União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação, - UNDIME. Essa é a Comissão de Representação, prevista pelo regulamento do seminário.

Se existirem propostas de alteração, deverão ser entregues à Mesa, no prazo de uma hora. Ao final, vamos eleger a comissão responsável pelo acompanhamento. Essa é a dinâmica que estamos propondo para a votação final. Perguntaria se existe alguém contrário à dinâmica proposta. (-Pausa.) Não havendo, a Mesa a considera aprovada.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - Vamos, então, passar a palavra aos coordenadores dos grupos, que farão sua intervenção no prazo de 5 minutos, expondo como foi a discussão, que propostas não foram consensuais e o que deveremos votar a partir da discussão havida nos grupos. Com a palavra, a Sra. Tereza Cristina Alves de Mello, Coordenadora do Grupo de Trabalho nº 1.

A Sra. Tereza Cristina Alves de Mello - Bom-dia, Plenário. Gostaria de saudar o Presidente da Mesa, Deputado Rogério Correia, e o Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem a este seminário, e as coordenadoras dos grupos de trabalho.

No Grupo Financiamento da Educação, destacamos, depois de várias horas de discussão, alguns pontos gerais sobre o financiamento da educação, e outros específicos, a iniciar pela maior transparência no que diz respeito às receitas e às despesas destinadas ao conjunto da educação. Em seguida, destacamos o aumento da participação no gasto da educação, do PIB nacional, destacando que esse aumento seja, no mínimo, de 10%.

E destacamos, com relação ao FUNDEF, questões relacionadas com o cumprimento de dispositivos legais no que diz respeito à data-base para divulgação do valor "per capita", aplicação de sanções previstas para os Executivos Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao cumprimento do disposto na Lei nº 9.424.

Destacamos a necessidade de parecer prévio dos conselhos do FUNDEF nas prestações de contas encaminhadas ao Tribunal de Contas.

Destacamos a necessidade do fortalecimento da representação democratizada dos diversos segmentos dos setores da sociedade civil nos conselhos, com a necessidade de garantia de autonomia e não-interferência nos conselhos municipais de fiscalização e acompanhamento do FUNDEF por parte dos Executivos Municipais.

Destacamos a necessidade da capacitação dos conselheiros e do acesso irrestrito a informações, incluindo o acesso ao Sistema Integrado Administrativo Financeiro - SIAF.

Com relação ao FUNDEF, destacamos a necessidade de maior publicização das prestações de contas e da receita dos repasses à conta do FUNDEF, com propostas de que essa publicização seja feita por meio da Internet e por meio das contas de água e luz.

Tratamos de questões específicas ao ICMS no tocante à possibilidade no contexto da reforma tributária de extinção desse e de outros impostos que compõem o FUNDEF. Além disso, tratamos também da necessidade de dispositivos que garantam que em qualquer negociação relativa ao ICMS, no âmbito do Estado de Minas Gerais, sejam garantidos e resguardados os recursos correspondentes ao FUNDEF.

Com relação aos Tribunais de Contas apontamos algumas alterações que se fazem necessárias: em primeiro lugar, no tocante à composição dos tribunais e em segundo lugar quanto à uniformidade das regras para todo o País.

Concluimos dizendo da necessidade da inversão da lógica de financiamento vigente neste País, que é de restrição de direitos sociais básicos. E, nesse contexto, destacamos a necessidade da ampliação do debate sobre o FUNDEF e da efetivação da criação do FUNDEB, para estarmos garantindo fontes de financiamento sólidas com valor "per capita" de qualidade para todos os níveis de ensino que compõem a educação: básica, infantil, fundamental e média.

Destacamos a questão da cota estadual do salário educação para a garantia da manutenção da contribuição social do salário-educação no contexto da reforma tributária e da efetivação da redistribuição no âmbito do Estado de Minas Gerais da cota estadual para os municípios.

Tratamos do repasse de recursos financeiros às escolas suficientes para as necessidades básicas da escola. Existem cinco propostas que tratam especificamente disso.

Finalizando, no Grupo I foram aprovadas algumas moções de apoio à Comissão Nacional de Educação no que diz respeito ao aumento do valor do custo-aluno do FUNDEF, repúdio pela política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso e repúdio pela lei do FEF.

Gostaria de destacar e solicitar do Plenário que corrigisse a Proposta nº 20, do Grupo I, houve um erro de digitação. Onde se lê Lei nº 9.424, de 1997, mudem para Lei nº 9.452, de 1997.

Além disso gostaria de destacar a Proposta nº 68 que, na composição do caderno, ficou excluída do texto. Vou fazer a leitura desta proposta: "Revisão do veto presidencial à inclusão das matrículas de jovens e adultos no ensino fundamental, para efeito de repasses do FUNDEF, na Lei nº 9.424, de 1996".

Concluindo a minha fala, destaque, conforme dispõe o regimento deste seminário, são questões automaticamente propostas, automaticamente destacadas, as propostas 10 e 10 A; as propostas 55 e 55 A; e as propostas 59 e 59 A, uma vez que essas três são contraditórias. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Daisy Moreira Cunha, Coordenadora do Grupo de Trabalho nº 2.

A Sra. Daisy Moreira Cunha - Bom dia a todos. O Grupo II trabalhou com o tema Avaliação das Reformas Educacionais em Minas Gerais. Os tópicos abordados por esse grupo foram a municipalização, a nucleação, a supletivização, os projetos Travessia, Acertando o Passo, A Caminho da Cidadania e o ensino médio.

Como era de se esperar, o trabalho foi muito complexo, bastante difícil, porque cada um dos tópicos a serem abordados gerou inúmeras polêmicas. Foi bastante difícil encontrar consenso entre os participantes sobre cada um desses tópicos.

Organizamos nosso trabalho tentando agrupar as propostas e discuti-las em seis eixos temáticos: municipalização, aceleração da aprendizagem, autonomia administrativa, ensino médio, aperfeiçoamento e adjunção. Além desses seis eixos, temos inúmeras outras propostas que chamamos de avulsas. Como só dispomos de cinco minutos, apresentaremos a idéia central de cada um dos eixos. Em relação à municipalização, chegamos a um consenso sobre a necessidade de reavaliação do processo de municipalização, o que era muito claro. Tanto que as propostas 68 e 68A apontam para uma reavaliação do processo de municipalização que ocorreu no período passado, considerando que foi bastante atropelado e prejudicial ao ensino fundamental. No entanto, em nosso grupo, havia uma polêmica. O processo deve ser paralisado imediatamente ou pode continuar, desde que atendidos alguns critérios básicos que deveriam ser discutidos amplamente?

Sobre o segundo eixo, aceleração da aprendizagem, foram feitas várias propostas, além de uma avaliação bastante negativa do que significou a introdução dos ciclos e dos programas de aceleração de aprendizagem no âmbito da rede estadual.

Alguns dos participantes do Grupo II acreditam que é possível recuperar esses programas de aceleração da aprendizagem, "ressignificando-os", ou seja, é possível promover

alterações para que o debate do ciclo e o debate sobre a aceleração da aprendizagem se tornem mais significativos e mais interessantes para a própria rede estadual. Então, há um balanço bastante crítico da introdução de ciclos e de aceleração. Ao mesmo tempo, há uma disposição para se repensar a introdução dessas inovações e promover alterações significativas.

Um terceiro eixo é a autonomia administrativa. Aqui basicamente não há polêmica. As duas redações, as duas propostas que estão contidas nesse eixo apontam para uma ampla autonomia pedagógica, financeira e administrativa das escolas, fortalecendo as escolas para a construção da sua identidade institucional e também por meio do seu projeto pedagógico.

O quarto eixo, ensino médio, foi bastante polêmico. De um modo geral, as avaliações do Grupo II também caminhavam para uma abordagem bastante crítica do que significou a estadualização do ensino médio e também do que significou, realmente, a ampliação de vagas a que assistimos no último período, no ensino médio, na rede estadual. Encontramos muitas considerações críticas quanto ao ensino médio itinerante, ao semipresencial, à distância. Então, todas as colocações vinham no sentido, durante os nossos trabalhos, de reavaliar essa política de ensino médio que vem sendo implementada na rede estadual. Também há algumas considerações sobre a organização da formação profissional, algumas propostas para melhorar a articulação entre a formação profissional e o ensino médio, e também a criação de pólos, de escolas com oferta de ensino profissionalizante concomitante ou pós-médio.

Um outro eixo é o do aperfeiçoamento, e, aqui, a reivindicação que fica mais clara é a de um centro de formação profissional que esteja mais sensível às demandas colocadas pelas escolas em termos dessa qualificação necessária a todos os profissionais de educação, professores, auxiliares, secretários, quer dizer a todo funcionário que atua na escola, seja ele professor ou não. Somado a isso, há também muitas sugestões e muitas propostas para se alterar o modelo do PROCAP, esse modelo de formação que vinha sendo implementado no período anterior. Há algumas avaliações positivas sobre o PROCAP. Em algumas regiões, parece ter havido resultados positivos, muito mais por uma ação dos próprios responsáveis locais pelo PROCAP, do que propriamente pelo formato deste, pelo seu projeto inicial. Várias propostas estão ligadas a isso: manter a qualificação com uma correção desses programas, já também partindo de uma avaliação crítica. Temos também propostas no sentido de que as ações em torno da formação de professores sejam mais articuladas e incorporem, efetivamente, as instituições de ensino superior espalhadas por todo o Estado.

Vou ler a Proposta nº 98: "Criação, por região, por meio de parceria entre o Estado e instituições de ensino superior federais, estaduais e particulares, de centros de formação de docentes, dotados de uma equipe capacitada para gerenciar as atividades pedagógicas e as pesquisas educacionais, visando coadunar a teoria com as necessidades regionais e locais, possibilitando ao profissional de educação um melhor desempenho de sua atividade pedagógica".

Aqui, há divergência quanto a se as instituições de ensino superior poderão ser só as públicas ou se entrarão também as particulares.

O mais interessante da proposta é a crítica ao que foi feito em termos de formação de professores. Ela é bastante severa com relação à pontualidade da ação que foi desenvolvida no período anterior. A proposta acentua a necessidade de que o Estado desenvolva parcerias mais consolidadas com as instituições de ensino superior, para atacar o problema central, que é a qualificação inicial e continuada de professores.

Outro tópico é a adjunção. Com respeito a ele, não há polêmica entre os participantes do Grupo II. Essa reivindicação, com certeza, já é do conhecimento de todos, pois foi apontada por diversas vezes neste seminário. Reivindica-se a garantia da permanência dos servidores em adjunção até sua aposentadoria, em municípios que não possuam unidade da rede estadual de ensino.

Foi consensual, no grupo, a necessidade de se garantir o profissional na região em que fez concurso e, quando ele estiver na rede municipal, de se garantirem todos os direitos trabalhistas que são próprios do cargo do profissional.

Além dos seis tópicos ou eixos, vou destacar mais duas propostas do conjunto daquelas que chamamos de avulsas. A primeira é a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico, o FUNDEB, para garantir uma escola pública de qualidade. Isso, partindo da avaliação de que há uma priorização excludente do ensino fundamental, ou seja, há uma priorização do ensino fundamental em detrimento dos outros níveis da educação básica.

Entre as avulsas, chama mais a atenção a proposta da jornada de trabalho para o profissional em educação, em que 25% da sua carga horária estejam reservados para estudos, debates, seminários, qualificação no local de trabalho e trabalho coletivo. Se não me engano, todos já a conhecem, pois é a proposta da SNTÉ para a jornada de trabalho.

No mais, foi feita uma avaliação bastante crítica do que se realizou em termos de reformas educacionais no último período, e foram apresentadas propostas para a correção e para a suspensão de algumas dessas medidas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Indiana Gomes Ribeiro, Coordenadora do Grupo de Trabalho nº 3.

A Sra. Indiana Gomes Ribeiro - Exmo. Sr. Deputado Rogério Correia, coordenador dos trabalhos, Exmo. Sr. Deputado Edson Rezende, companheiros e coordenadores de grupo, bom dia.

O Grupo nº 3 discutiu a valorização do trabalhador, salário, plano de carreira e formação permanente e contínua. Foi um processo caloroso de discussão, construído desde o início da proposta do seminário de interiorização, chegando ao seminário estadual, para trazer a este Plenário propostas que, de fato, contemplem os anseios da categoria.

Falamos de um plano de carreira digno, responsável, que atenda à vontade da categoria; da formação permanente na concepção em que os trabalhadores da educação acreditam; de um salário digno, que dê qualidade, condições de trabalho e de vida para toda a categoria.

Estão automaticamente destacadas duas questões, nas páginas 19 e 20. Na página 19, a 188, e a 188A, na parte de substituições temporárias. Na parte de jornada de trabalho e carga horária, também estão contraditórias em seu conteúdo a 190 e a 190a.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Áurea Regina Damasceno, Coordenadora do Grupo de Trabalho nº 4.

A Sra. Áurea Regina Damasceno - Bom-dia, companheiras e companheiros de trabalho, Srs. Deputados Rogério Correia, coordenador dos trabalhos, e Edson Rezende. O Grupo de Gestão Democrática teve uma discussão riquíssima a respeito da ampliação do debate sobre a gestão democrática para além do âmbito da escola. O grupo centralizou suas discussões na gestão democrática ampliada e vai sugerir propostas de mecanismos para garantir a gestão democrática tanto no âmbito do sistema quanto no das escolas.

No primeiro momento, discutimos os princípios que devem nortear a gestão democrática. Como princípios para essa gestão democrática, elegemos, primeiro, a qualidade na educação, deixando bem claro o que estamos chamando de qualidade. Não é essa qualidade que nos está posta hoje, mas uma qualidade em que a educação seja considerada como direito.

O segundo princípio da gestão democrática é uma valorização profissional que entenda o profissional, o trabalhador da educação enquanto sujeito sociocultural, com todo o seu saber, as suas angústias e necessidades.

Outro princípio é o da participação e da autonomia, para que cada vez mais consigamos que as nossas discussões no interior da escola e também no sistema, sejam quais forem, sejam feitas com a participação de toda a comunidade escolar, e que a escola tenha autonomia para dar os rumos pedagógicos, financeiros e administrativos aos seus projetos políticos e pedagógicos no interior da escola.

Outro princípio é o do respeito às diversidades culturais, presentes em nossa sociedade, para que possamos construir uma educação para todos, respeitando essas diferenças.

Por último, o princípio da transparência na questão financeira, na questão administrativa e, sobretudo, na questão pedagógica. Essa transparência, assim como o princípio da autonomia e da participação, vai mais uma vez no sentido da necessidade de que as nossas discussões se ampliem, com a participação de toda a comunidade escolar. Insisto também na participação de pais e alunos nessas discussões.

Após aprovarmos esses princípios, passamos à discussão dos mecanismos que irão garantir essa gestão democrática no âmbito do sistema e da escola. Como mecanismo de gestão democrática, discutimos a democratização do Conselho Estadual de Educação, propondo novas formas de composição, nomeação e competência para o Conselho, assim como a inclusão do Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública como parte do Conselho Estadual. Isso já está apresentado desde a discussão da LDB, quando a sociedade civil propôs que o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública fizesse parte do Conselho Estadual de Educação.

Outros princípios: a criação de uma ouvidoria para as questões educacionais e a realização de conferências estaduais de educação, com um caráter informativo, consultivo e deliberativo em fóruns decisórios para os rumos da educação. Depois, temos alguns princípios da oferta, cujo princípio maior é a oferta da educação em todos os níveis e modalidades. Temos ainda o princípio da eleição dos representantes das superintendências para uma gestão democrática.

Passando para o âmbito da escola, temos coisas já bem conhecidas por nós: a eleição de um projeto político pedagógico como o instrumento norteador dos trabalhos na escola; o incentivo à organização sindical no interior da escola; a organização estudantil e a organização dos pais; a criação de uma coordenação pedagógica; a implementação de um colegiado democrático cujo coordenador seja eleito entre seus membros; a eleição direta para Diretor e a avaliação institucional. Tivemos ainda a contribuição do grupo mediante outras propostas sobre as condições de trabalho, tratando da nomeação e da designação de trabalhadores e, por fim, uma moção de repúdio pelo fato de em Uberlândia, seis escolas estarem sendo fechadas. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Livia Maria Fraga Vieira, Coordenadora do Grupo de Trabalho nº 5.

A Sra. Livia Maria Fraga Vieira - Bom-dia a todos os presentes. Exmo. Sr. Deputado Rogério Correia, Coordenador dos trabalhos, Exmo. Sr. Deputado Estadual Edson Rezende, demais Deputados presentes neste Plenário, a discussão do nosso grupo foi ontem, à tarde e à noite. Ficamos até às 21h30min discutindo e fechando as 245 propostas que compunham o tema Projeto Político-Pedagógico. O tema, como é do conhecimento de todos, foi dividido em várias questões relativas à educação infantil, à educação fundamental ao ensino médio, à educação de jovens e adultos, à educação especial, à educação indígena, à educação rural e a educação a distância.

Cobrimos todas as questões relativas à educação básica e às modalidades de ensino. Fizemos a discussão inicial, tentando agrupar as questões em torno das propostas relativas à expansão do atendimento e da garantia do direito à educação.

Posteriormente, vimos propostas que poderíamos definir no campo da garantia da qualidade, que dizem respeito às condições materiais e físicas do funcionamento das escolas, dos sistemas, além de muitas propostas nucleadas em torno da formação e da valorização dos profissionais da educação básica. Vimos também algumas questões relativas a diagnósticos, a avaliações e a condições sociais de garantia de acesso da criança e do jovem à escola.

O documento é composto de 179 propostas. É um documento bastante extenso. Vou dizer, no geral, o que se tentou garantir como linha em termos de proposta nesse grupo. A primeira linha de todos os níveis de ensino e modalidades foi afirmar a garantia da ampliação do acesso. No caso da educação infantil, para as crianças de zero a seis anos. Aqui, vimos as oportunidades de acesso à educação nos sistemas públicos do Estado. O grupo quis marcar a importância da oferta pública, do compromisso do poder público com a educação infantil no Estado.

O fortalecimento na estrutura organizativa da Secretaria de Estado da Educação foi uma proposta que apareceu em todos os níveis de ensino não contemplados, como a educação especial, a educação rural, a educação indígena. Todos reivindicaram um lugar específico de tratamento das questões relativas a essas modalidades e níveis de ensino não contempladas atualmente na estrutura organizacional da Secretaria.

Uma proposta que gostaria de destacar, no âmbito da educação infantil, ainda visando ao acesso, é sobre a política de Estado, que o Governo inclua as crianças de seis anos de idade nas matrículas do ensino fundamental, ensino este que deve ter a duração de nove anos. Nesse sentido, propõe-se o alargamento da faixa etária do cadastro escolar, de forma que, além de incluir as crianças que completam sete anos durante o ano civil, também inclua aquelas que completam seis anos até 31 de dezembro. São questões importantes dentro do acesso.

Enfatizou-se bastante a importância do investimento na formação regular do profissional da educação infantil, assegurando-lhe, no mínimo, a formação do ensino médio, modalidade normal, visto que ainda temos uma realidade grave, ou seja, muitos profissionais que atuam, sobretudo em creches, não têm sequer o ensino fundamental completo. É uma proposta importante, além de outras que asseguram a continuidade de programas já efetivados na Secretaria e a inclusão dos profissionais da educação infantil nos programas de capacitação dela.

No ensino fundamental, reforça-se a necessidade da permanência e do acesso à escola, com a garantia de prosseguimento de estudos, com adequação de fluxos escolares, currículos, metodologias, sistemas de avaliação, tempos escolares, formação profissional, e a criação de projetos que alcancem os objetivos.

Colocam, também, a proposta de criação de escolas de tempo integral, com atividades diversificadas, limitação do número de alunos por turma, afirmação da garantia da universalização do ensino fundamental, autonomia das escolas no projeto pedagógico e toda a infra-estrutura necessária para o funcionamento das escolas, com a garantia de condições de trabalho para o efetivo exercício profissional de qualidade.

O ensino médio enfatiza a necessidade da oferta de vagas para atendimento à demanda dos egressos do ensino fundamental, com a construção e a ampliação de escolas; o reexame das nucleações, feito até dezembro de 1998, na Capital, e no interior e uma série de outras questões visando à garantia do acesso e à qualidade no atendimento.

Educação de jovens e adultos, na mesma linha. Enfatizou-se a importância de se incluir os estudantes nos programas de assistência ao estudante, com livros didáticos, merenda, etc.

A educação especial teve um lugar particular na discussão do grupo. Realmente, é uma questão complexa. O grupo representa uma tendência dominante para fortalecer a perspectiva de uma educação inclusiva: a garantia de que os alunos da educação especial estudem, preferencialmente, na escola regular. Essa foi a linha básica da proposta do grupo. Evidentemente, a inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais requer da escola uma infra-estrutura específica, com profissionais capacitados ou que tenham condições de serem formados durante o processo para bem atendê-las. As turmas não podem ser numerosas, isso foi bastante enfatizado. É muito difícil receber mais de duas ou três crianças com necessidades especiais em turmas regulares. Esse deve ser um critério a ser seguido. Enfatizou-se essa questão: inclusão, sim, mas com o devido acompanhamento de políticas, de projetos, de recursos financeiros, de condições de equipar as escolas para que, realmente, possam acolher as crianças com necessidades especiais. A parceria com órgãos de saúde, de assistência, etc. também foi enfatizada. São essas questões que foram discutidas com várias nuances na educação especial.

Com relação à educação indígena, colocaram-se a necessidade da continuidade da implantação da educação escolar indígena, que já existe, com qualidade, para valorizar e fortalecer a cultura tradicional das diferentes etnias do Estado; a habilitação do professor e formação específica por meio de cursos de formação, a viabilização do ingresso do professor na carreira do magistério, resguardando critérios e métodos específicos.

Enfim, a proposta da educação indígena resguarda a especificidade e a importância dessa atuação na garantia da cultura indígena e das etnias dos povos indígenas mineiros.

Quanto à educação rural, também se propõe uma série de questões que realmente resguardem os direitos de acesso à educação da criança, do jovem e do adulto do meio rural, enfatizando a oferta dos diferentes níveis de ensino - fundamental, infantil e médio -, a importância da preparação e da formação de profissionais, etc.

Quanto à educação à distância, vou destacar a questão da exigência de credenciamento para a execução de projetos e a necessidade de formação também nessa área.

As únicas questões que mereceram destaque foram as seguintes:

"278 - Definição de parcerias com instituições de ensino superior, visando à formulação de políticas de formação de recursos humanos na educação infantil.

278-A - Definição de parcerias com instituições de ensino superior públicas, visando à formulação de políticas de formação de profissionais na educação infantil". Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Vera Lúcia Alves Brito, Coordenadora do Grupo de Trabalho nº 6.

A Sra. Vera Lúcia Alves Brito - Quero saudar a todos os presentes, que vieram de todos os recantos de Minas, e parabenizar a todos e aos Deputados Rogério Correia, Presidente desta Mesa, e Edson Rezende, pelo processo participativo deste seminário e pelo resultado já consubstanciado nessa proposta de documento final.

No Grupo nº 6 (currículos, interdisciplinaridade e temas transversais), a ênfase foi que o planejamento do currículo leve em conta as crenças e os valores implícitos nas relações sociais, nas rotinas da escola e da sala de aula, conduzindo o aluno a um amplo conhecimento, tornando-o crítico, criativo e participativo. Esse currículo deve ser adaptado ao projeto político-pedagógico da escola - que é o que vai dar o tom do currículo -, aberto e em permanente construção. A ênfase em que haja essa abertura e essa construção permanente foi muito grande. O currículo aberto também tem a característica de interpelação entre todas as áreas do conhecimento, garantindo, com isso, a interdisciplinaridade, o enfoque na gênese do conhecimento, a definição de conteúdos significativos para o aluno. Outra ênfase dada pelo grupo foi quanto ao estabelecimento de diretrizes mínimas e flexíveis, voltadas para o domínio dos códigos de modernidade e conhecimentos que satisfaçam as necessidades sociais.

Na perspectiva da autonomia escolar, preconizada pela LDBEN, a escola deve construir e definir o seu currículo privilegiando a formação de um indivíduo criativo, ativo e cooperativo. Que, nesse currículo, se lute pelo direito a uma vida digna e que possa ser superada a exclusão social e toda forma de preconceito.

Entre as propostas gerais, muitas se destacaram pela forma da implementação do currículo; outras, pela inserção no projeto político-pedagógico de um currículo que se preocupe com temas transversais. Trata-se, então, da integração dos temas transversais, para que o objetivo do currículo se concretize, possibilitando o crescimento do cidadão e a globalização do ensino, por meio da interdisciplinaridade, formando um elo para a construção do conhecimento.

Essa preocupação com os temas transversais abordou vários itens, desde a dependência química, os conteúdos de Filosofia e Sociologia, a Filosofia desde a pré-escola até o ensino médio, a parceria efetiva com a comunidade para a inclusão de outros assuntos, a inclusão de educação para o trânsito e outros temas que podem ser destacados por este Plenário.

Entre as propostas de implementação, algumas destacam a necessidade do trabalho contínuo de formação do profissional para a implementação de um novo tipo de currículo; uma proposta curricular processual, fomentada tanto pelo Estado como pelos municípios; uma outra proposta, que é a incorporação às propostas da Assembléia de continuidade do projeto de curso superior de formação de professores, enquanto existir professor sem formação superior nas quatro primeiras séries de ensino fundamental; a criação, pelas universidades públicas, de cursos de nível superior para a formação de educadores da educação básica no campo.

Há outras propostas de inclusão de grupos disciplinares de pesquisa para atuar na formação continuada do professor; instituição de professor monitor para os conteúdos em que se evidenciar mais necessidade; preocupação maior do educador em trabalhar o currículo, com o objetivo de aprender a aprender, preocupando-se menos em cumprir o programa.

Há outras reivindicações para que as condições para a implantação do currículo sejam garantidas; efetivo apoio logístico, financeiro, de pessoal e capacitação por parte dos órgãos públicos; provimento de condições básicas de infra-estrutura da rede física; condições materiais, profissionais, recursos orçamentários e uso de tecnologia; recursos financeiros para aquisição de materiais didáticos e técnicos, visando à melhoria da rede escolar; garantia de recursos financeiros, pedagógicos e humanos para atender ao projeto político da escola.

Outras reivindicações, como a criação de instituições para melhor atender a alunos portadores de necessidades especiais; maior autonomia administrativa para a escola, possibilitando o emprego desses recursos de acordo com as reais necessidades da escola; criação de um instrumento legal que garanta o acesso e a permanência dos educandos portadores de necessidades especiais nas escolas, de acordo com as suas possibilidades e necessidades, garantida a existência de equipamentos adequados e a formação de profissionais especializados para atendimento a essas crianças.

Então, são essas as ênfases desse grupo, e o item que já tem destaque é o nº 444. Existem duas propostas que não são contraditórias, apenas a nº 444 acrescenta, observando-se as orientações e exigências da legislação. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Os Deputados Edson Rezende e Adelmo Carneiro Leão têm de se retirar. Passarei a palavra ao Deputado Edson Rezende, para que possa se justificar.

O Deputado Edson Rezende - Quero somente realçar a Proposta nº 236, que cria o Conselho Estadual de Educação. Apresentei uma proposta de emenda à Constituição, que está em tramitação, já passou pela Comissão Especial e foi aprovada. É a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, que institui o Conselho Estadual de Educação, mais ou menos nesses moldes, ou seja, que ele tenha de ser paritário e não fique como um órgão solto, como atualmente, mas ligado à estrutura da Secretaria da Educação.

Para aprovação dessa proposta de emenda à Constituição, precisamos da mobilização das entidades. Então, pessoal do Sind-UTE, mais essa Comissão que vai dar continuação aos trabalhos, depois vocês têm de retomar esta proposta de emenda à Constituição, trabalhando para que ela possa ser aprovada.

Em segundo lugar, vamos ter de nos retirar, eu e Adelmo temos uma audiência pública agora. Para variar, é sobre o repasse dos recursos do SUS para as ações de saúde no Estado de Minas Gerais. Então, vocês vêem que o problema de financiamento não é exclusivo da educação, é também da saúde. Voltaremos mais tarde, após a audiência. Bom trabalho.

O Sr. Presidente - A Sra. Indiana Gomes Ribeiro pediu para fazer uma complementação. Pediria que fosse rápida, para iniciarmos a fase dos destaques.

A Sra. Indiana Gomes Ribeiro - Na pág. 19, a Proposta nº 188 foi destacada, mas está faltando uma palavra: "...sejam feitas por trabalhadores em educação do quadro efetivo e por excedentes".

O Sr. Presidente - Obrigado, Indiana. A Áurea também quer fazer uma modificação.

A Sra. Áurea Regina Damasceno - É só uma palavrinha, mas pode gerar problemas. Proposta nº 256, pág. 29: "Eleição direta, sem concurso, para Diretor e Vice-Diretor, com possibilidade...". Substitua a palavra "possibilidade" por "garantia".

O Sr. Presidente - A Profa Lúcia também tem uma alteração a fazer.

A Sra. Lúcia Maria Fraga Vieira - A Proposta nº 266 foi impressa faltando um pedaço. Pág. 31: "Fortalecimento da educação infantil no primeiro nível da educação básica, integrando a política educacional do Estado de Minas Gerais, incluindo-a na estrutura organizacional da SEE, com o mesmo tratamento político e gerencial dos demais níveis de ensino". Há uma outra pequena modificação na Proposta nº 394, pág. 42: "Garantia pela SEE de verbas específicas para manutenção das oficinas pedagógicas e salas-recurso para educação especial". É só isso.

Apresentação Oral de Pedidos de Destaque e de Novas Propostas

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Vamos passar à fase de apresentação oral dos pedidos de destaque e de novas propostas.

Nesta fase, o método de trabalho é o seguinte: vamos perguntar se há destaque em cada página, item por item. Vou insistir que sejam feitos destaques relativos a conteúdo. O tempo é curto, e os destaques de forma e de alocação, por exemplo, não devem ser feitos.

As propostas novas, para serem apresentadas, devem ser subscritas por 25% dos votantes, de acordo com o Regimento. Também não iremos fazer substituições de palavras, mas de conteúdo.

Estão presentes de 145 a 150 delegados. Então, são em torno de 37 assinaturas para propostas novas. Vamos passar aos pedidos de destaque. Vou anotar todos os destaques, para que tenhamos noção de quantos teremos, para que as pessoas avaliem se é necessário.

- Procede-se à apresentação de pedidos de destaque e de novas propostas.

Votação e Aprovação do Documento Final, Salvo Destaques

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Vamos colocar em votação a proposta do documento final, salvo destaques. O que será votado agora é se há apoio do Plenário à proposta de documento final, com exceção dos destaques, que serão votados separadamente. Os que forem favoráveis à proposta de documento final, com exceção dos destaques apresentados pelas entidades, depois pelos seminários no interior e, posteriormente, nos grupos de trabalho, por favor, levantem o cartão amarelo. (-Pausa.) Podem abaixar. Os companheiros contrários ao documento da proposta final, por favor, levantem o crachá. (-Pausa.) Não há votos contrários. Abstenções. (-Pausa.) Não há abstenções. Está, aprovado, por unanimidade, o documento final, salvo destaques.

Discussão e Votação dos Destaques e das Novas Propostas

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques e das novas propostas.

Palavras do Sr. Murílio Hingel

O Sr. Murílio Hingel - Cumprimento, mais uma vez, aqueles que tiveram a iniciativa de promover este seminário e todos vocês, como já fiz, pela excelente participação e pelo nível dos debates. Espero ansiosamente o documento final, para examinar o que tem condições de ser implementado imediatamente e o que precisará de lei, de projeto de lei ou de outras ações complementares.

Gostaria, ainda, de dizer, em consonância com as manifestações, que, desde março, encontra-se na Assembléia um projeto de lei do Governo do Estado, extinguindo as dobras e as aulas facultativas. Então, basta a Assembléia votar, conforme solicitaram. Amanhã, o "Minas Gerais" publicará o calendário para os procedimentos ligados à escolha de Diretor e de Vice-Diretor e à Comissão Central, que coordenará os trabalhos e algumas outras informações. Muito obrigado, parabéns à Assembléia e a todos vocês. Com licença.

- O documento final aprovado é o seguinte:

SEMINÁRIO LEGISLATIVO

Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais

Belo Horizonte, 18 a 21 de outubro de 1999

Documento Aprovado na Plenária Final

Mesa da Assembléia Legislativa: Anderson Adauto, Presidente - José Braga, 1º-Vice-Presidente - Durval Ângelo, 2º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Gil Pereira, 2º-Secretário - Antônio Júlio, Corregedor - Mauri Torres, Corregedor Substituto.

Educação e Cidadania

O momento crítico em que vivemos – marcado pelos elevados índices de desemprego, pelo aumento da violência e da criminalidade nos centros urbanos, pela precariedade dos serviços públicos oferecidos à população, pela dependência excessiva ao capital especulativo externo, pelo estrangulamento das atividades econômicas e dos programas sociais – impõe uma inadiável reflexão sobre o modelo de desenvolvimento em curso no País.

No bojo dessa reflexão, que passa pelo questionamento de decisões adotadas em âmbito federal nos últimos tempos e pela análise de alternativas econômicas e políticas à cartilha neoliberal, é imprescindível a compreensão de que, quaisquer que sejam os caminhos a serem traçados para o País, eles devem ser fruto das demandas e das necessidades da maioria da população.

Para que alcancemos tal estado de administração democrática, é preciso ampliar a consciência coletiva de nossos problemas, de nossas potencialidades, de nossos direitos e deveres, os quais devemos prezar e cultivar, cotidianamente, nas relações sociais. Em outras palavras: é fundamental, para avançarmos em direção à sociedade e ao país com que sonhamos, o exercício pleno da cidadania. E cidadania não se constrói num passe de mágica. É resultado de um processo contínuo de aprendizagem, que depende, em grande parte, de um bom sistema educacional.

Foi com essa convicção que a Assembléia Legislativa decidiu promover, em parceria com as mais diversas instituições ligadas ao tema, o Seminário Legislativo "Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais", cujo resultado está expresso no conjunto das proposições contidas nesta publicação. Elas refletem a experiência, a visão crítica e os anseios de profissionais da educação de todas as regiões do Estado, constituindo inestimável contribuição para o aperfeiçoamento do ensino público, seja como diagnóstico pormenorizado do setor, seja como subsídio para ações legislativas e executivas.

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização do Seminário, reafirmando a certeza de que os princípios que o sustentaram – os do debate, da igualdade de oportunidades e da prevalência da vontade da maioria – são indispensáveis à construção de uma sociedade mais livre e mais justa.

Deputado Anderson Adauto, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Avaliação e acompanhamento da aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino; Fundef; aplicação do art. 212 da Constituição; custo por aluno em Minas; a quota estadual do salário-educação e sua distribuição entre os Estados e os municípios; ensino infantil; ensino médio

1 – Maior transparência com relação ao conjunto dos recursos destinados à Educação, nos níveis estadual e municipal, comprovando-se, perante toda a comunidade escolar, sua origem e aplicação, por meio da divulgação de demonstrativos, aos quais tenham acesso os Conselhos de Educação, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef e a sociedade civil.

2 – Aumento do percentual do PIB destinado à educação para, no mínimo, 10%.

3 – Ampliação do debate sobre o financiamento no Plano Nacional de Educação junto à sociedade civil, com a participação efetiva dos educadores.

4 – Garantia do efetivo repasse de recursos do Fundef, por número de matrículas do ensino fundamental do Estado e dos municípios, dentro do prazo previsto em lei, assegurada a devolução, pelos Poderes Executivos em questão, do valor correspondente aos recursos repassados a maior, em caso de alteração do referido quantitativo.

5 – Garantia de aplicação das sanções previstas em leis para os casos de não-cumprimento, pelos Executivos Federal e Estadual, dos repasses de recursos à conta do Fundef, alcançando também o Executivo municipal, no tocante à aplicação dos referidos recursos.

6 – Exigência de que as prestações de contas da aplicação dos recursos do Fundef e da manutenção e desenvolvimento do ensino sejam encaminhadas ao Tribunal de Contas, pelo Executivo, obrigatoriamente precedidas de parecer obrigatório dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef, fortalecendo-se a atuação da comunidade, havendo, inclusive, a divulgação desses pareceres, bem como dos demonstrativos das receitas e despesas efetuadas pelos Poderes Executivos estadual e municipais.

7 – Garantia do cumprimento do disposto na Lei nº 9.424 de 1996, com relação à obrigatoriedade de prestação de contas trimestrais aos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef, para emissão de parecer e tomada de medidas necessárias, previstas na mesma lei.

8 – Fiscalização em relação ao repasse de recursos do Fundef e maior acompanhamento da prestação de contas pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef.

9 – Fortalecimento e legitimação da representação democratizada dos diversos setores da sociedade civil nos Conselhos de Educação e de Acompanhamento e Controle Social do Fundef, previstos na Lei nº 9.424 de 1996, garantindo-se, nestes últimos, 51% de representação para o setor da educação.

10 – Garantia de um representante do Sind/UTE e de outras entidades de classe representativas do magistério no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef em cada município de Minas Gerais.

11 – Inclusão, no Regimento Interno do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef, do princípio da autonomia, resguardada a não-interferência do Executivo em seu funcionamento.

12 – Realização, pelos municípios e pelo governo estadual, de ampla campanha de divulgação e informação sobre o Fundef e os Conselhos de Fiscalização, com a participação da categoria dos servidores da Educação.

13 – Implementação de programa de capacitação sobre a execução da despesa e da receita orçamentária ou similar para os conselheiros, resguardando-se sua permanente atualização.

14 – Oferecimento de curso de capacitação para conselheiros e gestores do Fundef.

15 – Acesso ao Siafi – Sistema Integrado Administrativo Financeiro, em órgão público, para os conselheiros.

16 – Criação de grupo de estudo e controle de verbas de Educação, composto por representantes de organizações sociais e por trabalhadores, além de membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

17 – Publicação, em jornais de maior circulação nos municípios e em página da Internet, da prestação de contas da aplicação de recursos do Fundef pelo município.

18 – Divulgação, nas contas de água e luz, da verba do Fundef recebida pelo município.

19 – Garantia de que o recurso do Fundef entre no Estado e no Município como receita e saia como despesa, acabando com a duplicidade na forma de entrada e saída de verbas públicas.

20 – Garantia de cumprimento do dispositivo legal (Lei 9.452 de 1997) que obriga os municípios a notificarem o valor repassado do Fundef.

21 – Revogação do Decreto Estadual nº 39.475, que possibilita a transferência de verbas do Fundef para uma conta única do Estado.

22 – Criação de mecanismos para coibir convênios "fantasmas" de prefeituras com entidades privadas "de fachada", assegurando o cumprimento da lei do Fundef.

23 – Criação de dispositivo legal que garanta, em qualquer negociação relativa ao ICMS, a reserva dos recursos financeiros destinados ao Fundef.

24 – Discussão, em nível nacional, e criação pelo Congresso Nacional de mecanismos que garantam recursos para o Fundef, caso a Reforma Tributária venha a extinguir o ICMS e outros impostos que compõem esse Fundo.

25 – Instituição de mecanismos garantidores do cumprimento do dispositivo legal que estabelece o dia 30 de abril de cada ano para a divulgação do valor mínimo de referência do per capita aluno/ano, do Fundef, para o ano seguinte.

26 – Cumprimento do art. 6º da Lei nº 9.424 de 1996, o qual prevê a inclusão da previsão de novas matrículas no cálculo de recursos do Fundef.

27 – Cumprimento, na íntegra, do art. 2º da Lei nº 9.424/96, que prevê a diferenciação do valor per capita do Fundef para regiões urbanas e rurais e para diferentes modalidades e níveis de ensino.

- 28 – Encaminhamento de gestões pelo Estado de Minas Gerais, para que a definição do valor per capita não mais seja feita pelo Executivo Federal, mas sim pelo Conselho Nacional do Fundef.
- 29 – Uniformização das orientações emanadas dos Tribunais de Contas referentes à prestação de contas dos recursos do Fundef.
- 30 – Revisão do custo-aluno, previsto na Lei nº 9.424 de 1996.
- 31 – Democratização da escolha de conselheiros do Tribunal de Contas.
- 32 – Combate intransigente à sonegação, à renúncia fiscal e às isenções fiscais, para se alcançar a plena capacidade de arrecadação da carga tributária.
- 33 – Inversão da lógica de restrição aos direitos sociais universais, em especial das crianças, jovens e adultos, cuja demanda educacional vem sendo reprimida pelas restrições de recursos orçamentários.
- 34 – Ampliação da discussão sobre a criação do Fundo Nacional da Educação Básica – Fundeb.
- 35 – Criação do Fundeb, com vistas à ampliação dos recursos para a educação básica pública, mediante definição do custo-aluno-qualidade.
- 36 – Alteração do § 3º do art. 212 da Constituição Federal, substituindo-se a expressão "ensino obrigatório" por "ensino básico".
- 37 – Levantamento, por meio de recenseamento escolar, da demanda da educação infantil, do ensino fundamental e médio, da educação de jovens e adultos, e da educação especial, divulgando-se amplamente o período e os resultados do recenseamento.
- 38 – Previsão de novas vagas no ensino médio – que hoje toma por base somente os concluintes da 8ª série – considerando também a demanda apurada pelo recenseamento escolar da educação básica.
- 39 – Mais investimentos na educação das crianças até 6 anos.
- 40 – Unificação e controle da gestão dos recursos aplicados à educação infantil, hoje pulverizados nas áreas da saúde, assistência social, educação e outras da política social.
- 41 – Elaboração de um amplo programa de formação e qualificação para os trabalhadores da educação infantil.
- 42 – Garantia de oferecimento de formação continuada e em serviço dos profissionais do ensino médio.
- 43 – Oferecimento, com equidade, de cursos de capacitação para todos os profissionais da educação.
- 44 – Estabelecimento de convênio que garanta o ensino médio nas áreas urbana e rural.
- 45 – Construção de escolas de ensino médio.
- 46 – Extensão da merenda escolar ao ensino médio, sem diminuir o valor per capita/aluno.
- 47 – Alteração da Lei nº 8.913, de 12/7/94, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar, e extensão da merenda à educação infantil e ao ensino médio.
- 48 – Garantia de fontes de financiamento para a educação de jovens e adultos.
- 49 – Revisão do veto presidencial à inclusão das matrículas de jovens e adultos no ensino fundamental para efeito de repasse do Fundef na Lei nº 9.424 de 1996.
- 50 – Divulgação da fórmula de cálculo da QESE e do percentual a ser repassado.
- 51 – Manutenção do salário-educação e garantia de seu repasse aos municípios.
- 52 – Repasse efetivo das verbas do salário-educação, para além da quota estadual, para as escolas.
- 53 – Redistribuição, entre os municípios, da quota do salário-educação – QESE – destinada ao Estado.
- 54 – Aprovação, pela Assembléia Legislativa, do substitutivo apresentado pela Deputada Maria Tereza Lara ao projeto de lei que trata da QESE.
- 55 – Repasse à escola de verbas suficientes para suprir suas necessidades básicas, e não apenas para pagar água e luz.
- 56 – Efetivação do financiamento às escolas com caixa escolar, mediante repasses diretos, em tempo hábil, que garantam os projetos e demandas contidos no PDE por elas elaborado, em respeito às suas particularidades e à gestão democrática.
- 57 – Garantia, no Plano Estadual de Educação, de recursos para suprir os gastos com transporte escolar de alunos matriculados nas redes estadual e municipal.
- 58 – Concessão de vale-transporte aos alunos que utilizam coletivo para o acesso à escola.
- 59 – Criação do Fundo do Trabalhador da Educação, abrangendo todos os segmentos desta classe, com aplicação dos recursos desse Fundo na formação global do trabalhador.
- 60 – Priorização da educação no Orçamento Participativo do Estado e dos Municípios.
- 61 – Implementação das decisões do Orçamento Participativo pelo Executivo, com a ajuda do Legislativo.

- 62 – Destinação de verbas, no Orçamento Público, para as escolas públicas, a serem geridas diretamente por elas.
- 63 – Avaliação e redimensionamento do percentual a ser gasto em educação na proposta de orçamento estadual, com vistas a garantir uma educação de qualidade.
- 64 – Moção do Seminário de apoio à ação da Comissão Nacional de Educação, que pleiteia junto ao TCU o aumento do valor real do custo- aluno do Fundef.
- 65 – Moção do Seminário de repúdio à PEC que pretende diminuir o percentual de investimentos em educação.
- 66 – Repúdio à política econômica do governo federal.
- 67 – Pressão junto aos deputados para repudiarem a lei do FEF.

Grupo II

AVALIAÇÃO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS

Municipalização – Nucleação – Supletivização - Projetos: Travessia, Acertando o Passo, A Caminho da Cidadania, Ensino Médio

Municipalização

68 – Suspensão do processo de municipalização, com revisão das municipalizações já efetivadas, buscando o respeito às peculiaridades, às necessidades e às possibilidades dos municípios; a garantia dos direitos dos funcionários envolvidos; a democrática participação da comunidade escolar; a clareza nas atribuições do Estado e do município. Anulação das realizadas com prejuízo para a comunidade escolar, retomando-se o processo somente após a garantia das condições anteriores.

Aceleração da aprendizagem

- 69 – Extinção dos Projetos "Acertando o Passo" e "A Caminho da Cidadania" porque esses projetos não atendem às necessidades nem qualificam os alunos.
- 70 – Criação urgente de fórum específico para elaboração de parâmetros e diretrizes para a política de Educação de Jovens e Adultos.

Autonomia pedagógica, administrativa e financeira

71 – Autonomia administrativa, pedagógica e financeira para a comunidade escolar criar e desenvolver projetos pedagógicos, de acordo com suas necessidades, uma vez que os projetos que aí estão são verticais, inviáveis, teóricos e não têm atendido às expectativas dos alunos e professores.

Ensino Médio

- 72 – Garantia de ensino médio em condições favoráveis ao seu bom funcionamento (sala ambiente, laboratórios equipados, bibliotecas, etc.) em escolas públicas municipais e estaduais, na Capital e no interior, inclusive no meio rural, com garantia de repasse de recursos pelo governo.
- 73 – Criação de um fórum para proceder ampla discussão sobre o ensino médio profissionalizante.
- 74 – Autorização para funcionamento do ensino médio nos municípios onde ele não esteja funcionando.
- 75 – Reabertura dos cursos de ensino médio nas escolas onde já eram oferecidos.
- 76 – Descentralização do ensino médio, através reexame das nucleações de escolas feitas até dezembro de 1998, principalmente nas cidades do interior, onde os alunos ficaram sem opção de escolha, contrariando o art. 5º da Constituição Federal, além da dificuldade de locomoção e transporte, tolhendo o acesso à escola daqueles que trabalham ou residem na zona rural.
- 77 – Transformação dos cursos itinerantes de ensino médio em cursos regulares.

Aperfeiçoamento

- 78 – Implantação do curso de magistério, em nível médio, em pólos regionais, distribuídos democraticamente em todo o Estado.
- 79 – Liberação do professor e especialista, com remuneração, para fazer pós-graduação e mestrado.
- 80 – Capacitação intensiva dos trabalhadores em educação para que incorporem recursos informáticos e de multimídia no processo ensino-aprendizagem.
- 81 – Jornada de 40 horas semanais para o professor do ensino fundamental e médio, sendo 25 horas para o trabalho em sala de aula e 15 horas para estudo, planejamento e implementação do projeto político-pedagógico da escola.
- 82 – Recursos para capacitação dos profissionais do Cesu.
- 83 – Regulamentação do período sabático, já previsto na Lei nº 7.109, de 1977.
- 84 – Maiores subsídios para professores e alunos que trabalham em projetos educacionais.
- 85 – Estabelecimento de parceria, por região, entre Estado e instituições de ensino superior federais, estaduais e particulares para formação de docentes, visando a atender às necessidades regionais e locais para possibilitar ao profissional de educação um melhor desempenho de sua atividade pedagógica.
- 86 – Destinação de verba específica para capacitação do pessoal em favor do projeto político-pedagógico da escola.

87 – Oferecimento dos cursos de capacitação em um único módulo, para melhor aproveitamento dos participantes e melhor organização das escolas e direito de substituto para os professores que se afastarem para frequentar esses cursos.

88 – Capacitação continuada para os profissionais da educação, respeitando o período de férias previsto em lei.

89 – Continuidade do Procap, com mudanças na sua operacionalização, agraciando o ensino especial com conteúdos específicos e necessários.

90 – Divulgação da forma de utilização dos recursos do Fundef aplicados na valorização do professor.

Adjunção

91 – Garantia aos professores e funcionários em adjunção do direito de permanecerem na mesma função no mesmo município para o qual prestaram concurso.

92 – Garantia aos professores em adjunção da possibilidade de habilitação emergencial, tendo seus direitos resguardados.

93 – Criação de lei que faculte ao funcionário estadual em adjunção o direito de opção de carga horária e rede de ensino, municipal ou estadual, bem como nível de atuação.

94 – Garantia, ao profissional em adjunção em escola municipalizada, do direito de permanecer na escola municipalizada, sendo-lhe garantido o direito à progressão na carreira e às vantagens oriundas de seu cargo efetivo até a aposentadoria.

Gerais

95 – Ampliação, nas escolas, do debate sobre progressão de alunos, organização do tempo escolar e ensino profissionalizante.

96 – Estabelecimento de estratégias para incrementar os debates, de forma a levar as escolas, os profissionais e a comunidade a compreender os novos paradigmas de organização escolar. Essa organização acarretará, seguramente, a compreensão de novas relações no processo ensino-aprendizagem.

97 – Criação de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para os demais funcionários da escola, específicos às suas funções.

98 – Atribuição ao Estado do transporte dos alunos enquanto vigorar o processo de nucleação.

99 – Extinção das nucleações.

100 – Aproveitamento dos prédios da nucleação para funcionamento de outras atividades de interesse da educação pública.

101 – Cumprimento das normas e regulamentações estabelecidas nos convênios já firmados entre Prefeituras e o Estado.

102 – Extinção das classes multisseriadas em todos os níveis de ensino, em toda a rede pública.

103 – Inclusão de profissionais multidisciplinares, por meio de parceria entre as Secretarias da Educação e da Saúde para atuarem em escolas.

104 – Estabelecimento de parcerias entre os governos federal, estadual e os municípios, visando à criação de estrutura para acompanhamento e fiscalização dos dados estatísticos da demanda, evitando distorções e desvios.

105 – Obrigatoriedade de utilização dos equipamentos de informática já existentes nas escolas, para desenvolvimento da proposta curricular.

106 – Garantia do supervisor pedagógico e do orientador educacional em todas as escolas estaduais, para todos os níveis e modalidades de ensino, observando o máximo de dez turmas para o supervisor, independentemente do número de alunos da escola.

107 – Garantia de observância do direito da criança de frequentar escolas próximas à sua residência, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

108 – Criação de material didático e paradidático específico para Educação de Jovens e Adultos-EJA, Ensino Semi Indireto – fundamental e médio.

109 – Informatização dos serviços de secretaria e biblioteca.

110 – Participação efetiva nos espaços de elaboração, decisão e avaliação das políticas educacionais.

111 – Garantia do respeito ao limite máximo de alunos por turma.

112 – Criação de condições, para que as escolas possam manter os professores-recuperadores, visando eliminar a promoção automática e o aceleração do aprendizado, que é ineficaz.

113 – Estabelecimento de parcerias efetivas entre municípios e Estado para reformas e construção de prédios.

114 – Estudo da impossibilidade de coabitação, no mesmo prédio, de redes estaduais e municipais.

115 – Implantação de salas recurso nas escolas públicas inclusivas para alunos portadores de necessidades especiais, assegurando-lhes qualidade e concretividade nos atendimentos necessários.

116 – Garantia, nos projetos de reformas educacionais a serem implementados em Minas Gerais, do respeito ao princípio da diversidade dos alunos.

117 – Continuidade e avaliação dos projetos pedagógicos, independentemente das mudanças de governo, em todos os níveis e modalidade de ensino.

118 – Ampliação do período do ensino fundamental para nove anos, com o ingresso do aluno a partir de seis anos de idade.

119 – Avaliação dos projetos em andamento, tendo em vista o seu objetivo no projeto político-educacional do Estado e a sua necessidade para a sociedade.

GRUPO III

VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO

Salário, Plano de Carreira, Formação Permanente e Contínua do Trabalhador em Educação

Quadro Único

120 – Instituição e implementação do Quadro Único para todos os trabalhadores em educação, tendo como princípio a sua valorização e a permanente requalificação, com definição dos pisos salariais, das funções, progressão contínua e correção conforme o índice de reajuste previsto nas negociações entre os representantes da categoria com o governo.

Plano de Carreira

121 – Garantia da valorização profissional dos trabalhadores da educação, através da instituição de critérios objetivos de adoção de um corpo profissional permanente e efetivo; adoção da habilitação; melhores condições de trabalho; progressão na carreira (vertical-horizontal-funcional); avaliação de desempenho e tempo de serviço; formação permanente e continuada; licença remunerada para aperfeiçoamento do educador; melhor remuneração dos trabalhadores em educação (magistério e administrativo).

122 – Aprovação de plano de carreira único para ativos e inativos, elaborado após discussão entre as comunidades escolares, valorizando a qualidade de ensino, a avaliação de desempenho, o aperfeiçoamento e a qualificação profissional, a pesquisa e publicações, conforme negociações entre os representantes da categoria e o governo.

123 – Carreira com percentuais fixos entre os diferentes níveis.

124 – Divulgação ampla da proposta do plano de carreira do governo antes da votação na Assembléia Legislativa.

125 – Priorização, pela Assembléia Legislativa, das votações referentes ao plano de carreira do trabalhador em educação, para sua agilização e aplicação.

126 – Garantia, no plano de carreira de tempo pedagógico para trabalhadores em educação, remunerado, destinado à elaboração e ao desenvolvimento do plano-projeto político-pedagógico-administrativo da unidade escolar.

127 – Instituição e implementação do plano de carreira com irredutibilidade da remuneração atual.

128 – Previsão, no plano de carreira, das questões relativas à saúde do trabalhador e seu efetivo atendimento, assim como sua vinculação ao IPSEMG.

129 – Direito ao biênio para o especialista em educação.

130 – Garantia ao profissional habilitado do direito de receber segundo sua habilitação, com promoção automática.

131 – Garantia de percepção de vencimentos de acordo com o grau de escolaridade e titulação.

132 – Cumprimento de todos os direitos adquiridos pela categoria.

133 – Pagamento do adicional noturno para todos os trabalhadores em educação, conforme preceito constitucional.

134 – Vale-transporte para todos os trabalhadores em educação.

135 – Garantia ao trabalhador da educação de continuidade de percepção de vencimentos e vantagens integrais durante os períodos de afastamento por licença médica, licença para acompanhar tratamento de saúde de pessoa da família ou cursos de aperfeiçoamento ou qualificação profissional.

136 – Garantia da exigência de habilitação adequada para o exercício do magistério.

137 – Criação do cargo de vigia, com abertura de concurso público e imediata contratação, para segurança do pessoal, dos alunos e da escola como um todo.

138 – Efetivação das remoções e nomeações durante o período de férias escolares, para não prejudicar o processo pedagógico da escola.

139 – Garantia ao profissional de educação do Quadro Permanente de retorno ao magistério.

Piso Salarial, Vencimentos, etc.

140 – Adoção de uma política salarial para toda a categoria das redes públicas de ensino, estabelecendo-se o piso salarial conforme índice do DIEESE.

141 – Aplicação da Constituição no artigo que se refere à remuneração dos trabalhadores em educação com base nos índices de outubro de 1986.

142 – Incorporação de abono salarial.

143 – Pagamento dos vencimentos, como previsto na Constituição Federal, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

144 – Assegurar reajuste salarial para os trabalhadores em educação quando a inflação alcançar 5%, de acordo com o índice do DIEESE.

Saúde do Trabalhador

- 145 – Credenciamento de hospitais e laboratórios do interior para atendimento de internação e demais serviços, sem burocracia, uma vez que o servidor, ao se deslocar de seu município para a Capital ou cidade próxima, onera o orçamento familiar.
- 146 – Infra-estrutura médico-hospitalar de qualidade, com a disponibilização de serviços de transplante e a implantação de bancos de doação de órgãos para atender às regiões, com credenciamento de médicos especialistas em todas as áreas.
- 147 – Democratização da gestão do IPSEMG.
- 148 – Atendimento médico, odontológico e exames médicos do trabalhador em educação garantidos integralmente pela contribuição ao IPSEMG.
- 149 – Aposentadoria especial para os trabalhadores em educação acometidos por doenças diversas, para que o quadro funcional da escola não seja prejudicado.
- 150 – Cumprimento, pelo Estado, da legislação referente a doenças profissionais dos trabalhadores em educação, e garantia de tratamento sem perda salarial.
- 151 – Criação, pelo IPSEMG, de um serviço de reabilitação para os trabalhadores atingidos por doenças profissionais, com profissionais habilitados para o exercício da profissão.
- 152 – Criação de lei que regule o disposto na Constituição Federal sobre o direito do homem de ser considerado dependente da esposa funcionária pública.

Substituições Temporárias

- 153 – Designação para a substituição dos servidores do Quadro Especial (auxiliares de serviços gerais, auxiliares de secretaria e secretária), especialistas de educação, professor de uso da biblioteca e vice-diretor, independentemente do período da licença e em casos de férias-prêmio.
- 154 – Garantia de que as substituições temporárias (licenças médicas, capacitação e aperfeiçoamento profissional) sejam feitas por trabalhadores em educação.

Aposentadoria

- 155 – Garantia da igualdade de direitos, com relação a Previdência, substituições temporárias e aposentadoria, a todos os trabalhadores da educação.

Jornada de Trabalho, Carga Horária

- 156 – Fim das aulas facultativas e das dobras de turno.
- 157 – Concurso público para o magistério, com nomeação imediata.

Formação Profissional, Qualificação, Perfeição

- 158 – Valorização do magistério, criando-se mecanismos de proteção à categoria dos professores e exigindo-se de profissionais de outras áreas currículo mínimo contendo conhecimentos pedagógicos para que possam lecionar.
- 159 – Adoção de mecanismos que permitam repensar a formação inicial, a permanente e a continuada do professor a partir da análise das práticas atuais.
- 160 – Garantia de cursos de formação e capacitação profissional de qualidade para os trabalhadores em educação, descentralizando os cursos oferecidos pelas universidades estaduais e federais.
- 161 – Cursos de formação permanente e continuada para qualificação dos trabalhadores em educação com reconhecimento por meio de acesso horizontal ou vertical na profissão.
- 162 – Disponibilização de professor para uso da biblioteca para a educação básica.
- 163 – Elaboração de projeto de lei ou emenda para que o Estado seja obrigado a oferecer gratuitamente, nos recessos e férias escolares, em caráter emergencial, cursos de licenciatura plena em todas as áreas de conhecimento para todos os trabalhadores em educação.
- 164 – Elaboração de propostas eficazes para garantir o cumprimento do previsto nas Disposições Transitórias da Lei Federal nº 9.394 de 1996 em relação à capacitação do professor.
- 165 – Exigência de que, na formação inicial, sejam consideradas as condições para um trabalho crítico sobre o saber e as práticas pedagógicas, além da formação acadêmico-profissional necessária, que supere a existência do grande contingente de profissionais não habilitados, sujeitos a um contrato precário de trabalho.
- 166 – Financiamento de cursos de graduação para professores em exercício que só têm o curso de magistério em nível médio.
- 167 – Transformação das Escolas Normais em Institutos Superiores de Educação, para garantir o ensino normal superior, em escolas de cidades-pólo que apresentem condições técnicas para tal.
- 168 – Revalorização e reformulação estrutural dos cursos de nível médio e superior de formação de professores, visando preparar profissionais para trabalhar na Educação Infantil e Educação Fundamental.
- 169 – Imediata reestruturação das Escolas Normais, com garantia de cursos de capacitação de recursos humanos para o exercício profissional do magistério, incluindo-se o aproveitamento de estudos já realizados.
- 170 – Formação básica e profissionalização (ensino fundamental e médio) para o exercício da profissão para todos os trabalhadores em educação, inclusive para o apoio técnico administrativo.
- 171 – Formação contínua do professor em função do projeto pedagógico da escola, permitindo a articulação dos projetos individuais com o coletivo.

172 – Garantia ao professor do direito de afastar-se do trabalho para cursos de aperfeiçoamento, especialmente de pós-graduação, em universidades públicas ou particulares.

173 – Garantia de condições para o aperfeiçoamento profissional, com liberdade de escolha da área de especialização, reconhecimento na carreira e incentivo à pesquisa, publicações e produção de material pedagógico configurados em: a) criação do tempo pedagógico do trabalhador em educação, garantido na jornada de trabalho; b) licença remunerada para aperfeiçoamento profissional; c) privilégio da escola como espaço de formação permanente e contínua, instituindo-se o tempo coletivo de duas horas, por meio de quadro de escola que contemple a organização coletiva dos trabalhadores como um espaço de produção do conhecimento, aperfeiçoamento profissional, troca de experiências, construção de novos processos de aprendizagem, estudo de leis trabalhistas sindicais e avaliação do processo pedagógico escolar.

174 – Habilitação dos professores em nível de ensino médio em formação superior, preconizada pela LDB, por meio de parceria entre os governos federal, estadual e municipal.

175 – Implantação de uma política de formação permanente e continuada que tenha a formação crítico-reflexiva como concepção e que contemple as discussões das questões didático-pedagógicas, as referentes à carreira, considerando o local de trabalho como locus privilegiado dessa formação, contemplando as exigências da melhoria da qualidade do ensino.

176 – Implementação de projetos de capacitação compatíveis com a realidade de cada região.

177 – Garantia de qualificação profissional, por meio de cursos reconhecidos pela Secretaria da Educação, com vantagens na carreira, mesmo que não sejam oferecidos pelo sistema.

178 – Incentivo financeiro aos trabalhadores em educação para os cursos de capacitação e aperfeiçoamento.

179 – Apresentação de projetos institucionais do poder público com maior antecedência, para que sejam mais bem preparados e tenham maior eficácia.

180 – Estabelecimento de parcerias com outras instituições de formação acadêmica, sindical e outros segmentos da sociedade civil.

181 – Informatização das Secretarias Municipais e Estaduais da Educação e cursos de capacitação das equipes dirigentes.

182 – Liberação de delegados eleitos para atividades sindicais, como reuniões plenárias, conferências, seminários e congressos.

Avaliação de Desempenho

183 – Avaliação de desempenho diagnóstica e processual, devendo ser contínua e dialógica, promovida para crescimento profissional, sem caráter punitivo ou de critério de seleção na designação, norteadas pelo plano ou projeto político-pedagógico da escola e elaborada com a participação ativa do profissional avaliado.

Ingresso na Carreira

184 – Realização de concursos públicos periódicos, após o preenchimento das vagas disponíveis, para todos os segmentos que compõem o Quadro Único da Educação, com divulgação antecipada do número de vagas reais disponíveis e nomeação imediata dos concursados.

185 – Ingresso na carreira somente por concurso público de provas e títulos; que os concursos sejam frequentes, com nomeação imediata.

186 – Imediata nomeação dos professores P1-A aprovados no concurso de 1996 e de todos os concursados P3 que estão trabalhando como designados.

187 – Solução imediata para os trabalhadores em educação que estejam em adjunção.

188 – Aumento de vagas de especialistas, para permitir que estejam presentes em todas as escolas.

189 – Ampliação do quadro de escola, de acordo com as necessidades.

Outros Temas

190 – Revogação do dispositivo legal que exige a apresentação de registro do MEC para concessão de progressão na carreira, já que este não tem validade.

191 – Revisão do quadro por concurso das secretarias públicas de educação, superintendências, autarquias e demais instâncias, visando sua adequação a um quadro de funcionários previamente estabelecido, observada, ainda, a qualificação para a função.

GRUPO IV

GESTÃO DEMOCRÁTICA

192 – Maior ênfase para a autonomia financeira com esclarecimentos mais concretos na área de prestação de contas, gastos, etc. dando direito a um profissional em finanças para cada escola – o Tesoureiro Escolar previsto na Lei Estadual 9381/86.

Conselhos de Educação

193 – Criação ou reformulação do Conselho Estadual de Educação, de Conselhos Municipais ou Conselhos Regionais, observando os seguintes critérios:

Composição

— 50% de usuários eleitos em fórum próprio entre membros de associações de moradores, de pais e mestres, de pais de alunos, grêmios estudantis e colegiados escolares, instituições que atuam na área da proteção à criança e ao adolescente;

— 50% de gestores do sistema eleitos em fórum próprio de cada uma dos segmentos: universidades públicas e privadas, sindicato e trabalhadores da rede pública e privada, prestadores de serviços de natureza educacional (escolas livres, experiências populares de educação, entidades que desenvolvem ações de promoção técnico-profissional), um

representante da Undime, além de representante do CNE, a fim de assegurar a integração das respectivas responsabilidades;

— o Conselho Estadual ou Municipal de Educação contará, ainda, como instância de consulta e de articulação com a sociedade, com fórum estadual em defesa da escola pública.

Nomeação

Os membros do Conselho Estadual de Educação serão nomeados pelo governador, em consonância com o disposto no item sobre composição, para mandato de quatro anos, vedada a recondução imediata, cessando, a cada dois anos, o mandato de metade dos conselheiros.

Competência

a) formular e coordenar as políticas estadual e municipal de educação, articulando-as com as políticas públicas de outras áreas;

b) interpretar a legislação de diretrizes e bases da educação nacional, opinar sobre alterações de iniciativas do Poder Executivo e estabelecer normas comuns, a serem observadas pelos sistemas de ensino;

c) aprovar a adoção de inovações educacionais, experimentadas com êxito no âmbito dos sistemas de ensino dos Estados e municípios ou por instituições educacionais de reconhecido valor;

d) estabelecer normas para o reconhecimento e a implantação de formas de educação a distância;

e) estabelecer normas de avaliação e de fiscalização de instituições de ensino e de seus cursos;

194 – Agilização do processo de criação dos Conselhos Municipais de Educação, também com a participação de representantes de associações de pais de alunos e comunidade.

195 – Inclusão do Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública como instância de elaboração de princípios, parâmetros e diretrizes para a política educacional.

Ouvidoria

196 – Criação da Ouvidoria da Educação, cujo ouvidor será eleito pela comunidade escolar. O sindicato deverá encaminhar discussão junto às escolas para levantar os critérios de perfil e eleição do ouvidor.

Realização de Conferências

197 – Realização periódica de conferências estaduais e municipais de educação com caráter informativo, consultivo, deliberativo e propositivo.

Garantia de Vagas

198 – Ampliação da oferta de educação em todos os níveis e modalidades, com garantia de vagas para todos, mesmo para aqueles que não tiveram oportunidade em idade própria, permitindo-se ao aluno o direito da escolha da modalidade de ensino que lhe for conveniente.

199 – Criação de fóruns para a discussão da educação tecnológica, profissionalizante e da educação a distância.

Eleição para a Superintendência

200 – Eleição direta, em todo o sistema de educação, da unidade escolar à Superintendência Regional.

Projeto Político-Pedagógico

201 – Gestão escolar democrática, orientada por projeto político-pedagógico elaborado pela comunidade escolar organizada.

Incentivo à Organização

202 – Garantia da organização profissional e sindical dos trabalhadores da educação em seus locais de trabalho.

203 – Garantia de organização estudantil e de associação de pais nos níveis da educação básica.

Criação de Coordenação Pedagógica

204 – Criação de coordenação pedagógica eleita pelos pares, cuja composição será definida em instâncias próprias dos trabalhadores em educação.

Colegiado

205 – Garantia de participação da comunidade escolar e local na eleição e na composição dos colegiados, da seguinte forma: 50% de membros da comunidade escolar e 50% de trabalhadores da educação, eleitos entre seus pares.

206 – Eleição, pelos membros do colegiado, de seu coordenador.

207 – Promoção de debates entre a escola e a comunidade escolar sobre o papel que vem exercendo o colegiado, hoje, nas escolas públicas de Minas Gerais, com a divulgação, junto aos educadores e à comunidade, da importância e da responsabilidade do colegiado.

208 – Atribuição de poder deliberativo ao colegiado, dentro das escolas.

209 – Destituição do membro do colegiado que por três vezes consecutivas faltar às reuniões, sem justificativa, convocando-se assembléia para escolha do novo membro.

210 – Reuniões mensais dos colegiados, com divulgação das respectivas pautas com 48 horas de antecedência.

211 – Garantia do direito de participação nas reuniões do colegiado, mesmo quando ocorrerem dentro da carga horária, para o aluno e para o trabalhador em educação, ainda que este trabalhe em redes distintas ou em escolas diferentes.

212 – Exigência de que os dias e horários das reuniões do colegiado sejam marcados com antecedência, levando em consideração a disponibilidade da totalidade ou da maioria dos membros.

Eleição Direta

213 – Eleição direta, sem concurso, para diretor e vice-diretor, com garantia de designados e estáveis se candidatarem, para mandato de três anos, com direito a uma reeleição, exigindo-se o interstício de três anos para nova candidatura.

214 – Garantia do direito de concorrer às eleições para diretor e vice-diretor aos profissionais que, embora não estejam em exercício na escola, tenham tido um exercício mínimo de quatro anos na escola em que pretendem se candidatar, desde que o período de afastamento não supere o prazo de dois anos.

215 – Fim do apostilamento especial para os diretores.

Assembléias Escolares

216 – Realização de, no mínimo, uma assembléia escolar por semestre.

Avaliação

217 – Adoção de critérios escolhidos democraticamente pela comunidade escolar, sem caráter punitivo, para avaliação de desempenho tanto do servidor quanto da Instituição.

Condições de Trabalho

218 – Definição, em lei, do número máximo de alunos em sala de aula, conforme proposta da categoria e cumprimento correspondente.

Nomeação e Designação

219 – Priorização de concurso para todos os cargos vagos, com designação somente para substituição temporária e de excepcional necessidade, divulgação das vagas existentes, com centralização em escolas-pólo, em horários diferenciados, considerando-se os seguintes critérios: aprovação em concurso; habilitação; tempo no Estado e na função; tempo na escola e na função; cursos de aperfeiçoamento; outros critérios definidos pelo colegiado para o desempate.

GRUPO V

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Educação Infantil

220 – Garantia, em cumprimento da Constituição Federal e da LDB, de ampliação das oportunidades de acesso à educação para crianças de 0 a 6 anos, nos sistemas públicos de ensino do Estado de Minas Gerais, inclusive no meio rural.

221 – Fortalecimento da educação infantil como primeiro nível da educação básica, integrando a Política Educacional do Estado de Minas Gerais, incluindo-a na estrutura organizacional da SEE-MG, com o mesmo tratamento político e gerencial dos demais níveis de ensino.

222 – Elaboração de projeto político pedagógico amplamente discutido e aprovado pela comunidade escolar, garantindo-se tempos escolares e resguardando-se a autonomia da instituição educacional na gestão político-financeiro-pedagógica.

223 – Maior divulgação da regulamentação da educação infantil no âmbito do Sistema Estadual de Educação, pelo Conselho Estadual de Educação, com a participação de representantes de diversos órgãos e setores.

224 – Inclusão das crianças de 6 anos nas matrículas do ensino fundamental que deverá ter a duração de 9 anos.

225 – Alargamento da faixa etária do cadastro escolar, passando a incluir, além das crianças que completam 7 anos durante o ano civil, aquelas que completam 6 anos até 31 de dezembro.

226 – Realização, em caráter de urgência, de estudo demográfico de âmbito estadual, com vistas a avaliar, com dados da realidade, as possibilidades de atendimento à criança de 6 anos, mesmo no meio rural.

227 – Realização, em parceria com a universidade, de diagnóstico estadual da oferta e da demanda em educação infantil, visando subsidiar a formulação de políticas de educação da criança de 0 a 6 anos.

228 – Ampliação da oferta, na rede pública estadual, do atendimento à educação infantil (pré-escola), garantindo-se, de imediato, a manutenção das vagas existentes no ano de 1999.

229 – Aproveitamento de espaços ociosos nas escolas estaduais de ensino fundamental para oferta de classes de educação infantil (pré-escola).

230 – Estabelecimento ou ampliação das estratégias de parceria do Estado com os municípios, até mesmo por meio de cessão dos professores excedentes.

231 – Execução, em caráter emergencial e transitório, de Programa Estadual de Habilitação, em nível de ensino médio, do professor leigo em exercício na educação infantil.

- 232 – Criação de centros de formação para educadores em educação infantil.
- 233 – Inclusão dos profissionais da educação infantil nas propostas e nos programas de capacitação da SEE-MG.
- 234 – Definição de parcerias com instituições de ensino superior, da Capital e do interior, visando à formulação de políticas de formação de recursos humanos na educação infantil.
- 235 – Reexame da situação e da vinculação das creches mantidas pelo poder público, tendo-se em vista o melhor dimensionamento da atenção à criança de 0 a 3 anos.
- 236 – Estabelecimento de políticas de formação para os profissionais de educação básica, resguardando a participação dos docentes, mesmo que coincida com o calendário escolar.
- 237 – Adaptação do espaço físico da rede estadual à modalidade da educação infantil.
- 238 – Continuidade do Procad, Procap, Pró-Ciências e do Pró-Médio, qualificando todos os segmentos da educação.
- 239 – Garantia de atendimento ao aluno, pela rede pública de saúde, dos serviços de enfermagem, odontológico, nutrição, pediatria, fonoaudiologia e psicologia.
- 240 – Criação, nas repartições públicas estaduais, de creches para atendimento a filhos de funcionários, em cumprimento do disposto na Constituição Federal.

Ensino Fundamental

- 241 – Acesso e permanência na escola, com garantia de prosseguimento de estudos, com adequação de fluxo escolar, currículo, metodologias, sistema de avaliação, tempos escolares, formação profissional, etc., criando também projetos especiais com a finalidade de alcançarem os objetivos propostos.
- 242 – Manutenção das crianças na escola, em tempo integral, progressivamente, com atividades diversificadas, principalmente para aquelas que vivem em situação de risco.
- 243 – Compensação financeira da renda familiar sacrificada em relação às crianças e aos adolescentes que se encontram fora da escola para auferir ganhos financeiros, com implantação imediata do programa de bolsa-escola na rede pública.
- 244 – Limitação do número de alunos por turma: máximo de 25 alunos em turmas de 1ª a 4ª séries; máximo de 30 alunos em turmas de 5ª a 8ª séries; máximo de 35 alunos no ensino médio, tratando-se de forma diferenciada as turmas de projetos especiais.
- 245 – Garantia da universalização do ensino fundamental.
- 246 – Compromisso de dar continuidade ao Projeto de Curso Superior de Formação de Professores, enquanto existir professor sem formação superior nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.
- 247 – Desvinculação do número de funcionários ao número de alunos, ficando a escola autônoma para constituir sua equipe pedagógica, de acordo com a necessidade de cada turno.
- 248 – Garantia de recursos financeiros para manutenção e assistência ao educando, incluindo merenda escolar, material didático e pedagógico.
- 249 – Autonomia para as escolas na montagem de salas com recursos para atendimento individualizado.
- 250 – Oferecimento de tempo integral na escola, principalmente aos alunos em situação de risco, desde que sejam assistidos por profissionais habilitados e em condições dignas, com carga horária ampliada, com oportunidade de aprenderem alguma atividade possível de ser uma profissão (arts. 205, 206, 207 e 208 da Constituição Federal), com garantia de estrutura física, pedagógica e financeira que essa medida demandará.
- 251 – Criação de cursos de capacitação de professores do 2º ciclo do ensino fundamental.
- 252 – Criação de um tempo coletivo na escola, para uma ação reflexiva do Projeto Político-Pedagógico.
- 253 – Participação dos representantes dos segmentos da sociedade em seminários, para o debate do Projeto Político-Pedagógico nos encontros regionais, a fim de que fiquem inteirados dos acontecimentos e se envolvam no processo.
- 254 – Instalação de infra-estrutura adequada para receber o aluno especial e preparação dos profissionais para esse atendimento.

Ensino Médio

- 255 – Oferta de vagas, em número suficiente, para o atendimento à demanda dos egressos do ensino fundamental, construção ou ampliação de escolas.
- 256 – Reexame das nucleações de escolas feitas até dezembro de 1998 na Capital e no interior.
- 257 – Cumprimento da universalização e da obrigatoriedade da educação básica, por parte do Estado.
- 258 – Oferta de condições de qualificação dos docentes para esse nível de ensino.
- 259 – Ampliação de extensões universitárias para habilitação e/ou especialização do profissional do magistério.
- 260 – Observância e cumprimento da LDB de 1996 no tocante ao ensino médio e arts. 206 e 207 da Constituição Federal.
- 261 – Investimento no ensino médio, fornecendo-se subsídios para: salários dignos e cursos de aperfeiçoamento profissional aos trabalhadores em educação, laboratórios, centrais de informática, bibliotecas e profissionais bibliotecários.
- 262 – Estabelecimento de convênios com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, para realização de estágios curriculares, trabalhos comunitários e atividades de suporte

aos alunos do ensino médio.

263 – Destinação, dentro da escola, de tempo semanal disponível, devidamente remunerado, para o funcionário, fora de sua carga horária-aula, para estudo, discussão e planejamento de ações interdisciplinares do processo de ensino-aprendizagem.

264 – Destinação de verba, pelo Estado, para atender ao ensino médio, para compra de material didático e merenda escolar.

265 – Providências urgentes para atender à necessidade do livro didático, paradidático, literário e de pesquisas para o ensino médio.

266 – Incentivo à criação de centros de educação tecnológica.

267 – Estabelecimento, por lei, de número máximo de alunos por sala.

Educação de Jovens e Adultos

268 – Estabelecimento de uma política que contemple a educação de jovens e adultos nos aspectos humanos e sociais.

269 – Criação de programas de alimentação e de livro didático para o jovem e o adulto.

270 – Instituição, na Secretaria de Estado da Educação, de um setor específico para assuntos dessa modalidade de ensino.

271 – Estabelecimento de convênios com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, para realização de estágios curriculares, trabalhos comunitários e atividades de suporte aos jovens e adultos.

272 – Capacitação, pelo poder público, dos profissionais da educação de jovens e adultos, aberta à participação de instituições não governamentais, incluindo a modalidade de educação a distância.

273 – Inserção da comunidade escolar em projetos e programas comunitários.

274 – Cumprimento da LDB no seu art. 5º, § 1º, inciso I: "Recensar a população em idade escolar, para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiverem acesso", e inciso II: "Fazer-lhes a chamada pública".

275 – Garantia de atendimento aos padrões básicos de infra-estrutura para funcionamento de estabelecimentos que ofereçam educação de jovens e adultos, devendo ser incentivadas, para esse fim, parcerias com prefeituras municipais e entidades.

276 – Monitoramento das avaliações das telessalas em todo o Estado, para garantia da qualidade do ensino ofertado.

277 – Ampliação do processo de avaliação dos alunos das telessalas, de forma a possibilitar as avaliações nas próprias unidades de ensino, descentralizando-se a responsabilidade na elaboração e na aplicação das provas.

278 – Expansão de centros de Ensino Supletivo (Cesu) onde houver demanda.

279 – Implantação do ensino médio em todos os centros de ensino supletivo, onde houver demanda.

280 – Disponibilização, por parte do Estado, de equipamentos específicos para esse segmento de ensino: TV, vídeo, som.

281 – Descentralização dos exames realizados em bancas.

282 – Garantia do ensino regular noturno, com estrutura própria e específica (horário, calendário, etc.), para assegurar um ensino de qualidade aos alunos menos favorecidos.

283 – Reexame da estrutura organizacional e curricular nas modalidades UES e CESU para garantir a qualidade do ensino.

284 – Oferecimento de ensino supletivo, como opção, para alunos com defasagem idade-série.

Educação Especial

285 – Garantia de que os alunos da educação especial estudem preferencialmente na escola regular comum e que tenham igualdade de oportunidades no que se refere ao atendimento de suas necessidades, seu preparo psicológico, social e emocional, com especialistas e equipamentos adequados e condizentes com suas reais possibilidades.

286 – Maior disponibilização de currículos, materiais, equipamentos específicos e professores capazes de compreender, ensinar e favorecer a aprendizagem desses educandos.

287 – Desenvolvimento, em parceria com os órgãos de saúde e instituições congêneres, de projetos educativos de prevenção, diagnóstico, habilitação e reabilitação das deficiências.

288 – Desenvolvimento de programas de formação profissional básica, técnica e tecnológica, em articulação com o mercado de trabalho, mediante convênios e parcerias com entidades públicas e privadas.

289 – Aperfeiçoamento e ampliação do censo, de maneira que os dados reflitam a realidade da educação especial, em escolas conveniadas ou não, das redes de ensino pública e privada de Minas Gerais.

290 – Solicitação ao Conselho Estadual da Educação de revisão e reformulação das normas referentes à educação especial – que não atendem a nossa realidade – a serem feitas juntamente com profissionais que atuam em educação especial.

291 – Promoção das adaptações físicas, curriculares, metodológicas e capacitação de pessoal, por profissionais que atuam na educação especial, visando ao acesso, à permanência e ao percurso escolar bem sucedidos.

292 – Orientação às escolas sobre a importância da construção coletiva do projeto político-pedagógico ou PDE, para utilização de procedimentos e recursos didáticos para atender aos alunos em suas diferenças.

293 – Implantação, na Secretaria de Estado da Educação, de uma Assessoria de educação especial, com a função de acompanhar, avaliar, apoiar e implementar políticas, ações e programas de educação especial na SEE, nas SREs, instituições especializadas e escolas inclusivas.

294 – Implantação do sistema de monitoramento e avaliação das ações, programas e projetos da educação especial no Estado de Minas Gerais, com ênfase em projetos-piloto que tenham efeito multiplicador.

295 – Garantia, em instituições de educação superior, de acesso e permanência dos educandos portadores de necessidades especiais em seus cursos, independentemente da idade (no caso de superdotados) e de acordo com as possibilidades e necessidades (no caso de deficientes).

296 – Construção da escola inclusiva, que teria como pressupostos: desenvolvimento de programas de capacitação para todos no exercício do magistério, com o apoio da Apae e das demais instituições especializadas; garantia de permanência dos portadores de necessidades especiais em seus cursos, independentemente da idade e de acordo com suas possibilidades.

297 – Adequação das escolas especiais, Apaes e Napes como centros de apoio para capacitação de profissionais e atendimento específico aos alunos que não tenham condições de inclusão.

298 – Criação e ampliação de instituições e aparelhamento das existentes para melhor atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais.

299 – Criação de projetos especiais pelas escolas e pelos órgãos do sistema para atender às necessidades da clientela.

300 – Garantia, na rede pública, de atendimentos básicos, desde a primeira infância, aos alunos portadores de necessidades educativas especiais.

301 – Garantia, ao portador de necessidades especiais, de ingresso e permanência na escola regular comum ou na escola regular especial, oferecendo-se condições necessárias para o seu percurso na educação. Garantia de acesso a equipamentos e materiais específicos e especializados essenciais ao pleno desenvolvimento do processo escolar, assim como aos espaços escolares sem barreiras arquitetônicas e atitudinais.

302 – Garantia de recursos para comunicação alternativa aos diferentes tipos de deficiência. Garantia, aos deficientes auditivos, do acesso à Língua Brasileira de Sinais (Libras), e aos deficientes visuais, do acesso ao braille e ao sorobã.

303 – Garantia de autonomia, para cada região, de dinamismo curricular, a partir das necessidades e habilidades do educando. Acompanhamento pedagógico, atendimento de serviços especializados e adaptação curricular aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos, com possibilidade de aceleração de estudos ou de terminalidade escolar específica.

304 – Condições de continuidade de atendimentos alternativos aos portadores de necessidades educacionais especiais, por meio currículos adaptados e terminalidade escolar específica, direcionada para o trabalho e a profissionalização ou de convivência social.

305 – Garantia de vagas – preferencialmente em escolas próximas à residência do aluno – e de transporte escolar, adaptado quando necessário.

306 – Garantia de condições de participação e envolvimento familiar no processo educacional e informações sobre o desenvolvimento do educando.

307 – Ampliação de programas de orientação e apoio às famílias dos educandos com necessidades educativas especiais, com implementação de mais recursos humanos, materiais e apoio da SEE e das SREs.

308 – Respeito aos direitos dos educandos com necessidades educativas especiais e divulgação dos seus direitos e dos deveres da família, do Estado e da sociedade para com eles.

309 – Desenvolvimento de ação conjunta nas áreas de educação, saúde e assistência social, para prevenção das causas de deficiência e para os atendimentos complementares ao processo educacional.

310 – Estabelecimento de parcerias entre escola, família e sociedade, visando ao processo de inclusão social.

311 – Formação especializada e capacitação docente de qualidade na área de educação especial, em nível médio, de graduação e pós-graduação.

312 – Garantia de alternativas para qualificação, aperfeiçoamento e atualização em educação especial.

313 – Oferecimento, aos professores em exercício nas escolas inclusivas, de estágio em escolas e instituições especializadas em educação especial e destinação de recursos materiais e didático-pedagógicos necessários ao atendimento do aluno especial.

314 – Revisão e criação de legislação referente ao quadro de pessoal no que concerne à composição dos critérios de lotação, mudança de lotação e designação de professores, compatibilizando-a com as demandas de atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais.

315 – Garantia de recursos financeiros, serviços especializados, assessorias, equipamentos, mobiliário e materiais didático-pedagógicos suficientes para que os centros integrados de educação especial, as escolas especiais, Napes e escolas inclusivas ofereçam acessibilidade e atendimentos específicos aos educandos matriculados, de acordo com o seu PDE.

316 – Disponibilização de recursos financeiros específicos para aquisição de equipamentos, materiais e manutenção de serviços especializados para apoio e atendimento complementar à escolarização, de acordo com o PDE.

317 – Estímulo e apoio à divulgação de informações necessárias ao conhecimento do aluno com necessidades educativas especiais e às formas específicas de seu atendimento numa filosofia inclusiva.

318 – Garantia de condições para que a escola regular comum, especial e/ou centros integrados ofereçam serviços de apoio especializado complementar à escolarização, à formação profissional e à integração comunitária.

319 – Desenvolvimento de ações de sensibilização e conscientização da sociedade e da comunidade escolar sobre as necessidades, possibilidades e vantagens da educação inclusiva, por parte da SEE, das SREs, instituições especializadas, imprensa, etc.

320 – Retomada do Projeto Bolsa-Trabalho para alunos portadores de deficiências.

321 – Garantia às escolas inclusivas de organização de turmas com no máximo 20 alunos quando se tratar da inclusão de DA e DV (até 4 alunos) e de 15 alunos quando ocorrer inclusão de mais de 3 tipos de deficiência (até 4 alunos), observando-se o trabalho metodológico em parceria com a escola especial, resguardado pelo projeto pedagógico, com inserção ou não de monitor.

322 – Garantia de contratação de profissionais especializados para acompanhamento do trabalho educacional nos núcleos regionais que tenham alunos com necessidade de educação especial inseridos no ensino regular.

Educação Indígena

323 – Continuidade à implementação da educação escolar indígena, garantindo-se educação de qualidade, no sentido de valorização e fortalecimento da cultura tradicional das diferentes etnias indígenas presentes no Estado de Minas Gerais, possibilitando às comunidades indígenas autonomia e gestão do processo educacional.

324 – Manutenção e ampliação democrática de proposta de educação escolar indígena, diferenciada, bilingüe e intercultural para a formação específica do professor, por meio da oferta do Curso de Formação de Professores Indígenas.

325 – Habilitação do professor em formação específica e continuada, por meio da oferta do Curso de Formação de Professores Indígenas.

326 – Viabilização do ingresso do professor indígena na carreira do magistério e de sua integração no plano de cargos e salários da rede estadual, a partir de critérios e métodos específicos que garantam formas flexíveis de contratação, respeitando-se as especificidades culturais de cada etnia indígena.

327 – Compreensão de que a formação e a prática pedagógica dessa proposta estão em permanente avaliação e reconstrução e contêm três eixos de atuação: ensino presencial, ensino não presencial e estágio supervisionado.

328 – Criação do Núcleo de Educação Escolar Indígena – Neei – para atuar na implantação e no desenvolvimento da educação escolar indígena, tendo garantida a participação do Estado, da sociedade civil e das comunidades indígenas.

329 – Organização da escola indígena, levando-se em conta suas formas de estrutura social, suas tradições, formas de produção de conhecimento e processos próprios de aprendizagem, tais como suas respectivas línguas e a língua portuguesa; suas práticas socioculturais e religiosas; as formas de edificação das escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas; atividades econômicas, especialmente aquelas que visem a sua reprodução social, bem como atividades rituais e cerimoniais; seus métodos de ensino e aprendizagem; sua organização familiar e social.

330 – Organização das atividades escolares em períodos próprios, que não correspondam necessariamente ao calendário da sociedade não indígena, a serem estruturadas em épocas diversas, respeitando-se o curso das atividades econômicas, os rituais e as demais manifestações sociais e culturais de cada povo indígena.

Educação Rural

331 – Maior fiscalização do cumprimento da proibição de trabalho infantil assalariado quando da adaptação do calendário escolar ao ano agrícola nas diversas regiões de Minas Gerais.

332 – Parcerias entre o Estado, a União e os municípios para atendimento de transporte para os alunos provenientes da zona rural, garantindo-lhes a continuidade dos estudos.

333 – Imediata oferta de vagas de educação infantil nas comunidades rurais.

334 – Valorização de formação do agricultor, com a implementação de política governamental que incentive a agricultura familiar.

335 – Existência de parcerias da Emater e do IMA com o Estado, para desenvolvimento de projetos em escolas rurais, na tentativa de fixação do homem do campo na zona rural (horta, criação de pequenos animais, etc.).

336 – Apoio financeiro e legal do Estado às experiências alternativas existentes, sejam escolas ou processos educativos geridos pelas comunidades rurais e movimentos populares, que não tenham finalidade de lucro, mediante a criação de convênios ou projetos de lei (EFAs, escolas de assentamentos, etc.).

337 – Introdução da bolsa-escola no meio rural, como política pública geral de financiamento da educação.

338 – Viabilização e implementação, pela SEE, de um diagnóstico sobre a situação da educação no meio rural do Estado, com a participação das comunidades, através de suas organizações.

339 – Implementação e ampliação de programas municipais de educação ambiental, respeitando e considerando a sociobiodiversidade dos ecossistemas locais.

340 – Implementação de programas municipais e estaduais integrados e continuados de alfabetização de jovens e adultos, até que seja eliminado o analfabetismo no campo.

341 – Ampliação dos níveis de atendimento, de modo especial de educação infantil e ensino médio, nas escolas do campo.

342 – Acesso de toda a população a uma escola pública gratuita e de qualidade, desde a educação infantil até o ensino médio.

343 – Garantia do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto ao direito de uma escola próxima à moradia, quando das definições das políticas educacionais para o campo.

344 – Realização de eventos que expressem e promovam as culturas camponesas, indígenas e quilombolas, transformando-se as escolas em centros de cultura.

345 – Manutenção, pelos poderes públicos, de escolas no campo, com infra-estrutura adequada, incluindo biblioteca, laboratórios e outros recursos pedagógicos.

346 – Manutenção, qualificação e ampliação das escolas existentes e implantação de programas combinados de produção e formação profissional, desenvolvidos na perspectiva do projeto popular de desenvolvimento do campo.

- 347 – Criação pelo Estado de projeto semelhante ao Pronera para todos os trabalhadores do campo.
- 348 – Adequação do ano letivo ao calendário agrícola de cada região.
- 349 – Manutenção e expansão de universidades rurais e centros tecnológicos especializados em educação do campo, com exigência de que os pesquisadores entreguem às comunidades pesquisadas os resultados de seus trabalhos sobre o campo.
- 350 – Nomeação, para as escolas do campo, de coordenadores que de fato conheçam e se comprometam com a realidade rural e com projetos populares de desenvolvimento do campo.
- 351 – Execução, no meio rural, de programas de educação de jovens e adultos, financiados pelo MEC.
- 352 – Apoio às ações de solidariedade e de cooperação entre iniciativas, organizações e movimentos na linha de implementação do novo projeto de desenvolvimento do campo.
- 353 – Modificação dos currículos por meio da construção de trabalho pedagógico, específico e articulado com técnicos, pesquisadores e educadores, para que busquem conhecer e respeitar os valores culturais dos povos do campo, de acordo com suas regiões, tendo como eixo a construção do conhecimento e o processo participativo.
- 354 – Apoio às iniciativas de inovação de estruturas e currículos nos diversos níveis da educação básica e superior, visando à ampliação do acesso e ao desenvolvimento de uma pedagogia dos processos de transformação do campo.
- 355 – Inclusão das relações de gênero e etnias no processo educativo.
- 356 – Criação, pelas universidades públicas, de cursos de nível superior com currículo adequado à Educação Básica do Campo.
- 357 – Inclusão na Educação Básica de disciplinas específicas voltadas para a realidade do campo.
- 358 – Reorganização das formas, dos currículos e dos métodos dos cursos de formação de educadores para que atendam à Educação Básica e à Educação Especial, tendo como referência a realidade do campo.
- 359 – Valorização, no programa curricular, da arte em seus mais variados aspectos (música, teatro, artes plásticas, poesia, literatura, etc.), como forma de garantir a plena formação do homem e da mulher do campo.
- 360 – Propor às escolas do meio rural e do meio urbano que elaborem e assumam um calendário que inclua datas relacionadas aos povos do campo e à valorização dos direitos humanos.

Educação a Distância

- 361 – Implantação, pelo poder público e pelos setores privados, da modalidade de educação à distância, estendendo-a a maior número de pessoas, com garantias de qualidade de ensino.
- 362 – Empenho do poder público em oferecer a Educação a Distância às pessoas com menor poder aquisitivo e especialmente aos professores públicos, como forma de capacitá-los e atualizá-los.

GRUPO VI

CURRÍCULOS, INTERDISCIPLINARIDADE E TEMAS TRANSVERSAIS

- 363 – Planejamento do currículo levando-se em conta as crenças e os valores implícitos nas relações sociais, nas rotinas da escola e mesmo da sala de aula, propiciando ao aluno amplo conhecimento, tornando-o crítico, criativo e participativo.
- 364 – Elaboração do currículo de modo a possibilitar ao educando a superação da exclusão social e de toda forma de preconceito, promovendo-se a articulação da escola com os diversos segmentos da sociedade, com ideais de ética e justiça na promoção do bem comum.
- 365 – Flexibilização dos currículos, para atendimento dos diferentes anseios e expectativas.
- Na perspectiva do atendimento das realidades plurais, a escola deve construir e definir o seu currículo, privilegiando:
- 366 – Elaboração de currículo aberto, inserido no processo de construção e vivência do projeto político-pedagógico, com interrelações entre todas as áreas do conhecimento;
- 367 – Ênfase na gênese do conhecimento.
- 368 – Ênfase nas questões relativas ao trabalho, sobretudo na linha das habilidades.
- 369 – Definição da escola como espaço de socialização e vivências, e reconhecimento dos movimentos sociais como elementos essenciais na vida do cidadão e, portanto, também com formadores do cidadão.
- 370 – Formação do indivíduo na perspectiva da emancipação, da autonomia e do aprender a aprender.
- 371 – Entendimento da arte e da corporeidade como elementos que favorecem o desabrochar da sensibilidade.
- 372 – Diversificação do currículo de acordo com a região, levando-se em conta as peculiaridades de cada uma.
- 373 – Definição de conteúdos significativos para o aluno.

374 – Preocupação com a diversidade cultural ou étnico-cultural.

375 – Entendimento da cultura como uma rede de trocas, resultante não apenas do número de noções, mas também do número de relações estabelecidas.

376 – Estabelecimento de diretrizes mínimas e flexíveis voltadas para o domínio dos códigos da modernidade e de conhecimentos que satisfaçam as necessidades sociais.

Na perspectiva da autonomia escolar, preconizada na LDBEN, a escola deve construir e definir o seu currículo privilegiando:

377 – Estímulo à leitura, à criatividade e à produção literária, através de financiamento de projetos para bibliotecas de escolas públicas.

378 – Oferecimento de uma formação ampla, geral e humanística, que possibilite ao aluno sair da passividade, tornando-o ativo e participativo.

379 – Lutas pelo direito a condições dignas de vida.

Propostas Gerais

380 – Inserção, no projeto político-pedagógico, dos temas transversais no processo de construção pedagógica.

381 – Integração dos temas transversais para que o objetivo do currículo se concretize, possibilitando o crescimento do cidadão e a globalização do ensino, por meio da interdisciplinaridade, formando-se um elo para a construção do conhecimento.

382 – Inclusão da discussão sobre dependência química nos temas transversais, dentro de uma política de saúde pública nas escolas.

383 – Inclusão, em todas as séries, em todos os níveis, dos conteúdos de Filosofia e Sociologia, para propiciar o trabalho mais efetivo com os temas transversais.

384 – Inclusão da disciplina Filosofia desde a pré-escola até o ensino médio, ministrada por profissional habilitado, pago pelo poder público.

385 – Articulação da escola com os diversos segmentos da sociedade, aglutinando-se as famílias para a compreensão da realidade, no estabelecimento de medidas profiláticas e no tratamento dos mal-estares presentes na sociedade, tais como as drogas, a violência, a pobreza, a permissividade sexual e as crises éticas que o homem enfrenta nos dias atuais.

386 – Inclusão da Educação para o Trânsito no currículo escolar como tema transversal, garantindo-se a interdisciplinaridade, atendendo-se ao disposto no capítulo VI do Código de Trânsito Brasileiro.

387 – Criação de meios que possibilitem a formação contínua dos professores em função do projeto pedagógico da escola, permitindo-se a articulação dos projetos individuais com o coletivo.

388 – Capacitação dos educadores em função de projetos pedagógicos, permitindo-se que estes atendam aos temas transversais, conforme os parâmetros curriculares.

389 – Inclusão da Educação para o Trânsito nos programas de Educação a Distância e capacitação de professores.

390 – Trabalho contínuo de formação do profissional, dentro de uma proposta curricular processual, fomentada pelo Estado e pelos municípios.

391 – Assegurar a presença de professor para os conteúdos em que se evidenciar mais necessidade, ou inserção, na jornada de trabalho do professor titular, do tempo necessário para aulas de reforço.

392 – Criação de instrumento legal que garanta o acesso e a permanência dos educandos portadores de necessidades especiais nas escolas, de acordo com suas possibilidades e necessidades, garantida a existência de equipamentos adequados e a formação de profissionais especializados para atendimento a essas crianças em todo o Estado.

393 – Garantia, no projeto político-pedagógico da escola, de maior autonomia administrativa, possibilitando o emprego de recursos recebidos de acordo com as reais necessidades da escola.

394 – Elaboração de lei estadual que crie núcleos de pesquisas sociais e pedagógicas voltadas para a educação básica em escolas públicas de Minas Gerais.

395 – Garantia de efetivo apoio logístico à escola pública (financeiro, de pessoal e capacitação, etc) por parte dos órgãos públicos.

396 – Provimento de condições básicas de infra-estrutura da rede física pública: materiais, profissionais, recursos orçamentários, uso de tecnologia, etc.

397 – Garantia de recursos financeiros, pedagógicos e humanos para atender ao projeto político-pedagógico da escola, com imediata aplicação.

398 – Encaminhamento, pela Assembléia Legislativa, das propostas apresentadas no Fórum Estadual de Educação Infantil.

Comissão de Representação

(Eleita na Plenária Final)

Associação Mineira dos Supervisores Pedagógicos - AMISPE - Gyselia de Castro Pinto - Associação dos Professores Públicos de MG - APPMG - Magda Lopes Campbell - Conselho Estadual de Educação - José Januzzi de Souza Reis - Conselho Indigianista Missionário - CIMI - Marcelo de Andrade Vilarino - Faculdade de Educação da UFMG - Vera Lúcia Alves de Brito - Federação das Associações de Pais e Alunos de Minas Gerais - FASPA-MG - Iedyr Gelape Bambirra - Rede por uma Educação Básica do Campo - Comissão Pastoral da Terra - Juvenal José da Rocha - Fórum Permanente de Educação Especial - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais - Maria do Carmo Menecucci - Fórum Mineiro de Educação Infantil - Rita de Cássia Coelho - Fórum Mineiro de Jovens Adultos - Isabel Cristina Ferreira Costa Pinto - Secretaria de Estado da Educação - Maria do Carmo Frias - Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte - Tereza Cristina Alves de Mello

SIND-UTE - Áurea Regina Damasceno - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME - Carlos Roberto de Souza - União Nacional dos Grêmios Estudantis - UNGRES - Nilo Furtado Teodoro - União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte - UMES-BH - Gabriel Q. Coutinho Q. Soares.

GRUPO I

Financiamento da Educação

1 – Requerimento aos setores competentes de todas as administrações municipais de Minas Gerais e da administração estadual, por meio da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, solicitando o envio dos documentos informativos quando necessário:

a) prestação de contas das administrações municipais e da administração estadual, encaminhadas ao Tribunal de Contas, ano a ano, no período de 1988 a 1998, aprovadas ou em fase de análise por aquele tribunal;

b) peças contábeis das Secretarias Estaduais e Municipais da Fazenda, que informem, ano a ano, no período de 1988 a 1998, pagamentos de precatórios e indenizações, oriundos de despesas e custeios relativos a causas trabalhistas da pasta da Educação;

c) peças orçamentárias dos municípios e do Estado aprovadas pela Câmara Municipal e pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, com respectivas emendas orçamentárias encaminhadas pelos Executivos municipais e estadual, a cada ano administrativo, no período de 1988 a 1998;

d) documento da esfera administrativa de pessoal que identifique o número de servidores da Pasta da Educação, tanto da esfera administrativa gerencial, com especificação de cargos, funções e lotação, quanto da área de magistério, também especificando cargos, funções e lotação, formatados ano a ano, no período de 1988 a 1998;

e) documentos das Fazendas municipais e da Fazenda estadual que esclareçam, ano a ano, os valores investidos na composição do custeio da merenda escolar do município, especificando-se os valores investidos pelos Tesouros municipais e pela Fazenda estadual, além dos valores oriundos do Fundo Nacional de Merenda Escolar, no período de 1988 a 1998;

f) documentos das Fazendas municipais e da Fazenda estadual que esclareçam, ano a ano, os totais investidos pelos Tesouros municipais e pela Fazenda estadual nos programas assistenciais afeitos à Pasta da Educação, tais como Bolsa de Estudos, Bolsa- Escola, Assistência ao Educando e outros, informando sobre a população beneficiada, a partir das respectivas implementações e demais efetividades registradas pelas gerências desses programas;

g) documentos das esferas administrativas da educação municipal e da educação estadual, que identifiquem o número de escolas municipais, estaduais e particulares, por grau e nível de ensino, bem como o número de matrículas, também por grau e níveis de ensino, ano a ano, no período de 1988 a 1998, dos sistemas públicos municipais e estadual, bem como da rede particular de ensino;

h) documentos das esferas da educação municipal e da educação estadual, que identifiquem o número de servidores dos municípios e do Estado, da Pasta da Educação, inativos especificados pelo cargo, função e totais parciais salariais por cargo, além dos totais da massa salarial e de pensões, no período de 1988 a 1998;

i) documentos das Fazendas municipais e da Fazenda estadual que informem, ano a ano, a base de arrecadação de cada imposto que esteja compondo o cálculo do Fundef, desde que essa lei entrou em vigor;

j) documentos das Fazendas municipais e da Fazenda estadual que esclareçam, ano a ano, os valores totais para cada tributo que tenha caído na dívida ativa e que por lei deveria compor os orçamentos vinculados relativos à Pasta da Educação, tendo, portanto, deixado de compor o orçamento anual, no período de 1988 a 1998;

k) documentos das Fazendas municipais e da Fazenda estadual que esclareçam, ano a ano, os valores recebidos da dívida ativa, que passaram a compor a base das arrecadações municipais e estadual, no período de 1988 a 1998, informando-se se, após recebimento como rubrica de dívida ativa, foram devidamente incorporados às receitas da Educação;

l) documento, das Fazendas municipais e da Fazenda estadual que esclareçam, ano a ano, os valores percentuais e os valores totais de dívidas perdoadas relativas a tributos que estejam compondo a base de cálculo do Fundef, portanto, tendo deixado de compor a base de cálculo desse fundo, a partir da data em que a lei entrou em vigor;

m) documentos das Fazendas municipais e da Fazenda estadual que esclareçam, ano a ano, os totais do FNDE e da Quese repassados no período de 1988 a 1998, com respectivo destino contábil.

2 – Criação de lei estadual que determine aos Executivos do Estado e dos municípios de Minas Gerais a divulgação pública, no Diário Oficial, de relatório administrativo e financeiro relativos aos gastos de custeio e de novos investimentos, com todos os quantitativos respectivos, relativos às despesas com a educação pública do Estado de Minas Gerais, bem como de cada município, numa data determinada por lei, de modo que a sociedade possa ter elementos suficientes para acompanhar, de fato, o desempenho de cada unidade administrativa gerencial relativa às Pastas da Educação;

GRUPO III

Valorização do Trabalhador em Educação

3 – Compromisso do Poder Legislativo de não apresentar e não aprovar qualquer projeto que signifique perdas para o pessoal do magistério, até que se aprove e se implante um plano de carreira que contemple as principais reivindicações dos profissionais da educação.

4 – Realização dos concursos cujas inscrições foram feitas em dezembro de 1994 para os cargos de ajudante de serviços gerais e técnico em assuntos educacionais.

5 – Designações, para o ano letivo de 2000, com base em critérios definidos juntamente com a representação da categoria e efetivadas no mês de dezembro de 1999, com divulgação prévia.

6 – Construção de alternativas urgentes de escolarização e profissionalização dos docentes não titulados, assegurando uma formação específica contínua, partindo da realidade do trabalho do professor, para atuação no meio rural.

GRUPO IV

Gestão Democrática da Educação

7 – Proibição, pela Secretaria de Educação, de que se instaure processo administrativo contra profissionais de educação a partir da data da publicação das normas eleitorais até o dia da votação. Isso inibe o abuso de poder por parte das diretoras com relação aos professores que queiram participar do processo eleitoral e não se afinem politicamente com elas.

8 – Determinação, pelo governo do Estado, às Superintendências Regionais de Ensino e às escolas estaduais, por meio de resolução, para que divulguem, em seus estabelecimentos, de forma pública e por afixação em murais, as legislações e normas superiores, bem como as ocorrências referentes às vantagens e benefícios dos servidores e as verbas recebidas, com ênfase nas publicações legais contidas no Minas Gerais e nas correspondências escritas recebidas pelas SREs e escolas estaduais.

GRUPO V

Projetos Político-Pedagógicos

9 – Alteração da lei que cria a Fundação Helena Antipoff, da Fazenda do Rosário, em Ibirité, de modo a garantir o alcance da finalidade de sua criação – subsidiar o Estado nas questões referentes à educação do homem do campo e ao desenvolvimento do meio e da comunidade rural, através de sua utilização exclusiva com pesquisas, cursos, projetos, trabalhos e atividades voltados para os fins e objetivos específicos a que se destina a instituição.

10 – Garantia, em cumprimento ao art. 288, § 5º da Constituição Federal, de ampliação das oportunidades de acesso à educação para crianças de 0 a 6 anos nos sistemas públicos de ensino do Estado de Minas Gerais. (art. 6º, 29, 30 e 31 da LDB).

11 – Adoção, pelos planejadores da Educação Pública no meio rural em Minas Gerais, seja em âmbito estadual ou municipal, da proposta político-pedagógica das entidades que compõem a rede estadual por uma educação básica do campo, compromissada com um projeto popular de desenvolvimento nacional e do campo.

GRUPO VI

Currículos, Interdisciplinaridade e Temas Transversais

12 – Garantia de financiamento para a educação musical; inclusão dos conservatórios estaduais de música no Fundeb; garantia de concurso público específico para os conservatórios estaduais de música; e programa de qualificação e formação continuada para os trabalhadores da educação dos conservatórios estaduais de música.

13 – Incentivo aos projetos musicais nas escolas para ensino fundamental em todo o Estado de Minas Gerais.

Moção de apoio à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas

Nós, participantes do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais, ocorrido em Belo Horizonte – MG, no período de 18 a 21 de outubro de 1999, exigimos a imediata aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, Projeto de Lei nº 2.057/91, e a ratificação da Convenção 169 da OIT, por legislarem sobre os direitos dos povos indígenas na Constituição nacional e junto à comunidade internacional, respectivamente.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 53ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 17/11/99

Presidência dos Deputados Edson Rezende e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de Presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Paulo Lott - Palavras do Sr. César Masci - Palavras do Sr. Leonardo Castriota - Palavras do Sr. Marilton Borges - Palavras da Sra. Ilma Arruda Araújo Abreu - Palavras da Sra. Flávia Mourão - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Paulo Lott, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Célio de Castro; César Masci, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Flávia Mourão, Secretária Adjunta Municipal de Atividades Urbanas de Belo Horizonte; Leonardo Castriota, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB -; Marilton Borges, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Tereza; e Ilma Arruda Araújo Abreu, Presidente da Associação de Defesa dos Usuários e Consumidores de Minas Gerais - ADUCON.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos Srs. Arnaldo Godoy, Secretário Municipal de Cultura de Belo Horizonte; Flávio Carsalade, Presidente do

IEPHA-MG; Flávio Durão, Diretor de Zoneamento Ambiental, representando o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. Tilden Santiago; Benício de Assis Araújo, Diretor da Superintendência Central de Programas Multissetoriais, representando o Secretário de Estado do Planejamento, Sr. Manoel Costa; e Vera Carneiro, representando o CREA-MG.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a discutir o projeto que altera a Lei do Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte.

Palavras do Sr. Presidente

Quero cumprimentar os membros da Mesa, Dr. Paulo Lott, Vereador César Masci, Sra. Flávia Mourão, Srs. Leonardo Castriota e Marilton Borges, Sra. Ilma Arruda Araújo Abreu, os Deputados e outras autoridades presentes no Plenário.

A intenção desta reunião é discutir a aprovação de emendas ao Projeto de Lei nº 774/98, que altera o uso e o parcelamento do solo de Belo Horizonte. As alterações propostas nos preocupam porque alteram o projeto de lei aprovado em 1996 e também todo o adensamento da cidade e de zonas de preservação ambiental, turística e histórica da cidade.

Durante um ano, grupos de trabalho fizeram discussões públicas e receberam propostas dos diversos segmentos da sociedade na construção daquele projeto que virou lei. O resultado dessas discussões foi aprovado e analisado durante o COMPUR por 120 delegados, representando setores populares, empresariado, Legislativo e Executivo. Foram discutidos, durante esse processo, temas como o desenvolvimento urbano, ambiental, econômico, sistema viário e de transportes, organização territorial, proteção da memória e do patrimônio cultural e política habitacional. Essa proposta ficou por um tempo engavetada, e foram aprovados, nesse projeto, cerca de 70 artigos que alteram substancialmente essa questão do uso e do parcelamento do solo.

O que nos preocupa nessa questão? É que o adensamento dificulta a ventilação, o ar não é tão puro, a privacidade é menor, além de se perder iluminação natural. Caso sejam aprovados os afastamentos mínimos laterais e de fundo, os prédios serão construídos mais próximos uns dos outros. Isso inclui áreas lindeiras à Avenida Uruguai e às Avenidas Afonso Pena, Francisco Deslandes, Nossa Senhora do Carmo, Prudente de Moraes e Raja Gabaglia. Há também um maior perigo de incêndios, já que se altera a taxa mínima de impermeabilização, com a redução do percentual mínimo em várias zonas, quase eliminando os sistemas de compensação. A taxa cairia dos atuais 20% para 10%. Isso representa menos água penetrando no solo e buscando escoamento em vias públicas.

A total verticalização da Avenida do Contorno é outra questão que nos preocupa. Os terrenos lindeiros dessa avenida passam do coeficiente de 1,5 para 3, liberando assim o dobro de andares permitido hoje. A Avenida Bandeirantes passa a ter comércio em toda a sua extensão. A construção do aterro sanitário prevista para a região de Capitão Eduardo fica totalmente fora de cogitação. Com isso, Belo Horizonte fica sem local para depositar seu lixo, já que o aterro da BR-040 está quase saturado. A emenda provoca um retrocesso à legislação ambiental - Lei nº 7.277, de 1997 -, porque haverá menos exigências para empreendimentos de impacto ao meio ambiente. Os conselhos municipais de meio ambiente, política urbana e deliberativos do patrimônio cultural perdem sua força e passam a ser apenas consultivos - alteração feita pelo art. 39. Haverá ainda poluição sonora, poluição ambiental e incômodos ao cidadão, pois houve a flexibilização dos usos em vias coletoras com o aumento do comércio, dos serviços e de pequenas indústrias.

Em Santa Tereza, está previsto o aumento do coeficiente de aproveitamento, de 1,2 para 1,4. Portanto, um terreno de 1.000m² poderá receber um prédio de 1.200m² de área construída. Também está prevista a elevação da altura de 15m para 24m, ou seja, os prédios poderão crescer de três para oito andares. O patrimônio natural da Pampulha está ameaçado com a verticalização, pois poderão ser construídos prédios de 12 andares em parte dos Bairros Bandeirantes, São Luiz, Jardim Atlântico, Braúnas e Garças.

A Pampulha, senhores, é uma região de nascentes e deveria ser tombada como patrimônio ambiental. O seu adensamento, sem infra-estrutura de saneamento, como ficaria? Além disso, essa região necessita de proteção dos seus complexos artístico, arquitetônico e paisagístico.

O Bairro Santa Teresa, que é uma área de diretriz especial e tem uma das maiores áreas verdes da região, tem também problemas geológicos sérios. Devido a esse fato, a emenda aprovada incide principalmente nas zonas adensadas, que são as áreas consideradas suficientemente habitadas ou com problemas urbanos, onde foram estabelecidas normas que desestimulam o adensamento. Um exemplo de problema é o trânsito saturado. Ainda temos outras áreas de diretrizes especiais, ou seja, o sobrezoneamento. São áreas regidas por normas especiais mais restritivas e que incidem sobre as regras do zoneamento, por motivo de preservação ambiental ou de patrimônio, como o Bairro de Santa Teresa e a região da Pampulha. Elas incidem também sobre a zona central de Belo Horizonte, considerada uma área extremamente adensada e com boas condições de infra-estrutura.

Então, sabemos da força e da pressão da especulação imobiliária. Não podemos ficar reféns dela. Sabemos que o adensamento provoca problemas de saúde e no trânsito. Sabemos, ainda, que Belo Horizonte tem uma qualidade de vida que é exemplo para outras Capitais. O crescimento desgovernado provoca uma inversão nesse quadro, piorando-o em demasia. Esse problema é de interesse geral da população. As Capitais que crescem desgovernadamente têm o problema da qualidade de vida, que afugenta as pessoas que queiram nelas morar. Na verdade, esta Casa Legislativa, preocupada com essa questão, busca fazer essa discussão. É nesse sentido que estamos compondo esta Mesa e chamando os senhores para esse debate. A nossa Capital, a Capital das Minas Gerais, colocada entre as melhores em qualidade de vida, poderá continuar assim, para que o cidadão tenha vida e vida em abundância.

Com essas palavras iniciais, expressamos as nossas preocupações como parlamentares desta cidade e de todo o Estado.

Palavras do Sr. Paulo Lott

Exmo. Sr. Presidente desta reunião, Exmos. Srs. Deputados, companheiros da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, senhoras e senhores, em primeiro lugar, com a honra de representar aqui o Prefeito Célio de Castro, tenho o dever de salientar nosso respeito e consideração ao Presidente da Câmara dos Vereadores, aqui presente. Interessa ao Poder Executivo de Belo Horizonte, sobretudo, resguardar o princípio da harmonia e independência entre os Poderes. Interessa-nos, principalmente, neste momento em que estamos na sede do Poder Legislativo do Estado, preservar a integridade do Poder Legislativo do nosso município. Queremos deixar bem claro que em nenhum momento esse incidente pode levar ao desprestígio do Poder Legislativo, seja o Municipal, o Estadual ou o Federal.

Com essas palavras iniciais de resguardo do Poder Legislativo de nossa cidade e da integridade, da inteireza moral do Vereador César Masci, aqui presente, homem honrado e digno, toda a cidade o conhece, vamos ao assunto que nos interessa diretamente.

Há poucos minutos, comentávamos que um dia esta cidade poderá até agradecer aos Vereadores que, num momento infeliz, num momento de descuido, optaram por apresentar essa malfadada proposta legislativa de alteração. Na verdade, no calor dessa discussão, o que aconteceu foi que a cidade descobriu um inusitado amor de seus habitantes por ela. Nunca se viu em Belo Horizonte um clamor social, da população, dos belo-horizontinos pelos interesses, pelo resguardo da qualidade de vida de sua cidade. Todas as instituições, não só as bravas instituições que a cidade tão bem conhece, como o Instituto dos Arquitetos, as Escolas de Engenharia e de Arquitetura, o IEPHA e todos os órgãos dedicados à preservação da cultura, da história, da qualidade de vida da nossa cidade, como também as novas entidades preservacionistas, as ONGs e toda a população, do dia para a noite, acordaram para um assunto que era reservado apenas a essas instituições. Vejo aqui a Diane, das Amigas da Serra; a Loló, da Pampulha, e tantas entidades aqui presentes que há tanto tempo vêm se dedicando, permanente e continuamente, na defesa dos interesses de nossa cidade. De repente, estudantes, donas de casa, operários, pessoas simples, mobilizaram-se, fortemente, em defesa dos interesses da cidade.

Há poucos minutos, comentávamos que legislações degradadoras foram passando uma a uma ao longo dos anos, milimetricamente, todo dia uma pequena emenda, todo dia uma pequena degradação, que, às vezes, passava imperceptível. Se fizermos hoje uma consolidação desses pequenos crimes cometidos contra a cidade, poderemos ter um verdadeiro código de crimes contra a cidade que foram passando lentamente, como um câncer que vai corroendo célula por célula, rua por rua, quarteirão por quarteirão, lote por lote. Quantas vezes tivemos nesta cidade uma emenda legislativa que transformou um único lote em zona diferenciada para que ali pudesse ser construído um edifício... Isso aconteceu dezenas, centenas de vezes. Essas coisas foram passando imperceptíveis.

Paradoxalmente, o que comentávamos é que esse pecado quase cometido pela Câmara acordou a cidade. Para mim, esse foi o ganho, foi o subproduto. Talvez um dia devêssemos

agradecer a esses Vereadores que, equivocadamente, num momento de infelicidade, propuseram essa alteração legislativa. Essa proposta conseguiu acordar a cidade. Hoje, esse amor à cidade fica claro nas manifestações coletivas e isoladas e nas manchetas dos jornais, todos os dias.

Acho que esse amor pela cidade está absolutamente consolidado e tenho a certeza de que, daqui para a frente, ninguém ousará fazer, à luz do sol, nenhuma proposta degradadora da qualidade de vida da cidade.

O Dr. Célio de Castro, em uma ação inusitada e em um gesto até de coragem e ousadia, ao antecipar o veto, mostrou como o Executivo, de maneira alguma, compactuaria com propostas desse jaez. Com essas palavras, abstraindo-me de quaisquer considerações técnicas - para isso, aqui estão os técnicos da Prefeitura, que, se necessário, irão falar sobre as questões técnicas da legislação -, quero agradecer o convite feito pela Presidência desta reunião e reiterar o apreço que tem o Executivo de Belo Horizonte por seu Legislativo - pela instituição Poder Legislativo e pela pessoa honrada de seu Presidente -, agradecer a todas as ONGs aqui presentes, a todos os companheiros da Prefeitura e aos Srs. Deputados. Muito obrigado.

Palavras do Sr. César Masci

Exmo. Sr. Deputado Edson Rezende, que preside esta reunião e é autor do requerimento que suscitou a sua realização; Sr. Secretário Paulo Lott, na pessoa de quem cumprimento os demais companheiros da Mesa; Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes, demais autoridades, imprensa, quero abordar dois pontos dessa questão. O primeiro é quanto à legitimidade da aprovação das emendas de liderança que resultaram nessa proposta de lei. As emendas foram feitas dentro do Regimento Interno da Casa e eram pertinentes ao projeto - tratavam de alterações na Lei nº 7.166, que é a nossa atual lei do uso do solo. Portanto, quanto à parte legal, não havia como a Presidência da Mesa deixar de aceitar ou negar essas emendas. Esse processo, como os Deputados sabem, até mais do que nós, é utilizado em todas as Casas Legislativas - não só na Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas também na Câmara Federal e em todas as Assembléias. Quando há necessidade de aprovação de alguma proposta com mais urgência, utiliza-se dessa prática, desse instrumento regimental. Alguns dias antes, havíamos feito também propostas de grande interesse para a cidade de Belo Horizonte, como a renovação do contrato de fornecimento de água e esgoto, o metrô, a autorização para a contratação de empréstimos pagos à Prefeitura, para o saneamento básico da Capital, enfim, propostas sobre várias matérias de grande interesse para a cidade. Então, dentro dessa parte legal, não há o que contestar.

Mas podemos contestar, sim, a maneira rápida com que foram aprovadas as matérias polêmicas, como essa lei do uso do solo. Mas quero afirmar aos senhores que, naquele momento, a intenção dos Vereadores era, única e exclusivamente, chamar a atenção do Executivo. Sabíamos que, com o veto do Prefeito - como já foi até anunciado -, tudo o que estava sendo votado ali voltaria à estaca zero; aquela votação da Câmara não teria a mínima consequência, como sabem muito bem os Deputados que aqui estão - estou vendo o João Batista de Oliveira, o Márcio Cunha e o João Paulo.

Acho que houve uma mobilização muito grande, mas fora de tempo, porque se a Câmara tivesse derrubado, naquele momento, o veto do Prefeito a essa proposta de lei, aí sim, justificaria essa movimentação que foi feita. Mas com a reação do Prefeito colocando-se na posição contrária e anunciando o veto, na íntegra, daquelas emendas, acho que tudo voltava à estaca zero, e não haveria necessidade de tanto barulho como o que foi feito. A matéria, que foi votada, ainda não teve efeito nenhum. Então, entendo que não existe nada de concreto.

Quanto à Pampulha, que eu defendo, apresentei esse projeto, por meio de um movimento popular. Várias reuniões foram feitas, participei de algumas. Sou morador da Pampulha há 15 anos; por isso, fui procurado para apresentar essa proposta na Câmara Municipal.

Tenho tomado outras iniciativas. Tempos atrás, tivemos a preocupação de convidar os Deputados Federais para uma reunião na Câmara, quando solicitamos que eles colocassem emendas no orçamento da União para o ano 2000 favorecendo a Pampulha.

No começo deste ano, juntamente com o Deputado João Leite - eu ainda pertencio ao PSDB -, fui duas vezes a Brasília procurar o Ministro Pimenta da Veiga para que ele intercedesse junto ao Ministério do Planejamento com vistas a que o Projeto PROPAM obtivesse novamente condições de receber empréstimo de uma entidade japonesa, se não me engano, a (...). O Projeto PROPAM já estava descartado por essa entidade. Somente após o Deputado João Leite ter ido a Brasília juntamente com este Vereador e com a administradora regional da Pampulha, que nós convidamos, Dra. Maria Cristina, é que o projeto voltou a ser estudado por essa entidade. Estamos tomando providências em relação à Pampulha. O nosso interesse é que a Pampulha volte a ser como era 40, 50 anos atrás.

Entendo que a proposta que fizemos não agride o meio ambiente porque, ao contrário do que tem sido falado, os parâmetros apresentados por essa proposta são bem melhores do que os atuais que existem na cidade de Belo Horizonte. Na nossa proposta de verticalização em torno da Lagoa, que se daria somente na parte em que ela se encontra assoreada, que ela está agredida, permitiríamos a construção na vertical em áreas superiores a 4.000m², sendo que apenas 10% dessa área poderia ser destinada à construção. Sobrariam 90% de área para arborizar, para fazer área de lazer, enfim, para qualquer outro aproveitamento. Esses parâmetros não se encontram em nenhum outro local de Belo Horizonte.

Não sou arquiteto, não sou engenheiro, mas pelo pouco que conhecemos, não temos esses parâmetros em outro local de Belo Horizonte. Não estamos, de maneira nenhuma, agredindo o meio ambiente.

Outra coisa seria o equilíbrio que se daria à cidade, porque quer queira quer não, a Pampulha está dentro da cidade de Belo Horizonte. Sou Vereador da cidade de Belo Horizonte. Temos de olhar o interesse de nossa cidade. Hoje, os grandes prédios, os grandes conjuntos residenciais encontram-se apenas na Zona Sul. Na Zona Norte não existe isso. Na Zona Norte reside uma classe de pessoas menos favorecidas que têm de atravessar a cidade para trabalhar na Zona Sul, são faxineiras, porteiros, enfim, todas as atividades necessárias num conjunto residencial.

Entendemos que precisamos desenvolver a Pampulha, que está cada vez mais agredida e abandonada pelos próprios moradores.

Hoje, não existe interesse em construir mansão; seja por causa do alto custo da construção, seja pelo alto custo de manutenção, seja por questões de segurança. A verdade é que as casas na Pampulha estão sendo abandonadas. Não existe mais nenhum interesse pela região. Somente por meio de alguma proposta que faça com que as pessoas voltem a se interessar pela região conseguiremos revitalizar a Pampulha. Se não houver interesse das pessoas de voltarem a residir na Pampulha, aquela região será cada vez mais agredida e degradada, fato a que estamos assistindo há mais de 30 anos.

Não adianta querer negar que a vocação maior da Pampulha é para o turismo e para o lazer. Lá estão localizados os principais clubes de Belo Horizonte, o Mineirão, o Mineirinho, a universidade. A região está bem servida de colégios. Ou seja, está preparada para aceitar um adensamento maior. Mesmo porque a Pampulha, hoje, não é mais aquele extremo de Belo Horizonte que era há alguns anos. Hoje, a Pampulha está no meio de Belo Horizonte; é passagem para os municípios vizinhos. Não adianta querer negar. A Pampulha é passagem para os Municípios de Ribeirão das Neves, Contagem, Santa Luzia, Lagoa Santa, Vespasiano. Se observarmos a Av. Antônio Carlos, verificaremos que 60% do transporte coletivo que passa por ali destina-se aos municípios vizinhos, não a Belo Horizonte.

Recentemente, através do PROSAM, foi construída a Av. Sarandi, que começa na Av. Otacílio Negrão de Lima, nas proximidades da Toca da Raposa, e, com menos de 2km, estamos em Contagem, onde existe uma vasta região a ser adensada. Temos de nos preparar para isso. Atualmente, a Pampulha é passagem e, cada vez mais, sofrerá o movimento das cidades vizinhas. Não adianta querer fugir disso.

Moro na orla, onde, às 6 horas da manhã, começa um movimento intenso vindo dos municípios vizinhos, no trecho que vai da barragem até o Mineirão. Não adianta querermos tapar o sol com a peneira.

Nossa proposta para a Pampulha não a degradará. A área de permeabilização é bem superior à atual - no mínimo de 40%. Se não estabelecermos esses parâmetros agora, no futuro dificilmente conseguiremos fazê-lo, porque, quando a construção civil pesada deixar de construir só na Zona Sul e passar a construir na Zona Norte, principalmente na Pampulha, esses parâmetros dificilmente serão observados.

Agradeço ao Deputado a gentileza do convite e parabeno-o por esta reunião de interesse de toda a cidade de Belo Horizonte.

Palavras do Sr. Leonardo Castriota

Bom dia a todos. Gostaria, inicialmente, de saudar o Ilmo. Sr. Deputado Edson Rezende, de quem partiu a iniciativa desta reunião. Estivemos aqui recentemente também em um seminário muitíssimo importante sobre a questão do patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais. Essa legislatura tem nos trazido muita satisfação por estar propondo temas tão importantes para a cidade e para o Estado. Gostaria de saudar também o Secretário Paulo Lott e, na sua figura, saúdo todos os componentes da mesa. Gostaria também de saudar, na figura da Ana, as associações comunitárias e ambientalistas aqui presentes e, na figura da Vera, da Câmara de Arquitetura do CREA, as entidades técnicas também presentes.

O Instituto de Arquitetos do Brasil é uma instituição que existe há quase 80 anos e, em Minas Gerais, há quase 60 anos, e tem-se pautado pela defesa intransigente da questão da qualidade de vida. Temos denunciado ações que, muitas vezes, dilapidam a possibilidade do desenvolvimento sustentável das nossas cidades. Então, é nesse sentido que, como arquitetos e urbanistas, como profissionais que trabalhamos, quotidianamente, com a cidade e que buscamos a qualidade de vida, nos sentimos no dever moral e profissional de alertar a população sobre o que aconteceu, na segunda-feira, na Câmara dos Vereadores. Foi um ato de tamanha gravidade que, no nosso entendimento, nem mesmo os próprios Vereadores tinham consciência do que estava sendo proposto. Então, desde segunda-feira, um grupo técnico do nosso Instituto tem-se debruçado sobre essa emenda, procurando traduzi-la. Sabemos como a leis são, muitas vezes, até para nós arquitetos, de difícil entendimento. Então, procuramos traduzir para a população o que estava acontecendo.

Vou dividir a minha fala em três partes. Inicialmente, quero fazer umas considerações gerais sobre os malefícios, os impactos provocados por essa lei. Em seguida, quero chamar a atenção para algumas alterações pontuais propostas pela emenda, o que, a nosso ver, faz voltar uma prática que já acreditávamos erradicada, ou seja, a de valorização diferenciada imobiliária. Isso nos preocupa muito, porque configura, claramente, a sobreposição de interesses particulares sobre interesses públicos. Finalmente, quero fazer algumas considerações sobre o importante conjunto arquitetônico urbanístico da Pampulha, que, se afeta a cidade inteira, afeta também profundamente a nós arquitetos, que temos um profundo amor por esse ato inaugural da arquitetura moderna brasileira. Na verdade, vou basear minha fala em um documento que vamos entregar agora, às 11h30min, ao Prefeito Célio de Castro, e que estamos chamando de "Manifesto Técnico sobre Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 774/98". O departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil vem a público manifestar seu repúdio à recente aprovação pela Câmara Municipal de Belo Horizonte da emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 774/98, que desfigura o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, de Belo Horizonte, aprovados em 1996.

Esses instrumentos legais, formulados a partir de ampla discussão entre os principais setores da sociedade e o poder público municipal, tanto no âmbito do Executivo quanto do Legislativo, estabelecem os princípios fundamentais para o desenvolvimento e a organização territorial do município, oferecendo os norteamentos básicos tanto para a ação da iniciativa privada na ocupação do território como para o direcionamento das ações do poder público.

Antes de mais nada, é importante lembrar o papel central reservado ao instrumento do plano diretor pela Constituição Federal de 1988: se anteriormente a ela, os planos diretores podiam ser, em muitas vezes, planos de ação dos governos municipais, que poderiam ou não ser aplicados, depois da Constituição, os planos diretores passam a ser o instrumento por excelência que vão regulamentar a função social da propriedade urbana".

Então, muda-se, completamente, de figura o papel do plano diretor. "Cabe lembrar que em nossa Carta Magna o direito à propriedade privada foi novamente reconhecido como um princípio básico da ordem econômica, sempre e quando cumprir uma função social de acordo com os "ditados de justiça social", afirmando-se explicitamente ali que a propriedade urbana somente cumpre sua função quando atende aos "requisitos fundamentais de ordenamento da cidade expressos no plano diretor".

Isso é muito interessante, porque as nossas Constituições, desde a década de 30, vêm falando da função social, mas nunca se preocuparam em dar um conteúdo para essa função social.

Pela primeira vez em nossa história, a Constituição de 1988 dá o conteúdo atrelando ao plano diretor. Assim, quando a Constituição em vigor define que "a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes" e que o plano diretor "é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana", ela está, na verdade, subordinando a propriedade urbana ao cumprimento de sua função social no contexto urbano e, ao mesmo tempo, conferindo ao plano diretor atribuições também para definir as diretrizes para a legislação urbanística, subordinando a ação privada sobre o solo urbano à função social da cidade. Assim, não é fortuito que a Constituição praticamente obrigue as cidades com mais de 20 mil habitantes a aprovar uma lei do plano diretor.

Um outro avanço de nossa Constituição foi ter reservado aos municípios o papel mais importante no processo de regulação do uso e da ocupação do solo urbano (art. 27, incisos XVIII e XX); ainda que tanto o Governo Federal como o Estadual tenham poder concorrente para promulgar leis e formular programas sobre a matéria de uso do solo (arts. 21, inciso XX; 23, inciso III, e V; 24, incisos VI, VII, VIII), o seu âmbito de ação se limita a diretrizes genéricas, que não podem ser resolvidas no plano local.

Não há como negar que o município, a esfera governamental mais próxima da população, vai constituir um nível privilegiado para a resolução das questões urbanas. Como lembra o jurista Edésio Fernandes Júnior, o município vai ser, de fato, o nível que mantém o controle legal das diversas atividades conflitantes que ocorrem no espaço urbano à custa dos recursos ambientais: "Qualquer que seja a sua natureza, qualquer atividade que implique uso do solo deve ser aprovada pelas autoridades municipais, as quais, através do plano diretor, têm de criar as diretrizes para ação dos cidadãos e das agências públicas".

Assim, não é de estranhar que a questão do plano diretor esteja em discussão na cidade de Belo Horizonte há tanto tempo: há pelo menos dez anos os governos municipais vêm desenvolvendo estudos técnicos substanciais e discussões com os mais diversos segmentos para subsidiar a elaboração de tão importante documento. Depois de uma primeira formulação, materializada no Plano BH 2010, ainda no Governo Eduardo Azeredo, que não conseguiu lograr aprovação na Câmara, e coube à última gestão municipal aprovar um plano diretor e uma Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, em 1996. Belo Horizonte passou, então, a ter função social da propriedade urbana regulamentada e as diretrizes gerais para o desenvolvimento da cidade.

Com isso, diversos programas de grande abrangência ora em desenvolvimento na cidade baseiam-se nas políticas e, especialmente, na lógica de distribuição de população e de atividades estabelecidas nessas leis. Para citar um exemplo, o BH-BUS é um projeto estrutural importantíssimo para a cidade. Está sendo todo implantado baseado nas diretrizes do plano diretor.

Trata-se de instrumentos cujos efeitos sobre a cidade só se fazem sentir em médio e longo prazos, o que recomenda que qualquer avaliação e alteração de seus aspectos mais estruturantes, como o macrozoneamento e os parâmetros de uso e ocupação do solo, devam ser feitos apenas após um período de maturação dessas leis e dentro do espírito da mais ampla discussão com os diversos setores da sociedade.

Nesse sentido, o plano diretor previu a criação do Conselho Municipal de Política Urbana -COMPUR - com o objetivo de acompanhar a implementação dessas leis, opinar sobre ajustes e regulamentações de seus dispositivos e deliberar sobre casos omissos. Previu também a realização periódica da Conferência Municipal de Política Urbana, como instância máxima de avaliação pela sociedade civil do plano diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, e de sugestão de modificações deles. Foi um mecanismo muito inteligente, a nosso ver. Uma vez que a cidade é dinâmica, não podemos pensar num planejamento que a congele. Se a cidade não desenvolvesse, não necessitaria de planejamento.

No início deste ano foi realizada a primeira dessas conferências, com ampla participação de entidades empresariais, técnicas e de representação de moradores, além de representantes do Executivo e da Câmara Municipal. As conclusões dessa conferência, transformadas em projeto de lei de iniciativa do Executivo, foram entregues à Câmara dias antes da aprovação da referida emenda. Assim, a aprovação da emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 774/98, realizada sem que as propostas tenham passado sequer pela apreciação das comissões regulamentares da própria Câmara, representa, não só por seu conteúdo, mas especialmente pela forma como foi feita, um desrespeito à cidade e ao processo democrático de participação em sua gestão, expresso no COMPUR e na I Conferência Municipal de Política Urbana.

Falarei sobre alguns efeitos. Trabalhamos cada artigo e dividimos o documento em duas partes. Na primeira, falamos de alguns efeitos gerais muito sérios sobre a cidade: "Diminuição para a cidade inteira dos afastamentos laterais e de fundos em edificações verticais, diminuindo assim a distância entre prédios vizinhos, com o conseqüente comprometimento das condições de ventilação, iluminação e privacidade.

Tendência ao aumento generalizado na altura das edificações, na medida em que as áreas de garagem passam a ser excluídas da altura total a ser considerada para efeito do cálculo dos afastamentos laterais e de fundos.

Aumento da altura que as edificações podem ter junto às divisas dos lotes, com impacto na diminuição da insolação para os lotes vizinhos e comprometimento da paisagem das ruas, devido à possibilidade de construção de maiores volumes junto às divisas e destinados, em geral, a espaços de garagem.

Diminuição para toda a cidade das taxas de permeabilidade do solo, ou seja, das áreas dos lotes que devem ser deixadas permeáveis, gerando diminuição na alimentação dos lençóis subterrâneos de água e diminuição da retenção das águas da chuva pelo terreno, o que tende a acarretar sobrecarga nas redes de água pluvial e maior risco de enchentes.

Impossibilidade da instalação do aterro sanitário, indispensável para a cidade de Belo Horizonte e previsto para ser instalado na região de Capitão Eduardo, em terreno já reservado para tal fim, que passou por um longo processo de licenciamento ambiental.

Em seguida, apontamos alterações; além desses pontos gerais, que trazem grande dano à qualidade de vida urbana e impedem na prática a possibilidade de se "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes", como preceitua a Constituição Federal, parece-nos importante destacar alguns casos, em que se procede a mudanças - sem nenhum critério ou embasamento técnico - do macrozoneamento de áreas da cidade, que, ao causar valorização diferenciada do solo, tende a beneficiar interesses particulares e específicos, em detrimento de interesses públicos, desconsiderando, por exemplo, toda a possibilidade de infra-estrutura de algumas regiões, o que poderia causar sobrecarga em todas as nossas redes viárias de água, de luz, etc. Conseguimos enumerar uma dezena de casos em que, sem justificativa, houve mudança de macrozoneamento".

Finalmente, nós, do Instituto dos Arquitetos, gostaríamos de chamar a atenção para casos como o de Santa Teresa, cuja população escolheu um estilo de vida, escolheu morar numa região sem adensamento, sem verticalização. Esse desejo dos moradores expressa uma luta de anos, mas foi desconsiderado.

Queremos chamar a atenção também para o conjunto da Pampulha, que tem significado não só para a cidade de Belo Horizonte, mas também para o Estado e o Brasil. O conjunto da Pampulha é a única referência cultural, em nível mundial, existente em Belo Horizonte. Basta ver a repercussão internacional quando a Pampulha foi construída, nos anos 40.

Naquele momento, na história da arquitetura, a Pampulha parecia representar, entre as correntes que se digladiavam na cena internacional, um caminho novo, que, de certa forma, iria inaugurar a moderna arquitetura brasileira, que culminou em Brasília. A Pampulha é uma referência no mundo. Por isso, deveríamos ter todo o cuidado para propor as medidas necessárias para a recuperação daquele conjunto.

"Hoje, é visível o estado de decadência ambiental em que se encontra o cartão postal da cidade, como resultado das práticas continuadas e irregulares de exploração do solo; os afluentes da bacia apresentam-se bastante comprometidos. O estado atual de assoreamento da Lagoa da Pampulha não reflete mais do que as consequências acumuladas de atitudes e práticas incompatíveis com a preservação ambiental, o que interfere tristemente na percepção que temos hoje do conjunto arquitetônico e paisagístico.

Com relação à região da Pampulha, a emenda substitutiva da Lei nº 774 desconsidera a atual situação de comprometimento ambiental da bacia hidrográfica e a precariedade dos serviços de infra-estrutura, principalmente no que diz respeito ao saneamento e à sensibilidade.

Os arts. 51 a 69 da referida emenda, ao promoverem o adensamento da região, comprometem os cursos de água e suas nascentes, o patrimônio arquitetônico e paisagístico constituído pelo conjunto projetado por Niemeyer e Burle Marx e pela represa da Pampulha e agrava as condições de saneamento existentes, ao impor-lhes uma demanda extra, cujo impacto sequer foi avaliado.

Além dos impactos apontados, a emenda substitutiva em questão, ao transformar em meramente consultivos o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte e o Conselho Municipal de Meio Ambiente, representa um grave retrocesso em toda a política construída nos últimos anos, de ampliação da participação da sociedade nas decisões relativas a essas questões, cruciais para a qualidade de vida presente e futura em nossa cidade".

Nesse sentido, acho particularmente feliz a iniciativa da Assembléia Legislativa de discutir, neste fórum privilegiado, o que acontece em Belo Horizonte. Se Belo Horizonte, nos anos 80, foi modelo para várias cidades, por exemplo, ao instalar pioneiramente os Conselhos, hoje ela pode ser um exemplo negativo se essa emenda vingar. Nesse sentido é que estão se posicionando o IAB, as entidades preservacionistas, ambientalistas, técnicas - o CREA recentemente votou uma nota de plenário repudiando a proposta -, o Instituto Mineiro de Engenheiros Civis, o Sindicato dos Engenheiros Civis, o Sindicato dos Geólogos. Seremos recebidos hoje pelo Prefeito Municipal; esperamos que ele veto integralmente essa emenda e que os Vereadores, conscientes da missão que têm e da gravidade do que foi feito, revejam suas posições, voltem atrás e mantenham esse veto, em benefício da qualidade de vida para nós e nossos filhos. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Marilton Borges

Ilmo. Deputado Edson Rezende, Presidente desta reunião; senhores membros da Mesa, igualmente ilustres; nós, de Santa Tereza, entendemos até como uma honra o fato de estarmos aqui quase que representando a cidade de Belo Horizonte. Evidentemente, não somos técnicos no assunto, mas atuamos como vetor da perplexidade que tomou conta da cidade quando dessa proposta enviada pelo Legislativo Municipal para o Executivo.

Falaremos especificamente de Santa Tereza, porque acompanhamos essa luta da população de perto. Assim, falaremos um pouco mais sobre Santa Tereza, mais como exemplo, porque, a rigor, a luta da Pampulha e de outros bairros de Belo Horizonte não é diferente da nossa.

Em 1996, por ocasião da votação da Lei do Uso e Parcelamento do Solo, conseguimos dar um abraço na nossa principal praça, a Duque de Caxias, em Santa Tereza, e nasceu ali o movimento Salve Santa Tereza. Por meio de 4 mil assinaturas, pedíamos que se levasse em conta o passado histórico e as características urbanísticas do bairro.

Normalmente ouvimos uma acusação com relação a nós, moradores de Santa Tereza, de que queremos transformar o bairro numa ilha. Não é isso; queremos, sim, que qualquer crescimento aconteça segundo alguns parâmetros, para que o bairro não exploda numa desordem urbana, que aquilo não vire um caos urbano. Eu e minha família estamos há mais de 50 anos ali, e percebemos isso.

Em 1996, 4 mil assinaturas pediam que Santa Tereza fosse considerada uma área de diretrizes especiais. A Prefeitura, depois de um longo processo, de marchas e contramarchas, através da Administração Regional Leste e da Secretaria do Planejamento, contratou uma empresa de engenharia para estudar o caso específico de Santa Tereza. Isso foi discutido exaustivamente com a população do bairro. Foi feita uma pesquisa pela empresa Práxis (?) Engenharia, contratada pela Secretaria do Planejamento, que constatou que praticamente toda a população do bairro, de 80% a 90%, era absolutamente contra a sua verticalização. Eles eram a favor de uma verticalização de forma ordenada.

Isso foi discutido com a população, e o projeto foi feito. O Presidente da Câmara, Dr. César Masci, chamou-nos, e constatamos que realmente as lideranças do bairro queriam que fosse feito dessa forma; e concordávamos, com uma ou outra ressalva, com o projeto da Prefeitura que está nas comissões da Câmara, sendo estudado. De repente, fomos surpreendidos. Falamos que fomos surpreendidos porque foi um fórum longo e absolutamente democrático de discussão. A sociedade de Santa Tereza, assim como a da cidade inteira, viu surgir esse projeto modificando alguns itens técnicos, tais como altimetria e afastamento, e absolutamente distante de tudo aquilo que havia sido proposto e discutido com a população do bairro. Nesse aspecto, não podemos concordar de forma alguma com ele. A comunidade de Santa Tereza, que eu represento, defenderá sempre que todas as mudanças a serem feitas, não somente lá, mas também na cidade, sejam discutidas e negociadas com a população.

Entendo que o interesse de um construtor e de um negociante não é menos legítimo do que o anseio da população. Mas, certamente, ele será mais legitimado ainda se for discutido com os principais interessados no assunto, para se chegar a uma solução negociada. Por isso, na nossa visão - e falo não apenas como integrante do movimento Salve Santa Tereza, como também como Presidente da Associação Comunitária -, somos absolutamente contra qualquer projeto que, a pretexto de visar ao bem comum, traga, nas entrelinhas, interesses

específicos de um cidadão, de um pequeno grupo ou de quem quer que seja. Sabemos que, da forma como está, o projeto não vingará. Mas, como disse o Secretário Paulo Lott, com a maior propriedade, Belo Horizonte ainda irá agradecer muito a esses Vereadores por terem instalado essa discussão na sociedade, deixando mais claro para o cidadão comum como a cidade de Belo Horizonte nos é cara.

Palavras da Sra. Ilma Arruda Araújo Abreu

Sr. Leonardo Castriota, Presidente do IAB; Flávia Mourão, Secretária Adjunta de Obras da Secretaria de Atividades Urbanas; Secretário Paulo Lott, representante do Prefeito Célio de Castro; Deputado Adelmo Carneiro Leão, substituindo o Presidente desta reunião, Deputado Edson Rezende; Vereador César Masci, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Sr. Marilton Borges, Presidente da Associação de Moradores de Belo Horizonte.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a importância desta discussão e parabenizar o Deputado Edson Rezende, homem sensível aos problemas desta cidade. Tenho acompanhado o trabalho do Deputado nesta Casa. Ele tem defendido, de forma brilhante, as áreas da saúde e da educação. Agora, traz a discussão das mudanças propostas de verticalização em Belo Horizonte. Ele está de parabéns.

Mas gostaria de lamentar profundamente o fato de esta Assembléia não ter dado uma resposta ao pedido de realização de audiência pública feito pelo Deputado Fábio Avelar em 23/8/99. Infelizmente, até hoje, não obtivemos nenhuma resposta desta Casa. Tão logo o projeto fosse aprovado, iríamos encaminhar ao Ministério Público uma representação contra esta Casa, porque entendemos que houve uma omissão dos parlamentares, ou seja, não trouxeram essa discussão a este Plenário, tendo em vista que a região da Pampulha é tombada por um decreto de 1984, do ex-Governador Tancredo Neves. Além disso, é tombada pelo IFAM. São dois tombamentos importantíssimos, mas infelizmente a Câmara Municipal tende a não respeitá-los. Há, ainda, a Lei nº 11.726, aprovada aqui, em 1984, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. Esta Casa tem uma responsabilidade muito grande por tudo que acontece nesta cidade, a Capital do nosso Estado. Todas as leis aprovadas na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal servem de modelo para outras cidades de Minas Gerais. Gostaria até de perguntar ao Deputado Edson Rezende se Barbacena já tem plano diretor. A Constituição de 1988 obriga as cidades com mais de 20 mil habitantes a terem plano diretor. É importante as cidades discutirem uma política urbana. É importante que as Câmaras Municipais entendam que as pessoas têm direito ao planejamento urbanístico. A cidade é nossa casa. Se não cuidarmos da nossa casa, quem é que vai cuidar? Quem melhor para cuidar da nossa casa que os nossos representantes, que foram eleitos para isso?

Acho que não vou discutir o problema da verticalização, porque foi amplamente discutido na mídia. Todos sabem dos prejuízos que traz para a cidade uma lei aprovada sem os cuidados necessários. Gostaria de remeter a um passado não muito distante, quando eram feitas mudanças de lotes e quarteirões na Câmara Municipal, para atender aos interesses da especulação imobiliária. Está aqui o Deputado Alvaro Antônio, Vereador desde 1972. Eu o assessoriei voluntariamente, por vários anos. Tenho o maior orgulho de estar votando no Deputado. Gostaria, ainda, de ressaltar a presença dos Deputados João Paulo, João Batista de Oliveira, Márcio Cunha e Rogério Correia, ex-Vereadores, que sabem muito do que falo.

Era uma angústia muito grande para a população ver essas coisas acontecerem na Câmara, sem que houvesse discussão com a sociedade. É importante que toda a sociedade discuta essa questão, mas não da forma como foram discutidos o Plano Diretor de Belo Horizonte e a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo. Ela tem de ser discutida item por item, porque é uma lei extremamente complexa.

Estão aqui alguns ex-Vereadores, e todos sabem que é impossível um Vereador entender um projeto da complexidade do plano diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Acho que a Câmara Municipal deveria ter uma infra-estrutura muito melhor do que a que tem hoje, com equipes multidisciplinares, para dar consultoria aos Vereadores, a fim de que eles soubessem corretamente o que estão aprovando. Isso não acontece nem na Câmara Municipal nem na Assembléia Legislativa, porque muitos Deputados votam sem saber o que estão votando. Às vezes, confiam na Liderança, que apresenta os projetos, e não os discutem, como deveria ser.

Gostaria de ressaltar a brilhante atuação da Presidente da Associação Ambientalista Serra do Curral, Diane, que, quando da aprovação do plano diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, discutiu-os amplamente, não só defendendo a sua região, mas também a cidade como um todo.

Em 1995, trouxe a esta Casa um abaixo-assinado com assinaturas de vários Deputados, mostrando os perigos que a cidade corria ao se verticalizar. Antes da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, 60% dos bairros da cidade não eram verticalizados, tinham prédios de até três andares, e podia-se fazer construção comercial em todos os lugares. A cidade tinha qualidade de vida. Mas sabíamos que era necessário mudar a Lei de Uso e Ocupação do Solo porque a cidade precisava crescer. É necessário que ela cresça tendo sempre como parâmetro as pessoas, os cidadãos que aqui vivem. Acho que não podem prevalecer os interesses da especulação imobiliária em detrimento dos interesses, dos direitos do cidadão.

A antiga Lei de Uso e Ocupação do Solo precisa ser mais debatida. Sei que vou ser massacrada por isso, mas, infelizmente, a mídia não dá o espaço necessário para que a sociedade realmente coloque as suas preocupações. Fico imaginando por que só agora a mídia acordou, porque coisas muito mais graves aconteceram naquela época e coisas muito mais graves estão acontecendo agora, num projeto que o Prefeito encaminhou à Câmara Municipal e que é tão danoso como esse. Acho que não podemos crucificar só a Câmara Municipal, só os Vereadores, por essas questões que acontecem na cidade. O Executivo também é responsável, uma vez que é um rolo compressor, passando por cima dos nossos representantes.

A aprovação dessas emendas num projeto "frankenstein" não é só responsabilidade dos Vereadores, porque essas emendas foram apresentadas pelo Executivo, que apresentou vários outros projetos, como, por exemplo, o que propõe aumento de 45% para os Secretários. Então, acho que isso é algo que temos de abominar.

Infelizmente, nosso tempo é curto, mas ainda gostaríamos de colocar várias coisas. Assim, quero pedir um pouco mais de tempo. Quero apenas ressaltar que o Vereador César Masci, quando o projeto foi apresentado, teve conosco uma reunião e nos disse que apresentássemos outro projeto, pois, como Presidente da Casa, ele tinha de acatar os projetos que lá chegavam. Entendemos sua situação, mas gostaríamos de dizer que as entidades não governamentais não têm dinheiro para contratar uma equipe multidisciplinar - que é caríssima -, para elaborar um projeto de lei, e isso é responsabilidade do Executivo, embora ache que as leis devam ser, sim, discutidas amplamente, com a sociedade.

Gostaria de dizer uma palavra também sobre os Conselhos que foram criados. Acho que temos de discutir amplamente sua constituição e composição, pois são instâncias importantes da sociedade. Acho até que, nesse sentido, foi criada uma Câmara paralela, porque, nos Conselhos Municipais, a legislação é modificada...

Deputado João Paulo, o senhor está incomodado, querendo falar, e certamente terá tempo para fazê-lo, mas gostaria que esta Casa desse mais espaço para as entidades, pois acho que a sociedade deveria ser mais ouvida. Agradeço o convite feito pelo Deputado Edson Rezende, mas gostaríamos que tivéssemos a nossa audiência pública, como já pedimos, para discutir amplamente essa questão aqui, na Assembléia Legislativa. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Flávia Mourão

Bom-dia a todos. Na pessoa do Deputado Adelmo Carneiro Leão, cumprimento os demais componentes da Mesa e os presentes no Plenário. Muito já foi dito com relação aos danos que essa emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 774/98 pode trazer ao município, em termos ambientais e urbanísticos e em termos da própria organização democrática das instâncias de participação da sociedade na decisão dos rumos da cidade.

Só gostaria de acrescentar que, na verdade, foram diversos parâmetros aparentemente pequenos - como as questões dos espaçamentos laterais, da redução da taxa de permeabilidade, do aumento da densidade habitacional na Zona Sul - cujo somatório certamente será muito danoso, e em curto espaço de tempo, para uma grande região da cidade. Outras alterações pontuais, também já citadas, reforçam a questão de benefícios individuais, de pessoas estarem trabalhando para alterações localizadas na Lei de Ocupação e Uso do Solo, em nome de privilégios que o resto da região, o resto dos moradores do bairro não tem. Então, são questões atualmente inadmissíveis; são práticas que há muito já não se admitem nos processos democráticos da cidade.

Gostaria também de ressaltar algumas questões apresentadas pelo Vereador César Masci com relação à Pampulha. A Pampulha precisa, sim, de uma revitalização em sua ocupação, uso ou coisa assim, mas nunca de forma a prejudicar a própria lagoa. Se ainda não temos a certeza de como é que essa recuperação vai acontecer, como podemos estar liberando qualquer tipo de adensamento adicional na região? E Essa ocupação não quer dizer só a verticalização - que, certamente, vai comprometer a paisagem da lagoa -, mas, na própria

ocupação dos lotes: qualquer coisa que se dê de forma maior do que a que existe hoje vai comprometer a alimentação do lençol freático, a alimentação da própria lagoa. Então, não podemos pensar em aumento de potencial construtivo, que estará, nos próximos anos, afetando as lagoas.

Queremos discutir uma forma ordenada de ocupação nas regiões da Pampulha, mas depois que houver um plano de recuperação aprovado e em funcionamento.

Finalmente, com relação a Santa Tereza, gostaria também de acrescentar que a alteração proposta para Santa Tereza não é fruto só do desejo dos moradores, que certamente contribuíram muito com todo esse movimento "Salve Santa Tereza", que não é uma salvação para aqueles que lá moram, é em nome da defesa de um bairro que para todo o município de Belo Horizonte carrega um grande potencial histórico e cultural, que certamente é referência para todos nós.

Da mesma forma, a Pampulha tem um grande potencial turístico a ser preservado e é o grande referencial histórico e cultural de toda a nossa população. Essas são preocupações que temos em vista de todos esses parâmetros, sem entrarmos na discussão do papel dos Conselhos Deliberativos do Patrimônio Cultural, do Conselho Municipal de Política Urbana e do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Por tudo isso, recomendamos ao Prefeito o veto total a esse projeto de lei aprovado na semana passada na Câmara Municipal.

Não queremos nos furtar de uma discussão sobre o projeto que foi apresentado na Câmara pelo Executivo. Gostaria de rebater as considerações feitas pela companheira Ilma de que esse projeto do Executivo só foi apresentado depois de um amplo balizamento com todas as entidades que querem discutir o futuro da cidade. É bom lembrarmos que desde que foi apresentado o primeiro Plano Diretor à Câmara Municipal, na época do BH 2010, não me referindo nem ao Plano Diretor anterior, que chegou a ser elaborado, mas não chegou a ser enviado para a Câmara, houve uma mudança de postura em relação à definição do futuro da cidade. Já não cabe só aos setores técnicos, aos setores construtores da cidade, aos empresários, definir qual é o futuro de determinado bairro, de determinada região da cidade.

Tem sido feito um esforço, respondido à altura por todas as entidades ambientalistas e associações comunitárias, de estarem cada vez mais participando dessa discussão, entendendo que pequenas alterações na legislação do uso e ocupação do solo serão altamente maléficas para o bairro em que moramos, para a cidade onde trabalhamos e vivemos.

Nesse sentido, acho que foi altamente rica e produtiva essa primeira conferência municipal de política urbana realizada no começo deste ano. Os resultados estão aí, foram apresentados à Câmara para mais uma vez serem discutidos pelos nossos Vereadores. Daqui para a frente esperamos que esse seja um processo crescente, que cada vez mais tenhamos comunidades engajadas e que essas comunidades possam dar subsídios aos seus Vereadores na hora de definirem os rumos da cidade.

Era só isso que gostaria de dizer. Agradeço a oportunidade e parabéns a Assembléia por esta iniciativa tão importante de estar participando desta discussão da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município. (- Palmas.)

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - A Presidência vai conceder a palavra aos Srs. Deputados que desejarem formular perguntas aos expositores. Para tanto, salienta aos parlamentares que se inscrevam junto à Mesa e que, ao fazerem uso do microfone, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais.

Cada Deputado disporá de 5 minutos para a intervenção, garantindo-se o mesmo tempo para a resposta do expositor questionado.

Debates

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente Adelmo, senhoras e senhores que nos visitam, permitam-me registrar uma certa emoção por voltar a falar sobre o plano diretor e a Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo Urbano de Belo Horizonte, porque o destino me confiou a enorme responsabilidade e honra de presidir a Câmara Municipal na oportunidade em que votamos esses dois instrumentos jurídicos da maior expressão.

Se não bastasse, confiou-me ainda o destino a responsabilidade de presidir ambas as comissões extraordinárias constituídas por 13 Vereadores para legar a Belo Horizonte esses importantes instrumentos de urbanismo. Daí a emoção com que falo dessas duas questões.

Naquela oportunidade, inauguramos uma nova sistemática. Por minha iniciativa, a Câmara Municipal passou a interagir com a comunidade de maneira diferente. Realizamos audiências públicas fora do prédio da Câmara Municipal: no Pampulha Late Clube, para ouvirmos a comunidade daquela região sobre seu pensamento a respeito dos instrumentos que colocaríamos em votação; no Aeroporto de Carlos Prates, com a mesma finalidade; junto à Associação Comercial, em seu prédio-sede, na Av. Afonso Pena; na Câmara de Diretores Lojistas; no SINDUSCON; no Teatro Marília.

Dizia o Marilton que não responsabiliza, não culpa, não censura o segmento da produção ou da indústria de construção civil em Belo Horizonte por diligenciar para que seus interesses prevaleçam. Na oportunidade, esse segmento foi ouvido. E, de certa forma, algumas de suas reivindicações foram atendidas. Mas os dois instrumentos votados foram extraídos, como que um denominador, do interesse de Belo Horizonte como um todo. Pessoalmente, senti-me gratificado e honrado pelo destino, porque sempre quis trabalhar para resgatar aquela imagem de Belo Horizonte, cidade-jardim da minha infância, aqui vivida. Eis que se me apresentou a oportunidade como um enorme desafio, que enfrentei com galhardia. Mudei-me, quase literalmente, para a Câmara Municipal, onde ficava até de madrugada e, de manhã, já estava de volta, porque essa era a exigência do encargo. E não me furtar a meu compromisso, a resgatar minha responsabilidade para com Belo Horizonte, que reputo como misto de cumprimento de responsabilidade e presente que legamos ao município, na oportunidade em que Belo Horizonte completava seu centenário. A cidade-jardim, tal como a da minha infância, não era possível. Mas o que era possível foi feito.

Sou advogado e economista; debrucei-me sobre essas questões e passei a entender do assunto como um urbanista. Aprendi expressões típicas do meio, como "envelope solar" e "solo criado". Recordo-me que a Prefeitura, num equívoco, remeteu à Câmara Municipal um projeto em que propunha a venda de solo criado. E o que é isso? De imediato, opus-me de maneira vigorosa a esse instrumento, que, em última análise, era exatamente esse projeto que aí está. A Prefeitura queria vender solo imaginário para quem desejasse aumentar o coeficiente de aproveitamento do seu terreno, ou seja, em um terreno onde fosse possível edificar um prédio de 10 pavimentos, bastava ao proprietário desejar construir um de 20 e poderia fazê-lo, desde que pagasse à Prefeitura um solo imaginário que lhe desse condição de promover esse aproveitamento duplo. Naquela oportunidade, entendia que isso jamais poderia ser aprovado. Derrotamos essa iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte.

Envelope solar é uma questão muito bonita. Tratava-se de dar às residências, quer verticalizadas ou horizontalizadas, o direito de receber uma fresta de sol durante determinado período do dia. Todas essas questões foram novidades discutidas nesse plano diretor, sobre o qual, com muita emoção, volto a debater.

Gostaria de dizer mais: tenho muito carinho e respeito pela Câmara Municipal, uma entidade grandiosa, que, repetindo, tive a grande honra de presidir no momento mais fértil, mais profícuo da sua existência, exatamente porque, naquele momento, legamos a Belo Horizonte esse projeto. Ele não é um projeto de lei, mas é um projeto de vida encerrado nessas duas leis, no plano diretor e naquilo que se chamou Nova Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo Urbano. Alenta-me, gratifica-me ouvir do Presidente da Câmara, a essa altura, que os Vereadores têm a noção do que fizeram e que não aprovaram essa proposta de alteração para que ela vigorasse, aprovaram como que dando um aceno, uma sinalização, um alerta, um aviso ou coisa que o valha para o Executivo e também para a sociedade.

Já termino, Presidente, peço paciência a V. Exa., já que a minha situação é inteiramente peculiar, como já disse.

O Sr. Presidente - Deputado João Paulo, não é questão de paciência, e, sim, de disciplina. Vamos conferir a todos os Deputados, inclusive a ex-Vereadores de Belo Horizonte, um tempo maior do que o que estava previsto na pauta, que era de 3 minutos. Compreendendo que esse tempo seria insuficiente, conferimos um tempo de 5 minutos. V. Exa. já ultrapassou esse tempo em 2 minutos. Gostaria, já que V. Exa. não é o conferencista do momento, que concluísse ou fizesse a pergunta que deseja à Mesa.

O Deputado João Paulo - Nobre Presidente, devo dizer a V. Exa. que não me inscrevi para fazer pergunta. É engano de V. Exa, porque dirigi-me ao Edson Rezende pedindo a minha

inscrição para essa finalidade. Eu não sou indisciplinado, caro Presidente, e acho que V. Exa. coloca essa terminologia de uma maneira infeliz e inadequada. Já vou encerrar e gostaria que V. Exa. tivesse usado o mesmo critério para outros interventores, outras pessoas que usaram da palavra para agredir parlamentares desta Casa e outras pessoas. Muito obrigado e encerro aqui.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, senhores convidados, em primeiro lugar, gostaríamos também de fazer coro com essas pessoas que acreditam que esse processo que vem acontecendo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, realmente, é um afronto à democracia. Ou seja, a utilização desse artifício regimental que permite ao Executivo, ao Legislativo apresentar emendas, as conhecidas emendas "frankenstein", em projetos importantes para toda a comunidade. Nas últimas semanas, tivemos exemplos bastante claros de utilização de emendas "frankenstein". Podemos citar aqui um empréstimo de 150 milhões, podemos citar o aumento dos Secretários, podemos citar aqui a aprovação da transferência de concessão da COPASA, que presta o serviço de água e esgoto à Capital, para a SUDECAP. Agora, tivemos também esse absurdo que foi a aprovação dessa emenda que modifica todo o trabalho, que, como já foi dito aqui, foi fruto de vários e vários anos de estudo e de consulta a toda a população de Belo Horizonte. Gostaríamos de dizer da nossa tristeza ao verificar que, através de uma simples emenda "frankenstein", de um processo espúrio, se consegue mudar toda a concepção de uma cidade. Digo isso porque parece que sempre o interesse econômico se sobrepõe ao interesse da comunidade.

Por processo semelhante, tivemos, recentemente, alterada uma zona especial de preservação ambiental, a área do Cercadinho, os únicos 2% de que Belo Horizonte dispõe para distribuição de água, o último manancial de água de nossa cidade. A área foi totalmente descaracterizada para possibilitar a implantação de um megaempreendimento que todos conhecem e que foi tema de debate nesta Casa.

No que diz respeito à Pampulha, discutimos numa reunião recente, que contou com a presença do Vereador César Masci, o processo de verticalização. Nessa oportunidade, para a surpresa de pessoas que nos assistiam e mesmo que participavam do debate, procedeu-se à apresentação e à discussão de vários projetos referentes à Pampulha, que são o PROPAM, o Projeto César Masci, o Projeto Gerar, que é bastante complexo, e o Dragagem a Grande Distância - DLD. A Prefeitura ainda não tinha uma posição sobre todos esses projetos.

Em princípio, sou contrário ao processo de verticalização, mas acredito que esse estudo deva ser aprofundado com relação à Pampulha. Tive oportunidade de percorrer aquela região e posso dizer que é lamentável a situação em que ela se encontra. Nós, da comunidade, temos de encontrar uma solução para o problema.

Nesse contexto, faço uma pergunta ao representante do Prefeito Municipal: a Prefeitura pretende vetar o projeto? Acredito na seriedade dos Vereadores que, certamente, vão repensar e manter o veto do Prefeito. A Prefeitura tem algum projeto que vise à consolidação dos projetos existentes em relação à Pampulha? Ela tem idéia de fazer um plano diretor que englobe todos os problemas que a Pampulha enfrenta?

Por fim, dirijo-me à representante da Associação, a Sra. Ilma, para dizer-lhe que deve ter havido um ruído na comunicação entre nós. Tínhamos um compromisso marcado em meu gabinete, e, por motivo de viagem de última hora, o encontro foi cancelado. Parece que, inconformada com isso, ela tenha dito que já não se interessava em procurar meu gabinete para discutir o assunto. No entanto, coloco meu gabinete à disposição dela, como o faço para todas as pessoas que me procuram. As vezes, por nossa agenda estar sempre cheia, enfrentamos alguns percalços.

Reafirmo meu desejo de estar junto das pessoas que procuram encontrar solução não só para a Pampulha, como também para a nossa cidade.

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Com a palavra, o Sr. Paulo Lott.

O Sr. Paulo Lott - A primeira pergunta do Deputado Fábio Avelar é sobre se o Prefeito tem intenção de vetar o projeto. Muito mais que a intenção é a declarada decisão de vetar. O Prefeito anunciou isso com muita clareza, reiterou o compromisso e vai vetar o projeto.

A segunda pergunta diz respeito à política urbanística sobre a Pampulha. Vou pedir à Flávia para se ater às questões técnicas, mas quero, desde já, deixar registrado que a Prefeitura tem clara política a respeito da Pampulha e de todas as áreas de Belo Horizonte.

Sobre a Pampulha, foi recentemente criada o PROPAM, que é um programa específico para delinear as questões urbanísticas da região e que prevê, em primeiro lugar, antes de cuidar de verticalização, vias urbanas ou espelhos de água, a questão ambiental: cuidar da bacia hidrográfica da Pampulha. As outras questões são suplementares. Essa comissão é presidida pelo Secretário Adjunto de Meio Ambiente, Dr. Paulo Maciel, e vem se reunindo diuturnamente com os técnicos da Prefeitura, para cuidar disso com muita atenção. Vou solicitar à Flávia que faça outras considerações a respeito.

A Sra. Flávia Mourão - A questão da Pampulha está sendo tratada, primeiramente, dentro do Programa de Recuperação da Lagoa. Por exigência do plano diretor, aprovado em 1996, deverá ser encaminhado à Câmara Municipal um projeto de lei contendo todas as diretrizes de intervenção na lagoa e como se dará essa recuperação. Entre essas diretrizes estão os parâmetros urbanísticos adequados a essa recuperação.

Foram consultados o plano diretor, o estudo sobre o esgotamento sanitário, elaborado pela COPASA e o plano de abastecimento. Está sendo feito o estudo hidrogeológico de capacidade, além do levantamento de tudo que acontece na bacia, tanto em Belo Horizonte como em Contagem, que tem impacto direto sobre a lagoa.

A alteração de parâmetros urbanísticos, só depois desse projeto aprovado pela Câmara Municipal, só depois de se esclarecerem quais as implicações que a ocupação trará para a Lagoa da Pampulha.

Também está em tramitação na Câmara Municipal o projeto de lei que prevê o convênio entre Belo Horizonte e Contagem para a recuperação da lagoa. Outras propostas tramitam na Prefeitura, mas ainda aguardam essa definição da recuperação sanitária e ambiental da lagoa.

Posteriormente, alguns projetos podem ser pensados para revitalizar urbanisticamente a lagoa da Pampulha e ajudar na manutenção dessa preservação. Sabemos que o custo da recuperação é altíssimo, e também o será o custo de manutenção da lagoa com o espelho d'água suficiente.

Certamente, deveremos contar com a parceria da iniciativa privada. Esses conceitos estão sendo discutidos, algumas propostas foram apresentadas, mas ainda não existe um projeto final do Executivo para ser apresentado à sociedade.

A Sra. Ilma Arruda Araújo Abreu - Gostaria de responder ao Deputado Fábio Avelar, por quem tenho o maior carinho. Quando as entidades trabalham em benefício da cidade, há grande contato com a COPASA. Quando ele era diretor da COPASA, tivemos um relacionamento muito bom e inauguramos, na região do Barreiro, juntamente com o Deputado Alvaro Antônio, várias redes de água, esgoto e caixas d'água.

Como houve uma audiência pública na Pampulha para discutir a questão do PROPAM, disse que iríamos encaminhar a ele uma solicitação de audiência pública para tratarmos desse assunto na Assembléia Legislativa, porque a Pampulha é uma região tombada por um decreto, e o projeto em tramitação na Casa desrespeitava essas leis.

Estive no gabinete do Deputado, mas ele não pôde me atender. Foi marcada outra audiência, mas ele a desmarcou por motivo de viagem. Gostaria de dizer a ele que continuamos aguardando a audiência pública solicitada para tratar dessa questão que afeta a vida de cada um. Se essa legislação for aprovada, irá alterar o cotidiano das pessoas e agredir uma região importante para a cidade.

Eu gostaria de dizer ao Dr. Fábio que continuo aguardando a resposta dele, para que se realize essa audiência pública. Jamais eu diria que não estaria interessada em conversar com nenhum Deputado. Todas as pessoas que me conhecem sabem da importância que dou ao parlamento, não só ao municipal, mas também ao estadual. Acho que aqui é uma instância importante para discutirmos a nossa cidadania, para trazermos as nossas reivindicações, fazermos com que os nossos direitos sejam respeitados. Acho que os Deputados foram eleitos

para isso, e aqui é o fórum propício para esse tipo de coisa. Eu jamais falaria uma coisa dessa. Peço desculpa ao Deputado, porque deve ter havido um mal-entendido. Valorizo imensamente o trabalho de todos aqui, acompanho a atuação de vocês e me sinto em casa quando aqui venho. Tenho por todos os Deputados um carinho muito grande. Peço desculpas se houve esse mal-entendido no gabinete. Muito obrigada.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, meus cumprimentos a todos os convidados. Eu gostaria de falar até na presença do Presidente do IAB, Dr. Leonardo Castriota. Na verdade, na sua fala, ele começou a traduzir - e a Dra. Flávia também caminhou nessa direção - o que estamos sentindo, que há mais desinformação do que informação sobre o processo.

Fui Vereador em Belo Horizonte durante 12 anos, fui relator do capítulo da cultura, na lei orgânica, e queria falar da participação do Marilton, porque o depoimento dele e o do Prof. Paulo Saturnino foram os dois depoimentos da Comissão de Cultura que analisaram a cidade como um espaço cultural como um todo, porque a discussão da cultura estava passando mais pela área dos espetáculos. O Marilton, apesar de ser uma pessoa do "métier", defendeu a cidade inteira no aspecto cultural.

O que eu queria, Sr. Presidente, é dizer que assistimos a várias demandas e convivemos com um certo autoritarismo técnico do Conselho, do qual eu próprio participei, às vezes, com um enfrentamento com o autoritarismo político da Câmara Municipal. Existe um grupo de arquitetos iluminados em Belo Horizonte, para os quais tudo é permitido. Qualquer projeto que eles assinam é permitido, como, por exemplo, fazer aquele prédio de lata na Praça da Liberdade, dizendo que ele está em sintonia com o conjunto histórico do local, ao mesmo tempo em que se proibia a um herdeiro construir um prédio a dois quarteirões da praça. Vimos o Conselho aprovar a construção irregular de três "shoppings" em Belo Horizonte. O Minas Shopping foi construído em frente a uma área onde passava uma linha de estrada de ferro, que era uma área institucional. Vimos o Shopping Del Rey invadir a avenida e não deixar passeio; já morreu gente lá. Vimos o Shopping Diamond Mall ser mudado de uma área institucional, que era para toda a cidade de Belo Horizonte. Vimos o caso do prédio do Promove, na Estêvão Pinto, e, porque era de uma grande construtora, o Conselho encontrou uma saída. Enquanto isso, viúvas herdeiras, lá da região da Serra, queriam fazer um prédio, porque era o único bem que possuíam, e não podiam. Mas uma grande construtora pôde fazer o prédio, e isso passou pelo Conselho.

O que queremos propor é que a informação seja valorizada. Queria me solidarizar "a priori" com as comunidades da Pampulha e de Santa Teresa e dizer, Vereador César Masci, que a Câmara me ensinou muito. Ensinou-me até a ser cauteloso e prudente num momento desses. A minha proposta é que a Câmara Municipal, com as entidades da sociedade civil e com a Prefeitura, entrem num acordo para que a Câmara mantenha o veto e para que, em seguida, se realize um fórum para discutir a questão ponto a ponto, até para resgatar a dignidade de pessoas inocentes que estão sofrendo linchamento moral na cidade, por informações superficiais.

Temos de ter a responsabilidade de não generalizar. Vi Deputado Federal, que está em Brasília, pedir a quebra do sigilo bancário e telefônico de Vereador. Considero isso uma irresponsabilidade moral e uma falta de ética.

Existem pais e mães de família na Câmara Municipal, e quero crer que a informação é que irá resolver toda essa questão. O problema do aterro, por exemplo: sabemos que quem levantou a primeira resistência contra ele foi o Vereador Tomás da Mata Machado. Ele não deixava o Prefeito Pimenta da Veiga dormir, insistindo para que não fosse feito o aterro sanitário ali, como foi definido pelo PLANBEL em 1978.

Tecnicamente, todos nós sabemos que o lixo tem de ter um destino e que a população foi para lá depois que a área já estava destinada. Mas vemos que hoje existem pessoas que já foram favoráveis àquele aterro e que estão liderando o primeiro movimento de resistência contra ele. Como o Vereador Ovidio Teixeira, que apresentou a emenda do aterro hoje, foi apoiado no ano passado pelo PT para a Presidência da Câmara Municipal, achei até que essa era uma continuação dessa bandeira de lutas.

Era isso. Queria propor que levássemos mais informação a todos. Acho que a maioria que é contra não leu. Acho melhor, uma vez que, mesmo lendo, a gente não entende direito, que tenhamos um fórum para discutir ponto a ponto.

O Deputado Álvaro Antônio - Sr. Presidente, Deputado Edson Rezende; Sr. Secretário Paulo Lott; Sr. Presidente da Câmara Municipal César Masci; Sr. Presidente da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza; jornalista Ilma Arruda; Dra. Flávia, sabemos que esse é um assunto complexo. Lembro-me de que, quando Vereador, participei da primeira lei do uso do solo de Belo Horizonte. Cumprimento até um colega dessa época, o Dr. Benício, que está aqui presente. Naquela oportunidade, pudemos sentir como é difícil compatibilizar os interesses da cidade, mantendo, acima de tudo, a sua qualidade de vida. Mas acho que esse episódio da Câmara Municipal - e não estamos aqui caçando as bruxas - irá servir para alertar a cidade, como o próprio Secretário Paulo Lott disse. Mas temos que despertar também as autoridades para a necessidade de modificar a lei do uso do solo. Ela não é estática. Ela tem que ser dinâmica e precisa acompanhar o desenvolvimento de uma cidade que está se transformando em uma megalópole. Por isso, como a Dra. Flávia levantou o problema da Pampulha, quero dizer é cedo para fazer qualquer tipo de modificação na orla da lagoa ou mesmo no interior dos bairros que a compõem, tendo em vista que não sabemos se a lagoa irá sobreviver. Ela está sofrendo hoje um processo de assoreamento, e, logicamente, o Sr. Prefeito deve estar preocupado com isso. Sem dúvida alguma, esse problema está ligado ao Município de Contagem pela canalização de certos córregos que contribuem com barro, terra, detritos e tudo o mais que vai aportar na lagoa. Mas, ao lado disso, gostaria que o Dr. Paulo Lott, como representante do Prefeito, levasse a S. Exa. uma mensagem dizendo da nossa preocupação quanto à aprovação de certos loteamentos e avenidas em Belo Horizonte, que já estão perfeitamente delimitados. Vou dar um exemplo aqui, da região que conheço mais particularmente e com muita intimidade, que é a região do Barreiro. Temos ali a Av. Olinto Meireles, que liga o centro do Barreiro de Baixo ao Barreiro de Cima. É uma avenida quase secular, onde existe um trilho há muitos e muitos anos. E já está perfeitamente definido que ali é a Av. Olinto Meireles e que ela existe naquele trajeto e com aquelas dimensões. Mas a avenida não é aprovada. Então, aprova-se um lote isolado aqui, outro ali, de acordo com a necessidade do proprietário que deseja construir em seu lote. Por que, então, a Prefeitura também não soma a esse projeto a iniciativa de aprovar essas artérias e ruas que já estão perfeitamente caracterizadas e definidas? Estão agora procurando modificar a lei do uso do solo. O que é o plano diretor? É como a LDO de um orçamento. É ele quem dá as diretrizes de como vai ser essa lei do uso do solo.

É necessário que o Prefeito tome certas iniciativas. A Dra. Flávia disse que a Pampulha não está preparada para receber modificações porque ainda não resolveu o seu problema. A lei do uso do solo tem que ter certos preparos anteriores. O campo tem que ser aplainado, para que ela possa fluir normalmente, de acordo com os vários interesses da cidade.

Em relação ao problema da Câmara Municipal, acho que foi infeliz a maneira como entrou no problema da lei do uso do solo em Belo Horizonte, ou seja, através de outro projeto, que chamamos de "frankenstein". E vimos esse resultado aí. Mas acredito que poderemos tirar de toda essa celeuma um resultado prático. O próprio Deputado João Batista de Oliveira disse aqui que poderíamos abrir um fórum em torno da discussão desse problema. Sabemos que a lei precisa ser modificada, para que seja adaptada aos novos tempos. Belo Horizonte está mudando. Quando participamos da primeira lei do uso do solo de Belo Horizonte, sabíamos que ela deveria ser modificada com o tempo. O que foi feito no passado está quase completamente superado. É proveitoso isso. Parabenizo nosso colega Deputado Edson Rezende, que, em boa hora, trouxe esse problema para a sede do Poder Legislativo mineiro. Afinal de contas, Belo Horizonte abriga a sede do Poder Legislativo mineiro. Parabenizo a jornalista Ilma Arruda pelo trabalho realizado na ABRECOM, cuidando dos interesses da cidade e de melhor qualidade de vida para os habitantes. Parabenizo a todos que aqui comparecem. Esperamos que esse assunto possa ser mais bem estudado, mais bem aprofundado, mais bem desenvolvido, para se resolver essa celeuma. Esperamos, ainda, que isso possa ser transformado num fórum capaz de aprofundar os nossos estudos, as sugestões da sociedade, do Instituto de Arquitetos do Brasil, da Sociedade Mineira de Engenheiros, enfim, de toda a população. Será desnecessário fazer qualquer pergunta. Vou mandar isso ao Sr. Prefeito, para que possa cuidar um pouco dessa parte de aprovação de ruas e avenidas que já estejam perfeitamente caracterizadas, que não vão trazer nenhum problema jurídico à Prefeitura. Isso impulsionará o progresso de nossa cidade.

O Sr. Arnaldo Godoy - Sr. Presidente, Deputados, Vereador César Masci, Flávia, Paulo Lotti, convidados, apesar de estar atrasado, escutei apenas referências à Pampulha. Se não me engano, esse emendão que foi aprovado na lei interfere de maneira agressiva em toda a cidade, em Santa Teresa, nas avenidas externas à Avenida do Contorno, como a Prudente de Morais, a Nossa Sra. do Carmo, a Bandeirantes, a Raja Gabaglia, no adensamento, no afastamento lateral e de fundo dos prédios. Isso tudo compromete a qualidade de vida, mas a cidade respondeu prontamente a essa agressão que sofreu. As associações de bairro e a Pampulha responderam prontamente com esse movimento de resistência, o Salve Belo Horizonte.

O que acho grave nisso tudo é que esse processo do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que foram discutidos durante anos e anos com toda a cidade, com os Vereadores de Belo Horizonte, com as entidades de classe e patronais, com os trabalhadores, foi sendo acumulado e, a partir daí, a Prefeitura de Belo Horizonte começou a fazer um planejamento para projetar, para organizar a cidade, e sofreu esse terremoto, que joga por água abaixo toda uma concepção de cidade que está sendo elaborada com todas as entidades.

Não estou aqui dizendo que a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Plano Diretor são instrumentos estáticos, mas é preciso que se respeite democraticamente o que a cidade acumulou, o que a cidade discutiu. Certamente a Prefeitura vai conduzir esse processo de discussão, de avaliação permanente do Plano Diretor, das alterações que poderão e que deverão ser feitas. Mas respeitando um planejamento e, principalmente, a qualidade de vida do belo-horizontino. Política é administrar os interesses conflitantes, fazendo com que prevaleçam os

interesses que atendam à maioria dos cidadãos.

Gostaria de usar os minutos restantes que tenho para dizer dos conselhos municipais. Desde a ditadura militar, a sociedade brasileira, particularmente a mineira, travou grandes lutas, às vezes caminhando dois passos e recuando três, enfrentando uma política arcaica, que sempre manteve afastada das discussões as camadas populares, os interesses populares, as associações de bairros. Esse conjunto de coisas que fomos acumulando e construindo desembocou nesses conselhos municipais.

Hoje os conselhos municipais são uma realidade não só nas administrações populares, democráticas, mas também em outras cidades que têm uma gestão política com outro perfil. Desde 1992, os conselhos populares em Belo Horizonte - no Governo Patrus Ananias e agora no Governo Célio de Castro, que se consolida, se amplia e se intensifica - mostram a que vieram e mostram um lado da cidade que tem de ser ouvido e tem de ser respeitado.

Esse aprofundamento da democracia é absolutamente essencial para que tenhamos melhores dias, para que uma sociedade mais solidária, mais justa, seja construída e pensada por todos nós. O Conselho do Patrimônio de Belo Horizonte, o Conselho de Meio Ambiente, o COMPUR, enfim, todos esses conselhos municipais têm uma contribuição inequívoca, pois são constituídos, não são órgãos da Prefeitura. O Conselho que presido, por exemplo - do Patrimônio -, é formado por mim - o Prefeito Célio de Castro me convidou para ser o Secretário de Cultura, e, como Secretário de Cultura, sou Presidente do Conselho -, pela Secretária Adjunta de Cultura, pela Secretaria de Atividades Urbanas e pela Secretaria de Meio Ambiente. O restante desse Conselho é composto por entidades da sociedade civil, pela PUC, pela UFMG, pelo IAB, por pessoas de notório saber de Belo Horizonte. Ele não representa apenas a Prefeitura de Belo Horizonte, ele representa uma pluralidade de olhares sobre a cidade. E quando a Câmara propõe retirar do Conselho do Patrimônio ou dos outros conselhos o poder deliberativo, ela precisa entender que, democraticamente, isso é um recuo, é um retrocesso na democracia brasileira. Sem dúvida nenhuma, a Câmara Municipal - sou Vereador licenciado - é um espaço fundamental da democracia para se evitar a ditadura e contribuir para o aprofundamento da democracia, mas não é o único espaço onde o cidadão pode se manifestar. Esses conselhos populares representam um passo definitivo na conquista da democracia.

E a cidade respondeu com muita presteza e veemência em favor da manutenção do poder deliberativo desses conselhos - do COMAM, do Patrimônio, da Política Urbana -, coisa que foi discutida com toda a cidade e desrespeitada com a aprovação desse emendão. Quero, então, fazer esse protesto, esse manifesto de repúdio a esse tópico do emendão, que retira dos conselhos o poder deliberativo. Não podemos permitir isso. No Conselho do Patrimônio, por exemplo, tem assento o SINDUSCON, que é representante das construtoras de Belo Horizonte. E as discussões com o SINDUSCON têm sido feitas de maneira cidadã e civilizada, compatibilizando os interesses da cidade e das construtoras. Quando a Líder restaurou o casarão da família Aleixo, na Rua Estêvão Pinto, com a permissão de construir, atrás, dois espiões, foi feita uma negociação urbana, às claras, sem nenhuma medida escusa ou intenção escondida. Essas negociações urbanas revelam a intenção do Conselho do Patrimônio de não engessar, de não congelar a cidade; de achar soluções alternativas, que contemplem a cidade mas que não a "engessem" economicamente.

Quero dizer ao Presidente César Masci que tenho certeza de que essa postura da Câmara será revista e uma nova discussão será feita com a comunidade, para que se achem soluções para a Pampulha, para Santa Teresa e toda a cidade, garantindo, assim, a qualidade de vida e, principalmente, garantindo esses avanços democráticos que os conselhos populares representam. Muito obrigado.

O Sr. Flávio Carsalade - Boa tarde a todos. Para falar sobre a emenda, de maneira mais genérica, poderíamos dizer que os destinos da cidade são dirigidos basicamente por duas questões fundamentais: a questão técnica e a participação da comunidade, que, afinal de contas, é a quem a cidade pertence. Então o problema da emenda é que ela fere exatamente esses dois pontos: é tecnicamente incorreta e não foi discutida com a comunidade. Por isso, ela merece nosso repúdio, e assim nos temos pronunciado já por diversas vezes.

Quanto à questão dos conselhos, tenho um esclarecimento importante a fazer. Diz-se muitas vezes que o conselho se sobrepõe ao Legislativo, mas não é isso o que acontece. É exatamente o contrário: o que os conselhos fazem é exatamente seguir a prerrogativa legal; e é por isso que têm legitimidade para fazer o papel do Executivo, de executar as leis. As leis referentes à proteção de patrimônio são votadas na Câmara, para serem cumpridas pelo Poder Executivo, que, para tornar essa execução mais democrática, o faz por meio de conselhos. Então o processo dos conselhos municipais é perfeitamente transparente e claro. O que tem de acontecer é uma proximidade maior do Legislativo com as questões do patrimônio, para que ele possa fazer leis que o conselho e o Executivo possam seguir com maior propriedade.

Agora, a questão dos tombamentos e dos atos localizados é impossível de ser feita por meio do Legislativo. Em primeiro lugar, porque não é assim que manda a lei. Em segundo, porque os processos da dinâmica urbana são tão grandes que o Legislativo ficaria o tempo todo discutindo apenas a questão da política cultural. Além disso, não seria democrático que isso fosse feito por via do Legislativo. Quando isso é feito por via do Executivo, admite o contraditório, o recurso, admite, inclusive, a questão judicial de contraposição, o que não poderia acontecer caso fosse feito por via do Legislativo. Ora, se fosse feito por via do Legislativo, teria de ser feito por via de lei, de decreto.

Então, a questão da política cultural é instituída por lei e cumprida pelo Executivo, por meio dos Conselhos. O que os Conselhos fazem, portanto, é, simplesmente, cumprir a lei. Se, em alguns momentos, as questões relacionadas a urbanismo entram no Conselho, é porque assim é a técnica contemporânea; não se entende a questão do patrimônio histórico isolada do contexto urbano. Isso está, inclusive, previsto em uma lei de 1937, que organiza todo o serviço de patrimônio no País e inspira as leis estaduais e municipais. É assim que é feito. Também o entorno é protegido legalmente.

Então, tecnicamente é correto. Concordo plenamente com o Deputado João Batista de Oliveira quando ele diz que é importante obter a informação e também não levar do particular para o geral. Os casos que ele citou são particulares e não podem ser tomados pelo geral. Eles mostram a falta de informação específica, inclusive técnica, sobre cada um dos casos. Por isso, é importante que as discussões se façam nesses fóruns de conselhos deliberativos, porque ali entram as questões técnicas e políticas. Os técnicos vão balizar, explicitar essas questões com a representação da sociedade, que vai discutir sobre as questões técnicas. Com isso, temos dois pilares dos destinos da cidade bem colocados, com conformidade, transparência e propriedade. (- Palmas.)

O Sr. César Masci - A tônica foi a de que as emendas não foram discutidas, e, por isso mesmo, foi atropelado um processo que já vem de muito tempo, referente à Lei de Uso e Ocupação do Solo e ao plano diretor. Quero lembrar a todos que ambos foram aprovados pela Câmara. Então, ela conhece muito bem essas duas questões.

A segunda colocação é em relação ao projeto da Pampulha, que foi apresentado por nós, atendendo a um movimento popular de que vários técnicos urbanistas, engenheiros, arquitetos e ambientalistas participaram. Não foi um projeto inconseqüente, houve um estudo aprofundado sobre ele. Ele atendia o plano diretor e tinha o ano de 1998 para ser apresentado. Entramos com ele em dezembro de 1998.

Tão logo entramos com esse projeto na Câmara, procuramos a Secretaria do Planejamento, mostramos o projeto, as propostas e fizemos várias reuniões com os técnicos que desenvolveram o projeto que eu apresentei e os técnicos da Secretaria do Planejamento. Tínhamos um compromisso com o Executivo: tão logo este, por meio da conferência que tinha sido feita pelo COMPUR, apresentasse seu projeto, retiráramos o nosso.

Esse projeto ficou paralisado nove meses, na Câmara. Não autorizamos sua tramitação, aguardando que o Executivo apresentasse uma proposta para a Pampulha, porque não concordamos, de maneira nenhuma, que não exista nenhuma proposta para aquela região. Uma coisa é estarmos falando neste Plenário maravilhoso, e outra coisa é ir ao local; nosso projeto propõe a construção de prédios, com uma ocupação ordenada. Isso faz uma diferença muito grande, porque as pessoas que forem ver onde estamos propondo que seja feita uma ocupação ordenada, os parâmetros que estamos propondo, verão que é uma proposta à altura dos padrões que a Pampulha exige.

Como não houve acordo, em setembro fomos chamados à Secretaria do Planejamento, e o Secretário, Dr. Maurício Borges, nos comunicou que o Executivo não tinha proposta para a Pampulha. Na ocasião, ainda indaguei: "Sr. Secretário, o senhor quer que eu retire o nosso projeto?". Ele nos disse que teríamos toda a liberdade para fazer tramitar o projeto, não tinha nada contra ele. Diante disso, autorizamos a tramitação do projeto na Câmara.

Fizemos, no dia 4 deste mês, uma reunião com toda a comunidade, na Câmara Municipal, quando nós - está gravado -, mais uma vez, colocamos-nos à disposição das pessoas, das entidades que quisessem apresentar um projeto que melhor atendesse aos interesses da cidade, e nós prontamente retiráramos o nosso.

Então, não estamos atropelando nada. O projeto ficou dois meses na Comissão de Justiça. Já tinha o parecer favorável dessa Comissão. Agora está na Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente. Sua tramitação tem sido normal. Quanto a parte do projeto ser colocado nas emendas, não temos culpa nenhuma. Quem apresentou o projeto de regulamentação da ADE de Santa Teresa foi o Executivo. Não fui o primeiro a querer propor a construção de prédios na Pampulha. Em pleno Bairro Bandeirantes, na Avenida Fleming, há um conjunto

habitacional. Aquilo, sim, agride a Pampulha; não nosso projeto.

Muito se fala sobre o tombamento do projeto arquitetônico da Pampulha. Na realidade, o que são os projetos arquitetônicos? O cassino é atração turística e lazer; a Casa do Baile, idem; o late, lazer e esporte. A igreja da Pampulha ficou 30 anos fechada, sem ter missa, porque a Igreja não a aceitava. O Mineirão e o Mineirinho também estão lá.

Moro na orla, onde o movimento é louco. Em menos de 1km, há 2 Bancos, delegacia de polícia, 3 regionais da Prefeitura, 1 regional da COPASA, 1 parque de diversões, 2 ou 3 clubes, 4 restaurantes. Que qualidade de vida residencial é essa? Vamos tapar o sol com a peneira? Encaremos a realidade. Em dia de jogo, o trânsito fica congestionado até meia-noite ou 1 hora. Querer falar em qualidade de vida na Pampulha é muito relativo. Moro lá há 15 anos e estou pronto para discutir. Fui obrigado a me mudar da Avenida Portugal, primeiro local onde morei na Pampulha, por causa dos aviões. Quando construí minha casa, o Aeroporto da Pampulha estava desativado. Num determinado momento, com a liberação do aeroporto, passa um avião de grande porte e destelha a minha casa toda. Quase caiu um avião em cima da minha casa. Tive que me mudar de lá. Fui para a orla da Pampulha, onde não podia passar caminhão, não podia passar ônibus, não podia passar nada. Hoje, passa trator, passa caminhão, passa ônibus, passa tudo. É um movimento danado. Vou reclamar? Não. Mudei-me da Avenida Portugal. Não vou impedir o progresso.

Quero parabenizar o Deputado Álvaro Antônio, que também foi Vereador e falou com muita propriedade, assim como a Dra. Flávia. Não podemos impedir a dinâmica da cidade.

Quando Belo Horizonte foi construída, os lotes de bairros tradicionais, como Santa Teresa, Floresta, Carlos Prates e Lagoinha, mediam 10mx30m. Na época, achava-se que era o ideal para uma residência. Como não existiam automóveis, não era necessário construir garagem. Com o advento do automóvel, passaram a vender lotes de 360m. Mais tarde, na Cidade Jardim e na Barroca, os lotes já mediam de 400m a 500m. Posteriormente, na Pampulha, há 40 ou 50 anos, os lotes mediam 1.000m. Atualmente, a dinâmica é outra; a preferência é por conjuntos residenciais. Ninguém quer construir mansão em lote de 1.000m. Vários cidadãos querem ter o prazer de morar na Pampulha, mas não querem morar em uma residência com uma área de 1.000m, por seu alto custo de manutenção, pela segurança e por vários outros fatores. Preferem morar em conjuntos que lhe proporcionem conforto e segurança. Se o cidadão deseja morar na Pampulha, é obrigado a morar no Belvedere ou no Sion. Por que não dar essa oportunidade a ele? A Pampulha tem qualidade de vida. Então, quer dizer que os moradores do Sion, do Belvedere, da Zona Sul também não têm direito à qualidade de vida? Só se tem direito à qualidade de vida na Pampulha? Vamos ver se há qualidade de vida na Pampulha. Vamos ver como está abandonado aquilo lá. É isso o que queremos ver. Falar aqui é uma coisa; falar lá é outra.

Quanto aos Conselhos, quero dizer que discordo plenamente do companheiro Secretário Arnaldo Godoy. Tenho uma grande admiração por ele, fomos companheiros na Câmara, é uma pessoa maravilhosa, muito competente, mas, quando diz que é uma conquista democrática, discordo dele, porque a democracia passa primeiro pelo voto popular. Pela maneira como o Conselho é constituído, assemelha-se mais à ditadura. Era na ditadura que havia as nomeações, não havia a vontade popular, através do voto. Então, não estamos querendo acabar com os Conselhos, reconhecemos que são úteis e devem permanecer, mas não na condição de órgãos deliberativos.

Se o que é aprovado pelo Senador, pelo Deputado Federal, pelo Deputado Estadual, pelo Vereador, que são eleitos pelo povo, têm o respaldo popular do voto, tem que passar pelo crivo, pela aprovação do Presidente da República, do Governador, do Prefeito, por que o que o Conselho decide tem que ser deliberativo? Por que as decisões do Conselho não têm que passar pela aprovação do Prefeito? É isso o que estamos querendo. Que o Conselho decida o que quiser decidir, ele tem toda a liberdade de agir, mas tenha a aprovação do Prefeito, uma pessoa seja responsabilizada pelas deliberações do Conselho, porque estamos com um volume grande de reclamações na Câmara de pessoas que tiveram o seu patrimônio confiscado pelo Conselho. Chamo isso de confisco.

É um cidadão que, durante 60, 70 anos, pagou o seu IPTU, adquiriu o seu imóvel com muita dificuldade, com muito sacrifício. No fim da vida, ele tem apenas aquele bem, e, de uma hora para outra, chega o Conselho do Patrimônio Histórico e fala: "Meu senhor, essa propriedade está tombada, o senhor não pode fazer mais nada aqui". Depois, há o seguinte: quem tomba deve ter a responsabilidade de conservar, e não está tendo. Temos várias casas, várias edificações em ruínas, e não existe conservação por parte do Executivo. Então, queremos que haja respeito à propriedade. É apenas isso.

A Sra. Ilma Arruda Araújo Abreu - Gostaria de parabenizar, mais uma vez, o Deputado por este debate e dizer que este é um fórum de discussão, uma vez que existem leis estaduais que dispõem sobre a cultura, e o município tem que se submeter a essa legislação estadual. Gostaria de pedir ao Deputado que fossem feitas gestões - em forma de lei, não sei - junto ao Executivo, para dotar de infra-estrutura o IEPHA e, se possível, fazer o mapeamento das áreas e do entorno da Lagoa, para dar visibilidade à população sobre o que é tombado. Acho que essa instituição de defesa do patrimônio cultural e histórico é importante. Deve haver maior dotação orçamentária para ela poder cumprir as suas finalidades.

Penso que deve haver outros debates para que essa questão seja aprofundada. Acho que a proposta do Deputado João Batista de Oliveira, que foi Vereador e conhece muito bem a Câmara dos Vereadores... É importante um fórum de debates, mas não coordenado pelo Executivo, e sim na Câmara Municipal, coordenado pela comunidade, pelas várias entidades que representam a sociedade civil, junto com os nossos representantes e o Executivo. É importante que o Executivo esteja presente, mas não tutelando. Muito obrigada.

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, ilustres componentes da Mesa, está para vir a Plenário projeto de minha autoria que trata da preservação do patrimônio artístico, cultural e arquitetônico do Estado de Minas Gerais.

Estamos muito preocupados com a destruição crescente de nossa riqueza cultural. Minas possui 2/3 do patrimônio barroco do País, mas, de 1988 para cá, mais de 480 peças desapareceram.

Nosso projeto, no entanto, não se restringe ao cuidado com as igrejas, mas, também, interessa-se por criar um fundo para a preservação do meio ambiente, incluindo os Bairros de Santa Teresa e Cidade Jardim, a Praça da Liberdade e a Pampulha.

Moro em Belo Horizonte há mais de 30 anos, meus filhos são belo-horizontinos, amo esta cidade e tenho o maior interesse em preservar sua arquitetura. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Não posso encerrar esta reunião sem dizer o quanto ela foi importante. É no debate de idéias que se constrói a democracia e que se dá oportunidade para o contraditório. A reação da sociedade mineira nos dá a certeza de que ela está cada vez mais consciente de seu papel.

Várias questões foram colocadas hoje, sobretudo a da necessidade da reavaliação permanente do Plano Diretor, já que a cidade avança e se modifica, mas que seja modificada sem se perder de vista a qualidade de vida. Assim sendo, tem-se que considerar a preservação do meio ambiente, a questão da iluminação, do tráfego e do turismo. Temos que atrair turistas para Belo Horizonte, e, para isso, é fundamental que se preservem as belezas da cidade. O turismo, todos sabem, é uma das grandes fontes de renda de qualquer país.

O "Estado de Minas" publica diariamente opiniões a respeito de Belo Horizonte de pessoas que não são daqui. Eu, Maria Olívia, e outros Deputados também não somos daqui, mas amamos a cidade como se fosse nossa; daí, a reação que esta Casa apresentou contra as emendas apresentadas ao projeto. Nós, Deputados, moramos em Belo Horizonte por um bom tempo de nossas vidas e gostamos tanto daqui como os próprios belo-horizontinos. Trata-se da Capital do nosso Estado, e ela mora no coração da gente. Preservar suas belezas é nossa obrigação.

Pesquisas de opinião têm colocado Belo Horizonte como uma das melhores cidades do bem-viver.

Foi muito importante a presença dos convidados nesta reunião, porque colocaram o contraditório para a discussão. O Deputado João Batista de Oliveira deu uma idéia muito interessante e que talvez seja o caminho, mas o importante é que a discussão não pare e que não sejam todos sacrificados em nome de poucos.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprida a finalidade da convocação, a Presidência agradece a presença das autoridades e dos Deputados e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, bem como para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de "quorum" qualificado para votação das propostas de emenda à Constituição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 41/99; questão de ordem; chamada para verificação de número regimental; existência de "quorum" para discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 52/99; discurso do Deputado Sebastião Navarro Vieira; encerramento da discussão - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169/99; utilização, pelo relator, do prazo regimental para emissão do seu parecer - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 207/99; utilização, pelo relator, do prazo regimental para emissão do seu parecer - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 340/99; discurso do Deputado João Leite; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 20, 84, 170, 221, 295, 415 e 416/99, apreciados na reunião ordinária realizada hoje, à tarde; a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99, que recebeu emenda na referida reunião, a Proposta de Emenda à Constituição nº 12/99, que teve adiada a sua discussão; o Projeto de Lei nº 351/99, que também teve a discussão adiada; os Projetos de Lei nºs 4 e 37/99, que receberam emendas e foram devolvidos às comissões.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" qualificado para votação das propostas de emenda à Constituição, mas o há para apreciação das demais matérias.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 41/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede passe livre a policial militar em transporte coletivo intermunicipal e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Transporte opinou pela rejeição do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Transporte, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Questão de Ordem

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, solicito-lhe que faça a verificação de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados. Não há "quorum" para votação, mas o há para discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 52/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Estado a doar ao Município de Conceição da Aparecida o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Para discuti-lo, com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, a discussão é rápida e simples. A escola foi municipalizada, mas o imóvel, que é da escola, continua em poder do Estado. Se a escola passou para o município, que passe também o prédio, que será conservado pelo município, onde funciona uma escola que era do Estado, mas que hoje é municipal. Essa é a razão do pedido de doação.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que estabelece normas para fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede de saúde estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em plenário, o Deputado Eduardo Brandão solicitou o prazo regimental para emitir parecer. A Presidência indaga ao Deputado se está em condições de emitir o seu parecer ou se continuará a fazer uso do prazo regimental. (- Pausa.)

O Deputado Eduardo Brandão - Continuaremos a fazer uso do prazo regimental de 24 horas.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 207/99, do Deputado Mauro Lobo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha imóvel que especifica. A Presidência indaga ao relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, se está em condições de emitir seu parecer ou se fará uso do prazo regimental que ainda resta. (- Pausa.).

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Continuarei a fazer uso do prazo regimental.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 340/99, do Deputado Carlos Pimenta, que cria o Programa Ronda Escolar no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Direitos Humanos, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, membros da imprensa, telespectador da TV Assembléia, o projeto do nobre Deputado Carlos Pimenta cria o Programa Ronda Escolar no Estado. Infelizmente, estamos vendo o aumento da criminalidade.

É interessante ver que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa teve oportunidade de ouvir os pesquisadores da Fundação João Pinheiro na última reunião da Comissão em audiência pública solicitada pela Deputada Maria Tereza Lara. Tivemos oportunidade de ter acesso aos números de Minas Gerais. É impressionante verificar que nas cidades mais ricas de Minas Gerais temos a criminalidade aumentando cada vez mais. Nelas, há uma insegurança muito grande da população.

Nas regiões que não têm riqueza industrial e outros componentes da economia, como o vale do Jequitinhonha, é justamente aí e no Norte de Minas que temos menos violência.

Essa situação é interessante porque muitas pessoas diziam que quanto mais carência e pobreza mais violência. No entanto, é o contrário o que os números estão demonstrando, pois indicam que quanto mais riqueza mais violência e criminalidade. É isso que a pesquisa feita pela Fundação João Pinheiro demonstra. Por exemplo, a cidade de Uberlândia alcança números impressionantes de violência, e é justamente nessa cidade onde existe menor presença da polícia, especialmente da Polícia Militar. A situação é a mesma no resto do Estado de Minas Gerais e em Belo Horizonte.

Os números mundiais dão conta de que o ideal é um policial para cada grupo de 250 populares. Em Belo Horizonte, por exemplo, há um policial para cada 900 habitantes. Temos uma deficiência, um vazio muito grande. Temos visto algumas experiências feitas pela Polícia Militar que não deram certo, como - e coloco entre aspas - a polícia comunitária, pensada pela Polícia Militar: é colocado um quiosque em uma região de Belo Horizonte para dar segurança àquela localidade.

Ora, se a Polícia destaca alguns homens para um setor da cidade, o que acontecerá? Os outros setores da cidade que já convivem com esse número tão baixo de policiais, um para 900 habitantes, não há dúvida de que sentirão falta da segurança pública. É isso que estamos acompanhando no Estado. O Deputado Carlos Pimenta demonstra preocupação especialmente com a situação das escolas. Procura minimizar e evitar a violência crescente nas escolas do Estado.

Gostaria de adicionar a essa discussão alguns elementos, que são muito importantes para analisar a situação da violência nas escolas. Nesse momento, não temos, no Estado, a figura do professor de Educação Física de 1ª a 4ª série. Foi abolida a Educação Física, tão importante para o estudante. Era um atrativo que a escola tinha, era um momento prazeroso e de lazer que o estudante vivia na escola de 1ª a 4ª série.

Outro dia, fui à escola de meu filho, que me falou sobre sua professora. Disse-me que o melhor professor que tinha era o de Educação Física. Aos alunos das escolas estaduais, foi retirada a possibilidade de ter Educação Física.

Ora, como queremos uma escola sem violência se retiramos desses jovens a possibilidade de praticar esportes e de ter lazer, achando que o lazer e o esporte são coisas menores, não interessam muito? Aqueles que pensam no currículo escolar entenderam, em seus gabinetes, que deve ser retirada desse jovem a Educação Física. E nossas escolas já não a têm. A maioria das nossas escolas não dispõem de espaço para a prática esportiva e o lazer, e nossos jovens estão confinados às salas de aula - por mais atrativas que sejam todas as disciplinas ensinadas nas escolas públicas -, sem a possibilidade de ter acesso ao lazer e ao esporte.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Deputado João Leite, estamos acompanhando a discussão do Projeto de Lei nº 340/99, do Deputado Carlos Pimenta, escutando V. Exa. abordar temas muito interessantes: a questão da violência e da Educação Física nas escolas.

Gostaria de dizer que V. Exa. é um Deputado competente, estudioso, assíduo, que tem engrandecido esta Casa - haja vista sua expressiva votação nas eleições passadas -, como atleta do futebol profissional, aliás, sobejamente conhecido. Somos de uma pequena cidade do Sul de Minas, que tem uma única faculdade: a Escola Superior de Educação Física de Muzambinho, que pudemos conhecer melhor quando Prefeito. Com ela, estabelecemos uma parceria, até então, inexplorada: passamos a fazer um convênio muito interessante, pelo qual recrutávamos 20 estudantes, selecionados pela escola, que iam ministrar Educação Física na área rural do município. Era uma experiência inédita, porque, se nem na cidade existia Educação Física, quem diria na área rural. Esse convênio propiciava facilidades ao estudante - que, com isso, estava pagando sua mensalidade escolar - e nos permitia facilitar o acesso de mais estudantes à faculdade, uma vez que ela tinha esse benefício de 20 bolsas de estudo concedidas pela Prefeitura. Ao mesmo tempo, estávamos fazendo o mais importante, que era ministrar Educação Física ao estudante de tenra idade, não somente para o crescimento de sua massa muscular, mas também para sua formação intelectual, pois sabemos que, nessa fase de desenvolvimento, o exercício físico bem aplicado favorece e colabora com o desenvolvimento neurológico da criança. Assim, teríamos crianças mais saudáveis.

Por isso, na última Olimpíada, na nossa primeira legislatura, fiquei preocupado em apresentar um projeto de lei pelo qual pudéssemos levar Educação Física a todos os rincões e a todos os estudantes. Descobri que existe uma lei que obriga a dar Educação Física em certos graus, a qual não é cumprida. Quando da participação do Brasil em um evento esportivo - das raras ocasiões em que o brasileiro se empolga e se ufana com sua bandeira -, preocupamo-nos em contatar os professores da Escola Superior de Educação Física de Muzambinho, que estão elaborando algumas questões para nós, dando-nos subsídios, para que possamos chegar a um projeto de lei - que gostaria até de apresentar a V. Exa. -, pelo qual consigamos reverter esse quadro negativo que V. Exa. aqui denunciou. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Eu é que quero agradecer, Deputado Marco Régis, pela sua intervenção, pelas palavras que V. Exa. destinou a nós, ao nosso trabalho. Quero também dizer do respeito que tenho pelo trabalho de V. Exa. Algo que marca no seu trabalho é justamente o seu comprometimento com as questões sociais, a sua sensibilidade sempre constante neste Plenário, nas comissões, isso é muito claro para nós.

V. Exa. me faz lembrar alguns aspectos importantes: V. Exa., como médico, e temos outros médicos no Plenário, sabe que a idade da 1ª à 4ª série é fundamental para o desenvolvimento psicomotor, e está sendo retirada das crianças essa oportunidade.

Quando V. Exa. falava sobre a experiência da querida escola de Muzambinho, que já formou tantos professores de Educação Física para o Estado e tem feito um trabalho excelente para o ensino, lembrava-me do grande projeto do Paraná, que é o Centro de Excelência para o Voleibol Rexona.

O Paraná teve a experiência da bolsa-escola, mas o que acontecia é que os jovens ficavam na escola por três meses apenas. Apesar de a família receber um salário, aquela escola não era atrativa, não interessava aqueles jovens, e eles a abandonavam.

O Governo do Paraná, com essa grande empresa, fez uma parceria. Em princípio, a empresa gastou R\$1.700.000,00 para a recuperação dos ginásios, e hoje são 23 núcleos desse projeto. Nós, que temos acompanhado pelos campeonatos, vemos que o Rexona tem uma grande equipe de voleibol, inclusive com a ex-capitã da seleção brasileira. Essas atletas são obrigadas, por cláusula contratual, a dar treinamentos nesses núcleos espalhados pela periferia de Curitiba e em outros lugares.

Estamos na contramão: além de os alunos de 1ª a 4ª série não terem Educação Física, essa disciplina foi retirada do horário noturno. A justificativa para isso é que não há vestiários. Ora, se a saúde é prioridade, e nossos médicos sabem que o esporte é fundamental para a prevenção de doenças, por que retirar a Educação Física dos nossos jovens?

Estou tendo a honra de fazer parte do Conselho Comunitário de Cardiologia, juntamente com Dr. Édson Zenóbio e com o Cardeal D. Serafim. No primeiro encontro desse Conselho, a discussão foi justamente essa: os médicos cardiologistas e o Conselho estão preocupados com a quantidade de doenças do coração do nosso povo. Mas é claro que elas têm aumentado, a escola já não tem prática de esportes. Não havendo prevenção, como vamos querer uma população saudável no futuro? Isso é impossível.

O Conselho estará fazendo uma grande campanha no Estado, buscando resgatar a Educação Física no currículo das escolas públicas. Por isso, o projeto do Deputado Carlos Pimenta nos dá a oportunidade de abrange todos esses pontos. Por que temos uma escola tão violenta? Por que os jovens estão tão violentos na escola? Falta a esses jovens uma atração na escola? Faltam esportes, lazer, falta tornar essa escola prazerosa, atrativa, interessante.

Vejo, no Plenário, vários atletas: Deputado Amílcar Martins, atleta de basquetebol no tempo de estudante; Deputados Bejani, Irani, vários praticantes de esportes no tempo da escola. O próprio Deputado Marco Régis, goleiro no tempo de escola. Então, o Deputado Carlos Pimenta nos dá essa oportunidade de discutir tudo isso neste Plenário.

Mas, Sr. Presidente, nobre Deputado José Braga, gostaria de continuar discutindo um tema que entusiasma a mim e a muitos Deputados pela sua importância, mas gostaria de fazê-lo com "quorum" qualificado. Apesar de termos Deputados que estão nos acompanhando atentamente, como Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Cristiano Canêdo, Mauro Lobo, Eduardo Daladier e a Deputada Elaine Matozinhos, gostaria que tivéssemos maior número de Deputados para discutir essa questão das escolas e da violência que o Deputado Carlos Pimenta traz ao Plenário.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Peço, Sr. Presidente, que, garantindo o tempo que tenho para discutir esse projeto numa outra oportunidade, encerre, de plano, a reunião, por não termos "quorum" para a continuidade dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 17, às 9 horas, e para a reunião extraordinária de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às onze horas do dia quatro de novembro de mil novecentos e noventa e nove, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Anderson Adatao, Presidente; Durval Ângelo, 2º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário; e Gil Pereira, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, o Presidente comunica que a 1ª parte da reunião destina-se a tratar da concessão da Medalha do Mérito Legislativo. Participam das discussões os Deputados Agostinho Patrús, Paulo Pettersen e Carlos Pimenta, membros do Conselho da Medalha do Mérito Legislativo. Prosseguindo com os trabalhos, a Mesa decide: autorizar os servidores beneficiários dos produtos e serviços decorrentes do convênio firmado com a Caixa Econômica Federal a optarem pela percepção da remuneração por meio dessa instituição, independentemente da observância da periodicidade prevista na Decisão da Mesa de 7/5/97, que volta a prevalecer após a transferência decorrente da opção; aprovar novos critérios da Decisão de 28/10/98; autorizar a celebração de convênio entre a Assembléia e o Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG -; tornar sem efeito a Decisão de 11/3/99, referente aos critérios de aproveitamento dos servidores inativos. Isso posto, é tomada a Deliberação da Mesa nº 1.807, que acrescenta parágrafo ao art. 3º da Deliberação da Mesa nº 1.576, de 1998. Após, a Mesa aprova o termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e o Prof. Werther Botelho Spagnol, o qual tem por objeto a emissão de parecer jurídico sobre o Projeto de Lei Complementar nº 18/99, que dispõe sobre a extinção do Fundo de Previdência do Servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa - PRELEGIS -, bem como sobre o Substitutivo nº 1 a ele apresentado, ratificando a situação de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Em seguida, o Presidente distribui matérias para serem relatadas, cabendo ao Deputado Durval Ângelo o processo contendo termo de aditamento para a terceira prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM -, tendo como objeto a prestação de serviços de trabalhadores-mirins; o processo contendo termo de aditamento para a segunda prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Associação dos Servidores do Legislativo de Minas Gerais - ASLEMG -, tendo como objeto a locação de uma loja e dez vagas de garagem no Ed. Montesquieu, na Av. Olegário Maciel, 2.161; o processo contendo os relatórios de receitas provenientes de aplicações financeiras em Bancos oficiais (FIF.MG, RDB e outras), relativas ao mês de setembro de 1999; o Requerimento nº 749/99, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; o Requerimento nº 769/99, do Deputado João Batista de Oliveira; os Requerimentos nºs 773 e 780/99, do Deputado Carlos Pimenta; e os Requerimentos nºs 793 e 800/99, do Deputado Amílcar Martins; ao Deputado Dilzon Melo, o processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre a Assembléia e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cessão da aeronave modelo Xingu, Prefixo PP-EMN; e os Requerimentos nºs 761 e 762/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho; ao Deputado Gil Pereira, o processo contendo termo de aditamento que trata da redução do objeto do contrato celebrado entre a Assembléia e a RM Máquinas e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica em máquinas de franquear correspondência; o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna, tendo como objeto a doação de papel inservível; o processo contendo o balancete e os demonstrativos financeiros e contábeis da Secretaria da Assembléia, relativos aos meses de julho, agosto e setembro de 1999; os processos contendo os balancetes e os demonstrativos financeiros e contábeis da Secretaria da Assembléia, relativos aos meses de julho, agosto e setembro de 1999. Os relatores examinam as matérias e, logo após, passa-se à apresentação, à discussão e à votação de pareceres. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo manifesta-se sobre os seguintes processos: processo contendo termo de aditamento para a terceira prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM -, tendo como objeto a prestação de serviços de trabalhadores-mirins - parecer favorável à prorrogação por 90 dias, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo termo de aditamento para segunda prorrogação do contrato celebrado entre a Assembléia e a Associação dos Servidores do Legislativo de Minas Gerais - ASLEMG -, tendo como objeto a locação de uma loja e dez vagas de garagem no Ed. Montesquieu, na Av. Olegário Maciel, 2.161 - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo os relatórios de receitas provenientes de aplicações financeiras em Bancos oficiais (FIF.MG, RDB e outras), relativas ao mês de setembro de 1999; parecer favorável - aprovado; Requerimento nº 749/99, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais - parecer pela aprovação com a Emenda nº 1 - aprovado; Requerimento nº 769/99, do Deputado João Batista de Oliveira - parecer pela aprovação com a Emenda nº 1 - aprovado; Requerimento nº 773/99, do Deputado Carlos Pimenta - parecer pela aprovação com a Emenda nº 1 - aprovado; Requerimento nº 780/99, do Deputado Carlos Pimenta - parecer pela rejeição - aprovado; Requerimentos nºs 793 e 800/99, do Deputado Amílcar Martins - pareceres pela rejeição - aprovados. Logo em seguida, o Deputado Dilzon Melo passa a relatar o processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre a Assembléia e o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto a cessão da aeronave modelo Xingu, prefixo PP-EMN - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; e os Requerimentos nºs 761 e 762/99, do Deputado Alberto Pinto Coelho - pareceres pela rejeição - aprovados. Ainda nesta parte da reunião, o Deputado Gil Pereira manifesta-se sobre as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento que trata da redução do objeto do contrato celebrado entre a Assembléia e a RM Máquinas e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica em máquinas de franquear correspondência - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa - aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre a Assembléia e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna, tendo como objeto a doação de papel inservível - parecer favorável - aprovado; processo contendo o balancete e os demonstrativos financeiros e contábeis do FUNDHAB, relativos ao mês de agosto de 1999 - parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13/7/92 - aprovado; processos contendo os balancetes e os demonstrativos financeiros e contábeis da Secretaria da Assembléia, relativos aos meses de julho, agosto e setembro de 1999 - pareceres favoráveis, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13/7/91 - aprovados. Na seqüência da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da Secretaria desta Assembléia, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs 1.667, 1.681, 1.752, 1.767 e 1.799, de 1999. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: nomeando Breno Moreira Montoni para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas; nomeando Mário Lúcio Elmais Sampaio para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas; exonerando Damião Mendonça Vieira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas; nomeando José de Aguiar Machado Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas; nomeando Pedro Autran da Matta e Albuquerque para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas; nomeando Rigiane Oliveira Neves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de novembro de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 23/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 228/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 23/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 603/99, do Deputado Chico Rafael.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 454/99, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 219/99, do Deputado José Milton; 548/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 550/99, do Deputado Anderson Adauro; 563/99, do Deputado Chico Rafael; 584/99, do Deputado Bené Guedes.

Requerimento nº 871/99, do Deputado Fábio Avelar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 30ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 14 horas do dia 23/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 551/99, do Deputado Ronaldo Canabrava.

Finalidade: realização de audiência pública para obter esclarecimentos sobre a instalação de serviços adicionais nos telefones, sem autorização do usuário e, se possível, apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Srs. Ivan Ribeiro de Oliveira, Presidente da TELEMAR em Minas Gerais, Luiz Gonzaga Leal, Diretor Superintendente da TELEMIG Celular; Fernando Antônio França Pádua, Gerente Regional ER-4 da ANATEL, e Antônio Joaquim Fernandes Neto, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão - PROCON - Estadual.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da CPI das Barragens, a realizar-se às 14h30min do dia 23/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Marcelo Lignani Siqueira, Presidente da COPASA-MG, e Sérgio Luís Amaral Ferreira, Diretor da SUDENOR.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 23/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da CPI do IPSM, a realizar-se às 15 horas do dia 23/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Cel. PM Sóter do Espírito Santo Baracho, Assessor Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação do IPSM, e o Sr. Cléber Antônio de Menezes, Chefe do Serviço de Patrimônio, Manutenção e Transportes do IPSM.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 24/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 569/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 903/99, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 22/11/99, destinada à comemoração dos 75 de fundação dos Diários Associados.

Palácio da Inconfidência, 19 de novembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Dalmo Ribeiro Silva, João Batista de Oliveira e Ronaldo Canabrava, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator da matéria.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei nº 90/99, do Deputado Miguel Martini, em 2º turno; e os Projetos de Lei nºs 418/99, do Tribunal de Justiça do Estado; 424/99, da Procuradoria Geral da Justiça; e 553/99, do Deputado

Sargento Rodrigues, em 1º turno.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Marco Régis, Maria Olívia e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/11/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1999.

Elmo Braz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marcelo Gonçalves, Antônio Carlos Andrada, João Paulo e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator, Deputado Antônio Carlos Andrada, sobre a Emenda nº 2, apresentada em Plenário, no 1º turno, à Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1999.

Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Obras Municipais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Bilac Pinto, Antônio Carlos Andrada e Antônio Júlio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 582/99

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde convier:

"Art. - O Estado deverá realizar gestões no sentido de resgatar o planejamento integrado dos transportes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, objetivando efetivar prioritariamente a integração do transporte coletivo por ônibus com o sistema de transporte sobre trilhos, visando aumentar a capacidade do transporte de massa da Região Metropolitana de Belo Horizonte."

Sala das Comissões, de 1999.

Álvaro Antônio

Justificação: A criação das regiões metropolitanas e dos aglomerados urbanos é prevista nas Constituições Federal e Estadual, com o objetivo de buscar a integração dos serviços metropolitanos de interesse comum, entre eles o transporte. O objetivo dos constituintes federais e estaduais foi o de racionalizar a gestão desses serviços, buscando o máximo de eficiência e eficácia.

Nos últimos anos, temos visto a desagregação das regiões metropolitanas, com o retorno de uma visão municipal dos problemas e dos serviços de interesse comum, situação que está provocando ineficiência e perda de escala econômica na abordagem das questões metropolitanas. Esta emenda representa um primeiro passo em direção ao bom-senso, ao propor a mobilização do Estado para a retomada do planejamento integrado dessas importantes áreas conurbadas.

Emenda nº 2

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Lei específica redefinirá o Sistema Estadual dos Transportes, visando a dar autonomia à gestão do respectivo setor, capacitando-o à promoção do desenvolvimento integrado dos diversos tipos de transporte."

Sala das Comissões, de 1999.

Álvaro Antônio

Justificação: O Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, tramita nesta Casa antes da tramitação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI.

Ora, o PMDI é a peça norteadora da estratégia de desenvolvimento estadual e deveria ser apreciado antes das demais leis estruturantes (o PPAG, a LDO e a lei do orçamento, nessa ordem), de modo a garantir que os investimentos e as demais ações do Governo guardassem coerência com sua estratégia de desenvolvimento integrado.

O PPAG, no setor dos transportes, abandona a abordagem integrada de todos os modos de transporte e volta a privilegiar apenas o transporte rodoviário, tornando-se assim um mero plano rodoviário. Esta emenda visa corrigir essa grave distorção.

EMENDA Nº 3

Inclua-se no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000-2003, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001-2003, Setor Agropecuária, no Programa Abastecimento Agrícola, a meta Agroindústria Ampliada no CEASA Interior-MG (Unidade), prevendo-se uma unidade na macrorregião II.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: A emenda pretende criar uma meta que permita planejar e executar a ampliação da unidade de Juiz de Fora do CEASA-MG, construída em 1979, que opera com 200 produtores, tendo 45 empresas estabelecidas, atendendo a 60 municípios da região e comercializando produtos de 78 municípios. Há necessidade de sua ampliação.

EMENDA Nº 4

Mude-se a redação constante no Plano Plurianual de Ação Governamental, na parte relativa ao Poder Judiciário, no texto relativo ao Tribunal de Justiça, aumentando-se o objetivo de "construir dez prédios de fóruns", para construir onze prédios de fóruns, correspondendo a 140.000m² (140 mil metros quadrados) construídos.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: O Fórum Benjamin Colucci, da cidade de Juiz de Fora, tem aproximadamente 40 anos. É evidente que a estrutura do Poder Judiciário nessa cidade cresceu muito nesse período, sempre procurando atender às demandas da população, mas as instalações físicas não acompanharam essa evolução. A medida proposta virá possibilitar inicialmente a melhoria dos serviços jurisdicionais, mas objetiva fundamentalmente atender às necessidades da população, triplicando o atendimento.

EMENDA Nº 5

Sejam refeitos os quadros Programas, Objetivos e Metas por Região, do Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000/2003 relativos ao setor Polícia Militar, separando-se programas e metas típicos do Setor Polícia Militar dos relativos às atividades de Bombeiro Militar e de Defesa Civil, criando-se no Plano o Setor Bombeiro Militar.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: Na elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental, as operações típicas de Bombeiro integraram o setor Polícia Militar, o que não está correto em vista da Emenda à Constituição nº 39.

EMENDA Nº 6

Inclua-se no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000/2003, no quadro Programas, Objetivos e Metas Por Região, 2001/2003, Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento, no Programa Edificações Públicas, na meta Aeroporto Melhorado (Aeroporto) uma unidade na macrorregião II.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: O Plano Plurianual de Ação Governamental PPAG - prevê melhorar três aeroportos, todos na região central do Estado, no período 2001/2003. Esta emenda objetiva deixar planejada a obra de melhoria do Aeroporto de Juiz de Fora, fator importante para o desenvolvimento da região, que, com a instalação da fábrica da Mercedes-Benz, tem seu movimento diário aumentado a cada dia, não só com pessoas viajando a negócios, como também fazendo turismo.

A capacidade de atendimento no terminal de passageiros encontra-se completamente esgotada devido ao tamanho reduzido de sua estrutura, não existindo terminal de cargas.

A pista não comporta pousos nem decolagens de aeronaves com capacidade acima de 75 passageiros, fato que dificulta o pouso de outros tipos de aeronaves, além da falta de equipamentos necessários para pousos e decolagens com segurança.

EMENDA Nº 7

Inclua-se no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000/2003, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001/2003, Setor Educação, no Programa Universalização do Ensino Fundamental, na meta Prédio Construído, mais duas unidades na macrorregião II.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: A emenda pretende acrescentar às sete unidades previstas para serem construídas na macrorregião II, no período 2001/2003, mais duas unidades que seriam a Escola Estadual Mercedes Nery Machado, no Bairro Santa Terezinha, e a Escola Estadual Estêvão de Oliveira, ambas em Juiz de Fora.

EMENDA Nº 8

Inclua-se no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000/2003, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001/2003, Setor Indústria, Comércio e Turismo, no Programa Promoção ao Desenvolvimento Industrial, a meta construção de distrito industrial, prevendo-se a construção de um distrito industrial na macrorregião II.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: Num primeiro plano, a emenda cria, no Programa de Promoção ao Desenvolvimento Industrial, a meta construção de distrito industrial, o que é perfeitamente lógico. O objetivo é planejar a construção de um novo distrito industrial para Juiz de Fora, que é uma cidade voltada para a indústria, conhecida como Manchester Mineira. Sua capacidade já está esgotada nos distritos hoje existentes.

EMENDA Nº 9

Inclua-se no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000/2003, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001/2003, Setor Indústria, Comércio e Turismo, no Programa Promoção do Desenvolvimento do Turismo, a meta construção de centro de convenções, feiras e eventos, prevendo-se a construção de uma unidade na macrorregião II.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: A emenda cria uma nova meta, que consideramos perfeitamente pertinente, dentro do programa Promoção do Desenvolvimento do Turismo, para possibilitar seja planejada e efetivada a construção de um centro de convenções, feiras e eventos na cidade de Juiz de Fora, uma das maiores e mais importantes do Estado e que não conta com um centro de convenções, base fundamental para o desenvolvimento do turismo na região.

EMENDA Nº 10

Inclua-se, no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000-2003, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001-2003, Setor Saúde, no Programa Edificações Públicas, a meta de se construir uma unidade predial na macrorregião II.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: O Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - prevê a construção de cinco unidades prediais para a saúde, no ano 2000, todas na região central do Estado. Para o período de 2001 a 2003, nada está previsto. Esta emenda propõe a construção de uma única unidade, na macrorregião II (Zona da Mata), para atender à população da zona norte de Juiz de Fora, Distritos de Chapéu d'Uvas e Paula Lima, e à do Município de Ewbank da Câmara, que não conta com nenhuma assistência médico-hospitalar.

EMENDA Nº 11

Inclua-se, no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000-2003, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001-2003, Setor Agropecuária, no Programa de Desenvolvimento do Meio Rural, a meta Incentivo à Fruticultura, prevendo-se ação na macrorregião II.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: A macrorregião II, no PPAG, é constituída pelos Municípios da Zona da Mata. No Programa de Desenvolvimento do Meio Rural, não consta a meta Incentivo à Fruticultura. Esta emenda tem por objetivo prever esta meta para a agropecuária mineira, tendo a Zona da Mata como base inicial, dada a tradição agropecuária da região.

EMENDA Nº 12

Inclua-se, no Plano Plurianual de Ação Governamental - 2000-2003, no quadro Programas, Objetivos e Metas por Região, 2001-2003, Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento, no Programa Restauração de Rodovias, na meta Rodovia Restaurada, mais 120km de rodovia a serem restaurados na macrorregião II.

Sala das Comissões, de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: A emenda objetiva deixar programada para o período de 2001 a 2003 a restauração da Rodovia MG-265, que liga Ubá a Juiz de Fora. Trata-se de um dos trechos rodoviários mais importantes da Zona da Mata e está em péssimas condições, necessitando urgentemente de restauração.

EMENDA Nº 13

Nos Programas, Objetivos e Metas por Região - Anos 2000/2001/2003 - Setor Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Programas e Metas, acrescente-se onde convier: "Criação de um programa de recuperação, preservação e manejo das sub-bacias hidrográficas. Regiões II, IX e X."

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique - Ivo José - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Sebastião Costa.

Justificação: O referido programa virá possibilitar a preservação das sub-bacias hidrográficas e a melhoria na oferta de água, conforme prioridade do orçamento participativo.

EMENDA Nº 14

Nos Programas, Objetivos e Metas por Região - Anos 2000 - Setor Educação - Programas de Atendimento ao Ensino Superior, acrescente-se onde convier: "Criação de ensino superior, em articulação com as instituições estaduais ou federais já existentes, integrando centro de capacitação continuada para professores, nas regiões II, IX e X."

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: Capacitada, desenvolve e valoriza os profissionais de magistério em todos os níveis, conforme prioridade apresentada no orçamento participativo.

EMENDA Nº 15

Nos Programas, Objetivos e Metas por região

Ano 2000 - Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa de Infra-Estrutura Urbana - Trecho de Rodovia Vicinal Melhorado (Km), onde se lê: "Região III - 10

Região VII - 15

Região VIII - 15", leia-se: "Região II - 3

Região III - 7

Região VII - 10

Região VIII - 10

Região IX - 5

Região X - 5".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: Necessitamos de melhorias em várias rodovias vicinais possibilitando, assim, o acesso a vários municípios de diversas regiões.

EMENDA Nº 16

Nos Programas, Objetivos e Metas por região

Ano 2001/2003 - Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa de Infra-Estrutura Urbana - Trecho de Rodovia Vicinal Implantado e Pavimentado (Km), onde se lê: "Região VI - 15

Região VII - 25

Região VIII - 30", leia-se: "Região X - 20".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: Como as demais regiões, a região do Rio Doce necessita de uma continuidade no seu programa de infra-estrutura.

EMENDA Nº 17

Nos Programas, Objetivos e Metas por região

Ano 2000 - Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento - Programa de Infra-Estrutura Urbana - Trecho de Rodovia Vicinal Implantado e Pavimentado (Km), onde se lê: "Região VIII - 16", leia-se: "Região VIII - 10

Região II - 2

Região X - 4".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: A emenda objetiva beneficiar a ligação dos municípios atendendo dessa forma a necessidade de seus habitantes.

EMENDA Nº 18

No quadro Programas, Objetivos e Metas por Região,

2000, Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento, no Programa Renovação do Meio Ambiente, no Programa de Educação Ambiental Realizado, onde se lê: "Estado 6", leia-se: "Estado 4

Região X - 2".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: É uma forma de se garantir a qualidade do meio ambiente, melhorando, recuperando e preservando os recursos hídricos.

EMENDA Nº 19

No quadro Programas, Objetivos e Metas por Região -

2001-2003 - Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento, no Programa Edificações Públicas, em Unidade Construída, onde se lê: "Região I - 24", leia-se: Região I - 17

Região II - 2

Região IX - 2

Região X - 3".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: É a continuidade da modernização e racionalização da administração pública no Estado.

EMENDA Nº 20

No quadro Programas, Objetivos e Metas por Região -

2000, Setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento, no Programa Edificações Públicas, em Unidade Construída, onde se lê: "Região I - 8, leia-se: "Região I - 3

Região II - 2

Região IX - 1

Região X - 2".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: É uma forma de atender a um maior número de regiões, considerando a grande necessidade de modernizar e racionalizar a administração pública.

Emenda nº 21

Nos Programas, Objetivos e Metas por região

Ano 2001/2003 - Setor Educação - Programas

Atendimento ao Ensino Profissional -

Centro de Educação Profissional Construído (centro), onde se lê:

"Região III - 9", leia-se:

"Região III - 6

Região II - 1

IX - 1

X - 1".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: É a continuidade e a ampliação do ensino profissional.

Emenda nº 22

Nos Programas, Objetivos e Metas por região

Ano 2000- Setor Educação - Programas

Atendimento ao Ensino Profissional -

Centro de Educação Profissional Implantado (centro), onde se lê:

"Região III - 3", leia-se:

"Região III - 2

Região X - I"

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: A implantação do Centro de Educação Profissional é de fundamental importância para o crescimento e a valorização do ensino.

Emenda nº 23

Nos Programas, Objetivos e Metas por região

Ano 2001/2003 - Setor Educação - Programas

Atendimento ao Ensino Profissional -

Centro de Educação Profissional Construído (centro), onde se lê:

"Região I - 5", leia-se:

"Região I - 3

Região II - 1

Região X - 1".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: É a continuidade no plano do Governo para atender ao ensino profissional.

Emenda nº 24

Nos Programas, Objetivos e Metas por região

Ano 2000 - Setor Educação - Programas

Atendimento ao Ensino Profissional -

Centro de Educação Profissional Construído (centro), onde se lê:

"Região III - 3", leia-se:

"Região III - 1

Região II - 1

Região X - 1".

Sala das Comissões, de 1999.

José Henrique

Justificação: Devido à grande demanda e ao interesse da região pelo ensino profissional é que se apresenta a necessidade de um centro de educação profissional, conforme prioridade apresentada no orçamento participativo da região da Mata e do Rio Doce.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 608/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

Por meio do Projeto de Lei nº 608/99, o Deputado Anderson Adauto pretende seja declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Uberaba - CDL -, com sede nesse município.

Publicada em 15/10/99, a matéria vem a esta Comissão para ser examinada preliminarmente, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Os requisitos pelos quais as sociedades civis em funcionamento no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências, razão pela qual não vislumbramos impedimento à tramitação do projeto.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 608/99 na forma original.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Agostinho Silveira, relator - Eduardo Daladier - Antônio Júlio - Adeldo Carneiro Leão - Paulo Piau.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 629/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Deputado Dinis Pinheiro, por meio do Projeto de Lei nº 629/99, pretende seja declarado de utilidade pública o Instituto Espírita Eurípedes, com sede no Município de Belo Horizonte.

Publicada em 28/10/99, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar, conforme dispõe o art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Os requisitos pelos quais as sociedades civis em funcionamento no Estado podem ser declaradas de utilidade pública estão enunciados na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências, razão pela qual não vislumbramos impedimento à tramitação do projeto.

Apenas para expurgar o seu art. 1º de dados supérfluos, apresentamos a Emenda nº 1.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 629/99 com a Emenda nº 1, apresentada a seguir.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Espírita Eurípedes, com sede no Município de Belo Horizonte."

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Antônio Júlio, relator - Agostinho Silveira - Adeldo Carneiro Leão - Paulo Piau - Eduardo Daladier.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 633/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública o Sopão São Lourenço, com sede no Município de Uberaba.

Publicado no "Diário do Legislativo", vem o projeto a esta Comissão para ser examinado preliminarmente, nos termos do disposto no art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição encontra-se corretamente instruída, com os documentos indispensáveis à declaração de utilidade pública, prevista na Lei nº 12.972, de 27/7/98, que regula a matéria.

Constatamos, pois, que a entidade mencionada tem personalidade jurídica, está em funcionamento há mais de dois anos, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e que não recebem remuneração pelo exercício de suas funções.

Conclusão

Em face do aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 633/99 na forma original.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Eduardo Daladier, relator - Antônio Júlio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 637/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Djalma Diniz, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Assistência Social Bom Jesus do Monte, com sede no Município de Mariana.

A proposição foi publicada em 28/10/99 e a seguir encaminhada a esta Comissão, a que compete emitir parecer sobre a matéria, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A outorga de título declaratório de utilidade pública estadual está sujeita às normas emanadas da Lei nº 12.972, de 27/7/98, cujo art. 1º apresenta a seguinte redação:

"Art. 1º - A sociedade civil, a associação ou a fundação constituída ou em funcionamento no Estado, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, pode ser declarada de utilidade pública estadual, desde que comprove:

I - que adquiriu personalidade jurídica;

II - que está em funcionamento há mais de 2 (dois) anos;

III - que os cargos de sua direção não são remunerados;

IV - que seus Diretores são pessoas idôneas".

Feito o exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento a tais requisitos pela entidade a que se refere o projeto de lei, razão pela qual não encontramos óbice à sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 637/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Agostinho Silveira, relator - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Paulo Piau.

Parecer para turno único do Projeto de Lei Nº 641/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Amílcar Martins, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo seja declarada de utilidade pública a Comunidade Kolping de Nossa Senhora de Fátima, com sede no Município de Cruzília.

A proposição foi publicada em 29/10/99 e a seguir distribuída a este órgão colegiado, para que proceda ao exame preliminar da matéria, atendo-se aos aspectos enunciados no art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Conforme atesta a documentação que instrui os autos do processo, a Comunidade em análise é sociedade civil dotada de personalidade jurídica e se encontra em funcionamento há mais de dois anos. Seus Diretores, reconhecidamente idôneos, não são remunerados pelo exercício de seus cargos. Estão atendidos, portanto, os requisitos estabelecidos no art. 1º da

Lei nº 12.972, de 27/7/98, para que tal sociedade possa ser agraciada com o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 641/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Paulo Piau, relator - Eduardo Daladier - Antônio Júlio - Agostinho Silveira - Adelmo Carneiro Leão.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 643/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De iniciativa do Deputado Antônio Andrade, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública o Conselho Particular Vicentino da Paróquia de Tiros, com sede no Município de Tiros.

Conforme procedimento mencionado nos arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno, a proposição, após ter sido publicada, em 29/10/99, foi distribuída a esta Comissão para ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal.

Fundamentação

A matéria é regulada pela Lei nº 12.972, de 27/7/98, que estabelece os requisitos indispensáveis à declaração de utilidade pública, os quais foram plenamente atendidos, conforme comprova a documentação constante no processo.

Verificamos, assim, que a entidade mencionada tem personalidade jurídica, está em funcionamento há mais de dois anos, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e que não recebem remuneração pelo exercício de suas funções.

Conclusão

Em face do aduzido, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 643/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Antônio Júlio, relator - Eduardo Daladier - Paulo Piau - Agostinho Silveira - Adelmo Carneiro Leão.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 654/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Projeto de Lei nº 654/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Ritópolis, com sede nesse município.

Após sua publicação, em 5/11/99, vem o projeto a esta Comissão para exame preliminar conforme o disposto no art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Os pressupostos legais para que seja acolhido projeto de lei que verse sobre declaração de utilidade pública estão consubstanciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/98, que exige estar a entidade de direito privado em funcionamento há mais de dois anos, ter adquirido personalidade jurídica e ter a sua diretoria composta de pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de seus cargos.

Analisando a documentação apresentada pela entidade, verificamos o pleno atendimento ao dispositivo legal citado, o que nos leva a concluir não haver óbice à tramitação da matéria nesta Casa.

Conclusão

Em face do aduzido, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 654/99 na forma original.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Paulo Piau, relator - Agostinho Silveira - Adelmo Carneiro Leão - Eduardo Daladier.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 656/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De iniciativa do Deputado Chico Rafael, o Projeto de Lei nº 656/99 visa a declarar de utilidade pública a Associação Cante e Conte, com sede no Município de Baependi.

Publicada em 6/11/99, vem a matéria a esta Comissão para exame preliminar dos aspectos jurídicos, constitucionais e legais, conforme preceitua o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição está corretamente instruída, com os documentos exigidos pela Lei nº 12.972, de 27/7/98, quais sejam prova de personalidade jurídica e atestado da autoridade de que a entidade está em funcionamento há mais de dois anos, as pessoas de sua diretoria são idôneas e não remuneradas pelo exercício de seus cargos.

Atendidos os pressupostos legais que informam a matéria, não vislumbramos óbice à sua tramitação nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 656/99 na forma proposta.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Agostinho Silveira, relator - Eduardo Daladier - Paulo Piau - Antônio Júlio - Adelmo Carneiro Leão.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 10/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Projeto de Lei Complementar nº 10/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, institui as Aglomerações Urbanas Integradas e Planejadas, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 30/4/99, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, cabendo a esta Comissão o exame de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos regimentais.

Fundamentação

O direito constitucional brasileiro já previa, desde 1967, a criação das regiões metropolitanas, e as oito primeiras - entre as quais a de Belo Horizonte - foram instituídas pela Lei Complementar Federal nº 14, de 1973, com base no art. 164 da Emenda à Constituição nº 1, de 17/10/69, com a finalidade de organizar, planejar e prestar serviços de interesse metropolitano. A Constituição da República, promulgada em 5/10/88, trouxe inovações positivas ao atribuir aos Estados a competência para, mediante lei complementar, instituir tais regiões, por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, conforme dispõe o seu § 3º do art. 25.

A Carta Magna de 1988 reconheceu, também, aos Estados federados competência para, do mesmo modo e para os mesmos fins, instituir microrregiões e aglomerações urbanas.

A Constituição mineira, por sua vez, estabelece, no inciso X do art. 10, a competência do Estado para instituir região metropolitana, aglomeração urbana e microrregião. E, na parte destinada à regionalização, a Carta Estadual, no "caput" do art. 42 e no art. 48, dispõe textualmente:

"Art. 42 - O Estado poderá instituir, mediante lei complementar, região metropolitana e aglomeração urbana constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social, para integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas de interesse comum.

.....
Art. 48 - A instituição de aglomeração urbana, observada a avaliação dos fatores de que trata o art. 44, requer, ainda, população mínima de trezentos mil habitantes, no complexo geoeconômico e social integrado por três ou mais Municípios".

Ainda de acordo com o art. 50, II, da Carta mineira a lei complementar disporá sobre o regime de organização para o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum da região metropolitana, da aglomeração urbana e da microrregião.

Do exposto, verifica-se que tanto a instituição de regiões metropolitanas quanto a de aglomerações urbanas e microrregiões deve efetivar-se mediante lei complementar estadual. Em Minas Gerais, existem duas regiões metropolitanas: a de Belo Horizonte, regida pela Lei Complementar nº 26, de 1993, que instituiu a Assembléia Metropolitana, com as alterações da Lei Complementar nº 48, de 1997; e a do Vale do Aço, instituída pela Lei Complementar nº 51, de 30/12/98. A Região Metropolitana de Belo Horizonte existe há 25 anos e constitui uma experiência salutar, com reflexos positivos em toda a área por ela abrangida, conforme destacou o autor, na fundamentação do projeto. A Região Metropolitana do Vale do Aço, ao contrário, foi instituída muito recentemente e encontra-se em fase de implantação, cabendo salientar que a região do Vale do Aço desempenha importante papel no desenvolvimento econômico, político e social de nosso Estado.

Diante do tratamento teleológico unificado dado pela Constituição Federal aos três institutos, região metropolitana, microrregiões e aglomerações urbanas, faz-se mister distingui-los conceitualmente, como condição para dar-lhes o tratamento jurídico adequado, na elaboração legislativa e na aplicação da norma.

Segundo José Afonso da Silva, "região metropolitana constitui-se de um conjunto de Municípios cujas sedes se unem com certa continuidade urbana em torno de um Município-pólo. Microrregiões formam-se de grupos de Municípios limítrofes com certa homogeneidade e problemas administrativos comuns, cujas sedes não sejam unidas por continuidade urbana. Aglomerados urbanos carecem de conceituação, mas, de logo, se percebe que se trata de áreas urbanas, sem um pólo de atração urbana, quer tais áreas sejam das cidades sedes dos Municípios, como na baixada santista (em São Paulo), ou não" (Curso de Direito Constitucional Positivo, 16ª ed., São Paulo; Malheiros, 1999, pág. 645).

Para o constitucionalista Alexandre de Moraes, aglomerados urbanos "são áreas urbanas de municípios limítrofes, sem um pólo, ou mesmo uma sede. Caracterizam-se pela grande densidade demográfica e continuidade urbana" (Direito Constitucional, 5ª ed., São Paulo; Atlas, 1999, pág. 251).

A partir dessas conceituações doutrinárias, é possível extrair-se as características específicas de aglomerações urbanas, que as diferenciam de regiões metropolitanas e de microrregiões. Com efeito, todas são constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, mas os aglomerados urbanos se caracterizam pela grande densidade demográfica e pela continuidade urbana, sem que haja um município-pólo ou uma sede.

O objetivo da proposição, conforme frisamos anteriormente, é de instituir aglomerações urbanas, em cumprimento ao comando constitucional. O Capítulo I trata da instituição e da

composição das Aglomerações Urbanas e Planejadas, a partir de 28 cidades-pólo de desenvolvimento, enumeradas no art. 4º. O Capítulo II dispõe sobre as funções públicas de interesse comum. Já o Capítulo III trata da gestão das citadas aglomerações urbanas, destacando-se o papel da Assembléia Regional e do Conselho de Desenvolvimento Regional. Finalmente, o Capítulo IV contém as disposições gerais, mandando aplicar às mencionadas aglomerações urbanas as regras contidas nos arts. 1º a 6º da Lei Complementar nº 26, de 1993, que dispõe sobre as normas gerais relativas ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum a cargo da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Atendendo a requerimento do relator, com a finalidade de se colherem subsídios para o aprimoramento da proposição, a Comissão de Constituição e Justiça realizou, no dia 30/9/99, audiência pública para debate de aspectos técnicos e políticos do projeto. Naquela ocasião, o autor da proposição em análise observou que as regiões metropolitanas e as microrregiões já foram instituídas, estão funcionando e possuem características próprias; distinguiu, ainda, as Aglomerações Urbanas Integradas e as Aglomerações Urbanas Planejadas, constantes no projeto: enquanto as integradas são as que surgem naturalmente em decorrência do aglomerado populacional existente nos municípios limítrofes, as planejadas são constituídas a partir de cidades-pólo, onde se localizam as universidades, os hospitais regionais, os órgãos regionais do governo, por meio de políticas e programas, de forma planejada.

Cumprir destacar o elevado alcance e a significativa importância do projeto, para o desenvolvimento de Minas Gerais, tanto no seu propósito quanto na sua formulação. Por razões de natureza técnica, entretanto, fazem-se necessários alguns ajustes, para aprimorá-lo e adequá-lo às normas constitucionais e legais vigentes.

A primeira observação diz respeito à própria denominação. No art. 1º são instituídas as "Aglomerações Urbanas Integradas e Planejadas", expressão esta que se repete no "caput" dos arts. 2º e 4º, no art. 6º, no "caput" do art. 9º e no art. 17, para referir-se às aglomerações urbanas indistintamente. O "caput" do art. 3º trata especificamente das "aglomerações urbanas integradas" - como consta no projeto original, e não como constou, "aglomerações urbanas integradas e planejadas", por erro material, na sua publicação no "Diário do Legislativo" de 30/4/99. Já o art. 5º utiliza a expressão "aglomerações urbanas planejadas". Após análise acurada da matéria, entendemos que fica mais claro utilizar-se a expressão "aglomeração urbana" para referir-se a esse instituto genericamente, nos arts. 1º, 6º e 17 e no "caput" dos arts. 2º e 9º. Ao contrário, quando se restringir o significado a uma das modalidades de aglomeração urbana, deve-se acrescentar-lhe o termo "integrada" (como no art. 3º) ou o termo "planejada" (como no "caput" do art. 4º e no art. 5º). Por essa razão, apresentamos a Emenda nº 1.

Entendemos, também, que a limitação de até cinco municípios para formar as aglomerações urbanas integradas a que se refere o art. 3º do projeto, não se coaduna com o disposto no art. 48, "in fine", da Constituição do Estado, que estabelece como condição para a instituição de aglomeração urbana população mínima de trezentos mil habitantes, no complexo geoeconômico e social integrado por três ou mais municípios. A Carta mineira estabelece o número mínimo, deixando subentendido que não há número máximo de municípios para constituir aglomeração urbana. O projeto, ao limitar esse número a cinco, fere, a nosso ver, o citado dispositivo constitucional. Por essa razão, apresentamos a Emenda nº 2.

Outra alteração que se faz necessária diz respeito à menção da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, nos arts. 7º e 16. Como se sabe, a Lei nº 13.341, de 28/10/99, no seu art. 29, extinguiu a referida Secretaria e, no art. 9º, VIII, instituiu a Subsecretaria de Assuntos Municipais na estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social. Por essa razão, torna-se necessária a Emenda nº 3.

Outra questão que merece ser reformulada diz respeito ao Fundo de Desenvolvimento Regional. Com efeito, o art. 11 do projeto estabelece que a Assembléia Regional poderá instituir o Fundo de Desenvolvimento Regional, com direção e administração próprias. A Constituição do Estado, no art. 161, IX, veda a instituição de fundo de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa. A Lei Complementar nº 27, de 19/1/93, por sua vez, no art. 1º, determina que a instituição e a gestão de fundo de qualquer natureza dependem de prévia autorização legislativa específica e submetem-se às normas instituídas na referida norma legal. Por essa razão, faz-se necessário ajustar a redação do art. 11 às exigências constitucionais e legais, por meio da Emenda nº 4.

Conclusão

Face ao exposto, opinamos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 10/99 com as Emendas nºs 1 a 4, que a seguir apresentamos.

EMENDA Nº 1

Nos arts. 1º, 6º e 17 e no "caput" dos arts. 2º e 9º, substitua-se a expressão "Aglomerações Urbanas Integradas e Planejadas" pela expressão "Aglomerações Urbanas", e no "caput" do art. 4º, a expressão "Aglomerações Urbanas Integradas e Planejadas" pela expressão "Aglomerações Urbanas Planejadas".

EMENDA Nº 2

No art. 3º, substitua-se a expressão "por até cinco municípios" pela expressão "por no mínimo três municípios".

EMENDA Nº 3

Nos arts. 7º e 16, substitua-se a expressão "Secretaria de Estado de Assuntos Municipais" pela expressão "Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social".

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 11 a seguinte redação:

"Art. 11 - O Fundo de Desenvolvimento Regional será instituído de conformidade com a Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993."

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Paulo Piau, relator - Eduardo Daladier - Adelman Carneiro Leão - Antônio Júlio - Agostinho Silveira.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 453/99

(Nova Redação, nos Termos do Art. 138, § 1º, do Regimento Interno)

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

Por meio da Mensagem nº 40/99, do Governador do Estado, veio a esta Casa a proposição em epígrafe, que altera dispositivos da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG.

O projeto foi examinado, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou as Emendas nºs 1 a 4. A seguir, foi a matéria distribuída à Comissão de Administração Pública, que opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão de Constituição e Justiça, e

as Emendas nºs 5 e 6, que apresentou; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão, a requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, VI, "a", do Regimento Interno.

Lido o parecer, na fase de discussão, o Deputado Paulo Piau apresentou uma emenda, que, aprovada pela Comissão, foi acatada pela relatoria desta, incorporando-se ao substitutivo apresentado.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 453/99, que altera dispositivos da Lei nº 11.539, de 22/7//94, não trata de fins nem de objetivos a serem alcançados pela UEMG. Vê-se, claramente, que o projeto em tela não tem a pretensão de ser uma peça institucional da UEMG, constituindo tão-somente, um instrumento técnico-jurídico que permitirá avanço na execução do previsto nos arts. 81 e 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição mineira.

Na busca de uma efetiva solução para a completa absorção das Fundações optantes, na forma prevista no inciso I do § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, o projeto pretende a criação de um mecanismo de transição (preparatório para a necessária uniformização administrativa, financeira e acadêmica), instituindo o Sistema Fundacional de Ensino Superior. O Sistema é transitório no seu escopo, embora permita às entidades dele integrantes, em determinados casos, a sua permanência.

Para ampliar a ação da UEMG, o projeto em tela a autoriza a admitir no Sistema, sem compromisso de absorção, entidades de ensino superior do interior do Estado. Outras disposições do projeto dizem respeito a pessoal ou são meras reestruturações internas de cunho administrativo-operacional.

O art. 207 da Constituição Federal dispõe que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão aos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Conclui-se que a autonomia universitária deve pelas próprias universidades ser exercida. A autonomia constitucional dada às universidades exige que elas mesmas se estruturam para exercê-la, e é o que pretende o projeto de lei. As demais questões relativas a processos e métodos, ensino e pesquisa, cursos e grades curriculares, modernidade, relação entre universidade e sociedade, enfim, à vida institucional dessas entidades devem ser tratadas pelas comunidades universitárias, com base em seus estatutos e por meio dos conselhos universitários, departamentos, coordenadorias, servidores e corpos docente e discente.

Assim, entendemos que o espírito do projeto deve ser integralmente acatado, com algumas modificações de cunho jurídico, prático e corretivo.

Conclusão

Concluimos pela aprovação do Projeto de Lei nº 453/99 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Art. 1º - Os arts. 4º, 12, 14, 22 e 23 da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º -

VII -

A) Pró-Reitoria de Ensino:

a-1) Coordenadoria de Graduação;

a-2) Coordenadoria de Ensino à Distância;

a-3) Coordenadoria de Ensino Fundamental e Médio;

a-4) Coordenadoria de Registros Acadêmicos;

B) Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão:

b-1) Coordenadoria de Projetos e Apoio à Pesquisa;

b-2) Coordenadoria de Assuntos Comunitários;

b-3) Coordenadoria de Pós-Graduação;

C) Pró-Reitoria de Planejamento e dos Campi Integrantes do Sistema Fundacional de Ensino Superior:

c-1) Coordenadoria de Planejamento Institucional;

c-1.1) Divisão de Orçamento;

c-1.2) Divisão de Engenharia;

c-2) Coordenadoria de Informática;

c-3) Coordenadoria de Cooperação Interinstitucional;

D) Pró-Reitoria de Administração e Finanças:

d-1) Departamento de Recursos Humanos;

d-1.1) Departamento de Finanças;

d-2) Divisão de Finanças;

d-2.1) Divisão de Contabilidade;

d-3) Departamento de Material, Patrimônio e Serviços:

d-3.1) Divisão de Compras e Material;

d-3.1.1) Serviço de Almoxarifado;

d-3.2) Divisão de Patrimônio;

d-3.3) Divisão de Transportes e Serviços;

VIII - Campi do Sistema Fundacional de Ensino Superior.

§ 5º - Atendidas as condições previstas no art. 22 desta lei, consideram-se Campi Regionais da Universidade as estruturas organizacionais e fiscais das Fundações optantes, na forma prevista no inciso I do § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e os que venham a ser criados para atender os objetivos constitucionais.

§ 6º - Fica a Universidade autorizada, ante convenção específica, a admitir Campi de Ensino Superior que atendam aos objetivos constitucionais, obedecidas as normas do Sistema Fundacional de Ensino Superior, a que se refere o art. 23 desta lei.

§ 7º - Sem prejuízo de outras atribuições, no exercício de sua autonomia, poderão a UEMG e as demais Universidades, em sua sede, compreendida esta como o conjunto dos Campi por elas mantidos, criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, currículos, planos, projetos de pesquisa e tudo o mais previsto nos seus estatutos."

"Art. 12 - Consolidada a estrutura da UEMG, na forma disposta pelo art. 4º, § 5º, o Reitor e o Vice-Reitor, escolhidos entre os indicados em lista tríplice elaborada pelo colégio eleitoral definido pelo estatuto da Universidade, serão nomeados pelo Governador do Estado para mandato de quatro anos, contados da data da posse e exercício.

Parágrafo único - O colégio eleitoral de que trata este artigo será constituído de forma a assegurar a participação dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo na elaboração da lista tríplice."

"Art. 14 - As Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Administração e Finanças, de Planejamento e dos Campi Integrantes do Sistema Fundacional de Ensino Superior são unidades de coordenação, execução e assessoramento superior, subordinadas à Reitoria da Universidade.

Parágrafo único - Os titulares das Pró-Reitorias serão nomeados e empossados pelo Reitor, escolhidos entre pessoas qualificadas para o exercício das funções."

"Art. 22 - Regulamento específico fixará cronograma para o atendimento de requisitos administrativos, financeiros e acadêmicos, observada a legislação vigente, para a completa absorção das entidades mencionadas no artigo anterior."

"Art. 23 - As entidades referidas no art. 21 desta lei constituirão, na forma regulamentar, o Sistema Fundacional de Ensino Superior, que, sobre si mesmo e seus cursos, exercerá, nos termos das normas vigentes, supervisão administrativa e acadêmico-pedagógica, visando, especialmente, à excelência do ensino e ao preparo para a sua completa absorção.

§ 1º - Será garantido ao Sistema Fundacional de Ensino Superior, no Conselho Universitário e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o direito a voz e voto, na forma regulamentar.

§ 2º - Preparada a unidade fundacional para a completa absorção, a Reitoria da UEMG, com pronunciamento favorável do Conselho Universitário, oficiará ao Governador do Estado solicitando o respectivo decreto ou, se assim decidir a Universidade, com a concordância da Fundação interessada, comunicará ao Chefe do Executivo Estadual a permanência desta no Sistema Fundacional de Ensino Superior.

§ 3º - O Governo do Estado assegurará subvenção mensal a cada uma das unidades do sistema."

Art. 2º - Os servidores ocupantes de cargos efetivos ou de função pública de Professor que preencham os requisitos previstos no § 5º do art. 3º da Lei nº 10.323, de 20 de dezembro de 1990, alterado pelo art. 1º da Lei nº 10.596, de 8 de janeiro de 1992, para fins de transferência para o Quadro Especial do Pessoal da Universidade do Estado de Minas Gerais, serão posicionados na carreira de Magistério de Ensino Fundamental e Médio, criada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, constante no Anexo V-C, mediante opção manifestada no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta lei.

§ 1º - Ficam destinados quinze cargos de Professor, criados pelo art. 33 da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, constantes no Anexo IV da referida lei, ao provimento dos cargos de Professor de Ensino Fundamental e Médio, para atuarem junto à Coordenadoria de Ensino Fundamental e Médio.

§ 2º - O provimento previsto no "caput" deste artigo será regulamentado por decreto do Governador do Estado.

Art. 3º - Fica transformado um cargo de Chefe de Departamento, código UM-01, em um cargo de Coordenador, código UM-02.

Art. 4º - Aplica-se à UEMG o disposto no art. 3º da Lei nº 13.215, de 25 de maio de 1999.

Art. 5º - Acrescentem-se ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, os seguintes incisos X e XI:

"Art. 21 -

X - Fundação Municipal de Ensino Superior de Uberaba - FUMESU -;

XI - Fundação Educacional Nordeste Mineiro - FENORD."

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Antônio Carlos Andrada, Presidente e relator - João Pinto Ribeiro - Paulo Piau.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 585/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Maria Tereza Lara, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, cria o Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 6/10/99, foi o projeto distribuído a esta Comissão para receber parecer quanto aos seus aspectos jurídicos, constitucionais e legais, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto dispõe sobre a política estadual dos direitos dos deficientes e cria o Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência.

No seu art. 1º, o projeto considera deficiente a pessoa portadora de deficiência mental, sensorial, física e ocupacional, emocional, social ou múltipla, conforme diagnóstico de especialistas das áreas médica, psicológica, pedagógica ou social. Os objetivos da política estadual para a pessoa portadora de deficiência vêm estabelecidos no art. 2º do projeto.

Nos demais artigos da proposição, o autor cria o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, determina sua composição e sua competência, indica o número de representantes de cada um dos órgãos e entidades que farão parte do Conselho e o período de mandato dos conselheiros.

Estabelece, ainda, o projeto que os recursos financeiros para a implantação e a manutenção do Conselho serão provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

Além disso, a proposição estatui que o Conselho ficará subordinado à Secretaria de Estado do Trabalho, da Ação Social, da Criança e do Adolescente e terá competência para deliberar e controlar as políticas e as ações governamentais em todos os níveis de atendimento aos portadores de deficiência.

Em que pese ao seu mérito, a proposição incorre em vício formal, visto que é atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo no que tange à criação e estruturação de Secretaria de Estado, conforme está previsto no art. 90, V, c/c o art. 66, III, "e", da Carta mineira. Entretanto, o mesmo Diploma Legal, no § 2º do art. 70, estabelece que a sanção expressa ou tácita do Governador supre a iniciativa do Poder Executivo no processo legislativo.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 585/99.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente e relator - Eduardo Daladier - Adelman Carneiro Leão - Paulo Piau - Agostinho Silveira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 615/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Gil Pereira, o projeto de lei em epígrafe institui a obrigatoriedade de realização de exames de prevenção do câncer da próstata nos hospitais e nos centros de saúde da rede pública estadual.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 16/10/99, foi o projeto distribuído a esta Comissão para ser apreciado sob os aspectos jurídico, constitucional e legal, em conformidade com o disposto no art. 192, c/c os arts. 188 e 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

No seu art. 1º, o projeto institui a obrigatoriedade da realização gratuita de exames de prevenção do câncer da próstata na rede pública estadual do serviço de saúde. No seu art. 2º, estabelece que a Secretaria de Estado da Saúde possui competência para fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo anterior.

A Constituição Federal, no seu art. 24, XII, "in fine", estabelece a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Atendendo ao comando constitucional, foi elaborada a Lei Federal nº 8.080, de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

O art. 4º da norma geral citada define o Sistema Único de Saúde - SUS - como o conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, das administrações direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. Entre os objetivos do SUS está a assistência às pessoas, por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas, conforme determina o inciso III do art. 5º da mencionada lei.

Como vemos, a prevenção de doenças, a proteção e a recuperação da saúde são iniciativas a serem incentivadas e implementadas pelo poder público. Nesse contexto, a realização dos exames de prevenção do câncer da próstata nos hospitais e nos centros de saúde da rede pública estadual, conforme previsto na proposição, é medida que se mostra sintonizada com as diretrizes constitucionais e legais que regem a matéria.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 615/99.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Eduardo Daladier, relator - Paulo Piau - Antônio Júlio - Agostinho Silveira - Adelmo Carneiro Leão.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 636/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Djalma Diniz, o projeto de lei em epígrafe concede às entidades que menciona desconto nas tarifas de serviços públicos de energia elétrica, água e esgoto.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 28/10/99, foi o projeto distribuído a esta Comissão para ser apreciado sob os aspectos jurídico, constitucional e legal, em conformidade com o disposto no art. 188, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise determina que as concessionárias estaduais prestadoras dos serviços públicos de fornecimento de água, esgoto e energia elétrica concederão desconto mínimo de 30% nas tarifas cobradas de entidades assistenciais, hospitais, casas de saúde e templos religiosos de qualquer culto.

Conforme o projeto, as entidades assistenciais terão direito ao benefício desde que sejam reconhecidas como de utilidade pública.

A proposição encontra respaldo no art. 40 da Carta mineira, que atribui ao Estado e às entidades da administração indireta a incumbência de assegurar, na prestação de serviços públicos, a efetividade do requisito da tarifa justa, entre outros.

A Constituição Federal, no inciso XXVII do art. 22, estabeleceu a competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, nas diversas esferas de governo. Assim, foi editada a Lei Federal nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Também o art. 175 da mesma Carta determina que essa matéria seja objeto de lei formal. Além disso, em obediência ao parágrafo único desse mesmo artigo, a norma federal destacada dispõe sobre a política tarifária.

No contexto da Lei das Concessões, mantida a equação matemática do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, condição a que faz jus o concessionário nos contratos de direito administrativo, admite-se o tratamento diferenciado para certos tipos de usuários do serviço público, desde que a despesa decorrente do barateamento da tarifa para tais usuários possa ser compensada com o aumento tarifário para os demais.

No que tange à competência para iniciar o processo legislativo, a matéria não se encontra relacionada entre aquelas reservadas ao Chefe do Poder Executivo.

À luz dos argumentos apresentados, não vislumbramos óbices de natureza jurídica, constitucional e legal à tramitação do projeto nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 636/99.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1999.

Ermano Batista, Presidente e relator - Agostinho Silveira - Eduardo Daladier - Antônio Júlio - Adelmo Carneiro Leão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/11/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.787, e 1.805, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

Gabinete do Deputado Geraldo Rezende

nomeando Alexandre Magalhães de Moraes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando, a partir de 22/11/99, Leandra Imaculada Lemos Nunes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Helga Oliveira Guimarães para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Carlos Alberto Bejani, matrícula 9653-9, no dia 10/11/99.

Mesa da Assembléia, aos 18 de novembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Contratada: TIP Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Licitação: inexigibilidade por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: 60 dias a partir da assinatura.

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/99

Data do julgamento: 19/11/99. Objeto: aquisição de diversos papéis. Licitantes vencedoras: Xerox Indústria e Comércio Ltda. (itens 1 a 3); Sopol Distribuidora de Papéis Ltda. (itens 4 a 7 e 9) e Coppeg Comércio de Papéis Ltda. (item 8). Licitantes desclassificadas: Comércio e Indústria Multifformas Ltda. (itens 2 e 3) e Rilisa Trading S.A. (item 3).

Belo Horizonte, 19 de novembro de 1999.

Claudette Ferreira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE REVOGAÇÃO

Em 11/11/99: Convite nº 60/99 - Objeto: contratação de empresa para locação, pelo período de 6 meses, prorrogável na forma da lei, de uma betoneira, 100 metros de andaime e um elevador de carga. Revogado.